Faculdade de Letras
Fundação da Universidade do Porto
Departamento de Ciências e Técnicas do Património

REPRESENTAÇÕES DO OUTRO NAS EXPOSIÇÕES COLONIAIS: DISCURSIVIDADE E REFLEXÃO MUSEOLOGICA

TESE APRESENTADA À FACULDADE DE LETRAS
DOUTORAMENTO DE MUSEOLOGIA

Fortunato Carvalhido da Silva
Orientado por: Profª. Doutora Alice Lucas Semedo

2012

Faculdade de Letras
Fundação da Universidade do Porto

Departamento de Ciências e Técnicas do Património

REPRESENTAÇÕES DO OUTRO NAS EXPOSIÇÕES COLONIAIS: DISCURSIVIDADE E REFLEXÃO MUSEOLOGICA

TESE APRESENTADA À FACULDADE DE LETRAS
DOUTORAMENTO DE MUSEOLOGIA

Apoios:

2012

Agradecimentos

O trabalho materializado neste estudo, é o reflexo de um processo, longo, de inquirições pessoais e de desafios de duvidas e re-motivações. Durante todo este processo questionei-me, vezes demais, sobre o melhor caminho a seguir, qual a melhor abordagem, para levar a bom porto este projeto. As expectativas iniciais foram-se modificando, também as certezas e dúvidas , adaptando-se ao caminho explorado, permitindo chegar ao que se considera ser uma abordagem reflexiva sobre o tema.

Desde o inicio que a ideia que prevalecia era a de um estudo que fosse um principio e não um fim em si mesmo, esta dissertação espera-se que abra mais portas e questões ao debate em torno dos museus e das exposições coloniais. Em todo este processo directa ou indirectamente muitos tiveram um papel decisivo e deles também é este trabalho.

Aos meus pais, família e amigos, pelo apoio que garantiram e e ausências que toleraram, a eles o meu obrigado. À Orientadora, Professora Doutora Alice Semedo, sempre paciente, disponível e incentivadora, à qual devo o facto de hoje ser melhor, a nível académico e pessoal. Ao Professor Doutor Armando Coelho, que igualmente incentivou o inicio desta aventura. Aos colegas de Doutormento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a todos sem exceção.

O meu agradecimento, também, à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e seus colaboradores, que possibilitou este estudo, através da atribuição de uma bolsa de doutoramento.

Por ultimo uma palavra de apreço especial à Rute que me acompanhou e, persistiu em apoiar todo este processo, ajudou nas duvidas e desabafos .

A todos um sentido, muito obrigado!

Resumo

Este estudo diz respeito à investigação desenvolvida sobre as exposições coloniais, em particular as nacionais, no período entre as duas Guerras Mundiais, procura demonstrar uma forma de abordar o tema, a representação do outro, segundo um modelo critico e que se enquadra num posicionamento póscolonial. O fenómeno das exposições, que se difundiu pelo mundo acidental, e sobre os quais existem diversos estudos, não passou despercebido em Portugal, como se verifica pelas exposições nacionais realizadas no século XX, em particular a Exposição Colonial do Porto (1934) e a Exposição Mundo Português (1940). Foram acontecimentos marcantes, locais "efemeros" (Greenhalgh, 1988), espaços característicos da "era imperial" (Hoffenberg, 2001), locais priveligiados que abordaram temas como Cultura, Nação e Raça, consagrando um novo discurso colonial, moldando o público às necessidades dos objetivos do Novo Estado. Esta proposta de estudo, visa fornecer uma abordagem diferente de análise ao discurso colonial e da sua representação, partindo de uma posição póscolonial.

Uma das vertentes marcantes do póscolonialismo e do discurso colonial são as relações da ideologia e poder, estas duas vertentes estarão no centro de todo o debate, através da memória cultural registada em textos e imagens da época. Para o estudo da relação do discurso e ideologia com a vertente expositiva, é necessária a utilização de uma metodologia que faça a contextualização das relações sociais e culturais, e não apenas uma análise visual ou uma análise literária, por isso é utilizada uma adaptação do modelo Thompson (1990).

Este estudo, espera-se que traga novas reflexões sobre a construção do discurso colonial e à memória cultural, utilizando uma metodologia que tem potencial para analisar o passado mas também o presente e o futuro (Thompson, 1995), algo essencial à museologia, e no caso em concreto, a imagem e o texto. Por esse motivo considera-se ser possível atentar este estudo como capaz de desenvolver uma re-interpretação das eaxposições nacionais, das relações de ideologia e das relações de poder, exibidas ao público. A re-interpretação é uma tentativa de mostrar um novo posicionamento em relação às formas de exibir os estereótipos, sejam racias, sociais ou outro.

Palavras Chave - Museologia, discursos, outro, pós-colonialismo e re-interpretação

Abstract

This study concerns the investigation developed in relation to colonial exhibits , in particular national exhibits, in the period between the world wars, it seeks to demonstrate one methodology that focus on the representation of otherness, based on a critical approach which fits within a postcolonial standing.

The exhibits phenomenon, that established around the western world, and around which exists several studies, did not passed unnoticed in Portugal, as can be confirmed by the national exhibits advanced in the XX century, specially the "Exposição Colonial do Porto" (1934) and the "Exposição do Mundo Portugues" (1940). They were important happenings, " ephemeral" spaces (Greenhalgh, 1988), characteristic places of the "imperial era" (Hoffenberg, 2001), privileged places that approach areas as Culture, Nation, and Race, attributing a new colonial discourse, modeling the public to the needs and objectives of the Estado Novo. This is a proposal of study, that seeks to develop a different method of colonial discourse analysis and representation, starting from a postcolonial angle.

One of the postcolonial important angles and from the colonial discourse is the relations of ideology and power; these two points will be at the center of the debate, through cultural memory registered in texts and images of that specific period. For the study of the relation of discourse and ideology with an expositive approach, it is necessary the application of a methodology that contextualizes the social and cultural relations and not only a visual or a literary analysis, for that reason it is adapted a method based in the model of Thompson (1990).

The study, is expect that brings new reflexivity about the construction of colonial discourses and to cultural memory, using a methodology that is able to analyze the past but, also the present and the future (Thompson, 1995), something that is essential to museology, and in the particular case, image end text. For this reason is considerer to be possible to attain this study as capable of developing a re-interpretation of national exhibits, the ideology and power relations showed to the public. The re-interpretation is an attempt to show a new form of exhibiting stereotypes, should they be racial, social or others.

Key words - Museology, discourses, otherness, postcolonialism and re-interpretation.

Indice de quadros

QUADRO 1.1 - A LINGUAGEM SEGUNDO BARTHES....34
QUADRO 1.2 - FATORES DO DISCURSO DE FOUCAULT....38
QUADRO 1.3 - CONTEXTOS DE MILLS....42
QUADRO 1.4 - REPRESENTAÇÃO TRIDIMENSIONAL DO DISCURSO DE FAIRCLOUGH....44
QUADRO 1.5 – REPRESENTAÇÃO TRIDIMENSIONAL DO DISCURSO....45
QUADRO 1.6 – DIMENSÕES DO DISCURSO SEGUNDO FAIRCLOUGH....46
QUADRO 1.7 – DIMENSÕES DO DISCURSO DE VAN DIJK....47
QUADRO 3.1 - HERMENÊUTICA PROFUNDA DE THOMPSON....94
QUADRO 3.2 – MODELO TRIPLO DE THOMPSON....96
QUADRO 3.3 – PROCESSO DE CONSTRUÇÃO CULTURAL SEGUNDO STUART HALL....98
QUADRO 3.4 – OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO BASEADO NA ABORDAGEM TRIPLA DE THOMPSON....101
QUADRO 4.1 – IMPACTO DOS VISITANTES NAS EXPOSIÇÕES....118
QUADRO 4.2 – NÚMEROS DE VISITANTES E ÁREAS DOS RECINTOS....129
QUADRO 4.3 – ALGUMS EXPOSIÇÕES REALIZADAS NOS SÉCULOS XIX E XX....130
QUADRO 5.1 - POPULAÇÃO BRANCA EM ANGOLA....175
QUADRO 5.2 - ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO EVENTO....201
QUADRO 5.3 – OBJECTIVOS DA EXPOSIÇÃO....203

Indice de figuras

FIGURA 4.1 - CRYSTAL PALACE.....123
FIGURA 4.2 – CARTAZ PUBLICITÁRIO DA EXPOSIÇÃO DE 1924.....148
FIGURA 4.3 – PLANTA DO RECINTO DA EXPOSIÇÃO DE PARIS DE 1931.....161
FIGURA 4.4– CARTAZ DA CONTRA-EXPOSIÇÃO COLONIAL DE PARIS DE 1931.....163
FIGURA 5.1 – MAPA DO RECINTO DA EXPOSIÇÃO DE 1934.....199
FIGURA 5.2 – MAPA REPRESENTANDO A DIMENSÃO IMPERIAL PORTUGUESA.....248
FIGURA 6.1 - PLANTA GERAL DA EXPOSIÇÃO.....260
FIGURA 6.2 – MAPA DA SECÇÃO COLONIAL.....264
FIGURA 6.3 - MAQUETE DO PAVILHÃO DE TIMOR, CABO VERDE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE.....269

Indice de imagens

IMAGEM 4.1 – INAUGURAÇÃO DO PAVILHÃO HOLANDES POR MARCEL OLIVIER E MARECHAL LYAUTEY.....156
IMAGEM 4.2 – PAVILHÃO DE PORTUGAL NA EXPOSIÇÃO DE PARIS DE 1931 158
IMAGEM 4.3 – PRESIDENTE DOUMERGUE E MARECHAL LYAUTEY NA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO COLONIAL DE PARIS EM 1931.....159
IMAGEM 4.4 - INAUGURAÇÃO DO PAVILHÃO DA AOF.....165
IMAGEM 4.5 - RUA TUNISINA NO RECINTO DA EXPOSIÇÃO 166
IMAGEM 4.6 - VENDEDORAS SENEGALESAS NA EXPOSIÇÃO EM 1931 167
IMAGEM 5.1 - V EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA, PECUÁRIA E INDUSTRIAL DAS CALDAS DA RAINHA.....188
IMAGEM 5.2 – RESPONSAVEIS TÉCNICOS DA EXPOSIÇÃO COLONIAL.....198
IMAGEM 5.3 – MISSÕES RELIGIOSAS.....208
IMAGEM 5.4 – REPRESENTAÇÕES HABITACIONAIS DAS CULTURAS COLONIAIS DE ANGOLA E GUINÉ NO RECINTO DA EXPOSIÇÃO.....210
IMAGEM 5.5 - GRUPO DE INDÍGENAS DE CABO VERDE 213
IMAGEM 5.6 - RÉGULO MAMADU SISSÉ 214
IMAGEM 5.7 – QUIPUNGOS DE ANGOLA 215
IMAGEM 5.8 – INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO COLONIAL 222
IMAGEM 5.9 – “MASCOTE” DOS SOLDADOS LANDINS.....227
IMAGEM 5.10 - CARRO DE MOÇAMBIQUE.....245
IMAGEM 6.1 – INÍCIO DOS TRABALHOS DA EXPOSIÇÃO DE 1940.....259
IMAGEM 6.2 – PAVILHÃO DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE 267
IMAGEM 6.3 – PAVILHAO DA GUINÉ.....268
IMAGEM 6.4 – RUA DE MACAU.....269
IMAGEM 6.5 – CHEGADA DE INDIGENAS EM NAVIO A LISBOA.....271
IMAGEM 6.6 – CHEGADA DO REI D. PEDRO A LISBOA.....272
IMAGEM 6.7 – MUSICOS GUINEENSES.....273
IMAGEM 6.8 – MIRADOURO INDO-CHINÊS.....281
IMAGEM 6.9 – GRUPO DE INDÍGENAS DA GUINÉ 283
IMAGEM 6.10 – AÇÃO DAS MISSIONARIAS NO RECINTO DA SECÇÃO COLONIAL.....284
IMAGEM 6.11 – REI D. PEDRO NO DESFILE DE ENCERRAMENTO.....285
IMAGEM 6.12 - CASAMENTO ENTRE DOIS AFRICANOS NO VERÃO DE 1940 ENQUADRDADO NO ÂMBITO DA EXPOSIÇÃO.....287

Glossário de abreviaturas

ACD - Análise crítica do discurso

AD – Análise do discurso

AL – Análise linguística

AML – Arquivo Municipal de Lisboa

AOF - Afrique Occidentale Française

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

BGC - Boletim Geral das Colónias

CADC - Centro Académico de Democracia Cristã

CDA – Crítical Discourse Analysis

CPF – Centro Português de Fotografia

CPECP - Comissão da Primeira Exposição Colonial Portuguêsa

ECP – Exposição Colonial do Porto

EMP – Exposição Mundo Português

PT-AMLSB-EDP – Arquivo Municipal e Lisboa, fundo Eduardo Portugal

PT-CPF-ALV - Centro Português de Fotografia, fundo Domingos Alvão

PT-TT-EPJS – Arquivo Torre do Tombo, fundo Empresa Periodica Jornal o Seculo

PVDE – Policia de Vigilância e Defesa do Estado

SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa

SNI - Secretariado Nacional da Informação

SPN – Secretariado da Propaganda Nacional

UN – União Nacional

Indice

Agradecimentos iii
Resumo iv
Abstract v
Indice de quadros vi
Indice de figuras vii
Indice de imagens viii
Glossário de abreviaturas ix
Indice x
Introdução 1

PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Capítulo I 19
1.1 – A geração da ideologia 20
1.2 – Da ideologia de Marx aos "instrumentos ideológicos" 22
1.3 - Discurso e representação, prática social 30
1.4 - A construção do discurso e a ruptura ideológica de Foucault 35
1.5 - A Análise Crítica do Discurso 41
1.6 – O renascimento da ideologia 48
Capítulo II 55
Desenvolvimento da teoria póscolonial e o hibridismo 55
2.1 – A construção do outro 57
2.2 – Discurso colonial ou pré-póscolonialismo? 60
2.3 – Do discurso colonial à descolonização da "Mitologia Branca" 66
2.4 – A agência resistente 75
2.5 – O novo paradigma museológico a descolonização do museu 79
Capítulo III – Abordagem Metodológica 86
3.1 - Operacionalização do modelo de Thompson 97

PARTE II – CONTEXTOS EXPOSITIVOS

Capítulo IV 103
4.1 – A génese: das colecções à aprendizagem 104
4.2 - Do *epistéme* moderno: museu *versus* exposições 109
4.3 - As "vistas efémeras" ou a "mania das exposições" 116
4.4 – As Exposições coloniais 132
4.5 - The British Empire Exhibition 143
4.6 - Exposição Colonial de 1931 152

PARTE III – COLONIALISMO NACIONAL E REINTERPRETAÇÃO MUSEOLÓGICA

Capítulo V 170
5 . 1 - Contextualização de um país colonizante 170
5. 2 – Interpretação da representação 197
Capítulo VI 250
6.1 – Contextualização da representação 250
6.2 - Interpretação da representação 256
6.3 – Reinterpretação da representação 275
Considerações Finais 288
Bibliografia .....

Introdução

> Exhibitions were at the heart of the imperial and nation social and commercial enterprises during the Victorian and Edwardian eras. They were spectacles of tangible fantasy, in which participants forged bations and the Empire, both imaginary and material. Imperial, colonial, and nationalinventories were linked at the exhibitions by official tests and jury reports, consumption, tourism, and historical pageants. The power to organize, study, and compare this diversity strengthened the authority of commissioners and their states, often revealing tensions between and within the Empire´s political communities.
>
> (Hoffenberg, 2001:xv)

Desde há bastante tempo que existe um constante questionar sobre os motivos que estão na génese da discriminação e do preconceito, relações desiguais entre pessoas, sejam eles por causas raciais de género ou outros. Desde tenra idade que esse questionar existe, verificando e assistindo a tratamentos desiguais, em relação a culturas e povos distintos, há imagens que são recordadas e que revivem a força das posições da ideologia e do poder, estabelecido por uma sociedade. Muitas dessas dúvidas ainda hoje subsistem, ainda que mais esbatidas, mas foram preponderantes no desenvolvimento deste estudo.

Para o desenrolar desta pesquisa, uma vez que o conhecimento é considerado como uma construção social (Goldblast, 2004) marcada pela experiência de cada um, é relevante identificar que o investigador é português, branco, sem qualquer laço, aparente, com outras raças. Por esse motivo não se enquadra em nenhum grupo, que se possa considerar minoritário, mas sim, mais próximo de um padrão hegemónico Gramsciano (Forgacs, 2000), o que à primeira vista significa encaixar-se naquilo que frequentemente se designa por classe "dominante", responsável por desenvolver e manter uma "oposição binária", dentro dos padrões do discurso ocidental (Ashcroft, 2007:18).

A formação académica foi ministrada, desde o início, num sistema eurocêntrico e com forte tradição colonial, apesar de ser posterior a 1974. Nos primeiros anos, o ensino, ainda que teoricamente privilegiasse um tratamento igualitário entre todos – ricos e pobres, brancos ou

negros - a sociedade envolvente, muitas vezes, actuava como condicionante para posições de preconceito, como por exemplo a discriminação dos ciganos ou outros. Quando se considera um sistema eurocêntrico, refere-se a um período muito marcado pelo processo de descolonização e da guerra fria, que tendencialmente julgava o ocidente como melhor, mais evoluído e mais racional, havendo sem dúvida uma presença profunda de um *binarismo* sociocultural e político.

Durante o processo educativo começou a verificar-se uma aproximação gradual à realidade da imigração e, por razões familiares, os primeiros contactos com formas agir, de convivência em outros países e com outras raças e formas de discriminação. Aquando da formação superior na área da história, e mais recentemente na museologia, foi possível consumar e desenvolver um posicionamento crítico e de orientação póscolonial, em relação a estes temas. Na pesquisa pelo outro e relações originadas pelo preconceito, o papel de Edward Said e a sua obra Orientalismo[1](1979:11) foi, sem dúvida, um dos determinantes do interesse por esta temática.

O contacto gradual com os conceitos do póscolonialismo e da museologia crítica, e dos muitos debates que os envolvem, tais como discursos sobre a diferença, permitiram formar uma opinião e procurar explorar outros caminhos para analisar essas temáticas. Na abordagem ao póscolonialismo considera-se não ser necessário pertencer à "classe subalternizada"(Spivak, 1988) para se poder falar dela, como consideram alguns póscolonialistas (Young, 2001), alegando que assim melhor se compreendem as ocorrências e as relações estabelecidas por esses condicionalismos. A opinião que subsiste, que vai de encontro à de Spivak (1999:310), é a de que não se é póscolonialista por pertencer a determinado grupo "étnico" ou minoria, nem isso faz deles investigadores especialistas em póscolonialismo.

A posição de que devem ser as minorias a tratar das suas questões, implica uma mudança na relação de poder, criando de novo o que se propõem desconstruir, Pieterse (2005) demonstra isso mesmo, em relação à auto-representação, considerando que não se abrem as identidades ao desenvolvimento. Da mesma forma que o póscolonialismo resiste e desconstrói o seu passado colonial, também a museologia crítica procura desencadear uma ruptura "pós-moderna" (Lorente, 2012), com as narrativas lineares de autoridade, que eram, e ainda são, frequentes no discurso

[1] Obra editada pela primeira vez em 1978.

museológico, segundo Feldman, existe uma "urgência" para a museologia critica de compreender o colonialismo.

Desde a nova museologia que as preocupações sociais têm aumentado, mas com uma abordagem mais crítica, procurando-se identificar e eliminar as "injustiças" (Ames, 1990: 161) que ocorriam no passado, o que requer afastar-se de uma abordagem estruturalista e mais direcionada para a cultura material. O papel de uma museologia crítica visa descolonizar a forma de pensar e de ver, desenvolver uma "reclassificação" de novos "significados" (Shelton, 1990: 94), ser capaz de fomentar uma reflexividade (Idem, 98) que questione a cultura dominante, incentivando o debate e a forma como se constrói o discurso, um discurso que deve ser plural (Lorente,2012:121).

Pretende-se demonstrar que é possível ser-se branco, ocidental e abordar o preconceito e a diferença, segundo os preceitos do póscolonialismo e da museologia crítica, suportado e em concordância com a orientação de Bhabha (1994) e de Pieterse (2005), que demonstram que não há posições de superioridade, ninguém é "puro" nem detentor do saber todos, somos o reflexo de uma mistura, não havendo lugar a raça superior, língua superior, cultura superior, nem tão pouco um grupo dominante. Apesar de todo o capital cultural e *habitus*, pretende-se aferir ser possível desenvolver uma "análise crítica" (Given, 2008:171), sobre o discurso colonial e as representações, do saber eurocêntrico, na construção de discursos expositivos.

Na construção, desenvolvimento dos discursos e formas de representação, o século XIX ficou incontornavelmente marcado pelo aparecimento das Grandes Exposições, Universais e Coloniais. Estes eventos tiveram um impacto muito significativo na sociedade ocidental. Benjamin (1999) considerava-os locais de "peregrinação" e de consumo "fetiche", transformando-se numa indústria de entretenimento que "refinava e multiplicava" o comportamento das massas, acontecimentos mediáticos que assumiram-se rapidamente o papel de locais de "formação" e aprendizagem.

A relação colonial que existe entre povos é uma realidade geradora de uma posição de conexão desigual, entre colonizador e colonizado, entre o eu e o outro. O fascínio pelo outro tem sido uma constante da história universal, seja por curiosidade, por medo, ou por poder. A representação do outro é um facto que se tornou mais familiar através de exposições coloniais e de eventos que modificaram a sociedade, deixaram marcas profundas nos seus intervenientes e geraram um autêntico "drama social" (Hoffenberg,2001: xviii-xix). As exposições coloniais

foram consideradas "enciclopédias" do mundo colonial (Greenhalgh, 1988: 87) e "arenas" privilegiadas (Karp, 1991), na construção de um discurso que exibia as hierarquias coloniais, verdadeiros "panoramas" de poder (Pieterse, 2005:180). Durante o período que marcou a sua realização, cerca de um século (1851-1958),[2] estes eventos foram referência, representando uma dinâmica económica e cultural dos países e dos seus organizadores; eram espectáculos de fantasia que idealizavam Nações e celebravam Impérios (Hoffenberg, 2001: xv-xx).

As exposições coloniais são um dos processos marcantes nas relações entre o colonizador e o colonizado; trata-se de um fenómeno com uma dimensão extraordinária, mesmo nos nossos dias, comparável a uma cultura de massas. Para a sua realização era essencial a exibição de bens das colónias, em especial pessoas a viverem, "in sitú" (Kirshenblatt-Gimblett, 1991), no seu "ambiente natural" com a sua rotina "quotidiana". Na atualidade custa a crer como a humanidade foi capaz de realizar eventos e expor pessoas, identificar objetos de fascínio, com motivações vulgares, comerciais ou políticas. Estes eventos eram úteis para alimentar o apetite do público, os empresários coloniais e a ação colonizadora do Estado, criando uma coesão nacional, num período em que os meios de difusão dos *media* gradualmente se desenvolviam. Sustentando-se no princípio de "vêr é saber" (Rydell,1987: 44), na exposição de 1893 nos Estados Unidos, os países coloniais procuravam relacionar-se com o público, algo que ficou facilitado pela popularidade que estes eventos alcançaram. Este sucesso que massificou a sua realização um pouco em todo o mundo; a popularidade é reconhecida no amplo número de visitantes (Greenhalgh, 1988). As pessoas visitavam-nas, pagando bilhete, para ver as colónias num único recinto - cujas matérias-primas incluíam os seus objetos, as suas gentes - possibilitando "visitar o mundo num dia" (Hodeir e Pierre,2002).

Rapidamente a presença dos indígenas se tornou um elemento essencial e apelativo para o sucesso, doutrinação e entretenimentos dos públicos. No entanto, a sua participação nas exposições coloniais passou por várias fases, como se pretende demonstrar. A comparência dos nativos era complementada por toda uma recriação cénica, dos seus espaços naturais, reproduzindo-se ruas, habitações, lojas e ofícios. Os governos coloniais compreenderam que este meio de difusão seria muito útil às suas campanhas de propaganda colonial, demonstrando a sua ação civilizadora, em relação ao público, garantindo-lhes o apoio que pretendiam. Todas as

[2]Ver obra de Blanchard (2008).

nações ambicionavam a sua quota de colonialismo e de civilidade, quer em exposições, museus ou apenas coleções. Países como a Suíça, sem qualquer posse colonial, também demonstravam esse interesse (Hainard, 2007), eram locais que espelhavam modernidade, um desenvolvimento que nenhuma nação do mundo ocidental, e não só, queria perder.

Para esse efeito o processo expositivo foi desenvolvido com uma divisão entre ocidente e o oriente (Said, 1979), entre o colonizador e o primitivo, os indígenas eram colocados em espaços, desde jaulas a aldeias indígenas, comparados com animais ou apenas como seres inferiores, ação justificada pela ciência, pela cultura e pela política da época. Esta criação de uma relação de comparação entre a ordem e a desordem, o bem e o mal, o civilizado e o primitivo, transformaram-se na construção ideal que justificava a atuação que as nações desenvolviam nos territórios coloniais que dominavam.

Esta divisão desencadeou uma forma de representação, que participou no desenvolvimento de um discurso colonial, baseado na diferença, que exibia um outro *exoticizado* e primitivo (Pieterse, 2005: 181), que se perpetuou por muito tempo, através de fotografias e catálogos e outras publicações, de museus. Esta forma de interpretação permite compreender como se construiu a fórmula do discurso dominador/dominado, mas também a forma como o público foi conduzido e convencido. Estes zoos humanos (Bancel et al. 2007) fizeram parte do desenvolvimento de conceitos como racismo e preconceito e são por isso o ponto de partida para compreender a construção do discurso da diferença, do outro, uma vez que foram responsáveis por criar uma identidade e um discurso colonial, dinâmicas que circulam em torno do colonialismo (Gosden, 2001:xviii).

Os estudos em torno das exposições, sejam coloniais ou não, têm produzido nas últimas décadas quantidade crescente de informação[3]. Outros estudos debruçam-se sobre as formas de representação dos colonizados (Coombes,1997) e da construção de um discurso colonial, do outro (Maxwell, 2000). O interesse demonstrado pelos diversos autores, e orientações académicas, comprovam a utilidade do tema e a sua potencialidade (Rydell, 1993). As exposições têm múltiplas facetas que podem ser incidir sobre várias áreas do saber, tão distintas, como a história, a antropologia, a museologia, a linguística; os estudos culturais são espaços dedicados ao grande público e à convivência entre nações e quase que se podem considerar a

[3]Obras de Greenhalgh (1988), Hoffenberg (2001), Geppert (2010) ou Bancel et al. (2007) ou L´Estoile (2007) entre outras.

génese da materialização da sociedade global. Também a representação do outro interessa a essas áreas[4] porque tem um papel discursivo e reflexivo importante (Macdonald e Fyfe, 2005:4), em concreto, no caso dos museus porque têm sido dinamizadores das teorias sociais e culturais.

Os debates da reflexividade em torno do póscolonialismo e multiculturalismo trouxeram novos desafios à museologia, e ao trabalho prático dos museus, frequentemente relacionados com as questões da representação e da construção de discursos, com o objetivo de explorar formas de reclassificar e reinterpretar o outro (Pieterse, 2005). Para solucionar problemáticas emergentes da museologia recorre-se a diversas disciplinas que têm desenvolvido um marcante percurso e contributo no desenvolvimento de novas formas reflexionar o preconceito e a construção do discurso sobre a diferença. O posicionamento contemporâneo da museologia faz dela um parceiro essencial no desenvolvimento científico presente, em áreas aparentemente tão distintas como a memória, a identidade, a diferença, a imagem e os públicos, entre outras.

Uma das discussões da museologia gira em torno do significado das representações, nos diferentes discursos expositivos (Sherman, 1994) ou seja, na forma como se privilegia menos o objeto/artefacto e mais a memória, a identidade - importante para a preservação histórica - e a integração das comunidades (Karp, 1992). Existe uma crescente necessidade de aproximação e compreensão destas realidades socioculturais, porque são, cada vez mais, uma exigência do relacionamento com os públicos e com as comunidades, mais diversificados e esclarecidos, sobre temas que não se pretendem mais ocultar mas esclarecer, para melhor poder colaborar com eles no processo de mediação.

Esta busca por novas abordagens, que envolvem a representação da diversidade cultural e a imagem de uma museologia participativa, procura descolonizar o museu (Simpson, 2001) e a forma de observar e interpretar. Os museus têm manifestado preocupações com a forma de representar outras culturas (Simpson, 2001:1) e procuram readaptar-se a novas realidades, buscando ser um "local de estímulo" (Weil,2004:78), transformando os representados em parceiros. O paradigma da museologia situa-se num processo constante de modificação (Simpson, 2007), que consiste em renovar o modelo clássico de museu num local mais aberto e menos formal, desenvolvendo aquilo que Hainard (2007) designa por “museografia de ruptura”. O novo paradigma requer que o museu se envolva em questões complexas, não fossem os museus uma

[4] Ver obras de Gearon (2001), Staszak(2004), Greer (2005), Martins (2006) e Doy (2000).

área da "arte de questionar" (Idem: 132), que visam compreender a construção dos estereótipos e a diferença cultural. Esta diferença diz respeito quer à representação de outras culturas quer à distância que é estabelecida dentro da cultura dominante em relação às minorias (Simpson, 2001:2).

Os museus foram os fiéis depositários de bens materiais, de tipo público ou privado, permitiram e protegeram uma memória e uma encenação das" Nações Imaginadas" (Anderson, 1991) e das identidades (Rogoff, 2001); constituem um reflexo do discurso do poder. Mas como Pearce (1992) e Simpson (2007) reconheceram, a fórmula do Museu Moderno transmitir o passado às gerações futuras, através de objetos, revelou-se insuficiente. O lugar sacralizado de contemplação deixou de ser satisfatório para as suas necessidades e funções. Por este motivo deve procurar ser um espaço onde o visitante se assume como um elemento, cada vez mais importante, no processo relacional direccionando-se para o que se designou "pós-museu" – o fórum (Hooper-Greenhill, 2002).

Como o museu procura estabelecer diálogos, com os seus parceiros e comunidades, torna-se essencial compreender o fenómeno da construção dos discursos e da ideologia[5], responsáveis pelos desequilíbrios nas relações. A ligação aos discursos e à ideologia tem sido uma constante na realidade dos museus, pois são espaços que nunca foram "neutros". O período colonial é um bom exemplo de como os museus foram influenciados e beneficiados pela ação da ideologia e de um discurso de poder, através da apropriação de bens e tesouros dos territórios colonizados. Partindo da compreensão do processo da construção dos discursos, passando pela contextualização dos procedimentos e exposições, conclui-se que há espaço para uma reinterpretação dos discursos ideológicos em relação às exposições, considerando a posição de Hooper-Greenhill, que identifica o estudo ideológico e os estudos culturais lhe têm dedicado "pouca atenção" (2005a:7).

Na atualidade apesar da multidisciplinaridade ser uma realidade em constante aplicação, como reconhece Shelton, existe a preocupação de desenvolver práticas mais adequadas às necessidades contemporâneas (2001:145-7), atividades que proporcionem a integração das comunidades que se relacionem com elas. A relação com as comunidades demonstra a relevância

[5] Como referência as obras de Bennett (1995, 1998), Boswell (2005), Crane (2000), Durant (1993), Eilean Hooper-Greenhill (1992, 1997 e 2002), Henderson (1997), Karp (1991, 1992), Kaplan (1996), Knell (2004, 2007), Macdonald (2002, 2005), Moore (1994, 2000), Semedo (2005), Susan Pearce (1990, 1992, 1994), Poulot (2005).

e vitalidade do seu papel na abordagem à diferença e integração (Simpson, 2001:247). A museologia enquadra-se nesta diversidade de conceitos porque, além de ter efectuado todo um percurso paralelo a eles, sejam de discurso, colonialismo, póscolonialismo ou crítica, necessita de trabalhar com eles para melhor poder servir os seus públicos e as suas coleções. Tanto a museologia crítica como o póscolonialismo são entendidos como uma forma de crítica cultural e por isso, essenciais para o desenvolvimento de abordagens mais fiéis e integradoras da realidade da globalização, permitindo identificar, como bem resume Rattansi, "o passado, o presente e o futuro" (2010: 66).

Com o fim formal do colonialismo e com as autodeterminações, poder-se-ia julgar que as diferenças entre culturas e nações estavam esbatidas, no entanto, o colonialismo nunca acabou transformando-se no "Neocolonialismo" que Torgal (2008:7) e Hall (1997) identificam. A história que aborda a escravatura ou o racismo demonstra que essa realidade está bem presente, ela está nas memórias ou nos gestos, e o seu reflexo facilmente se verifica nas relações entre povos e países. Durante anos as diferenças eram debatidas e justificadas gerando representações visuais e imaginários da alteridade e criando também uma imagem e identidades falsas. Através da ciência, por exemplo, comunicavam ideias, deslumbramento, prazer, mas também ideologias e poder, geradores de estereótipos.

Como se tem verificado no processo do colonialismo e da representação estão presentes conceitos como discurso, ideologia, representação como a veiculda por Said (1979), princípios incontornáveis à análise da diferença e essenciais a esta investigação, que têm demonstrado que o preconceito pode passar rapidamente de científico a popular, sendo amplamente aceite. Nesta análise, o conceito de discurso é relacionado com a formação de significado, com as relações de ideologia e poder enquanto produtores de significados que auxiliam a manutenção de uma posição de domínio. É um estudo que aborda o processo de desenvolvimento da ideologia, não se cinge à análise formal do discurso, contempla a construção do significado da sua estrutura e mostra como o discurso serve para manter as relações de dominação. Segundo Thompson a interpretação da ideologia "implica um potencial crítico" (1990:25) e pode ser: "(…) mediada por uma análise discursiva de construções linguísticas e uma análise social das condições em que o discurso é produzido e recebido" (Thompson, 1984:11).

O discurso é considerado uma construção sociocultural, tendo como função uma utilização quotidiana, é um recurso que pode ser usado, quando existem lutas pelas relações de

poder, contudo muitas vezes é considerada uma forma normal e positiva de expressão. O discurso é algo dinâmico, manifesta configurações que se movimentam e circulam no tempo e espaço. Pela sua versatilidade, pode assumir uma certa estabilidade de formações flexíveis que sobrevivem por longos períodos, aparentemente com pequenas modificações. As questões que acabam por surgir em torno da componente sociocultural, reflexo da sociedade multicultural são, muitas vezes, aquelas relacionadas com os estereótipos e preconceitos, assuntos que têm sido abertamente criticados e debatidos nos estudos culturais, nos museus, nos estudos dos *media* (Henderson e Kaepler, 1997; Gonseth *et al.*, 1995; Martins, 2006; Corsane, 2005).

Mas porque interessa um estudo dos discursos e da ideologia à museologia, a construção e a sua aplicação às exposições coloniais em particular?

Várias são as razões que explicam a ligação à museologia. É uma história que pode e deve ser contada, e para isso é adequado analisar e decifrar estes conceitos que podem aproximar-se do museu por várias trajetórias, desde as exposições, às formas de pensar a diversidade. Uma vez que os discursos e a construção ideológica são essenciais no desenvolvimento da investigação mas também, aos debates sobre as formas de desenvolver discursos que visam a criação e desenvolvimento de exposições. A ligação entre os discursos e a ideologia está relacionada com construção da identidade, a memória, como demonstram Fladmark (2000), Crane (2000), Duncan (1995) ou Macdonald (2003, 2005). As inúmeras perguntas que o espaço museológico coloca a si próprio sobre modos de operacionalizar a informação ou, a forma como por vezes os objetos desencadeiam o "reflexo" da memória (Crane, 2000:2), requerem um apoio nesses discursos e ideologias. Algumas das obras identificadas em cima, demonstram como as relações políticas e de poder são responsáveis por fundar uma "verdade" (Golding, 2009:54), a qual nem sempre é a mais adequada.

As diferenças na sociedade sejam motivadas pela raça, género ou sexo nunca serão completamente eliminadas, outras surgirão no seu lugar, o preconceito da pobreza, da falta de cultura, etc. Estes são os potenciais novos caminhos do colonialismo. Todo o período de desenvolvimento dos museus e da componente expositiva, até aos nossos dias, fica marcado pela exibição da diferença, dos objetos, das formas, das pessoas, no entanto, são vários os fatores que marcam essas diferenças. Fazendo jus à posição de Jacques Hainard (2007), não se pode esquecer a história "embaraçante" do colonialismo, para isso é importante compreender os

fenómenos que criaram e desenvolveram discursos que se dividem, procurando contar outra verdade, a que frequentemente se oculta ou se esquece.

Podem exibir-se as diferenças, quaisquer que elas sejam, de várias formas, as exposições coloniais desenvolveram uma forma negativa, mostrando a superioridade de uns sobre outros, esta superioridade cultural, poder, ideologia marcou grande parte da história da humanidade. No entanto, existem maneiras de o fazer de maneira positiva, procurando mostrar as diferenças como uma mais-valia e enriquecimento, pessoal ou colectivo. A diluição e eliminação dos discursos que fomentam a diferença requerem que se analise como ela é criada e desenvolvida, eliminando barreiras, dissertando sobre o assunto de uma forma crítica, assumindo um envolvimento direto. Ao assumir uma oposição ao tratamento desigual, preconceituoso, e mesmo desumano, para com o outro espera-se que este estudo consiga demonstrar como outras formas de abordar a museologia e as exposições desenvolvem conteúdos mais esclarecedores.

Na análise deste trabalho de investigação, os outros serão as pessoas representadas nas exposições através das imagens e documentos da época, tratando-se de exposições do tipo colonial e realizadas entre os anos 30 e 40 do século XX. A representação do outro tem, por sua vez associada, uma contextualização histórica. Os contextos possibilitam verificar como foram construídas identidades e culturas nos períodos coloniais, a realidade dos eventos, a diversidade e diferença existente e as várias formas como foram exibidas e promovidas.

Foi através das exposições que se fez chegar, a muito do público nacional, o primeiro vislumbre de pessoas de outros continentes, que até então faziam parte de um imaginário longínquo. Uma vez que as exposições são frequentemente estudadas nos aspetos estéticos, ligadas à arte ou nos aspetos antropológicos, ligados a outras culturas – primitivas, pode-se entender o porquê da escolha deste tema e a sua via de aplicação.

Na falta de uma quantidade relevante de estudos direcionados para a diferença, usando um evento tão marcante da história mundial, como as exposições coloniais, e em particular da história nacional, abordando-o do ponto de vista museológico, espera-se que as opções tomadas se materializem de forma esclarecedora porque, em boa verdade, existem alguns assuntos relacionados com o Estado Novo e a forma de se ser Português, que por vezes parece não se quer abordar. Por isso, considerando estas razões o objetivo visa procurar compreender o papel do discurso na representação do outro das grandes "celebrações da unidade imperial" (Porto, 2009), a Exposição Colonial do Porto (1934) e a Exposição Mundo Português (1940). Objectiva-se

analisar as exposições do ponto de vista documental, textual e visual e verificar qual foi o processo de desenvolvimento e construção desses discursos que representaram o outro, do ponto de vista do poder e da ideologia.

O impacto das representações mede-se através da produção de imagens, atividades, de produção cultural, política sobre a representação do outro (por exemplo, saber como se representou, quando e quais os resultados gerados). Através do debate (que terá sido gerado na sociedade) objetiva-se verificar o seu impacto na sociedade portuguesa. É uma abordagem que visa verificar as formas de representação utilizadas para viabilizar as pessoas que estavam descontextualizadas, transformando-as em "momentos" com significado. Procura igualmente saber um pouco mais sobre esses espaços, enquanto depósitos de contradições, veículos de ideologia e poder. Contrapondo o estudo dos casos passados para o futuro, ao conseguir identificar e esclarecer como os discursos foram usados na representação, pode-se desenvolver, evitando os erros passados, uma integração cultural futura, das diversas comunidades que se podem representar em qualquer tipo exposição ou atividade museológica. O objetivo é diluir a intolerância para valores reduzidos, uma vez que não se crê ser possível eliminá-los na sua totalidade sem um trabalho a muito longo prazo, dessa forma todos ganham com a riqueza da diversidade cultural, crescendo enquanto cidadãos, que se esperam, mais tolerantes e menos preconceituosos. Na prática, os valores defendidos pelo pós-modernismo, museologia, estudos críticos e o póscolonialismo, para citar alguns.

O objetivo desta tese, designada: “Representações do Outro nas exposições coloniais: discursividade e reflexão museológica", visa analisar mais especificamente, como o outro foi representado na Exposição Colonial do Porto de 1934 na Exposição Mundo Português de 1940, a) quais são os discursos ideológicos das exposições, b) quais os seus principais objetivos, c) como se geraram, d) o que transmitiram e c) como se podem reinterpretar. Para esse efeito desenvolver um percurso que transita pela construção dos discurso e das ideologias, pelo póscolonialismo e a agência aplicando-os à análise das exposições, como refere Scott, é “interpretar o passado em relação ao presente colonial” de uma forma que permita compreender o presente histórico que se vive, possibilitando reinterpretá-lo (1999:17). De forma similar Latour considera que uma “tradução” entre diferentes dominios requer uma análise por forma a confirmar como o mundo real opera, uma vez que o conhecimento necessita de ser constantemente reescrito e re-analisado, o que ele considera interacções “hibridas” (1993). Esta

pesquisa procura demonstrar, enquadrada no âmbito da museologia crítica, a importância do debate em relação ao discurso e ao póscolonialismo, promover o aclarar de conceitos e ideias com o objetivo de desconstruir a "oposição binária".[6]

Esta pesquisa propõe analisar a representação do outro, através do discurso, nas exposições coloniais. Primeiro verifica e apoia-se nos contextos teóricos, que servem de referência a esta abordagem, a análise do discurso[7] (Fairclough, 1992, 1995a), a ideologia (Thompson, 1984, 1990), a representação (Hall, 1997), o póscolonialismo (Said, 1979; Bhabha, 1994) e a museologia (Hooper-Greenhill, 2007, Sandell, 1998, 2003). Posteriormente, debruça-se sobre a contextualização das principais exposições internacionais e posteriormente as duas exposições, mais significativas, nacionais. Sobre as exposições nacionais existem vários estudos que comprovam o seu interesse (Cunha, 2001; João, 2002 e Lira, 2002), desde uma componente de política cultural do Estado Novo, eventos de celebração e da ideologia do estado e eventos de difusão da propaganda do estado. Considera-se que existem pontos de contato com todos estes estudos, todos fazem referência ao papel da ideologia na construção das representações em especial de um Portugal colonial, contudo nenhum se direciona para a interpretação da representação do outro em particular.

Para se estudar a representação do outro, desenvolveu-se uma análise, enquadrada num posicionamento reflexivo e contemporâneo, que se direciona para uma abordagem crítica, procurado responder às questões sensíveis que a diversidade cultural nos coloca. Estes debates críticos deparam-se com a necessidade de envolvimento com questões sensíveis, como é a discriminação racial, ou exposições polémicas[8] e, como reconhece Moira Simpson, a experimentação de novas práticas "nem sempre é consensual" (2001:13). O estudo das representações do outro é uma análise crítica dos discursos ideológicos e das representações dos colonizados, através das formas simbólicas, nas exposições entre 1934 e 1940, que combina uma materialidade histórica com as ideias dos críticos do colonialismo. Com o ponto de partida definido, este é um estudo sobre as representações do outro nas exposições nacionais,

---

[6] A oposição binária, ou "Binary opposition" é explicada por Ashcroft como: "enquanto os signos significam pela sua diferença em relação a outros signos, a oposição binária é a forma mais extrema de diferença possível – sol/lua; homem/mulher; nascer/morrer; negro/branco. Tal oposição, cada uma delas representando um sistema binário, são muito comuns na construção cultural da realidade" (Ashcroft et al., 2004:23).

[7] Sobre os discursos existem diversos autores e publicações que envolvem a linguística, o discurso, o poder e a ideologia, casos como Barker (2001), Benwell (2006), Fairclough (1992, 1995ª e 1995b), Mills (2004), Sherman (2001), Thompson (1990), van Dijk (1997a e 2002) e Wodak (2001b) para citar os mais marcantes para esta investigação.

[8] Alguns exemplos dessas exposições, " The Spirit Sings" (Ames,1992) ou "Into the heart of Africa" (Simpson,2001).

procurando identificar os discursos ideológicos que produz (Sherman e Rogoff, 2001:x) e a forma como foram construídos e reinterpretá-los, usando para esse efeito a metodologia elaborada por Thompson (1990). Num segundo nível procura-se comparar as exposições nacionais com outros eventos similares. Este estudo termina com reflexões sobre a representação do outro para um museu atual, com as necessidades e orientações. Este estudo pretende provar, através da análise das imagens e dos textos, que a hegemonia com os territórios coloniais era ficcional, as relações de poder e ideologia eram opressivas e fortes, ainda que se reconheça que o "controlo total" sobre os colonizados não é possível (Scott, 1990). Procura saber igualmente como é que a representação, ficcional, coloca os subalternos em relação às narrativas que se centram no ser-se branco e ocidental e, como se pode questionar todo este processo de tornar no outro aqueles que não são brancos. O facto de ser ficção ajuda no processo de análise da identidade e pertença, ajuda na perceção de se entender o que é ser-se vítima de racismo, ou preconceitos negativos.

A investigação procura demonstrar através da metodologia de base discursivo-ideológica, analisando as formas simbólicas, a verificação dos processos que estiveram envolvidos na produção de significados (Tilley, 1989:184; Pearce, 1992:25-31). As formas simbólicas são os textos e imagens produzidas na época por fotógrafos, identificados, com quem o estado acordou o trabalho de reportagem nas exposições nacionais de 1934 e 1940. Na verdade os catálogos e documentos oficiais não demonstram a atmosfera das exposições, apenas deixam imaginar o que ocorreu, contudo, em conjunto com os materiais de arquivo, as fotos, permitem revelar os contextos, produção e uso dado às exposições. Os textos são importantes, mas nos catálogos fica patente a importância que ambos atingem, são elementos que se complementam para elucidar o público.

Na base da construção de um modelo metodológico e para o qual se partiu de paradigmas desenvolvidos por outros académicos, testando empiricamente a eficácia das respetivas analises, não se pode esquecer a identificação das fontes, que sustentam a abordagem e os seus resultados. É importante explicar o material usado e recolhido, definindo um corpus de estudo, fundamental para alcançar os objetivos propostos em relação às duas exposições de 1934 e de 1940.

Na análise das duas exposições, está uma base documental e, como foi mencionado anteriormente, e quanto à sua localização encontra-se recolhida em diversos espaços a nível nacional, como por exemplo, na Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), fundo do

Centro Português de Fotografia (CPF), Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian (BFCG) e Torre do Tombo (TT), Arquivo Municipal e Lisboa (AML). Os documentos selecionados situam-se no contexto das práticas de poder e ideologia colonial do Estado Novo e das Exposições.

Em relação à primeira exposição, a "Primeira Exposição Colonial do Porto" a documentação recolhida caracteriza-se por ser o Boletim Geral das Colónias (BCG) e as fotografias oficiais do evento, asseguradas por Domingos Alvão e guardadas em depósito no CPF, mas que se encontram compiladas no álbum comemorativo da Exposição Colonial do Porto, constando dos anexos. Em relação à segunda exposição e da qual apenas interessa a secção colonial, pela abordagem da temática do outro, a documentação recolhida é proveniente de fontes mais diversificadas, pela sua dispersão, o Boletim Geral das Colónias, Publicação oficial da "Exposição Mundo Português" relativo à secção colonial, apoiado pelas imagens fotografadas por Mário Novais, Eduardo Portugal, Domingos Alvão, e algumas do Jornal o Século, que se encontram na biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, no Arquivo Municipal de Lisboa, no Centro Português de Fotografia e na Torre do Tombo, respectivamente, e que constam igualmente dos anexos.

No que diz respeito à informação escrita, a base é o Boletim Geral das Colónias (BGC)[9], a publicação oficial da secção colonial sobre a exposição Mundo Português, e a revista dos centenários, obras construídas a partir de uma grande diversidade de fontes da época, notícias de jornal, documentos oficiais, entrevistas, cartas oficiais. São fontes documentais importantes que compilam de informação sobre as exposições que, apesar da sua parcialidade e "silêncios" (Trouillot,1995), demonstram ser possível gerar novas interpretações, a informação existe, ainda que aparentemente possa parecer “oculta”. Pode interpretar-se o outro mesmo através da encenação desenvolvida por aqueles que tinham o poder, como é o caso das exposições nacionais, uma vez que existe uma crítica que se pode ocultar no anonimato da representação (Idem:xiii),

É ilusório pensar que o domino exercido sobre o outro permite um controlo tatal das ações, mas isso não acontece (*Idem*:4) ou seja, de uma perspetiva ideológica a transcrição

[9] O Boletim Geral das Colónias é uma publicação que nasce em 1925 como reflexo do Diploma Legislativo Colonial nº 31, de 29 de Julho de 1924, do Ministério das Colónias. A sua primeira designação era "Boletim da Agência Geral das Colónias" desde 1925 até 1931. A partir do ano 1932 em diante, passa a designar-se Boletim Geral das Colónias.

pública, aquela que se vê, aparenta ser a prova dos discursos da classe dominante, sendo representantes entusiastas da vontade do dominador. No entanto o que se apura é poder existir uma "transcrição oculta" (*Ibidem*), algo que aparentemente não se vê, mas existe, uma forma de os grupos subordinados agirem de forma a não quebrarem as relações de poder (*Idem:*44) ou seja, também eles poderem resistir e aparentemente não se demonstrarem resistentes. A informação existente torna possível interpretá-la, de acordo com as "transcrições públicas" (Scott, 1990), e retirar dos subalternizados a informação que aparentemente os oculta. Os documentos que foram consultados são unidades de contexto da temática colonial em relação à representação do outro, em correspondência ao período imediatamente antecedente e precedente das exposições.

A estrutura desta investigação, enquadrada no âmbito da museologia, encontra-se desenvolvida em seis capítulos, divididos em três secções. A primeira secção, que diz respeito à fundamentação teórica do estudo, inclui os capítulos, um a três. O primeiro capítulo debruça-se sobre a formação das questões teóricas que são centrais ao estudo, procurando identificar e expor as questões teóricas, parte essencial na fundamentação do corpus da análise mas também, as que sustentam a investigação e estão na origem da abordagem utilizada. Nele são abordadas as principais questões em torno da ideologia, discursos e a análise crítica do discurso na construção dos significados e representações. O segundo capítulo materializa os conceitos teóricos, contextualiza os discursos coloniais e póscoloniais, definindo o processo de colonização e descolonização do outro, enquadrando-os nas questões contemporâneas da museologia. O terceiro capítulo demonstra e explica a opção metodológica usada na análise dos casos de estudo, com base na análise de Thompson (1990).

Na segunda secção dedicada aos contextos expositivos, consta o capítulo quarto, que tem como objetivo contextualizar e comparar a construção e desenvolvimento da representação do outro, do discurso ideológico, efetuado em exposições coloniais. Uma vez que se analisa um fenómeno que marcou a história da humanidade, parece pertinente verificar o que está na génese da sua organização, as suas estruturas socioculturais, os seus objetivos, como foram inventados os outros um pouco por todo o mundo.

A terceira parte é constituída pelos capítulos cinco e seis, que são dedicados às exposições nacionais e nos quais se pretende identificar e analisar os discursos coloniais nas exposições, e a representação do outro, através de modelo baseado em Thompson (1990). O objetivo visa a

contextualização dos eventos, a verificação de quais as linguagens geradoras dos discursos, como estão compostas e como foram usadas, compará-las entre si e reinterpretá-las. Existem alterações em relação a eventos anteriores, nos capítulos específicos das exposições nacionais, procurando-se verificar como o discurso ideológico se construiu e desenvolveu, como se manifesta e influência o processo de construção e como materializa a representação do outro. Depois de compreender como o processo foi desenvolvido procura-se reinterpretar a representação do outro, possibilitando desconstruir o discurso colonial.

A conclusão deste estudo objectiva e critica a idealização de exposições, que possam envolvem o outro, através dos conceitos que afligem a museologia, demonstrando que é possível, havendo soluções para as representações da diferença no século XXI. Demonstrar o relevo das abordagens que diminuem o preconceito e a diferença são uma mais-valia para o museu e para a cidadania em geral. Na atualidade o outro continua a existir, na deficiência, no género, etc.; o preconceito é uma realidade experienciada por muitos, a sociedade continua a construir outros, rejeitando-os, como nas exposições coloniais e aceitando-os como diferentes e não como iguais. Descolonizar a forma de pensar e construir a diferença permite à museologia transformar o seu espaço num local de integração e acessibilidade plena.

Antes de concluir, a introdução é fundamental, no que diz respeito à construção do documento, tecendo-se algumas considerações. A primeira, diz respeito à escrita deste trabalho, envolve as citações em língua estrangeira, foram traduzidas e estão reproduzidas dentro de aspas (“”), sendo por isso da responsabilidade do autor. Na base de tal decisão está o facto de evitar duplicar a quantidade de texto, em nota de rodapé com o texto original; contudo em situações em que a tradução possa ser geradora de dúvidas ou algum tipo de interpretação dúbia, será criada uma nota de rodapé com a necessária chamada de atenção.

A segunda ressalva, importante para este estudo reside no facto de se usarem as terminologias originais dos documentos. Num período em que as questões da raça e ideologia eram, também elas, eurocêntricas, seriam uma constante criar chamadas de atenção, colocando entre aspas, palavras como: "primitivo", "indígena" "ultramar", etc. acabariam por tornar a sua leitura mais complexa e desordenada. Por esse motivo, e uma vez que a título pessoal não existe, de todo, qualquer concordância com estas terminologias, considera-se o seu uso como um processo menos complexo. Por isso é esperado que não seja mal interpretada a utilização de termos de cariz colonialista.

Um terceiro elemento importante a esclarecer diz respeito à distinção entre - Outro e outro. Usando um posicionamento mais próximo de Lacan e do póscolonialismo (Ashcroft et al., 2004:154-6), o outro com letra minúscula corresponde ao outro que se assemelha a si mesmo, e por isso será escrito com letra pequena, daqui em diante.

Para finalizar, a forma da escrita da palavra póscolonialismo sem hífen, não está relacionada com o novo acordo ortográfico mas sim, com o debate interno que a envolve[10]. Neste estudo, considerando que a designação não se relaciona com a questão cronológica do fim do período colonial, usa-se a palavra sem hífen que, seguindo a posição de Dommeleen, significa ir além do colonialismo de uma forma metafórica e ideológica (2006:104).

[10] Neste estudo a opção de escrever a palavra póscolonialismo direcionou-se para a grafia sem hífen, não por estar relacionada com o novo acordo ortográfico, mas sim com o debate interno da questão. A palavra pós-colonialismo está mais associada debruça-se mais sobre um determinado período histórico, o relativo ao após o colonialismo ou após o fim dos impérios coloniais. Por seu turno o póscolonialismo diz respeito a "formas de representação, práticas de interpretação e valores" (McLeod, 2000:5). Mas sobre o debate entre pós-colonialismo e póscolonialismo ver artigo de van Dommelen (2006: 104-124).

Parte I – contextualização Teórica

Capítulo I

> The study of ideology is among other things an inquiry into the ways in which people may come to invest in their own unhappiness. It is because being oppressed sometimes brings with it some slim bonuses that we are occasionally prepared to put up with it. The most efficient oppressor is the one who persuades his underlings to love, desire, and identify with his power"
>
> (Eagleton, 1991:xiii)

Num estudo direcionado para a museologia pode questionar-se se uma análise da ideologia faz sentido? Entende-se que sim.

Desde o início da história da humanidade que há relações sociais baseadas na desigualdade, sejam de ordem racial, económica, ou outras, essas relações são estabelecidas através de ideias que suportam a diferença. São ideias difundidas e aceites pelas pessoas, tanto pelos que discriminam como pelos que são descriminados e influenciam-nas para determinadas orientações. Mas se existem relações desiguais nas sociedades como é que elas são aceites por aqueles que estão na parte inferior dessa relação? Como se caracterizam as construções sociais que o suportam? A teoria da ideologia explica exactamente esses fenómenos, como se estabelecem relações de desigualdade, em particular no âmbito da história colonial, em relação ao outro.

Este estudo pretende demonstrar que as exposições, de tipo colonial, podem ser consideradas uma forma de ideologia, seguindo a posição de Thompson, uma vez que são criadoras de "significado ao serviço do poder" (1990: 23). No caso mais específico, na aplicação à museologia, considera-se que a ideologia também participa na construção e desenvolvimento, na relação de desigualdade, na relação de poder que ela tem de conseguir influenciar o seu público. Os museus são criadores de ilusões e auxiliam, como refere Janet Hall (2005) na "mudança" social e cultural, quer através da geração de significados ou de interações, de certa

forma são um instrumento ideológico, como considera Message, são instrumentos de "governação"[11] (2006:10).

Desde há várias décadas que os conceitos de ideologia e discurso são explorados, apesar das suas inúmeras abordagens (Freeden, 2003, Thompson, 1995) e relações interdisciplinares. De uma forma geral procuram responder à questão – porque existem diferenças sociais?- autores como Foucault, Bordieu ou Thompson.

Em busca de respostas, procura-se neste primeiro capítulo esclarecer quais as principais características que definem as teorias da ideologia e do discurso, considerando-se que são conceitos que estão conectados com as relações sociais, que são estabelecidas pelo homem, enquanto conceitos teóricos ativos na criação de cultura e saber. Nesse processo procura-se demonstrar os principais momentos da teoria da ideologia, que são transversais à história do pensamento mundial, explanando os elementos que interessam para abordar o tema das representações do outro.

1.1 – A geração da ideologia

O objetivo do estudo não é abordar exclusivamente as relações entre a ideologia e o discurso, contudo uma vez que há percursos que são comuns e são de interesse para uma melhor compreensão das representação coloniais nas exposições nacionais, utiliza-se uma explanação dos principais fatores da ideologia e do discurso, conceitos que são preciosos para a perceção da construção dos discursos e significados a ele associados.

Um objetivo chave deste estudo é o de identificar o papel da representação do outro ocorrido nas Exposições Nacionais, e saber a forma como a ideologia dominante influenciou a sua aplicação, é vital como se demonstrará. Para se conseguir estudar de uma forma mais apropriada o papel da representação do outro é necessário primeiro, explorar os conceitos que estão na base das relações desiguais da sociedade, as dimensões ideológicas que envolvem as

[11] A autora Kylie Message usa o termo "Instruments of Governance" que traduzido para governança não faria muito sentido, traduziu-se por isso para governação, no sentido de governação dominadora (2006:10).

relações sociais e por isso é fundamental começar por analisar algumas definições e correntes que envolvem os conceitos de ideologia.

A ideologia é um dos elementos que está na base do discurso, são muitos os estudiosos defensores[12] de que a ideologia "opera através da linguagem", dessa forma é possível através da análise do discurso verificar quais as bases da ideologia em vários discursos e participantes, a forma através da qual o poder é transmitido (Verdoolaege, 2008:55).

Para Habermas (2005) a ideologia é uma forma de comunicar que é "sistematicamente" mal interpretada pelo poder, é um discurso que se transformou num meio de domínio e que serve para legitimar, aquilo que Eagleton considera como, as "relações de força organizada" (1991:128). Por seu turno Hall baseia-se em Foucault para considerar que existe uma ligação entre os dois conceitos, de discurso à verdade, à ciência e a ideologia, à falsidade das afirmações (1992a:292), ainda que não seja uma verdade linear, desta forma, primeiro aborda-se a aparente falsidade, a ideologia e posteriormente o discurso – a ciência.

A ideologia é uma parte da atividade social quotidiana, está presente em quase tudo e influencia grande parte dessa atividade, ela é responsável por parte significativa da ação social, é responsável por dar sentido às coisas, o senso comum?!. É através da sua ação que os factos e ocorrências serão interpretados. A ideologia foi e é um instrumento político, mas como se demonstrará não é só, tem muitas outras variações que por vezes são esquecidas, aplicadas ao meio dos estudos culturais. Pode-se por isso questionar, mas afinal de que trata uma análise da ideologia e da sua origem?

A ideologia e a sua ação têm visto o seu papel reforçado, nas últimas décadas, através de vários estudos (O'Sullivan, 2006, Zizek, 1994), em particular no domínio dos estudos culturais,[13] que se debruçam sobre as relações da cultura e as instituições dominantes, sejam económicas ou políticas, que sustentam a desigualdade (Oswell, 2006:42). O papel da ideologia é sem dúvida importante para expôr as relações de diferença mas não só, como reconhece Stuart Hall (1997), por exemplo, e em consonância com as posições de Laclau e Mouffe (2001), também porque têm a capacidade de procurar resolver a diferença e a desigualdade. É com o objetivo de conseguir uma diminuição da diferença que se procurou desenvolver este estudo.

[12] Autores como Thompson (1990), Fairclough (1995) e Wodak (2007) entre outros.
[13] Nos estudos culturais e sobre a representação da diferença de destacar a obra de Stuart Hall (1985, 1997).

Desde há muitos séculos que existem relações desiguais nas sociedades, da mesma forma que existiu uma divisão de classes. Retrocedendo à idade média, caracterizavam-se pela distinção entre Clero, Nobreza e Povo, no mundo moderno a relação entre burguesia e povo (neste estudo interessa a diferença entre colonizadores e colonizados) e à época contemporânea, ricos e pobres. Em todos os períodos da história existiu sempre uma elite dominante e uma maioria dominada, que apenas ocasionalmente questionavam os dominadores. Normalmente verificava-se aquilo que Bourdieu designou por "violência simbólica" (1995:23) ou seja, o domínio de uns pelos outros mas sem contestação.

1.2 – Da ideologia de Marx aos "instrumentos ideológicos"

Esta secção do capítulo procura explorar as principais conceções de ideologia, sobre as quais este estudo se debruça, no entanto é fundamental ressalvar que não sendo uma estudo analítico e profundo da ideologia, será breve, e por isso corre o risco de ser superficial em relação a alguns assuntos e ao cuidado que esta temática exige.

As primeiras teorizações formais do conceito remetem para as posições de Karl Marx e Engels[14], não terão sido os primeiros autores a explicar as relações de diferença, entre classes, mas foram marcantes para o desenvolvimento da conceção de ideologia, dando-lhe um novo estatuto enquanto ferramenta "crítica" (Thompson, 1990:32). Os estudos desenvolvidos por Karl Marx são, sem dúvida, dos mais influentes da história da humanidade, ainda hoje uma referência, reflexo de uma época marcada por um complexo processo social - a Revolução Industrial (Thompson, 1966).

A ideologia de Marx surge numa época de contrastes, um período de rutura marcado pelo fim do feudalismo e pelo início do capitalismo, a luta de classes alcançou um dos seus pontos de viragem, pelo menos aparentemente. A nova ordem é baseada num capitalismo embrionário e na produção industrial, as relações sociais refletem essa nova ordem, deixa de existir o antagonismo social entre a nobreza e o povo e passa a existir, oposição entre a burguesia e povo. A sociedade

[14] As obras de Marx o Capital (1996) e o Manifesto Comunista (2007), facultam mais informação sobre a contextualização da ideologia.

industrial do século XIX é marcada pela relação entre o operário e o burguês, entre quem produz e quem possui os meios de produção, entre o capital – que controla a mão-de-obra operária e a força de trabalho - a única posse do operário.

A relação de domínio é exercida pela classe burguesa sobre o operário, tal como os escravos, servindo apenas para produzir, com uma diferença, é pago para isso. Desta relação desigual facilmente se conclui, mediante as fracas condições sociais, que o operário só sobrevive se produzir, se ganhar dinheiro, no fundo, aceitando ser explorado.

É através da desigualdade de origem económica que Marx se debruça e ao materialismo histórico que demonstra que a economia tem uma função central no desenvolvimento das sociedades, que a estrutura económica seria a base da sociedade e sobre ela seria erguida uma superstrutura, politica, jurídica ou cultural à qual "corresponderiam determinadas formas sociais de consciência" (1996:206). Para Marx a história humana deveria ser entendida primeiro, pelas alterações económicas da sociedade - o que ele chama "ciência das relações materiais de vida" (*Idem*:12), e só depois as restantes.

A base económica de Marx, na qual ele analisa os paradoxos entre as forças de produção e as relações da produção,[15] é limitadora e constitui a base do que considera uma superstrutura, que se divide em dois níveis; a) político-juridico, em que se encontram o Estado e a Justiça e b) o ideológico, que inclui a religião, a escola, outros (Althusser, 1971:134). A superstrutura demonstra o seu papel institucional e ideológico, o das regras e regulamentos, estabelece ligação entre a materialidade da base e a consciência social dominante.

Apesar da base materialista, o próprio Marx considera que a falsa consciência é um problema de representação, quando identifica: "A ideologia é, assim, uma consciência equivocada, falsa, da realidade. Desde logo, porque os ideólogos acreditam que as ideias modelam a vida material, concreta, dos homens, quando se dá o contrário: "de maneira mistificada, fantasmagórica, enviesada, as ideologias expressam situações e interesses radicados nas relações materiais, de caráter econômico, que os homens, agrupados em classes sociais, estabelecem entre si" (Marx 1996:11).

[15] Para Marx, forças de produção são compostas pela tecnologia existente na sociedade, enquanto que no feudalismo as fontes de poder da sociedade feudal são os animais ou o vento e àgua, no capitalismo essas forças são o vapor, fruto do desenvolvimento tecnológico. As relações de produção, são as relações que existem entre os produtores e os que controlam a produção, a elite dominante.

Os interesses que se verificam nas relações materiais são os da classe burguesa, Marx considera que as ideias da classe dominante são as ideias dominantes (*apud* Thompson, 1990:37), e parte desse domínio é exercido através da produção mental ou intelectual; gerada por elementos oriundos da classe privilegiada. Esta separação afasta os produtores de conceitos teóricos da realidade material, distanciando os conceitos da realidade da base da sociedade. As conceções da classe dominante são apresentadas como se fossem verdades universais, como refere Archer, dos "consensos culturais" (1996: 54), permitindo que passem a ser encaradas como verdades absolutas pelos dominados, fomentando-se assim uma atitude conformista.

O interesse económico da burguesia transforma-se em verdade que é aceite tanto pelos dominadores como pelos dominados, é do interesse da classe dominante que os dominados assimilem que a sua realidade é aquela, sem perceberem que estão a ser manipulados, consolidando o poder da burguesia, gerando uma relação dominador/dominado. Para Marx enquanto esta posição desigual se mantivesse, haveria sempre exploração de uns pelos outros, por esse motivo Marx considera que combater a ideologia pela teoria, não altera nada, é preciso mudar a base do sistema; com a escravatura ocorria algo semelhante, os esclavagistas propagavam a ideia de que a sujeição era uma prática moralmente correta e era algo de benéfico ao escravo. Enquanto o debate existiu a escravatura continuou e era evidente que a base da escravatura era motivada por interesses económicos, pois o trabalho não remunerado era gerador de boas margens de lucro.

Marx acabaria por considerar a ideologia como uma construção imaginária, e por isso sem história, algo negativo, uma ilusão desenvolvida por quem tem o poder. Apesar da ideologia desenvolvida e defendida por Marx e Engels ser considerada por alguns autores, como Thompson, como sendo "ambígua" e por vezes pouco "clara" (1990:33), ela deixou seguidores. Após Marx entre os pensadores da "Escola de Frankfurt"[16], gravitavam vários pensadores como Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse ou Walter Benjamin, para enumerar alguns, os quais desenvolveram análises sobre a natureza e papel da ideologia na sociedade moderna (Thompson, 1990:97) e formas de desenvolver "uma variante revolucionario-filosófica do marxismo ocidental" que ficaria conhecida por "Teoria Crítica" (O'Sullivan, 2006:123).

[16] A escola de Frankfurt foi fundada na Alemanha no "Institute of Social Research" em 1923, na qual participavam dos mais influentes pensadores da sua época, viveu períodos distintos, quando se viu forçada a emigrar para os Estados Unidos nos anos 30, o que daria origem a várias correntes ou outras escolas de pensamento (O'Sullivan, 2006:123).

A teoria crítica nasce da alteração da análise das teorias tradicionais de origem cartesiana, nas quais o conhecimento se baseia em evidências fatuais, de verdades incontestadas, a sua posição é o oposto (Therborn, 1977:68); a teoria crítica parte do ponto de vista do homem enquanto "sujeito ou criador da história" (*Idem*:69).

Com o posicionamento que se torna numa crítica do capitalismo e se transfere para a crítica da cultura ocidental, para a ação do homem, passa a ser a característica principal da racionalidade ocidental, surge como uma fusão entre domínio e racionalismo tecnológico. O papel crescente do homem, e consequentemente da cultura, reconhece-se ao desenvolvimento tecnológico, à industrialização, que permitiu a massificação da produção cultural. Essa produção incluía filmes, as fotografias, o rádio, também os museus e grandes exposições, desde o século XIX e princípios do século XX, a generalização cultural e eventos de massas foram grande influência para o povo. A cultura estava cada vez mais ao alcance de todos.

Na linha de continuidade dos processos de Marx, em vez de ser a economia, a cultura desenvolve o seu processo ideológico representando o modelo capitalista, a indústria cultural também homogeneíza o povo, torna-o aparentemente mais igual, promovendo um falso sentido de individualidade. As pessoas podiam ter a perceção de serem e sentirem-se únicas através dos seus gostos. Thompson (*Idem*:100) reconhece que ao contrário das primeiras formas de ideologia, que consistiam na sua independência "ilusória" da realidade social, a nova ideologia da indústria cultural está na ausência dessa independência. Os produtos gerados pela indústria da cultura são desenvolvidos para servir uma realidade social que se desenvolve sem ser necessário uma justificação, o processo de consumo desses produtos orienta o sujeito a identificar-se com as regras da sociedade dominante, mantendo-a nessa posição. Quem dita as tendências da cultura e da moda por exemplo - a elite - a partir do momento em que o público segue essa orientação acaba por perpetuar a sua influência.

A escola é crítica do consumismo pelo qual o povo é aliciado, pela superficialidade dos meios de mass media, a aceitar a estrutura económica, demonstrando a sua posição subordinada, considera-se que a sua posição, a sua consciência, como refere Tomlinson (2002:126)., é uma "ilusão" manipulada Essa manipulação, identificada na referencia de O'Sullivan que, refere a: "… indústria cultural emergiu para desenvolver um papel altamente manipulador nas sociedades capitalistas avançadas, servindo para controlar e subverter as formas opostas ou a consciência crítica em nome da classe capitalista dominante" (2006:124). Os posicionamentos, em relação à

ideologia, tanto de Marx como da escola de Frankfurt, demonstram que o domínio é exercido através da sociedade, a ideologia funciona como elemento que congrega as pessoas nesse sistema social.

Enquanto que a ideologia defendida por Marx é um pouco abstrata (*Idem*:46), tende a expressar os interesses da classe dominante. Tal como refere Thompson, a ideologia de cariz socialista só podia ser desenvolvida por intelectuais, separados da realidade do quotidiano, que conseguiam ter uma visão mais alargada dos factos (*Idem*:45), com os seguidores da escola de Frankfurt, a analise dos média, fica aquém do que se espera porque não consegue explicar as relações entre os mass media e a ideologia (Thompson, 1990:102).

Entre as conceções de Marx e as da escola de Frankfurt estão as de António Gramsci (1992), um dos autores que sucede a Marx e que explorou a ideologia. O impacto da sua obra revelou-se fundamental na justificação e compreensão, durante os anos setenta, do anticolonialismo, dos debates que se geraram no entendimento ideológico dos processos culturais. Apesar de defensor das posições de Marx, procurou desenvolver o seu conceito de domínio, justificar de outra forma o porquê de existir uma classe dominante e, como exercia o seu poder, usa para isso a ideologia. A ideologia, que grosso modo se considera o conjunto de ideias, de crenças (Thompson, 1990:55) e que está ligada ao exercício do poder, legitima as relações de diferença entre grupos sociais desequilibrando as relações da sociedade.

Na sua busca por respostas, Gramsci desenvolveu um conceito fundamental, o da hegemonia, que considerava servir para combater a democracia da burguesia liberal pela classe operária. Gramsci considerava todas as classes incapazes de governar a sociedade por si só, e isso acontecerá, apenas, através de alianças com outros grupos ou classes (Gramsci, 1992:21), desta forma nenhuma classe controla o Estado sem liderar as pessoas, através da ideologia, da moral ou da cultura. A hegemonia não é domínio, nem ação repressiva, é algo que opera através do consenso, que alcança junto das pessoas o *status quo*, que é reconhecido à classe dominante. Thompson, identifica a hegemonia como a forma usada pela classe dominante para exercer liderança sobre os dominados, através da estruturação do campo ideológico, é uma liderança baseada no "consentimento" (1990:94). Por ouro lado, During considera que a hegemonia descreve as relações de "domínio" que não são visíveis, são ações consentidas e não infligidas (1999:4) ou seja, dizem respeito à capacidade, de em certos períodos históricos, a classe dominante exercer uma liderança social e cultural e assim manter o poder. Também Ashcroft *et*

al.. reconhece na hegemonia, como um dos seus principais vetores, o facto de operar não pela força ou coação mas, exercer o domínio de tal forma que ele é aceite como um poder natural: "… o poder da classe dominante em convencer outras classes que os seus interesses são os interesses de todos" (2007:116).

Enquanto que a posição de Marx era a da divisão da sociedade segundo a estrutura económica e superstrutura representada pelas instituições, mais importantes da sociedade, por seu turno Gramsci desenvolveu o conceito e dividiu a superstrutura do capitalismo em duas vertentes, a sociedade politica e a sociedade civil (Forgacs, 2000:210). A primeira enquadra o Estado, que exerce através da força o poder disciplinador, uma vez que tem legitimidade legal para o poder exercer sobre os grupos sociais, quando necessário. A segunda é exercida através do consentimento espontâneo de grupos sociais, às orientações que são emanadas pelas elites dominantes, em parte devido ao prestígio que elas têm. Gramsci alude que se fazem as trocas sociais, onde a hegemonia da classe dominante é assegurada. É nesta sociedade civil, onde a luta de classes, mesmo a nível ideológico, se desenvolve, onde uns conseguem exercer a supremacia sobre os outros, na qual Gramsci considera que acabam as relações de poder exercidas pela repressão do Estado (Hall,1997:48). A sua posição contribui para a confirmação do conhecimento, enquanto construção social, que legitima as estruturas sociais através do consentimento e não pela força, esse poder é o reflexo da sociedade, da aceitação e passividade da maioria, funciona como um ato natural, é uma constante "construção de alianças" entre as classes e não apenas o exercício do domínio (Fairclough, 1992:92).

A hegemonia de Gramsci revela uma sociedade em que a cultura assume o papel de exercício de poder, influenciando a ideologia, uma vez que a são vários os agentes sociais que podem participar na mudança social. Ao contrário de Marx, Gramsci não considera que os meios de produção são o ponto de partida para a mudança social, mas sim os responsáveis pela negociação entre as partes. A mudança social segundo Gramsci partia de uma contra-hegemonia, como reconhece Scott, é difícil de explicar como é que a mudança social ocorre a partir da sua parte mais inferior (1990:78), uma vez que as elites controlam o processo. Segundo o mesmo autor tal só pode ocorrer com um grande abalo externo. Reclama-se uma mudança ideológica e estrutural que permita a essa classe contestatária ter consciência da sua luta, ou seja mudar o consenso social.

A posição de Gramsci, tal como Eagleton a reconhece, marca a transição da ideologia de um "sistema de ideias" para a ideologia, enquanto prática habitual social (1991:115). Assim, a hegemonia de Gramsci, demonstrando como se alcança o consentimento das relações desiguais entre classes, não é o fim para demonstrar a ideologia, mas o ponto de partida no entendimento das relações de diferença, e permite verificar se existe uma hegemonia nas relações sócio culturais. A sua obra, à imagem da de Marx, foi influente também para os estudos culturais, influenciou Bourdieu, Ernesto Laclau e Stuart Hall entre outros (Bowman, 2003:64).

Ao falar de ideologia é adequado abordar o trabalho de Louis Althusser, ainda que tenha tido um desempenho mais discreto que Mannheim ou Gramsci, foi um dos responsáveis por redefinir a ideologia de influência marxista. Althusser foi um seguidor das posições de Marx, mas defendia que o conhecimento surge da linguagem que por sua vez, é algo de pouco esclarecedor para alcançar a verdade (1971:172) e por isso, para ele a linguagem é considerada ideológica.[17]

Althusser considerava que a nossa existência no mundo da linguagem (ordem simbólica) e, a consequente existência enquanto indivíduos era o reflexo da ideologia (2008). A sua posição crítica, como refere Hall, opõe-se ao "reducionismo" das classes na ideologia (1985:97), uma clara oposição ao marxismo, a posição de que as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, uma vez que considera que não faz jus à grande variedade de questões que emergem da utilização diversificada de uma ideologia para manterem o domínio. Althusser era de opinião que o conhecimento, ideológico ou científico, é o reflexo da "ação prática", como identifica Thompson, através das quais os humanos se relacionam, o que leva àquilo que ele designa por "instrumentos ideológicos" (1984:90). Para Althusser as relações sociais têm que ser representadas num discurso, numa linguagem para alcançarem um significado, significado esse que é o resultado de um trabalho ideológico (Hall, 1985:98). Como refere Rocha (1976:16), se a ciência leva ao conhecimento, a ideologia leva ao reconhecimento.

Na produção e difusão da ideologia dominante Althusser, desenvolve a conceção inicial de Marx, dos instrumentos ideológicos, considera que existem dois instrumentos do Estado ou dois níveis; o "instrumento repressivo do Estado" e o "instrumento ideológico do Estado"

[17] Para informação mais aprofundada sobre a relação de Althusser com a ideologia, consultar a obra de Thompson (1984).

(1971:134). O primeiro inclui a componente institucional do Estado, o sistema judicial, a polícia, as prisões, toda a componente repressiva que o estado pode usar. O segundo refere-se à componente ideológica da qual faz parte a religião, o sistema educativo, a família, a política e os meios de comunicação, como a imprensa ou a rádio (*Idem*:143-5). Apesar da grande quantidade de instituições envolvidas, por estas duas componentes, a sua importância para o estudo da ideologia, como refere Thompson (1990:92), verifica-se pelo facto de a abordagem de Althusser reconhecer que os instrumentos ideológicos do Estado, congregam em si a ideologia da classe dominante ou seja, são mecanismos de divulgação da ideologia.

Na sua opinião, a ideologia não é uma criação exclusiva do mundo eurocêntrico, mas algo fundamental a todas as sociedades, uma vez que é ela que os molda, como reconhece Thompson (1984:90). Althusser considera que a ideologia "…representa a relação imaginária dos indivíduos, em relação às verdadeiras condições da sua existência" (Althusser, 1971:162). Considerando que a ideologia acha-se presente em tudo, e no quotidiano, para ele ela é:

> "… um sistema de representações, mas na maioria das vezes estas representações nada têm a ver com a "consciência": são normalmente imagens e conceitos ocasionais (…)" (Althusser, 2005:233).

A obra de Althusser sobre a ideologia foi um dos grandes desenvolvimentos do pensamento crítico e marxista, como refere Eagleton (1991:148)., a ideologia deixou de ser um "falso reflexo" mas sim: "…um meio indispensável para a produção de sujeitos humanos". A sua conceção de ideologia traz outra perspectiva à difusão das relações de diferença e de poder, como refere Thompson, o conceito de ideologia não pode ser considerado em separado, mas "…deve ser localizado e enquadrado na teoria geral social" (Thompson,1984:127). Não há dúvida que o papel de Althusser e dos seus seguidores, foi o de valorizar a importância das relações entre o sujeito e a ideologia, direcionando o cerne da questão para os processos de formação da consciência, quer do indivíduo, quer do grupo a que pertence. O sujeito é o destinatário da ideologia, mas também o seu maior constituinte (Althusser,1971:171), sendo a linguagem o local onde ele é gerado, uma vez que a ordem simbólica é geradora de ideologia.

Um dos méritos da abordagem de Althusser, como Thompson bem identificou, é o facto de ele enquadrar a questão da ideologia num contexto institucional e estrutural, no entanto,

Althusser deu pouco relevo à questão da dominação, por isso a ideologia surge como um "pré-requisito" funcional em qualquer sociedade (1984:94).

1.3 - Discurso e representação, prática social

Em meados do século XX, época que Hall considera ser a do "paradigma crítico" (2005d:52) e depois de declarada a morte da ideologia (Bell, 2001), conceito que Zizek considera como uma ideia ideológica por excelência (2008: xxiv), a conceção marxista do conceito levou, as teorias até aí evidenciadas, a um beco sem saída. Apesar de se lhe conhecer alguma utilidade muitos consideraram ser necessário o conceito se readaptar, entre eles Foucault, é um período marcado pelo pós-guerra e início das independências coloniais. A ideologia assiste a uma nova abordagem baseada no estruturalismo e pós-estruturalismo, um renascimento com outras características, variantes adotadas dos movimentos de emancipação, demonstrando que o seu fim fora declarado prematuramente.

Com a proximidade do fim do estruturalismo e princípio do pós-estruturalismo, uma nova importância é dada a ideias e concepções essenciais, divergindo o conceito para o discurso. Fica patente uma alteração nos objetos de estudo, em que se passa de um estudo da linguística, à imagem da desconstrução desenvolvida por Derrida (1967), para um estudo mais abrangente, o dos estudos culturais (Bourdieu, 1995). Enquanto que os estruturalistas interpretam e consideram que a linguagem se refere apenas ao conceito das coisas e não às coisas propriamente ditas, com a desconstrução de Derrida, o que se apura é que não se referem nem a coisas nem a conceitos, mas sim aos significantes da linguagem (Tyson, 2006:252).

A linguagem e o processo de significados e significantes é fundamental à transmissão do saber mas também, à construção das relações de domínio e ideologia. A linguagem é essencial ao processo de interligação entre agentes e ações sociais, poder e domínio é a composição linguística que leva ao discurso. Tal como Derrida, que foi marcante para o pensamento crítico, o pós-estruturalismo foi uma influência significativa na linguagem, no discurso e no poder; autores como Foucault são críticos da ideologia; como refere Zizek (1994:13), Foucault não é um grande

utilizador da designação ideologia. Neste período começa a acentuar-se o afastamento da denominação ideologia em favor do discurso.

São vários os autores que se desvinculam da construção marxista, sendo o francês Foucault uma das suas maiores referências, o discurso transforma-se na forma de demonstrar a ideologia, mais orientado pelas questões da linguagem, demonstrando como as formas de comunicar são utilizadas para ocultar ou exibir as formas de repressão e domínio. Os textos são a representação das ideias de cada um, demonstram normas de conduta social.

Na sua forma mais simples, o discurso é a exposição verbal (Helsby, 2005) e grosso modo, pode-se entender a sua existência de duas maneiras distintas na definição dos discursos: a) uma que parte da abordagem linguística e outra que, b) se interessa sobretudo, pela função da linguística. Os primeiros debruçam-se na abordagem à sintaxe, morfologia e fonética enquanto que o segundo, se preocupa com a linguagem colocada num contexto social. Este estudo[18] debruça-se sobre a segunda abordagem. Tendo em consideração estas posições, concorda-se com a posição de Tyson que refere que o discurso:

"… é uma linguagem social gerada por circunstâncias culturais específicas num dado tempo e espaço, e expressam uma forma específica de entendimento da experiência humana" (2006:285).

Definir um conceito de discurso não é uma tarefa grata, nem é o objetivo deste capítulo aprofundar esse debate, existe uma grande variedade de disciplinas e de autores[19] que se têm debruçado sobre o tema, demonstrando a sua complexidade. Nas definições do discurso usadas para explanação de conceitos, a escolha orientou-se mais para os estudos culturais e para as relações da diferença em continuidade com as correntes do pensamento, áreas mais associadas às necessidades da museologia. Autores como Brooker (2003) e Hall (1997), consideram que o discurso é utilizado para designar formas de representação, convenções ou hábitos linguísticos que envolvem campos culturais e históricos na produção de significado, além de demonstrações simplistas do discurso que não são consensuais. Existem debates críticos que envolvem essas

[18] Autores como Barker e Galasinâski (2001:69), Fairclough (1989, 1992) e Fowler (1991) utilizam a mesma abordagem.
[19] Desde a história, linguística, estudos culturais, etc. autores como Schiffrin (1994), Fairclough (1992), Foucault (2005a, 2005b), Hooper-Greenhill (2002), Mills (2004), Stuart Hall (1997), Van Dijk (1997, 2009) Wodak et al., (2001); entre outros.

conceções, mesmo as que foram orientadoras e por isso em seguida são explorados esses princípios.

O discurso e a sua conceção teórica são resultado, segundo Hall, dos estudos da linguagem, ele resume esse ponto de partida, considerando que as relações sociais têm que ser representadas "em discurso e linguagem" de forma a obter significado (1985:98), a "construção do saber" (Hall e Gieben, 1992:291). Para Hall cabe à linguagem, ou ao discurso, assumir uma forma de comunicação na qual os membros da sociedade interagem entre si, de forma a manter ou reproduzir as relações sociais. Por seu turno Fairclough resume a asseverado por Hall, considerando que o discurso é o uso institucionalizado da linguagem enquanto "prática social" (1995a:7).

A construção do discurso parte inevitavelmente, numa abordagem mais lata, da linguagem, das formas de comunicar e das relações socioculturais, as relações de interação entre sujeitos que refletem a construção do edifício social. Desde os primórdios da sua existência que a linguagem assumiu um papel importante na forma de compreender o mundo, o seu papel é fundamental à comunicação, elementar para a compreensão entre indivíduos, preparando-os para a "vida em sociedade" (Elias, 1994:38). Sem linguagem provavelmente não existiriam comunidades, também não existiriam as Nações e os Estados, contudo, eles existem porque se fundamentam em estruturas comuns, estruturas que garantem uma unidade entre os sujeitos e entre elas estão as tradições ou a língua.

A linguagem tem um papel importante no discurso e nas relações socioculturais, para Hall, trata-se de um "sistema de representações" (Hall, 1997:1), de certa forma reflete a forma da sociedade e a própria identidade, ou como considera Bourdieu: "… as formas de domínio que a linguística e os seus conceitos ainda exercem hoje" (1995a:37). As identidades sociais são estruturadas como uma linguagem (Mercer, 1990:57) e é através delas, articuladas num ambiente de posições contraditórias de um contexto discursivo para outro, uma vez que cada elemento na ideologia e consciência não pertencem necessariamente a um sistema de representação.

Desde a sua existência que a linguagem assumiu um papel importante na forma de apreensão do mundo, o seu papel é fundamental à comunicação, elementar para a compreensão entre indivíduos, preparando o indivíduo para a vida em sociedade (Elias, 1994:38). Sem linguagem não existiriam comunidades e muito provavelmente as nações e os estados, e isso verifica-se porque se fundamentam em estruturas comuns como as tradições ou a língua, aquilo

que Bourdieu designa por "trocas linguísticas" (1995:37), as relações de poder simbólico. Estes elementos e posicionamento ficam marcados na afirmação de Miguel Tamen:

> "como bem se sabe, a história literária foi um dos principais instrumentos através dos quais a própria ideia de Nação como comunidade começou a ser produzida na Europa do século dezanove" (2002:27).

Os estruturalistas foram os que mais se debruçaram sobre os estudos da linguagem, consideravam a linguagem como o centro da cultura e o homem o seu objeto. Um dos fundamentos da linguagem, estudada por Saussure (1908, 1995), é a produção de significado em que a linguagem opera, como um sistema de signos (imagens, sons) que funcionam como transmissores de ideias. Saussure analisa os signos de duas feições: quanto à forma e quanto à ideia. À forma ele chama significante, e à ideia significado. Com estas duas posições, pretende a criar a existência de uma estrutura de comunicação, de linguagem, porque ambos são necessários para produzir um sentido, apesar de ele considerar não existir qualquer ligação natural entre um e outro. O estruturalismo de Saussure demonstra que o significado dos símbolos não é intrínseco mas relacional ou seja, cada signo deriva o seu significado da sua diferença em relação aos outros signos na sequência da linguagem (Porter. 2004:106); talvez seja por isso que o estruturalismo insiste na primazia das relações e sistemas de relações.

Saussure distingue dois aspetos na linguagem, o primeiro é aquilo que designou por *Langue* (sistema de linguagem), um conjunto de regras ou códigos do sistema linguístico que todos os utilizadores partilham, permite usar a linguagem para dizer algo, as frases. O segundo designou por *Parole,* que é a fala ou escrita em uso, usando a forma da *langue* são produzidas afirmações ou discursos. Para Saussure a *langue* era a parte social da linguagem e que se podia estudar por ser fechada, limitada. Na *parole* o discurso individual (ato individual de comunicação), (para ele) era a superfície da linguagem, não tinha propriedades estruturais (Hall. 1997:31-7). Se no início dos estudos da linguística a preocupação era a palavra, a frase, gradualmente essa preocupação altera-se, sai da linguística e direcciona-se para outras disciplinas, como os estudos sociais e culturais.

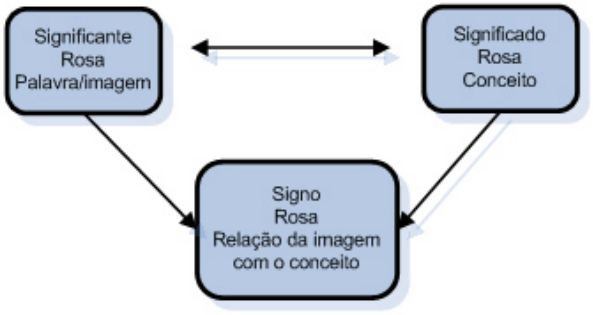
A linguagem estruturalista de signos e códigos acaba por se adaptar às novas necessidades, transportando o estudo da linguagem a um outro nível (*Idem*:36), para tal

desenvolveu novas abordagens e metodologias, como o estudo dos signos ou a semiótica (Brooker. 2003:226). Barthes define o objetivo da semiologia (a base da semiótica) como:

> " (…) qualquer sistema de signos, seja qual for sua substância, sejam quais forem seus limites: imagens, os gestos, os sons melódicos, os objetos e os complexos dessas substâncias que se encontram nos ritos, protocolos ou espetáculos, (…), são, pelo menos, sistemas de significação" (1974:11).

A posição de Saussure é relativa à análise formal da linguagem, não abordando as relações de poder entre intervenientes (Hall, 1997:35) Se no início com Saussure (1995) o significante e significado eram considerados como satisfatórios, com Barthes, o significante já não expressa o significado, por considerar faltar o signo. É na relação entre eles - significante, significado e signo - que o funcionamento se torna mais eficaz. Barthes usa um exemplo mais concreto para expor o seu ponto de vista, referindo-se a um conjunto de rosas que simbolizam a sua paixão. Neste exemplo considera existirem três níveis de interpretação: as rosas que simbolizam a paixão, possuem as duas formas utilizadas por Saussure, o significante e o significado; acrescentando-se-lhe o signo, a sua relação altera-se. Não se pode dissociar as rosas da mensagem que transportam, a paixão. Se as rosas são um signo que representa o romance, a sua utilização em imagens, poemas, combina o significante (palavra ou imagem), com o significado (o conceito cultural das rosas) assim produzem, rosas apaixonadas (Barthes. 1991:111).

Quadro 1.1 - A linguagem segundo Barthes



Fonte: (Barthes, 1991: 111)

No processo linguístico posteriormente às posições de Saussure e Barthes surgem as de Jacques Derrida, que considera que a linguagem como possuidora de duas características: (1) os significantes modificam o sentido e, (2) o significado aparenta ser o resultado das diferenças, aquelas em que se distingue um significante do outro.

1.4 - A construção do discurso e a ruptura ideológica de Foucault

Um dos principais pensadores do século XX, e que se envolveu com o desenvolvimento da teoria do discurso, foi Michel Foucault, que deixou às ciências sociais, um dos grandes legados do pensamento contemporâneo.[20] O seu trabalho revelou-se precursor e fundamental na compreensão que se tem do discurso e das linguagens que envolvem o poder e para a compreensão da análise social, uma vez que a linguagem deixou de estar apenas enquadrada no âmbito da linguística e passa ao campo das ciências sociais. Em meados dos anos setenta Foucault desenvolveu estudos que iriam modificar a forma de analisar e abordar o discurso mas, também a ideologia. Afasta-se do construtivismo linguístico de Saussure e da ideologia de Marx, esta última era uma designação que não o satisfazia, o que o motivou, também, a direcionar-se para o discurso.

Os processos de rutura começam com a ideologia, a divergência para o discurso não é exclusivo de Foucault começara com Althusser que considerava tratar-se de uma "nova realidade" (Freeden, 2003:25), sendo ele dos primeiros a assumir essa fratura, arroga-se considerando ser um termo "difícil" de usar (Foucault,1980:118). Para esse efeito, Foucault procura demarca-se do marxismo, apesar de ser por ele influenciado, procurando responder às dificuldades que nele encontrou. O pensador francês considera a posição marxista inadequada uma vez, que é uma "espécie de elemento negativo", de certa forma obscuro, referindo-se à componente da "falsa consciência", para ele a ideologia é um problema porque "se opõe a algo

[20] Foucault produziu titulos fundamentais ao pensamento contemporaneo, ver Foucault, (1980), (1981), (1996) ou (2003) entre outros.

que é suposto ser verdade" (Faubion, 2000:119). Foucault refere que a ideologia nestes termos é um "estigma" (*Idem*:15) e que por isso necessita de ser "revista" (*Idem*:87).

A posição de Foucault está bem definida na obra "Power/Knowledge" (1980:58), onde explica porque não adota a terminologia marxista, direciona-se assim, sem dúvida, para o conceito de discurso, porque considera que a frequente associação da ideologia à componente "económica" relega a verdade, nas relações sociais, para um plano secundário (*Idem*:118). No entanto apesar de se opôr ao uso do conceito da ideologia na sua obra ele não refere que o conceito deixou de ser útil ou aplicável. A sua rutura ocorre também em relação ao construtivismo linguístico, e ao contrário dos estruturalistas a sua orientação de estudo não é com as questões da linguagem, falada ou escrita, encara o discurso como algo mais que um conjunto de asserções, como um conjunto de práticas que procuram verificar como o domínio se "estabelece" (Purvis e Hunt, 1993:487). Foucault quando se debruça sobre o discurso o seu objetivo é o de analisar um sistema de representação e não uma linguagem, porque para ele é o discurso o responsável pela construção e definição dos objetos do saber, os significados, como refere Hall, que são o resultado do discurso e nada existe fora dele (1997:44).

Afasta-se da construção semiológica de Saussure e Barthes, que se baseavam numa estrutura de significado, direcionando-se para as relações de poder por não a considerar, segundo Hall, satisfatória (1997:44). Foucault refere que:

> "…. o ponto de referência não deve ser o grande modelo de linguagem (langue) e signos, mas o da guerra e batalha", a história que determina o sujeito é mais próxima da guerra que da linguagem, sendo por esse motivo que (ele) considera serem mais importante "relações de poder e não relações de significado" (1980:114).

Não se direciona para a linguística porque considera que nem a " …dialéctica, como lógica de contradições, nem a semiótica, enquanto estrutura de comunicação, podem responder à inteligibilidade intrínseca dos conflitos" (Foucault, 1980:114), que para ele são inerentes ao mundo social. O discurso, que de uma forma geral pode ser identificado como sendo o processo social de comunicação, socorrendo-se para esse efeito da linguagem, Foucault aplica-o, contudo, a regras e práticas que definam a produção de ações com significado em diferentes períodos

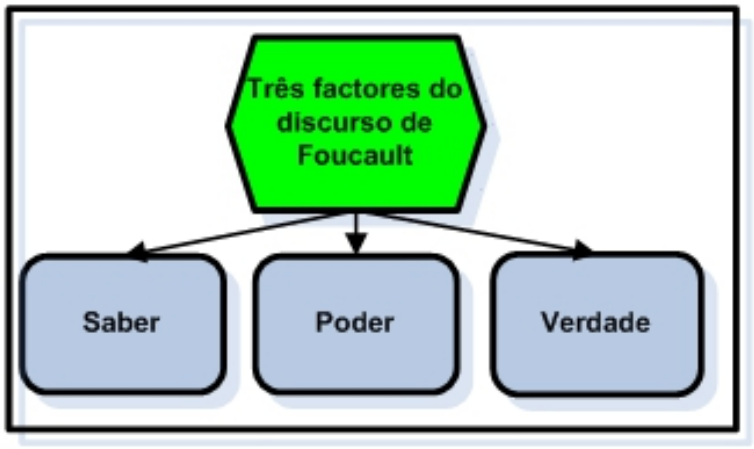
históricos ou seja, a produção de conhecimento através da linguagem. Para ele o discurso é algo de mais complexo do que apenas a linguagem e a produção de significados, é o gerador do "enunciado", que é o elemento que define e gera o saber, que dita as regras do que se pode ou não fazer, como Foucault reconhece é a "unidade elementar do discurso" (1987:90). O discurso é uma construção teórica que em Foucault vai além da construção frásica e textual, é responsável pela forma de pensar, de alcançar o saber num período específico, desenvolve uma nova abordagem, *epistéme*.

Foucault fala de epistéme considerando como a forma que nos permite o acesso ao conhecimento, num dado momento histórico, o que ele considera serem as "condições discursivas":

> "…entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estar desfasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas." (1987:214).

Foucault preocupou-se, como refere Hall, com a produção do saber e o significado produzido através do discurso ou seja, ganha forma sua posição de considerar que, as coisas com significado apenas podem existir no discurso (1997:44). Apesar de ser uma afirmação que foi contestada por alguns autores (Laclau e Mouffe, 2001), concorda-se com a referência que Hall faz quando reconhece que o discurso é relativo à proveniência dos significados e não se as coisas "existem ou não" (1997:45). O modelo de Foucault visa o discurso, como meio de representação da prática social, como forma de chegar ao conhecimento, para ele o discurso contempla três fatores:o saber, o poder e a verdade, sendo eles os principais geradores dos efeitos discursivos (Foucault, 1981; 2000; 2005b).

Quadro 1.2 - Fatores do Discurso de Foucault



Fonte: Imagem baseada na obra de Foucault (1981, 2000)

Para Foucault o saber só é alcançado, em relação a algo, através do significado que é produzido pelo discurso. O discurso que ele explora, é uma via para a construção e produção de objetos de conhecimento, de saber, de acordo com a metodologia da linguística:

> " Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. " (1987:55).

A posição de Foucault em relação ao saber é a de reconhecer que serve para regular e disciplinar, não podendo por isso haver relação de poder sem saber (Hall, 1997:48). O saber é considerado o resultado de uma luta de poder, como refere Mills, o discurso é uma "mais valia" no seu exercício (2004:17-9). O saber faz parte das relações estabelecidas pelo poder, como o próprio Foucault refere que não há "relações de poder" sem a constituição de um "campo de saber" (1995:27). Mas sobre o saber Foucault considera tratar-se:

> "…[d]o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico (…); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (…); um saber é também o campo de coordeNação e de subordiNação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (…); finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas

pelo discurso (…) Há saberes que são independentes das ciências (…); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma." (1987:204-5).

No que concerne o poder, ele considera que se trata de um elemento sempre presente na ação social, ao contrário da posição marxista que considera as relações de poder como reflexo das relações económicas. É utilizado para limitar alguém na execução dos seus desejos e liberdades, reflectindo-se na sociedade e produzindo comportamentos limitados; contudo estes dois primeiros fatores estão ligados, porque segundo Foucault, "(que) a verdade não existe fora do poder ou sem poder" (1998:12).

O conceito de poder de Foucault foge ao modelo marxista da forma piramidal em que emana de uma forma vertical, como reconhece Hall, o poder torna permissivo todos os níveis da existência social (1997:50), assim circula em toda a franja social da base dessa pirâmide, seja na família, no trabalho, aquilo que ele designa por "microfísica do poder" (Foucault,1998). Para ele o poder vem da base. Também ao contrário de Marx, Foucault alerta para o fato de o poder não ser apenas um elemento repressivo, porque até é uma ação "aceite" pelos sujeitos, também é responsável pelo prazer, saber, e discurso. Para ele o poder é encardo como uma "…rede produtiva que funciona em todo o corpus social…" (Foucault, 1980:119)

O poder do discurso está na sua capacidade de implementar uma "verdade" ou seja, na sua capacidade de orientar e influenciar para um determinado discurso, para Foucault: "Cada sociedade tem o seu regime de verdade: ou seja o tipo de discurso que é aceite e funciona como verdade; os mecanismos que permitem distinguirem observações verdadeiras das falsas…" (Faubion, 2000:131). Para ele não era através da ideologia e da "falsa consciência" que a apoia que as relações de poder e autoridade são exercidas, mas sim através da produção de "instrumentos efetivos" para a formação e acumulação de saber, seja através de métodos de observação, investigação ou outros (Foucault 1980, 102). Foucault procurava verificar as práticas e técnicas que eram usadas para subjugar pessoas e formas pelas quais as pessoas aceitam esses processos disciplinares. Na prática o que se depreende do seu trabalho é que os seus estudos sobre o discurso abordam os contextos históricos, é uma conceção de discurso, não o do uso quotidiano mas sim a do uso institucional de normas de conduta, como fica patente nas suas

obras sobre a prisão (1995), sexualidade (1978) e manicómio (2003), para mencionar alguns exemplos.

Apesar da posição de Foucault ser relevante para uma abordagem às relações de domínio, como é o caso do colonialismo, existem algumas condicionantes. Hall reconheceu na obra do pensador francês uma abordagem em demasia em torno do discurso esquecendo fatores de ordem material e económica e estrutural nas relações de poder (1997:51). Também Purvis e Hunt referem que a sua teoria do discurso o deixa numa posição "ambígua" (1993:489), porque não consegue justificar os resultados da prática social em geral, o "efeito ideológico" (*Idem*:490). Autor crítico de Foucault é Zizek (1994:13), que considera que o problema de Foucault foi exatamente "abandonar a problemática da ideologia".

Mas o papel de Foucault foi desencadeador de um movimento de seguidores e novas ideias como as da análise crítica do discurso. Para Bourdieu a questão da consciência e da representação é bastante explorada e como ele considera que o mundo social não funciona em termos de consciência mas de prática, é por esse motivo que ele prefere usar a terminologia de *Doxa* em vez de ideologia. A doxa permite que se aceite as coisas sem as conhecer, e isso é ideologia (Bourdieu e Eagleton, 1994:268). Veja-se por exemplo o caso da pobreza, claro que será mais fácil para os pobres aceitarem melhores propostas de vida, uma vez que quase nada têm e por isso aceitam a ideologia sem saber e sem questionar. Deste ponto de vista o mesmo se pode verificar no Estado Novo, oculto com a melhoria do estado do país, o povo aceitava a generalidade das posições governativas.

Bourdieu refere um exemplo de como se aceita, no contexto escolar e da hierarquia social do rico para o pobre, a exclusão considerando que uns de fato são mais capazes que outros (Bourdieu e Eagleton, 1994:269) ou seja a escolha tal como um império é um óptimo referencial ideológico. Bourdieu afasta-se da posição de Foucault e do poder, considerando que enquanto a disciplina é algo consciente e de fácil entendimento, que é exercido pela força e sobre a qual facilmente se responde, a questão da resistência através da dominação simbólica é diferente. A resistência é algo que nem sempre se reconhece, existe e não se sente a sua ação como ele refere uma "pressão invisível" (Bourdieu e Eagleton, 1994:270), mas sobre a resistência e a agência falar-se- à no capítulo seguinte.

Abandonar a noção de ideologia, a favor de uma noção de discurso, necessariamente mais abrangente como faz Foucault (2005b), implica o afastamento daquilo que Thompson considera

como um termo útil ao "vocabulário" da análise politica e social, demonstrando que se trata de um conceito que ainda tem um papel a desempenhar (1990:6). A ausência de uma dimensão crítica no conceito de ideologia que explicitamente o associe à noção de domínio, como é a posição de Thompson (1984:126), terá estado na base dessa rutura.

1.5 - A Análise Crítica do Discurso

Foucault marcou uma ruptura no pensamento social e com uma velha tradição, influenciando uma nova geração de pensadores, os conceitos em torno do discurso afastaram-se da formação de Saussure, "ganharam" um novo impulso (Wodak,2001a:9). O seu posicionamento marca o fim da ligação da linguagem, enquanto meio comunicacional, e a transição para um meio participativo na construção social.

Até então os investigadores preocupavam-se com os aspectos formais da linguagem, a unidade sintática, na sua maior parte eram pesquisas linguísticas que se focalizavam nos aspetos formais da linguagem, que constituíam a competência linguística, dando pouca atenção a questões de hierarquia social e poder (Labov, 1977). Há de facto uma ligação, quase umbilical ao texto, ligação que Foucault vem ajudar a fraccionar. Gradualmente nos estudos dos discursos foram ocorrendo movimentações no âmbito intelectual, e começaram a posicionar-se em áreas além da linguística, em outras disciplinas nas humanidades e nas ciências sociais, direcionando-se para os problemas do texto, conversação e interação com contexto sociocultural. Esta orientação ficou conhecida como *Análise do Discurso* (AD) (Foucault, 1987; Bal, 2005).

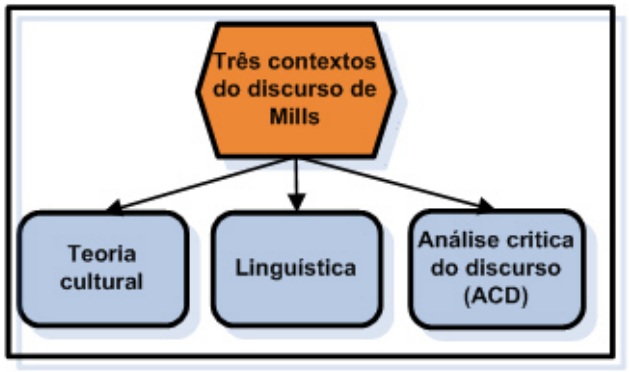
O conhecimento que está associado ao discurso passou da ligação e partilha frases do texto para uma linguagem em contexto sociocultural uma vez que o discurso é essencialmente social. O discurso é a linguagem enquanto prática social, determinada por estruturas sociais (as regras e/ou conjuntos de relações de transformação organizadas como propriedades dos sistemas sociais). Ao aceitar essa premissa, aceita-se também que a estrutura social determina, as condições de produção do discurso. A AD não está limitada à sua componente falada ou escrita, partindo-se do princípio que se pode relacionar com uma utilização social da linguagem em qualquer meio, considera-se que pode trabalhar em parceria com informação escrita ou signos

linguísticos (como é o caso da linguagem gestual), imagens etc. A AD é uma designação que serve para definir uma grande quantidade de métodos empíricos utilizados para estudar várias temáticas, sendo elas tão diversas como a exclusão social, processos de memória etc., demonstrando a afastamento da linguística. O seu estudo visa a atividade social, através da qual se geram os significados como as fontes linguísticas e semióticas. Este discurso preocupa-se também com os participantes "envolvidos" no processo (Mills, 2004). Mills demonstra a abertura com que o discurso se depara, considerando o discurso como:

> "… moeda de troca corrente em várias disciplinas: teoria crítica, sociologia, linguística, filosofia, entre outras, de tal forma que é deixada muitas vezes por definir, como se a sua utilização fosse do senso-comum (…) tem, porventura, o mais amplo leque de significados possíveis de qualquer designação da teoria literária ou cultural e ainda assim, é muitas vezes a denominação dentro dos textos teóricos a menos definida" (Mills, 2004:1).

Mills identifica três contextos, como consta na figura seguinte, na utilização do discurso: a) teoria cultural, b) linguística e c) análise crítica do discurso (*Idem*:7).

Quadro 1.3 - Contextos de Mills



Fonte: baseada em Mills (2004)

A AD desenvolve-se sendo responsável por influenciar ao que ficou conhecido como Análise Crítica do Discurso (ACD), demonstrando um certo o renascimento da utilização do conceito de ideologia (Wodak e Meyer 2001). A combinação entre discurso e ideologia, originou o que Lemke identifica por "o funcionamento ideológico do discurso" (1995:12) ou vulgarmente designado por ACD. A ACD é um conceito, semelhante à desconstrução de Derrida (1967), que

se interessa por relações de poder, ideologia, relações discursivas mas também, como afirma Fairclough, pelas formas de assegurar o "poder e hegemonia" (1995a:132-3). É uma forma de analisar o significado patente nos textos, os que estão ocultos, em vez de se debruçar sobre os autores e significado do trabalho.

A noção de ACD tem várias fações e defensores (Wodak e Meyer 2001:9), mas assume a sua componente crítica considerando, uma forma geral, que o seu objetivo é procurar através da ideologia, desmistificar os discursos, uma vez que a linguagem não é algo poderosa, "por si só" (*Idem*). O papel da ACD como identifica Kress e Van Leeuwen é algo que:

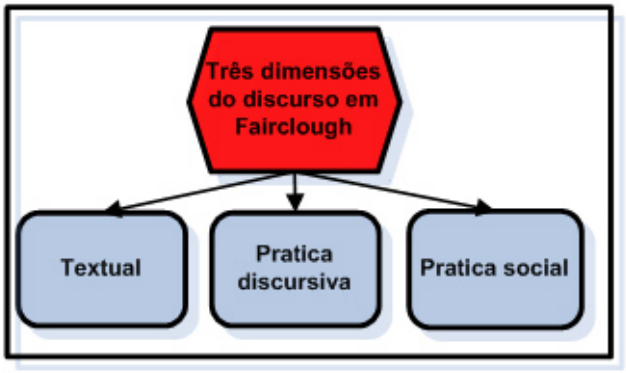
> " (…) procura demonstrar como a linguagem é usada para veicular poder e estatuto na interação social contemporânea, e como aparentemente neutral , puramente informativo (…) texto que surge em notícias de jornal, públicações governamentais, relatórios (…), entre outros, compreendem, articulam e difundem "discursos" como posições ideológicas tanto quanto os textos sejam mais explícitos editorialmente ou propagandísticos" (2008:14).

Depois de algumas análises a vários autores[21] consegue-se circunscrever, a pelo menos, três os conceitos que são indispensáveis para a ACD: o conceito de poder, o conceito de história, e o conceito de ideologia (Wodak e Meyer, 2001a:7). Passa a ser usada e reconhecida a ligação à ideologia. Um dos autores fundamentais na relação entre ideologia e discurso é Norman Fairclough que considerou o discurso, como sendo usado para diferentes tipos de linguagem, empregues em diversas situações sociais, sejam jornais, anúncios, etc (1992:3-4). A sua abordagem e relação com este conceito, combina o discurso Marxista e a análise linguística dos textos (1992), coloca-o no centro do debate que envolve discurso, mas também ideologia. Para ele o discurso é o uso da linguagem enquanto forma de prática sociocultural, não se contentando com os posicionamentos estruturalistas, considera uma pesquisa do discurso algo mais que a observação da fonologia e gramática textual, a língua falada. Usa o discurso para mencionar a linguagem falada e escrita, mas vai mais além, considerando que no discurso há lugar para a imagem e ações não verbais, na abordagem à prática social (Fairclough, 1995a:131). Para

[21] Fairclough (1992, 1995a), e van Dijk (1997)

Fairclough o discurso é um conceito com "três dimensões": textual, prática discursiva e prática social (1993:4).

Quadro 1.4 - Representação Tridimensional do Discurso de Fairclough

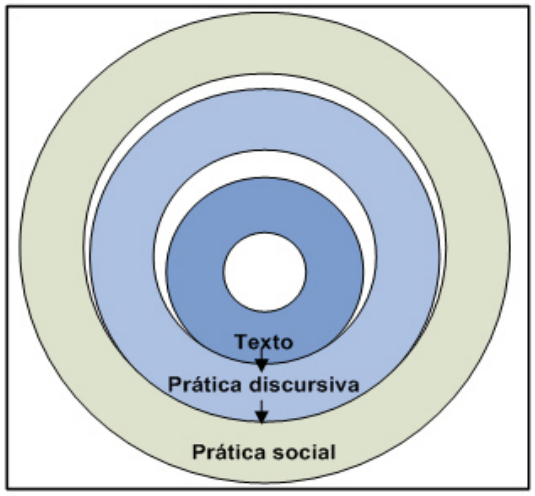


Fonte: Fairclough (2001a)

Para Fairclough os princípios fundamentais da ACD são " (…) a análise de textos, não deve ser isolada de uma forma artificial da analise institucional e, práticas discursivas nos quais os textos estão envolvidos" (Fairclough 1995a:9). Fairclough propõe uma representação tridimensional do discurso (1992:73). O primeiro ponto da representação de Fairclough é o discurso como texto. Este texto pode reportar-se apenas a componente verbal, uma unidade linguística, construída a partir de determinados materiais linguísticos, contudo pode igualmente referir-se a imagens e a análise verbal, constrói uma pesquisa mais orientada para, segundo Fairclough, a semiótica (1995b:17, 58). O texto é encarado neste estudo como o espaço no qual diferentes discursos são articulados, o texto escrito e texto visual, como Fairclough reconhece:

> " (…) é muito apropriado estender a noção de discurso de forma a envolver outras formas simbólicas, como é o caso das imagens visuais e textos que são a combinação de palavras e imagens" (1995a:4).

Quadro 1.5 – Representação Tridimensional do Discurso



Fonte: Informação retirada de Fairclough (1992)

A questão do texto escrito é importante a este estudo porque demonstra muita da informação que foi produzida na época, quer ideológica, quer de poder, colonial, etc. a componente visual no estudo das exposições é fundamental porque complementa o discurso porque:

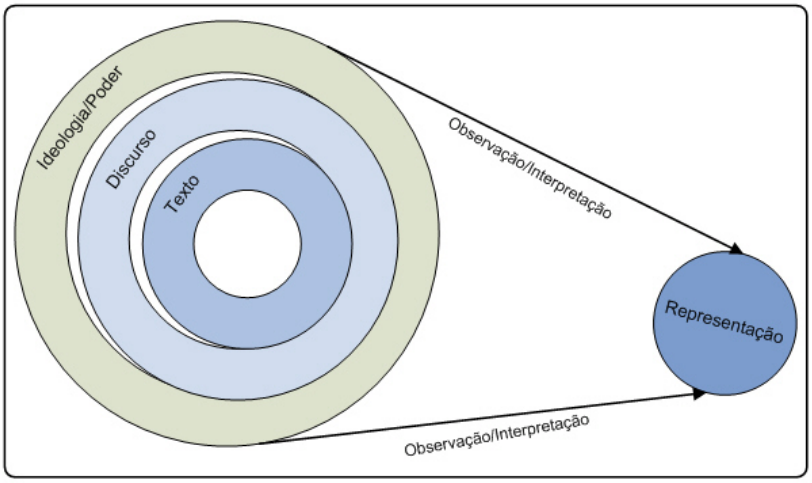
> "Como se enfatizou (…) por vezes a linguagem e comunicação visual expressam o mesmo tipo de relações semânticas, apesar de o fazer de maneiras diferentes, mas também há muitas relações semânticas que são expressas mais vezes e mais facilmente de uma forma visual (…)" (Kress e van Leeuwen, 2008:199).

O segundo ponto de Fairclough é o discurso como prática discursiva, uma prática que considera que o discurso se enquadra num contexto, um tempo e espaço determinados. Este contexto, ou discurso, permite julgar a comparação sociedade-texto. Embora o discurso funcione num enquadramento de tempo e espaço social, ele não só estrutura essa ação dando-lhe significado, mas também o gera, a prática discursiva é uma expressão da dimensão temporal e social do discurso. Por último, o discurso como prática social, significa que a dimensão da ação sociocultural pode interferir com o processo comunicacional, uma dimensão com o contexto institucional em que os discursos surgem e são mantidos. A dimensão sociocultural pode ser

expressa através da distinção daquilo que está implícito e explícito. O conteúdo implícito permite uma análise ideológica, uma vez que a ideologia é frequentemente expressa como suposições implícitas (Fairclough 1995a:5-6) a análise presta atenção aquilo que fica de dentro e fora do texto ideológico.

Fairclough cria duas distinções no que diz respeito à vertente social do discurso, a ideologia e a hegemonia (1992:86). Fairclough define ideologia como " (…) um meio através do qual as relações sociais de poder são reproduzidas" (1995a:17). A associação da ideologia ao poder é inquestionável, denota-se também que existe a necessidade de se elaborar uma análise crítica do discurso em torno das diferenças e poderes gerados. A relação ideologia/discurso, depende da sua função enquanto constitutiva e não apenas representativa ou seja, a ideologia tem um impacto material uma vez que o discurso contribui para a criação de relações sujeitos/objetos: "(…) que povoam o mundo social", Fairclough reconhece que: " as ideologia residem nos textos" (1995a:73). Enquanto é verdade que as formas e conteúdo dos textos carregam a marca do processo ideológico e estruturas, não é possível "ler" ideologias dos textos. Isto verifica-se porque os significados são gerados através das interpretações dos textos e eles estão abertos a diversas interpretações (*Idem*, 1995a:71).

Quadro 1.6 – Dimensões do Discurso segundo Fairclough

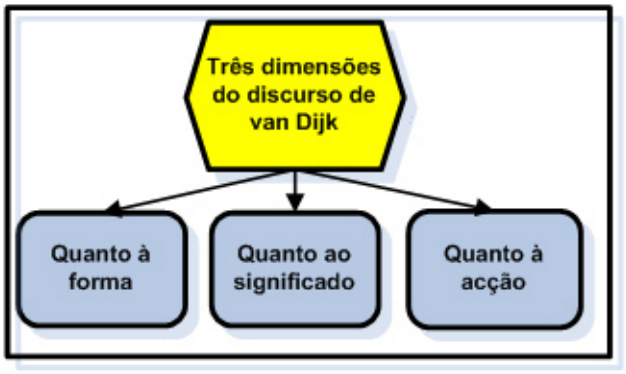


Fonte: Fairclough (1992)

Mas nem só Fairclough abordou a ACD, Teun van Dijk, considerado um dos estudiosos contemporâneos do discurso mais dinâmicos (1985, 1997, 2009), considera o discurso como ato da linguagem "falada", (1997:1), que demonstra ser uma forma de prática social e não apenas

significado e expressão (2003:353). Van Dijk fala na concepção do discurso como algo com três dimensões: (a) quanto à forma (utilização da linguagem), o aspeto da estrutura do discurso, as frases. Para esta análise do discurso usa abordagens diferentes como perspectiva funcionalista ou formal. Em segundo (b), significado (a cognição), a forma como a informação está organizada no discurso, como se apresenta. Por último (c), a ação (interação social), as ações que os utilizadores da linguagem usam quando comunicam (1997:2). Nas concepções mais atuais do discurso, quem o estuda, depara-se com o facto de ter que considerar os fatores culturais e sociais, permitindo-lhe dessa forma ter a noção de uma sociedade geradora do discurso.[22]

Quadro 1.7 – Dimensões do discurso de Van Dijk



Fonte: Van Dijk (1997)

Na posição de van Dijk (1997, 2002 e 2003) a utilização da linguagem, discurso e comunicação pertencem ao que se pode designar por nível micro da ordem social, por outro lado o Poder, Domínio e Desigualdade entre grupos sociais são, geralmente termos que pertencem a um nível macro de análise. Isto significa que a ACD tem que fazer a ligação da lacuna entre as abordagens micro e macro (Benwell, 2006:44). Fairclough distingue também as duas, na sua aplicação à prática discursiva afirmando:

> “ A análise das práticas discursivas deve (...) envolver uma combinação do que se poderia chamar de "microanálise” e "macro-análise"“ (1992:87).

[22] Obras como as de van Dijk (1985, 2009), Wodak (2001, 2007) e Fairclough (1992, 1995b) entre outras.

A ACD tenta estabelecer uma relação entre os discursos e a componente social, levando em conta que o discurso é estruturado pelo domínio, em que cada discurso é historicamente produzido e interpretado. Isto é, está situado no tempo e no espaço e as estruturas de domínio são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detém o poder. O estudo da ACD procura a análise das relações desiguais de poder, verificando os efeitos da ideologia e desse poder na produção de significados que são, por vezes, ocultados.

Os conceitos de ideologia, poder, foram e são considerados relevantes para a interpretação ou explicação do discurso, no entanto as temáticas investigadas variam de acordo com as várias disciplinas que aplicam a ACD[23]. A linguagem está ligada ao poder, ela classifica o poder, expressa poder, e encontra-se presente onde ele se disputa. O poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para o implementar e desafiar o poder. Do percurso explanado da ACD verifica-se uma exposição ao texto e à ideologia, demonstrando a recuperação de uma teoria que foi considerada extinta (Bell, 2001), compreendendo que a coexistência e complementaridade entre as duas teorias, é possível (Purvis e Hunt, 1993:496).

1.6 – O renascimento da ideologia

O regresso à ideologia, o seu renascimento enquanto conceito foi gradual, já havia sido iniciado com a ACD, sendo assumido por vários autores, como Fairclough (1995a), Van Dijk (1985), Eagleton (1991) ou Thompson (1984, 1990), deixando de lado o receio de usar a abordagem de concepção marxista (Zizek, 1994). Estes pensadores mais contemporâneos consideram o estudo da ideologia como uma análise ao significado e ao discurso (Eagleton, 1991:194) e não apenas uma análise da "consciência" e dos ideais" (*Idem*:193), demonstrando a interligação que existe entre os conceitos (Purvis e Hunt, 1993).

Eagleton reconhece que a abordagem discursiva da ideologia é útil, enfatiza a materialidade, dedica-se à procura dos signos que transformam significados, para ele os signos e

[23] Tanto Fairclough (1995a) como em Wodak e Meyer (2001) ou Kress e van Leeuwen (2008), entre outros, abordam a ACD elaborando posições e metodologias para o seu estudo, sejam relacionadas com questões de género, racismo, diferença, todas elas se tornam relevantes.

discursos são práticas sociais e sem eles "não existe" ideologia (1991:194). A ideologia como se verificou tem muitas e diversificadas definições ou abordagens, reconhece-se por isso em concordância com Cassels, que em relação à ideologia faz falta uma "fórmula menos rígida" do que a académica (2003:4), tendo em consideração esta posição e a necessidade de encontrar uma abordagem menos rígida e mais aberta, este primeiro capítulo termina um dos trajetos possíveis em relação a estas teorias, com a referência à abordagem de Thompson sobre a ideologia. Antes de aflorar a obra do sociólogo John Thompson (1984, 1990, 1995), que se considera essencial a este estudo, convém identificar que são posições com as quais se concorda e por isso se aplicam.

A obra de Thompson e a nova fórmula do conceito de ideologia, procura não retroceder ou de alguma forma reabilitar conceitos anteriores (1990: 53), para isso ele faz a distinção entre concepções a) críticas da ideologia e b) neutras. A orientação de Thompson visa desenvolver uma abordagem crítica (1990:55) opondo-se às posições neutras.

Thompson revê a ideologia e a sua construção de uma forma crítica, para isso socorre-se de vários pensadores e conceitos, como os identificados por Marx, Althusser, Pêcheux, entre outros. Na tentativa de reinterpretar e justificar a sua posição em relação à ideologia aborda dois conceitos importantes, que constam na sua obra "Ideology and modern culture" (1990), são eles a) cultura e o b) envolvimento da ideologia com os meios de comunicação.

O papel da cultura denota-se, como se verificou anteriormente, nas representações que estão ligadas à produção de significado e à construção social. Neste aspeto, a posição de Thompson não difere de posições anteriores, a cultura é responsável por gerar signos que representam conceitos e relações que criam "sistemas de significado" na nossa cultura (Hall, 1997:17). O papel da construção do significado social e a sua envolvência com a ideologia é reconhecido, pois tal como refere Wodak, a ideologia diz respeito a construções sociais que permitem que as formas simbólicas "circulem" no mundo social (2001a:10). Para se compreender o fenómeno cultural no qual a ideologia se envolve, a posição de Thompson reconhece que, a construção social e a subsequente construção de significados, é essencial para poder abordar e compreender o "carácter simbólico" da vida social (Thompson, 1990). Nealon e Giroux resumem a o enquadramento cultural ideológico, na linha de pensamento de Thompson, aludindo que: "…todos os atos culturais ocorrem em relação à ideologia" (2012:101).

Seguindo as pisadas das interpretações de Max Weber (2001), na qual a cultura representa significados e orientações que se enquadram numa contexto e processo da estrutura

social, a posição de Thompson considera que o fenómeno cultural é uma "constituição com significado social e contextualização de formas simbólicas" (1990:123).

Para ele a análise da ideologia é feita segundo a forma como se constroem as "formas simbólicas", que ele considera: " …um conjunto amplo de ações e afirmações, imagens ou textos, produzidos por sujeitos, e são reconhecidos por todos, como construções com significado" (1990:59), e como se "mantêm as relações de domínio", sendo este último um dos elementos fundamentais à sua interpretação da ideologia (1990:58). Reconhecendo que a ideologia opera por intermédio da linguagem e que esta é um instrumento de ação social, necessitaremos também considerar que a ideologia é parcialmente constitutiva daquilo que nas nossas sociedades é real ou, como refere Rocha, a ideologia é "uma instância social necessária" (1976:15).

A obra de Thompson foi influenciada, no que se refere às formas simbólicas, pela obra de Clifford Geertz, "The interpretation of cultures"[24] (1971) na qual, a ideologia é considerada como um sistema complexo de símbolos, que eram representações e orientações de uma realidade na sociedade. Para Geertz a ideologia são "metáforas" com significado social (1971:213), "formas simbólicas" (1971:252) que podiam ser aplicadas no fator decisivo, no público, para ele o sistema de símbolos (a ideologia) era responsável pela composição de "mapas" que compunham a realidade social, conceitos simbólicos, de certa forma flexíveis, que permitem e organizam o espaço social (*Idem*:220). É com base nestas referências que Thompson desenvolve toda a sua interpretação crítica e considera que abordar a ideologia é: "estudar as formas nas quais o significado serve para estabelecer e suportar a s relações de domínio" (1990:56) ainda assim, ele reduz a sua abordagem a "formas simbólicas" (1990:56).

As formas simbólicas assumem várias configurações, contudo ressalva o facto, delas não serem ideológicas por si só, esse fator depende da forma como se aplicam num determinado contexto social (1990:8). O que se depreende da posição de Thompson é que, quando devidamente contextualizada, a ideologia é "significado ao serviço do poder" (1990:7). Para Thompson a ideologia e a sua concepção, frequentemente, é construída, pelo menos, de duas formas. A primeira é a que distingue o sistema de ideias, que ele identifica como os "ismos" (conservadorismo, comunismo, outros) (*Idem*:5-6). A segunda, que diz respeito ao

[24] Obra original públicada em 1964, como consta em Geertz (1971).

conceito mais ambíguo, simplista e controverso (*Ibidem*), o que leva a que se opte por outras concepções, como o fez Foucault com o discurso. Considerando estas duas formas Thompson procura recuperar uma terceira forma, para isso recorre ao conceito inicialmente desenvolvido por Marx, desenvolvendo uma "concepção crítica da ideologia" (*Ibidem*). Em Thompson o regresso ao conceito da teoria da ideologia é evidente porque para ele, ela é hegemónica, em certa mediada, uma vez que serve para manter as relações de domínio, "indivíduos" ou grupos dominantes" (1990:68). Este domínio que ele identifica é um sistema "assimétrico" nas relações de poder demonstra como se favorecem os interesses de uns em detrimento de outros (1990:56, 59). Para ele estudar ideologia é, em parte, estudar a "linguagem no mundo social" ou seja, é:

> "...estudar as formas em que a linguagem é usada no dia-a-dia da vida social (…) é estudar as formas em que as utilizações multifacetadas da linguagem se cruzam com o poder, alimentando-o, mantendo-o e encenando-o" (Thompson, 1984:2).

Esta linguagem, este discurso, demonstram a ligação da ideologia ao poder, uma vez que não conseguem ser totalmente independentes, Fairclough coloca bem a posição do discurso ao mencionar que: "…o discurso reflete sempre as ideologias, sistemas de valores, crenças e práticas sociais" (1989:21), também Fairclough reconhece que os discursos são uma forma de manutenção de relações desiguais na sociedade (1989). O que facilmente se pode demonstrar, é que existem relações desiguais na sociedade, sejam económicas, raciais ou de género, discriminatórias. Segundo a abordagem de Thompson, a análise à ideologia está na forma como esse domínio se cria e mantém essa desigualdade.

Para explicar esses fenómenos é fundamental a contextualização, ele considera que a forma simbólica carece do seu contexto sócio histórico para melhor ser interpretada (1990), tal como os museus necessitam de o fazer aos objetos para evitar parcelar a informação, a importância do contexto para a ideologia, entende-se que está bem resumida na afirmação de Nealon e Giroux quando referem que: "…Todo o significado é contextual; todos os contextos são sociais; e todas as sociedades têm ideologias, reconhecimentos do senso comum" (2012:101).

A contextualização das formas simbólicas é fundamental, uma vez que por si só, não são ideológicas, dependem de como são utilizadas e entendidas (Thompson, 1990:8). Por isso abordagens que apenas se dedicam à análise do conteúdo são para Thompson insuficientes

(1990:56), assim desenvolve o conceito da análise da hermenêutica profunda para colmatar essa lacuna. Para reinterpretar a ideologia, Thompson desenvolveu metodologias de interpretação, a "Hermenêutica Profunda" e "modelo triplo", que podem ser empregues na "interpretação da ideologia" (1990:291) mas, sobre estas metodologias falar-se-á no terceiro capítulo.

A abordagem de Thompson foi a escolhida para este estudo, porque além de ser uma abordagem crítica, debruça-se sobre como as: "formas simbólicas se relacionam com as relações de poder" e como a ideologia molda o significado, como Thompson refere, de forma a "estabelecer relações de domínio" (*Idem*:56). Esta abordagem parecer ser mais adequada ao uso no colonialismo e póscolonialismo, uma vez que se pretende verificar as relações desiguais. Thompson entende as formas simbólicas não como meras representações sociais mas, como parte integrantes na construção das "relações sociais" (*Idem*:58), estas formas simbólicas materializam-se em textos e imagens identificados como "construções com significado", capazes de estabelecer ou manter essas relações de domínio (*Idem*:59).

Ao contrário de Foucault que aborda a relação de poder de forma horizontal, concorda-se com a posição de Thompson que considera o poder presente na ideologia como uma relação vertical, como ocorre no período colonial, em que as formas simbólicas são usadas para manter as relações de domínio de uma determinada elite ou grupo. No entanto Thompson é convergente com Foucault, no seu posicionamento histórico e reconhecimento do impacto do discurso e da linguagem no exercício do poder, mas é divergente em casos como os da comunicação de massas e na forma de exercer o poder. Para Thompson, Foucault não percebeu o fenómeno dos "meios de comunicação" e de como "estabeleceram uma relação entre poder e visibilidade" distinta do seu modelo do *panóptico*[25]. Thompson refere que Foucault não compreende que no *panóptico* não são muitos, os que estão controlados e ao alcance visual de poucos, "reforçando" o poder sobre elas mas sim o contrário, são poucos os que têm poder que são escrutinados por muitos no processo social (1995:134). O que se depreende é que o modelo de Thompson sobre a ideologia

[25] O panóptico é um dispositivo polivalente de vigilância, idealizado como prisão, Foucault adaptou-o a outros acontecimentos culturais, é um instrumento visual que permite analisar as concentrações humanas, tem uma aplicação polivalente desde o controlo de "presos" a "loucos" (1995:205). O grande objetivo do panóptico, ou pelo menos o princípio que o origina, diz respeito à disciplina da própria sociedade. A disciplina era ligada ao entendimento do progresso da sociedade, que privilegiava uma cada vez mais complexa divisão laboral e avanço tecnológico. A organização do trabalho com o objetivo de uma maior rapidez e eficácia, promovida pela burguesia, é uma sujeição do indivíduo disciplinando-o, é uma das normas da elite político-económica, é um instrumento de controlo. Também a vigilância é um instrumento de controlo, pretende-se controlar a conduta do comportamento dos indivíduos.

é aberto, o suficiente para não orientar as relações desiguais que estão pré-concebidas, demonstrando a sua capacidade crítica, outro dos fatores que chamou a atenção para a sua escolha.

Usando a abordagem de Thompson procura-se perceber o contexto e reinterpretar a utilização das formas simbólicas na representação do outro. O exemplo das exposições, de tipo colonial e as nacionais em particular como se demonstra ao longo deste estudo, são a materialização das relações de domínio, através de eventos institucionais ou que se podem considerar os mass media, que servem para compreender o fenómeno das relações de diferença. As exposições demonstram uma idealização ocidental de uma representação, de significados que são a demonstração mais cabal dessa desigualdade e também dessa aceitação, demonstrativo de um domínio institucional imperante, uma demonstração do poder opressivo da estrutura social. A posição de Thompson permite através do significado e do discurso, as formas simbólicas, abrir caminho para que se possa reinterpretar a ideologia, demonstrando a forma como se pode perceber como os significados são gerados e veiculados. A sua posição de considerar a ideologia como "significado ao serviço do poder", abre novas questões sobre a forma de os significados e as suas consequências podem ser interpretadas.

Neste primeiro capítulo pretendeu-se demonstrar o percurso da teoria da ideologia e do discurso, conceitos básicos a este estudo, demonstrando as posições que se consideram adequadas ao estudo das relações da diferença, das relações de domínio. O objetivo visou desenvolver um percurso sobre os conceitos que demonstram como nas sociedades a ideologia, por intermédio dos discursos, tem sido usada para convencer os cidadãos a serem submissos a esse mesmo sistema social. Compreender o fenómeno que está na base das relações de poder é fundamental para o entendimento da aceitação ou agência do sistema que rege o sujeito, permite verificar se existe domínio e como desenvolver a agência. A ideologia foi entendida como um processo complementar ao discursivo e vice-versa, um discurso ideológico, que procura demonstrar formas e meios de controlar parcelas ou a totalidade da estrutura social. Como identifica Purvis e Hunt, o que faz um discurso ideológico "é a sua ligação a sistemas de domínio", os discursos ideológicos possuem "formas de significação" que são incorporadas nas experiências pessoais (1993:497)

O objetivo não é elaborar um estudo exclusivo da construção e das relações entre ideologia e discurso, assunto que ainda é debatido (Freeden, 2003), mas demonstrar a sua

contemporaneidade e aplicabilidade. O que se procurou demonstrar em relação à teoria da ideologia é que pode ser enquadrada em dois tipos, como os defendidos por Thompson (1990: 53-5), as que tem um sentido negativo e as que têm um sentido neutro. As teorias com sentido negativo, das quais se identificam Marx e Gramsci por exemplo, consideram posições opostas à verdade ou à ciência, uma vez que a ideologia visa ocultar ou "camuflar" os seus verdadeiros objetivos, a abordagem negativa da ideologia é normalmente identificada como sendo "crítica". No âmbito negativo frequentemente se menciona Marx, a luta de classes que é controlada por uma ideologia dominante ocultada nos sistemas de produção, também através da falsa consciência. Foucault opôs-se à negatividade da ideologia e encontrou um outro espaço do saber no discurso.

A teoria de posicionamento neutro considera a ideologia como um elemento fundamental e constante ao homem. É uma abordagem de tipo histórico ou sociológico uma vez que liga uma ideologia a uma posição num determinado contexto, histórico temporal ou cultural. Esta posição refere que todos temos uma ideologia que influência o nosso entendimento do mundo que nos rodeia. A forma neutra considera a ideologia como tendo verdade e características específicas. No âmbito da teoria neutral da ideologia pode-se mencionar Thompson, que considera ser fundamental a contextualização histórico-cultural para compreensão do fenómeno ideológico, associando a existência da ideologia a toda a estrutura social. Contudo em nosso entender a vantagem do posicionamento de Thompson reside no facto de ele estar entre o âmbito negativo e neutro, conseguir pensar a ideologia fundindo a negatividade de Marx ou a hegemonia de Gramsci, para definir as relações de domínio mas também, a neutralidade através da especificidade da sua abordagem, útil à contemporaneidade e estudos dos média.

Assim sendo e para definição de terminologias, apesar de se preferir a posição de Thompson em relação à de Foucault a grafia a usar pode causar um problema, falar de ideologia ou de discurso? Termos distintos com significados convergentes e por isso por conveniência gráfica para evitar associações erróneas a terminologia a aplicar será a de discurso ou discurso ideológico. No próximo capítulo o objetivo proposto é o de demonstrar como os conceitos teóricos se aplicam a casos mais concretos, à construção do fenómeno da construção do outro, ao colonialismo/póscolonialismo, e à museologia, abrindo caminho ao enquadramento e análise das exposições de tipo colonial.

Capítulo II

> ”Postcolonialism challenges how imperial centers of power construct themselves through the discourse of master narratives and totalizing systems; they contest monolithic authority wielded through representations of “brute institutional relations” and the claims of universality. Postcolonial theorists offer resistance to social practices that relegate otherness to the margins of power; they interrogate how centers of power and privilege are implicated in their own politics of location as forms of imperializing appropriation; and, of crucial importance, postcolonialism contests the dominant Eurocentric writing of politics, theory, and history”
>
> (Giroux, 2005:12.)

Desenvolvimento da teoria póscolonial e o hibridismo

O colonialismo é um legado incontornável na história universal, foi responsável pela hierarquia das relações de poder, nos espaços que dominou. Como se pretendeu demonstrar, no capítulo antecedente, a construção do poder e das representações, materializada nas suas relações, está fortemente ligada à ideologia e à sua construção social e cultural. Neste capítulo o objetivo visa expor e forma como a teoria póscolonial desconstrói e questiona as representações desenvolvidas por uma cultura dominante, terminando com a sua relação com a museologia contemporânea, mas demonstrando o enquadramento do póscolonialismo. A teoria do póscolonialismo tem demonstrado desempenhar um papel de relevo na interpretação e negociação das representações históricas, permitindo desenvolver abordagens reflexivas sobre o tema, uma vez que não existe um padrão ou norma para as relações do colonialismo e da representação (Kapoor, 2008).

Na sociedade atual, como refere Hooper-Greenhill, que está mais alerta para as questões da representação e do “poder” dos símbolos da sociedade (2007: 2), a teoria póscolonial permite

questionar a cultura dominante, as formas que usa para dominar um povo ou cultura, mas também abrir caminho para averiguar como se pode diminuir o preconceito. Por isso é útil para indagar sobre as questões que envolvem o saber, representação e poder que lhe estão associados, capacitando as possibilidades de centrar a informação no outro e não no eu colonizador.

Este capítulo procura estabelecer a ligação entre dois vetores, o póscolonialismo e a museologia, não se esquecendo de abordar problemáticas como as do hibridismo que são fulcrais ao póscolonialismo. Para esse efeito não procura desenvolver aprofundadamente o debate em torno do póscolonialismo, da estrutura e da agência ou da museologia contemporânea procura sim, demonstrar como os três elementos se entrecruzam e têm capacidade de coexistir no âmbito das ciências sociais, permitindo uma análise de eventos passados, mas estar num lugar de destaque da atualidade.

Na base do póscolonialismo está o discurso colonial, que tem um percurso paralelo à construção da ideologia, foi utilizado para sustentar a construção colonial, porque ambos têm uma raiz política cultural e social, que usavam para manter a hegemonia ocidental e o seu poder. Desde períodos mais longínquos da história da civilização que existe relações de dominadores e dominados, relações de poder desiguais. No que diz respeito ao colonialismo, verifica-se ser um conceito mais recente, em relação a este estudo interessa mais o que se inicia no período moderno. A ação colonial exercida pelo ocidente, em várias partes do mundo era diversificada, Boaventura Sousa Santos considera que de facto existem vários "colonialismos" (2004:30), tendo-se para isso baseado em modelos que foram sendo desenvolvidos. O colonialismo numa forma mais lata caracterizava-se, segundo Robert Young, em dois modelos distintos pelo menos, o britânico baseado na ação direta e indireta (direct and indirect Rule) e o Francês baseado na teoria da assimilação (Young, 2001:17).[26]

O colonialismo desenvolvido e aplicado no Império Britânico tinha uma orientação mais focada nas questões económicas, tinham pouco interesse em possuir territórios por seu turno, o modelo do Império Francês tinha por objetivo ter grande dimensão imperial.[27] Desta forma o

---

26 O debate sobre o "direct" e "indirect rule", bem como o seu papel no colonialismo, pode ser explorado, por exemplo, na obra de Mahmood (1996).

27 O modelo de colonização Britânica baseia-se no "Indirect rule", apesar de também existirem modelos de Direct rule, Caraterístico dos séculos XVIII e XIX. Ahluwalia (2001:99) considera que o "Direct rule" significa que a maioria da população, é representada como povo primitivo ou subalternizado, não em direitos de cidadania. Trata-se de um despotismo centralizado, é um modelo fundado numa única ordem jurídica, a da potencia colonizadora Por sua vez considera o "Indirect rule" o inverso, um despotismo descentralizado no qual existem duas ordens jurídicas distintas, no qual as elites de subalternizados têm alguma

mundo ocidental conseguia manter-se no centro das relações de poder, controlando os seus súbditos do ultramar. Também por isso é importante perceber as dinâmicas do colonialismo e imperialismo para entendimento das suas atividades. Além das formas de ação, o ocidente criara categorias que estabeleciam, pelo mundo ocidental, uma oposição binária, demonstrando a relação de poder entre colonizador/colonizado, branco/negro, bem/mal, etc., todo o processo de ação colonial era veiculado para que fosse compreendida a diferença, como um superior ao outro, um colonizador – um colonizado, de acordo com os padrões e interesses eurocêntricos.

2.1 – A construção do outro

A representação do outro "têm uma longa história nas sociedades ocidentais" (Weedon, 2004: 127), está presente desde sempre, desde o ideário cristão à histórica lusíada, pode-se verificar a alteridade e o outro em vários episódios, no acto de S. Martinho cortar a sua capa para a partilhar um pobre ou no mito do Preste João e em muitas outras situações. O conceito de outro é uma invenção, ou mesmo uma imposição do mundo Ocidental, como afirma Said, (1979,1), que educou e colonizou povos de acordo com os seus preceitos morais e culturais assim, o outro significa, frequentemente, todo aquele que pertence a um grupo, cultura e que facilmente se podem caracterizar como "*minorias*". No entanto como alguns autores referem que a questão do outro é fundamental para fazer o que Desmond chama "mediação" de nós mesmos (2003:91), como acontece com Husserl que afirma que o outro é um "reflexo" de mim próprio (…)" ([19..]:-117-121).

---

capacidade de autonomia, como ficou demonstrado nas representações da Índia na exposição de 1924 em Wembley. O modelo britânico era sem dúvida menos custoso ao Estado e implicava menor envolvimento. Ahluwalia refere que o "Direct Rule" era aplicado, frequentemente, a colónias de brancos e o "indirect" às outras (2001:99), no entanto alerta para o fato de não existir uma exclusividade nacional na aplicação destes conceitos.
O colonialismo Francês era distinto do britânico, mas por vezes usavam os mesmos modelos, caraterizava-se por ser mais centralizador, congregando em Paris todo o seu poder. O modelo francês ficou mais conhecido por "política de assimilacionismo", apesar de também ter o indirect rule, que aplicado à França era conhecido como "Associação" (*Idem*:100), visava integrar os indígenas numa "Grande França".
O papel mais centralizador implicava que o Estado substituísse as instituições tradicionais, por outras mais ocidentais, controlasse impostos e organização do trabalho, que os indígenas deviam aceitar, eram ações que visavam a assimilação. O modelo francês era mais custoso para o erário público que o britânico, os franceses investiam nas infra-estruturas coloniais, incitavam os indígenas a almejar ser franceses. Ahluwalia refere que as colónias francesas eram encaradas como extensões da França e os indígenas cidadãos, mas na prática isso não acontecia, esses direitos aplicavam-se apensa aos colonos brancos (*Idem*:22).

A representação do outro é um conceito particularmente difícil de esclarecer, marcado frequentemente pela divergência (Hallam e Street, 2000: 3), e sobre o qual vários autores, de várias áreas do saber, se têm debruçado (Balibar, 2005; Derrida, 2002; Sandell, 2006; Sherman, 2008). Essa construção do outro, que se baseia em relações desiguais, não é um fenómeno do período moderno, como demonstra Loomba, era uma realidade na Grécia e em Roma (1998: 104). A diferença reside no fato de desde a implantação do cristianismo se direcionaram para o binómio cristão/muçulmano, ou cristão/judeu, do ponto de vista eurocêntrico, mais tarde, com a reconquista cristã e início do período das descobertas, o conceito é "readaptado" (Loomba, 1998: 106). Como reconhece Wieviorka só com a descoberta de novos continentes é que a percepção de raças superiores e inferiores, o racismo, começa a ter expressão (1995: 3).

Desde essa época que a relação entre o ocidente e o outro foi conflituosa e violenta, negativa, gradualmente, por diversos motivos, fossem culturais, políticos ou económicos, foi-se desenvolvendo uma atitude de superioridade que permitira explorar, outras culturas e sociedades escravizando-as, dominando-as pela força. De fato toda esta ação dominadora causou "danos irreparáveis na África negra", mas não só (Mazrui, 2005: 75). Para a grande maioria dos povos ocidentais, a escravatura era um negócio, o escravo foi encarado como uma "propriedade" um objeto de posse e não um sujeito (Lowenthal, 1967: 587), uma mercadoria que tinha um valor que se traduzia em trabalho. À medida que os séculos passavam era cada vez mais difícil justificar a escravatura e o tráfico de escravos e urgia arranjar uma solução que fosse aceite, justificando a exploração de uns por outros, até então "O negro era uma máquina substituível. O europeu era também era uma máquina, uma máquina de fazer dinheiro» (Lowenthal, 1967: 586).

A forma ideal de justificar as relações de diferença foi a ciência, A teoria da evolução das espécies - o darwinismo, veio já no século XIX garantiu ao imperialismo e à ação colonizadora uma justificação científica face à desigualdade difundida entre raças e géneros (Bush, 2006: 30). A componente científica vai ser responsável pela elaboração das categorias das raças humanas, que se baseavam em diferenças não apenas fisiológicas mas também morais, intelectuais ou outras (Weedon, 2004: 127). Ålund é da opinião que o discurso científico foi responsável pela criação do conceito de "estrangeiro" e "não-estrangeiro" eu e o outro (1995:312). O cariz científico dado às diferenças entre os humanos, eram explicadas a partir dos fenótipos, os fatores naturais e identificáveis como a cor da pele, forma do nariz, etc.

É adequado fazer uma ressalva, não se pode confundir racismo com etnocentrismo, se o racismo descrimina o outro, o etnocentrismo, procura comparar "as culturas dos outros povos em função da nossa própria forma de vida" (Titiev. 2002: 391) ou seja, o etnocentrismo considera negativamente qualquer desvio em relação ao padrão de cultura de cada um. A posição etnocêntrica de hierarquizar as pessoas ou sociedades, de acordo com o seu progresso em relação ao mundo ocidental, legitimava o colonialismo, demonstrando o dever e a necessidade que se tinha em relação aos povos inferiores, como afirma Moutinho: "Certo da superioridade do povo civilizador, a colonização aparece como uma obrigação profundamente humanista" (2000: 20). A ciência auxiliou a criação de uma imagem negativa, fosse pelo receio do desconhecido ou pelo simples preconceito, há tendência a rejeitar o que é diferente, ação que segundo Rivière, permite o início da discriminação (2007:13).

A ciência foi a justificação ideal para manipular as culturas que fossem divergentes da ocidental, negando que fossem sequer culturas (Rivière, 2007), gerando os critérios de beleza e inteligência, resumidamente e em relação ao continente negro, como refere Mazrui, a Europa procurou convencer os africanos que eles eram inferiores (2005: 70). Para esse efeito de convencer o outro, uma das vias usadas, é a de denegrir os povos colonizados, reduzi-los a seres primitivos, seres "não-civilizados"(Morton,1998:76).

As construções físicas e visuais do outro visam legitimar a sua inferioridade e estado selvagem, esta imagem está bem identificada por Cabecinhas e Cunha quando referem: "… ao negro 'selvagem' são associados traços *negativos*: *agressividade* (associada à ação guerreira); *perigosidade* (associada às práticas de feitiçaria); *voracidade* (associada ao canibalismo); e ainda *inabilidade* e *ignorância*" (2003: 17). Tendo em consideração estes elementos que, como refere Loomba, são o estereótipo materializado em termos como sejam: preguiça, violência, promiscuidade, primitivismo são adjetivos aplicados ao outro pelas potências colonizadoras aos povos por si colonizados (1998: 107); elementos que justificavam ser mais selvagem e primitivo em contraponto com a caracterização do homem branco, mais sábio e "civilizado" (Young, 2005). Ao negar-lhes igualdade e identidade "justifica-se a colonização" (Moutinho, 2000: 37).

O outro sobre o qual este estudo versa, encaixa numa construção, oriunda do século XIX, de um discurso ideológico que o representa, exibe os seres como sendo selvagens ou primitivos à imagem dos que foram exibidos durante o século XIX (Henderson e Kaeppler. 1997:70). O discurso colonial, que tinha preocupações literárias, preocupou-se com a representação do outro,

a construção do outro nos discursos é um fenómeno, que recorre em excesso à associação ao colonialismo, desde o período colonial em que muitas áreas do saber, como a antropologia, se foram debruçando sobre as representações do outro, bem como ideologias aplicadas na construção desses discursos.

É para abordar o outro que neste estudo se usa a teoria póscolonial, porque é essencial na desconstrução e resistência ao discurso colonial, Bhabha fala em "espaços intermédios",[28] facultando uma área para um debate que ajude a acabar com as diferenças e onde os valores culturais são negociados (1994:1-2). Mas antes de abordar a teoria póscolonial é necessário compreender a construção da teoria do discurso colonial, estas são construções anteriores às teorias de Said e do Orientalismo" (1979), de Bhabha e da cultura (1994), de Appadurai e da diferença (1990). Essencial ao estudo da representação do outro são dois conceitos que ganham forma no século XX, o discurso colonial e a teoria póscolonial, dois conceitos convergentes.

2.2 – Discurso colonial ou pré-póscolonialismo?

Esta seção do capítulo que procura demonstrar como se passou de uma análise do discurso colonial para a construção da teoria do póscolonialismo, é comprovada através da sua ligação à ideologia e ação cultural; por esse motivo é considerada uma contextualização necessária ao estudo do colonialismo. Esta seção parte do discurso colonial e do Orientalismo de Said para demonstrar a sua ligação ao poscolonialismo e, como refere Ashcroft et al, às suas "diferenças" (2007).

O objetivo desta seção não é o de desconstruir o discurso colonial, revelando as suas interpretações erradas da ideologia, como refere Bhabha, mas sim compreender a raíz da construção do poder colonial, a sua "verdade" (1994: 67). O conceito de discurso colonial ainda é um conceito em debate ligado às estruturas de poder e grupos dominantes, tem-se vocacionado para outras áreas como estudos das minorias (Young, 2004: 216).

28 No original a palavra é "in-between" (Bhabha, 1994:1-2).

Como se procurou demonstrar na seção anterior, a construção do outro foi um processo politico, social e cultural, que visava demonstrar e justificar uma "fantasia" de superioridade, que justificasse essa ação,nesse objetivo, o papel do discurso colonial foi fundamental (Zizek, 2008). O discurso colonial, lato senso e que foi aplicado durante grande parte do século XX, e como Ashcroft et al, reconhece, é: "o conjunto de signos e práticas que organizam a existência e reprodução social entre as relações coloniais" (2007:37). É um conjunto de afirmações que são feitas sobre as colónias e seus povos, as suas relações (*Idem*). Este discurso colonial era gerado e mais direccionado para o ocidente ou seja, mais preocupado com uma centralidade eurocêntrica, demonstrando uma falsa modernidade, que se materializava na linguagem e literatura, mas não só, porque frequentemente omitia as relações de exploração, de racismo em relação aos colonizados, não era remota a utilização do outro, como se identificou na seção anterior, primitivo ou infantil. Como refere Young(2004: 218), permite verificar a representação do outro mas a que foi criada pelo colonizador.

O colonialismo procurava difundir uma mensagem na qual o colonizado se aproximasse daquilo que era a imagem do colonizador, da sua vontade, da sua ideologia. Para que o controle efectivo ocorresse era necessário, que o discurso colonial fosse capaz de: "(…) construir os colonizados como uma população de tipos degenerados com uma base na origem racial, de forma a justificar, conquistar e estabelecer sistemas de administração" (Bhabha. 1994:70). A conotação do individuo e da cultura primitiva (Said, 1979: 120) foram sendo cultivadas pelo ocidente, e durante todo o período colonial deram lugar à construção de um universo idealizado, com categorias e padrões, com o objetivo de manter os países colonizados numa situação de subalternização. Apesar do discurso colonial ser referente apenas à posição do colonizador, demonstrando e justificando a sua superioridade e ação abnegada em relação aos colonizados na verdade, como refere Bush, a resistência anti-colonial, começa a ganhar força logo após a primeira Guerra mundial em 1918, muito por culpa de uma "consciencialização" em relação à raça e sentimento anti-imperial (2006: 39). A utilização de soldados coloniais nas batalhas da Europa, na primeira e segunda guerra mundial, ajudou a desenvolver uma perceção diferente do racismo, mas também para isso contribuiu o aparecimento do marxismo e consequente comunismo na Rússia.

No período pós-segunda guerra mundial e início da década de cinquenta, o colonialismo começa a ser seriamente questionado, materializando-se em contestação, sublevações populares e

em luta armada; da independência da Índia e o movimento pacífico de Gandhi, à guerra da Indochina (Aldrich, 2005: 124) ou o conflito da Argélia (Cooper, 2005: 33). A contestação duraria até pelo menos, Maio de 68 (na Europa, um pouco mais tarde nos Estado Unidos provocado pela guerra do Vietnam), demonstrando que o questionamento face ao processo colonial, em particular, podia facilmente atingir múltiplas facetas, desde o debate intelectual, à resistência armada, tanto dentro como fora da metrópole colonizadora. As décadas de cinquenta e sessenta foram o periodo em que quase todo o continente africano se tornou independente das potências coloniais, com a excepção de Portugal, onde o processo só terminou em 1974/75.

Os anos cinquenta são, em especial para a França, um momento de viragem, o surgimento de conflitos na Indochina e na África sub-sahariana, leva a que na própria França se questionasse o papel colonizador como uma "brutalidade" nas palavras de Cooper (2005:33) enquanto agente repressor. Considerava-se que se podia levar o desenvolvimento às colónias e não apenas explorá-las. Com o aparecimento das guerras coloniais, as lutas pela emancipação[29], a opiniao pública francesa e inteletual começa a ficar mais alerta para certos fatos do colonialismo, e como Cooper refere, começa-se a ver o colonialismo como um "obstáculo" que odemeria ser "removido" (2005: 34). O rastilho da revolta contra o imperialismo e contra a posição dominante ocidental era, como refere Bush, "estimulada" através do diálogo entre anti-imperialistas de ambos os espaços da barricada, os oriundos das nações colonizadoras e das nações colonizadas, formados pelo marxismo e liberalismo, que lhes permitiu compreender as relações de poder (2006: 39).

A existência deste diálogo faz de Paris e Londres centros de atividade de um nacionalismo de cariz anti-colonial. Na pratica existiam nacionalistas de várias colónias e varios continentes, o que fazia com que o debate fosse gerador de "redes de resistência" (*Idem*) que se insunuavam contra a ideologia ocidental originando movimentos que ficaram conhecidos como os Pan-nacionalismos (Loomba, 1998: 211). Os pan-nacionalismos, como o pan-arabismo e pan-africanismo, ou o pan-islamismo (Young, 2001: 190), eram movimentos baseados no legado deixado por alguns intelectuais/políticos como Leopold Senghor, Nkrumah e Nasser que se debatiam contra o poder estabelecido pela política, cultura e poder do ocidente.

[29] Mais informação sobre os movimentos de emancipação e as correntes que lhe estão na génese podem ser consultadas na obra de Young (2001) ou Cooper (2005).

Neste ciclo conturbado, como o próprio Young reconhece, não será de estranhar que os pensadores mais expressivos deste mesmo período, como Althusser, Derrida, Lyotard ou Fanon,[30] para citar alguns, estivessem directamente envolvidos com a realidade colonial, não apenas politicamente mas porque nasceram nela mesmo não pertencendo às etnias indígenas (Young. 2001:413-4). Os "intelectuais das colónias", como refere Loomba, debatiam constantemente a questão da forma como a sua cultura era um "local de opressão colonial" e uma "ferramenta vital" à sua resistência (1998: 24).

Os intelectuais coloniais foram sem dúvida influenciados pelas teorias e esclarecimentos da ideologia e toda a construção desenvolvida desde Marx, a Gramsci ou mesmo Althusser a como ficou demonstrado no capítulo anterior, foram fundamentais para compreender a justificação do tratamento desigual, mas também a resistência a esse tratamento (Loomba, 1998). É no enquadramento deste desenvolvimento de posições políticas e intelectuais que se verifica maior progresso, contestação e sentido crítico, é o período das emancipações coloniais, que deixaram marcas a nível político económico e social. Todo o percurso do estruturalismo em direção ao pós-estructuralismo,é feito afastando-se da linguística e debruçando-se mais sobre as questões culturais como a diferenças cultural e social (Tyson. 2006:252).

É neste ambiente de contestação, debate e influências politicas e ideológicas que com o o pos-estructuralismo e em especial a posição de Foucault em relação ao discurso, será possível formalizar a teoria do discurso colonial. A análise do discurso colonial abriu a porta à demonstração de que o colonialismo não ficou patente apenas na sua ação de domínio através da política ou da economia, mas também através de um "discurso de domínio", sobre o qual Edward Said se debruçou (Young, 2001:383). É ele o responsável por materializar a teoria do discurso colonial, no final da década de setenta do século passado, não se julgue contudo que o estudo do colonialismo já não ocorresse anteriormente (Young, 2005:151). A posição desenvolvida por Said reflete o período em que se desenvolve e a influência recebida de vários pensadores, como Frantz Fanon, um ativo anti-colonialista (Bush, 2006: 51), baseia-se também das teorias de hegemonia e resistência defendidas por Gramsci e pela análise do "pós-estructuralismo" e do poder de Foucault (Young, 2004:15-6). Este pós-estructuralismo será essencial ao desenvolvimento da teoria do discurso colonial e consequentemente da teoria póscolonial,

[30] Frantz Fanon deixou obra que se carateriza pela sua forte oposição ao colonialismo, uma culpabilização das potências colonizadoras pelo exploração, e pela complexidade das relações coloniais (Bush, 2006: 51).

baseando-se na análise do discurso, e na perspetiva cultural, como se verificou no capítulo anterior.

A análise do discurso colonial demonstra a sua ligação ao pós-estructuralismo pelo apego da época ao estudo da linguagem e toda a sua envolvente, a análise do texto, os processos linguísticos (Brooker, 2003: 205), e das posições relacionadas com a subjetividade e agência (Young, 2007: 7) e com o desenvolvimento do conceito de discurso por Foucault, fica montada a estrutura para que Said desenvolva as bases da teoria do discurso colonial na sua obra "Orientalismo" (1979). Said baseia-se na posição de Foucault e do discurso, e a partir daí procura demonstrar como o saber era construído numa determinada linguagem (Young, 2001: 385), uma linguagem com ligações culturais cheias de significados, que permitiam verificar a construção ideológica que as envolvia (Young, 2001: 385). Analisar as formas como o discurso colonial, como refere Ashcroft et al, "opera" enquanto instrumento de poder (2007:37).

Said considera que o uso da linguagem enquanto sujeito do estudo, também ocorre na literatura, os textos literarios são "cruciais" na construção do discurso colonial, uma vez que funcionam de forma "imaginativa" e sobre os sujeitos, contudo esses textos não são o reflexo de ideologias dominantes por si só; também são capazes de resistir a essa ação (Loomba, 1998: 74). Os textos literários servem para esclarecer o colonialismo (1993:5), Said "introduz" a ideia de um colonialismo que operava como um "discurso" dominante (Young, 2001:383), demonstra que as representações existentes nesses discursos permitem analisar o papel "ideológico" das práticas coloniais (Young, 2005: 151). Partindo destes pressupostos a obra de Said (1979) refere-se à representação do mundo, não ocidental, através das relações de domínio do ocidente. Foi um trabalho marcante porque se direccionou para o saber e não apenas para as questões do domínio político e económico.

A análise do discurso, como refere Loomba, demonstra ser possível estabelecer ligações entre o "visível e invisivel" o "dominante e o marginalizado" permite verificar como o poder é exercido através da linguagem e da cultura (1998: 47). Esta postura em relação ao poder permite a Said afastar-se de uma abordagem limitadora à autoridade colonial demonstrando como ela se materializava na criação de um discurso oriental, através de "estruturas de pensamento", "manifestações literárias" ou politicas (Loomba, 1998: 47).

Apesar de já ter havido autores que se envolveram como críticos ao colonialismo através da linguagem, como refere Young, o papel de Said foi o de transportar a análise do colonialismo

e imperialismo para a questão do discurso (2001: 384). É reconhecido que a sua obra é "problemática", como refere Loomba,[31] desde o seu trabalho precursor os estudos sobre o discurso colonial debruçara-se sobre as mais diversificadas temáticas desde a literatura aos museus (1998: 47), Mas tem o mérito de ser inovador na época e desenvolver conceitos que acabariam por permitir analisar as ideologias imperiais (Young, 2001: 384). O trabalho de Said revelou-se uma crítica às estruturas do conhecimento que eram responsáveis pela criação do sujeito colonial (Bush, 2006: 52), demonstrando como esses discursos ocultavam as verdadeiras razões políticas da dominação, e das formas como se construíam os sujeitos, colonizador-colonizado.

Como reconhece Loomba, o discurso colonial, não é uma designação "pomposa" para colonialismo, mas sim uma nova forma de pensar os processos culturais, mais abrangente, que envolve os procedimentos culturais económicos ou políticos que visam, em conjunto, na formação e desmembramento do colonialismo, as relações de poder (1998: 54). Lomba refere ainda que o estudo do discurso colonial procura uma análise profunda das "epistemologias coloniais" ligando-as à história das instituições coloniais.

O impacto colonial nas culturas, sociedades e comunidades colonizadas, foi mais amplo e duradouro do que inicialmente possa parecer, desde o domínio territorial de 85 por cento da superifície mundial em 1914, como refere Said (1993:8), até após o fim dos impérios, como exemplo temos a língua que continua a ser usada e por vezes pode ser considerada como uma forma de neocolonialismo.

Na atualidade pode considerar-se que os estudos do discurso colonial não estão limitados aos processos que envolvem poder, procuram desenvolver as conceções de resistência por parte dos colonizados, um debate ainda em aberto (Loomba, 1998:51).

São vários os autores que estudam o discurso colonial, muitos deles são responsáveis por desenvolver a teoria do póscolonialismo, como se verá mais à frente, autores como Said (1979),

---

[31] Uma das críticas que se pode fazer a Said, segundo Loomba, é o fato de ele ter adotado a posição de Foucault em relação ao poder colonial, "os textos ocidentais criaram o conhecimento sobre o oriente mas também a própria realidade que eles procuram descrever…" (1998: 49). São por isso responsáveis pela imagem "distorcida" do domínio colonial e dos reflexos culturais gerados pelas instituições políticas e económicas (*Idem*: 55). Essas críticas surgem por considerar que o "discurso" enquanto elemento é oriundo da literatura, restringe-se mais à componente ideológica e menos à material. Apesar do estudo do discurso colonial estar ligado a Foucault e ao seu conceito de discurso, Loomba refere que a sua posição é "eurocêntrica" requer alguma cautela na análise da sociedade colonial (*Idem*, 52).

Spivak (1988) ou Bhabha (1994) para mencionar o que se considera ser a "Trindade" do discurso colonial e do póscolonialismo (Young.2005: 154). Bhabha define discurso colonial como um "instrumento" que instiga o reconhecimento de uma diferença seja racial, histórica ou cultural, para ele o objetivo do discurso colonial é o de construir o colonizado como uma "população" de pessoas que necessitavam de ser controladas (Bhabha. 1994:70). A construção do discurso colonial assemelha-se a uma narrativa, empregando sistemas de representação, um modo de verdade, idêntica ao realismo. Para analisar o discurso colonial, os discursos europeus que compunham o "Oriente", Said propôs uma semiótica do poder "orientalista" (1979) para o analisar enquanto espaço unificado racial e geograficamente (Bhabha. 1994:71).

Na obra de Bhabha (1994), a teoria do discurso colonial é desenvolvida para enfatizar o hibridismo[32] da cultura colonial e a interdependência entre colonizado e colonizador, este hibridismo está dependente ou associado às especificidades históricas, ideológicas de cada elemento colonizador. Compreendendo a contextualização do fenómeno do discurso colonial, torna-se necessário expôr como o discurso colonial materializou o outro e o fato de se desenvolver a análise do discurso colonial demonstra que as relações coloniais ocultavam mais do que à primeira vista poderiam aparentar, através de conceitos como o de hibridismo e mimetismo, por exemplo, surge a necessidade de uma análise crítica que desenvolva a teoria do poscolonialismo.

2.3 – Do discurso colonial à descolonização da "Mitologia Branca"

A construção do discurso colonial, como se demonstrou anteriormente, é um processo complexo de características, politicas e socioculturais, reflexo de uma época de intensa resistência ao colonialismo e das correntes intelectuais, de um período importante na história universal. A teoria póscolonial, que se debate nesta seção, surge no seguimento do desenvolvimento da teoria do discurso colonial, que inicialmente era mais voltada para as

[32] Informação sobre o posicionamento e debate critico em torno do hibridismo, pode ser aprofundado na obra de Prabhu (2007).

questões da literatura (Moore-Gilbert, 2000), tendo sido uma das grandes influências no aparecimento formal do póscolonialismo.

Antes de iniciar a contextualização da teoria e dos suas inúmeras cambiantes, este subcapítulo não pretende desenvolver uma história do póscolonialismo, uma vez que para esse efeito já existe uma extensa bibliografia sobre o tema,[33] o seu objetivo é o de situar esta corrente do pensamento contemporâneo demonstrando as suas principais influências e questões, demonstrando como se podem enquadrar com a área dos museus e com este estudo em particular. A formalização das duas áreas do saber, teoria do discurso colonial e teoria póscolonial, enquanto disciplinas, fica marcada por um momento que é a públicação da obra "Orientalismo" de Edward Said,[34] que deixou questões sem resposta, permitindo desencadear o desenvolvimento da teoria póscolonial.

O Orientalismo de Said, como refere Loomba, "inaugura um novo tipo de estudo sobre o colonialismo" (1998: 44) e apesar de abrir o caminho à teoria póscolonial não é consensual, sendo "alvo de crítica" por vários motivos (Loomba, 1998: 48), sucedendo que a exploração das lacunas da sua obra, acaba por ser um dos momentos de desenvolvimento desta disciplina.

As críticas que são lançadas ao orientalismo são muitas e levadas a cabo por muitos autores[35], entre eles Robert Young (2004),e identificam alguns dos problemas do orientalismo de Said. Um dos grandes inconvenientes da obra de Said, para os poscolonialistas como Young, é a manutenção da oposição binária, ocidente/oriente, nós/outro, o que na prática limita a representação do outro, uma vez que o oriente é uma criação do ocidente; Said afirma que existe sempre uma comparação entre Oriente e ocidente (1979:67). Outra crítica à sua obra refere-se ao fato de Said se debruçar em demasia sobre a representação ocidental, ignorando as auto-representações dos colonizados e a sua resistência – a agência - não abordou as questões da produção cultural dos colonizados, acabando por promover, como refere Loomba, um discurso de poder "dominado pelo colonizador" (1998:49). Existe igualmente uma objetificação do sujeito, oriental, o qual tem um papel passivo na ação,acabando por dar razão ao ocidente que é exibido num papel dinâmico e mais inteligente.

---

[33] Entre a inúmera variedade de textos sobre o póscolonialismo, as mais significativas a este estudo e por ordem alfabética: Ahluwalia (2001), Ashcroft (2001, 2001b), Chambers e Lidia (2001), Loomba (1998), Spivak e Harasym (1990) ou Young (2001).

[34] Sobre o debate e crítica ao Orientalismo, por exemplo, ver obra de Young (2001, 2004) ou Moore (2000).

[35] A obra de Bush (2006) é crítica em relação às lacunas de Said e da sua interpretação do discurso colonial.

O discurso colonial, como o identificado por Young (2001:407-8), pode revelar-se problemático por dar enfâse ao discurso do colonizador, como sendo a base do estudo e não como um meio de análise. O discurso colonial não deve considerar o colonialismo como estrutura de conhecimento e representação, uma vez que se trata de um discurso criado pelo colonizador, o discurso de Said é o discurso de um oriente que não existe. Para Young (2004: 167)., a obra de Said é crítica mas, sem oferecer "alternativas", àquilo que procura criticar, acabando muitas vezes a "repetir" as estruturas que questiona Um dos inconvenientes do pioneirismo da sua obra é o fato de não conseguir explorar todas as questões na primeira vez e por isso o seu trabalho deixa em aberto a interpretação das relações de poder. Um outro motivo visto que o discurso colonial perdeu alguma força foi o fato de, causador de alguma contestação o que fica bem patente numa afirmação de Young: "o discurso colonial não representa simplesmente o outro…" (2004: 184), também Borch et al (2008: 26)., esse é um problema do discurso colonial, a falta de representação adequada do outro, os que não tinha "voz"

O fim de uma hegemonia eurocêntrica era uma das grandes bandeiras da crítica colonial, como refere Scott (1999:12),, havia a necessidade de efetuar a "descolonização da representação" realizar a descolonização da "mitologia branca" (Young, 1991). É na procura por respostas a estas questões que se objetiva desenvolver novas "ferramentas" no estudo do colonialismo, formas de enquadrar a relação entre poder e saber colonial, como o mesmo Scott refere, desenvolver um processo de "re-interrogar" as praticas que tem reproduzido o poder colonial (1999: 12).

A definição do termo, bem como o início, formal, da teoria do póscolonialismo não é fácil de elaborar (McLeod, 2000:2; Loomba, 1998:xii), a complexidade começa desde logo pela sua existência que pode remontar, como demonstra Bush, à Revolução Americana (2006:51). Também o marxismo e os movimentos de autodeterminação, com pensadores como Frantz Fanon, foram responsáveis pelo desenvolvimento do estudo de questões do colonialismo, questionando fortemente o porquê da existência de relações desiguais; Fanon é considerado um elemento vital à existência da teoria póscolonial, desenvolvendo novas formas de pensar o colonialismo e as razões para a diferença (McLeod,2000:19-23, 83).

Apesar das muitas condicionantes de como e quem é o primeiro, é comummente aceite que foi Said e a sua obra "Orientalismo" (1979) que se tornou a referência, o "catalisador" que refere Gandhi (1998: 25), do que ficou conhecido por teoria póscolonial; uma continuidade da

"teoria do discurso colonial" (Ashcroft, 2001b:9). O pioneirismo de Said permitiu divergir de modelo de análise essencialmente linguístico, o que Ashcroft considera uma "análise literária" (2007:168), e transitar para a posição pós-estruturalista de Foucault, marcante no desenvolvimento do "discurso colonial" (Ashcroft,2007: 168-9) e teoria póscolonial como defende Kapoor (2008:3).

Mas afinal o que é o póscolonialismo? Como se carateriza? A teoria póscolonial é uma construção pouco unânime, em concordância com a afirmação de Kapoor, é um "campo de contestação" de (2008: xiv), de disputa, mas também de "encontro" (Gandhi, 1998: 3). O póscolonialismo enquanto teoria crítica, que começa a ganhar forma nos anos oitenta, do século XX, vê na década seguinte, o seu período de "consolidação" (McLeod, 2000: 29), a grande quantidade de textos e diferentes abordagens comprova o seu sucesso (Moore-Gilbert, 2000:11). O póscolonialismo é hoje mais versátil e transversal, como refere McLeod tem uma grande "variedade" e "abrangência" com múltiplas orientações (2005: 3), sejam elas relacionadas com conjeturas sobre o imperialismo, racismo, feminismo,[36] género (Levin, 2010).

A fundamentação da teoria do póscolonialismo demonstra a sua complexidade, desde logo, com o debate da terminologia: pós-colonialismo ou póscolonialismo? A polémica, melhor dizendo, a competição, em torno do próprio nome, para a qual McLeod procura esclarecer a questão referindo que o temo pós-colonial, com hífen, se debruça mais sobre um determinado período histórico, o relativo ao após o colonialismo ou após o fim dos impérios coloniais. Por seu turno a construção gráfica, póscolonialismo diz respeito a "formas de representação, práticas de interpretação e valores" (McLeod,2000:5), formula que tem sido aplicada neste estudo como foi identificado no início.

A questão em torno da terminologia pode parecer pouco relevante, mas como refere Loomba apesar do prefixo pós, não quer apenas dizer, "depois" do colonialismo (1998:12), da mesma forma que o colonialismo não termina com o fim da "ocupação colonial" (Gandhi, 1998: 17). Para Fanon (2004) o fim do colonialismo não representava apenas o fim da dominação política e económica mas sim, uma "modificação psicológica" (McLeod, 2000), na sua opinião não se elimina o colonialismo enquanto não se alterarem mentalidades, modificação que foi extremada na obra de Ngugi wa Thiong'o que denominou esse processo como "descolonização

[36] As questões relacionadas com o feminismo ou a mulher podem ser exploradas em Spivak (1988), Butler (1999) ou no caso especifico português em Vaquinhas (2005 e 2011).

da mente" (1987). Como refere McLeod os "efeitos psicológicos" do colonialismo, o sofrimento causado pelo poder é marcada por uma identidade negativa que é criada pelos colonizadores, transformando as pessoas não em sujeitos mas objetos, inferiores ao colonizador, gerados e representados de acordo com os seus critérios (McLeod, 2000:20). Depreende-se por isso que o colonialismo durou, e dura, enquanto se consegui convencer os povos dominados que que era "justo e adequado" que uns fossem dominados por outros, conseguindo que os colonizados aceitassem esse domínio (McLeod, 2000:18).

O póscolonialismo debate-se contra o princípio temporal linear, por vezes sem sucesso (McClintock, 1995:10), para se demonstrar que o *após* colonialismo não é a componente mais adequada a este estudo, demonstram-se dois exemplos que o certificam. O primeiro diz respeito ao fato de muitas das análises, efetuadas pelos estudiosos do tema, se debruçarem sobre problemáticas que ocorreram durante o período colonial, o segundo concerne o fato de muitos dos seus pensadores serem frequentemente nascidos e criados no período e em locais sob domínio colonial, ou seja antes do fim formal do colonialismo já se debatiam questões póscoloniais. Acabam por ser participantes[37] dos conceitos que geraram, por serem conhecedores dessa realidade, criticando a partir do interior o colonialismo ou seja, quer os conceitos, quer os autores envolvidos, são resultado da própria experiência colonial (Mesa-Bains. 2004:99).

Anteriormente Stuart Hall debruçara-se sobre esta questão considerando ser difícil interpretar onde começa e acaba o colonialismo, se é que acabou de todo, para ele "o colonial não está morto, uma vez que vive nos seus reflexos"[38] (2001, 248). A estrutura colonial continua a existir como reconhece Hall (2001), sendo muitas vezes a língua um desses elementos, perpetuando aquilo que se combate. Também Young é da opinião que o fim histórico do colonialismo não implica o seu fim formal, havendo hoje lugar a um "neocolonialismo" (2000) que assume outras formas, seja através de ação de elites ou do poder e que pode assumir a forma de dependência económica ou cultural por exemplo, um país que se libertou do colonialismo como Angola, pode estar dependente (Loomba, 1998:7) das novas formas de "colonialismo" económico e pelas quais eles se regem. Os estudiosos deste tema à medida que exploravam o assunto, uma vez que o colonialismo não terminou e facilmente se poderia manter numa situação

37 Edward Said (1979), Gayatri Spivak (1988), Homi Bhabha (1994), entre outros
38 No original a palavra é "After-efects" (Hall, 2001:248)

de poder e como ideologia dominante no seu centro, foram percebendo as complexidades do póscolonialismo.[39]

Com esta nova abordagem, mostrando que o póscolonialismo não era uma realidade cronológica, nem exclusiva dos colonizados, o modelo positivista de saber começa a ser questionado pois apesar de tudo, quer os póscolonialistas quer as representações do mundo foram formadas de acordo com os padrões ocidentais (McLeod, 2000: 247). Por este motivo era necessário repensar o póscolonialismo como forma de proceder a uma re-interpretação da história para demonstrar como o eurocentrismo se desenvolveu e mantem no presente, desconstruindo-o. O póscolonialismo é útil, a este e muitos outros estudos, como reconhece McLeod, porque nos "desafia" a pensar sobre a forma como interpretamos as coisas (2000:2), no caso específico, chamar a atenção para o que ficou por esclarecer nos primórdios da teoria do discurso colonial, a diversidade cultural, uma vez que toda a abordagem era considerada do ponto de vista do colonizador.

Na obra de Ashcroft et al. Julga-se que a cultura póscolonial é uma forma de escrever contra, em analogia ao título da obra "Empire Writes Back" (2004), o império colonial, afastando-se dele. Para Ashcroft et al, a teoria do póscolonialismo é o estudo "dos efeitos da colonização nas culturas e sociedades" (2007:168), a "produção cultural" que atesta as relações do poder colonial (Ashcroft et al, 2004: 195). Pode-se depreender tratar-se não uma corrente teórica e crítica, mas de "várias", transversais aos estudos culturais e ciências sociais, que têm por objetivo analisar as relações desiguais, entre o eu e o outro (Moore-Gilbert, 2000:5). Para esse efeito deixaram de estar limitados aos discursos literários e abriram-se a discursos visuais ou outros, mas também a uma posição mais institucional, como refere Scott, (1999), incluindo a componente ideológica ou as práticas simbólicas, procurando gradualmente demonstrar a resistência à hegemonia eurocêntrica (Moore-Gilbert, 2000:17).

Algumas das principais funções dos estudos póscoloniais enquadram-se na análise do processo de relações entre dominador/dominado, relações que envolvem motivos, causas e efeitos ocorridos nos regimes coloniais. O estudo póscolonial debruça-se sobre as particularidades do colonialismo, a resistência (cada colonizador tinha padrões diferentes em locais diferentes) ou seja, da mesma forma que Boaventura Sousa Santos fala em colonialismos,

39 Autores como McLeod, demonstram que o próprio póscolonialismo pode acabar por estar ao serviço do neocolonialismo (2000: 246-7).

só se pode concordar com a posição de McLeod quando refere que existem "poscolonialismos", sendo essa vitalidade e diversidade a sua melhor faceta (2000:3).

O objetivo da aplicação do póscolonialismo, neste estudo, é o de analisar a forma como o outro tem sido excluído dos discursos coloniais e das instituições, como foi produzida uma imagem "distorcida" dos colonizados (Scott, 1999: 24). Esta teoria se por um lado procura devolver voz e identidade ao outro, a que foi eliminada junto dos indígenas pelo processo colonial, através da reescrita da história, com outra perspectiva (Bhabha, 1994; Spivak, 1988) procura trazer de volta o colonizado à relação com o colonizador na história colonial. A imagem distorcida ainda hoje existe, seja na descriminação ou racismo e por esse motivo o póscolonialismo serve para auxiliar a interpretação do fenómeno e procurar soluções para representações futuras.

O trabalho de Spivak "Can the Subaltern Speak" (1988) foi marcante para o póscolonialismo porque dá outro passo decisivo na tentativa de dar voz aos sujeitos culturais invisíveis do colonialismo, nele se incluem as mulheres e os camponeses, não apenas as raças diferentes. Esta alteração de posicionamento, que já não é exclusiva da linguística nem do racismo, leva a que se considere explorar a voz dos subalternizados, necessitam deixar de ser elementos passivos não abandonando aos outros o papel de os representar. A orientação que surge com Spivak demonstra mais uma vez, que esta posição também não é consensual, por um lado dá voz a quem não a tem, por outro exclui o ocidente do debate, criando aquilo que se propõe combater, a diferença.

Com mais uma dificuldade na teoria crítica, algum equilíbrio surge nas relações extremadas com o *hibridismo* defendido por Bhabha (1994). Este espaço intermédio, onde as duas, ou mais, culturas se encontram permitem desenvolver, a partir da diferença, uma nova posição. O hibridismo tornou-se um conceito fundamental do póscolonialismo e da teoria contemporânea, Porque como refere Moore-Gilbert (2000:11),, existe uma "contestação" no âmbito do que é ou não genuinamente póscolonial e como refere Prabhu (2007:1-18), pode "abrir caminho" para fora do pensamento binário, possibilitando a escrita da agência do subalterno e a reconstrução ou "destabilização do poder" mas também, associar-se a debates sobre a "globalização" e "multiculturalismo".

O hibridismo é encarado mais como uma força do que uma fraqueza, acontece como resultado de movimentos migratórios, uma vez que o hibridismo mostra a ligação que existe

entre as categorias sociais do passado e o discurso cultural do presente (Young. 2006:158). No entanto da ligação existente pode haver o risco de os seus sujeitos não se sentirem representados nem pela identidade do colonizador nem pela do colonizado, para Young "não existe" um termo correto que se aplique ao conceito de hibridismo, "altera-se à medida que se repete, mas também se repete à medida que se altera" (2006:159). O hibridismo defendido por Bhabha, é um termo que Ascroft *et al.*, grosso modo, consideram como "criação de novas formas transculturais dentro da zona de contato criada pelo colonialismo" (2007:108), no caso do posicionamento de Bhabha, a sua abordagem ao colonizador/colonizado, diz respeito à relação mútua entre eles e suas interdependências. Bhabha considera o "hibridismo" como "o signo da produtividade do poder colonial, as suas forças cambiantes e *fixismos*" (1994:112).

Para Bhabha a crítica póscolonial "testemunha" as relações desiguais da representação cultural, já o hibridismo permite observar uma posição intermédia que pode incluir cultura e localização (1994:171). Aplicado a este estudo, o hibridismo diz respeito ao outro, que apesar de não ser um branco eurocêntrico foi educado e integrado de diversas formas na cultura eurocêntrica, por isso um sujeito híbrido que existe numa posição intermédia. Nunca se poderá falar de um outro totalmente liberto de influências ocidentais. Como Bhabha refere: "a representação da diferença não precisa de ser interpretada bruscamente, como reflexo de um tratado étnico ou cultural pré-definido" (*Idem*:2), uma vez que ela é composta por diversas condicionantes e porque não há culturas puras (*Idem*:37); por isso, a identidade que nasce das relações entre sociedade colonizadora e colonizada dá lugar a uma *nova cultura*, uma nova realidade. Prabhu reconhece que toda a "realidade" é e sempre foi hibrida (2007:14).

Contudo na interpretação desta nova cultura Robert Yong utiliza o conceito de *tradução* (2003:138), um conceito que, como o colonialismo, identifica uma cultura indígena como uma cultura subordinada, demonstrando que todos os aspetos da cultura original foram reconstruídos (*Idem*, 2003:139). No entanto estes novos aspetos influenciados pelo colonialismo são mais fortes, uma vez que ambos os participantes no processo, colonizador/colonizado, sofrem dos problemas da tradução. As dificuldades de tradução da informação podem gerar, representações complexas e "contraditórias" que por seu turno, serão geradoras de falsas representações, aquilo que se espera e não aquilo que é (Bhabha, 1994:70). Esta posição de se demonstrar o que se espera e não, aquilo que realmente é, está relacionado com a posição de James Scott que fala de,

uma "transcrição pública e transcrição oculta" (1990), uma relação entre a posição representada e a resistência que não se vê.

Os campos da história e da cultura podem, ser "*re-escritos*" como apoia Young (2001:427), são uma apropriação das abordagens dos subalternizados, de forma a representar uma outra história, esquecida até agora. Não é necessário recorrer à constante comparação da diferença, precisando por isso furtar-se à oposição binária, uma vez que as culturas e pessoas coexistiram, envolvendo-se umas com as outras desde sempre, considerando-se neste estudo que a análise da diferença, parte do princípio que existem, pelo menos duas culturas diversas, envolvidas e não uma superior e outra inferior, para se poder reescrever a história do outro. Este enquadramento teórico do póscolonialismo que permite passar ao lado da oposição binária, e criar uma forma mais abrangente de encarar a diferença, saber como é que ela se materializou, como é que as estruturas coloniais influenciaram essa representação do outro.

Tal como Bhabha é da opinião que não há culturas puras, posição com que se concorda, porque todas elas de alguma forma sofrem influências externas, a análise partindo destes pressupostos permite, compreender uma realidade passada, influências que teve em ações futuras. O equilíbrio alcança-se, na aplicação do póscolonialismo e como pretende este estudo, quando faz jus à posição de Rattansi que considera que o termo póscolonial é encarado como algo "pertinente" e aceite quer para os ex-colonizados como para os ex-colonizadores (2010:64). Evitando assim que o outro reconte uma história que descrimina o ocidental ou que exista uma relação hegemónica eurocêntrica, uma vez que as relações desiguais até ao momento não acabaram, e por isso urge conhecer os seus processos para poder interpretar a informação que existe, que será muito útil às representações culturais. As relações culturais que envolvem o póscolonialismo por um lado, podem ser interpretadas de uma forma crítica para capacitar a contestação do período colonial, e por outro, não precisam ocultar as suas influências, uma vez que têm a vantagem de usufruir de uma "mistura" que são as influências, desde o pós-estruturalismo ao pós-modernismo, (Rattansi, 2010:57) estas permitem-lhes desenvolver as mais variadas ferramentas e combinações (Gandhi,1998: 25). Loomba defende a posição que seria um "erro" separar a análise do colonialismo de movimentos intelectuais anteriores (1998: 56), esse fato está bem vincado na influência da hegemonia de Gramsci e do discurso de Foucault em Said (McLeod, 2000: 21), o efeito de Althusser e análise psicanalítica de Lacan na influência de

Bhabha (Kapoor, 2008:7) e Spivak que foi influenciada pelas posições de Derrida (Ashcroft et al.,2007: 168).

A título de conclusão, o póscolonialismo serve para aglomerar vários tipos de abordagens críticas sobre o colonialismo, uma que pelo menos equilibre a balança na relação da história com o colonizado ou seja, deixar de valorizar apenas a componente eurocêntrica, valorizando o conhecimento que se pode adquirir do outro.

2.4 – A agência resistente

Como se procurou demonstrar no capítulo anterior, a ideologia é um elemento essencial para verificar a estrutura social, a sua composição está intimamente ligada aos discursos, possibilitando a abordagem a diferentes culturas ou sociedades. As relações de poder e ideologia estão sempre presentes na componente sociocultural, tal como Oswell afirmou o poder é "central" ao entendimento da cultura (2006:41). A título de exemplo verifiquem-se as diversas formas de ação ou atividade cultural, seja em canções, peças de teatro, filmes, exposições ou outras, na verdade ainda que de forma imperceptível as relações de poder e ideologia estão presentes. A sua presença faz-se sentir através da necessidade de tomar decisões e isso implica fazer escolhas, por exemplo uma exposição num museu, o que leva a que se escolha um tema, um objeto em detrimento de outro? Como é desenvolvida essa relação? As escolhas frequentemente são elaboradas tendo em consideração a raça, a estética, o género. Na realidade são opções de poder e não de escolha porque são idealizadas e executadas por pessoas, cujas ações estão dependentes do seu capital social, campo e habitus como afirma Bourdieu (1993, 1995a). As culturas e as suas ações são baseadas nas palavras, na escrita, nas ideias e nos discursos, elas são a base desses universos culturais, que na sua organização e estrutura, permitem que uns dominem e outros sejam dominados (Oswell, 2006:42). A estrutura da sociedade eurocêntrica tem autoridades que governam, ou que detêm o poder de decisão, uma hierarquia social. Tendo em consideração as relações socioculturais e todas as questões que influenciam o poder, a ideologia, e em especial a teoria póscolonial, verificou-se ser fundamental ao desenvolvimento teórico abordar a posição da agência (Prabhu, 2007).

O conceito de agência é necessário para compreender a cultura contemporânea, em especial o fenómeno do colonialismo, as suas ações, é importante referir a forma como os intervenientes sociais entendem e geram as suas relações. Mas ao falar de agência é adequado identificar que existe um debate entre: estrutura e a agência.

Nesse debate há posições antagónicas, o posicionamento de Giddens (1986), que se baseia na teoria da estrutura e a de Bourdieu (1995) que se fundamenta na teoria da prática, estas posições desenvolvem-se em torno de dois temas: a estrutura e a agência. Neste estudo não se pretende explorar o debate entre as duas apenas desmontrar as principais conexões com o discurso ideológico e colonial.

A estrutura é algo de externo ao indivíduo, algo que influência e limita as escolhas que lhe estão disponíveis: "a estrutura é o meio e o resultado das práticas que constituem os sistemas sociais" (Giddens, 1981:27). As estruturas são normas ou recursos da ação e para Giddens obedecem a uma hierarquia, regras que são compostas por vários processos e procedimentos aplicados na "reprodução da vida" social (1986:21). Para Giddens os agentes produzem ações apenas possuindo parte da informação, ignorando alguns fatores (1986:19). É uma orientação que condiciona a posição do agente e influência o comportamento humano, impede o indivíduo de exercer a agência, a sua capacidade de escolha, de resistir.

O estruturalismo representa uma posição na qual as estruturas sociais estão materializadas na raça, género ou classe, são consideradas sistemas, bem enraizados no tempo e no espaço, e nos quais os indivíduos pouco podem fazer, apenas viver enquadrados neles. Considerando esta informação, pode-se depreender que a estrutura num contexto social é onde a ação se desenrola. Não se considera que o indivíduo seja o centro da realidade social. O estruturalismo reconhece que influencia a ação humana, mas enquadrada num contexto, ou seja, a ação não é o resultado do livre arbítrio mas o resultado da ação concertada de uma estrutura. Trata-se de uma fórmula que permite controlar um grupo social ou modo de vida, por exemplo, a forma de controlar os indígenas em períodos coloniais.

No que diz respeito à agência, ela é a intencionalidade, é algo interno ao indivíduo, um processo mais democrático que lhe permite tomar decisões e fazer escolhas, o agente escolhe o seu caminho. A agência pode ser entendida como relativa ao papel que o indivíduo tem enquanto interveniente ativo no desenrolar da ação (Brooker, 2003:3) ou, como Hays (1994) referiu, ser o "veículo da estrutura social". Em termos culturais a agência implica a possibilidade de ação ou

participação em processos de transformação da realidade e onde se exerce "poder" (Grossberg, 1996:168).

A abordagem da agência considera que o indivíduo vive numa posição de pluralismo, o poder social é difundido entre os grupos, não havendo um grupo dominante. Na atualidade dificilmente se reconhece que uma das posições - estrutura/agência - é que controla o comportamento, porque ambas fazem parte da solução. O pensamento pós-moderno influencia este posicionamento acabando com as posições extremadas, permitindo uma abordagem mais equilibrada. As novas realidades geradas pelo multiculturalismo, a tolerância, são posições pós-modernas, nas quais o *hibridismo*[40] de Bhabha (1994) demonstra que não há posições de superioridade de uns sobre os outros, somos todos o reflexo de uma mistura.

Os posicionamentos tanto de Bhabha como de Butler, consideram a agência como algo que é reflexo do discurso e do poder (Bhabha, 1999 e Butler, 1997), a sua ligação é condição fundamental para a formação do indivíduo e a sua construção é reflexo dessa "subordinação a um poder" (Butler, 1997:2). Para ambos a agência não está previamente na posse do agente, é algo que surge gradualmente no processo de sujeição, o que quer dizer que o sujeito não tem agência enquanto não for subjugado (Butler, 1997:144-5). Para Bhabha os espaços entre culturas, os discursos e o poder são uma fonte da agência (1999:205), por seu turno Butler considera a agência como algo que "excede o poder que a ativa" (1997:15), ou seja ambas as posições são condicionadas pelo poder e pelo discurso.

Bourdieu procura solucionar a questão da diferença entre subjetividade (o agente) e a objetividade (sociedade), desenvolveu o "estruturalismo construtivista". Através de conceitos como capital, campo, habitus e violência simbólica (Bourdieu e Wacquant:119; 1995a:230), demonstrando que cada classe ou subclasse tem, de acordo com a sua mistura particular de capital cultural e económico, um padrão distinto de escolhas ou seja em relação à arte por exemplo, uma parte da classe dominante utiliza os seus recursos de capital cultural para apreciar arte mais elaborada e aqueles mais ricos em capital económico preferem formas menos exigentes de arte. O que o capital demonstra é a existência de relações de poder e domínio que são exercidas na sociedade.

---

[40] O hibridismo não é um exclusivo de Homi Bhabha, desde há muito parte que faz parte do discurso colonial, a eugenia por exemplo, ou Bakthin, usaram o hibridismo em áreas tão diversas como à linguística (Gardiner, 2002: 171).

No caso da violência simbólica, por vezes também designada por poder simbólico (Bourdieu, 1995:23), é um conceito flexível que surgiu, inicialmente, nos seus estudos antropológicos e nos quais acabou por interpretar a forma como o poder é exercido (1995a). Nos seus estudos sobre as sociedades acabou por verificar que o ato de dar/oferecer é também uma forma de exercer a posse, o poder (Bourdieu, 1995:24). É uma ação ocultada num gesto de generosidade, algo que contrasta com os conceitos de exercício do poder através de um governante mais implacável e intolerante. Nas suas palavras ele reconhece que:"o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (Bourdieu, 1989:7).

A substância da violência simbólica ou institucional representa, antes de mais, o poder intelectual de constituir e impor, uma "categoria particular de sinais" (Bourdieu, 1989). A violência simbólica na prática é exercida sobre os agentes com a sua aprovação, é uma ação exercida de uma forma indireta, através do controlo de mecanismos culturais como a linguagem, imagens e significados simbólicos. Essa ação pode assumir diversas formas, seja nos diálogos entre professores e alunos (os que mandam e os que são mandados), nas relações de discriminação racial (uns que se aproveitam da sua "superioridade" para exercer poder sobre os outros), segregação económica (no trabalho o patrão que se aproveita para explorar um funcionário mais necessitado economicamente), imposições de padrões culturais ou outros. Dessa forma são tratados como inferiores, limitados nas suas aspirações, ainda que eles não a percecionem dessa forma, considerando esse fato como se fosse a ordem natural das coisas, permite por isso aos dominados aceitar a sua condição como legitima. Veja-se o caso do género, o domínio exercido sobre as mulheres, abreviando o amplo debate, isso acontece devido à "má interpretação"[41] ou não reconhecimento adequado das relações por parte das próprias mulheres, que aceitavam/aceitam o seu papel de dominadas pela sociedade machista. A dominação exerce-se por vezes em casa com o conceito da dona de casa, ou na publicidade com a idealização de mulher, no que diz respeito aos seus hábitos de consumo e forma física entre outros.

O papel da agência é essencial pela sua relação face ao poder, e em especial ao póscolonialismo, que o "privilegia" (Prabhu: 7), Ashcroft et al. consideram que a agência é fundamental porque procura verificar como o sujeito, póscolonial, "inicia ação" na resistência ao

[41] Bourdieu chama "misrecognition" (1995b:23).

poder imperial (2007:6). Bhbha, por seu turno, considera a agência como uma "negociação" (1994: 191), porque existe uma ligação entre o "agente" e a hegemonia (Kapoor, 2008:124), havendo espaço para a resistência e como reconhece Prabhu, o hibridismo está initimamente ligado à resistência e à agência (2007:12)

O estudo que usa o póscolonialismo para analisar a forma como o outro foi representado, carece de ter em consideração esta capacidade de "Resistência", das "transcrições ocultas" (Scott, 1990), permitindo abordar os dois lados do colonialismo, o que representa e o que é representado.

2.5 – O novo paradigma museológico a descolonização do museu

O tema da museologia sobre o qual se debruça este subcapítulo, que encerra a explanação dos conceitos teóricos, procura demonstrar como se entrecruza a construção do discurso colonial, e do poscolonialismo com a representação do outro com as preocupações da museologia. Não visa desenvolver-se uma história da museologia,[42] mas um breve enquadramento, demonstrando as suas relações e transversalidades que acabou e acaba por se reflectir nas exposições.

O museu, enquanto espaço de cultura e saber, evoluiu desde a sua designação inicial na Grécia (Marin, 2003: 75), demonstrando ser uma instituição orientada para a recolha e coleção de objetos e memórias, organizando-os, procurando demonstrar os "registos da atividade humana", o que Carbonell chama "os episódios da nossa existência" (2004). De museu público, desde o século XIX, com função de divulgação do conhecimento, baseado em várias disciplinas das ciências sociais (Carbonell, 2004:559), passa no século XX à da educação[43], através de algumas mudanças, no discurso e linguagem utilizada (Preziosi, 2004: 72).

Os museus são parte do padrão cultural da Europa moderna, são locais onde se encerra a prova material (os objetos), da história humana e da história natural do planeta (Pearce, 1992: 1) e no seu início os museus eram espaços com uma carga representativa forte. Eram locais que

[42] Em relação à história dos museus, existem diversos autores que se debruçaram sobre essa temática por exemplo Bennett (1995), Boswell (2005), Brigola (2003), Carbonell (2004), Edwards (2006), Hooper-Greenhill (1992), Macdonald (2006), Marín (2002) ou Pearce (1992).

[43] Em relação ao papel educativo dos Museus, no inico do século XX, William Holmes Curador do departamento de antropologia do museu nacional dos Estados Unidos, considerava que o papel das exposições é, essencialmente, o educativo (1902:353-372).

serviam para a legitimação da história e da identidade, espaços onde a atitude humanista e o progresso eram demonstrados orgulhosamente (Walsh. 1992:18). É assim durante a "primeira idade" do museu (van Mensh, 1992) onde esse local simbólico, participava na transação de saber entre o visitante e o Estado, é por isso compreensível que assumisse como principal função a ideológica, promoção e demonstração dos orgulhos nacionais (Duncan. 2004:52-65). Todo o processo discursivo era baseado nos objetos, no contexto do modernismo, o esclarecimento dos visitantes tem o objeto como o esplendor discursivo (Hudson. 2004:85). Desde o seu início como Museu Moderno, que eles podiam ser considerados como agentes repressivos ou autoritários (Bennett, 1995; Hooper-Greenhill, 2007), como ainda há alguns exemplos, nesses espaços mais tradicionais ou como considera Shelton, nesse "museu operacional" (2010:25), representava-se o outro, silenciando-o.

O discurso museológico com a sua ligação institucional ao Estado, denota preocupações educativas crescentes, os museus eram encarados como "*educadores públicos*" e por isso, ponderavam materializar demonstrações do desenvolvimento industrial, eventos mais espectaculares e grandiosos (Young.1997:8-9). Os museus são, na opinião de Bennett (1995) e Hooper-Greenhill (2004: 4), "ferramentas" do Governo, úteis à propaganda e pedagogia. O discurso museológico, desenvolvido por esta ferramenta do Estado, aproveitou-se amplamente dos Impérios coloniais, usufruindo do estatuto de cultura dominante para recolher e usurpar objetos a outras culturas e povos (Simpson. 2001:1), muitas vezes transformados em ferramentas de" propagada" (Lira, 2002). Contudo serviam igualmente para desenvolver exposições mais apelativas, como reconhece Richard Kurin: «de facto é o poder do outro, do não-científico e do não-racional, que estimula o público» (Henderson & Kaeppler, 1997: 61).

Sem dúvida que os museus foram beneficiados durante o período colonial (Karp e Lavine.1991:224), e participaram ativamente na construção da identidade etnocêntrica (Maxwell, 2000), como se procurará demonstrar, é reconhecido por Mieke Bal que o museu é: "…um produto do colonialismo numa era póscolonial" (1992: 558). A Europa, o mundo ocidental, eram marcados por uma realidade colonialista e isso vai reflectir-se durante todo o século XX, através das colecções que são recolhidas nas colónias e nas expedições antropológicas, acabando por demonstra o que Rivière considera " o discurso do explorador" (2007:34).

A ligação entre os museus, a sua atividade e as Exposições Universais surge com o caminho paralelo e complementar que realizaram desde o século XIX trazendo vantagens para

todos (Vergo. 1993. 76). Enquanto os primeiros procuravam fundamentar na cultura material a identidade e o desenvolvimento educativo, as segundas procuravam deslumbrar o visitante, garantir-lhe um conhecimento mais lúdico. O contacto entre as duas surge, com a disputa por visitantes, considerando o elevado número de visitantes que as exposições do tipo universal deslocavam. O impacto é de tal forma considerável, que algumas das exposições (coloniais), acabaram por ser a base ou participaram na fundação de importantes museus pelo mundo fora[44].

Apesar das suas orientações iniciais e das várias "fases" porque passou ao longo dos anos (van Mensh, 1992), na atualidade o seu papel diverge, demonstrando ser uma instituição menos direccionada para o colecionismo e para os objetos e, mais preocupado em responder às necessidades da sociedade (van Mensch. 1992). É um local e uma disciplina mais dedicada à divulgação do conhecimento, mais preocupado com o contexto social e na representação da diversidade (Hooper-Greenhill, 2007:2). Uma das formas de maior relacionamento com essa sociedade verifica-se através das exposições, como afirma Sandell, num processo "dinâmico" que transforma os museus/exposições em locais de mudança social (2006: 138). A representação do museu Moderno, baseava-se numa relação de poder unidirecional (Bennett, 1995), bem sintetizada na observação de Karp e Lavine, que consideram que: "…como as culturas são representadas [e] refletem um julgamento profundo de poder e autoridade, e podem de facto transformar-se em afirmações de como (…) os cidadãos devem-se relacionar uns com os outros" (1991:2).

Na atualidade já não se fala de um período de uma nova museologia, desenvolvida a partir de Vergo (1993), a sureg uma museologia crítica que, e até pós-critica (Dewdney, Dibosa e Walsh, 2012) ganhou o seu espaço através de diversos estudos.[45] É uma abordagem crítica originada pela necessidade de novas práticas e recursos para as necessidades dos museus, o mesmo que se verificara com as correntes do pensamento, era necessária uma renovação. Quando se menciona que a atividade museológica atualmente se debruça mais sobre as questões de desigualdade, os desafios de inclusão social, a descriminação, é porque se trata de uma necessidade, e não de uma moda (Sandell. 2003). As questões sobre a multiculturalidade e diversidade careciam de estudo, era essencial desenvolver uma forma de mediação, de dar respostas, para proporcionar a integração cultural dessas mesmas comunidades, porque como

[44] O caso do Museu do Homem em Paris.
[45] Pearce (1992), Karp e Lavine (1991, 1992), Hooper-Greenhill (1992) e Walsh (1992).

refere Clifford, cada vez mais os museus só fazem sentido no "contexto global" (2005:459); talvez por isso haja quem considere a museologia como a "derradeira disciplina pós-moderna" (Duclos. 1994:4).

A museologia desde que compreendeu esta realidade, de se voltar mais para a cultura e menos para os objetos, dedicou-se a desenvolver investigação sobre este tema, do qual resultaram trabalhos como os de Eilean Hooper-Greenhill (1992), Sandell (2002, 2006), Barringer (1998) e Karp (1991) que são sintomáticos da sua atualidade e pertinência. Verifica-se que se trata de estudos resultantes de uma necessidade, de compreender e integrar as comunidades emergentes, e para o fazer é necessária uma aproximação e compreensão das mesmas. A diversidade cultural tem sido uma constante preocupação, a experimentação de novas práticas, a multidisciplinaridade, o envolvimento das comunidades no processo museológico é uma realidade, e é vital. Muitos museus persistem na exclusão dessas comunidades, ficando as suas histórias por contar, perdendo-se cultura, oportunidades e saber (Simpson. 2001:13-5).

No processo de compreensão e integração das comunidades está a uma democratização que pretende estabelecer, através de contatos, parcerias, com as suas comunidades, como refere Venugopal (2005:281), acarreta uma nova forma de "partilha de poder" (Phillips2005: 157). Essa partilha verificada entre as partes, proveniente de uma crescente preocupação social e da ação social como identifica Sandell, pode manter uma relação de poder hegemónica (2006: 47). Os museus carecem estabelecer ligações, estando assim mais alerta para as suas responsabilidades sociais, comunidades que foram "marginalizadas" pelos próprios museus (Phillips, 2005: 155).

Ao desenvolvimento da relação entre comunidades e museus, como se procurou mostrar nas seções anteriores, o póscolonialismo é essencial, porque não se limita ao estudo do colonialismo mas antes faculta ferramentas para "novas abordagens" (Sandell, 2003:46). As novas abordagens têm sido uma constante nos últimos anos, mais veemente desde a nova museologia, direcionada para as comunidades e seus descendentes, os detentores de muitos dos objetos colecionados. Os passos mais visíveis nesta área foram dados por países como o Canadá e a Austrália, com fortes comunidades indígenas e que haviam sido secundarizadas nas suas próprias sociedades (Ames, 1992). Gradualmente são reconhecidos direitos e importância a essas comunidades em relação aos objetos recolhidos nos museus levando a novas formas de atuar nestes locais.

A museologia depara-se com a necessidade de compreender e enquadrar as relações sociais de forma a verificar as diferenças e as relações de poder (Pearce. 1992), para perceber o fenómeno da diferença, direcionaram-se por isso para as comunidades como está patente na obra de Karp et al (1992). Esta modificação permitiu a transformação do museu num "agente" de entendimento intercultural (Sandell, 2006: 45). A concepção de museu como agente cultural já havia sido identificada por Bennett (2003). Sandell é peremptório a confirmar que nos últimos anos o conceito de museu como meio de "mudança social" se transformou num " determinante poderoso na retórica e política internacional contemporânea" (2006: 46)

O agente cultural em que o museu se transformou tem desafiado a cultura dominante, em especial pela forma de se relacionar com as comunidades, e sobre a qual se produziu inúmera bibliografia,[46] Transformou o modo de as encarar, sejam minorias ou outras, não como um público em pequena quantidade, mas como uma diversidade. Esta mudança de paradigma, sempre em constante rotação (Kavanagh, 1999:201), tem sido amplamente debatida.[47] O modelo de museu para o século presente, tem-se debruçado sobre questões mais amplas que as coleções, a utilização do póscolonialismo permite-lhe pensar e responder, àquilo que Chakrabarty designou por "o problema da europa", mas considera-se que poderia ter usado um termo mais abrangente, pois é transversal ao mundo ocidental (2000). A perceção do fenómeno colonial, é vital para reconciliar os povos num mundo dito póscolonial; também a abordagem do museu do século XXI é essencial para encarar a diferença e desenvolver "cooperação" em vez de dominação (Young, 1999:14). O próprio museu está dependente de uma construção cultural ocidental o que por natureza o pode limitar, o póscolonialismo permite-lhe sair da caixa, na busca por soluções.

Entende-se que o posicionamento crítico do póscolonialismo, encaixa perfeitamente nas questões da museologia crítica, permitindo uma parceria vantajosa a ambos, como refere Edson, o museu objectiva ser pensado num "contexto póscolonial" (2005: 140), com o intuito de ser mais inclusivo junto das comunidades que serve. O papel do museu é fundamental às minorias, no auxílio à manutenção igualdade e respeito (Bush, 2006:170). O desafio dos museus hoje é o de aplicar uma abordagem póscolonial desconstruindo o discurso colonial, do mundo ocidental capitalista, aquele que construía o outro com base eurocêntrica. O museu póscolonial procura

[46] Seria injusto mencionar apenas duas ou três obras, pelo que se identificam as que se consideram essenciais: Ames (1992), Duncan (1995), Greenberg et. al. (2005), Karp e Lavine (1991), Kirshenblatt-Gimblett (1998), Preziosi e Farago (2004) e Sherman e Rogoff (1994).

[47] O debate tem sido desenvolvido por Karp e Lavine (1991), Ames (1992) ou Greenber (1995), para nomear os mais relevantes.

trazer ao centro o outro, o que implica mexer, reconstruir a relação de poder, descolonizar o museu, Shelton considera que a representação do outro é uma "constante descolonização e recolonização" da imaginação, onde o papel do discurso ideológico eurocêntrico se manifesta (2005: 188,.uma vez que era, e é, frequente o recurso à "exibição de sujeitos" através de elementos estranhos à sua cultura (Shelton 2005: 184). Esta ação é responsável pela criação de um hibridismo (Young, 2005) que demonstra um imaginário multicultural, por esse motivo, como refere Simpson, forma-se a opinião de que o paradigma do museu, póscolonial, está em torno da "comunidade" (2001), ou como Karp et al. referem, dá-se a "criação" de uma comunidade (1992), podendo dessa forma mais facilmente debruçar-se sobre temáticas mais contemporâneas sobre a diferença através da sua ação e relações.

O museu e a sua influência póscolonial é essencial à transição do museu do passado para o futuro, do templo ao fórum (Karp e Lavine, 1991), a agência está presente nos processos expositivos e nas formas de regulação social, como afirmam Kirshenblatt-Gimblett (1998) e Clifford (1988). Os museus enquanto instituições direcionadas para o público, procuram mostrar a cultura do outro a um público que muitas vezes tem a sua primeira experiência multicultural, esta sua preocupação, visa diluir as barreiras criadas por um pensamento eurocêntrico. A existência e influência de um discurso ideológico anterior é uma realidade, existe o risco de perpetuar a ação colonizadora, Hooper-Greenhill desenvolveu o conceito de "pós-museu" que pretende ser uma abordagem "útil", desenvolvendo um entendimento entre relações de cultura e comunicação e com o objetivo de promover uma sociedade "mais justa" associada a uma responsabilidade social (Hooper-Greenhill, 2007:1).

Hoje a preocupação dos museus, mais vocacionada para o póscolonialismo devido ao multiculturalismo, tem a forte necessidade dada a mediação cultural, de procurar novas formas de pertença e de integração. Um dos mecanismos de mediação é o diálogo estabelecido entre as partes, público interno e externo, desta forma considera-se que o museu póscolonial trabalha ativamente na sua transformação, outrora tido como templo, hoje procura ser um local mais democrático e de debate (Lavine. 1991). Também existem outros exemplos de democratização e mudança social visíveis, através de exposições. Estes espaços que são usados pelo público têm o potencial de organizar e orientar no sentido de novas formas de cidadania e pertença (Duncan 1991, e Duncan e Wallach 1980). Estes progressos não são apenas produto de uma alteração na ordem transnacional, sugerindo também "formas alternativas de vida moderna e pensamento"

incluindo novos nacionalismos (Appadurai 1996:35). O paradigma do museu póscolonial inclui a criação de novas comunidades ou museus étnicos, direcionados para representar todas as culturas existentes (Karp. 1992) ao mesmo tempo, tenta justificar-se a sua existência enquanto serviço público.

A sociedade póscolonial envolve-se em problemas complexos relacionados com os museus, sejam exposições e interpretações, classificações e valores ligados aos objetos, a interpretação de outras culturas, falta de representação de diversidade cultural na história local e exigências de auto-representação e auto-expressão. Todas estas questões têm-se revelado de difícil convivência, mas a maioria destas contendas podem resolver-se, com a existência de museus de comunidade (Simpson. 2001:2-4).

Para concluir pretende ter-se demonstrado que o papel do póscolonialismo e do estudo das exposições é essencial à museologia, não apenas para analisar um passado histórico, para compreender o passado e ser capaz de *re-escrever* a mesma história no presente dessa forma podendo fazer diferença no futuro (Rattansi, 2010: 65). As exposições coloniais que serão analisadas nos capítulos seguintes, procuram demonstrar como o discurso ideológico influenciou a construção do outro, pois percebendo-se como se desenvolve pode, no último capítulo, propor-se algumas abordagens úteis para as questões levantadas pela museologia contemporanea, mais interventiva e integradora.

Capítulo III – Abordagem Metodológica

O capítulo dedicado à metodologia pretende demonstrar como foi materializado o estudo. A sua estrutura está organizada em duas partes distintas, de forma responder e esclarecer várias questões. Na primeira parte aborda as questões de carácter geral, as motivações para a sua escolha, a sua caracterização e as fontes usadas. A segunda parte concretiza a operacionalização do modelo.

A abordagem metodológica aplicada assume-se através de um estudo crítico, porventura mais aproximado aos estudos culturais ou aos estudos pós-coloniais, porque procura uma abordagem menos formal e visa uma problematização do conhecimento, tal como identifica Lisa Given (2008:170). Não se trata apenas de um estudo descritivo, mas interpretativo e crítico (Given, 2008:467) das posições coloniais, debruçando-se sobre relações e estruturas do poder, as representações das diferentes identidades e e subsequentes práticas institucionais. Enquadra-se numa análise póscolonial, uma vez que procura observar a motivação e a ação colonial (Given, 2008:175), críticando duas exposições nacionais, a Exposição Colonial do Porto em 1934 e a Exposição Mundo Português de 1940, sob o ponto de vista da representação do outro, enquanto veículo da representação da ideologia e poder. A escolha de duas exposições e da construção da repersentação do outro e a sua associação à museologia, visa ser uma continuidade na percepção do estudo dos processos que envolvem a construção de significado, uma vez que: "(…) uma análise direccionada para um único domínio será limitadora… " (Thompson, 1990:304).

A investigação direccionou-se para a análise qualitativa da informação, a qual inclui a análise de diversas variáveis, de conceitos teóricos, do próprio discurso, de relações de poder e ideologia. Este tipo de estudo mostrou ser o mais adequado e menos enredado para este tipo de estudo. Neste contexto verifica-se a produção de significados e de que forma foi transmitida, a partir das observações efectuadas tanto na forma escrita e visual (Given. 2008:826). No que se refere à componente interpretativa da metodologia, neste caso em particular, estiveram na sua base os princípios da Análise Crítica do Discurso (ACD) e a interpretação da ideologia de Thompson (1990). Tanto os discursos como a ideologia são importantes no estudo do

colonialismo, porque é através deles que se consolida o poder colonial sobre as minorias, uma das formas que se utiliza para exercer a "fixação" cultural (Bhabha, 1994) e manter o domínio.

Considerando estes pressupostos, Thompson revelou-se fundamental a este estudo, porque propõe uma metodologia que aborda as formas como os significados garantem as relações de dominação, implicando uma análise ao poder e domínio exercido, dentro de um contexto relacional de instituições, ações e composição social (Thompson, 1984:4). Como o próprio indica, trata-se de um estudo que se debruça sobre a ideologia e não apenas sobre a análise da forma do discurso mas sim, aposta na construção do significado da sua estrutura e mostra como o discurso ideológico serve para manter as relações de dominação. Desta forma a interpretação da ideologia consegue ser: "…mediada por uma análise da construção do discurso e uma análise social das condições em que ele é produzido e recebido" (*Idem*, 1984:11).

A complexidade que envolve o colonialismo e as relações de poder e de diferença, em que o outro assume o papel central, requer uma abordagem multidisciplinar, na qual podem ser aplicados um conjunto de métodos, como os que são adotados na museologia, sociologia, história, entre outros. Com uma grande diversidade de escolhas, a opção recaiu sobre uma adaptação do modelo da hermenêutica profunda e do modelo triplo de John Thompson (1990). O ponto de partida para encontrar um modelo metodológico adequado foi um processo complexo, mas para a sua escolha consideravam-se três necessidades fundamentais, designadamente: enquadrar-se numa abordagem póscolonial, ser uma metodologia que permita a análise dos discursos, uma metodologia que englobe a componente visual e textual e por ultimo um modelo que sirva para utilizações futuras na área dos estudos da diferença e por opção pessoal e profissional que possa ser rentabilizado na área dos museus.

No que diz respeito à primeira necessidade, ser adequado ao póscolonialismo, aposta-se numa abordagem teórica e crítica que permite analisar o impacto presente ou passado do colonialismo, das relações de diferença nos sistemas económico, político e social (Given, 2008:650). É uma forma de análise que tenta explorar as formas como o colonialismo se cruza com as várias aplicações do preconceito, como o racismo ou sexismo. A sua forma de análise abre caminho à identificação das dimensões de poder envolvidas no processo sócio-cultural e que se refletem nos discursos de raça, género, ou outros. É uma abordagem que alguns dos seus

teóricos[48] utilizam, também, para analisar o impacto que o processo de colonização teve nas comunidades colonizadas.

Como foi explicado logo no início deste estudo, o póscolonialismo prefere não se socorrer de modelos formais, por considera-los, inevitavelmente, eurocêntricos. O motivo porque os considera eurocêntricos tem várias dinâmicas, uma delas e que faz parte do debate dentro dos estudos póscoloniais, refere-se ao facto de se utilizar métodos de origem eurocêntrica para estudar os oprimidos acabando por manter a hegemonia ocidental. A posição de superioridade é tudo aquilo que se pretende desconstruir, porque foi uma realidade opressora (Young, 2001:58), na prática a abordagem póscolonial evita a utilização de modelos formais, por considerar que dessa forma se mantém a posição de hegemonia, por terem sido eles a definir os padrões de estudo, no abstrato.

Apesar de neste posicionamento uma das opções consiste em evitar o uso de um modelo formal e fechado numa abordagem para representar o outro, foi ponderado o risco e concluiu-se que posições extremadas dos poscolonialistas podem fazer sentido, mas acabam por cometer o mesmo risco que combatem (McClintock, 1995). Porque se é preciso ser-se oprimido para aborda-lo e é necessário uma metodologia que seja do seu uso, acaba-se no mesmo ponto onde tudo começou, criando um outro e deixando-o de fora do processo que procura debelar, criando uma nova relação de poder. No entanto, mesmo que se aplicasse uma abordagem informal, iriam existir outras dificuldades, as limitações temporais, que não permitem abordar os representados pessoalmente, e não garantem pelo hiato uma informação tão fiável, o que Trouillot chama silêncios (1995). Outra dificuldade é o facto de muitos desses povos oprimidos, por tradição cultural, ou por anos de opressão (Sleeper-Smith, 2009:330), não deixarem documentos escritos, o que limita o processo.

Tendo por base estas dificuldades, ponderou-se ser adequado abordar a diferenças e as relações de poder, recorrendo a uma adaptação do modelo triplo de Thompson (1990). A opção baseou-se na necessidade de criar um certo equilíbrio entre as posições antagónicas, póscolonial e eurocêntrica, escolhendo uma metodologia que pudesse ter equilíbrio (Rattansi, 2010) e esclarecer as questões que envolvem a representação do outro nas exposições nacionais.

[48] Edward Said (1979), Spivak (1988) e Bhabha (1994) entre outros.

Pretendia-se uma metodologia que pudesse ser crítica, sem ser demasiado fechada ou hierarquizada, permitindo uma abertura à interpretação da informação.

A opção de uma abordagem póscolonial surge por influência da museologia crítica (Shelton, 2001, 2006), área disciplinar com a qual existe uma identificação, que opta por questionar os padrões pré-definidos, buscando novas abordagens a temas já estudados, como é este caso que se debruça sobre relações coloniais. A crítica póscolonial é entendida como uma análise das relações entre dominador/dominado, entre diferentes nações, raças, e culturas, reconhecendo as raízes dessas práticas no colonialismo histórico. O colonialismo tem uma grande dimensão social, cultural e religiosa. A teoria póscolonial é facilitadora ou melhor, proporciona, um enquadramento útil na análise do colonialismo, debruça-se sobre questões de poder, agência, representação, que foram a base da existência de relações dominador/dominado e, pelo seu posicionamento crítico foi considerada fundamental na interpretação dos discursos do colonialismo.

Um outro fator relevante à escolha de um modelo, prende-se com os discursos, a construção sócio-cultural, os produtores de significados, o que Thompson designa por "formas simbólicas" (1990). Era necessário encontrar uma forma de analisar os discursos, geradores de significados , de acordo com uma componente crítica e que envolve-se o processo de construção de relações de domínio. Os discursos podem ter várias concepções e categorias, podem ser identitários, linguísticos, expositivos, podem ser associados à cultura ou a diversas disciplinas, mas em geral assumem formas de materializar o que se afirma. Compreender o meio em que as construções sociais ou culturais se realizam é importante, para se perceber as formas como o discurso actua e se difunde depois de envolver com a sociedade. A análise do discurso torna possível encontrar ligações entre o visível e o invisível, aquilo a que Scott se refere como "transcrição pública" e "transcrição oculta" (1900), permite-nos visualizar e críticar a forma como se exerce o poder, como se representam as pessoas, as relações de diferença, que sejam através da linguagem, da literatura, da cultura ou por instituições que gerem a nossa rotina (Loomba. 1998:47).

No que se refere ao discurso em concreto a orientação da análise discursiva foi orientada pela Análise Crítica do Discurso (ACD), por influência das posições de Fairclough (1995a) e Wodak e Meyer (2001:9), área que se dedica à análise das alterações sócio-culturais (Fairclough,

1995b:29). A mesma ACD debruça-se também sobre a análise dos discursos[49], independentemente do seu suporte físico ou oral e estuda igualmente as formas como o poder e ideologia se servem desses discursos, tal como Edward Said (1979), um póscolonialista, o fizera com o estudo dos discursos e relações de poder, mas com um posicionamento mais Foucaultiano.

A ACD procura saber qual é o envolvimento do discurso na ideologia e poder, a sua abordagem foi influênciada por autores como Gramsci, Althousser, Foucault entre outros. A posição congrega em si uma versão multidisciplinar do discurso, no entanto, a aplicação de um modelo mais específico na análise de textos e imagens, no que diz respeito à ideologia, levou a que se associasse um modelo mais prático de análise da informação (Thompson, 1990). Fairclough elaborou um processo de análise de ACD composto por cinco fases e que ele fundamenta no trabalho de Roy Bhaskar:[50]

1 Direcciona-se para uma questão social;
2 Identificar os obstáculos para serem abordados que através da análise de:
a) Elaboração de uma rede de práticas internas
b) Relação da semiótica com outros elementos enquadrada em praticas especificas
c) Discurso
3 Considerar se a ordem social necessita desta questão
4 Elaboração de formas de ultrapassar os obstáculos.
5 Reflectir críticamente sobre a análise

Considerando estas cinco fases durante o processo de investigação e como já foi mencionado, uma questão ficou em aberto; como materializar o estudo das imagens e textos, e os avaliar? Como definir categorias de análise, organizar as categorias para codificação? Por este motivo recorreu-se a Thompson e à sua obra "Ideology and Modern Culture"(1990), para identificar categorias a usar na análise dos textos e imagens e que seguidamente se demonstra. A aplicação da ACD também expressa na posição de Ruth Wodak (2001a:2), a qual a considera importante porque, além do seu interesse no poder e formas de comunicação, procura verificar como é que as desigualdades são construídas e expressas através do discurso. O método da ACD

[49] Esta designação de textos refere-se ao suporte escrito e visual.
[50] Apud em Fairclough (2001:125).

tem três momentos chave que são importantes mencionar, a saber:o primeiro considera a ideologia como um mecanismo de manutenção do poder, um poder desigual e procura desmistificar os discursos decifrando as ideologias. O segundo é a noção de crítica, confirmada por Wodak (2001:9), o distanciamento e ou envolvimento social permite assumir uma posição, que é o que se pretende, uma postura crítica. Por último o poder, relacionado com a ideologia, tem um papel decisivo na vida social e nas suas formas de representação, acabando por vezes por serem espaços de disputa pelo domínio.

A ACD apesar de procurar saber qual é o envolvimento do discurso na ideologia e relações de poder, a posição congrega em si algumas complexidades. Apesar de ser uma abordagem multidisciplinar da análise do discurso, entende-se que existem pelo menos dois grandes entraves à sua utilização como modelo neste estudo. Por um lado é ainda pouco consensual, no que diz respeito ao seu campo de ação,seja na componente literária ou visual. Dá a entender que existe uma corrida à sua apropriação enquanto disciplina pelas várias áreas do saber[51]. Por outro é uma metodologia com muitas categorias ou classificações. O excesso de categorias dificulta e, pode ser redutor, limita a riqueza da realidade e do discurso sob taxionomias disciplinares, inibindo uma abordagem mais crítica e multidisciplinar e, por isso, desadequado ao equilíbrio com a posição póscolonial.

Como exemplo da variedade da ACD demonstram-se alguns exemplos de aplicação, para abordagens futuras, a estudos similares. Com a ACD pode-se recorrer ao modelo SFL [52]ou modelo Sistémico-funcional de Halliday (2003), uma abordagem que se direciona para a utilização da linguagem. É um modelo que permite uma observação linguística das relações interpessoais, entre quem fala e quem escuta a mensagem, permite analisar como os significados são mediados entre os intervenientes. É uma abordagem que se debruça mais sobre as estruturas gramaticais da língua e o seu contexto social. Como se constatou ser um modelo mais direccionado para uma pesquisa linguística e para uma análise pormenorizada de textos, este método não foi ponderado. É um modelo que é possível utilizar na análise discursiva de periódicos, por exemplo, avaliando o impacto textual da ideologia ou estabelecer conclusões em relação à representação discursiva entre grupos sociais distintos, como se verifica na obra de Gen

[51] Consoante a abordagem mais textual ou mais visual, áreas como a antropologia, a linguística e outras disputam a razão empírica de serem as suas utilizadores, ver obras como: Wodak e Meyer (2001), Fairclough (1995a, 2005) e van Dijk (2003).
[52] A sigla SFL corresponde a: Sistemic-functional System, traduzido para Modelo Sistémico-funcional (Halliday,2003).

Doy (2000) entre muitas outras possibilidades, relacionadas com as meta-funções (Halliday, 2003:15).

No que diz respeito a estudos dos discursos mais direcionados para a área da imagem ou cultura visual, também existem diversas abordagens que poderiam ser opção nesta investigação. A análise dos discursos considera-se que não precisa estar limitada à forma escrita ou verbal, a imagem tem outras potencialidades e interações; como reconhece Sarah Pink os métodos de pesquisa visual são fundamentais para perceber como se produz conhecimento (2001:2-3). Existem formas de abordar a componente visual e disciplinas que sobre ela se debruçam, como a antropologia. Nas inúmeras formas de analisar a imagem existem obras de referência que descrevem metodologias, como por exemplo, as descritas por Kress and van Leeuwen no livro " The grammar of visual design" (2008), ou as identificadas por Marcus Banks na públicação "Visual methods in social research" (2001). O método de Kress e van Leeuwen, caracteriza-se por ser uma abordagem mais orientada para os estudos visuais, avaliando a imagem e a sua composição. Por exemplo, é mais usada em estudos de anúncios em jornais, em que o texto do anúncio ou notícia complementa o sentido da imagem, do "texto" visual. O seu impacto e relevo são confirmados, como menciona Gillian Rose, as categorias sociais são construções que podem assumir a "forma visual" (2002:10).

Uma outra possibilidade de estudo seria a de ter-se optado por um modelo mais direccionado para a semiótica, um método que não é apenas descritivo e que oferece várias ferramentas analíticas para investigar um signo, uma imagem e como se relaciona com um sistema de significados (Rose, 2002:69). A semiologia também tem as suas desvantagens, é conceptualmente elaborada, cada um dos seus termos transporta uma grande bagagem teórica e há a tendência, para cada estudo semiológico inventar os seus termos analíticos (Rose, 2002:73). Esta é uma questão pertinente, e que surgiu diversas vezes, criar ou não novas categorias de análise? O que origina diversificar conceitos, sem estudar os já existentes? Por esse motivo a opção foi afastada.

Como ficou demonstrado e com a diversidade de metodologias, ao alcance das ciências sociais, várias podiam ter sido as abordagens adotadas. O objetivo da investigação propos-se apresentar uma abordagem bem estruturada e adaptada às fontes existentes, ou como afirma Sarah Pink, os métodos devem servir os objectivos da pesquisa e não o oposto (Pink, 2001:3).

A procura por um método não visava tanto a necessidade de criar categorias e enquadrar a informação, mas sim, procurar um equilíbrio na análise e encontrar uma forma que tivesse potencial para utilizações futuras, uma vez que se considera que os estudos empíricos têm por objectivo abrir portas e não encerrá-las.

Como já foi mencionado, a escolha metodológica recaiu sobre um dos posicionamentos de Thompson (1990), um académico que se dedicou a estudar a ideologia e as relações de poder, foi responsável pelo desenvolvimento de ferramentas para a análise da construção do discurso e o seu conteúdo ideológico. Thompson usa os princípios das ciências sociais e cria uma análise crítica das condições, em que os símbolos e significados são utilizados ao serviço do poder e das suas relações (1990:85). É uma abordagem que reconhece e contextualiza o fenómeno das formas simbólicas na vida social, o que para este autor significa que são geradores de ideologias (1990). A ideologia representa, aqui, é um conjunto de símbolos e significados que em determinadas condições serve, para assegurar relações de dominação (1990:58), a ideologia resulta da ligação entre a estrutura social e significados da forma simbólica, algo que é importante a este estudo.

Na sua abordagem, o modelo triplo (1990:303-313), é possivel encontra-se resposta às principais questões metodológicas, que acercavam este estudo, que discursos são construídos nas exposições nacionais, que objectivos tem o discurso do outro e que discurso ideológico é que o outro materializa. É um modelo que se considera flexível, e harmónico com os objectivos da museologia actual, permitindo analisar os discursos ideológicos e as relações de poder bem como toda a sua envolvente. A versatilidade é reconhecida através do reconhecimento que o mundo sociohistórico é um local onde as pessoas interagem (1990:275), e uma vez que não: "… existe um único e simples método, que é criado à medida da análise da cultura, ideologia e comunicação de massas" (1990:273). De salientar, ainda, que a abordagem de Thompson tem a potencialidade de ser aplicada em outros estudos dentro do âmbito da museologia, como é o caso de estudos de públicos.

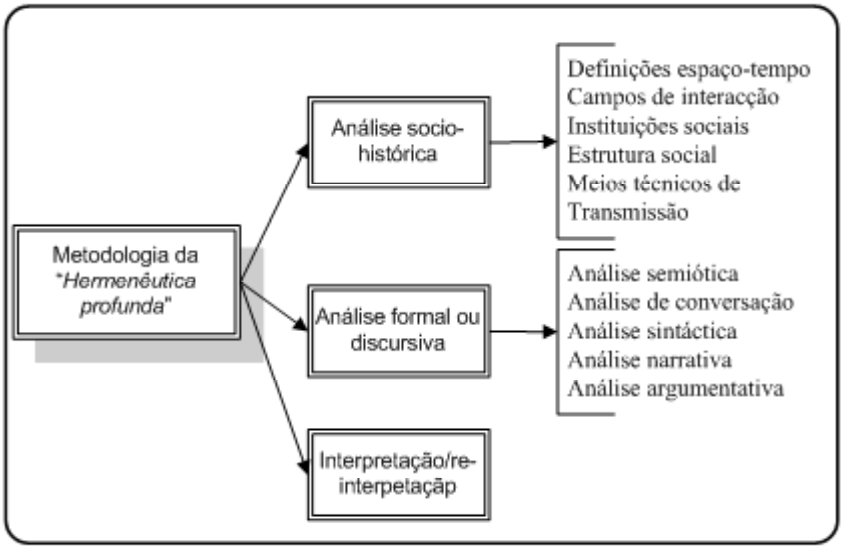
A metodologia adaptada de Thompson, mencionada na obra "Ideology and Modern Culture" (1990), baseia-se no que ele designa por "Hermenêutica profunda",[53] uma adaptação das posições de Paul Ricoeur (1990:278). É um conceito que permite desenvolver o enquadramento

[53] No original "depth hermeneutics" (Thompson, 1990).

metodológico orientado para a interpretação e re-interpretação de fenómenos com significado ou simbólicos e através dos quais, diversos tipos de análises possibilitam um papel de apoio e legitimidade (Thompson. 1990:21). Na obra incontornável de Ania Loomba "Colonialism/postcolonialism", ela considera fundamental a re-interpretação da história, não apenas para entender o posicionamento colonial mas, como parte do processo de descolonização (1998:94), da libertação do estereótipo.

Trata-se de uma metodologia que se caracteriza por três processos, a) análise sócio-histórica, que divide em cinco partes: definições espaço-tempo, campos de interação,instituições sociais, estrutura social e meios técnicos de transmissão; b) a análise formal ou discursiva (que se subdivide em cinco partes: análise semiótica, análise de conversação análise sintática, análise narrativa e análise argumentativa), e c) interpretação/reinterpretação, dos padrões que operam nas formas simbólicas. Esta última componente assume particular relevo na sua abordagem, considera que pode revelar um novo significado, diferente daquele que foi desenvolvido (1990:278-289).

Quadro 3.1 - Hermenêutica profunda de Thompson



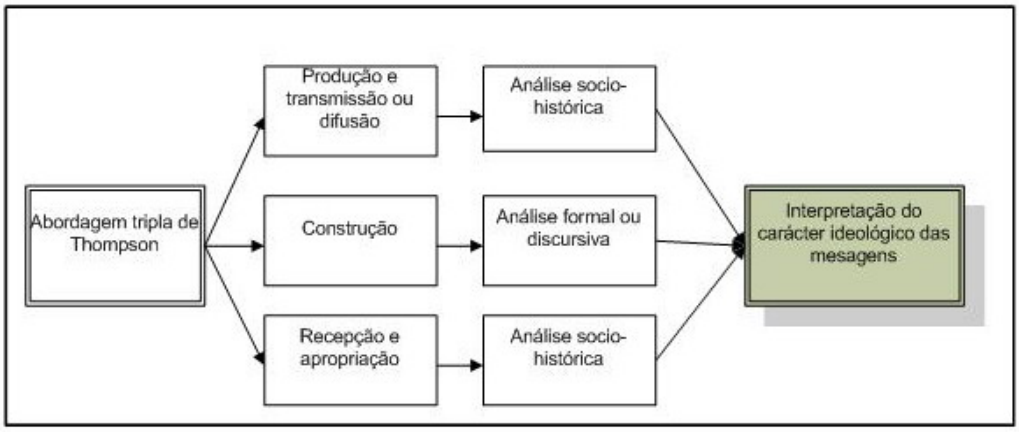
Fonte: Thompson (1990)

A primeira fase debruça-se sobre as condições sociais e históricas da produção, circulação e recepção das formas simbólicas (Thompson, 1990:22). São fenómenos sociais contextualizados que envolvem o processo de comunicação desde a produção de informação até

à sua recepção, neste processo pode-se reconstruir, com o auxílio de um método empírico, as condições sócio-historicas que envolvem o processo discursivo. A segunda fase debruça-se sobre a análise das formas simbólicas, uma vez que são fenómenos sociais contextualizados, que pelas suas características estruturais representam algo ou significam algo. A terceira e última fase, debruça-se sobre a "explicação criativa do que é dito ou representado por uma forma simbólica" (Idem, Ibidem). Thompson alerta para o facto de nem as fases nem as representações simbólicas se devem analisar em separado das restantes, descontextualiza-as, porque retira a informação do seu enquadramento (1990: 280). Com o modelo da hermenêutica profunda como base, chega-se ao modelo triplo que é constituído por:
a) produção, b) construção e c) recepção.

A Produção para Thompson, a primeira, é mais completa quando levada a cabo pela combinação de análise do contexto de produção com as percepções que se tem dos produtores da informação. Antes de explorar a produção da informação em concreto, é adequado explorar a dimensão do contexto da produção, desta forma podem-se considerar as características que se encontram, a montante, a produção da informação, as condições sócio-históricas que lhe estão associadas (1990:304), a contextualização política social e económica que está na origem da produção da informação.

Quadro 3.2 – Modelo Triplo de Thompson



Fonte: Thompson, (1990)

A construção ou o conteúdo, é a segunda fase do modelo (1990:304), que se debruça sobre a mensagem, sugere que logram ser analisadas para determinar em que medida a ideologia opera nelas, como uma série de estratégias para a identificação da operação da ideologia. São identificadas no âmbito do modelo, categorias ou modos de ação,em que cada documento é analisado com o objetivo de apurar o exercício da ideologia e poder.

A recepção ou o uso é a terceira fase do modelo de Thompson, enquadrado pelo contexto sócio-histórico, o propósito visa verificar como a informação foi recebida, percepcionada, que utilidade se faz dela. A recepção da informação é variável, considerando as circunstancias em que a informação é recebida por determinado individuo ou indivíduos bem como o seu habitus, etc .

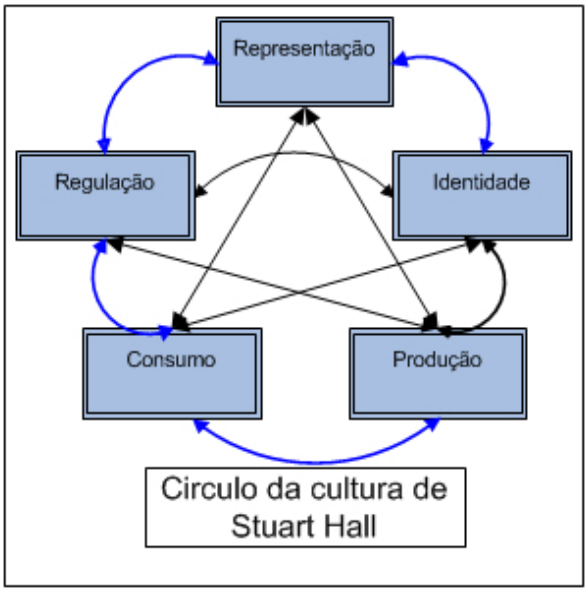
O resultado final do seu modelo é a junção das três partes, resulta a interpretação das mensagens daí resultantes, uma interpretação crítica do carácter ideológico das informações veiculadas. Thompson considera todo o processo fundamental, para se compreender e interpretar a ideologia que está por detrás das formas simbólicas que ajudam a perpetuar o exercício do poder (1990:292).

3.1 - Operacionalização do modelo de Thompson

Depois de caracterizadas as fontes e metodologias de análise, pretende-se demonstra a forma de operacionalização da adaptação do modelo triplo de Thompson, que o próprio afirma que não pretende sugerir: "… que existe um único e simples método que é criado à medida da análise da cultura, ideologia …" (1990:273). O estudo analisa as exposições nacionais enquanto parte integrante da ideologia colonial de uma época, "locais geradores de uma fantasia colonial" (Ribeiro, 2003), as práticas expositivas que se apoiavam no exotismo e não na diversidade racial e cultural; dá especial relevo à forma como foi representado o outro nessas exposições, de acordo com as relações de poder estabelecidas. Por estudar as formas através das quais o significado serve para suportar relações de dominação, como assegura Thompson (1990), pretende-se que um estudo deste tipo faculte uma análise convincente das relações de diferença mas também, do poder e da dominação dentro do contexto das relações entre ação,instituições e estrutura social.

Como foi demonstrado a composição do modelo de Thompson baseia-se, na análise sócio-historica demonstrada do modelo hermenêutico, é composto por três fases:a) produção, b) construção e c) recepção. É um modelo que tem, uma ligação a un certo pos-estructuralismo e marxismo pela ligação aos métodos de produção, conexões visíveis com o processo de construção cultural defendido por Hall (1997).

Quadro 3.3 – Processo de construção cultural segundo Stuart Hall



Fonte: Stuart Hall (1997)

Antes de explorar a produção da informação em concreto é adequado examinar a dimensão do contexto da produção; desta forma, podem-se considerar as características que se encontram a na origem da produção das exposições nacionais, as condições sócio-históricas que lhe estão associadas, a contextualização política social e económica que está na origem da produção da informação. No que diz respeito à produção dos textos, como refere Fairclough (1992a) - a informação - propriamente ditos, refere-se à informação associada à criação dos eventos.

A primeira fase pretende contextualizar a informação existente, o posicionamento nacional que esteve na origem dos eventos, processos de criação de sociedades, personalidades, contextualização da política nacional, tudo aquilo que possa revelar os motivos que levaram a realiza os eventos daquela forma. A segunda fase da abordagem, baseada na hermenêutica profunda de Thompson diz respeito à análise formal ou discursiva, debruça-se sobre a organização interna das formas simbólicas e sobre as suas "características estruturais", padrões e relações (Thompson, 1990:286); são diversas as possibilidades de análise nesse nível, como se identificou anteriormente[54]. No que se refere ao caso prático, as escolhas recaíram sobre a análise narrativa, argumentativa dos documentos produzidos, pelos órgãos oficiais, que retratam

[54] Ver quadro 3.4

representações do outro, serão descritos todas as imagens e textos que façam referencia à existência do outro demonstrando a sua representação formal. Nesta fase do modelo, assume-se que os textos que circulam nos campos sociais, onde se dão as relações, são formas simbólicas e construções complexas, apresentando articulações na sua estrutura. O objetivo dessa fase é verificar e demonstrar os padrões das relações sociais contidos nas formas simbólicas mas também no seu relacionamento com o contexto sócio-histórico.

A estrutura narrativa acaba por ser a que mais se adapta à informação existente para ele, é usada na representação da base do processo que é o discurso da ideologia, tal como defende Thompson (*Idem*:281), mas também porque a informação não é comparável de evento para evento; os fotógrafos são diferentes, quem escreve, na generalidade, também. As narrativas foram por isso usadas para analisar as duas exposições nacionais, verificando o material de referência descrevendo, deixando para a fase seguinte a sua reinterpretação.

A terceira e última fase do modelo são facilitadas pelas suas antecedentes, padrões que constituem e que operam nas "formas simbólicas" (*Idem*:284). Esta fase debruça-se sobre o processo de construção de um novo pensamento que reúne as análises produzidas nos níveis anteriores. Thompson crítica pesquisas que não vão além da análise, porque do seu ponto de vista é: "…um processo mais ativo, criativo e crítico…" (1990:246). De uma forma geral, explora a recepção e significado dos textos, enquadrado no contexto sócio-histórico, considerando a interpretação criativa do significado das formas simbólicas em diferentes contextos de recepção, mas permite que seja também no contexto do investigador. Remete esta posição para a hermenêutica profunda na qual na sua terceira fase possibilita, igualmente, uma interpretação ou re-interpretação, Macdonald idêntica como re-presentação (2003:7). Neste estudo em particular a terceira fase dá lugar a uma re-interpetação da informação, da representação do outro, de acordo com uma contextualização sócio-histórica em relação ao seu posicionamento crítico e póscolonial sobre as questões da diferença.

È um estudo de influência histórica mas não pretende saber, especificamente, o resultado no pensamento dos visitantes da época, isso poderia ser outra abordagem que este modelo possibilita, a forma de procurar compreender o impacto dos discursos junto de quem os consumiu, o público. Contudo no caso concreto, tal é de difícil execução, nem os outros das exposições podem ser entrevistados, nem se consegue verificar os pontos de vista dos visitantes das exposições. Não é possível mensurar adequadamente através de inquéritos, pela distância do

evento e também a memória das pessoas foi bastante manipulada ao longo do tempo, podendo ser pouco fiável, um "registo anedótico" como considera António Medeiros (2000:507), no que diz respeito aos resultados.

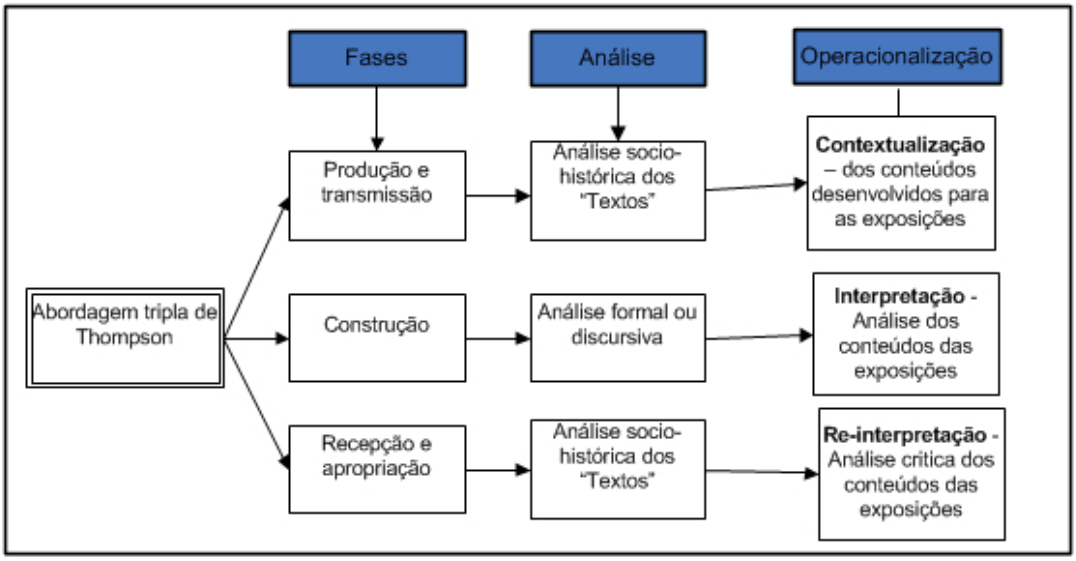
Tendo isto em consideração o objetivo desta abordagem procura fazer uma re-apropriação da informação e recontextualizá-la, partindo da hipótese de como poderia ser recriada a exposição, com os mesmos elementos, mas com novos discursos.
Esta abordagem é entendida como uma alteração na envolvente e participação do outro, que permite no futuro outras utilizações em relação aos tratamentos expositivos das diferenças culturais, para reaproximar a sociedade, em particular com os museus. Como consta no quadro seguinte.

As três fases do modelo triplo (Thompson,1990), produção, construção e recepção, adapta-se uma terminologia diferente da de Thompson e Hall, por orientação sócio-construtivista. Mas também, para evitar a perspectiva pós-moderna, onde a utilização cultural é encarado como a forma consumo material, através da qual se constroem as identidades, ou seja transformano-nos no que consumimos. Por estes motivos opta-se por modificar a terminologia, passando a produção a ser designada por *Contextualização*, a construção por *Interpretação* e recepção por *Re-interpretação*[55]. O facto de se optar por uma adaptação, a alterarando a terminologia demonstra ser um processo de envolvente social, e evita designações que são excessivamente rígidas para se enquandrarem numa posição póscolonial, culminam num objetivo a interpretação e re-interpretação da informação de carácter ideológico. A aplicação do modelo aos capítulos relacionados com as exposições, divide-se de acordo com estas três categorias, a contextualização, interpretação e re-interpretação

O modelo de triplo Thompson e pelo seu enquadramento ideológico-comunicacional, é muito útil para questões contemporâneas e comunicação de massas, como jornais ou outros (1990:286). O seu modelo poderia assumir a forma de procurar perceber, qual o impacto dos discursos junto de quem os consumiu, o público que é, como reconhece Weedon, fundamental, para se perceber e debater o etnocentrismo e racismo (2004:130).

[55] Ver quadro 3.4

Quadro 3.4 – Operacionalização do modelo Baseado na abordagem tripla de Thompson



Fonte: Thompson (1990)

Independentemente das inúmeras abordagens possíveis, as opções foram feitas tendo por base o modelo de ACD defendido por Fairclough (1992) e pela metodologia tripla de análise da ideologia de Thompson (1990). Fairclough (2001) e Thompson (1990) desenvolveram modos de estudar as formas como o discurso opera, bem como os diferentes níveis de interpretação. O modelo de Fairclough da ACD dá mais ênfase às relações de poder, permitindo avaliar o discurso como forma de investigação (Fairclough, 1992:9), por sua vez o modelo triplo de Thompson permite elencar os diversos campos, categorias da informação (1990).

Parte II – contextos expositivos

Capítulo IV

> What is a museum? Museums are no longer built in the image of that nationalistic temple of culture (…). Today, almost anything may turn out to be a museum, and museums can be found in farms, boats, coal mines, warehouses, prisons, castles, or cottages. The experience of going to a museum is often closer to that of going to a theme park or a funfair than that which used to be offered by the austere, glass-case museum.
>
> (Hooper-Greenhill, 1992:1)

O presente capítulo, dedicado à evolução do fenómeno das grandes exposições, tem como ponto de partida o enquadramento do modo como se desenvolveu o processo de construção ideológica e imperial dos contextos museais e expositivos. Esta abordagem à contextualização museológica é importante não só por esta ser uma área de investigação importante dentro da museologia, mas, também, por ser nítida a a existência de uma ligação, no que toca ao percurso e à história, entre as grandes exposições e os museus (Macdonald, 1998b).
Analisando a evolução das componentes expositivas dentro e fora dos museus pretende-se compreender, também, as relações de poder que são geradoras de conhecimento nessas mesmas exposições, o modo como se estabelecem nas sociedades, com que objectivos e como se desenvolvem. A presente análise visa encontrar as razões e os principais momentos que suscitaram as questões deste estudo, ao sistematizar a forma como as relações de ideologia e domínio são estabelecidas, bem como as representações do outro, através dos museus e suas exposições.

O capítulo está dividido em seis secções que procuram contextualizar e demonstrar os principais fatores, desde a evolução ou formação do museu, de acordo com a componente cronológica dos *epistémes* de Foucault, como outros autores o fizeram;[56] demonstrar o conjunto de relações de domínio que são produzidas e racionalizadas, caracterizando a sociedade ocidental

[56] Hooper-Greenhill (1992) e Marin-Torres (2002).

(Foucault, 1987). Posteriormente diverge do desenvolvimento dos museus para as grandes exposições, de tipo Universal e Colonial, demonstrando a sua construção ideológica e formas de representação, terminando com a apresentação de dois exemplos de exposições coloniais, antecessoras da representação do outro em relação ao caso de estudo.
Como facilmente se depreende, não se trata de um estudo dedicado à história da museologia ou da estrutura física dos museus, mas das representações e do seu papel enquanto instituições activas na formação de identidades, veículos geradores de significado.

4.1 – A génese: das colecções à aprendizagem

A este estudo interessa o museu enquanto elemento que participou no desenvolvimento do processo expositivo, o que se reflete, aliás, nas grandes exposições uma vez que existem fortes interligações entre o espaço físico e as formas de expor. Estas ligações são fundamentais à compreensão do fenómeno e conferem-lhe enquadramento, o que possibilita, posteriormente, contextualizar as exposições nacionais. Para além do exposto, a análise da história dos museus interessa-nos para contextualizar conceitos que foram forjados nos seus momentos embrionários, na sociedade ocidental, sendo responsáveis pela adopção de políticas orientadoras demonstrativas das identidades e relações de poder que o identificam.

Uma vez que se atribui aos museus um papel essencial no desenvolvimento da sociedade enquanto espaço de cultura e saber, e apesar de actualmente ser um local com propósitos bem definidos[57] — orientado para a recolha, colecção e organização de objetos e memórias — a sua fase inicial foi complexa. O desenvolvimento dos museus está associado aos principais momentos históricos, políticos e culturais do mundo moderno, e evoluiu, desde a sua génese e segundo Kaplan, do "mundo antigo" referindo-se ao período da história da Grécia[58] e de Alexandria (2005: 41).

[57] Ver, por exemplo, a lei Lei nº. 107/2001 de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, onde é referido, especificamente, o papel do museu.
[58] A ligação da Grécia à génese dos museus está bem identificada e analisada em obras como a de Marin Torres (2003), Hooper-Greenhill (1992) ou Bennett (1995), para citar as mais significativas.

Foucault e os *epistémes* demonstram o percurso do desenvolvimento do pensamento humano nos últimos séculos, a organização e identificação da estrutura da sociedade desde o Renascimento e da Razão à "Verdade" (Foucault, 2005a:14). A associação da história dos museus à *epistéme* de Foucault permite, além de concordar com a posição de Hooper-Greenhill (1992: 12) uma vez que se revelaram uma transformação cultural significativa na *re-escrita* do saber, dividir o período em análise em três fases ou contextos do conhecimento: o período Renascentista, Clássico e Moderno (Foucault, 2000).

Se antes os conhecimentos se baseavam nos dogmas canónicos da Igreja, com a mudança de pensamento para um posicionamento mais humanista o centro do Universo passa a ser o Homem e a Razão, verificando-se uma substituição do divino. Toda esta relação do pensamento teve a sua influência e impacto no processo do coleccionismo, como demonstrado na obra de Bennett (1995). As colecções começam a ter maior cientificidade, como refere Maria Teresa Marín, os objetos passam a ser ordenados por categorias específicas, que simbolizam a produção natural e humana, há uma maior sistematização (2003:97) porquanto era necessário "validar" as descobertas científicas, como considera Macdonald (1998b:7).

O período Renascentista, que se situa, sensivelmente, entre os séculos XVI e XVII, é uma época marcada pelo humanismo, que se reflete no coleccionismo, e que procura acompanhar a grande difusão de informação que emerge com as descobertas de novos mundos (Macdonald, 1998b:5). Este período fica conhecido pelos Gabinetes de Curiosidades[59] (Kaplan, 2005: 41), Câmaras de Maravilhas (Dubin, 1999: 5) e Colecções Reais, locais onde se recolhiam os bens materiais. O coleccionismo que caracteriza estes espaços é marcado por uma constante busca pelo conhecimento, como refere Boaventura Sousa Santos, por ser uma época em que o conhecimento científico avança pela observação descomprometida e livre (Santos, 2003:12), o que se espelha nas colecções, transformando-os, como considera Marín Torres, em grandes enciclopédias (2002:28). Para Hooper-Greenhill os gabinetes de curiosidades retractam, na forma de coleccionar[60] — o poder —, um saber "elitista" e "privado" (1992:72), que era compilado pelas elites ou sociais ou intelectuais, as que detinham capacidade para "recolher" objetos exóticos e raros (Walsh, 1992:19).

---

[59] Poderá encontrar-se informação mais aprofundada sobre os primórdios do colecionismo em Weil (1995), e no caso especifico português, Brigola (2003).
[60] Autores como Pomian identificam estilos e relações entre o conhecimento e as coleções (1994:193-204)

Para este estudo revela-se mais importante a época do advento e desenvolvimento do Museu Moderno, que pode ser enquadrada do século XVIII até ao XX; é uma fase que fica inevitavelmente associada à Revolução Francesa, um dos grandes momentos da história universal, e que marca, além do aparecimento do museu Moderno, a abertura do espaço privado, transformando-o num lugar público (Hooper-Greenhill, 1992:200). Com a Revolução Francesa, a mudança privado-público é caracterizada por uma vontade de mudança na estrutura social e a abertura e liberalização do museu, que se concretiza disponibilizando-se, para isso, as colecções e abrindo as portas dos palácios ao povo. Existe uma quebra com os modelos do antigo regime, altera-se o centro do poder, alguns autores como Tony Bennett e Bourdieu falam de uma "deslocalização do poder" (Henning, 2006:110).

Neste período de abertura da sociedade moderna à cultura, surgem o British Museum e o Museu do Louvre, que, para alguns autores,[61] são o expoente do museu Moderno, nascidos dentro do *Espírito Universalista* (Martinez, 2006:31), fase fervilhante de pensamento moderno e que Habermas definiu como a "época de um novo começo" (*apud* Walsh, 1992:7). Esta conjuntura de abertura, marcada pelos processos de industrialização, urbanismo e imperialismo, possibilitou um mais amplo e abrangente contacto e acesso à cultura, como refere Walsh, uma "interação com o público" (1992:31-2); e público, como reconhece Jorge Freitas Branco, têm um papel essencial na legitimação da função do museu (1991:113-34).

O museu Moderno é dominado pelo conhecimento, algo objetivo e singular, a razão e a racionalidade, o que procurava divulgar. As ciências sociais tiveram um papel de apoio essencial nesse processo (Carbonell, 2004:559). Os Estados percebiam que era necessário educar as pessoas para uma ideologia, ocupá-los nos seus tempos livres, e o museu assumia um papel decisivo enquanto veículo desse poder e educação. Todo o processo educativo expandia-se, desta forma, para as bibliotecas e grandes exposições, porque existia também a necessidade de o Estado demonstrar o seu poder e o controlo sobre essas massas, como está patente nos estudos de Foucault (1998, 1999:1995).

Com a redefinição das estruturas sociais, segundo um modelo mais capitalista a par com o desenvolvimento económico, os museus transformam-se em locais de poder, ainda que

[61] Autores como Javier Martínez (2006), Hooper-Greenhill (2002), Sherman (2001), entre outros.

simbólico, como Carol Duncan afirma: "…o museu era um transformador poderoso…" que era capaz de mudar os significados dos objetos (1995:27), observação corroborada por Rogoff, que considera o museu, ainda hoje, além de um local complexas intenções ideológicas, um espaço de "produção de identidades culturais" (2001:232).

O museu Moderno, segundo Duncan e Wallach, tinha como uma das suas principais funções a ideológica, porque era usado para impressionar os seus públicos (2004:52), local que procurava transmitir crenças e valores. O museu Moderno, na sua "primeira idade" (Duncan e Wallach, 2004:58) era um local, apesar de aberto e público, cerimonial e simbólico, um espaço de declaração do poder, não dos reis mas do Estado, também do orgulho nacional. Os museus eram o reflexo de uma sociedade controladora que pretendia estabelecer regras e controlar o saber e o poder, transformou-se numa ferramenta útil ao poder da classe dominante, controlando as formas de ver, fosse através dos objetos ou, também, usufruindo de novas técnicas, como a fotografia, para veicular os seus intentos. O museu, aproveitando-se do seu impacto visual[62], como reconhece Macdonald, deixara de ser um mero espectador da "narrativa" do desenvolvimento, e transformara-se num dos criadores (1998b:8).

Com a capacidade de construir narrativas o museu assume, gradualmente, como considera Kaplan, tornar-se uma "arena" onde o poder dos grupos dominantes se digladia, procurando manter a hegemonia (2005: 55). Macdonald, identifica pelo menos três influências do museu Moderno que são importantes no papel de poder e comuns à origem e realização das exposições universais: a formação dos Estados-nação, a expansão colonial e o desenvolvimento científico (1998b:8). No que se refere à formação dos Estados, as *comunidades imaginadas* de Benedict Anderson (1991), diz respeito ao aparecimento de novos Estados e de nacionalismos, como Hobsbawn demonstra na sua obra *Nations and Nationalism* (1997). Nesta fase de afirmação dos Estados, era necessário recorrer a formas de moldar o público — agora transformado em cidadãos —, criar identidades unificadoras, conceber instituições que estruturassem a sociedade e a controlasse; aqui, o papel expositivo foi fundamental. Os museus serviam para difundir ao público a história material das nações, demonstrando tradições e a sua cultura, auxiliando os Estados a definir uma identidade nacional. Os museus passaram a funcionar, como considera Macdonald, como símbolos da "identidade nacional" e progresso

[62] Para mais informação sobre a visualidade nos museus ver Fyfe (2005).

(1998:8). Contudo, como reconhecem alguns autores como Bennett (1995) e Hooper-Greenhill (1992), foram igualmente importantes enquanto locais de instrução das massas.

A segunda influência a expansão colonial diz respeito à viragem para África para exploração do seu espaço e matérias-primas, reflexo de uma ambição por territórios, mas também pela necessidade de matérias-primas para alimentar a crescente vaga industrial que se vivia na Europa. A sua influência nos museus está presente não apenas nos objetos, recolhidos nos locais longínquos através de grandes viagens de investigação, mas também na forma de expor, Timothy Mitchell considera que a construção da ordem colonial relaciona-se com a elaboração de formas de representação e conhecimento (2002:495). Surgiam novas matérias para que a ciência sobre eles se debruçasse. Por último, o desenvolvimento da ciência, para o qual contribuíram disciplinas como a Biologia, Antropologia e Etnologia, que se desenvolvem e alteram a forma de ver o mundo, como fontes de informação nova e abundante para investigar.
O papel do poder dos museus e das suas formas expositivas, na fase moderna, está, também, associado à necessidade de educar, divertir e "controlar" o público (Bennett, 1995). Este poder solicitava cada vez mais atividade nesse sentido, devido aos movimentos e processos políticos e sociais como a industrialização, acabando por ser geradores das grandes exposições. Estes eventos, que saíram do espaço físico do museu para o espaço aberto, eram locais onde o poder do Estado se podia fazer sentir (Macdonald, 1998b:11); serviam para doutrinar o público (*Idem*: 12) mas também o disputavam face às "novas" diferenças entre nações, raças e classes.

A exposição de 1851 em Londres foi o seu início. Estes acontecimentos públicos, baseados nas formas de expor dos museus, rapidamente se tornaram espaços de competição entre nações, e, apesar de serem acontecimentos mais direccionados para a componente industrial e comercial, tinham objectivos idênticos. A ligação entre ambos, museus e exposições, associada ao aparecimento, como afirma Macdonald (1998b:12), de novas "formas de ver o mundo" e a uma sociedade evoluída. Essa sociedade moderna que procurava conhecer o mundo, fosse através da realização de viagens, de fotografias, procurava conhecer o real e, muitas vezes, os espaços expositivos acabavam por ser, eles próprios, criadores de uma realidade ficcionada.

4.2 - Do *epistéme* moderno: museu *versus* exposições

Na primeira secção do capítulo procurou-se contextualizar, de uma forma breve, o principal percurso dos museus, através da sua construção e organização científica; seguidamente, o objetivo visa directamente o processo expositivo: analisar o desenvolvimento do processo expositivo nas suas inter-relações com o poder e ideologia, no qual se insere o museu Moderno, identificando o que são exposições, para que servem, o seu papel e principais características.

O museu Moderno foi um local de produção de conhecimento e de identidade. Esse conhecimento era difundido, ao contrário dos museus iniciais que guardavam e limitavam o acesso à informação, aos seus visitantes através das exposições. Desde que o museu se estabeleceu como local público, além do avanço social (Hooper-Greenhill, 1992:188), passou a ser um espaço onde o visitante podia consumir o saber produzido por ele (Hooper-Greenhill 1992:200). Como considera Tony Bennett, só em meados do século XIX é que as relações entre a Cultura e o Governo começam a ser pensadas e organizadas de uma forma moderna, através da ideia de que as formas e instituições de "alta cultura" poderiam ser recrutadas para tarefas governamentalizadas, de civilizar a população como um todo (1995, 19). É durante o mesmo século que a relação do público com a cultura mantinha-se como o testemunho de um poder que lhes passava à frente (*Idem*:22).

No primeiro fator o desenvolvimento científico e as suas disciplinas, que são responsáveis por novas descobertas e crescimento do conhecimento empírico, são, por vezes, formas de controlar o poder e saber, perpetuando o seu estatuto de elite (Bourdieu, 1993:83). A potencialidade dos museus e suas exposições não escapou ao olhar da classe política nem ao Estado, por isso, durante o período moderno, os museus estão associados a ritualizações institucionalizadas para os auxiliar na sua função ideológica, ou seja, a exibição de poder tornou-se um ornamento do Estado moderno (Shelton, 2006:481). Algumas destas disciplinas científicas servirão para veicular a informação do Estado, como a Antropologia, defensora, à época, da existência de diferenças raciais. É neste momento em que verifica uma maior ingerência do Estado no espaço expositivo, para Bennett a governamentalização da cultura, permitia direccioná-la, controlando o indivíduo e a sua forma de pensar (1995:24).

Em relação à divulgação do conhecimento está aliada ao desenvolvimento das áreas científicas e suas disciplinas, passam de espaços de demonstração, semelhança e comparação, para espaços de exposição e divulgação de ciência e conhecimento. Como reconhece Bennett (1995), o nascimento do museu é paralelo às novas áreas do conhecimento. Biologia, Geologia, Arqueologia, Antropologia, cada disciplina organizava as suas colecções de acordo com os seus preceitos científicos. Quando o museu se volta para o exterior, mas também enquanto processo científico, abre as suas colecções necessitando de difundir a informação que armazena.

Quanto ao público e à sua crescente afluência aos espaços expositivos, atraídos pela democratização do conhecimento, gera-se uma necessidade de elaborar novas formas de expor conteúdos. O espaço do museu e de exposição pretende, na modernidade, transformar-se num espaço de representação (*Idem*:33) onde o homem se transmuta em "objeto" do saber (*Idem*:7). Em meados do século XIX a crescente preocupação em educar a população motivada pelo surgimento das nações, dá lugar a uma transformação estrutural, em relação ao modelo de exposição das colecções científicas (Martinez. 2006:161). Existe a necessidade de fazer a ponte entre a divulgação do conhecimento que se tem e o público, e o meio ideal para esta relação é através do espaço de representação. A exposição acaba por ter um papel de reformador do comportamento social, mas dependente da materialidade, aquilo a que Bennett e Foucault se referem como heterotopias.

As heterotopias, que Bennett considera lugares estáticos onde a herança material do domínio público é exibida às massas (1995:60-1), transmitem mensagens de poder. Foucault, de quem Bennett é um seguidor, considera que também as bibliotecas são heterotopias. No fundo são uma característica da cultura ocidental do século XIX (*Idem*:1). É nesse lugares estáticos que se organizam as exposições que, de uma forma geral como refere Merleau-Ponty e Ezrati (2005:24), são "uma forma de expressão cultural, um sistema de comunicação da sua cultura através dos objetos". Os objetos eram essenciais para validar as informações exibidas, foram durante muito tempo os guardiães do conhecimento.

O acto de expor não se modificou muito desde o nascimento do museu Moderno, envolve preferencialmente três processos, o que Mieke Bal (2004:165) designa pela teoria da "terceira pessoa". Primeiro um sujeito coloca algo em exposição, da qual resulta uma relação sujeito/objeto; segundo, o objeto confirma a afirmação; e terceiro, existe o receptor da afirmação. Por seu turno, também Ellen Hughes (1997:158-61) considera que as exposições têm três

componentes principais: os objetos, as ideias (a interpretação do museu) e, por último, como o visitante recebe a informação. À semelhança de Hughes, também Baxandall considera que são três os pontos principais de uma exposição (1991:34); os utilizadores, os criadores da exposição e os visitantes. De uma forma geral, o que se pretende demonstrar é que, a mudança verificada desde o século XIX até hoje não é muito evidente; continuam a existir, grosso modo, três condições: o museu a informação e o público.

As exposições praticadas no século XIX e princípio do XX eram caracterizadas pela centralidade em torno da componente material e a sua relação com o visitante, ou seja, o processo discursivo começava e acabava com o objeto. A centralidade no objeto existia para o público o admirar, como refere Richard Kurin, os objetos são investidos de significado pelo homem, por vezes descontextualizados (1997:55), mas também re-contextualizados no sentido em que estavam abertos a novos usos em novos contextos, muitas vezes transformados em ferramentas de propagada. Além de ser o objeto o centro da exposição procurava que elas, exposições, tivessem uma organização cronológica, histórica e científica, o oposto dos *epistéme*s anteriores com uma preocupação de deslumbramento, que gradualmente passam a ter uma preocupação, como refere Annie Coombes, "educativa e de poder" (1997:111). Também Hooper-Greenhill concorda com o facto de os objetos e exposições serem meios de comunicar algo, mas, também, meios de reforçar o poder (Hooper-Greenhill, 2000:2).

O papel do poder, quer das instituições quer das exposições, podia verificar-se de duas formas, pela forma educativa ou pela forma repressiva (Bennett, 1995:22). No papel educativo está na actuação em prol das melhorias das condições de vida dos cidadãos (*Ibidem*). No papel repressivo acha-se a actuação das exposições nos museus, enquanto efeito dissuasor do mau "vício", como local de prevenção da disseminação do socialismo e de auto-ensino (*Idem*:198). Quando o museu, no século XIX, procura transmitir informação e códigos de conduta ao publico, quando se transforma em espaço discursivo (*Idem*:102), assiste-se a uma demonstração de alguma democratização uma vez que existe quem informe e quem escute a mensagem; deixa de ser um processo unidireccional. Neste período podem-se dividir as exposições em três grandes contextos: exposições enquanto espaços educativos, enquanto espaços de poder e espaços de lazer.

A componente material, como já foi demonstrado, é essencial à existência do museu e revelou-se igualmente fundamental para as exposições, funcionavam como *momentos de*

verdade, confirmação de uma realidade do passado em relação a um país ou cultura. Como defende Hooper-Greenhill a componente visual era, sem dúvida, uma faceta importante, uma vez que o primeiro contacto desenvolvido com os bens materiais é realizado através dos sentidos e do corpo (2002:116), ainda que a cultura visual seja um conceito recente (*Idem* 2002:14). A componente visual não deve substituir as palavras, como elemento dominante da representação, Sarah Pink observa que, pelo contrário, são consideradas um elemento idêntico (2001:4). Ainda assim existem questões sobre as práticas sociais de olhar e observar, associadas ao processo de saber e conhecer (Hooper-Greenhill, 2002:14).

Os museus do século XIX eram um evento mediático, nas palavras de Flanders, "vibrantes" e "estimulantes" (2005: 74), dando preferência ao elemento visual, para transmitir a mensagem. Hoje já não é considerado fundamental, Hooper-Greenhill retrata essa função visual aplicada à época afirmando:

> "…Aprender através do visual pensava-se ser mais eficaz que aprender através das palavras, em particular para aqueles que não tiveram o privilégio de uma escolaridade prolongada" (*Idem*:14).

A construção dos significados em museu baseia-se nas interpretações visuais, que se diferenciam, de acordo com o discurso social, na forma como as interpretações são produzidas. A teoria da cultura visual debate-se em duas situações: por um lado, relativamente ao significado de um objeto em relação à sua proveniência (Hooper-Greenhill, 2002:15). Os objetos são colocados de forma a fazerem sugestões visuais que combinam, produzindo narrativas visuais, as imagens e objetos como algo importante para a construção de identidade (*Idem*:82). Durante o final do século XIX desenvolveu-se uma abordagem de exposições baseada na forma como os bens materiais poderiam ser reconhecidos e usados na produção do saber: estes eram encarados como fontes de conhecimento, como parte da realidade que era colocada em exposição (*Idem*:5).

Nesta fase a visão tinha um papel preponderante, e uma ligação estreita com a prática científica, a interação com os objetos no espaço expositivo era essencialmente visual. O impacto da visualidade nas exposições, que Sally Love reconhece, era essencial à aprendizagem do público: "(…) dos visitantes esperava-se que tivesse uma experiência educativa bastando, para isso, estar em frente de um objeto e absorvendo o seu significado. Através de um processo

mágico de osmose" (1997:251). Um marco importante ao processo visual foi o surgimento da fotografia.

Vários foram os museus que, desde a primeira hora, tiveram uma preocupação educativa ou didáctica, ainda que para especialistas, associadas a um papel de centro de estudo das ciências e das relações entre artes, indústria e comércio (Martinez, 2006:111) como por exemplo, o South Kensington Museum, o Ashmolean Museum ou o Pitt Rivers Museum (Bennett, 1995:198). As preocupações educativas (Holmes, 1902) eram crescentes e os museus gradualmente são encarados como "educadores públicos"; talvez por isso mesmo comecem a ponderar demonstrações do desenvolvimento industrial, eventos mais espectaculares e grandiosos (Young,1997:8-9). No que se refere ao período colonial, o discurso destes espaços procura exercer um papel de deslumbramento dos públicos permite-lhes viajar sem sair do seu núcleo social. O discurso museológico, com a sua ligação institucional ao Estado, demonstra identidade e poder. Esse discurso passa a aproveitar-se da dimensão dos impérios coloniais, das recolhas de materiais exóticos, para desenvolver exposições mais apelativas, como reconhece Richard Kurin:

> "…de facto é o poder do outro, do não-científico e do não-racional, que estimula o público" (Kurin, 1997:61).

O segundo contexto é a passagem, enquanto espaços de poder, das instituições envolvidas na transferência dos bens materiais, do encerramento privado para um espaço mais aberto onde se transmitem mensagens de autoridade e conhecimento, para a sociedade. Já se afloraram as questões que envolvem a institucionalização dos museus enquanto veículos de divulgação pública e o interesse em controlar as massas. O seu papel é decisivo quando tentam incutir, num público, com parcos meios educativos, essencialmente formado pelas classes operárias, uma nova cultura de classe média, funcionando, assim, como espaço reformador da atitude popular, gerador de códigos de conduta (Bennett, 1995:100).

O poder governamental ou disciplinar não se usa apenas para uma função, caracteriza-se pela multiplicidade de objectivos, entre eles os unificadores de poder, como soberania ou identidade (Bennett. 1995:22). Para atingir esses fins, o Estado poderia usufruir de vários meios. As exposições são um deles, as *heterotopias* de Foucault, para difundir a sua ideologia a um público cada vez mais alargado. Com uma assistência com cultura reduzida, um poder que lhes

passava ao lado (Bennett, 1995:22), seria fácil para um Governo controlar os cidadãos através de um conjunto de recursos quer legais, quer simbólicos para conseguir a sua obediência.
O processo de controlo inicia-se através da consciência de pertencer a uma comunidade, partilhar uma cultura, ligada a um território claramente demarcado, ter um passado comum. Associado ao sentimento de Nação, originado pelo nacionalismo, que Bennedict Anderson resume a uma *comunidade imaginária* (1991), está, também, o de identidade. Bourdieu envolve-se nas questões da identidade relacionando-a com o conceito de *habitus*. Refere-se à "paixão nacionalista", assinalando que a Nação estava ao mesmo tempo "inscrita nas coisas e nos corpos sob a forma de gostos e de desgostos, de simpatias e antipatias, de atrações e de repulsões (Bourdieu. 2002:125).[63]

A teoria de Bourdieu faculta uma ferramenta poderosa para a análise da produção social (Bourdieu e Coleman. 1991:237), e o seu contributo para o estudo das problemáticas da génese de Nação e do nacionalismo reside em dois aspectos indissociáveis: a articulação do seu conceito central do *habitus* com o facto nacional; a chamada de atenção para as diferenças existentes entre identidades nacionais, que se estabelecem nas suas histórias distintas.
Bourdieu não se restringiu apenas à discussão da Nação, considerando, igualmente, o papel do Estado como algo fundamental na organização e criação da realidade social. Na verdade, são as relações sociais responsáveis pela criação e fomento dos símbolos que nos unem, participando na construção da identidade através do território concebido como um espaço colectivo, com as mesmas tradições, língua, e todos os fatores de união de um Estado.

Outras abordagens que envolveram o poder do Estado, são as de Giddens (1997), consideravam a Nação um instrumento político, que governava uma dada ordem territorial e na qual a autoridade se baseava na lei. Durkheim era da opinião que a existência do Estado era a representação do poder soberano (Turner. 2005:99), contudo, para Foucault a questão do poder exercido pelo Estado fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, Constituição, ou somente, em termos de Estado ou de aparelho de Estado. Para ele o poder é algo de muito complexo (Foucault. 1998:221). O que se pretende demonstrar é o papel social que está associado aos conceitos de identidade, de Nação e Estado. Partindo do geral para o particular, as

[63] Para uma breve definição de habitus ver nota 8 da Introdução.

questões da identidade são significativas para saber quem somos e como podemos integrar aqueles que são diferentes de nós apenas através das suas origens, tradições ou culturas.

Para que o Estado pudesse exercer o seu poder, ele deveria ser comprovado, necessitava da existência de público e aceitação (Bennett, 1995:23). Bennett é da opinião que a submissão das instituições e práticas de cultura aos fins do Governo foi objetivada para uma melhor economia de cultura e poder. Os museus podiam associar-se a festivais, torneios, atividades públicas, ações demonstrativas de poder e deslumbramento junto da população (1995:23). Procurava-se usar a cultura para conseguir efeitos mais prolongados por forma a que os comportamentos se reajustassem.

Por último, em relação ao papel crescente do lazer nas exposições, está ligado aos contextos anteriores, de educação e poder, relacionada com o período moderno e com o emergir das necessidades dos cidadãos, de ocupar os seus tempos de ócio reflexo do processo de industrialização (Walsh, 1992:118). Tal como o poder se depara com a necessidade de controlar e garantir códigos de conduta ao público, também verificou ser necessário gerar eventos capazae e que exibissem a grandiosidade das nações e o seu desenvolvimento tecnológico.

Os museus tiveram dificuldade em atrair esses públicos, operários, e com a crescente conjuntura relacionada com as grandes exposições, os museus e exposições tiveram que disputar entre si o publico. Segundo Greenhalgh, de 1797 a 1849, só em França realizaram-se dez exposições de cariz nacional (1988:6). Para os Governos dos países organizadores estes eventos passam a ser, mais que simples feiras de comércio ou eventos festivos, passam a ser "manifestações" de uma Nação que pretendia flexibilizar a sua cultura e economia (1988:6). O fenómeno francês espalhou-se a outros locais, outras nações, e muitos países os organizam ainda antes de 1851 (Greenhalgh, 1988:9). Gradualmente as feiras e exposições misturam-se, cada vez mais, no seu modelo expositivo, e com o diminuto grau de cultura da maioria das populações atingimos um ponto crítico.

O lazer passa a ser o fator mais importante na atracão de público, "(…) poucos visitariam uma exposição excepto se facultassem divertimento e, contudo, a educação deveria ser um fator proeminente para que o evento pudesse receber apoio oficial (...)" (Foley Mcpherson, 2000:164). A componente visual era na realidade uma mais-valia.

As questões sociais com que os museus se envolvem, foram abordadas por alguns autores que se têm debruçado sobre a museologia e que, consideram os museus espaços ideiais para a percepção

das políticas institucionais e do nacionalismo (Sherman e Rogoff, 2001; Duncan, 1991, 2004). Nas relações com o poder, Duncan e Wallach são da opinião que o museu não é um espaço neutral, mas um espaço ritual, com uma capacidade de democratizar esse espaço, contudo, essa democratização nunca foi plena na realidade, orientava o visitante para reagir de acordo com determinações do museu. Sherman e Rogoff questionam esse papel ritual…… (1994: XVI).

As grandes exposições tiveram componentes educativas que gradualmente foram perdendo esse papel para o lazer (l'Estoile. 2003:346). Nesta dicotomia educação *versus* lazer, como a primeira estava relacionada com o trabalho e uma classe média e técnica, e a segunda ligada quase em exclusivo ao prazer, no qual o papel educativo decresce. Pode-se assegurar que, a certa altura, o museu percebe que não pode competir por público, com as exposições de grande dimensão, e por isso direcciona-se para um nicho determinado do público, com maior preocupação educativa, enquanto as exposições se voltam para o divertimento e lazer e uma classe social mais baixa e da mais fácil agrado. Com o passar do tempo o "Complexo expositivo" vê-se envolvido numa disputa maior, à medida que se foram desenvolvendo museus e exposições, a disputa por público foi uma consequência, começa um conflito entre as instituições. O espaço de representação do "Complexo expositivo" foi moldado pelas novas disciplinas, história, arqueologia, geologia, etc (Bennett. 1995:73).

4.3 - As “vistas efémeras” ou a “mania das exposições”

No que diz respeito às grandes exposições, pretende-se primeiro demonstrar os pontos de contacto com os museus, depois o momento fundador e, por último, as suas principais características. A ligação entre museus e exposições verifica-se através do percurso paralelo com as exposições, como as exposições o fizeram com o imperialismo e com as comunidades imaginadas (Anderson, 1991). Esse percurso foi reflexo de políticas expositivas, exploradas em parceria, a recolha e partilha de objetos usados nas exposições, culminando, em muitos casos, com a fundação de museus. Exemplo disso é o Museu de South Kensignton que usufruiu da grande exposição de 1851 e 1866 (Bennett. 1996:219), do outro lado do Canal da Mancha, o Museu do Trocadero, da Exposição de Paris 1878 (Segalen, 2001:78).

A divisão entre museus e exposições acabaria por ser inevitável, uns mais formais e científicos, os outros mais abertos, direccionados para a componente comercial e de lazer. A ligação entre museus e grandes exposições, durante o século XIX era marcada por representações, fundamentadas num poder disciplinar, ou como chamou Tony Bennett o *exhibitiory complex* (1995). Este *complexo* teve o objetivo de, como foi mostrado anteriormente, disciplinar o público, transformando um problema de ordem em um problema de cultura, reformando corpos e mentes (1995:100). A componente visual, de como as pessoas circulavam no espaço, era importante; as classes menos letradas eram orientadas por eventos com objectivos educativos com fundamentação mais visual (Shelton, 2006:480).

O aparecimento das exposições, que Martinez considera o reflexo da realidade contemporânea (2006:193), foi, em parte, uma resposta material do optimismo e da fé no progresso, e na organização material, dessas propostas museográficas universais. Tal como os museus eram espaços expositivos que procuravam transmitir conhecimento, utilizando objetos para esse fim, procuravam demonstrar uma realidade imaginária, através de espaços educativos da propaganda do Estado. Considera-se que a ligação entre os museus e as exposições era benéfica para todos (Greenhalgh,1993. 76), enquanto os primeiros procuravam fundamentar-se na cultura material, a identidade e desenvolvimento educativo, as segundas procuravam deslumbrar o visitante, garantir-lhe um conhecimento mais lúdico.

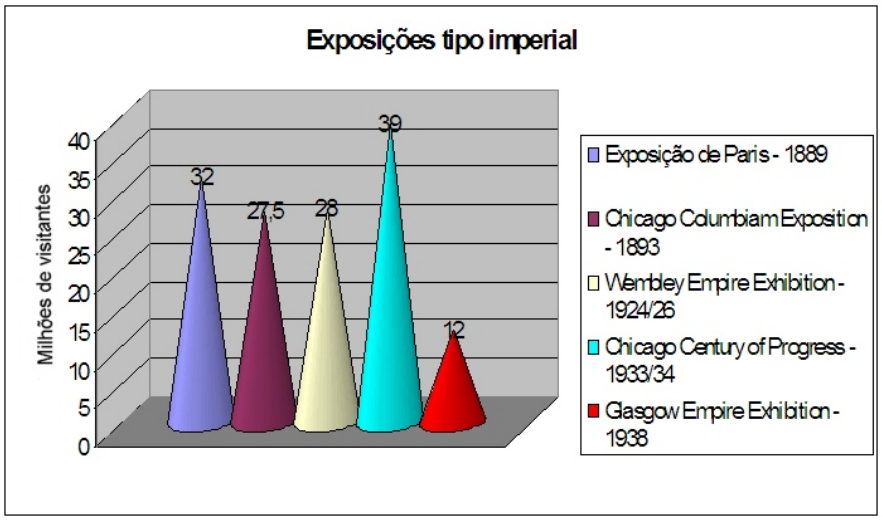
Enquanto os museus estão associados a ritualizações institucionalizadas para auxiliar o Estado na sua função ideológica, ou seja, exibição de poder (Shelton, 2006:481), as exposições alcançavam mais sucesso nessa área através de reconstruções e encenações, que tinham mais atratividade para o público. O visitante podia viajar no mesmo espaço e sentir-se parte daquela "verdade" (Coombes. 1997:112) criada pelo poder institucional. Este tipo de exposições procurava deslumbrar os visitantes, e os eventos orientavam-se para a componente educativa e lúdica, para atingir o maior número de pessoas (Foley e McPherson, 2000), tornando maior o alcance do poder público, doutrinando mais cidadãos. À componente educativa - ao longo braço do Estado - interessava não apenas a transmissão de conhecimentos através dos objetos mas, também a educação cívica.

Um certo número de características colocou o museu e as exposições em campos opostos, transformando-os em grupos distintos. Uma delas é a disputa por visitantes, outra é o facto de o museu apesar de mais democrático que anteriormente ainda estabelecia distinções sociais através

do seu espaço e informação. As exposições eram espaços mais liberais onde as barreiras eram mais diluídas. Tony Bennett considera importante o papel das exposições que, a par dos museus e feiras, foram fundamentais para modernidade e contribuíram para o processo de dominação dos cidadãos (1995:6). O mesmo autor é da opinião que, conjuntamente com a modernidade, também a conceção de Nação foi fundamental para fundar o fenómeno das exposições, enquanto a primeira demonstra a modernidade, tecnologia e ciência, a segunda exibe o poderio ou imponência da Nação (Bennett, 1995:210).

Bennett considera que: "museus, galerias, e mais intermitentemente, as exposições desempenharam um papel fulcral na formação do Estado moderno sendo fundamentais à sua concepção, entre outras coisas, um conjunto de Agências educativas e civilizadoras" (*Idem*: 66). A disputa leva a que os museus se passem a direcionar mais para a classe média e trabalhadores especializados, o seu controlo do público. Por outro lado, as exposições tipo "celebração", ganhavam cada vez mais público pelo seu aspecto de feira, com divertimentos (Greenhalgh, 1993).

Quadro 4.1 – Impacto dos visitantes nas exposições



Fonte: Baseado em Bennett (2005)

Como se tem demonstrado, um dos grandes responsáveis pela forma de expor é o poder político, a confirmação dos Estados e o controle das massas (Anderson, 1991), que transformou muitos museus e algumas representações pós-modernas, como as exposições (Walsh. 1992:178). O seu aparecimento no século de XIX não é espontâneo. Desde o século anterior que surgem

pequenos eventos, reflexos da revolução industrial, pequenas mostras de tipo industrial com objectivos comerciais. O seu papel era o de promover as tecnologias e comércio, um papel de educação do público e de demonstração de força política (Greenhalgh, 1988:3).

Como reconheceu Bennett (1995), são dois os fatores, principais, responsáveis pelas exposições, o modernismo e o surgimento dos Estados, os primeiros alimentam a ânsia de desenvolvimento e os segundos de controlo. Mas antes de se abordar as exposições mais especificamente, será adequado clarificar a posição das designações, que se considera fundamental. Até aqui tem sido usada a denominação de "grandes exposições", uma designação que pode não ser a mais ajustada e é por isso fundamentada na posição de Greenhalgh (1988:1). O mesmo autor considera que as grandes exposições no mundo ocidental podem enquadrar-se em três designações distintas, mas que na prática parecem ser o mesmo, a variação difere em relação ao seu posicionamento geográfico, assim a primeira designação refere-se ao império britânico em que se designam por "Grandes Exposições", no espaço francófono — "Exposições Universais" e, por último, nos Estados Unidos — Feiras Internacionais.[64] Neste estudo passa a designar-se Exposições, com letra maiúscula, quando se tratar dos eventos em abstrato e com a sua denominação oficial quando se tratar de casos específicos.

Retomando o papel do modernismo que está na origem da organização das Exposições, reflexo do desenvolvimento tecnológico e de novas formas de estrutura social. A época moderna foi uma revolução estrutural da sociedade, instalou-se uma nova ordem política, económica e social, e todas elas acabam por influenciar as exposições. A política diz respeito à alteração das formas de Governo, mais representativas do povo, e ao surgimento dos Estados, como já se demonstrou, nos quais se pretende mudar a mentalidade do povo para uma mentalidade de cidadão, mais participativo, o Estado necessita de os orientar e formar para os novos objectivos políticos. O Governo, que visava a produção de cidadania e também pretendia gradualmente controlar e regular a sua conduta, realizava exposições. Para Tony Bennett é evidente que a forma como as exposições combinam "as funções da espectacularidade e vigilância" são uma forma de regular a sociedade gerando uma nova ordem para pessoas e coisas (1995:128-9). Os Estados apoiavam-se nas instituições culturais, como os museus e exposições, para difundir a sua ideologia. Se por um lado a cultura foi pensada como um objeto de governação, algo que

[64] As três designações no originais são "Great exhibitions", "exposition universelles" e "world fairs" (Greenhalgh,1988).

necessitava de transformação e regulação, as suas relações começam a ser pensadas e organizadas de uma forma moderna, através da ideia que as formas e instituições de "alta cultura" poderiam ser recrutadas para estas tarefas governamentalizadas, de civilizar a população como um todo (*Idem*:19).

O modernismo vislumbra-se, a nível económico, através dos desenvolvimentos verificados na revolução industrial e na organização do trabalho. A organização do trabalho, muito dependente da obra de Adam Smith, como refere Foucault: "… não foi o trabalho em si mesmo que mudou; foi a relação do trabalho com a produção de que ele é susceptível." (2000:306) A nova ordem do modernismo organizava o trabalho para ser mais produtivo, uma abordagem que implicava alterações profundas na própria sociedade, a necessidade de tempos livres, e um horário fixo de trabalho são marcantes para o aparecimento de momentos de lazer e de cultura; mas também para a ordem pública. Não se pode esquecer que as representações do homem, em tempo e espaço, são, segundo Ashcroft, os maiores difusores da hegemonia eurocêntrica dos tempos modernos (2001:83).

No que se refere ao nível social, derivado das novas organizações políticas e económicas, o cidadão depara-se com tempo livre que precisa ocupar. A njova necessidade origina a necessidade de regulamentar as condutas dos cidadãos, no caso dos Museus e Exposições, essa ação fazia-se através da regulamentação performativa dos seus visitantes, Bennett refere-se a ela como *minds on legs* (1995:6). Esta organização social era ordenada pelo poder político, o que Bennet designou por complexo expositivo, técnicas de gestão de comportamento, um poder disciplinador (*Idem*: 9). A ação do poder do Estado procurou usar a cultura e eventos de massas para minorar os problemas dos vícios (*Idem*, 1995:22), para controlar as pessoas. Os vícios que se mencionam, essencialmente no caso britânico,[65] são essencialmente o que Edward Thompson considera como derivados da vida da "taberna" (1966:59), como os problemas de álcool e a postura social, que o Estado considerava condutas menos próprias. Retomando a cultura, ou melhor, a sua governamentalização, direccionava-se alcançar objectivos de longo prazo. Ao usar a cultura como um recurso que moldaria mentes e comportamentos, pretendiam consolidar o

[65] Para mais informação sobre a organização das classes sociais e do trabalho dos séculos XV a XIX na Grã-Bretanha, ver a obra de Thompson (1966).

poder do Estado e, na prática, segundo a posição gramsciana, também o poder das classes dirigentes (Forgacs, 2000).

Os acontecimentos públicos são uma das formas de materializar a comunidade imaginada. Eric Hobsbawm e Terence Ranger na sua obra *The Invention of Tradition* (1983), analisaram rituais e símbolos nacionais como "tradições inventadas" (1983:1) ou seja, práticas que são determinadas por convenções de ordem simbólica ou ritual. Neste contexto, Hobsbawm considera que existem duas tradições inventadas, as que são criadas e instituídas formalmente e as que são de origem mais duvidosa num específico período de tempo e que se estabelecem rapidamente (*Ibidem*). As Exposições devem, de acordo com a posição de Hobsbawn (1983), ser entendidas como tradições arquitectadas, o Estado preocupa-se em arquitectar fatores unificadores dos cidadãos. Robert Rydell defende a posição que considera as exposições como uma "construção ideológica" (1993:9) que acontece, segundo Coombes, em "universos simbólicos" (1995:214). Estes espaços demonstravam ao público, faziam-no crer que a comunidade podia acreditar no Estado; que existia algo que os unia e que deveria ser protegido, na concretização das exposições estava o resultado para a visualização de todos.

O Estado servia-se do elemento propaganda para ilustrar a ideologia e poder mas, materializavam-no de uma forma mais visual que no museu, o limite da exposição para atingir um fim era a imaginação, no museu era o objeto. O Estado objetivou concretizar eventos que alcançassem todas as suas necessidades: educativos nos seus princípios, ideológicos controladores de condutas, incentivadores do sentimento de unidade nacional mas também fomentador das trocas comerciais, entre outros. Os museus e exposições eram veículos ideias, mas as exposições acabam por ser mais apelativas aos movimentos de massas.

Todas as exposições internacionais, mais particularmente as francesas e inglesas, tinham uma força política a gerar influência, dando orientação e significado aos conteúdos (Greenhalgh, 1993:94). Eram eventos, como afirmou Greenhalgh, “gestos espectaculares que por breves momentos chamaram à atenção do mundo antes de desaparecer num rápido esquecimento” (1988:1). A espetacularidade é apelativa a grandes movimentos de massas, ideal ao poder do estado, de tal forma que durante o século XIX, transformou-se no que Hoffenberg designa por "mania expositiva" (2001:xiii). Foram milhões de visitantes que circularam num espaço específico, que apreenderam e foram doutrinados. Estes eventos, autenticas cidades, no que concerne à logística, estavam entre os eventos de maior prestígio e populares do século XIX e

principio do XX, suplantando os museus. O interesse pelas exposições é importante, já foram efectuados diversos estudos sobre as exposições,[66] foram marcos importantes na história do ocidente, permitindo analisar a sociedade de uma época, mas em particular a forma como ela se vê a si própria.

Em relação às exposições facilmente se verifica a sua pertinência na história da humanidade recente , através dos diversos estudos realizados,[67] demonstrando as Exposições Universais do final do século XIX, prestavam uma ajuda útil aos museus, herdando em diversas ocasiões os seus edifícios e também espólio recolhido. Com o surgimento das exposições universais e o seu sucesso, o seu número[68] cresceu a um ritmo galopante, só na Grã-Bretanha entre a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX foram realizadas cerca de trinta exposições (Greenhalgh, 1993:77). Foi um fenómeno que se difundiu por todo o mundo, além dos exemplos das exposições europeias, realizaram-se também na Índia, Austrália (Hoffenberg, 2001:279), mas também nos Estados Unidos da América (Rydell, 1987).
Eram, sem dúvida, centros de aprendizagem por parte do público, e de uma forma geral o público beneficiou com estas exposições porque lhes facultava acesso a universos que de outra forma dificilmente conheceriam. Estes eventos tinham vários objectivos, demonstrar o avanço tecnológico dessas nações, o poderio imperial e capacidade nacional (Prösler, 2005:32); segundo Robert Rydell eram, também, eventos que permitiam gerar desenvolvimento, dá o exemplo da exposição de Chicago em 1933:

> "no meio da pior crise na América desde a Guerra Civil, estas exposições foram designadas para restaurar a fé popular e vitalidade do sistema político e económico da Nação e em particular, a capacidade dos negócios governamentais, científicos bem como os líderes intelectuais de liderarem o país para fora da depressão para um novo, radical e exclusiva terra prometida da abundância material" (1993:9).

---

[66] Sobre as diversas exposições internacionais, industriais ou coloniais, podem-se consultar diversas referências como Vergo (1993), Pieterse (2005), Coombes (1997, 2004), L'Estoile (2003), Bennett (1995), Morton (1998), Maxwell (2000), Udovicki-Selb (1997), Vergo (1993), Bennett (1995) Greenhalgh (1988), Rydell (1993), Henderson (1997), João (2002), Acciaiuoli (1998), Lira (2002) Porto (2009), Rydell (1993), Henderson (1997), para citar os mais significativos.
[67] Rydell (1984, 1993), Hoffenberg (2001), MacKenzie (1986), Auerbach (1999), Greenhalgh (1988).
[68] Por exemplo Vergo (1993), Coombes (1997, 2004), Bennett (1995), Morton (1998), Maxwell (2000), Bennett (1995) Greenhalgh(1988), Rydell (1993), Henderson (1997), João (2002), Lira (2002) Porto (2009), Rydell (1993), Henderson (1997), entre outros.

Greenhalgh considera que as exposições tinham por principais objectivos, melhorar o gosto da classe média, informar fabricantes das melhorias mecânicas e educar moralmente a classe trabalhadora (1988:19)

Na génese destes grandes eventos é comummente aceite que as Exposições começam o seu percurso com a Exposição de 1851, em Londres[69], designada *Great Exhibition* (Coombs, 1997:63). Como se procurou comprovar, a exposição de Londres foi um reflexo histórico de outros eventos, os acontecimentos anteriores que ocorriam desde meados do século XVIII fundaram as bases e preceitos das exposições futuras. A exposição do Crystal Palace foi marcante a vários níveis, e desde logo se destacou por ser a primeira exposição de cariz internacional. A realização do projecto ficou ao cargo de Henri Cole (Greenhalgh, 1988:11), que levou a Inglaterra mais de trinta países, entre eles Portugal (*Idem*:12). Este acontecimento marcante transformou-se num símbolo da época Victoriana, e o seu impacto reflectiu-se de várias formas e por muitos anos, como se irá demonstrar pelo número de visitantes, cerca de seis milhões e meio. É possível assegurar que mudou a atitude expositiva de uma época, ou como Greenhalgh considera, foram "construções culturais épicas"[70] (*Idem*:16).

Figura 4.1 - Crystal Palace



Fonte: http://www.greatbuildings.com/cgi-bin/gbc-drawing.cgi/Crystal_Palace.html/IWA_F255.3_001.gbd.

22/04/2010

[69] Mais informações sobre a exposição na obra de Auerbach (2008).
[70] No original, “epic cultural edifice” (Greenhalgh, 1988:16).

Numa análise de eventos tão singulares e complexos, considera-se ser pouco adequado examinar apenas a exposição, de acordo com uma narrativa de sentido único, considerarando somente a posição ideológica dos organizadores ou do Governo, incluindo a componente económica e comercial. A exposição de 1851 é o reflexo dessas variações de posições políticas económicas e sociais. Pode-se considerar que ela foi a materialização da modernidade, demonstrando o poder do Estado e o poder industrial que se vivia na Europa.

A Grã-Bretanha idealiza e materializa uma exposição internacional com a presença de vários países, o seu papel era o de promover as tecnologias e comércio mas também educar o público, era uma demonstração de força política (Greenhalgh, 1988:3). No período anterior a 1851, como refere Paul Greenhalgh, o proteccionismo económico era grande (1988:9), os países europeus procuravam estimular a economia e produção, através pequenas exposições ou feiras, procurando aumentar o consumo interno numa primeira fase. Até meados do século XIX, aparentemente, não havia motivos para internacionalizar estes eventos, mais os britânicos ainda consideravam que estavam no topo do desenvolvimento tecnológico sendo industrialmente superiores, por isso achavam não ter muito a aprender com os outros países. Um dos fatores que levou os britânicos a realizar a exposição de 1851, segundo Greenhalgh, foi a percepção de poder vender mais e a mais nações, não tinham alterado a sua postura de se considerarem a Nação mais desenvolvida (*Idem*:10), foi a perspetiva de negócio que os incentivou ao evento. O mesmo autor reconhece que foram essencialmente motivos "económicos" que estiveram na sua génese (*Ibidem*).

A Europa era marcada neste período de modernismo, pelo amplo desenvolvimento nascido da revolução industrial, por grandes modificações, grandes avanços tecnológicos e desenvolvimentos sociais. A indústria desenvolvia constantemente inovações para as suas necessidades produtivas, a sociedade mudara o sistema feudal e agora em vez de povo existiam os trabalhadores e a burguesia ganhava cada vez mais poder. O desenvolvimento era considerado de tal forma vital que Buck-Morss considera que o "…progresso transformou-se numa religião no século XIX, as exposições universais os seus altares e os bens de consumo os seus objetos de culto" (1989:90).

A burguesia emergente era a grande dinamizadora do desenvolvimento e da nova ordem, da liberalização do comércio, da organização laboral, organizando a estrutura do trabalho para

maximizar a produção. Nestas operações pelas quais Adam Smith ficará célebre, define-se o conceito de tempo, de horário de trabalho, de momentos de lazer, salários etc (Thompson, 1966). Quando o mercado interno britânico está aparentemente estabelecido, começa a verificar-se a necessidade de exportar ou estabelecer relações económicas com outros países, tal como Greenhalgh referiu (1988:10). É neste momento, como Paul Young considera, que o espírito burguês que procurava a internacionalização dos seus interesses encontrou na "apoio" na exposição de 1851 (2008:4). Era uma exposição que pretendia celebrar o progresso material da humanidade (Young, 2008:4), demonstrando como coordenando esses esforços o mundo poderia trabalhar em conjunto.

Com a necessidade de ampliar mercados e explorar o desenvolvimento económico, com o apoio das novas tecnologias, as nações industriais capitalistas estavam a mudar a forma do mundo interagir, transformando os países menos desenvolvidos, segundo os seus padrões, dependentes dos países ditos civilizados (Young, 2008:11). A burguesia pretendia incentivar todas as nações a adotar este modelo de produção e civilização, ou como Marx e Engels resumem, "criar o mundo à sua imagem" (Marx e Engels (2007:13). Este período do modernismo era um período sem guerras, sem conflitos, o que era ideal para o desenvolvimento e relações comerciais, entre nações ocidentais, mas também entre as metrópoles imperiais e as suas colónias. No auge do desenvolvimento industrial necessitava-se de mais matérias primas, que existiam nas colónias, e mercados para vender. A constante procura por mercados, segundo o "manifesto comunista" fazia com que a classe burguesa procurasse estabelecer relações em todo o lado (2007:12). Como refere Greenhalgh, para os britânicos o mundo sem guerras de 1851 significava que "o império estava a salvo" (1988:18), mas também que o capitalismo poderia ampliar a sua ação.

A exposição foi testemunho de um orgulho nacional (Young, 2008:4), deixava ao alcance de todos o capitalismo, a ciência a cultura, uma posição enciclopédica e onde se exibiam os desenvolvimentos industriais da humanidade. Contudo, apesar de todo o processo de desenvolvimento e de paz aparente, oculta a nova guerra emergente, a guerra de classes. A promoção da paz nestes eventos e que marca o seu início, as questões da paz e fraternidade foram debatidas nas exposições iniciais, tanto nas francesas como nas americanas mas, como assevera Greenhalgh, a própria *raison d´etre* de muitas exposições foi a inveja e não o amor (1988:18).

Esta guerra, que surgia gradualmente na Grã-Bretanha desde o início do século XIX, demonstrava que apesar de existir uma mudança social, havia ainda uma certa "arrogância feudal" da aristocracia em relação à classe operária, considerada como inferior (Thompson, 1966:220). Além de serem tratados como inferiores continuavam a ser dominados. Os trabalhadores eram "encorajados" pelas autoridades, como refere Susan Buck-Morss, a "peregrinarem" aos altares da indústria (1989:86), o Estado e as elites pretendiam doutrinar e mudar os hábitos das pessoas e isso é exercer poder sobre elas. Como confirma Hoffenberg as exposições foram "…momentos em que as tensões, incertezas e dissidências, também os consensos e hegemonia foram usados e moldados" (2001: XVII), nesses espaços.

Nas relações dominador/dominado, no que respeita às classes sociais, o próprio Crystal Palace teve um papel preponderante, serviu para consagrar o grande desenvolvimento comercial e industrial do engenho britânico. Young considera que além de exibir o grande desenvolvimento, serviu igualmente para sustentar o projecto de explorar povos e terras distantes, foi parte do processo de desenvolvimento idealizado pela burguesia (2008:21). Na imponência do Crystal Palace podia-se verificar todo o aspecto de encenação e de apropriação do espaço, para demonstrar o prestígio e desenvolvimento do poderio nacional, de tal ordem foi a sua influência que marcou o aparecimento de edifícios idênticos um pouco por toda Europa.
O edifício do Crystal Palace era um espaço mais aberto e liberal, onde se podia ver e ser visto, como refere Bennett (1995:69), mas também onde o Estado e a sociedade podiam manifestar dois dos seus grandes objectivos: a componente de controlo e a componente educativa. A componente do controlo pela qual o Estado podia exercer o seu domínio era visível na imponente estrutura de vidro, onde todos estavam sob observação e todos os participantes estavam dentro do mesmo lugar, tanto nos expositores como visitantes. Este é o conceito do panóptico de Foucault, existia para se poder ver os elementos intervenientes, onde o público estava a ser constantemente monitorizado.

Toda a exposição estava organizada como sendo uma ferramenta de uma "sociedade disciplinar", como refere Foucault (1995:216), que se apoiou no mecanismo do *panóptico* para alcançar o controlo das massas. As instituições como o Estado têm necessidade de regras, para poder exercer o poder e tem duas formas de as aplicar, ou de uma forma repressiva ou de uma forma orientada, as exposições tinham as duas formas. Por um lado reprimem-se determinadas condutas, como foi demonstrado anteriormente pela legislação contra certos vícios, por outro

orienta-se o público para os intentos do Estado. Mostrar as vantagens da economia e industrialização, das colónias, da identidade de cada país.

A estrutura do edifício demonstra as relações de poder e da sociedade disciplinar, no entanto exibe também as marcas da expansão capitalista e da diferença entre nações, consideradas inferiores à britânica (Young, 2008:16). A exposição de 1851 foi, sem dúvida, um local que produziu um novo entendimento do mundo e do Império Britânico, no qual assumidamente existiam diferenças. Se antes de 1851 as diferenças se materializavam nas mostras comerciais e nas disputas pelo título da Nação mais desenvolvida, em eventos que procuravam "criar na população confiança através do exemplo" Greenhalgh (1988:4-5), agora surge, também, uma hierarquia humana na exposição (Young, 2008:13). Esta divisão era baseada no desenvolvimento das nações de acordo com a organização do trabalho e indústria, não é ainda o mais importante a diferença entre raças; o trabalho de Darwin ainda não tinha conhecido a luz do dia.

O controlo do Estado, que se materializava na exposição, também se estendia à componente educativa, e o papel do público servia para consolidar o poder. Desde o início da abertura dos museus e das exposições que foi necessário direcionarem-se para o público, a componente educativa é de facto fundamental para um povo, tendencialmente iletrado. Contudo, também é verdade que tal só acontece por influência do poder político, que vislumbra uma oportunidade de controlo das populações e sua "educação" cívica, ainda que a informação contida nestes eventos nem sempre fosse considerada fidedigna. As exposições não eram idênticas aos museus que procurava difundir um informação mais científica e exacta, eram feitas por especialistas, nas exposições optava-se mais pela "aprendizagem pelo prazer"[71], e isso tornava-as, de uma forma geral, mais populares que os museus (Coombes. 2004:233). As exposições através da retórica da "aprendizagem pelo prazer", alcançaram um apelo popular com que os museus apenas podiam sonhar" (Coombes, 1997:112).

O papel educativo das exposições era incontornável, Paul Greenhalgh considera que nos primórdios a "educação era o *fetiche* das exposições", o papel educativo era muito importante para as autoridades. O mesmo autor é da opinião que se fossem apresentadas ideias "a uma audiência ignorante numa linguagem que pudessem entender, ter-se-ia influência sobre eles"

[71] No original "Learning through pleasure" (Coombes. 2004:233).

(1988:18-20). A componente visual desempenha um papel vital na busca por estes objectivos, como já foi demonstrado o próprio edifício era uma das representações visuais de excelência. Anthony Shelton demonstra o papel fundamental das exposições para as massas iletradas, que eram orientadas por estes eventos, com um papel educativo, afirma: "…em sociedades com elevadas taxas de iliteracia, as organizações de conhecimento de cariz visual organizadas pelo Estado frequentemente reforçavam o sistema educativo facultando a cenografia e motivação por trás da organização das celebrações, festivais e exposições…" (2006:480).

Como se tem procurado demonstrar, as exposições são o reflexo de uma combinação de fatores desde a política, à revolução economia e social materializada na exposição de Londres, estão patentes as demonstrações do trabalho, o desenvolvimento tecnológico e as relações comerciais. Segundo Auerbach a exposição britânica representava "paz, progresso e prosperidade" (2008:ix), o que fazia dela a primeira Nação a realizar este evento modernista, de grande dimensão, mas também demonstrava ser das mais desenvolvidas (Greenhalgh, 1988:10).

Desde o período anterior a 1851 que, quer os franceses e britânicos, começam a realizar-se eventos para estimular a produção e comércio de bens materiais, ou seja, aumentar o consumo interno. Greenhalgh (1988:10) considera que, numa primeira fase, até meados do século XIX não havia motivos para internacionalizar estes eventos, os britânicos consideravam que estavam no topo do desenvolvimento tecnológico e eram industrialmente superiores, por isso pensavam não ter muito a aprender com os outros países. Um dos fatores que levou os britânicos a realizar a exposição de 1851 foi a percepção de poder aumentar a sua balança comercial, vendendo mais e a mais nações, a perspectiva de negócio foi um incentivo à realização do evento. Sem dúvida, a burguesia e o poder comercial pretenderam desenvolver a exposição ou como refere Paul Young, a burguesia dava razão ao manifesto comunista que, demonstrava que a burguesia "pretendia expandir mercados" desenvolvendo-se, as nações capitalistas estavam a transformar o mundo (2008:11). Na prática estes eventos de massas transformaram-se em grandes negócios por si só (Buck-Morss, 1989:86), como se pode verificar no quadro seguinte alguns valores[72], que contém informação sobre dimensões dos espaços e visitantes.

[72] Informação recolhida junto do Bureau International des Expositions (BIE), organismo fundado em 1928 em Paris para gerir problemas de organização (Greenhalgh, 19988:15); http://www.bie-paris.org/site/:12/10/2010

Quadro 4.2 – Números de Visitantes e áreas dos recintos

Ano	Exposição	Visitantes	Superfície
1851	The great Exhibition of the works of industry of all Nations	6 039 195	10.4 ha
1855	Exposition Universelle des produits de l'agriculture, de l'industrie et des beaux-arts de Paris	5 162 330	15.2 ha
1878	Exposition Universelle de Paris	16 156 626	75 ha
1889	Exposition Universelle de Paris	32 350 297	96 ha
1893	World´s columbian exposition	27 500 000	290 ha

Fonte: Greenhalgh, (19988:15) e http://www.bie-paris.org/site/:12/10/2010

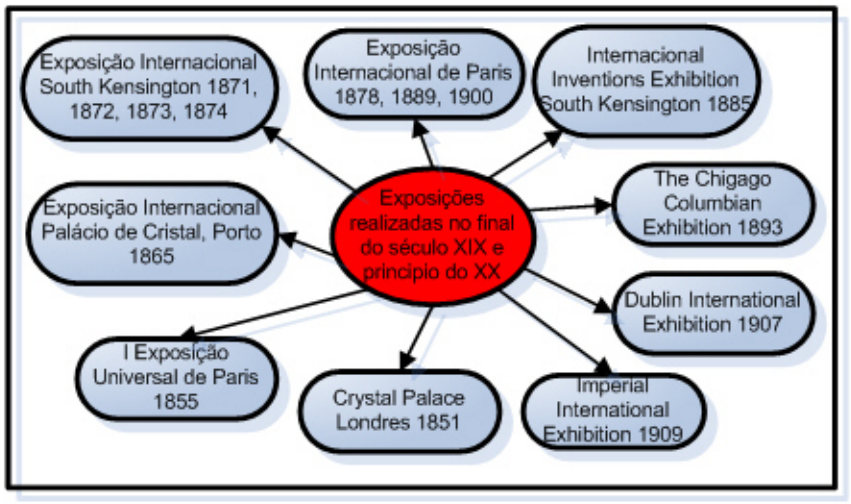
A exposição de 1851 lançou os princípios e estruturas de exposições futuras, definindo alguns padrões de exibição. As estruturas das exposições não se modificaram muito nos anos seguintes. Greenhalgh menciona quatro divisões que existiam na exposição inaugural e se mantiveram nas exposições seguintes: em primeiro lugar, fabricantes; em segundo lugar, maquinaria; em terceiro lugar, matérias-primas e, por último, em quarto lugar, belas artes (1988:12). Estas categorias não são áreas completamente distintas, uma vez que um evento consegue ter mais que uma dessas classes. Quando se menciona que definiam padrões para as exposições seguintes, resulta do facto de um evento de sucesso, ser quase garantia que estaria presente na exposição seguinte para não enfrentar a desilusão do público (Parezzo, 2007:4).

A autora Parezzo, que abordou mais as exposições norte americanas, identifica também quatro padrões (Parezo e Fowler, 2007:4), sendo eles: a maquinaria industrial e bens de produção, a cultura com pintura e escultura, as instituições públicas, edifícios criados pela iniciativa dos eventos e que depois ficaram na posse do estado e, por último, financiamento público ou complemento de financiamento. Em relação aos eventos Norte americanos de salientar o facto, tal como as britânicas (Geppert, 2010:7), de o Estado não ter aceitado, suportar a totalidade dos custos dos eventos, delegando essa função à iniciativa privada (Parezo e Fowler, 2007:4). Com as posições de Greenhalgh, Parezo e Fowler demonstra-se a existência de dois processos que são comuns, a tecnologia e a cultura.

Desde 1851 realizaram-se muitos e cada vez maiores eventos, como se pode constatar da imagem seguinte, as exposições reflectiam preocupações com o futuro e também pretendam

desviar as críticas de ordem política e social que iam surgindo. As exposições americanas desde 1876, foram desenvolvidas enquanto resposta organizada aos conflitos sociais no período posterior às depressões industriais que ocorreram até ao princípio da *Primeira Guerra Mundia l*(Rydell, 1993:5).

Quadro 4.3 – Algums exposições realizadas nos séculos XIX e XX



Fonte – Greenhalgh (1988)

O ritmo de realização de exposições cresceu significativamente nas últimas décadas do século XIX, e a sua grandeza também aumentou, contribuindo para consolidar e para modernizar os Estados, as posições imperiais, mas também o tecido urbano das cidades que as acolhiam. No início, todos os expositores estavam albergados no mesmo edifício, uma das razões porque as exposições iniciais necessitavam e menos espaço, só mais tarde em a partir de 1880 as exposições entram numa nova fase da megalomania, procuravam constantemente fazer mais e melhor que a sua antecessora. É uma época em que se iniciou o novo formato de exposição sem edifício único, construindo-se vários pavilhões para os participantes. Isso leva a rivalidade entre países a outro nível (Greenhalgh, 1988:15). Em meados de 1880, as exposições estavam generalizadas, eram acontecimentos que representavam a visão ocidentalizada do Mundo (Geppert, 2010:7) e já não se limitavam a exibir objetos, também tinham conferências académicas em paralelo, como em 1893 (Chicago) e 1900 (Paris) (Greenhalgh, 1988, 20). A par da componente científica, surge, também, a representação de povos de outras latitudes, povos

colonizados, como afirma Greenhalgh, as exposições são o veículo de propaganda ideal para a justificação imperial (1988:59).

Tanto a industrialização como o colonialismo são vistos como grandes desenvolvimentos, representando o progresso, e aquilo a que todos deviam aspirar. Desta forma como os benefícios são grandes e desejados por todos. O imperialismo passa a ser considerado uma obrigação e um dever porque todos ganham. Não esquecer que havia também vontade nos comerciantes de se expandirem para o exterior, ganhar mais dinheiro (Evans, 2004:5). As exposições internacionais abordavam uma idealização da civilização e demonstravam o "futuro" da humanidade, idealizado, numa era de expansão imperial. Ao apresentar aos visitantes as provas materiais do progresso humano, as exposições proporcionavam as ferramentas para que fosse possível a comparação de nações e raças, dessa forma dava uma feição visível à teoria dominante sobre a cultura, raça e evolução da humanidade. As exposições representavam e enfatizam as "grandes diferenças" entre as raças, a hierarquia entre o selvagem e o civilizado.

Desde o final de 1880, na sua estrutura passaram a incluir espécimes vivos (Maxwell, 2000:4), acrescentando uma nova dimensão à representação colonial, tornaram-se representações indistinguíveis dos *freak shows* ou aberrações e representações circenses, que foram frequentes no passado. Isto reflectia uma visão do mundo aceite a nível mundial, influência de uma teoria científica dominante que facultou às exposições um quadro para classificar raças do mundo numa escala evolutiva, uma tarefa que preocupava a nova disciplina de Antropologia no final do século XIX. Era inevitável que a teoria da selecção natural de Darwin fosse relacionada com o progresso. Os selvagens que até então eram desconhecidos da "civilização", e tornaram-se uma concepção familiar para as mostras etnológicas em exposições onde a linha divisória entre ciência e entretenimento era ténue.

O final do século propicia a alteração da mudança do racismo científico, justificado pela Antropologia e Medicina, o que McClintock designa por *Commodity Racism* (1995:33), que existe nas exposições universais e museus, e se caracteriza por ser uma transformação da narrativa do progresso imperial em espectáculos de massas. São estes espectáculos massificados que confirmam que o apelo do exótico angaria público e, aquilo que era uma componente das exposições universais, cresce dando lugar a exposições exclusivamente coloniais. É sobre essas que versará o próximo capítulo.

4.4 – As Exposições coloniais

As exposições coloniais são o reflexo de uma variação no seu processo de desenvolvimento. Neste capítulo procura-se explicar quais os antecedentes e como se foram organizando enquanto eventos até se chegar à representação de pessoas nos recintos. As grandes exposições, como se demonstrou, tinham uma forte componente económica (Greenhalgh,1988:10), exibiam a grandeza das nações organizadoras, a sua dimensão imperial, dimensão da qual fazia parte a demonstração das terras e povos subjugados. Primeiro em materiais, fossem objetos ou dioramas, gradualmente pessoas trazidas especificamente para esses eventos. As exposições do tipo colonial surgem nesta sequência, uma especialização que nasce dentro de eventos mais abrangentes, remontam à segunda metade do século XIX e, tal como as suas antecessoras, tinham objectivos bem definidos. No entanto, ainda não adequado falar em exposições colónias, a primeira exposição com a designação colonial remonta a 1886, a Colonial and Indian Exhibition, realizada em Londres (Geppert, 2010:251). Existem eventos anteriores onde se exibiam pessoas e que também serviram de balão de ensaio para as exposições coloniais.

A exibição de seres humanos faz parte da história e da produção de conhecimento que marcam o século XIX e princípio do XX, reflexo de uma conjuntura económica, mas também político-social. Era um período marcado pelo desenvolvimento dos Estados e dos saberes, no processo de desenvolvimento e busca destaca-se a viagem de Darwin, que revolucionou a ciência e que marcou o mundo. O fascínio pela curiosidade e pelo exótico, tal como acontecera nos gabinetes de curiosidade e câmaras de maravilhas, visava recolher o admirável mundo novo: as colecções da fauna e de animais estranhos eram o centro da ciência. Num período inicial, como se demonstrou, no *epistéme* renascentista e clássica, os coleccionadores e estudiosos abordavam a prodigalidade da natureza, essas exuberâncias para os seus olhos. À medida que se estudavam os animais, deixavam de existir objetos desconhecidos e as ciências se desenvolviam, o interesse gradualmente desloca-se para o estudo da componente humana. O início desse estudo realiza-se com recurso aos esqueletos e marcas fossilizadas da existência humana, gradualmente o homem vivo passa a figurar no centro da ciência do século XIX.

Segundo Blanchard *et al.* (2008:3) no fomento desta abordagem, o estudo do homem, estão pelo menos três fatores: o fim decretado da escravatura, os novos territórios explorados e o

maior desenvolvimento das ciências em relação ao homem. Para que se pudessem estudar outras raças era necessário que existissem pessoas para estudar. Os cientistas ou se deslocavam aos territórios ou os traziam para os seus estudos, sendo a segunda opção a que incentiva o aparecimento no ocidente do outro para fins expositivos (Blanchard *et al.* 2008:3).

A exibição do outro não é nova no mundo ocidental. temos o exemplo da Roma antiga, que exibia os seus escravos conquistados, mas, para efeitos de estudo e exposição, considera-se que sim. Desde o século XVIII e princípio do XIX, em que as artes e ciências estavam amplamente evolvidas em estudar a humanidade, a exibição do outro assume diversos contornos, desde eventos mais espectaculares a eventos mais científicos. O apelo pela diversidade e diferença cativavam público, pouco habituado a ver o que normalmente se ocultava, como refere Foucault (1995) em relação ao asilo.

Nos primórdios das exibições do outro, segundo Blanchard *et al.*, seguindo uma "tradição europeia" (2008:3), eram caracterizadas por espectáculos itinerantes desprovidos de qualquer componente científica, exibidos conjuntamente com animais, como se de um Jardim Zoológico se tratasse. A comparação aos animais surge porque, como refere Coombes, além de estarem restringidos ao espaço idêntico ao dos animais e expostos ao público lado-a-lado, tanto uns como outros estavam sempre controlados (Coombes, 1997:102). A própria definição dos eventos com pessoas é difusa, entre *freak-shows*, zoos humanos ou aldeias etnológicas, no entanto procura-se esclarecer as suas principais diferenças. Robert Bogdan (1990:6)[73] refere que os *freak-shows* dividiam as pessoas em duas categorias: as novas raças e os erros da natureza. No que diz respeito às raças identifica que eram elementos de outras culturas trazidos de viagens científicas realizadas por estudiosos para mostrar a sua cultura, ainda que descontextualizada ao público, estimulando o imaginário popular; no que se refere aos erros da natureza, eram mal formações congénitas, debilidades físicas, que tinham por objetivo deslumbra o público. É um facto comprovado que as anomalias físicas eram célebres no século XVI e foram revitalizadas no século XIX (Blanchard, et al.2008:10).

Bogdan distingue ainda que designa *freak-show* os eventos que exibiam pessoas mas tinham como intuito o “divertimento” e o "lucro" (1990:10), eventos que ocorrem desde cerca de 1840 até ao século XX. Na Europa o *freak-show* mais referenciado remonta a 1810 com a

[73] É um estudo dedicado essencialmente à realidade norte americana, ver a publicação de Bogdan (1990).

exibição da "Vénus de Hotentot", episódio que circulou por várias capitais da Europa (Blanchard et al.. 2008:5). Os *freak-shows*, segundo Robert Bogdan, eram negócios realizados por empresários por isso, motivado pela estratégia promocional, por vezes inventavam novas raças ou contratavam "selvagens" para o efeito (1990:6). Espectáculos itinerantes com companhias organizadas, circulavam por várias zonas, quer na América do Norte quer na Europa, levando ao público um imaginário exótico e idealizado. Apesar de serem eventos geralmente descontextualizados, gradualmente surgem acontecimentos científicos em paralelo (Blanchard et al.2008:5), Bogdan é da opinião que existe uma ligação entre a ciência e os *freak-shows* (1990:6), que servem para justificar a ilusão, o ganho era o seu grande objetivo, oferecendo o que fosse mais atrativo ao público. A influência da atração e lucro foi uma das grandes marcas em muitas das exposições de componente colonial. O *freak-show* era um evento mais característico da primeira metade do século XIX, com uma componente de deslumbramento, sendo as raças ou fenómenos naturais transformados em espectáculos populares e científicos, justificando a existência de hierarquia humana e colonial. Apesar do final da escravatura, para que a hegemonia eurocêntrica se mantivesse era adequado justificar as posições coloniais de alguns países, e supremacia em relação às raças dominadas. Estes eventos ajudavam a suportar essa ideia apoiados pela componente científica.

Na segunda metade do século XIX desenvolve-se o modelo do "Zoo Humano", defendido por Blanchard et al. (2008:7), que os justifica como locais em que se exibia um homem "não pelo que ele fazia mas pelo que ele era" (2008:23), e se caracterizavam por ser exposições humanas de "exotismo". Estas exibições integravam a representação de nativos de outras culturas, representações raciais que podiam ser independentes ou integrar eventos de maior dimensão, como as grandes exposições. Este conceito de zoo humano rapidamente se desenvolveu, motivado pelo seu sucesso, uma vez que o público não se satisfazia apenas com histórias — queriam ver a combinação entre encenação e ciência, eram o veículo perfeito para deslumbrar o público. Anne Maxwell (2000:1) refere que as exposições que exibiam povos colonizados eram as mais populares, cativavam muitos visitantes e reclamavam para si um papel educativo, ganhavam o incentivo das teorias científicas da raça, a par do exotismo, coincidiam com a renovação da expansão imperial.

Um dos primeiros locais a exibir africanos enquadrados neste contexto, fora das grandes exposições, foram os *Jardins D´Acclimation* em 1859, em Paris, eram exibidos como e ao lado

de animais, era um local de estudo de botânica e zoologia (Maxwell, 2000:16). Os corpos dos presentes eram constantemente medidos e analisados por antropólogos, as danças e as lutas executadas pelos intervenientes facultavam o entretenimento. É uma fase que se assemelhava a um jardim zoológico, as espécies humanas eram colocadas atrás de vedações, tal como os animais, dai a designação "zoo humano".

O zoo humano tem influências fortes que o suportam durante algum tempo, a sua componente científica, política e a sociocultural. A componente científica visava, além de estudar as diferentes raças, justificar a sua inferioridade, demonstrar porque eram primitivas em relação à ocidental. A racialização científica da alteridade era geradora de uma hierarquia racial, oriunda do darwinismo, que era normalizada nos eventos exóticos. Com Darwin a sua teoria ganha importância, passando as diferentes raças a ser encaradas como o resultado de diferentes estados de evolução (Maxwell, 2000:40). A ciência, através da etnologia e antropologia, comprovava que de facto eram povos inferiores e por isso colonizáveis. Blanchard et al. (2008:10) considera que, neste período, o pensamento em vigor considerava que estes povos deveriam ser trazidos "ao domínio colonial" ou desapareceriam por isso era importante estudá-los.

A componente política, intimamente ligada e suportada pela científica, justificavam a colonização e o papel civilizador dessas nações. Blanchard et al. (2008: 8-9) consideram que a criação dos Estados Nação está ligada ao fenómeno dos zoo humanos, na busca pela identidade, nos avanços tecnológicos e científicos ou seja, foram uma forma de facultar "segurança" em relação à identidade. A mudança dos *freak-shows* para os zoos humanos, ou se se preferir da exibição da anormalidade para o exótico, prolongam as características do outro mais humano mas inferior, necessidades da conveniência dos Estados. Numa época influenciada pelo nacionalismo e componente colonial era importante justificar a necessidade de civilizar os outros povos, evitar que desaparecessem no seu primitivismo, era importante mostrar ao público que a ação do Estado era adequada. Neste processo deixava-se para segundo plano o verdadeiro objetivo de controlar e explorar tanto pessoas como os espaços, as matérias-primas.

Na componente sociocultural, serviam para demonstrar ao público que, de facto, existiam povos inferiores e que necessitavam de ser civilizados, demonstrando igualmente que o povo não era o último elo da cadeia social. Associado à componente política servia para incutir no público a concepção de identidade e Nação, demonstrar que existiam diferenças e que era necessário

continuar o processo de colonização, para Blanchard et al.. "exibir o outro tornou-se um sinal simples e visível da modernidade" (2008:8). Na componente social e cultural não está patente apenas a posição eurocêntrica. Muitas destas exposições eram apenas encenações, Blanchard considera que existia um sistema económico em torno destes "actores" e destes eventos. Condições degradantes que marcavam muitas dessas exibições apostavam em relações familiares para evitar revoltas durante as *tournées*. Gradualmente, os nativos e as encenações passaram a ser correntes nos grandes eventos, dando lugar às chamadas aldeias nativas. Estas fracas condições, como observar Fitzhugh (1997:213), rapidamente demonstraram as precariedades desse processo. Os nativos, muitas vezes, não eram cuidados, e, tratados como "não-humanos", muitos deles adoeceram e associados às vontades expositivas pereceram.

As aldeias nativas eram representações mais características do virar do século. Greenhalgh designa-as por "*Showcases* Humanos"[74], onde pessoas eram exibidas para júbilo e educação de um público, um "quadro vivo" (1988:82), e eram fundamentais na construção do outro (Blanchard et al..2008:15), muito por influência dos cientistas, que se foram afastando dos zoos humanos e do exotismo. Anteriormente verificava-se uma promoção da curiosidade, encenado, para consumo do público eram eventos, mais comerciais, e nos quais também os cientistas usufruíam para os seus estudos e medições; com o final do século XIX a orientação desses eventos encaminha-se do lazer para a educação. O afastamento dos académicos é justificado pela falta de autenticidade do outro (Blanchard et al.2008:17). No entanto, como Maxwell (2000:19), considera que as exposições continham "selvagens profissionais", porque eram trazidos das colónias para representar e também por vezes eram pagos para isso (Geppert, 2010), fazendo um roteiro de exposições e demonstrando a sua cultura e religião durante os eventos ou seja, mantinha-se a encenação do outro. É convicção que as exposições coloniais se enquadram no conceito de aldeia nativa ou aldeia etnológica, pode-se depreender destes eventos que a componente visual tinha um grande impacto e força no controle e atenção do público, ainda que fossem encenações e não a realidade.

A Exposição do Crystal Palace de 1851 foi a primeira a dar início à abordagem de tipo colonial. Greenhalgh identifica que ali se verificava a existência de produtos e alguns nativos das colónias (1988:85), no caso Francófono, e é na Exposição Internacional de 1867, com a

[74] Nesta observação de Greenhalgh opta-se pela palavra original Showcase, por se considerar que as traduções disponíveis podiam dar azo a interpretações erróneas.

existência de um pavilhão tunisino (Ageron, 1984:563). Nas primeiras grandes exposições, as representações coloniais direccionavam-se mais para a utilização de objetos ou dioramas e pouco para a presença de indígenas. Após estes dois eventos, as exposições incluem gradualmente representações coloniais mais expressivas, atingindo, em 1889, uma fase de viragem, começando a ser regulares as representações coloniais de pessoas e com espaço próprio para esse efeito. Segundo Greenhalgh a exposição francesa foi a que marcou a forma de expor humanos; passa a ter pessoas especificamente não para trabalhar, como em eventos anteriores (empregados ou vendedores no recinto da exposição), mas para serem vistas (1988:85). No que se refere à composição física destas exposições, duas grandes diferenças em relação às anteriores: a primeira, passa a ser frequente a existência de "aldeias nativas" (Maxwell, 2000:19) ou aldeias etnológicas (Rydell, 1993:21), espaços que criavam uma "enciclopédia física" do mundo (Greenhalgh, 1988:87); a segunda, foi nesta exposição que se iniciou o novo formato de exposição sem edifício único, mas com vários pavilhões (Greenhalgh, 1988:12).

Oriundas das mesmas exibições, as exposições coloniais alcançavam a força suficiente para terem o seu evento próprio, para se emanciparem, vítimas do seu sucesso, cresceram o suficiente para poder ser exposições de pleno direito e não uma secção nas exposições universais (Hoffenberg, 2001). Na base do sucesso e independência estão vários fatores, entre eles: o educativo, o comercial, o político (imperial), e um dos mais relevantes, sem dúvida, o exótico.

Oorreram vários eventos, como já foi mencionado, que tinham componentes coloniais com a presença de nativos como, por exemplo, a Melbourne Intercolonial Exhibition (1866 – 67) (Hoffenberg, 2001:385), a exposição internacional colonial de Amsterdão em 1883 (Parezo e Fowler, 207:6) ou a Exposição de Chicago, em 1893 (Parezo e Fowler, 2007:5), contudo, as que tinham especificamente a designação de exposições coloniais foram em menor número. Segundo Hodeir e Pierre (1991) a primeira foi a de 1886 — Colonial Exhibition London e no caso francês a de 1894 — Colonial Exhibition de Lyon. Seguiram-se outros eventos, 1906 — Colonial Exhibition Marseille, 1922 — Colonial Exhibition Marseille, 1924 — Colonial Exhibition Strasbourg, 1924–25 International Colonial Exhibition Wembley, 1930 — International Colonial Exhibition Antwerp e 1931 — International Colonial Exhibition, Paris.

As exposições universais exibiam a riqueza humana das suas colónias, os indígenas podiam ser observados em pavilhões, nos recintos dos eventos, a sua presença, como alude Maxwell (2000:2), servia para comparar o grau de ação colonial entre colonizadores. Um outro

autor, em relação a esses eventos e em particular na Alemanha, os *Völkerschau,* considera-os eventos comerciais[75], através de *performances* de nativos se vendiam produtos (Ciarlo, 2011:23). Não se olvide que, desde tempos recônditos, existe um certo fascínio pelo outro. Se no início das preocupações o maior interesse se prendia com o estabelecer relações comerciais, gradualmente as suas preocupações se foram alterando. Anne Maxwell (2000) divide o período da segunda metade do século XIX e princípio do XX em três momentos; a) em meados de 1860, a preocupação destas mostras era a de publicitar o espaço colonial e as suas riquezas; b) em meados de 1880, a preocupação era a de publicitar e justificar a atitude de exploração dos territórios e povos indígenas, por último, no início do século XX eram usadas para influenciar os visitantes sobre o império e sua importância, fortalecendo o colonialismo e a identidade nacional. Com base na posição de Maxwell considera-se a primeira fase, a fase do exotismo, a segunda a fase do paternalismo e por fim a terceira a fase ideológica. Por sua vez Greenhalgh (1988:82) considera que são quatro os tipos de exposições humanas: Imperial, Educativa, Comercial e Diplomática. Muitas das exposições podiam ter os quatro tipos ao mesmo tempo.

Como se tem procurado demonstrar estes eventos eram, inicialmente, desenvolvidos para fomentar o comércio e desenvolvimento industrial, demonstrar mais capacidade que outras nações, gradualmente o seu fulcro passa a demonstrar a grande dimensão imperial, mas também procura renovar o apoio às políticas nacionais imperiais. As exposições faziam parte do processo político das nações que os desenvolviam, eram espectáculos que fantasiavam sobre nações e impérios (Hoffenberg, 2001:XV). A ligação entre imaginário e realidade era dividida por uma linha ténue, como reconhece Ageron, eram eventos que tinham um papel de "propaganda" (1984:570). As exposições eram o reflexo político, de uma idealização das comunidades representadas, eram locais em que a hegemonia ou a ideologia, as duvidas e as disputas, eram idealizadas e materializadas. Mário Moutinho concorda com a propaganda, refere que: "…as massas populares são, no fim de contas, para os colonialistas, um álibi para as suas empresas. Se não é possivel colonizar em nome do direito, da exploração e da repressão dos povos, coloniza-se em nome do povo, mesmo correndo o risco que acontecimentos posteriores venham demonstrar o carácter abusivo da colonização" (2000:32). Mas para que estas abordagem pudessem sortir efeito era necessário público, assim era necessário cativa-lo a participar.

[75] Na génese dos Völkerschau está Carl Hagenbeck, um empresário, que torna estes eventos etnográficos num negocio rentável, que circulava um pouco por todo o mundo, profissionalizando o outro (Ciarlo, 2011).

Se nas exposições universais se cativava público pelo deslumbramento tecnológico e comercial, rapidamente se percebeu que o exótico era "apelativo", como reconhece Robert Aldrich (2005:38), cativava visitantes e promovia produtos (Ciarlo, 2011).

Não se deve esquecer que a possibilidade de viajar e conhecer outros povos e culturas não estava ao alcance de todos: no século XIX a grande maioria das pessoas não tinha qualquer tipo de contacto com esses povos "exóticos" (Back e Solomos, 2001:14). A presença do outro nas exposições servia, com reconhece David Ciarlo, certificar a "autenticidade" das viagens e histórias que se contava (2011:67). Para aumentar o grau dessa autenticidade eram recriadas aldeias indígenas que, nas palavras de Coombes (1997: 113), concediam uma imagem de proximidade, além da sensação de um visitante mais participativo e não passivo. Essas representações permitiam ao visitante frequentar os espaços e ver os "selvagens ferozes", que eram reflexo do "imaginário colonial" (Coombes, 1995:34) criado ao longo dos séculos através de histórias de canibalismo, sacrifícios humanos, eventos, por isso, excitantes e educativos, em certa medida, para o público em geral. Toda a encenação e imaginário colocado à disposição do público, acaba por se tornar quase inevitável, a crença na "verdade" factual, a utilização de pessoas nas exposições enquanto "objetos" de admiração. As exposições com pessoas, eram locais de interação social, baseados na curiosidade, sobre o exótico e sobre o outro, Nancy Parezo e Fowler observam: “as "exposições vivas" nesses eventos eram excitantes, perturbadoras, motivadoras e educativas para os visitantes e para os nativos exibidos (…)” (2007:9).

O crescente gosto por espaços diferentes e longínquos, a representação do outro, estava ligada à crescente popularidade pelas informações e histórias que chegavam dos impérios, as expedições, Greenhalgh (1988:87) refere-se à criação de uma "enciclopédia física" que tornaria possível uma visão do mundo, ou como observa Rydell (1993:117), o exotismo podia funcionar como fantasia consumista, ampliando a visão futurista de abundância. Assim, as representações do outro foram uma constante desde o início das grandes exposições. A sensibilidade enraizada no fascínio exótico em relação ao outro, algo cultivado nas exposições europeias antes da primeira guerra mundial. O "colonial moderno" desenvolveu-se a partir do desejo das autoridades imperiais de transformar o velho conceito de imperialismo em algo moderno. Esta nova concepção gerada por Governos que procuravam, expor o universo do consumo, representá-lo nas exposições como algo impensável de acontecer sem o império. Como alude

Rydell:, "… os responsáveis das exposições procuravam convencer seus públicos que o imperialismo fornecia os alicerces sobre os quais os tempos e progressos modernos dependiam" (1993:62). Considera-se que o seu objetivo foi alcançado, facto que está patente na frase de Catherine Hodeir, que reconhece que "África era o afrodisíaco do desconhecido" (Hodeir, 1991:233).

Um dos papéis importantes na exibição de indígenas foi o das ciências. A antropologia ganha o lugar de destaque, e serviam para justificar o papel educativo e ganhavam o incentivo das teorias científicas raciais da época (Maxwell,2000:1). Na segunda metade do século XIX, como referencia Parezo e Fowler (2007:7), as potências coloniais exibiam oficialmente pessoas com a desculpa de atividade educativa, para demonstrar a melhoria para os indígenas na sua coexistência com os colonizadores. Outro dos fatores da criação de exposições vivas era mostrar as diferenças culturais, o exotismo, frequentemente materializadas na comparação com uma cultura material primitiva (Parezo e Fowler, 2007:5). Em 1889, a Antropologia ganha força enquanto disciplina, tal como o darwinismo como corrente, e isso acaba por influenciar a organização dos eventos. Nesta fase, consideravam que se devia representar o império de uma forma realista, e o papel dos dominados era, por isso, fundamental. A presença de indígenas não mostrava apenas a dimensão imperial, mas todos os aspectos da raça humana, os estudos da evolução humana, as aldeias nativas, respondiam a todas as necessidades científicas, imperiais e morais (Greenhalgh, 1988:86-7).

Em meados de 1880, as exposições estavam generalizadas, também as conferências académicas, que se organizavam a par das exposições, exemplos das exposições de 1893 em Chicago e de 1900 em Paris. As massas deveriam ser educadas através da "apresentação de todos os aspectos da existência num edifício espectacular" (Greenhalgh, 1988:20). As exposições coloniais foram veículos da ciência da época, segundo consideravam os académicos desses períodos. As exposições coloniais mostram o lugar da Antropologia como "ciência" da humanidade no seu formato colonial. Para muitos desses académicos, a exposição colonial era um museu antropológico ao ar livre (L'Estoile. 2003:350). Justificava-se o colonialismo e imperialismo de uma forma científica através de congressos, atividades complementares (João. 2002:657 e l'Estoile. 2003).

Nos eventos organizados, as tarefas dos indígenas foi sendo alterada. Greenhalgh (1988:85) narra que a exposição de Paris de 1867 foi pioneira na exibição de pessoas, aquilo que

ele designa por "quadros vivos". Assumiam o papel de vendedores, trabalhavam em cafés e bazares. No entanto, considera que na exposição de 1889 em Paris passa a haver o papal do indígena, apenas para serem vistos. Catherine Hodeir (1991:223) fala em quatro categorias que o outro podia assumir: *entertainers*, empregados de mesa, lojistas e artesãos e eles próprios, será esta última, a que Greenhalgh se refere e que marca as próprias exposições.

Marcante no período pós-Primeira Guerra Mundial as exposições de 1924 e de 1925 em França e Inglaterra respectivamente, foram marcantes ao ponto de Rydell (1993:2) considerar que a exposição inglesa estimulou o ressurgimento de exposições. Para este estudo, e como comparação, as de 1925 em Wembley e a de 1931 em Paris serão mencionadas adiante.

As grandes exposições dos séculos XIX e XX, foram formas de educar o público mostrando-lhes "restos"[76] do império, e demonstravam a grande posição que o público que observava tinha na hierarquia social. Tudo isto incentiva a imaginação do público. As demonstrações materializavam-se na realização das grandes exposições que surgiram no mundo ocidental em que, por exemplo, os habitantes das classes operárias de cidades como Paris, Londres ou mesmo Lisboa e Porto podiam verificar *in loco* que realmente não estavam no fim da estrutura social, e não eram tão inferiores, como inicialmente julgavam, em relação às elites metropolitanas. Este jogo por parte do poder institucional incentiva o orgulho interno dessas nações, cativa para a posição colonial e ainda incentiva à imigração para esses territórios, onde era possível ser alguém, deixar de ser mandado e passar a mandar. Tudo se resume a jogos de poder.

As exposições usavam-se panoramas que recriavam uma imagem, ideal, como Roger Benjamin refere "mediava a imagem colonial" (2003:7), servia como desculpa de lhes facilitar a viagem a um outro mundo, de colónias exóticas e longínquas. Nos seus espaços demonstravam o que era recolhido noutras partes do mundo, exibiam-se objetos e pessoas, homens e mulheres, o elemento sexual era uma forma de cativar tanto o imaginário como público, era uma forma de comparar e demonstrar as virtudes da pureza ocidental das mulheres, também evitar a miscigenação.

[76] A opção pela designação "restos" do império e não despojos, porque muitas vezes trata-se de pedaços descontextualizados de culturas que deles foram expropriados, como se de restos que sobram de algo mais valioso que os dominadores não se aperceberam e por isso não lhe deram o relevo adequado.

As exposições eram espaços onde convergiam as elites *letradas* e o público em geral, a ação que as envolvia. O impacto das exposições é vasto e importante, porque eram locais em que se criou, onde o público aprendeu, um espaço que mediou as concepções oficiais e as não-oficias da sociedade dos países organizadores, em comparação muito à imagem dos museus. O sucesso destes eventos também se podia medir através dos selos,[77] nos postais, na quantidade de notícias nos jornais (faziam números especiais), o grande número de visitantes dos eventos (Blanchard et al., 2008:12). Até meados dos anos trinta do século XX em que durou esta corrente cultural, o interesse por exposições coloniais perde o seu ímpeto. Na sua origem podem contar-se diversos motivos, como a contestação ao colonialismo, a perda de poder colonial, entre outros.

As exposições coloniais eram algo com impacto, Hoffenberg reconhece que tal se devia ao grande esforço por parte dos organizadores em incluir as colónias após a exposição de 1851 (2001:8-11). O sucesso que estes eventos demonstraram levou a que se aguçasse o apetite tanto de políticos como homens de negócios para a realização acontecimentos similares nos seus países. Hoffenberg fala em esforços "ambiciosos" para desenvolver o comércio e o seu *status* no plano internacional, demonstrando o seu poder imperial. Eram momentos de triunfo (Idem:14-5), eventos que representavam a ordem imperial e social de uma época, também representavam a capacidade comercial dos territórios colonizados. Usando a terminologia de Bhabha (1994) as exposições eram eventos "híbridos" em que a elite e o povo, o nacional e imperial se encontravam, nestes espaços de convergência e o outro era reduzido a momentos de pouca visibilidade, eram representações imperiais e coloniais, procuravam mostrar as vantagens e grandes benéficos do colonialismo cultura e ideologia. Mieke Bal (2004:153) observa que a exposição colonial foi um espaço não das pessoas representadas, não da natureza, mas de saber, poder e colonialismo.

No seu início as formas de exibir a componente colonial era mais simples, baseada em quadros, fotos e dioramas. Uma das coisas mais significativas em que se reflete a invisibilidade está patente na forma como os colonizados por vezes aparecem, vestidos como ocidentais (Hoffenberg, 2001:16), outra era o facto de se construírem bazares, ruas, habitações indígenas, mas frequentemente eram localizados na proximidade dos pavilhões das potências colonizadoras, uma forma de simbolizar o poder colonial aos visitantes.

[77] No caso da exposição colonial do Porto. Almada Negreiros desenhou alguns deles.

4.5 - The British Empire Exhibition

Desde o início deste estudo que foram enumeradas algumas das várias exposições realizadas desde 1851, mesmo as de carácter colonial. Neste subcapítulo pretende-se demonstrar e comparar dois exemplos de exposições de tipo colonial que servem como enquadramento ao caso nacional, que constará dos capítulos seguintes, uma exposição britânica e uma francesa, ambas realizadas no período entre guerras mundiais no século XX.

A opção destes dois eventos foi baseada em diversos fatores, não recaiu em eventos anteriores ao século XX, por ainda ser uma fase de experimentação das exposições, como o caso da exposição de 1886 — Colonial and Indian Exhibition (Hoffenberg, 2001:279). Não se optou pelas primeiras exposições do século XX, como a de 1908, a Franco-Britânica (Greenhalgh, 1993:76), por ser um evento de co-organização entre duas nações, apesar de importante pela parceria político-económica. Com o eclodir da primeira guerra mundial, a atividade das exposições é suspensa, será retomada após findo o conflito, enquanto eventos fundamentais ao desenvolvimento dos países organizadores. Como se verifica, na obra de Geppert (2010:253), após 1918 a primeira exposição ocorre apenas em 1922, a "Exposition Nationale Coloniale. Marseilles", não é muito relevante, por conseguinte, era importante escolher eventos idênticos e com proximidade temporal. Definido o período entre as duas guerras mundiais, a escolha das duas exposições recaiu sobre as exposições de tipo colonial mais marcantes, os "mega-eventos" (Geppert, 2010:141). Assim, a primeira foi exposição britânica "The British Empire Exhibition" em 1924, por seu turno no caso francófono, a "Exposition Coloniale Internationale".de Paris em 1931.

Estes eventos eram representantes de uma tradição de exposições, que remontavam à segunda metade do século XIX, foram precursores de um formato expositivo, que se generalizou (Greenhalgh, 1988:20), acabaram por desencadear uma forma de cultura de massas, que procurava realizar mais e maiores exposições (Rydell, 1993:63). De uma forma geral, como reconhece Greenhalgh (1993:75), as exposições revelaram-se "centros de aprendizagem", por parte do público, locais de mudança da estrutura organizacional. Resumidamente, eram espaços em que se promovia a demonstração do prestígio e capacidade técnica, cultural e industrial, levando a uma competição aguerrida entre nações. A competição levava a que cada nação

procurasse fazer mais e melhor que a sua antecessora; eram locais de disputa internacional. Como garante Greenhalgh, a própria razão de ser de muitas exposições, foi a "inveja e não o amor" (1988:18). Entre a exposição de Wembley e Vincennes não foi diferente: Geppert considera que a exposição Britânica marcou "mais um passo na disputa entre Londres e Paris" (2010:140). Contudo, antes de se abordar as exposições especificamente, é necessário enquadrá-las no período histórico em análise, o período do pós-Primeira Guerra Mundial.

A Grã-Bretanha e a França têm um percurso idêntico no desenvolvimento das suas exposições coloniais, também por isso foram escolhidas como exemplo, ambas s saíram vencedoras do conflito armado, que marcou o início do século XX e ambas procuraram recorrer às exposições para revitalizar a sua economia e sociedade. A Primeira Guerra Mundial foi, devido ao acentuado desenvolvimento industrial, um conflito sem "precedentes" na História da Humanidade (Stearns, 2007:110), marcado pela elevada destruição em bens materiais e humanos, acabando por deixar as nações envolvidas em grandes dificuldades económicas. Este facto demonstra que, apesar de existirem países vencedores, o sucesso do conflito sabia, de certa forma, a derrota pelas dificuldades em que os deixou. Os países coloniais como a França e Grã-Bretanha, voltam-se para os espaços coloniais como solução para a crise, pretende-se restabelecer as relações comerciais e também convencer a opinião pública das vantagens do colonialismo. Para isso é necessário desenvolver-se ações de propaganda, como já ocorrera no final do século XIX (Blanchard et al.2008:27). Como identificou Greenhalgh (1988:59), as exposições são o veículo de propaganda ideal para a justificação imperial ou, como afirmou Rydell (1993:64), eram a "chave" para sair da crise.

As contrariedades em que estes países se encontram são um dos motores para o retomar da organização de exposições e apesar de existirem dificuldades financeiras, Robert Rydell na sua obra "World of Fairs" (1993) questiona porque se gastou tanto dinheiro no período entre as duas guerras mundiais em exposições. As vantagens são mais que as desvantagens (Mackenzie, 2008:261). São vários os motivos que estão na génese do retomar da organização da exposição, para mencionar os mais significativos, um deles foi a fragilidades da unidade imperial, demonstrado pelo conflito mundial e que convinha recuperar (Geppert, 2010:143). Outro grande motivo era encontrar uma forma de reativar a economia, os motivos económicos foram desde cedo um dos principais motivos das exposições (Greenhalgh, 1988:10). Um outro fator foi dar emprego aos numerosos ex-soldados desempregados (mais no caso britânico), minorando a crise

social que se agudizava. Por último, entreter o público, uma forma de divertimento acessível que servisse para fazer esquecer a crise.

Se nos seus primórdios as exposições Universais procuravam melhorar o gosto da classe média, informar os industriais das melhorias mecânicas e educar moralmente a classe trabalhadora, as exposições de tipo colonial procuravam demonstrar os benefícios do colonialismo ao público em geral, fosse através do uso das matérias-primas e relações comerciais ou através do seu papel civilizacional junto dos indígenas. O Estado procurava comprovar que a sua presença e domínio sobre territórios coloniais era uma necessidade desinteressada e benéfica para os indígenas (Rydell, 1993:64), levar a civilização aos primitivos, mesmo que eles nunca o tenham solicitado. As exposições são meios importantes para veicular essa informação, ideais ao objetivo de propaganda do Estado, de à forma de cativar a opinião pública. Como refere Hoffenberg, os eventos de índole imperial ou colonial eram muito populares (2001:2), eram também úteis, demonstrando uma relação em que todos ganhavam, tanto os colonizadores como os colonizados.

O apoio da opinião pública era essencial ao desenvolvimento e sucesso do projecto colonial, o seu objectivo visa convencer, uma opinião pública desinteressada (Bancel, 2007:18), da importância e da necessidade das colónias. Muita da riqueza das nações imperiais era realizada através das suas possessões ultramarinas, a sua perda no final da primeira guerra mundial seria um desastre e por isso era impensável. A preocupação era real; desde o século XIX e o tratado de Berlim que a perda de colónias parecia ser uma possibilidade, a Primeira Guerra Mundial veio comprovar essa teoria de que nada é estável e seguro. As elites defensoras do colonialismo não pretendiam perder o poder, prestigio ou dinheiro e, por isso, uma das formas de manter o colonialismo era "vendê-lo" de uma forma aceitável ao público em geral. As exposições tinham uma função importante na demonstração às massas que não deviam sentir culpa por explorar as colónias. As colónias eram territórios que lhes pertenciam, dando-lhes um sentimento de pertença (Wieviorka, 2002:167-177). O próprio Salazar, em 1961, usa esse mesmo motivo para justificar a defesa de Angola e dar início à Guerra Colonial.

Como resposta a muitas das questões existentes, a Grã-Bretanha pretendia voltar a estar no centro do imperialismo Ocidental, e para tal objetivava desenvolver um evento que demonstrasse a sua capacidade e prestígio, retomando a exposição que fora desenvolvida, antes do início do conflito mundial, em 1913 (Mackenzie, 2008, 263). Geppert (2010, 143) refere que

a cidade de Londres sofria de um "complexo de inferioridade grave", em relação a Paris. A guerra deixara a Grã-Bretanha economicamente débil (Greenhalgh, 1988:58), e como se identificou, objetivava-se um evento que promovesse o retomar de relações intercoloniais, as raças do império, mostrar aos britânicos as vantagens e potencialidades do império (Mackenzie, 2008:264). Segundo Geppert (2010, 153) não pretendia ser comparável a exposições anteriores. Era uma demonstração da tradição expositiva, do império britânico, sendo contudo, uma grande representação imperial de promoção interna e, para evitar custos adicionais, não foram convidadas outras potências coloniais, como a França ou Estados Unidos (Geppert, 2010:155). Seria a demonstração mais cabal da grandiosidade imperial britânica: "nunca antes o tema imperial tinha sido tão central e dominante numa exposição europeia dessa dimensão" (*Idem*: 140). Mas também evitava uma concorrência desnecessária num período em que se pretendiam fortes incentivos à economia.

A exposição "The British Empire Exhibition" realizada em Londres, mais especificamente em Wembley nos anos de 1924-25, durante duas temporadas, foi um dos momentos mais destacados das exposições coloniais[78]. A exposição foi inaugurada pelo Rei Jorge V, em 23 de Abril de 1924[79], realizou-se até 1 de Novembro do mesmo ano. No entanto, por vários motivos, entre eles, o sucesso no público e para minorar custos, reabriu no ano seguinte de 9 de Maio a 31 de Outubro com pequenas alterações[80] para a segunda temporada (*Idem*: 146).

Uma das suas características mais marcantes para a memória, contemporânea, de muitos dos britânicos, foi o facto de ter sido realizada no estádio de Wembley, construído para o efeito. Foi um espaço que ficaria célebre por outros eventos culturais e desportivos, muitos anos depois do seu encerramento, demonstrando que as exposições nem sempre são "vistas efémeras" (Greenhalgh, 1988). A zona de Wembley deveria ser uma cópia de todo o império britânico, a dificuldade de representar tal diversidade em apenas um lugar dá azo a uma organização muito complexa (Geppert, 2010:161). A representação imperial em pouco espaço demonstra também a

[78] Algumas imagens do evento, realizado em 1924, estão disponíveis online, sem som, nas quais se pode verificar a interação do público e muitos dos locais e eventos que ocorreram, através do sítio:http://www.britishpathe.com/record.php?id=75167 (20/08/2011)

[79] O discurso de inauguração está disponível e pode-se ouvir online através do arquivo da BBC, em:http://www.bbc.co.uk/archive/edward_viii/12900.shtml. (22/08/2011). Pode igualmente assistir-se a uma sinopse, com cerca de 6 minutos, da inauguração em filme, a preto e branco, em:http://www.colonialfilm.org.uk/node/1462. (22/08/2011).

[80] Para ver em maior detalhe todo o processo da exposição ver o capítulo quinto da obra de Geppert (2010).

necessidade de exibir uma certa domesticação desse mesmo império, no qual o público podia viajar sem necessitar de grandes recursos.

A representação imperial terá custado aos cofres britânicos e às suas colónias cerca de doze milhões de libras, dinheiro que nunca foi recuperado (2010:146). A área de Wembley[81] estava dividida em cinco secções: os pavilhões institucionais, parque de diversões, estádio, exposição metropolitana e secção colonial e contou com cerca de vinte e sete milhões de visitantes (Mackenzie, 2008:261). Nos pavilhões institucionais figuravam o palácio da indústria e o palácio da engenharia, que representavam a usual secção dedicada à maquinaria (Greenhalgh, 1988:12). A presença institucional do Estado servia para demonstrar o poder e controlo que era exercido sobre todas as facetas do império.

Pela sua realização física, foram responsáveis Sir John W. Simpson e Sir Maxwell Ayrton no papel de arquitectos, em conjunto com o engenheiro Sir Owen Williams, Juntos decidiram usar o modelo de pavilhões para a exposição, como era frequente desde finais do século XIX (Greenhalgh, 1988:15). Alexandre Geppert (2010:150) observa que a representação espacial se preocupou com os mais pequenos detalhes, na construção desses pavilhões, no entanto como se demonstrará são detalhes idealizados e não reais.

No espaço do recinto, enquadrado nas cinco secções, deveriam estar representados os cinquenta e oito países ou nações participantes (Geppert, 2010:149). Os países participantes eram, como já se referiu, países colonizados, dominados ou possessões britânicas. Como exemplo das nações representadas, o caso do Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Malásia, Índia, África do Sul, Chipre, Fiji, Hong Kong, entre outros (Greenhalgh, 1988:57). O recinto da exposição era um local que procurava, por um lado, divertir, promover, e por outro instruir, e dessa forma legitimava o imperialismo pela diversão do visitante, cativando o seu interesse e curiosidade. Tanto a componente económica, lazer e o exótico, eram encarados com grande preocupação (Geppert, 2010:149).

A exposição de Wembley, segundo Geppert (2010:148), pretendia gerar uma: "estrutura imaginária ao colocar as pessoas e os bens materiais nos seus locais adequados", demonstrando assim a ordem imperial. A organização da exposição, pensada com bastante antecedência, tinha objectivos bem definidos, entre eles cativar agentes comerciais para expor no evento ou seja,

[81] Ver mapa

recolher fundos (Geppert, 2010:141). Os esforços de difundir o evento foram essenciais para o seu sucesso tanto junto do público, como junto dos homens de negócios; a intenção era realizar uma grande representação do colonialismo britânico. Os fundos necessários, para a realização deste evento, apesar do apoio do Estado e muito à semelhança das exposições norte-americanas (Rydell, 1993:18) só estaria garantido se a iniciativa privada e as colónias gerissem e pagassem a sua representação (Geppert, 2010). O Estado não assumiria a totalidade dos custos do evento.

Figura 4.2 – Cartaz publicitário da exposição de 1924



Fonte - http://www.vintagepostersnyc.com/posters/arts_and_culture_36x51/british_empire_exhibition_gold_coast__5231.html (12/08/2010).

Considerando as preocupações económicas, os objectivos do evento passavam obrigatoriamente por dar resposta ao modernismo industrial e imperial, incentivar as trocas comerciais e desenvolvimento económico entre países do mesmo império. Para isso fomentavam-se relações de proximidade entre eles: a união geográfica e social debaixo do "chapéu" imperial demonstrava as vantagens da sua existência, mas mostrava igualmente o poder e quem dominava. Era, apesar de tudo, um imperialismo diferente do século XIX.

A organização procurou usar o exótico, como já acontecera anteriormente, criar uma manifestação espectacular do seu império. Segundo Coombes (1997:63), baseava-se no entretenimento de massas em simultâneo com formação científica, no entanto demonstra

igualmente a sua fragilidade. A recriação imperial das colónias em Londres, depara-se com o surgimento de algumas dificuldades de cariz nacionalista.

A exposição de Wembley para Geppert foi "a criação subjectiva de uma topografia criativa" (2010:177), foi ambígua, porque serviu para perpetuar a importância do império, mas também demonstrar o princípio do fim. Começavam a surgir, inequivocamente, os primeiros sinais do fim do complexo expositivo e do tema que suportava a exposição.

Geppert (2010:170) fala em quarto argumentos que foram usados pelos defensores do evento, originários das posições oficiais e que eram amplamente difundidos em jornais da época, incentivar o comércio, ligações imperiais, união da humanidade e o mundo num dia. O primeiro argumento refere-se à demonstração da capacidade imperial, comercial e produtiva e que tal dificilmente se concretizaria sem consolidar e organizar os recursos do império nesse objetivo fomentando as trocas comerciais. O segundo argumento refere-se à criação de uma unidade imperial, na qual a exposição teria o seu papel, de unir as pessoas da metrópole e das colónias, assumindo a forma de uma grande família. O terceiro argumento refere-se ao papel da exposição não exclusivamente na melhoria das condições de vida na Grã-Bretanha, mas para toda a humanidade, uma vez que estavam representados os quatro cantos do mundo. O progresso científico, exposto no evento, demonstrava que era possível esse desenvolvimento para todos. O quarto e último argumento visava cativar o público: era o conceito da possibilidade de visitar o mundo, tomar café em África e fazer uma refeição na Índia.

É com estes objectivos em mente que no recinto da exposição são elaboradas as cenografias do outro, através das suas "aldeias" e gentes, a secção imperial era sem dúvida a referência. Mackenzie refere-se a elas como "…exposições etnográficas vivas, aldeias de povos coloniais só recentemente pacificados…" (2008:260). As aldeias nativas desde o século XIX que atraíam público, frequentemente, eram o primeiro contacto que muitos ocidentais tinham com o outro, demonstrando os estereótipos raciais. Eram a materialização do darwinismo social, de que a maioria já tinha ouvido falar mas que agora podia ver, o que captava a imaginação do público. Mackenzie (2008:265-6) é peremptório, afirmando que o papel das aldeias nativas era o de exibir os "selvagens", mostrando a marcha da civilização imperial.

É importante demonstrar que na exposição de Wembley existe não um outro, mas vários outros, nem todos "selvagens", como refere Mackenzie (2008). Na exposição britânica verifica-se a ambivalência de tratamento da diferença entre colónias, as nações dominadas, e nações

colonizadas com algum grau de autonomia, os casos da Austrália, Índia e Nova Zelândia. A política interna britânica tinha que encontrar formas, aceitáveis de entre as partes, de exibir o outro e, se no caso das colónias dominadas, como as representações africanas sem grande autonomia, o outro era representado de uma forma idealizada pelos britânicos e sem qualquer negociação. Não existia uma preocupação realista, mas sim o papel manipulador da ideologia imperial, que servia ao público o que convinha ao Estado. O mesmo não ocorria com as nações com autonomia, por dois motivos: pagavam a sua participação e tinham a seu cargo a sua representação, dessa forma não aceitariam facilmente ser representadas de uma forma arbitrária.

No recinto da exposição, a representação do outro subdivide-se em duas componentes, a arquitetónica e a humana. O uso da arquitectura reflete-se na organização dos espaços e construção dos pavilhões, que são o resultado de um estilo "híbrido" da arquitectura nativa, que se podia ver nos pavilhões da Índia e representações de África. O caso da Índia é paradigmático, apesar de ser ainda uma referência no imaginário britânico, pela sua autonomia e estrutura social de castas, marcaram a sua presença. O Governo da Índia foi responsável pela sua própria representação e pelos seus encargos, não os britânicos (Geppert, 2010:163), contudo as suas posições deveriam ir ao encontro dos objectivos da direcção da exposição. Por esse motivo foi necessário chegar a um acordo que demonstraria, apesar de tudo, uma Índia mais próxima do real, mas aquém da realidade, um certo hibridismo de acordo com a posição de Bhabha (1994).

A representação indiana era composta por um pavilhão e área circundante, e era baseado numa representação do século XVI, como Geppert alude (2010: 163-5), uma mistura entre o Oriente e o Ocidente, exibindo um exotismo desejável e indispensável. A representação do outro, no espaço, era apesar de tudo uma romantização de épocas passadas e ainda com algum exotismo. No que se refere às pessoas havia a complexidade da estrutura social indiana. A sociedade indiana era complexa, variando a sua composição social de região para região. Tinha um sistema de castas mas também uma classe média emergente, onde se enquadram comerciantes e empresários agrícolas. O Governo Britânico, para manter a coesão do território, foi mantendo os seus sistemas de administração, ainda que o fosse ocidentalizado. Também a Austrália e Nova Zelândia tinham sistemas de administração ocidentalizados; apenas as tribos indígenas eram tratadas como inferiores, como os aborígenes.

Assim sendo, nos países com autonomia, as representações do outro não eram directamente inferiores, os indígenas da índia eram menos afectados pela *racialização* que os

africanos, mas eram mais que as elites indianas. O outro das classes indianas consideradas inferiores, demonstrava uma sociedade rural e agrícola, uma sociedade pré-industrial, valorizando-se os elementos mais básicos, apesar de a Índia ser um país modernizado e com indústria e comércio desenvolvidos. As demonstrações do quotidiano, no caso indiano, iam desde aquelas levadas a cabo pelos bazares, o restaurante indiano e seus funcionários, o teatro ou ainda a variedade da fauna — o exotismo era necessário. No caso do outro, mais rural, exibiam-se artes e ofícios segundo a organização, considerava-se que o trabalho agrícola demonstrava algum atraso, mas no caso indiano havia algum cuidado para evitar o seu uso excessivo do exótico (Geppert, 2010:165). A Índia era um contra censo, representava duas variações de um mesmo território, uma índia mais civilizada e uma mais primitiva.

No caso africano era diferente. África estava dividida em duas secções, controladas pela organização (*Idem*:166), a secção da África oriental com países como Quénia, Somália ou Sudão e África ocidental com Serra Leoa, Gâmbia entre outros, que demonstrava uma cidade amuralhada. Nesta secção estavam representadas três aldeias indígenas com, como refere Geppert, cerca de setenta pessoas (*Ibidem*), era uma zona muita atractiva para o público. Demonstrava-se nesse espaço a suposta vida quotidiana dos africanos, nas suas tarefas típicas de uma sociedade pré-industrial e primitiva. No exemplo de africa a representação do outro é distinta, o hibridismo começa na arquitectura com a junção de três aldeias distintas num mesmo espaço. Eram edifícios de construção precária e de aparência primitiva em relação aos edifícios de betão do colonizador, feitos para durar e dos das nações com autonomia, os responsáveis pela sua construção eram britânicos e não os próprios indígenas, o que acaba por acentuar o exotismo ou primitivismo. No que diz respeito às pessoas, dentro de uma cidade amuralhada, as várias tribos de nativos de diferentes regiões, trabalhavam, demonstrando as suas atividades do quotidiano. Essas atividades iam desde as artes e ofícios, até aos trabalhos agrícolas na exploração das matérias-primas como o algodão. Demonstram-se quer na parte indiana, mais rural, quer na africana, um atraso civilizacional para os padrões britânicos.

Outro fator importante na componente da secção imperial é o facto de serem mais afastadas do centro, proporcionalmente à sua importância no império (Maxwell, 2000:35), e fechadas dentro da cidade amuralhada, dá a entender que a organização os queria contidos naquele espaço. Maxwell (2000:35) identifica que se esperava que os nativos estivessem "quietos" nas suas aldeias para os visitantes ingleses os verem e talvez para não se misturarem.

A orientação era clara, demonstrar ao público que os colonizados ganhavam em ser submetidos ao colonialismo, a constante demonstração do colonizador desenvolvido que pretende, chamar à civilização comunidades pré-industriais, estava por todo o recinto. Mas serviam, também, para demonstrar a necessidade das colónias, para a sobrevivência da Nação, era importante tornar o público receptivo ao facto de se usar os indígenas para esse fim, com a desculpa que era par seu bem.

Os organizadores, apesar de pretenderem representar "fielmente" os edifícios, como demonstrou Geppert (2010:148-150) — considerando que a maioria dos arquitectos era britânica — não estavam muito interessados em exibir a realidade mas, uma encenação que se julgava ser do interesse do público. Neste imaginário a exposição de Wembley procurou colocar as pessoas e objetos nos seus locais "adequados", adequados para o Estado. No seu esforço de representar fielmente o outro, a credibilidade que era aceite por grande parte do público, omitiam, contudo, o principal, em particular no caso africano, eram representações aparentemente fiéis, mas representações britânicas do outro. Apesar de não serem representações declaradamente racistas, como ocorrera em eventos anteriores e nos quais se mediam indígenas, a diferença racial ainda existia, apenas mais subtil.

Na exposição de Wembley nem a componente económica foi um sucesso — a exposição deu prejuízo — nem as relações da diferença com as colónias se modificaram de forma significativa; o evento foi um sucesso em quantidade de público, mas fica marcado por ser o princípio do fim do império britânico (Geppert, 2010)

4.6 - Exposição Colonial de 1931

No que diz respeito a exposições coloniais, em França, duas cidades disputam a primazia - Paris e Marselha. A cidade de Marselha foi responsável pela organização de exposições, durante o século XX, como nos anos de 1906 e 1922, eventos que estimularam o "espírito colonial" francês[82] (Aldrich, 2005:92), mas foi, sem dúvida, a cidade de Paris que realizou

[82] Sobre o colonialismo francês pode-se consultar as obras como: Hodeir e Pierre (1991) ou Aldrich (2005).

eventos em maior numero e dimensão. Este subcapítulo debruça-se sobre a sua realização de 1931.[83]

A identidade colonial francesa desde o século XIX era baseada nos valores imperiais e valores da Terceira República, como o humanismo e tradição, herdeiros da revolução francesa: *igualdade*, *fraternidade* e *liberdade*. O período da Terceira República e que Bancel designa por, "terceiro período do colonialismo francês" (2007:6) diz respeito aos impérios independentes e ultramar, após 1870 e até 1940; neste período a França torna-se o segundo império do mundo (*Ibidem*) e isso acarretava políticas consonantes. Como afirma Martin Evans: " (…) a Terceira república pretendia demonstrar que a França, por intermédio de uma forma de vida superior, que se estendia a todos os cantos do globo, foi uma das poucas nações que merecia ter um império" (2004:2). A atitude imperial e o imperialismo faziam parte da França do século XIX.

Os conceitos de grandeza imperial e o prestígio, que o segundo império do mundo carregava, são o reflexo das políticas expansionistas iniciadas no século XIX por Jules Ferry e que nem sempre foram pacíficas (Baycroft, 2004:149). Jules Ferry foi Primeiro-ministro e para Aldrich foi um dos grandes pensadores e organizadores desse império (2005:86), foi o impulsionador da expansão colonial com um posicionamento republicano. O colonialismo francês idealizado, tinha por base uma justificação económica, política e social, Ferry designa-lhes três vectores (Evans, 2004:10):

> 1 – Justificação económica, garantindo matérias-primas e a sobrevivência económica.
> 2 – O prestígio nacional, o império implica um grande poder
> 3 – A crença na missão civilizadora, libertar os povos da superstição e ignorância.

A Terceira República representava o "progresso e emancipação" (Evans, 2004:11), associados a estes três vectores, que perduram até à realização da exposição de 1931, marcam todo o percurso do colonialismo francês. Na época considerava-se tanto a industrialização como

[83] Mais informação pode ser consultada, sobre a Exposição Colonial de 1931 pode-se consultar as obras de: Ben Mahmoud, (2007), Dauphine (1998), Hodeir (2002), Lebovics (1995 e Geppert (2010).

o colonialismo como sendo grandes desenvolvimentos, representavam o progresso, o modernismo a que todos deviam aspirar. Desta forma, o imperialismo facilmente passa a ser considerado uma obrigação e um dever dos colonizadores, porque tanto eles como os colonizados sairiam a ganhar desse processo (Evans, 2004:5).

No início dos Governos de Jules Ferry, o posicionamento francês em relação às colónias era, em alguns aspectos, idêntico a outros países (Baycroft, 2004:149), mas tinha igualmente diferenças. Nas razões de convergência estava a mitificação do império, para justificar a sua presença nas colónias, enquanto legítimos consumidores das suas matérias-primas e como legítimos pacificadores desses "bárbaros" (Bancel, 2007:14). Na génese das divergências está o facto de a França e o seu republicanismo, ser o país que mais se aproximou da integração das suas colónias e desenvolvimento enquanto Nação (Baycroft, 2004:149). Mas, na prática, o que acaba por ocorrer é o ideal colonial francês transformar-se um agente aglutinador de pessoas e culturas, congregando em si todo o império, tudo debaixo da alçada da "Grande França" (Geppert, 2010:195), é um colonialismo diferente do britânico.

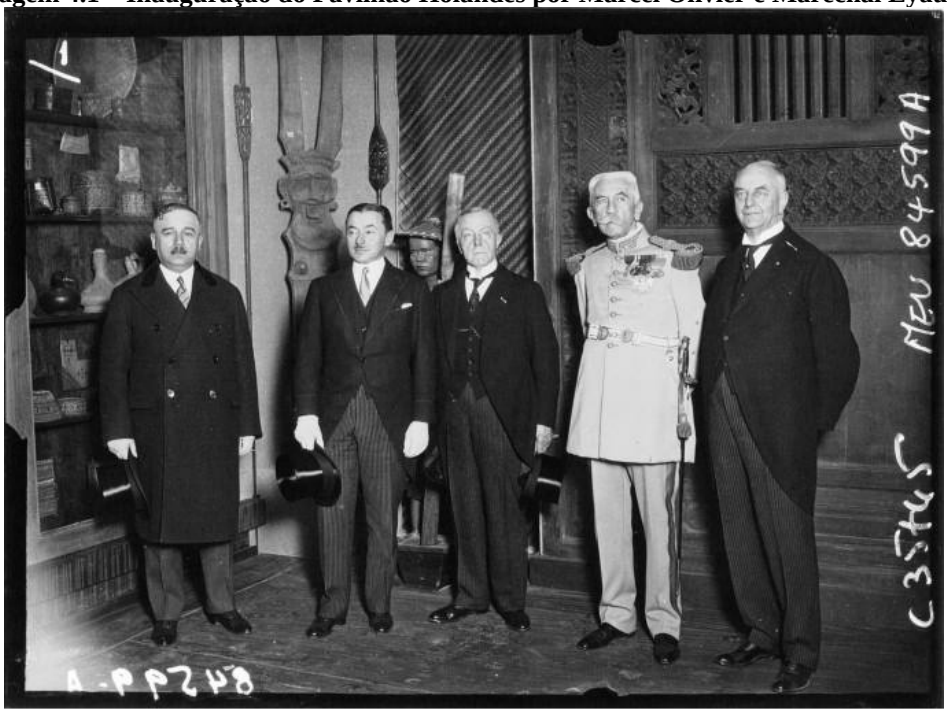
O período colonial francês do final do século XIX e princípio do XX foi marcado não só por momentos-chave dedicados à política mas, também, à difusão do ideal colonial, entre eles estão as exposições coloniais. As exposições coloniais, eventos que a França bem conhecia, porque havia participado e realizado vários, eram direccionados à glorificação do Império e à sua "missão civilizadora" (Bancel, 2007:40). Faziam parte dos acontecimentos culturais e sociais das cidades, desde meados do século XIX, espaços em que o público podia "visitar o mundo num dia" e onde os promotores desses eventos podiam fomentar a ideologia colonial (Aldrich, 2005:202). No entanto, e segundo Ageron, a partir de 1910 há alguma fadiga em relação às exposições e por isso, é necessário um evento que mostre os feitos da colonização francesa e exalte o orgulho nacional (1984:564). A materialização destas ideias foi interrompida pela Primeira Guerra Mundial; só serão retomadas em Marselha em 1922 e em Wembley em 1925 (Rydell, 1993:63). Tinham o objetivo claro de serem formas de relançar a economia, e reavivar o orgulho nacional, na idealização desses eventos, reajustada, considerava-se que deveriam ser espaços de apoteose da expansão francesa e do progresso do mundo (Ageron, 1984:565). Foi das que teve mais público na época, com cerca de 33 milhões de entradas e 8 milhões de visitantes (Bancel, 2007:41).

Finda a I guerra mundial e ultrapassada a questão financeira e *re-organização* do país, a França idealiza a exposição colonial de 1931, ainda nos anos 20, tinha o objetivo de reanimar o ideal colonial francês, de maneira a entrar nos anos 30 bem preparada para reestruturar o seu império colonial. A exposição teria um papel fulcral na dinamização económica e na de influenciar a opinião pública para as potencialidades das colónias. Como Catherine Hodeir reconhece, a exposição de Paris de 1931, foi "uma das exposições mais significativas do seu tempo" (1991:233).

Na organização da Exposição de Paris de 1931, dois homens são importantes: Marshall Louis Lyautey, no papel de Comissário Geral da Exposição e Marcel Olivier, (ex-governador de Madagáscar) no papel de delegado geral da exposição (Geppert, 2010:181). Estes dois homens organizaram o que deveria ser a "consagração da ideia colonial" em França (Aldrich, 2005:35).

O Comissário Geral Lyautey foi escolhido por ser um homem respeitado, muito conhecedor da realidade colonial e, como refere Robert Rydell, por ter um posicionamento mais "moderno" (1993. 69) em relação a ela. Contudo a sua escolha também deriva da sua experiência na realização de eventos similares, como os ocorridos em Marrocos (Hodeir, 2002). Marcante na sua posição modernista do colonialismo, defendia uma diferença entre as culturas, através de relações hierárquicas em que diferentes raças teriam diferentes direitos e obrigações, Segundo Catherine Hodeir o Marechal Lyautey considerava que as raças não eram “inferiores, mas diferentes" (2002:240). Assim as culturas locais seriam respeitadas, os franceses teriam apenas a gestão da terra e seus recursos (Evans, 2004:14).

Imagem 4.1 – Inauguração do Pavilhão Holandes por Marcel Olivier e Marechal Lyautey



Fonte - . http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b9048703j.r=exposition+coloniale+.langPT:18/08/2010.

A sua nomeação para comissário geral da exposição colonial ocorreu em 1927, numa preparação que durou quatro anos (Evans, 2004:16). Um ano depois é lançada a primeira pedra do que seria o museu colonial e que deveria ser um espaço permanente, polivalente e dinâmico (Ageron, 1984:566). De uma forma geral, os organizadores pretendiam criar um recinto de atividade colonial onde homens de negócios poderiam procurar informação e saber, deveria também ser uma justificação dos esforços do passado e uma resposta à propaganda anticolonial. O valor colonial tinha provas dadas na primeira grande guerra, as quais ficaram patentes através do uso de tropas das colónias francesas, também por esses motivos, segundo Ageron, se considerava importante demonstrar o mérito da colonização (1984:570).

De uma forma mais específica Lyautey, considerava a exposição como tendo uma tríplice função (Evans, 2004:16). A primeira dizia respeito à necessidade de "tocar" nos corações e mentes do público para as potencialidades das colónias, mostrando a curiosidade, o maravilhoso. A segunda referia-se à necessidade económica do império, o evento oferecia a oportunidade de negócios, abalado pelo Crash de 1929. A terceira função era a de projectar a missão civilizadora do império e da sua cultura superior mas, também, a sua a sua obrigação moral. A colonização

era apresentada como uma libertação e a exposição visava demonstrar a maturidade do império francês ao mundo (Morton, 1998:76).

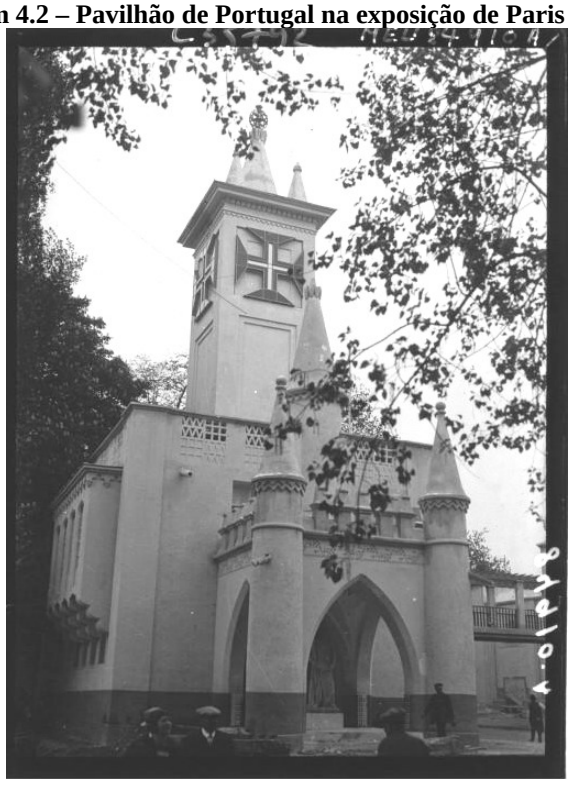
Os objectivos da exposição não eram muito diferentes daqueles pretendidos pela propaganda do Estado Francês, do final do século XIX e princípio do XX, que Bancel (2007:38) considera serem: incentivar os franceses pela ideia colonial; motivar os jovens a partir/envolver-se com o ultramar; fomentar as trocas económicas entre a metrópole e as colónias e validar a base legitimadora da "missão civilizadora" da França. Por sua vez, os intentos da exposição, evento do qual os franceses se deviam orgulhar (Ageron, 1984:570) eram: garantir à expansão imperial um sentido de unidade e um objetivo, que se escondia atrás de uma Nação unida (Evans, 2004:2).

Para a França o propósito da exposição colonial assumiam várias formas, tal como ocorrera com a sua congénere britânica, a componente económica e comercial era uma delas, materializada no estímulo às relações intercoloniais. Apesar de em épocas diferentes as duas exposições sofreram o impacto de crises financeiras, a britânica da crise originada pela Primeira Guerra Mundial e a francesa, da crise de 1929. Um segundo fator era o que refere questões sociais, convencer a opinião pública a aceitar a intervenção nas colónias. O último e político, demonstrar o papel da ideologia e propaganda na defesa do seu posicionamento, Hodeir (1991) considera que a exposição francesa representa o apogeu do imperialismo e da propaganda imperial na França. Uma propaganda que visava defender os seus interesses políticos nas colónias.

Ainda no âmbito organizacional da exposição de Paris, há uma grande diferença em relação à de Wembley em 1924, é o facto de ser uma exposição colonial internacional. Neste evento vários países foram convidados e aceitaram; a Grã-Bretanha foi o único país que recusou o convite, segundo Geppert, por razões financeiras (2010:194). A participação das várias nações seria efectuada através de pavilhões detalhados (Lebovics, 2008:370) e que evocavam culturas diferentes. Os países participantes foram, Holanda, Dinamarca, Portugal, Estados Unidos, Bélgica, Itália, eram nações que tinham colónias ou pretendiam demonstrar o seu apoio à ação colonial. Lebovics considera que a presença de outras nações deixava a esperança de os movimentos de esquerda e nacionalistas poderiam ser "contidos" (2008:374), no entanto, eles acabaria por se fazer ouvir como se verificará. Por exemplo, a Itália optou por defender o imperialismo, representando a Roma Antiga (Greenhalgh, 1988:70), no caso dos Estados Unidos

foi a sua primeira exposição oficial fora de portas (Rydell, 1993:72). O caso Americano é particular, uma vez que não eram uma nação imperial como as europeias, mas segundo Rydell serviu para preparar a futura exposição de Chicago em 1933, tendo mais uma componente de relações públicas que ação colonial (1993:72).

Imagem 4.2 – Pavilhão de Portugal na exposição de Paris de 1931



Fonte - http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b9048832m.r=exposition+coloniale+.langPT:17/08/2010

O facto de se convidar nações imperiais tinha dois objectivos: demonstrar ao público que mais países tinham abordagem idêntica, era uma ação nobre, aquela levada a cabo pelas nações civilizadas. O segundo fator era demonstrar ao público o avanço da "Grande França Imperial" em relação às restantes nações participantes, demonstrando estarem mais aptos na empresa colonial. A exposição idealizada para Vincennes, arredores de Paris foi criada em redor do Lago *Daumesnil* (Geppert, 2010:183), foi inaugurada a seis de Maio, pelo Presidente Gaston Doumergue e durou até 15 de Novembro de 1931. Foi a maior exposição da sua época, durante cerca de seis meses de duração, convidava os visitantes a celebrar o "futuro do colonialismo" (Morton, 1998:76). Foi sem dúvida um grande acontecimento mediático, Martin Evans (2004:1) considera que foi uma: "(…) demonstração impressionante da espectacularidade imperial".

Imagem 4.3 – Presidente Doumergue e Marechal Lyautey na inauguração da Exposição Colonial de Paris em 1931



Fonte - http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b9048655x.r=exposition+coloniale+.langPT:18/08/2010

Durante a sua duração a exposição colonial ofereceu a possibilidade de descoberta das glórias da França moderna e outras potências imperiais, um evento com o claro objetivo de deslumbrar, divertir e "doutrinar", uma posição mais ideológica, os visitantes, na dimensão geográfica, económica e civilizadora. As exposições combinavam economia, educação e entretenimento para expor as massas a sua agenda ideológica (Hale, 2004:103-112).

Um elemento que envolvia todos os aspectos da exposição era o exótico e a diferença racial, a organização da exposição colonial pretendiam cativar o visitante através de uma variedade de concepções visuais que geravam uma atmosfera exótica, que, dessa forma, os familiarizava com os diversos aspectos das populações nativas. Os objectivos eram alcançados através da experiência multissensoriais, da música, refeições, danças e jogos que decorriam no recinto, a possibilidade de "visitar o mundo num só dia", como constava em cartazes publicitários do evento[84].

[84] http://www.archivesdepartementales.puydedome.com/l-exposition-coloniale-internationale-de-1931-138871.html:12/07/2011

No recinto da exposição estava uma demonstração reduzida do império, onde se exibiam as suas maravilhas e as glórias. O evento facultava ao público a sensação de posição de poder em relação ao que observava, tal como Foucault abordou quando se referiu ao *panopticum* (1995). No espaço da exposição promovia-se, também, o conceito de unidade nacional, uma nova França imperial (Lebovics, 2008:370), que na prática não passava de um mito, como refere Vera Zolberg: o mito não "significa falsidade", mas enfatiza a verdade incorporando-o na "reconstrução simbólica" (2005:70).

Na reconstrução simbólica do império, considere-se o artigo de Rennie Smith para o *Journal of the Royal African Society* em 1931 intitulado, *"*The French Colonial Exhibition*"*. Nesse artigo descreve-se pormenorizadamente os momentos mais significativos da exposição; é um documento válido pela informação mais próxima do evento, e que pode deixar antever algum fascínio em relação à sua organização. O impacto da exposição na descrição de Smith (1931:410) é notório, quando considera que a exposição merecia "mais que uma visita", e não era apenas para ver o que ela chama de "miniatura do mundo" francês. Existiam no recinto vários elementos importantes, entre eles a réplica do templo de Angkor Vat, que já havia sido usado em outras exposições (Geppert, 2010:191), apesar de tudo Smith reconhecia que os visitantes eram cativados pela sua magnificência. Para Lebovics a imponência do edifício demonstrava o que a colonização francesa conseguia alcançar (2008:372).

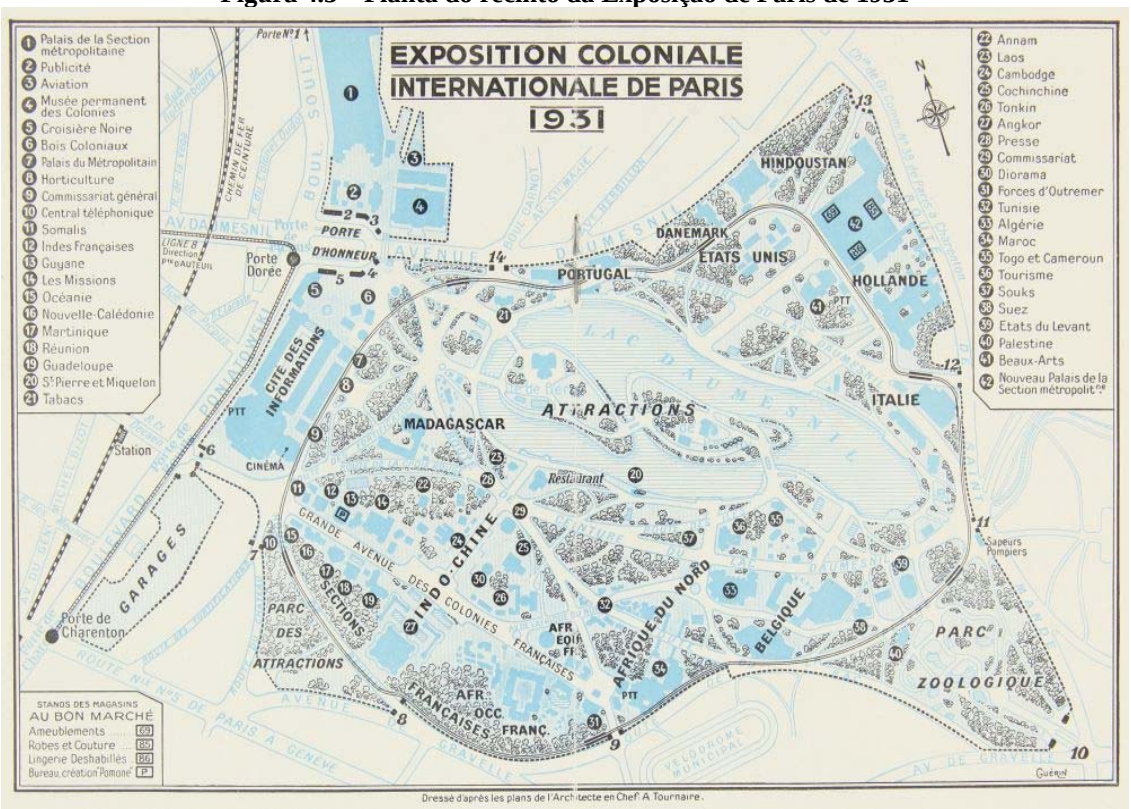
Outros elementos de referência eram a "flora e fauna" que deviam ser vistos no Zoológico, a "vida da aldeia" onde se reproduziam a vida familiar, o artesanato de homens e mulheres entre outros. Smith (1931:410-411) destaca a diversidade do evento: "é mais do que um espectáculo", afirma; servia para estudar os vários aspectos da vida colonial.

A componente tanto comercial como educativa está bem patente na sua descrição, considerando que tanto alunos como homens de negócios poderiam encontrar amostras de cada produto das colónias, amostras de artesanato, dados relativos ao comércio, de importação e exportação, questões relacionadas com a administração, transporte, higiene, água, eletricidade e educação. A exposição dá aos franceses a sensação de superioridade, um direito de posse sobre os mundos conquistados e suas populações, um direito de adesão aos ideais da república "civilizadora". A exposição teve, de facto, um papel relevante, muitos franceses tinham apenas uma vaga ideia das colónias (Ageron, 1984:579-581), apesar das disputas políticas e ideológicas

que gerou. Mas a Exposição Internacional servia, também, para relembrar a justiça da ação da civilização ocidental.

A exposição de Paris não foi considerada pelos apoiantes da causa colonial um sucesso completo, nem um sucesso educativo, por se considerar que se sacrificou muito em relação ao exótico e nem sempre serviu para apoio às aulas; por sua vez, procurou fazer do imperialismo, parte da consciência nacional e segundo Barbara Bush (2006:152), foi um sucesso. A França começava a ter dois blocos distintos na sociedade que se digladiavam, os apoiantes do colonialismo e os opositores. Este últimos consideravam que as independências das colónias eram uma necessidade. Nos anos trinta surge um humanismo colonial que defende uma colonização democrática e a possibilidade de uma reforma do sistema colonial (Bancel, 2007:32). Ageron considera que a exposição de 1931 pretendia ser um espectáculo de arte e beleza, através da arquitectura e da cor, reproduções fiéis dos originais (Ageron, 1984:575). Era possível experimentar restaurantes e cafés magrebinos, passeios no lago, formas de revelar ao público a gastronomia colonial e exótica e formas de estar. Esta espectacularidade tinha um "poder persuasivo" e era aquilo a que Lebovics chama de "realismo maravilhoso" (2008:371).

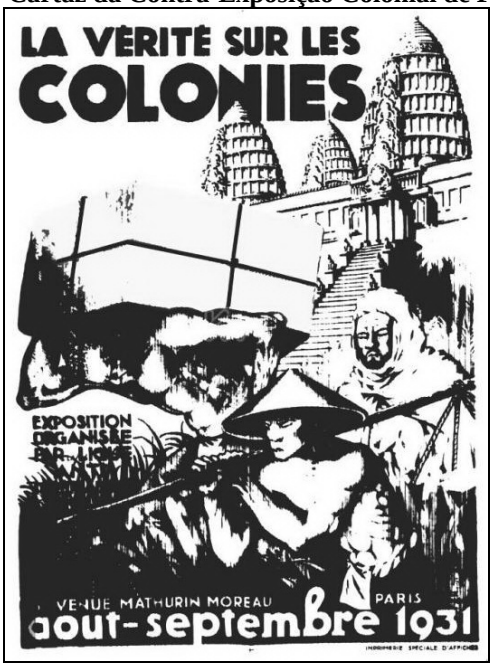
Figura 4.3 – Planta do recinto da Exposição de Paris de 1931



Fonte - http://www.archivesdepartementales.puydedome.com/l-exposition-coloniale-internationale-de-1931-138871.html:19/12/2010

Mas o realismo maravilhoso de Lebovics não passou incólume em França. Ao contrário da Grã-Bretanha, em que a oposição foi reduzida ou esporádica, nem todos consideravam que a exposição de Vincennes uma representação realista do império. Os anticolonialistas e, por consequência, a propaganda anticolonialista no início da década de 30 não estava ainda muito activa, mas existia em organizações de cariz associativo que procuravam organizar-se para fazer frente à "exposição internacional do colonialismo" (Ageron, 1984:571). Existia uma franja da população muito crítica do colonialismo, grupos relacionados com partidos de esquerda ou movimentos intelectuais, por exemplo o partido comunista ou os surrealistas, curiosamente partiria deles a realização da *contra-exposição* colonial (Hodeir, 2002:247). O reflexo de uma das suas ações foi a organização de uma contra-exposição colonial designada "a verdade sobre as colónias" (Bates, 2004:220). Nesse evento procurava-se demonstrar a opressão, arte originária dos territórios oprimidos, imagens desses locais. Funcionou de Julho de 1931 a Fevereiro de 1932. Foi uma organização em parceria com instituições de esquerda, como é o caso do partido comunista francês, a liga anti-imperialista e com a participação de alguns dos surrealistas importantes da época que apelavam ao boicote da exposição colonial. Nomes como André Breton, Paul Eluard, René Crevel, Louis Aragon, Yves Tanguy entre outros (Bate, 2004:221), foram instigadores do boicote promovendo um manifesto que afirmava "não visite a exposição colonial" (Bate, 2004:221) procurando elucidar os visitantes sobre as atrocidades que se cometiam nas colónias. Robert Rydell considera que a contra-exposição colonial em 1931: “(…) foi um espinho junto das autoridades imperiais francesas…” (1993:71).

Figura 4.4 – Cartaz da Contra-Exposição Colonial de Paris de 1931



Fonte - http://archives.cg94.fr/virtuelles/colonies/contre_exposition_1.html:24/08/2010

Muito se escreveu sobre as exposições e sobre a francesa de 1931[85], da sua relação entre o modernismo e o exotismo, que se materializou nas suas representações e na forma como a cultura indígena auxiliou o desenvolvimento da identidade nacional francesa (Aldrich, 2005).

A representação do outro, como na exposição de Wembley, tem duas componentes, a da arquitectura e a humana. No recinto da exposição, pretendia-se recriar o espaço das colónias, mas, como refere Hodeir em relação à envolvente do recinto, as plantas de África que circundavam o lago Daumesnil, "podiam ser encontradas em outros continentes" (2002:241), demonstrando que o espaço colonial era encenado e não o auteêntico: apenas uma imagem "higienizada" de África. Representados estavam o oriente, África e América, países ou ilhas como Madagascar, Somalia, Nova Caledónia, Guiana, Martinica, Reunião, Indochina, Senegal, Sudão, entre outros.

A representação do outro na exposição de 1931 foi uma ação complexa e pejada de ideologia (Hodeir, 1991:240): não é de todo possivel colocar num só espaço, tão limitado, uma representação fidedigna da realidade. As proximidades que se verificavam nas exposições não existiam na realidade; as tribos representadas não tinham relações de proximidade nos locais

[85] Hodeir e Pierre (1991), Ageron (1984), Evans (2004) e Geppert (2010), outros.

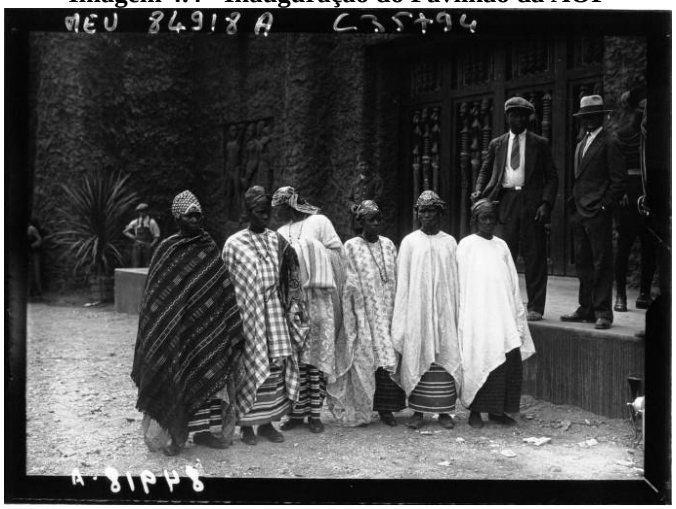
originais. Esta idealização colonial é aquilo que Hodeir reconhece só ser possível nas exposições (1991:241). No entanto, servia muito bem para dar ao público a ideia de uma verdadeira experiência africana. Pretendia-se demonstrar aos franceses que visitavam a exposição, que tinham a possibilidade de se movimentar, de concretizar o seu "desejo pelas colónias", imaginando-se a ter a vida exótica dos colonos (Norindr,1996:32).

As construções assumiam-se como "fidedignas" (Geppert, 2010:191). Contudo, muito à semelhança de Wembley no que diz respeito à arquitectura, criara-se uma distinção entre a metrópole e as colónias, as primeiras evoluídas e, como considera Patricia Morton, construídas numa variante da *Art Deco* (1998a:77); por seu turno, os pavilhões coloniais demonstravam uma arquitectura híbrida (Hodeir, 2002:241). O hibridismo era motivado por várias razões, muitos dos arquitectos dos pavilhões coloniais eram franceses (Hodeir, 2002:242), mas também pelos objectivos da exposição. Catherine Hodeir (1991:241) menciona que são quatro as características que os arquitectos da exposição de 1931 tiveram como orientação: visibilidade, pedagogia, entretenimento e segurança. A mesma autora considera que se sacrificou a autenticidade por estes fatores por isso a considera híbrida ou seja, a estrutura africana da exposição de 1931 foi baseada numa arquitectura que respondia às necessidades do público metropolitano, espectáculo e limitações logísticas e de segurança e não à realidade (Hodeir, 1991:243). Ainda que as construções aparentassem ser originais, tinham traços franceses: era o caso do pavilhão de Madagáscar, como reconhece Patricia Morton (1998a:80) ou outros pavilhões africanos (Hodeir, 2002:242).

No que diz concerne a representação das pessoas, a representação do outro, na exposição de Paris, como na de Wembley, tinha o objetivo de justificar a colonização, demonstrando a sua precária existência na civilização evoluída, que era a francesa. Não era suficiente mostrar a diferença entre as raças, era necessário comprová-la, justificando a sua presença. Apesar de não ser muito do gosto do diretor, como refere Geppert, no recinto da exposição estavam presentes cerca de 3000 nativos (2010:193), que se distribuíam pelas secções coloniais, desde África ao Pacífico. Geppert considera ainda, que apesar de serem incluídos como elementos expositivos etnográficos, e não como participantes iguais aos outros, seria uma necessidade para garantir autenticidade ao evento (*Ibidem*). O mesmo autor refere que só a sua existência "física" podia ser justificação suficiente de que eram verdadeiros indígenas (*Ibidem*), alertando ainda para o facto,

de a exposição de 1931, não exibir apenas o outro e o exótico, porque tinha a presença de outras nações coloniais (2010:193).

Imagem 4.4 - Inauguração do Pavilhão da AOF



Fonte – http://gallica.bnf.fr:22/08/2010

Nos pavilhões os nativos exibiam os seus ofícios, mais artesanais, mais arcaicos. Não se vislumbra, aí, a sua capacidade tecnológica, mas também não se vislumbra a realidade. Uma das características destas exposições era exibir-se aquilo que era mais apelativo ao público e à ideologia do Estado, facto que se comprova, segundo Lebovics, que refere que os nativos deveriam usar as suas "roupas tradicionais" (2008:371), para dar mais ênfase ao realismo.

A exposição (de 1931) não foi apenas um acontecimento mediático, foi também um dispositivo cultural fonte de desenvolvimento científico; não foi apenas importante para a propaganda e ideologia colonial, foi igualmente importante na história da Antropologia e para a Etnologia francesa. Os antropólogos debruçam-se sobre estes exemplares humanos e estudam-nos ao abrigo de um desenvolvimento científico. Espectáculos populares com selvagens, o discurso colonial orienta os limites do universo mental, onde a superioridade racial do ocidente valida a dominação (Bancel, 2007:29). Enquanto a etnologia permitiu a ligação entre desenvolvimento da disciplina e a sua utilização colonial e foi um passo crítico no processo de formação disciplinar da antropologia (L´Estoile, 2003:342), o conhecimento antropológico ocupou um lugar estratégico na exposição colonial, uma vez que um dos seus objectivos era o de mostrar as culturas dos indivíduos da França colonial (2003:344).

Imagem 4.5 - Rua tunisina no recinto da exposição



Fonte - http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b9029704q.r=exposition+coloniale+1931.langPT:11/07/2011

A ideia de "quadro vivo" do colonialismo que a exposição deveria ser não demonstra uma igualdade entre os participantes no evento, como Geppert mencionou (2010:193). As imagens do evento mostram claramente que os indígenas, por um lado, eram visíveis mas, por outro, eram elementos secundários, apresentavam-se como actores desse colonialismo. Não eram vistos no local com roupas ocidentais, apenas com vestes que os categorizavam como o outro (Lebovics, 2008:371).

Imagem 4.6 - Vendedoras senegalesas na exposição em 1931



Fonte - http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b90467881.r=exposition+1931.langPT:11/07/2011

O evento colonial não foi totalmente autêntico; na verdade esse hibridismo surge como a celebração da diferença e não como uma cultura colonial (como defende L´Estoile, 2007). As fotografias oficiais parecem produzir uma representação das ações rotineiras do outro encenadas para o fotógrafo, dando mais razão ao conceito do indígena-profissional, o actor[86]. Dá a entender também que aparentemente os indígenas fazem por participar na encenação e não entram numa agência, mas também não há interação total entre público e actores.

Para concluir pode-se depreender que as duas exposições coloniais mencionadas não mostravam a realidade colonial, mostravam a realidade colonizadora que visava exibir os indígenas para que estes fossem a justificação para a "ação civilizadora" tanto dos britânicos como dos franceses. Estas abordagens paternalistas acabam por ser apoiantes de posições racistas, acabam também por ser, o último suspiro imperial.

Este estudo sugere que as exposições nacionais tinham mais a ganhar, centrando-se nos indígenas e na sua cultura, porque através dessa abordagem os visitantes podiam congratular-se com o seu sucesso como colonos e vinculadores de civilização.

[86] Sobre as questões que envolvem a fotografia colonial e a representação, ver a obra de Anne Maxwell (2000 e 2010).

Como conclusão deste capítulo espera-se ter ficado comprovado o papel das exposições britânica e francesa enquanto veículos de poder e ideologia, demonstrações cénicas de propaganda (Geppert, 2010:188) e com a noção de que, mesmo que por vezes os seus objectivos não fossem alcançados na totalidade, o seu reflexo se fez notar por muitos anos.

Pode-se considerar os dois eventos como locais de entretenimento e educação pública (Hodeir, 2002), espaços que visavam publicitar um império que antevia o seu fim; talvez fosse esse o derradeiro esforço hegemónico do colonialismo. Mas foram também eventos que manipularam a opinião pública, foram parciais e *mitificadores* de uma realidade que não existia, mantendo os seus efeitos negativos nas populações colonizadas. Contudo, o objetivo máximo do evento era o de convencer as opiniões públicas dos seus respectivos países, uma vez que as empresas coloniais eram necessárias a todos, tanto metropolitanos como colonizados. Esta demonstração de uma relação de "ganhar-ganhar" era, aparentemente, o motivo pelo qual os indígenas se vestiam com as roupas tradicionais, vivendo em aldeias ou habitações que recriavam as suas e demonstravam o seu artesanato.

O grande esforço para manter a hegemonia colonial dos grandes impérios não falhou de imediato, apenas sofreu um efeito retardado. O advento da segunda guerra mundial talvez tenha auxiliado a protelar o processo de descolonização, ficando adiado mais alguns anos. Não se concorda, no entanto, com Greenhalgh (1988), considerando que foram eventos efémeros. Ambos deixaram marcas profundas nos países que os organizaram, mas sobretudo duraram mais, pelo menos na memoria das pessoas, que os impérios que publicitaram.

As exposições internacionais abordavam a civilização e demonstravam um futuro da humanidade, idealizado, numa era de expansão imperial. Ao apresentar aos visitantes as provas materiais do progresso humano, as exposições proporcionavam as ferramentas para que fosse possível a comparação de nações e raças. Desse modo, davam uma forma visível à teoria dominante sobre a cultura, raça e evolução da humanidade. As exposições representavam e enfatizam as "grandes diferenças" entre as raças, a hierarquia do selvagem e do civilizado. A exposição de 1931 marcou o fim de um era na Europa, como identifica Lebovics (2008:376), e nem a França voltou a organizar eventos do género, apesar do sucesso financeiro, nem os colonizados aceitariam ser exibidos dessa forma.

Parte III – Colonialismo nacional e reinterpretação museológica

Capítulo V

> "E por que natureza e obra dos homens nessa natureza é "historiável", o património, construído ou documentado de outro modo, desde os arquivos aos quadros de pintura ou aos vestígios arqueológicos ou testemunhos etnográficos, tem de ser inserido nesse conteúdo de sentido e de conceito da história, cujo grupo científico consideramos, em todas as circunstâncias, como a matriz das disciplinas mais genuínas do nosso património cultural"
>
> (Silva, Armando Coelho, 2002: 219.)

5 . 1 - Contextualização de um país colonizante

O quinto capítulo deste estudo, partindo do geral para o particular, começa por desenvolver um enquadramento histórico acerca do Estado, social e político, em que se encontrava o país, o percurso desenvolvido, as motivações subjacentes à organização das exposições e a forma em que se materializaram. O caminho que Portugal percorreu nas suas relações com o outro iniciou-se numa época anterior àquela que aqui se expõe. O período temporal aqui descrito desenrola-se desde meados do século XIX até ao início do Estado Novo na década de 30 do século XX, envolvendo as questões da discriminação racial, ideologia e poder. Este capitulo visa efetuar uma contextualização ao colonialismo nacional, uma vez que se objectiva a análise da Primeira Exposição Colonial do Porto, considerando a adaptação de Thompson (1990), relativo à análise da ideologia e discursos. Portanto toda a organização do capítulo está desenvolvida de acordo com as três fases que caracterizam o seu modelo: a contextualização, a interpretação e a re-interpretaçao. A contextualização que se refere aos

antecedentes do evento, a interpretação que diz respeito à organização e por último a re-interpretaçao que neste caso se materializa na percepção que se dá do outro.

Para se poder explorar o primeiro nível do modelo de Thompson a contextualização das condições sócio históricas, essenciais para o entendimento dos fatores que estão na origem da produção de um discurso colonial, o material base de estudo a este capítulo é a imagem e o texto; o primeiro consta compilado no álbum fotográfico oficial da exposição e o segundo, respeita aos números do periódico da "Agência Geral das Colónias", que abordem questões relevantes relacionads com a exposição. O recurso a este periódico deve-se ao fato de contemplar e compilar informação oficial que eram emitida em relação ao evento.

O colonialismo português baseia-se na sua especificidade geográfica, enquanto Nação europeia e periférica, Boaventura Sousa Santos designa-o por semiperiférico (2009:5), através do qual procurou defender uma construção imperial, uma Nação. A questão periférica de Portugal é conhecida, foi um dos motivos porque o país se voltou para o mar em 1500 e mais tarde lhe causou dificuldades de afirmação, no jogo do poder europeu no século XIX enquanto Nação imperial (Vicente, 2003:30). No entanto, no século XX e com o aparecimento do Estado Novo, o carácter exterior e o imperialismo assumem outros contornos.

Pedro Lains refere que são várias as explicações sobre os motivos do colonialismo português moderno, salienta "…a herança imperial; a necessidade de proteção de mercados coloniais; a resposta aos movimentos das outras potências coloniais europeias; o desenvolvimento da capacidade técnica para a colonização; as condições nos territórios africanos; finalmente, motivos políticos" (1998:466). Por seu turno Valentim Alexandre refere que são três, os pontos importantes na vida do Império africano (Alexandre, 2000:27):

> a) delimitação territorial das colónias e a sua ocupação efetiva no final do século XIX, b) interesses económicos (negócios entre as empresas das colónias) e c) papel da ideologia.

A "era imperial" (Hobsbawn, 1989:56), e na qual o "Terceiro Império"[87] de Clarence-Smith (1986) está enquadrado, fica marcado durante o século XIX, por várias situações políticas, económicas e sociais, como as invasões francesas, a independência do Brasil, a carta

[87] O terceiro império não apenas África, não se pode esquecer que apesar de ser o mais importante no período mencionado, ainda existiam espaços no oriente como áreas na Índia, Timor e Macau.

constitucional, a guerra civil, o fim oficial da escravatura, a conferência de Berlim e o Ultimato Inglês, para citar as mais significativas (Marques, 1998; Rosas, 1992; Mattoso, 1994a). Aliado às questões de cariz interno que afligiam o país, durante a segunda metade do século XIX intensificou-se o interesse das grandes potências europeias sobre os territórios africanos, motivada pelos seus recursos naturais (Hobsbawn, 1989:63), expansão dos mercados e alargamento das áreas de domínio. Se até ao início do século XIX, os interesses europeus em África concentraram-se essencialmente no tráfico de escravos, gradualmente, à medida que a centúria avança, transformam-se em geoestratégicos (Bancel, 2007:30).

Neste contexto Portugal não é muito diferente, direcionou-se para África por vários motivos, mas um dos mais destacados é a independência do Brasil. Esta ocorrência muda toda uma atitude colonial, desde logo a questão do tráfico de escravos,[88] cujo Brasil era o maior destino (Alexandre, 2004:978). Com a emancipação brasileira acaba o maior centro receptor do tráfico humano e uma grande fonte de receitas, na prática as colónias de África, no que diz respeito ao comércio, estavam mais ligadas ao Brasil do que a Portugal (Alexandre, 2004:960). O país era muito dependente do Brasil, demonstrando uma certa decadência a que chegara o império, demonstrando que a o redireccionamento para áfrica não estava previsto. A viragem africana resultava da defesa dos últimos territórios, espaços menos atrativos que o Brasil (Alexandre, 2004:961). A necessidade de recriar ou melhor re-construir o Império, agora com África, é uma posição familiar a Portugal, pois por várias vezes se vira obrigado a fazê-lo, Fortunato de Almeida referia que no século XVI o império tinha atingido uma "decadência" que tornava quase perdida a ideia de o "reabilitar" (Almeida, 2005:156).

Com a segunda metade do século XIX a conjuntura mundial altera-se, devido ao crescente de interesse das potências europeias pelo continente africano, o último baluarte do colonialismo. Oliveira Marques é da opinião que este emergente interesse:

> "…a África central e meridional começou a sofrer o impacte da expansão e colonização europeias. Caçadores, comerciantes, cientistas, missionários e

[88] Sobre a escravatura em Portugal consultar Almeida, Pedro (1978). O tráfico de escravos português continuou a aumentar até ao início dos anos 1830, altura em que começa a decair com a abolição oficial em 1836, mas não a escravatura como refere Torres (1991).

> outros, muitos, em busca de fortuna ou glória começaram a penetrar no continente por todos os lados" (Marques, 1998:165).

A ambição por africa, associada à necessidade de uma ocupação efectiva do território, marcam as constantes disputas entre países, nas quais Portugal se viu envolvido (Hobsbawn, 1989:68). A ameaça do colonialismo e as aspirações imperiais do Estado portugues, obrigam a que se preparasse, para manter a sua posição de pais colonial. Uma das medidas, que causou impacto a longo prazo, foi a fundação de Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) em 1875.[89] A criação da sociedade é uma iniciativa de Luciano Cordeiro, com o apoio do Ministro Andrade Corvo, que teve nos anos seguintes um importante papel na definição da política colonial portuguesa (Alexandre, 2004:968). Em torno da Sociedade de Geografia concentraram-se algumas das mentes mais influentes da época, muitos deles académicos e isso fez dela o centro do "*renascimento colonial* " (Lucas, 1993:308). O seu âmbito não é apenas de investigar, mas também demarcar fronteiras, confirmar a presença portuguesa nas colónias, ripostando às acusações, das nações europeias, de "falta de ocupação do território". No ano de 1877 começam vários trabalhos de exploração de África, sendo os nomes mais destacados os de Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens (Almeida, 2005:430-4).

A realização das expedições científico-geográficas e a procura de ocupação do território levavam Andrade Corvo a defender um expansionismo "moderado" em África. Os meios pacíficos deveriam ser o recurso de eleição na concretização da expansão. O objetivo era atrair a população "indígena", que iria auxiliar no desenvolvimento da "civilização" (Alexandre, 2004:970). Este expansionismo moderado, tinha uma orientação mais económica, posição apoiada por Lains (1998:475). No entanto a economia não explica tudo, na verdade, à data da conferência de Berlim, as colónias africanas tinham pouco peso na economia portuguesa. A realidade demonstrava um certo "esquecimento" pelas colónias (Galvão, 1934a:13), Portugal enviava pouco capital e emigrantes para esses locais longínquos. Se por um lado Portugal pouco contribuía para desenvolver a sua ação colonial por outro, as colónias não constituíam um "encargo financeiro" relevante para o governo central (Lains, 1998:475). Mattoso (1994:30) é da opinião que "as possessões eram uma fonte de muitos problemas e poucas alegrias", sendo por

[89] Para informações adicionais relativas ao papel da Sociedade de Geografia de Lisboa e do colonialismo até ao final do século XIX ver: Guimarães (1984).

isso difícil defender, que a vontade de manter os territórios em África se devesse maioritariamente a motivos económicos ou financeiros.

A história política de África e da Ásia sob domínio português no final do século XIX e princípio do século XX foi de grande atividade diplomática, como resposta às constantes solicitações de carácter estratégico de outros países europeus. Portugal encontrou-se envolvido em constantes disputas (Hobsbawn, 1989:68), uma vez que temia ser vítima de uma "espoliação" dos seus territórios, envolveu-se em várias negociações realizadas nos bastidores da conferência de Berlim (Alexandre, 2004:974), para evitar a perda de possessões coloniais. A conferência de Berlim foi um momento marcante, talvez um dos mais importantes da ação colonial nacional e europeia do século XIX que, segundo Oliveira Marques (1998) procurou definir "um novo direito público colonial" ou seja, a ocupação efetiva passava a vigorar em vez do direito histórico (Alexandre, 2004:975). A conferência causou um despertar a Portugal no sentido de ocupação real dos territórios em África (Alexandre, 2000:19), demonstrou a premência na execução desses objetivos para salvaguardar os interesses nacionais (Marques. 1998:221), uma vez que por toda a Europa uma das crenças políticas da época era a de que se devia ocupar toda a terra conquistada. Essa ocupação poderia ser através de uma administração ou militarmente (Bancel, 2007:15), estava lançada a corrida ao colonialismo africano.

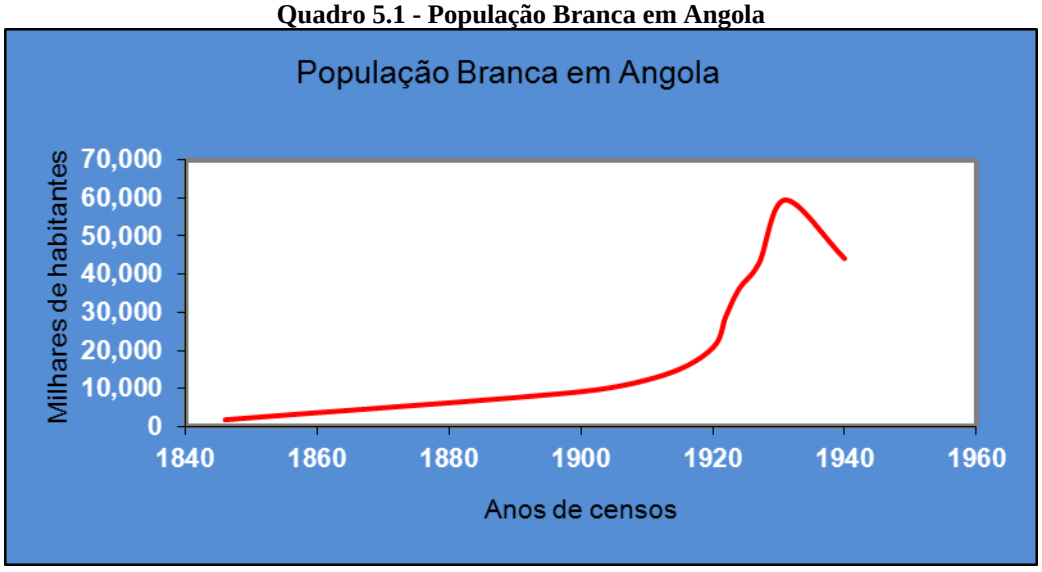
Seguindo as disposições estabelecidas na conferência de Berlim, o Estado procura promover uma colonização territorial, económica e administrativa, para alcançar estes objetivos é necessário acabar com o modelo anterior de colonialismo africano, criar um novo capaz de produção e consumo, assegurar infraestruturas e incentivar imigração para África. A imigração para áfrica era difícil, como referiu José Mattoso, até à década de 1880 não houve um grande "entusiasmo" na emigração de gente na Europa, ainda que a política oficial fosse a de "ocupar e civilizar", "só funcionários, degredados ou militares iam para África" (1994a:29-30). Anos mais tarde, Henrique Galvão menciona, num dos momentos de inauguração da Exposição Colonial do Porto, confirma essa a alienação em relação às aspirações coloniais:

> "a êste povo que durante cem anos quási ignorou as suas colónias era necessário faze-las conhecer de novo" (Galvão,[….]:22).

Até finais do século XIX a ocupação portuguesa dos territórios africanos não era expressiva (Marques. 1998:172), havia grande carência de meios humanos e financeiros, o que

tornava difícil manter os territórios coloniais (Alexandre, 2004). Uma das formas que se escolheu para suprir a falta de mão-de-obra, às aspirações coloniais, foi a de instituir o trabalho forçado, uma vez que a escravatura estava oficialmente abolida. A mão-de-obra nativa era fundamental para a produção, uma vez que não eram apenas parcos os recursos humanos, mas também os tecnológicos (Porto, 2009:12). Para que o trabalho forçado fosse instituído recorreu-se à adoção de legislação, que obrigava os nativos a trabalhar, materializando uma outra forma de escravatura. Este tipo de ação dá razão à afirmação de Moutinho que considera, que durante esse período "a imagem que o africano podia ter do branco" eram de facto muito negativas (2000:9). Mas na época homens como Oliveira Martins, consideravam o trabalho forçado dos africanos indispensável à fixação dos colonos e ao desenvolvimento económico das colónias (1978:209). Hobsbawn considera que a sobrevivência dos territórios em Àfrica, ficou a dever-se à "incapacidade" dos seus rivais coloniais em acordar com a partilha desses territórios e não com o número de colonos (1989:57). O quadro seguinte, relativo a Angola procura demonstrar, ainda que com algumas reticências[90], que o impacto da ocupação branca era de facto muito baixo (Santos, 1945).

Quadro 5.1 - População Branca em Angola



Fonte – Santos (1945)

[90] Sobre o gráfico, o autor Santos, afirma: "os números oferecidos pelos censos de 1940 devem ser [usados] sob fortes reservas" (1945:39).

As pretensões nacionais desde a conferência de Berlim, desencadearam várias campanhas de exploração, "campanhas de pacificação", que visavam os povos do interior, quer de Angola quer de Moçambique e que por sinal eram pouco pacíficas (Porto, 2009:12). Nessas campanhas destacam-se os nomes de Mouzinho de Albuquerque, Paiva Couceiro, na procura pela ocupação efetiva dos territórios, como em Moçambique, marcaram um período de instabilidade e conflito (Almeida, 2005:445). A instabilidade ocorria igualmente a nível interno, com a tentativa de golpe de Estado de 31 de Janeiro de 1891, pelo partido republicano, comprovando a posição de Hobsbawn (1989), sobre a incapacidade das outras nações em retirar a Portugal as suas possessões coloniais.

O período do final do século XIX e principio do XX, fica marcado por mudanças, Luís Torgal refere que; "…a cultura portuguesa do fim do século é simultaneamente laica e religiosa, racionalista e sentimentalista, universalista e nacionalista, idealista e relativista, pessimista e optimista" (2009:33), sendo por isso dessa ambiguidade que surge tanto o período liberal como o período do Estado Novo. O carácter nacionalista não era um fenómeno apenas nacional, abraçava toda a Europa (Rosas, 1992:9), nasceu com as Nações (Anderson, 1991) e serviu bem à classe política, quer no século XIX quer no XX, para demonstrar a identidade nacional. O nacionalismo também não era um exclusivo da política, estendia-se à cultura e à sociedade, com os escritores da época a demonstrarem o seu fervor e apoio às causas nacionais, como no caso do Ultimato Inglês, por exemplo, Teixeira de Pascoaes que escreve "a Arte de Ser Português".

Com a República procura-se descentralizar o sistema político e administrativo, como fica patente na Constituição de 1911, designadamente: descentralização financeira, administrativa e também normas de relacionamento com os indígenas (Marques. 1998:528). A aposta é igualmente feita no protecionismo e economia de plantação, o Estado empenha-se também no apelo ao capital estrangeiro, traduzido na constituição das companhias majestáticas (Mattoso, 1994b:129). A importância dos territórios ultramarinos é reconhecida com a criação, no ano de 1911, do Ministério das colónias, algo de influência francesa (Marques, 1998:527). O início do século XX fica também marcado pela entrada de Portugal na I Guerra Mundial, também para se defender "das ambições germânicas no ultramar português" (Marques. 1998:250). No entanto tal como no século anterior, "…consumira recursos preciosos participando na I guerra mundial" (Collotti, 1992:160), recursos esses que escasseavam para manter o país em funcionamento.

Apesar de todas as dificuldades, gradualmente, começam a verificar-se resultados dos investimentos, em infraestruturas, para escoar produtos como os caminhos-de-ferro e portos ou, no investimento feito na exploração de matérias-primas e produtos agrícolas (café, borracha, outros), no entanto, a maioria da produção é destinada ao estrangeiro. Apesar do desenvolvimento iniciado, este processo carateriza-se por ser "um modelo de dominação colonial típico de uma economia pouco desenvolvida" (Mattoso, 1994b:130). Chegados os anos 20 e finda a I Guerra Mundial, começa-se a assistir a uma crise nas economias coloniais (Mattoso, 1994b:130). No caso nacional, os modelos aplicados deixam de ser eficazes, o excesso de *deficits*, as desvalorizações de moeda, os orçamentos desastrosos levam a uma inércia na economia nas colónias e a uma crise financeira, a juntar às dificuldades internas. A falência da governação iniciada em 1910 é crescente, nos anos 20, é a fase moribunda da República (Lains, 1998:467), que se refletiu em África. Portugal nas vésperas do golpe de Estado de 1926, segundo Collotti, sofria os efeitos da "…decomposição das suas forças políticas e da debilidade da elite burguesa e do movimento socialista …" (1992:160).

A crise desencadeada pela falha do modelo liberal leva à emergência dos fascismos na Europa. É uma realidade, em Itália a partir de 1922, em Espanha a ditadura de Primo Rivera (1923-30), também na Alemanha com a ascensão do partido nazi e chegando a Portugal em 1926; no caso português é o reflexo contra a decadência demonstrada pela República parlamentar (Marques. 1998:427). A ditadura militar de 1926 é inserida num contexto, nas palavras de Fernando Rosas, do "processo da reação nacionalista e autoritário que varreu a Europa de entre as guerras" (1992:9). Enzo Colloti por sua vez, resume a questão do golpe de 1926, afirmando que: "(…) o regime nasceu de uma ditadura militar saída de um regime parlamentar inteiramente paralisado e em plena crise (…)" (1992:160).

A partir de Maio de 1926 Portugal era um país que experienciava uma nova realidade política, findo que estava o período republicano e que deixara o país à beira do limiar da sobrevivência, urgia encontrar soluções para a crise. Segundo Telo "o fim da República, em 1926, deve-se, em larga medida ao falhanço das tentativas de resolver o chamado problema financeiro depois da guerra" (1997:681). Com a realização do Golpe Militar e a aparecimento do Estado Novo, desponta uma nova figura no cenário político nacional, que iria marcar profundamente o país nas próximas quatro décadas, António de Oliveira Salazar

O Estado Novo surge para dar resposta a um "…regime parlamentar inteiramente paralisado e em plena crise (…)" (Colotti, 1992:160), e através de um "processo da reação nacionalista e autoritário" (Rosas, 1992:9) assume o papel de solução para a crise. O novo regime político conseguiu, através de Salazar, consolidar o poder envolvendo e envolvendo-se com as elites governativas, fazendo alianças, congregando todos debaixo da mesma plataforma política e ideológica (Mattoso, 1994b:152). O Estado Novo apenas surge oficialmente em 1933 e conseguiu unir os principais intervenientes políticos, económicos e militares debaixo dessa ideologia. A nova governação é sustentada numa ideologia, marcadamente, nacionalista, corporativista e conservadora, à imagem de Salazar, como refere Fernando Rosas: " (…) o salazarismo foi buscar a sua principal inspiração ideológica e os seus principais quadros dirigentes ao movimento católico" (1992:201), que pretende controlar todos os aspectos da sociedade civil.

As três componentes estão interligadas e o nacionalismo era responsável pela exaltação dos valores nacionais, da superioridade Lusitana, aquilo que Enzo Collotti designou por, o "princípio da agregação corporativa" (1992:162), na procura de gerar coesão no povo. O nacionalismo procurava a elevação dos valores nacionais, gerar a união entre os portugueses e o papel da Nação era valorizado constantemente, demonstrando a solidez histórica da Nação. Num dos seus discursos iniciais, Salazar[91] lembra que: "Portugal é um velho país livre, homogéneo na sua formação, de fronteiras imutáveis quase desde que se constituiu em Estado independente…" (Salazar. 1954:257), o enaltecimento da Nação no entanto, serviria também para justificar a necessidade de unir esforços em torno de um só partido, a União Nacional. Quando é nomeado para as finanças, com o objetivo do saneamento da economia do país, Salazar afirma que "…necessitava de governar sem o estorvo da presença de partidos e órgãos de regulação e fiscalização democráticos", para o poder alcançar (Colotti, 1992:161).

O nacionalismo português era mais moderado dos outros que surgiam um pouco por toda a Europa. Oliveira Marques refere que os fascismos na Europa são uma realidade que se inicia em Itália a partir de 1922, em Espanha, Alemanha (1923-30), chegando em 1926 a Portugal, de tal forma que Colotti refere que existem: "dificuldades de [seu] enquadramento no âmbito da fenomenologia do fascismo" (1992:159); demonstrando a necessidade em demarcar-se do

[91] Discurso realizado a 17 de Maio de 1931 na União Nacional (Salazar. 1954:257)

totalitarismo. Uma das formas possíveis de se demarcar dos Estados totalitários é utilização da religião como um dos valores nacionais, permitindo-lhe assim divergir dessas políticas mais laicas (Reis, 1990:335), contribuindo para o que Torgal considera um "totalitarismo à portuguesa" (2009:319).

O nacionalismo do Estado Novo tem fatores que o sustentam e demonstram a sua ideologia, baseados nos valores imortalizados por Teixeira de Pascoaes, no início do século XX, os valores morais inquestionáveis - Deus, Pátria e Família (Pascoaes, 1998). É comummente aceite que Salazar suportou a ideologia e ação política em cinco princípios fundadores, e que contemplam os de Pascoaes, Deus, Pátria, Autoridade, Família e Trabalho como reconhece António Reis (1990:333) e Yves Léonard (1998:61), valores que deveriam fazer parte da sociedade portuguesa e que seriam difundidos amplamente.[92] A ligação Nação e família não é inocente por parte do regime, a saber: Peres considera que a Nação é uma: "…uma unidade afectiva, análoga à família, embora de mais largo âmbito e mais complexa existência…" (1992:38-9); Sobral usa comparação idêntica em relação à memória: "…essa memória tem na família um primeiro lugar de inculcação, sendo a família e a classe em que ela se situa as primeiras instâncias que conferem identidade a cada novo elemento" (1995:294).

Salazar procurava implantar o corporativismo em Portugal, um Estado que regulasse tudo (Mattoso, 1994b:255), moldando todos os níveis da sociedade, desde os preços, normas de produção, até a família,[93] doutrinando o povo nos valores da moral nacionalista, corporativa e cristã (Mattoso, 1994b:281). Estes valores não seriam apenas teoria, teriam que ser aplicados na prática, para esse fim o Estado elaboraria medidas legislativas e institucionais.

Essas medidas que englobavam os cinco princípios ideológicos mencionados, passavam pela legislação que abolia sindicatos, fundamentava o partido único, fazia acordos com a Igreja Católica, através da Concordata de 1940, instituía a censura e a polícia de defesa do Estado, entre muitas outras medidas. No campo mais institucional, fomenta a ideologia na escola e nos seus manuais de ensino, cria a Mocidade Portuguesa, onde se incentiva o culto do chefe, também as ações de propaganda política, doutrinárias da ideologia do estado.

A autoridade do Estado é um elemento fundamental, segundo a sequência de António Reis, é o primeiro elemento, logo abaixo dos interesses intocáveis, Deus e Nação. No entanto

---

[92] Como por exemplo nos livros da instrução primaria onde a representação de Deus Pátria e Família, são uma constante.
[93] ver artigo de Pimentel (1999).

talvez não seja ocasional estar antes da família e do trabalho, demonstrando o papel do Estado como um "Grande Pai" do povo Português. Este posicionamento paternalista que Salazar pretende dar, esta bem patente no culto do Líder, um homem que coloca os interesses do estado acima dos seus, aposta na ruralidade e família, criando uma hierarquia que se deve respeitar, buscando desta forma obediência no povo, os valores da humildade. A autoridade é fundamental para o poder do Estado, o seu papel era formar mentalidades obedientes e trabalhadoras, a Nação merecia todos os sacrifícios, como ficaria celebre no slogan do Estado Novo "nada contra a Nação, tudo pela Nação", que Fernando Rosas considera ser o "mito providencialista" (2001:1034).

Para conseguir o apoio da população, Portugal envolveu-se num intensa campanha de propaganda, como era típico dos estados totalitários da Europa, na qual se procurava elevar o orgulho dos portugueses, através dos valores nacionais, da consagração dos heróis e das glórias passadas, a história teve um papel decisivo neste processo. As correntes do pensamento, como o historicismo, o nacionalismo conservador eram a referência que sobressaia no Estado Novo, esta abordagem ideológica, que desenvolvia o culto dos heróis, e enaltecia as vitórias passadas, materializava-se em celebrações públicas do nacionalismo, o que João denomina, celebrações de "exaltação" do império (2002:100). Estas celebrações eram ações importantes para o Estado que procurava enraizar no povo o culto do trabalho, mas também a utilidade das colónias, um reflexo das campanhas de propaganda, é a participação e realização de exposições como se tem demonstrando (Alexandre, 2000:20).

Um fator importante das políticas do Estado Novo é o colonialismo, que em consideração estas posições, identificadas anteriormente, de Ahluwalia (2001) e Young (2001), pode-se considerar que o colonialismo que caracteriza o período inicial do Estado Novo, como mais próximo da posição francófona, a da política do "assimilacionismo".

A política colonial portuguesa é complexa, por um lado direcciona-se para as políticas de assimilação dos indígenas, é centralizadora, por outro, trata de maneira diferente as colónias, o que torna a política de unificação do império difícil de concretizar. Apesar da posição mais aproximada das políticas de assimilação dos indígenas por vezes, por fatores internos ou externos da política nacional, verifica-se a aplicação da componente mais britânica do *inderect rule,* como ocorria em Moçambique com a questão das companhias majestáticas.

As relações com os indígenas eram influênciadas pela ação política e interesses do estado nas colónias; para Pedro Lains os motivos do colonialismo moderno português são diversos, designadamente: "…a herança imperial; a necessidade de protecção de mercados coloniais; a resposta aos movimentos das outras potências coloniais europeias; o desenvolvimento da capacidade técnica para a colonização; as condições nos territórios africanos; finalmente, motivos políticos" (Lains, 1998:466). As relações com os indígenas disso dependia, como já foi mencionado em capítulo anterior. Com o início do Estado Novo e fim da república, também acabou a política de "autonomia colonial" (Marques, 1998:530). A tentativa de um colonialismo mais à britânica e descentralizado terminou com a desculpa de acabar com a desordem administrativa e financeira que assolava as colónias.

As relações com os indígenas eram regulamentadas por legislação, que assumia várias formas, como por exemplo, a carta orgânica de Angola de 1917, as novas bases organizativas da administração colonial, também se pública o estatuto político, civil e criminal dos indígenas e Angola e Moçambique (Marques, 1998:531), o código do trabalho do indígena[94] das colónias portuguesas de África de 1928 (Marques, 1998:537). Apesar de grande quantidade de legislação o mais significativo foi o Acto Colonial de 1930.

O conceito por trás da legislação que envolve os indígenas, oriundo do século XIX, tem patente a ideia de que tudo se fazia "em benefício do nativo com vista à sua civilização" (Moutinho, 2000:13). Oliveira Marques considera que toda "… a legislação respeitante ao indígena defendia princípios tradicionais na história de Portugal", na qual se baseavam a assimilação, no entanto considera que apesar da política dos assimilados ser adequada ao pensamento europeu, ela tinha alguns "perigos" que poderia afastar ou balcanizar o indígena (1998:534-5).

Oliveira Marques observa: "o que deve salientar-se é que motivações de tipo económico, mais do que atitudes racistas, estiveram em geral por detrás das relações entre portugueses e africanos" (1998:541), contudo os indígenas eram considerados primitivos, cidadãos de segunda. A assimilação dos indígenas que se apregoava era uma ilusão, de uma forma geral, os *assimilados* passavam a ter estatuto jurídico idêntico ao dos colonos, desde que se submetessem ao Governo de Lisboa.

---

[94] Decreto n. 16.199 de 6 de dezembro

Na teoria, o Estado identificava como objetivo do colonialismo integrar os indígenas na "grande" civilização portuguesa, muito à imagem do colonialismo francês; o Estado defendia os padrões de portugalidade que o indígena deveria alcançar para ser português, por exemplo saber ler e escrever (Rosas, 1992), num país onde a maioria era iletrada.

Na verdade um pouco discordante da posição de Oliveira Marques e como defende Mário Moutinho, a política da assimilação, como já se referiu, era uma ilusão, "a ideologia colonial não podia admitir que os nativos eram homens livres. Havia, pois, que investi-los de um estatuto especial que permitisse justificar a sua exploração" (2000:21). A assimilação era mais uma das muitas "desculpas" que o colonialismo português encontrou para justificar a sua ação, desde (1) o dever de civilizar, (2) o amor maternal, (3) a missão evangelizadora, (4) a exploração da consciência nacional e (5) a exploração de mão-de-obra (Moutinho, 2000:43). Apesar do Estado procurar passar a ideia que se respeitava a diferença, e que assumia um papel abnegado, na prática eram apenas justificações para poder administrar os indígenas e a sua cultura. Mário Moutinho mostra em apenas uma frase, e com a qual se concorda, o reflexo do colonialismo, numa das suas muitas contradições: "a tão pretendida obra de colonização saldava-se em resultados de grande mediocridade. Colonizou-se para se levar civilização, mas, no final de contas, colonizou-se sem civilizar" (2000:40).

A inconsistência do Estado em relação do que se diz e do que se faz, está patente nas leituras dessa legislação, como o Acto Colonial ou como os outros documentos legislativos, rapidamente se verifica que a igualdade ou respeito pela diferença era uma linha muito ténue. Na verdade Portugal necessitava de "aproveitar" os recursos humanos das colónias para a sua ação produtiva e colonizadora, mão-de-obra barata, forçada, para não dizer escrava, o Acto Colonial prevê que em determinadas situações possa obrigar os indígenas a trabalhar.[95]. Apesar de juridicamente o Código do Trabalho Indígena suportar a defesa dos indígenas, tal como o Acto Colonial, não serve para muito mais do que uma ação de propaganda, interna ou externa. Portugal estava constantemente envolvido em situações de conflito sobre a sua ação colonizadora em instituições nacionais, como refere Jerónimo em relação às comissões de escravatura da sociedade das nações (2010:212), e por isso necessitava também mostra a outras nações que a sua colonização era justa.

[95] O artigo 20º refere o estado pode compelir os indígenas ao trabalho em obras públicas de interesse geral da colectividade.

Na sua senda por reformar a estrutura nacional e colonial Salazar considerava ser fundamental, que uma das saídas para a crise era a urgência de Portugal se voltar para as colónias, reorganizar a política colonial, não é por isso inocente que uma das suas primeiras medidas em 1930 seja a publicação do "Acto Colonial". Este diploma foi sem dúvida importante na reorganização da administração colonial, também o foi enquanto documento político, porque deixa bem identificado um dos seus objectivos: passa a designar por "império colonial" os territórios colonizados (João. 2002:95).

O Acto Colonial é um documento incontornável do Estado Novo e da sua relação com o colonialismo; Fernando Rosas considera-o uma medida "estruturante" (1992:27) do regime, que demonstra o seu carácter corporativista e centralizador. É desenvolvido para organizar, administrar e controlar a ação das colónias, como a política indígena e a componente administrativa e a económica, contudo deixa bem vincada a negação do princípio da autonomia.

Fernando Rosas considera que o seu papel tem três objectivos distintos:

1 – fundar uma nova ordem jurídica-política baseada na autoridade do estado e supremacia do poder executivo;

2 – definir um novo quadro nas relações da metrópole colonizadora com o império colonial e

3 – instituir uma nova organização económica e novas relações de trabalho, tutelado pelo poder executivo, donde emanava a autoridade e a definição dos "superiores interesses nacionais" (1992:27).

Contrapondo a posição de Fernando Rosas, Galvão nos anos 30 e defensor do Estado Novo considerava que eram, também, três as principais realizações do Acto Colonial (Galvão. [….]:20):

1- orgânica, com a carta orgânica do império colonial português e a reforma da administração ultramarina;

2- aglutinação imperial, com as conferências dos governadores imperiais e a conferência do império colonial português e

3- propaganda económica e espiritual, com a realização das primeiras feiras de mostras coloniais (1932) e a primeira exposição colonial Portuguesa em 1934.

Na prática o Acto Colonial demonstra ser o reflexo da ideologia e do poder colonial que o Estado pretendia aplicar, aplicava-se a tudo e a todos, condicionando as ações. Tratava-se de um

documento ambivalente que afirma uma coisa e faz outra, por exemplo, apesar de se demonstrar o seu humanismo para os indígenas, afirmando que tinham direitos, a "escravatura" continuava nos territórios, como refere João (2002:656), a requisição para trabalho, definida no Acto Colonial, é uma forma encapotada de escravatura. Também a legislação criava uma assimilação portuguesa geradora de um hibridismo (Bhabha, 1994), tentando retirar aos indígenas as suas tradições e costumes dando-lhes outros, dos quais eles nunca seriam detentores de pleno direito; não obstante a sua forte influência católica, não conseguia tratar todos em igualdade. De todas as medidas legislativas que demonstravam a grande componente ideologia do Estado, o Acto Colonial, além de uma medida administrativa importante, entende-se aqui como talvez a maior ação de propaganda do Estado.

A ação ideológica do estado não se fica pela legislação, é fundamental aplicar na prática estes conceitos e Portugal serviu-se de dois modelos, ambos inseridos nas ações de propaganda, a ciência e as exposições. As ciências remontam ao século XIX, com o aparecimento da Sociedade de Geografia de Lisboa e as suas ações iniciais[96] e com ações que procuravam desenvolver o saber e ampliar o número de instituições produtoras de conhecimento relativo às colónias. A necessidade de estruturas que fortificassem a posição colonial era fundamental para a ação do Estado, também outros países a elas recorreram como a França durante a governação de Jules Ferry, não são apenas instituições de investigação como a SGL, mas também de ensino e museus.

A ideologia colonial do Estado não se poderia materializar adequadamente sem este apoio, aliado à formação de quadros administrativos preparados para realidade colonial, como ocorria com outros países coloniais como o caso francês.[97] A necessidade de preparar quadros administrativos e políticos para representar o Estado e atuar em seu nome nos recantos mais longínquos era imprescindível para evitar desorganização e incapacidade funcional. As instituições que desenvolviam saber, no século XX, alargaram-se graças às universidades nas quais se desenvolviam estudos sobre as colónias, desde a antropologia à geologia. Apesar da sua importância e necessidade nem sempre havia recursos para estas matérias.

---

[96] como refere Oliveira Marques: "(…) teve influência decisiva nos estudos de geografia tropical, etnografia, antropologia, história, botânica, zoologia, geologia e demais ciências relacionadas" (1998:215)

[97] A École Colonial é fundada em 1889 em Paris, Já no século XX, em 1934 muda de nome para École Nationale de la France d'Outre-Mer, tinha por função formar os quadros da administração colonial (Aldrich, 2005:32).

Uma das áreas que mais serviu o papel do Estado na sua ação colonizadora foi a antropologia e etnologia, organizavam-se congressos e participavam os seus estudiosos em congressos internacionais. Dois nomes são incontornáveis Mendes Corrêa e Eusébio Tamagnini, das escolas de Porto e Coimbra, foram dos principais responsáveis pelo desenvolvimento do saber antropológico dos anos 30 e 40. Era um saber que servia amplamente a ideologia do Estado, mas também eram coerentes com os moldes do Acto Colonial. Os congressos coloniais já se tinham revelado uma ferramenta fundamental em apoio às exposições, em 1901 e 1924, e seriam igualmente importantes na causa colonial e no papel da propaganda de 1931 em França e em 1934 no Porto. Os dados eram exibidos, em "mapas e gráficos", demonstrava-se as virtudes do colonialismo português, os benefícios e progressos por nós defendidos; demonstravam também as potencialidades das colónias e efeitos da civilização (Jerónimo, 2010:267).

A ação ideológica materializava-se em congressos, Mendes Correa foi um dos promotores do I Congresso de Antropologia Colonial realizado no Porto em 1934, evento paralelo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa. Nestes congressos discutia-se e defendia-se a superioridade racial do branco (Colonial, 1934) sobre o outro. Também eram defendidas as posições contra a miscigenação, apesar de se apregoar igualdade, a diferença era ainda bem patente e o seu carácter científico justificava-a. Esta questão da miscigenação durante muito tempo foi debatida e fortemente reprovada em congressos[98] ainda no século XX, pois considerava-se que existia o risco da degeneração. A degeneração como refere Maxwell (2000:34), remonta à posição de Gobineau (1853) e aos primórdios do racismo, em que se considerava que a miscigenação levaria à degeneração da raça branca. No caso da ação antropológica, aliada a meios de propaganda do estado, a Exposição Colonial de 1934 serviu a professores e alunos para realizaram estudos antropométricos[99] junto aos indígenas ali representados, algo que já não era bem visto noutras exposições como em Paris e Londres

[98] A miscigenação era considerada reprovável nos congressos de antropologia em 1934 e 1940 em Portugal (Portuguesa, 1934).
[99] Na comunicação "Os Mestiços nas Colónias Portuguesas", menciona as questões em torno dos mestiços. O estudo em causa, elaborado pelo Prof. Mendes Correa e Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, baseia-se em dois momentos; um inquérito realizado junto de "conhecedores" das colónias e o segundo, a análise feita em dezanove cabo-verdianos e seis macaenses, treze homens e seis mulheres presentes na exposição colonial. Sobre o inquérito, são colocadas perguntas relacionadas com o que motiva as diferenças psicológicas das raças?, se era interesse nacional incentivar a mestiçagem, saúde e robustez física?. De uma forma geral as pessoas que responderam ao inquérito foram sempre desfavoráveis à mestiçagem e aos interesses do estado, contudo Mendes Correa ressalva: "a grande maioria dos votos é contrária (…) aos altos interesses da Nação e humanidade" (CACP:347). Uma clara parcialidade e certo racismo em relação aos mestiços, por parte dos inquiridos, apesar do académico considerar poder ser uma atitude inadequada e desumana.

(Geppert, 2010). No entanto para a ciência portuguesa que poucas viagens realizavam às colónias foi uma oportunidade de desenvolver conhecimento antropológico.

Outro fator da materialização da ação ideológica dos Estados eram as "grandes Celebrações" (João, 2002) nacionais e internacionais, em particular no que diz respeito à ação colonial, como as que se realizaram em 1924 e 1931 e em Portugal a de 1934 e 1940. O papel da propaganda é notório, como se viu, quer no Acto Colonial, quer na própria legislação, verificou-se um grande desenvolvimento de propaganda em torno do imperialismo, do colonialismo tendo como uma das grandes bases de apoio a grandiosidade das nações. Muitas vezes esse desenvolvimento materializou-se nas exposições colónias, exposições industriais ou mesmo exposições internacionais. As exposições são realmente um testemunho que demonstra o quanto o seu papel contribuiu como fator de propaganda (Coombes. 1997:215).

João (2002:92) fala em três fatores importantes a considerar para as comemorações da época, em comparação ao republicanismo, e que bem demonstram o seu modo de funcionamento:

1 – o regime faz da exaltação do passado e da tradição nacional uma fonte de legitimação do poder e a base da sua ideologia reacionária. É um passado mitificado e uma tradição reinterpretada de acordo com os valores que era adequado veicular às populações.

2 – a afirmação de um nacionalismo autoritário e integracionista em que a Nação se confundia com o estado e com o regime. A defesa da herança colonial e do império era algo intrínseco à identidade nacional e à sua sacralização. O salazarismo usou a ideia de Nação pluricontinental e multirracial para negar o direito à autodeterminação das colónias.

3 – o autoritarismo e carácter ditatorial do poder centralizado pelo chefe do Governo, mudaram a forma de organização das comemorações e as suas intenções. A iniciativa de cidadãos ou associações foi substituída pelo carácter oficial dos eventos. Acabam por ser manipuladores e orientadores pela propaganda em relação aos cidadãos.

As correntes do pensamento, como o historicismo, o nacionalismo conservador eram a referência que sobressaia no Estado Novo, esta abordagem ideológica, que desenvolvia o culto dos heróis, e enaltecia as vitórias passadas, materializava-se em celebrações públicas do nacionalismo, o que João chama celebrações de "exaltação" do império (2002:100). Estas celebrações eram ações importantes para o Estado, que procurava enraizar no povo a utilidade das colónias, um reflexo das campanhas de propaganda, é a participação e realização de

exposições (Alexandre, 2000:20). Enquadrada neste espírito de fervor nacionalista e de propaganda, surge a Exposição Colonial do Porto, enquadra-se no conjunto das iniciativas que procuravam dar uma nova imagem e como afirma Luís Cunha "novo sentido" (2001), aos projetos característicos dos países coloniais.

Toda a contextualização política e administrativa permite enquadrar a génese das exposições nacionais. Um dos primeiros antecedentes da exposição do Porto de 1934, e dos mais relevantes, foi a exposição de Paris de 1931 e na qual Portugal participou. Apesar de ser a primeira exposição colonial a realizar-se em território nacional, Portugal não era um país inexperiente em exposições, já tinha organizado e participado em diversos eventos, mas nenhum desta magnitude. Os primeiros passos foram uma consequência do que se verificava um pouco por toda a Europa, as exposições industriais, internacionais, cuja função era demonstrar o desenvolvimento tecnológico do país organizador. Dentro desse movimento expositivo em Portugal foram realizadas, desde meados do século XIX dezenas de exposições de tipo industrial, agrícola, até certames de cariz mais regional; a título de exemplo as de 1865, 1878, 1879 no Porto, as de 1873, 1876, 1879 em Lisboa, Penafiel 1878, Gaia 1894, Évora 1903 e Coimbra 1904, Caldas da Rainha 1927, entre outras (Marques, 1998:100). Salienta-se contudo que a exposição de 1894, "…onde já se propunha uma exposição das riquezas materiais e da variedade humana das colónias" (João, 2002:364), porventura a primeira mostra nacional do outro em eventos deste tipo em território nacional.

Associado à experiência na realização de eventos nacionais deve-se mencionar a participação em exposições efectuadas em outros países, como foi o caso da Exposição do Crystal Palace em 1851 (Greenhalgh, 1988:12), Paris, em 1855; na de Londres, em 1862; na de Paris, em 1867; na de Viena de Áustria em 1873; na de Filadélfia, em 1876; na de Paris, em 1878; na de Antuérpia, em 1885; nas de Paris, em 1889, 1900 e 1906; na de S. Francisco da Califórnia, em 1915; na de Londres, em 1921; na do Rio de Janeiro, em 1922; nas de Sevilha, Barcelona, Antuérpia e Vincennes em 1931[100].

A participação Portuguesa podia ser pequena ou mais humilde[101], mas existia uma ligação forte às exposições, cedo Portugal percebeu o seu papel político e económico. Das muitas

[100] Como consta no BGC, 1934, nº 109:103-7.
[101] A humildade da exposição é uma referência corrente, como o refere Lourenço Cayola na "crónica colonial" sobre a Exposição Colonial do Porto, Paris e Antuérpia; (BGC, 1034, nº 109:94).

realizações em que Portugal intervém, pode-se considerar que existem duas, realizadas em Angola e Moçambique nos anos de 1932, que foram, reconhecidamente preparatórias[102], para a exposição a realizar no Porto em 1934. As "feiras e amostras coloniais" foram eventos que pretendiam "esclarecer os mercados de Angola e Moçambique quanto às possibilidades oferecidas pela indústria portuguesa…", na satisfação das suas necessidades (Mota, 2011:57), mas também eram preparatórias para o Estado e o seu diretor – Henrique Galvão.

Imagem 5.1 - V Exposição Agrícola, Pecuária e Industrial das Caldas da Rainha



Fonte - Exposição realizada em 1927, fotografia de Mário Novais da Coleção Calouste Gulbenkian, [CFT003 125603.ic]

Apesar de toda a diversidade expositiva, sem dúvida que a exposição de Paris em 1931 foi a mais marcante, para Portugal, por vários motivos. A exposição parisiense foi visitada pelo Ministro das Colónias[103], Armindo Monteiro e por Henrique Galvão, as duas pessoas que mais diretamente se envolveram na realização do evento nacional. O Ministro das Colónias reconhece,

[102] Após a exposição de Paris de 1931, a realização das Feiras em Angola e Moçambique, que o ministro Armindo Monteiro confirmaria terem sido um sucesso no incremento das relações comerciais (BGC, 1934, nº 109:257), mas também enquanto preparatórias para medir a receptividade tanto de comerciantes metropolitanos como coloniais e que produtos ou acções se poderia promover.
[103] O Ministério das Colónias é criado em 1911 (Marques, 1998:527)

num artigo que foi publicado pelo Boletim Geral das colónias, que foi em 1931 nas deslocações a Paris e à Bélgica que se desencadeou o "forte querer"[104] de se realizar um evento similar, que se materializou primeiro em Angola e Moçambique, em 1932, e depois no Porto.

A exposição de Paris enquadrava-se na ação de propaganda do Estado Novo, Lourenço Cayola "crónica colonial", publicada no BGC[105], refere que em relação à participação Portuguesa em Paris foram utilizadas "quantias importantes" que se consideram bem gastas. A participação foi considerada um sucesso, "…provocou um sentimento de surpresa e admiração, em todos os que os visitaram…"[106], eram garantidamente um evento no qual Portugal retomava a ação de propaganda, de afirmação no mundo Imperial, demonstrando que era a terceira Nação colonial. O próprio Henrique Galvão o iria referir por diversas vezes, uma delas na conferência de abertura da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, realizada no dia 16 de Junho de 1934 no São João-cine:

> "A nossa categoria internacional resulta do facto de sermos a terceira potência colonial do mundo" (1934b:23).

A Exposição de Paris deixou marcas, também, nos negociantes do Porto, Veríssimo Serrão refere que devido à exposição francesa: "…os principais membros da classe patronal do Norte sonharam com a realização de uma iniciativa do género, exclusivamente portuguesa, na cidade do Porto" (2000:320). O mesmo autor, refere que desde 1931 foram feitas abordagens ao ministro do comércio e comunicações, Dr. João Antunes Guimarães, para se ponderar a realização de um evento similar (Serrão, 2000:320). Mas seria Armindo Monteiro, Ministro das Colónias, que teria o papel decisivo na organização da primeira exposição colonial portuguesa no Porto.[107]

Na base da organização do evento do Porto não estava apenas a vontade política e institucional do Estado mas, também, a iniciativa privada, existia um movimento crescente que envolvia todas as grandes forças económicas e de cariz privado da cidade. Entre as forças envolvidas estavam,[108] Associação Comercial do Porto, Associação Industrial Portuense, Centro

---

[104] BGC, 1934, nº 109:16
[105] BGC, 1934, nº 109:93
[106] BGC, 1934, nº 109:94
[107] BGC, 1934, nº 106:57-8.
[108] Ver regulamento da Exposição e do Decreto 22987 nos anexos.

Comercial do Porto, Liga Agrária do Norte, Associação dos Comerciantes do Porto e Movimento[109] "Pró-Colónias". A cidade do Porto procurou, através da iniciativa privada, realizar um feito que era do seu interesse, tal como já tinha acontecido anteriormente na criação da "Aula Náutica" em 1762 (Lopes, 1915:23), futura Universidade do Porto. A cidade mobilizou-se, como reconhece Paulo Martins, a exposição do Porto surge como resultado das "dinâmicas da sociedade portuense", no que diz respeito ao nível económico e também como reflexo das transformações socioculturais (1997:463).

O fator Porto tinha várias componentes, pretendia valer-se da sua situação geográfica e da sua componente empresarial, as importações e exportações de mercadorias através do seu porto marítimo, mas também é um preocupação a emigração, que do Norte de Portugal por ali saía. O Ministro das Colónias no discurso da sessão solene confirma, que na base da realização do evento está, a necessidade económica, dinamizada pelos ilustres da cidade e a sua localização portuária e também o fato de o norte ser um foco de imigração, que fazia falta às colónias.[110] A cidade do Porto importava matérias-primas das colónias que processava e exportava, como era o caso da indústria têxtil. A produção industrial procurava conquistar mais mercados e as colónias eram uma opção, em especial as africanas ou seja, além das políticas de cariz económico também a imigração desempenhava um papel crucial, saíam muitos portugueses do território nacional e era importante que fossem povoar África e não o Brasil. Por isso se pode confirmar que existe, também, um factor político e económico e que está ligado às conceções de Império, difundido pelo Estado Novo.

O envolvimento da cidade foi tal, que a própria Câmara Municipal, para a realização da exposição colonial, adquiriu o Palácio de Cristal, alugou-o posteriormente à sociedade anónima da exposição, por um valor total de 120 contos.[111] Da mesma forma como ocorreu na exposição de 1851 em Londres, foi a burguesia comercial, que sabia da importância e necessidade de se voltarem para os mercados coloniais como forma de sobreviver às grandes dificuldades financeiras da época, que diligenciou no sentido de responder a mais uma crise, desde a I Guerra Mundial, à grande depressão e o fim da República. Começam a delinear-se a criação de uma

[109] O Movimento Pró-Colónias fundado por ilustres elementos da cidade do Porto, existe pelo menos desde Maio de 1931 (BGC, 1931, n.º 072:138).
[110] BGC, 1934, nº 109:258.
[111] BGC, 1934, nº 107:265

exposição colonial e os seus objetivos, fundamentados em interesses económicos e de propaganda do Estado.

Considerando a idealização do Ministro das Colónias, Armindo Monteiro, desde 1931,[112] em realizar um grande evento que celebre o colonialismo português, a vontade demonstrada pela iniciativa privada do Porto e a realização das feiras de amostras em 1932 em Angola e Moçambique[113], materializa-se em 1933 com o anúncio oficial da Exposição Colonial do Porto. O Evento que estaria inicialmente pensado para Lisboa, [114] acaba por se concretizar na cidade do Porto, por pressão das instituições da cidade e depois da visita realizada aos jardins do palácio de cristal em 1932, um local adequado ao evento. No ano de 1933 é realizada a conferência de Governadores em Lisboa,[115] na qual se decide que se realizaria um evento e como seria pago. Estabelece-se que as verbas para a realização do evento seriam dos orçamentos coloniais, a organização estaria dependente das próprias colónias.

O anúncio da Primeira Exposição Colonial do Porto é estabelecido pelo decreto 22.987, da pasta das colónias, de 28 de Agosto de 1933, no qual se oficializa a realização da exposição e, foi definida que se estabeleceria uma Comissão Organizadora[116]. A comissão deveria ser composta pelos presidentes da Associação Comercial do Porto, Associação Industrial Portuense, Centro Comercial do Porto, Liga Agrária do Norte, Associação dos Comerciantes do Porto, Agente Geral das Colónias, diretor das Feiras de Amostras Coloniais, Chefe da Divisão de Propaganda da Agência Geral das Colónias, Representantes do movimento Pró-colonias e da Sociedade Anónima da Exposição Colonial Portuguesa, que se iria criar para o efeito. O artigo 4º do regulamento previa que a direção técnica da exposição fosse confiada, pela comissão organizadora, a uma comissão executiva que deveria nomear dentre os seus elementos um diretor técnico, que teria a responsabilidade da sua direção e de todos os serviços. O lugar de diretor técnico seria entregue a Henrique Galvão.

A direção da sociedade anónima responsável pela realização do evento, ficaria localizada no Porto e em Lisboa, os serviços que ficariam a cargo da Agência Geral das Colónias. Previa-se a possibilidade de constituir uma comissão de honra e patronos, formada por todas as pessoas

---

[112] BGC, 1935, nº 115:93
[113] BGC, 1934, nº 106:58
[114] BGC, 1935, nº 115:93
[115] BGC, 1935, nº 115:94
[116] Ver do Decreto 22987, nos anexos

que fossem "julgadas precisas",[117] com o objetivo de envolver o maior número de pessoas possível, como os governadores das colónias, diretores de instituições públicas e privadas. As instituições públicas, como universidades ou outros, deveriam colaborar sempre que solicitado pela organização, tendo a organização autonomia para contratar ou requisitar que entendesse necessário.[118] O papel da Agência Geral das Colónias, foi preponderante na organização, bem como em todo o processo de propaganda do durante a exposição, é por ela que vão passar todas decisões em relação ao evento, desde os materiais até à: "(…) assistência a 185 indígenas vindos das Colónias para a representação etnográfica da Exposição",[119] mas não só. Aparentemente o Estado em período de austeridade, resolveu dar o exemplo, ordenando que a Agência geral das colónias que tinha à sua guarda e enviasse para o Porto "… mostruários da Exposição colonial de Paris de 1931, por ordem do Ministro das Colónias".[120]

A Exposição Colonial, segundo o seu regulamento, encontrava-se sob responsabilidade financeira do Estado e da entidade promotora do evento em partes iguais, cada uma deveria facultar a importância de setecentos contos.[121] No que diz respeito ao Estado, o financiamento seria dos orçamentos das respetivas colónias.[122] O financiamento do evento é um ponto relevante, uma vez que se enquadra na tradição das exposições saxónicas, como Londres em 1924 e de Chicago em 1883 (Rydell, 1993:21), em que estas apenas se realizavam com uma parceria público-privada, ao contrário da exposição de Paris de 1931 (João, 2002:19).

O financiamento da exposição, no que se refere à componente privada, viria também do aluguer de espaços no recito da exposição, não se descure que também teve uma componente comercial, os espaços alugados aos privados além de geradores de receita, seriam promotores das relações comerciais. O regulamento da exposição considerava a existência de três tipos de expositores: a) os organismos oficiais ou particulares, b) as firmas ou c) os indivíduos nacionais ou nacionalizados convidados. Os expositores foram distribuídos por todo o recinto, muitos deles com pavilhões próprios, como o caso da Ferreirinha, Ach. Brito ou Sociedade nacional de fósforos, o sucesso entre a iniciativa privada era garantido. Estiveram presentes no recinto da

---

[117] Artigo 6º do do Decreto 22987
[118] Ver atigos 8º e 9º do Decreto 22987
[119] Lencastre ([19..]: 23).
[120] Lencastre ([19..]: 21).
[121] Artigo 12º do Decreto 22987
[122] Como consta no artigo 13º do Decreto 22987, a saber:Estado da Índia 7:000 rupias,
Macau 7:000 Patacas, Moçambique 100.000$, Angola 70:000$, Cabo Verde 30:000$ e Guiné 30:000$. Vêr anexos

exposição mais de duzentos expositores[123] e encontravam-se definidos os procedimentos e formas de ação da exposição, o próprio local e a cidade; por fim, desde o final do mês de Agosto de 1933, que se podia proceder à construção da exposição.

A exposição do Porto, como se demonstrou, tem nomes fundamentais que demonstram o papel e ação do Estado, a ideologia por detrás do evento. Muitos foram os intervenientes da exposição, como facilmente se constata no decreto de fundação do evento,[124] contudo como não é um estudo específico sobre personalidades que organizaram o evento, menciona-se brevemente apenas três, porque são importantes para o seu enquadramento do estudo e para se compreender que ações e relações existentes e que são veiculadas no evento, são eles António Ferro[125], Armindo Monteiro[126] e Henrique Galvão.[127]

António Ferro foi um dos homens importantes da difusão da mensagem ideológica do Estado Novo, é um intelectual, como considera Luís Torgal "modernista-futurista", com uma tendência para uma nova cultura anti-burguesa (2009:54). Foi um apoiante do Estado Novo e um dos fomentadores do culto do líder, da valorização da cultura popular, das formas de demonstrar uma continuidade na grandeza imperial de outrora, através de uma imagem incontestada do valor do regime. No ano de 1933 Salazar criou o SPN, o órgão máximo da propaganda do regime, atribuindo a António Ferro o lugar de secretário (Marques, 1998:396) e assumia a função de elevar o espírito dos portugueses.

Portugal vive desde o início dos anos 30 um intenso movimento de propaganda, e para o qual desenvolveu o SPN, era uma ação político-ideológica que visava da enaltecer as qualidades do colonialismo português. Exemplos dessa ação eram os prémios literários atribuídos pelo SPN, sendo adequado doutrinar a classe intelectual para a necessidade de corresponder às aspirações do regime e que deveriam ser as suas também.

Como refere Fernando Rosas tinha o objetivo de desenvolver uma "política de engrandecimento nacional" (1992:32), uma das formas de o obter era através de demonstrações públicas de coesão nacional (Acciaiuoli, 1998:14), promovendo a imagem do regime. Rosas é da

---

[123] Na obra de Serém (2001), estão identificados todos os participantes do evento.
[124] Ver anexos
[125] Mais sobre António Ferro e a sua obra, ver: Leal (1994).
[126] Sobre Armindo Monteiro ver, Oliveira (2000).
[127] Sobre Henrique Galvão ver Mota (2011) ou o sitio do Parlamento português onde consta uma biografia resumida: http://app.parlamento.pt/PúblicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/g/galvao_henrique_carlos_malta.pdf. 22/04/2011

opinião que no início o SPN tem um papel "claramente periférico e subalterno" ao saber académico e à cultura científica da época (2001:1039), tem a função da "fixação e difusão da ideologia colonial" (Rosas, 2001:1041). O SPN acaba por se transformar num espaço de encenação, onde se fingiam ações demonstrativas da ação política e ideologia do regime, onde se criava um imaginário de símbolos para divulgar às massas e que se materializou em diversas formas, as exposições nacionais foram uma delas. Nas exposições participavam artistas plásticos e arquitetos, o modernismo estético era também um veículo da propaganda.

As ações do SPN envolviam o cinema[128], prémios literários celebrações e as exposições nacionais, tentou estabelecer um estilo próprio de valorização nacional, com forte componente popular, como ficou marcado com a eleição da Aldeia mais portuguesa de Portugal (Cunha, 2001). António Ferro, a quem Luís Torgal (2009) chama com uma concepção gramsciana "intelectual orgânico", era um modernista, a ação desenvolvida à frente do SPN foi, para Torgal notável (2009:80), em particular no plano editorial, fornecendo grande número de bibliotecas, fundamentais para a "doutrinação" do povo. Para Rosas a criação do SPN e ação de Ferro eram consideradas como, "…a necessidade de fazer ver a obra do regime face às alegadas calúnias e ataques dos seus inimigos e à falta de informação das massas sobre ela, o que podia gerar mal-estar e descontentamento manipuláveis a partir desse desconhecimento" (2001:1042). O responsável pelo SPN tinha presente que a cultura era uma arma política fundamental, estavam em causa os valores nacionais e era necessário promovê-los; uma atividade cultural contínua e firme reforçava a ideia de um regime harmonioso, justo e ordeiro (Torgal, 2009, 76).

António Ferro marcou o seu trabalho, à frente do SPN, por ser um pensador livre, trouxe críticas porque integrava, frequentemente, intelectuais que não pertenciam ao regime (Torgal, 2009:76), tinha simpatia pelo fascismo e apoiava o Estado Novo (Torgal, 2009:55). Mas antes de António Ferro e da ação está um outro nome de referência e envolvido no desenvolvimento da exposição antes de António Ferro: Armindo Monteiro,[129] Ministro das Colónias do Governo de Salazar. A sua carreira começa como subsecretário de Estado das Finanças (Mota, 2011:49) e é convidado para assumir a pasta das colónias de 1931 a 1935 (Rosas, 2001:1035). O ministro

---

[128] O desenvolvimento e uso do cinema foi uma constante nos regimes ditatoriais fascistas, o caso português foi idêntico aos demais regimes europeus, que usaram o cinema como discurso do regime, filmes de propaganda. Exemplo de referência do cinema como Leni Riefenstahl que realizou durante os anos 30 vários filmes para o regime Nazi, sendo ainda hoje uma referência para o cinema mundial (Gilroy, 2000). No que diz respeito ao cinema português dos anos trinta e quarenta, consultar a "breve história do cinema português" (Costa, 1978).

[129] Será exonerado por Salazar em Novembro de 1936 (Rosas, 1992:35)

Armindo Monteiro é considerado por vários autores o teórico da "grandeza imperial" como refere Valentim Alexandre (1996:201) ou nas palavras de Fernando Rosas como: "…talvez o principal ideólogo da doutrina "imperial" do Estado Novo…" (2001:1035).

É através dele que se reforçam as ideias da "vocação colonial do país" mas também a "capacidade nacional de lidar com indígenas" (Valentim, 1999:140), terá sido ele o responsável pela: "publicação da carta organizadora do império, da reforma administrativa ultramarina, da reforma da Agência geral das colónias, da criação da ordem do império, da criação do arquivo histórico colonial, da criação da coleção dos clássicos da expansão portuguesa no mundo e da criação do boletim da legislação ultramarina e da criação da revista mundo português".[130] A sua ação além de eficaz no campo da divulgação imperial, foi igualmente importante na ação de propaganda, levando Portugal a participar na Exposição de Paris de 1931, nas feiras de "amostras" em Luanda e Lourenço Marques (Mota, 2011:57). Foi também um dos responsáveis pela organização da Exposição Colonial Portuguesa no Porto. Os seus incentivos não se ficam apenas pelas ações de propaganda ou reformas administrativas, pois percebeu, que a aproximação comercial entre a metrópole e as colónias, seria importante e uma forma desenvolver o país.

O seu envolvimento na realização da exposição foi importante, como Galvão reconhecera, "o realizador duma obra notabilíssima, de que a exposição é o capítulo mais recente, e ainda como representante que é dum Govêrno que tem permitido, a todos os portugueses reconstituir e usar legitimamente o seu orgulho de raça e o seu brio de nacionalidade" (Galvão.1934b:8-9). De salientar, como refere Francisco Mota, que Galvão era amigo pessoal de Armindo Monteiro, teriam sido colegas na escola de guerra (2011:49), uma relação que marca ambos e as exposições. O ministro sobre a exposição afirmou: "A Exposição Colonial do Porto será a glorificação da obra portuguesa construída para além dos mares (…)" (Galvão, 1934a). Existia uma envolvência que ultrapassava o fator institucional por parte do ministro, um homem que acreditava nos objectivos do estado.

Outro dos nomes de referência é Henrique Galvão, que nesta fase da sua carreira é um homem do Regime, tendo ocupado vários cargos de nomeação do Estado. Galvão tem uma ligação forte a África, em especial a Angola, o pai fora magistrado no tribunal da relação de

[130] BGC, 1934, n. 106:57.

Luanda, a sua juventude passou-a lá mas, também, o seu avô, que fora governador de Moçambique.[131] Ele próprio foi governador da Huíla em Angola, em 1929 (Galvão, 1931:19), toda a sua ligação a África e ao Estado Novo, marcaria a sua posição, era um conhecedor da realidade colonial africana, considerava, ainda, quando no cargo de governador, que "o desconhecimento que havia sôbre as cousas de África e que ainda hoje é profundo (…)" (1931:29) e considerava que deveriam ser solucionados, uma lacuna na qual assumia responsabilidades.

Como era um homem do regime e acreditava na posição do Estado Novo, em relação à política colonial, procurava envolver-se na difusão do império português, uma dessas ações foi a sua participação na exposição de Paris de 1931. Acompanhou o seu amigo Armindo Monteiro, foi apresentar uma comunicação sobre o trabalho indígena, no congresso da imprensa colonial, para a qual muito contribuíra o fato de ter fundado a revista "Portugal Colonial", onde era diretor (Mota, 2011:55). Segundo Francisco Mota, Galvão terá regressado fascinado, com a recriação das aldeias e "habitats das colónias" e "cheio de ideias…" (2011:56), não estando, no entanto, aparente nem totalmente convencido[132].

Após o seu regresso de Paris e a continuação da revista "Portugal Colonial", Galvão é nomeado "diretor das feiras e amostras coloniais" (Mota, 2011:57), eventos que se realizariam em Angola e Moçambique, no ano de 1932. As feiras em África tinham dois grandes objetivos, o primeiro incentivar as relações comerciais, como Mota refere: "esclarecer os mercados de Angola e Moçambique quanto às possibilidades oferecidas pela indústria portuguesa…" (2011:57), o segundo preparar a realização da Exposição Colonial do Porto.

A sua posição enquanto diretor das feiras e amostras, garante-lhe experiência e visibilidade; durante o ano de 1933, é nomeado para a comissão técnica da organização da Exposição Colonial do Porto[133], na qual assume o papel de diretor técnico. Aparentemente Galvão era um homem dinâmico, além das suas inúmeras funções profissionais, publicou e escreveu diversos ensaios, crónicas e narrativas abordando o tema de África, sobre eles recebeu alguns prémios literários, atribuídos pelo SPN, como refere Luís Reis Torgal, eram prémios atribuídos de acordo com a "consciência corporativista" (2009:123). Este dinamismo parecia ter

[131] BGC, 1934, n. 109:338.
[132] Mais tarde em 1935 Galvão, numa conferência da Sociedade de geografia de Lisboa, considera que apesar de tudo a exposição de Paris não foi uma "exposição colonial"(BGC, 1935, n. 115:113).
[133] Como consta nos artigos 2 e 3 do decreto 22.987 de 28 de Agosto de 1933 que institui a exposição; ver anexo 4.

outros objetivos, bem patentes na afirmação de Francisco Mota que refere que Galvão "…não descansava nas suas diversas ofensivas para ocupar um lugar ao sol na ditadura" (2011:52), mais tarde na sua nomeação para o lugar de diretor técnico, o mesmo autor refere que Galvão considerou como "… uma oportunidade única de se afirmar aos olhos de Salazar e do país, demonstrando a sua fé no império mas, também, a sua capacidade de direção e de realização" (2011:63).

Independentemente das suas aspirações políticas, estes são os intervenientes mais relevantes na organização da exposição, sendo de sublinhar que as várias instituições ligadas à economia e comércio da cidade tiveram uma ação fundamental,[134] no entanto, por trás destes homens está uma grande e forte componente ideológica do novo Estado.

5. 2 – Interpretação da representação

Para Thompson (1990) é fundamental estudar os conteúdos dos textos, dos conteúdos, dessa forma pode-se determinar até onde se verifica a ação da ideologia nesse mesmo texto, a sua abordagem de permite verificar a estrutura que compõem essa ideologia. Neste subcapítulo a construção dos textos de Thompson, que se tem designado conteúdo, é analisada de acordo com referências sobre o local, duração do evento, descrições de pavilhões e pessoas; no caso das descrições das pessoas, será feita de acordo com os países participantes que representam o outro e por ordem alfabética, por motivos de organização.

Angola, Cabo Verde, Guiné, Índia, Macau, Moçambique, São Tome e Príncipe e Timor.

Como se demonstrou no capítulo anterior a Exposição Colonial do Porto foi organizada no espaço do Palácio de cristal, um espaço fechado da cidade e que pretendia: "…fazer da cidade do Porto o primeiro mostruário da vida colonial portuguesa, apresentando figuras indígenas, vestígios etnográficos, produtos agrícolas e marcas de cultura, era de molde a patentear a riqueza de um além-mar para muitos, ainda desconhecido" (Serrão, 2000:321).

[134] No caso da Exposição Colonial do Porto os nomes relevantes estão identificados nos anexos, no regulamento geral da exposição.

Antes da decisão da realização do evento, eram um local votado ao abandono, espaço que acabaria comprado pela câmara municipal e nele foi efectuado, segundo o BGC[135], " um deslumbrante milagre de vida, um milagre plástico". O espaço do palácio de cristal foi sofreu algumas modificações, segundo Serém (2001:101), a fachada do palácio foi projectada por Mouton Osório e a praça do império cujo arranjo foi da responsabilidade de Ponce de Castro. O edifício principal que seria designado Palácio das colónias, demonstrava na sua fachada a arquitectura modernista[136], movimento que marca o período inicial do Estado Novo, "…apresenta[va] em verticais ranhuras, com os seus desenvolvimentos rectilíneos e os seus cubos monumentais…".[137]

Imagem 5.2 – Responsaveis técnicos da Exposição Colonial



Fonte - Noticias ilustrado" de 29 Abril de 1934

Segundo o mapa do recinto pode-se constar que existem duas secções distintas, a interior e a exterior. A primeira é congregada pelas representações que têm lugar dentro do palácio das colónias, eixo central de toda a exposição e a segunda, é todo o restante recinto, constituído por diversos pavilhões, aldeias nativas e vários divertimentos.

---

[135] BGC, 1934 n.º 109:263

[136] Não se consegue em poucas palavras definir, ideologicamente, o modernismo, no entanto a obra de Greenhalgh (1990) refere pormenorizadamente as suas principais características, consistia num conjunto de ideias que envolve desde a literatura, as artes plásticas e a arquitectura, na qual se pretendia mudar a consciência que se tinha do mundo e melhorar as condições materiais dos objetos. Modernismo procura dar destaque, na arquitectura, aos processos de desenvolvimento económico-social, ligando a criação de novos espaços da sociedade moderna a uma linguagem comprometida com os processos produtivos industriais, demonstrando o desenvolvimento da sociedade.

[137] BGC, 1934 n.º 109:266

Figura 5.1 – Mapa do recinto da exposição de 1934



Fonte – Serem (2001)

Henrique Galvão idealizara para o recinto do Porto duas divisões distintas (CPECP, 1934:8), a primeira, a "representação oficial do Império" que ocorria em dois espaços, no palácio das colónias e nos jardins com a representação etnográfica. A segunda divisão era a particular, que incluía expositores, atrações e diversões, como um Luna Parque, pequeno jardim zoológico, comboio e teleférico[138]. Para Galvão a secção oficial, dentro do palácio, deveria ser uma demonstração "com critério essencialmente prático", da ação colonizadora portuguesa, incluindo as várias atividades por si desenvolvidas nas colónias.

O espaço onde a exposição seria realizada, era um espaço fechado, deveria albergar toda: "…a extensão, intensidade e efeitos da ação colonizadora portuguesa, os recursos e atividades económicas do Império e as possibilidades de estreitamento de relações, comerciais, entre as várias partes da Nação".[139] Dentro do recinto ocorriam vários eventos, integrados no âmbito da

[138] Ver imagem 5.4
[139] Artigo 2º do decreto 22.987, ver anexo 4.

exposição, como cinema[140], teatro, espectáculos de diversa ordem (Mota, 2011:79) no entanto, também se verificaram eventos paralelos fora dos seus limites físicos, como congressos, desfiles, ou outros.

O espaço da exposição deveria albergar as cerca de duzentas pessoas, indígenas, em permanência, divididos pelos vários pavilhões e aldeias, esses habitantes estavam divididos de acordo com os territórios representados. O espaço da exposição era o local de residência dos indígenas, única excepção o regimento de landins, que estavam aquartelados num edifício lateral ao palácio o Regimento Metralhadoras 3, representava um império em miniatura, como se refere no BGC, a "…microscópica imagem (…) [do império que] constituem todas essas delegações de povos (…) da portugalidade"[141] onde nenhum pormenor foi descurado.

Um desses detalhes era papel da língua, um dos maiores feitos portugueses, e que marcou toponimicamente várias partes do mundo[142] e referenciava todo o recinto da exposição. A avenida das colónias ou avenida da índia[143] eram dois, desses muitos, exemplos que fariam o público circular por todo o "microcosmos", na acepção de Geppert em relação à exposição de Wembley (2010:177), do colonialismo.

O microcosmos tem uma divisão organizacional do espaço complexa, estava dividida em dezasseis grupos que por sua vez se subdividiam em cinquenta classes, como se verifica no quadro seguinte.

[140] Como consta do artigo do "Noticias ilustrado" de 29 Abril de 1934.
[141] BGC, 1934 n.º 109:332.
[142] BGC, 1934 n.º 109:271.
[143] Vêr mapa do recinto.

Quadro 5.2 - Estrutura organizativa do evento

Grupo I	Secção retrospectiva	Classe 1	Descobertas
		Classe 2	Conquista e colonização
Grupo 2	Orgânica colonial	Classe 3	Poder central
Grupo 3	Colonização	Classe 4	Povoamento europeu
Grupo 4	Politica indigena	Classe 5	Curadoria
Grupo 5	Assistencia tecnica, social, económica e financeira	Classe 6	Ensino colonial
		Classe 7	Instrução nas colónias
		Classe 8	Medicina e higiene
		Classe 9	Assistência espiritual
		Classe 10	Assistência cientifica
		Classe 11	Urbanização
		Classe 12	Instituições de crédito
Grupo 6	Transportes, vias de comunicação e transmissão	Classe 13	Navegação
		Classe 14	Portos
		Classe 15	Caminhos de ferro
		Classe 16	Automobilismo
		Classe 17	Comunicações em geral
Grupo 7	Agricultura e florestas	Classe 18	Processos de cultura e exploração
		Classe 19	Matérias primas alimetares e
		Classe 20	Produtos florestais
Grupo 8	Pecuária	Classe 21	Explorações pecuarias particulares e sua orientação oficial
		Classe 22	Produtos e derivados
Grupo 9	Produtos do Subsolo	Classe 23	Minérios
		Classe 24	Exploração e extração de minérios
Grupo 10	Comércio	Classe 25	Expansão comercial
Grupo 11	Industrias em geral	Classe 26	Expansão industrial
		Classe 27	Pescas e conservas
		Classe 28	Açucar
		Classe 29	Oleos e sabões
		Classe 30	Tabacos
		Classe 31	Materiais de construção
		Classe 32	Produtos químicos
		Classe 33	Metalurgia
		Classe 34	Artes gráficas
		Classe 35	Industria textil e de vestuario
		Classe 36	Peles e derivados
		Classe 37	Cerâmica e vidros
		Classe 38	Mobiliário
		Classe 39	Produtos alimentares e de consumo
		Classe 40	Ourivesaria e bijutaria
Grupo 12	Arte, literatura e publicidade	Classe 41	Arte indígena
		Classe 42	Literatura
		Classe 43	Imprensa
		Classe 44	Propaganda e turismo
Grupo 13	Propaganda, turismo, educação física	Classe 45	Desportos
Grupo 14	Etnografia	Classe 46	Usos e costumes
Grupo 15	Instrumentos e processos gerais das ciências, das letras e das artes	Classe 47	Instrumentos cientificos
Grupo 16	Arigos e produtos de	Classe 48	Produtos alimentares
		Classe 49	Vestuario
		Classe 50	Artigos diversos

Fonte - decreto 22.987

Em todos estes grupos e classes surgem referências aos indígenas, é importante saber o papel que assumem no processo colonial e ideológico do estado, que relações de poder são estabelecidas, por seguida. Na quinta classe, dedicada à política indígena, a informação existente menciona o Governo e formas de administração dos indígenas, as autoridades indígenas e sua

influência mas também, a protecção patronal, o regime de propriedade indígena e Legislação de trabalho. Na sétima classe, relativa à instrução das colónias, aborda o ensino ministrado aos brancos e assimilados nas colónias e o ensino ministrado aos indígenas. Na classe numero oito, dedicada à medicina e higiene, aborda a assistência dos serviços de higiene às povoações indígenas. A classe nove, dedicada à assistência espiritual, demonstra as afirmações da sua contribuição na evolução social dos indígenas demonstrando o papel das missões. A décima classe, relativa à urbanização, demonstra dados estatísticos da população.

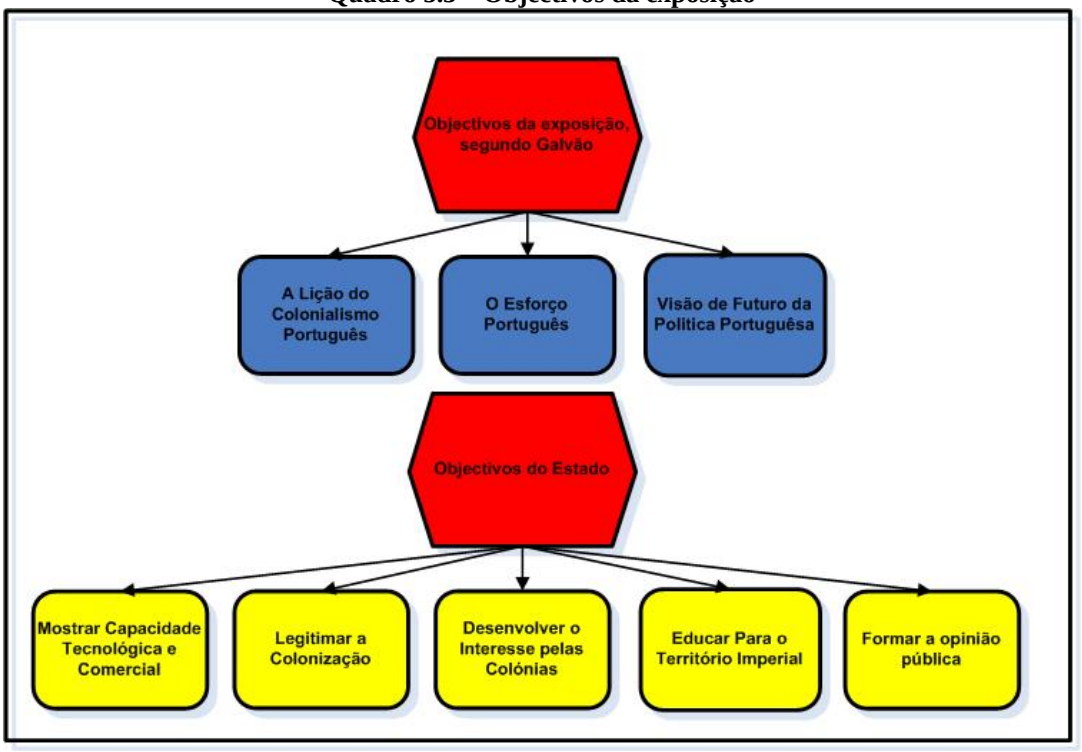
A classe dezoito, sobre os processos de cultura e exploração, identifica a pequena agricultura de colonos e indígenas. Na vigésima primeira classe, subordinada às explorações pecuárias particulares e sua orientação oficial, identifica os métodos e processos de exploração pecuária de europeus e indígenas. Na quadragésima classe, ourivesaria e bijutaria, identificam-se trabalhos em ouro e prata, artigos em matérias das colónias como, tartaruga, marfim, ébano e madeiras exóticas. Na classe numero quarenta e um, arte indígena, demonstra estatuetas revelando intuições artísticas, gravação em madeira, pedra, metais e cascas mas também instrumentos musicais. A classe quarenta e cinco, sobre os desportos, identificam os desportos indígenas. A Classe quarenta e seis sobre os usos e costumes, aborda as raças e tipos, estados etnográficos e antropométricos. Costumes e usos gentílicos. Demonstrações em aldeias, instalações e documentários da vida indígena.

O espaço da exposição colonial, com todas estas representações, os objectivos do evento eram dar a "lição de colonialismo que ainda não foi dada ao povo português" (CPECP, 1934:7), como é possível vêr ver no quadro seguinte, pretendia-se, como confirma Galvão, demonstrar as expressões de "ordem moral, política e espiritual e económica"(CPECP, 1934:7). Uma vez que não se podiam levar os "portugueses às Colónias", idealizou-se um evento que traga as colónias aos portugueses (CPECP, 1934:7), que permitisse aos portugueses um conhecimento "exacto" (CPECP, 1934:8) da realidade colonial.

Segundo o próprio Galvão seria uma representação que permitiria aos portugueses " ver num ambiente tão aproximado quanto possível" os indígenas das Colónias portuguesas (CPECP, 1934:9). Um dos seus objectivos é o de "substituir os seus possíveis preconceitos por uma ideia

exacta" do povo em relação às colónias (CPECP, 1934:9). O que era proposto no espaço da exposição era criar "uma lição colonial num dia".[144]

Quadro 5.3 – Objectivos da exposição



Fonte – CPECP (1934)

Para a exposição colonial foram trazidos indígenas das colónias para demonstração da grande capacidade portuguesa e da sua ação colonizadora, a chegada dos indígenas era aguardada, desde à algum tempo, pelo menos Abril de 1934, que se sabiam os principais participantes no evento. A direcção da Exposição recebeu[145] do vários Governos das colónias, como do Governo da Guiné, da Índia e de Timor, a lista de indígenas que iriam participar no certame. Deveria ser uma representação de todo o império e com os elementos mais característicos dessas culturas, O Ministro Armindo Monteiro teve papel importante nas escolhas de representantes que participariam no evento, foi ele próprio que "…solicitou a presença de um grupo de indígenas da Damba, Angola, para participar no evento…"[146], mas também a presença

[144] Noticias ilustrado de 29 de Abril de 1934.
[145] BGC, 1934 n.º 106:100.
[146] BGC, 1934 n.º 107:263

de alguns Mucancalas. de Moçambique, cinco famílias de landins e uma orquestra de marimbas mais a companhia de landins.

As escolhas realizadas pelo ministro e pela direcção da organização da exposição, materializaram-se nos elementos que se conseguiu identificar, na diversa informação recolhida e cruzada, e que se enumera em seguida e que durante o mês de Maio começaram a chegar a Lisboa. O periódico "Noticias ilustrado", refere-se ao movimento de indígenas que chagavam a Lisboa, em trânsito para o Porto, onde eram recebidos e "vacinados", antes de serem enviados para a exposição.[147]

Os participantes no evento, distribuídos por país, e por ordem alfabética, eram os seguintes:

De Angola chegou a banda da 1º Companhia indígena de Infantaria de Angola,[148] indígenas da Damba, não se conseguiu um número preciso de participantes. De Cabo Verde, a sua representação tem poucas referências, sabe-se no entanto que viriam quatro pares de dançarinos e um quinteto musical,[149]: "…os seus característicos entoadores da "morna"".[150] Da Guiné, como refere o Boletim de Junho de 1934, chegou um grupo composto por dezoito homens Bijagoz e catorze mulheres, vinte homens das etnias Balanta, Mandingas e Fulas, cinco artífices, um régulo, a sua mulher, dois filhos e dois criados, perfazendo um total sessenta e três pessoas. No que se refere às suas funções, entre eles estavam representados, como referia o BGC de Abril,[151] dois sapateiros, dois tecelães, dois escultores, oito lutadores e dois prestidigitadores.[152]

Da zona mais oriental do globo, da Índia, veio um grupo de Indus, "domadores de serpentes", dois vendedores de objetos de latão, quatro bailadeiras, quatro tocadores, e dois mouros Cipelos.[153] A representação de Macau era composta por um grupo de músicos, e os quais não estão identificados em numero.

A representação de Moçambique era composta pela 5ª Companhia de landins, sendo a sua composição de cento e quatro homens, também chegaram: "…alguns negros da Zambézia,

---

[147] Noticias ilustrado de 20 de Maio de 1934
[148] BGC, 1934 n.º 108:160
[149] BGC, 1934 N.º 107:263
[150] BGC, 1934 n.º 109:332
[151] BGC, 1934 n.º 106:100
[152] Feiticeiros ou ilusionistas
[153] BGC, 1934 n.º 106:101

desses delicados artistas que fazem bonitas prendas gentilezas de outro, ébano e marfim", sem especificar contudo o seu número total.154 Por ultimo. a representação de Timor era composta por quatro homens e cinco mulheres, desde o seu chefe esposa a criados e artífices.

O espaço físico e humano estava completo para a que se pudesse dar início ao evento e em prazo previsto,[155] a Exposição Colonial do Porto é inaugurada oficialmente no dia dezasseis de Junho de 1934 e encerrou no dia trinta de Setembro do mesmo ano. O acto de inauguração oficial foi antecedido por uma sessão solene na noite de 15 de Junho no palácio da bolsa,[156] no Porto, onde constavam todos os principais intervenientes, que participaram de alguma forma no desenvolvimento do evento. Entre eles encontravam-se o Presidente da República - Óscar Carmona, Ministro das Colónias - Armindo Monteiro, Director da Exposição - Henrique Galvão e, as instituições da cidade do Porto que integrava a Sociedade Anónima.

Veríssimo Serrão considera que foi um acontecimento marcante para a cidade do Porto e para o país, foi a afirmação perante os sectores económicos e culturais do norte, da realidade imperial portuguesa (2000:276); Francisco Mota faz referencia a mil e oitocentos participantes na sessão solene, demonstrando o impacto que teve na época (2011:66).

Depois de identificados os participantes e o ato de inauguração do evento, é necessário proceder à descrição narrativa do outro, na Exposição Colonial do Porto, tema central deste segundo subcapítulo. A nalise narrativa desenvolve-se em torno das imagens oficias, valorizando mais a representação das pessoas e menos os objetos. A preocupação em tono da descrição narrativa visa desenvolver uma descrição dos principais elementos e das ocorrências que envolvem o outro, como foi oficialmente representado do outro na exposição, um orientalismo do discurso colonial. Na construção do conteúdo e descrição narrativa, procura-se cruzar as imagens existentes, realizadas por Domingos Alvão,[157] com a informação do Boletim Geral das Colónias destacando, em especial, tudo o que faça referências à representação do outro, descrito de acordo com a informação da época, demonstrando as relações que o discurso promove entre colonizador/colonizado.

As fotografias existentes descrevem os locais e pessoas no recinto, foram divididas em quatro categorias segundo a ordem da públicação de Alvão. A primeira refere-se às

---

[154] BGC, 1934 n.º 109:408
[155] O cumprimento do prazo da realização da exposição foi uma das constantes questões na época (Mota, 2011).
[156] BGC, 1934 n.º 109:152
[157] Domingos Alvão tinha o exclusivo da cobertura fotográfica do certame Acciaiuoli (1998:19) e Serém (2001), ver Anexo 6.

representações no interior palácio das colónias, a segunda aos pavilhões exteriores, a terceira às pessoas e por ultimo o cortejo de encerramento, será de acordo com este enquadramento que seguidamente se descreve a narrativa do texto colonial, cruzando as imagens com as descrições da época registadas nos documentos oficias.

O edifício principal estava dividido em cinco partes[158], a nave central em três e duas naves laterais. Na parte central estaria, o que Galvão designa, a "lição do colonialismo português" (CPECP, 1934:8) dos últimos cinquenta anos. As naves laterais estariam reservadas às representações dos produtos portugueses e coloniais que poderiam ser importantes ao fortalecimento das relações comerciais. Num papel secundário dentro do edifício central, estariam ainda, outras representações todas dedicadas à ação colonizadora, desde gabinetes de informação, representações oficias como a da Agência Geral das Colónias, dos Ministérios da Guerra e da Marinha, com representações próprias. No que se refere à representação oficial, mas no exterior do palácio das colónias, estava a " representação etnográfica de tôdas as Colónias portuguesas" (CPECP, 1934:9), as aldeias e instalações típicas dos indígenas com várias artes e ofícios. No que se refere à componente privada, os pavilhões de expositores particulares, as representações do outro não são significativas, mas ocorrem em cartazes publicitários como no pavilhão de Alfredo Carneiro de Vasconcelos e filho que vendiam sementes (Serem, 2001:161), usando uma representação e um soldado Landim usado para promover os seus produtos, como ocorria em outros países na mesma situação; a Alemanha por exemplo (Ciarlo, 2011).

As primeiras representações, do outro, considerando a divisão oficial e privada de Galvão, e as três categorias em que se dividiu as imagens de Domingos Alvão, ocorrem no momento da inauguração oficial, ainda antes de se chegar ao espaço físico. A imagem designada "um trecho da cerimónia de abertura solene da exposição", e que é possivel consultar nos anexos, mostra os principais intervenientes no acto solene, desde Presidente da República, Ministro das Colónias e Comissão Organizadora entre outros. Nessa imagem, num segundo plano, está presente um conjunto de soldados africanos na escadaria lateral, supõem-se que sejam os Landins de Moçambique,[159] a companhia de Landins foi a guarda de honra oficial do evento, esteve presente em quase todos os eventos importantes que envolveram a exposição, desde a sessão solene do dia 15 de Junho no palácio da Bolsa, ao seu encerramento. O seu papel era considerado importante

[158] ver mapa nos anexos
[159] As referências à companhia de infantaria de Angola dizem respeito a uma banda de musica, ainda que sejam soldados.

como o referiu o comandante da 1ª região militar, o Brigadeiro Schiopa de Azevedo, que observava que a presença de um contingente colonial era importante para a "confraternização entre as forças", da metrópole e das colónias.[160] Após a sua presença na sessão solene participam, no dia seguinte, na "primeira solenidade" da inauguração na Baixa do Porto,[161] onde é realizado um desfile de tropas, "…no qual os landins puseram um tom de mavorcidade particularmente colorida…"[162] ao evento. Os Landins estavam sempre presentes, na entrada do palácio das colónias, quando haviam visitas de convidados distintos, como o caso do Ministro Belga das colónias[163] ou o Ministro da Marinha de Espanha,[164] eram descritos como:[165] "…104 homens altos como torres, de óptimo aspecto, que causaram sensação…".

No primeiro grupo, enquadrado na categoria das fotografias que demonstram o interior do palácio das colónias, existem várias imagens que representam o outro,

as imagens designadas: "um aspecto da Nave Central", "Nave central" e "Nave Central (secção antropologia colonial)", exibem aspectos de carácter geral do interior do edifício e a informação nele contida, a informação em imagens e objetos ou dioramas, apresentam a forma como Portugal encara o tratamento com o outro. Pinturas nas paredes que expõem os primeiros contactos com os africanos, alguns materiais, no caso da antropologia, as principais características físicas do outro, com a presença de esqueletos e moldes de cabeças, demonstrando as diferenças físicas entre as raças. São demonstrações de um contacto fraternal e consentido entre as partes em que Portugal demonstra o seu papel de descobrirdor e paternal, permite igualmente verificar o enquadramento das duas fotografias seguintes que retratam a representação das missões. Na imagem "Nave central", o BGC[166] descreve: "…ao centro da composição, uma serena figura de mulher, cujos olhos a confiança ilumina, ergue maternalmente nos braços, aos beijos do sol, um bambino negro… No pano de fundo recorta-se o perfil de um padrão da descoberta… à direita, o vulto dum missionário na faina de espalhar a boa semente… À esquerda, a caminho do centro vizinho, aonde vai vender a sua colheita, caminha um indígena

[160] BGC, 1934 n.º 106:95
[161] BGC, 1934 n.º 109:165
[162] BGC, 1934 n.º 109:165
[163] BGC, 1934 n.º 109:358
[164] BGC, 1934 n.º 109:363
[165] BGC, 1934 n.º 109:408
[166] BGC, 1934, n.º 109:307

educado já, como o homem branco, no amor do trabalho, no gôsto do pão que o próprio suor rega…"

Imagem 5.3 – Missões Religiosas



Fonte – livro de clichés de Domingos Alvão

Sobre as duas fotografias designadas[167] "trecho da representação das missões religiosas do ultramar", um artigo do "Correio de Coimbra" pelo Dr. Trindade Salgueiro[168] sobre a " conferência dos Governadores e a Exposição Colonial, descreve a representação das missões, o que está representado nas duas imagens. A representação das missões que se encontra na Nave Central do Palácio das Colónias, na representação das missões, em que existem pequenas recriações do papel dos missionários com figuras humanas, o recurso aos dioramas para retratar esse papel. O missionário e o seu papel é retratado como o do ensino aos africanos, o artigo refere que os missionários: " empregam todos os meios de catequiza-los, de ilumina-los e de moraliza-los"[169], ensinando-lhes também ofícios: "…profissões que dêem aos indígenas a consciência da sua nobreza…". Trindade Salgueiro menciona ainda, a existência de um:

[167] ver anexo 6.
[168] artigo compilado no BGC, 1934, n.º 109:477-481
[169] BGC, 1934, n.º 109:480

"…quadro vivo duma religiosa, ensinando costura a uma pretinha, que é toda atenção, dum missionário iniciando um rapazinho em serviço de carpintaria, e duma "irmã", tratando carinhosamente dum leproso…".[170] O papel das missões era considerado importante no processo de colonização (Rosas, 1992). A ação das missões portuguesas é identificada por: "…5 grupos de manequins dão aspectos flagrantes da ação missionaria, no ensino, na assistência médica. Mapas e fotografias demonstram a expansão da obra missionaria. Diversos produtos das indústrias criadas dentro das missões, mostram os resultados do ensino profissional por elas ministrado"[171]. É importante colocar aqui uma ressalva apesar de, segundo a sequencia das imagens de Alvão, existir mais à frente uma outra representação das missões, no meio das representações de pessoas, é adequado colocar aqui a imagem designada "Um Aspecto do Pavilhão das Missões Católicas do Ultramar". Trata-se de uma demonstração missionária, neste caso das Irmãs de S. José de Cluny, onde um diorama exibe: "… o seu mundo de pupilos, os seus educadores…"[172], demonstrando papel das missões. O guia do visitante refere-se a ele como: "capela e exposição missionaria", "…com um mostruário de trabalhos executados nas missões."[173]. São demonstrações de cariz cultural, políticas e sociais onde se mostra o papel da ação missionária, considerando pelo, BCG, está patente a multiplicidade de facetas da obra missionária. O diorama é composta por: "…diversas figuras em madeira, no museu anexo ao grupo e instalado na capela de Carlos Alberto, representam, por um modo pitoresco e de fácil inteligência, os efeitos obtidos pela influência educadora das missões…".[174]

[170] BGC, 1934, n.º 109:481
[171] GOVECP, 1934:19
[172] BGC, 1934, n.º 109:331
[173] GOVECP, 1934:35-6
[174] BGC, 1934, n.º 109:278

Imagem 5.4 – Representações habitacionais das culturas coloniais de Angola e Guiné no recinto da exposição



Fonte – livro de clichés de Domingos Alvão

A imagem que se debruça sobre o "Museu de Arte Indígena", representa uma sala do edifício principal onde estão várias representações da arte africana, esculturas, instrumentos musicais, entre os mais relevantes e perceptíveis na imagem. No BGC, na descrição dos espaços refere-se à: "…curiosa demonstração de arte indígena",[175] por sua vez, o guia oficial considera como: "Repositório de todas as manifestações artísticas dos naturais das nossas colónias",[176] mas não é feita nenhuma descrição. A fotografia "Secção de Arte Indígena", aponta quatro esculturas de cabeças do Benin, por seu turno, a imagem "Um Trecho da Exposição de Pintura e Esculturas Coloniais", representa duas esculturas de africanos, um homem e uma mulher, ladeado por, pelo menos, três quadros. Com esta ultima fotografia encerra-se a informação sobre o espaço interior e transita-se para o exterior do edifício central.

A segunda divisão das imagens na construção da informação, diz respeito à parte exterior e em particular aos pavilhões, o Boletim Geral das colónias considera que é: "…a representação das populações indígenas é a mais completa que podia desejar-se…",[177] de uma forma geral são imagens que refletem a representação física das habitações e paisagens circundantes dos indígenas, existem diversas imagens que sobre elas se debruçam e que se enumera, de acordo com a obra de Alvão em seguida.

Os pavilhões e aldeias indígenas eram as construções que pretendiam reconstruir a realidade colonial. A primeira imagem de uma estrutura, é o "Pavilhão de Etnografia" colonial,

[175] BGC, 1934, n.º 109:306
[176] GOVECP, 1934:25
[177] BGC, 1934, n.º 109:332

também referenciado como o museu etnográfico. A imagem revela um edifício circular com aspecto indígena, e do qual se sabe possuir: "…com uma copiosa exibição de documentos, exemplos e amostras desde os que falam do exotismo chinês até aos costumes e artigos característicos dos indígenas das mais distantes colónias portuguesas. De Angola, por exemplo, vieram diversos objetos usados pelos feiticeiros, utensílios oficinais e agrícolas, colecções de cachimbos, colecções de louca domestica, pentes, cadeiras em talha, barretes, chapéus, armas de guerra, trajes festivos, com que os negros usam dançar seus batuques de gala, instrumentos de musica…".[178] O Guia oficial do Visitante da Exposição Colonial Portuguesa (GOVECP) descreve o pavilhão etnográfico como um espaço: "onde estão expostas as mais ricas peças etnográficas das nossas colónias[179]".

A imagem da "Aldeia lacustre Bijagoz (Guiné)", exibe uma representação de um aldeamento de habitações tradicionais, que o BGC descreve como aldeias que se banham "pitorescamente no grande lago…"[180], com os barcos característicos, as pirogas. Também a representação do "Pavilhão da Colónia de Macau", exibe um pavilhão aberto, a imagem tem o que aparentam ser, três macaenses no exterior. Este pavilhão no dia da inauguração, no qual o Presidente da República fez uma visita guiada, o BGC refere-se[181] a ele como um local com "…esquesito interior, em que predominam a laca e o tom de ouro. Ambiente de mimo e de descrição, um quadrozinho de graça exótica…". O facto de ter cadeiras e mesas no exterior é explicado pelo facto de o pavilhão de Macau ser: "destinado à casa de chã e onde toca habitualmente uma orquestra de músicos chineses…".[182]

Outro pavilhão e outra cultura mostra a fotografia relacionada com o "Pavilhão da India", a imagem retrata um pavilhão com colunas na sua entrada, com dois pisos. O BGC refere, na discrição do pavilhão da índia, às danças e roupas "sumptuoso costume" faz-se a apologia do exótico, as flores os cheiros e a "floresta misteriosa".[183] No entanto o guia do visitante faz uma dscrição que refere: "…Um templo indu guarnecido com bailadeiras e indígenas deste estado…", [184] mas que não constam da imagem de Alvão.

---

[178] BGC, 1934, n.º 109:331
[179] GOVECP, 1934:4
[180] BGC, 1934, n.º 109:332
[181] BGC, 1934, n.º 109:174
[182] GOVECP, 1934:36
[183] BGC, 1934, n.º 109:174
[184] GOVECP, 1934:30

O "Pavilhão da colónia de S. Tomé e Príncipe" demonstra um edifício de aspecto indígena e de forma circular, espaço de forma hexagonal e telhado em colmo e que, segundo o BGC,[185] aparece identificada como "casa de prova", ou como o guia do visitante refere, "posto de prova de café" (GOVECP, 1934:30).

A fotografia que retrata a "Aldeia de Angola e Casa do Colono", é uma imagem que demonstra uma paisagem agrícola com duas estruturas, o Guia oficial refere-se a ela como: "um aspecto de Angola com uma aldeia indígena, um trecho de estrada e uma casa de colono",[186] nesse espaço estão alguns indígenas, aparentemente a trabalhar uma cultura, e outros na entrada da casa do colono. O BGC afirma ser um "canto de Angola", onde um trecho de estrada, à borda da qual se ergue uma povoação indígena, e mais adiante, "…a exemplificar a fraternidade e o idílio da terra, as suas pacificas lavras, uma casa de colonos".[187] A imagem imediata exibe o "Posto Médico de Socorros", representa uma construção de tipo ocidental, com escadas de acesso, onde um africano esta sentado, como quem aguarda a vez.

Retomando pavilhões indígenas, o "Pavilhão da Colónia de Cabo Verde", demonstra parte de uma edifício de aspecto indígena com uma grande área exterior, como um alpendre, com cadeiras e mesas, possui legendas que dão a entender que se pode experimentar cafés. Existem poucas referências ao pavilhão de Cabo Verde, e com ele termina a segunda secção.

O terceiro e ultimo tipo de representações dos indígenas são as imagens em que o edifício deixa de ser o destaque e passam a ser as pessoa, os edifícios passam a ter um papel secundário ou de suporte. No que se refere às pessoas, fotografias de são uma representação de todas as colónias presentes, com uma ou duas imagens de cada representação indígena. De acordo com a ordem da públicação dos clichés do álbum fotográfico comemorativo das exposições, a primeira imagem diz respeito à "Aldeia Lacustre de Bijagoz (Guiné) "só as pessoas"", esta imagem demonstra uma parte da aldeia da Guiné com quatro pessoas, outra perspectiva da aldeia junto ao lago.

A segunda imagem é sobre a "Aldeia de Angola – terraço da casa do colono", outra perspectiva da representação angolana, com cerca de doze africanos vestidos de várias formas, na entrada da casa do colono, a quinta de trabalho.

---

[185] BGC, 1934, n.º 109:401
[186] GOVECP, 1934:30
[187] BGC, 1934, n.º 109:331

A imagem relativa ao "Grupo de Indígenas da Colónia de Cabo Verde junto da Estátua de Afonso de Albuquerque", demonstra um grupo de sete indígenas, cinco mulheres e dois homens junto à imagem de Afonso de Albuquerque. Na mesma imagem públicada no BGC[188], a legenda identifica-os representantes de Cabo Verde: "… intérpretes do seu folclore".

Imagem 5.5 - Grupo de indígenas de Cabo Verde



Fonte – livro de clichés de Domingos Alvão

As imagens também distinguem indivíduos específicos, são alguns os seus representantes, o primeiro caso é "O Régulo Mamadú Sissé". É uma imagem que representa um Homem Guineense e do qual se sabe o seu nome, sentado com roupas de aparência tradicional e sentado. de Mamadu Sissé a informação existente identifica-o como "velho" chefe de guerra e Tenente de segunda-linha que participou na pacificação do território do lado de Portugal[189]. A

[188] BGC, 1934, n.º 109: 371
[189] BGC, 1934, n.º 106: 100

imagem seguinte é a de outro "Homem Balanta (Abdulai Sissé)", é a imagem do filho do actor principal da imagem anterior, sabe-se que veio ao evento também como intérprete de seu pai.[190]

A imagem posterior representa uma "Mulher Balanta "Rosita"", a imagem semi-nua de uma mulher com um colar, encostada ao que se supõe ser uma das habitações da aldeia. A Rosita foi uma das personagem mais vistas da exposição cativava público, como refere Francisco Mota (2011:77).

Imagem 5.6 - Régulo Mamadu Sissé



Fonte – livro de clichés de Domingos Alvão

A imagem de um "Tecelão" representa um homem sentado no chão, à porta da sua habitação a trabalhar com um tear e que se encontrava no exterior do pavilhão da companhia e Moçambique.[191] Fazia parte de um complexo composto por "…duas palhotas, onde trabalham um ourives e um tecelão, um torneiro e os seus ajudantes…".[192]

Fotografia de "Balantas", um grupo de sete indígenas da Guiné, seis homens sentados e uma mulher em pé, ao fundo, no centro da aldeia indígena, vestidos com roupas tradicionais. Outra imagem sobre a Guiné demonstra "Piroga com homens Bijagoz", outra perspectiva da

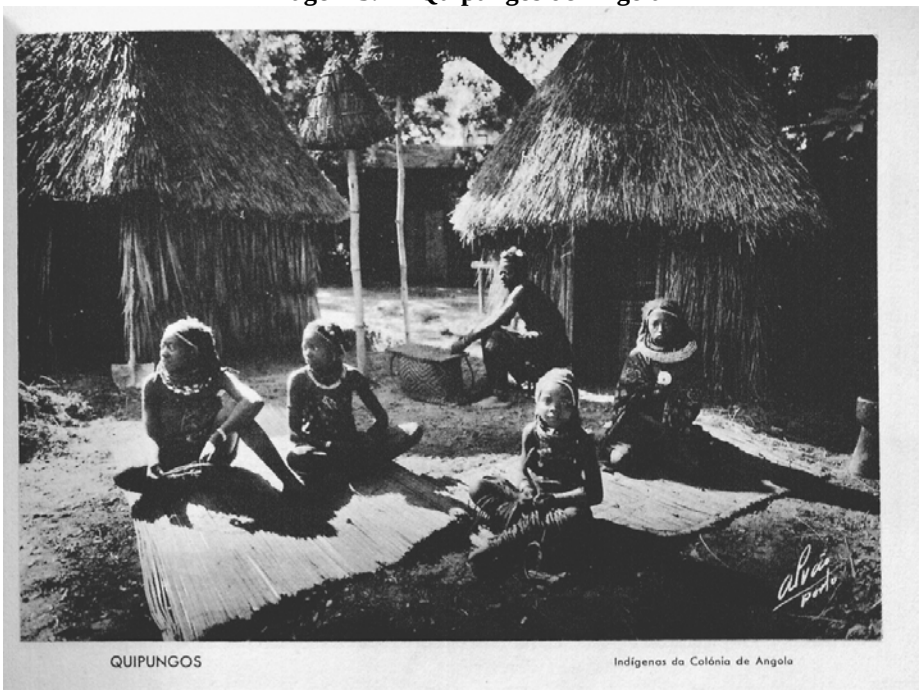
[190] BGC, 1934, n.º 106: 100
[191] BGC, 1934, n.º 109:111
[192] BGC, 1934, n.º 109:111

aldeia no lago e na qual consta uma piroga e quatro indígenas. Ainda na Guiné, a imagem da "Creança Bijagoz (o augusto)", imagem do pequeno Augusto sentado no chão, junto a instrumento de precursão. o Augusto era um dos miúdos que viviam na exposição e era, como refere Mota (2011:77), apelativo ao Público. Sem duvida que a maior quantidade de fotografias do outro é sobre a Guiné, as duas imagens seguintes são relativas a duas mulheres que não chão, junto à habitação arranjam os cabelos. termina com a representação de um "Homem Bijagoz", aninhado e vestido com aparentes roupas tradicionais.

As imagens seguintes passam para a região de Angola e representam um "Velho Quipungo", imagem de um ancião, com alguns objetos tradicionais nas mãos, na porte de uma das habitações da aldeia. Outra imagem de Angola é a dos "Homens Caconda", na qual estão representados dois homens Caconda em trajes tradicionais, sentados no centro do aldeamento.

A imagem de "Rapariga Quipungo", demonstra uma pequena rapariga Quipungo sentada no chão da aldeia, tal como acontece com a imagem seguinte "Quipungos", e que representa cinco indígenas da colónia de Angola, também sentados no chão. Sobre os elementos da representação angolana existem muito poucas referências, não há descrições sobre as pessoas.

Imagem 5.7 – Quipungos de Angola



Fonte – livro de clichés de Domingos Alvão

As imagens seguintes são relacionadas com Moçambique, a primeira delas representa "Indígenas da Colónia de Moçambique em Trajes Guerreiros", demonstra dois homens de Moçambique em trajes "guerreiros", com peles e armas de guerra em pé. Outra das imagens de Moçambique retrata um grupo de "Marimbeiros da Colónia de Moçambique e Trecho da Aldeia Respectiva", conjunto de músicos a tocar as suas marimbas no centro do seu aldeamento. as imagens que representam as gentes de Moçambique continuam com duas fotografias de "Indígenas da Colónia de Moçambique", a primeira representa cinco homens sentados no chão no centro de um aldeamento indígena, a segunda retrata cerca de doze pessoas, homens e mulheres também sentados no chão no centro do aldeamento.

Para finalizar a representação de Moçambique, a imagem demonstra o "Escultor de Marfim", a imagem retrata a outra cabana de artesão, que se encontra no recinto da companhia de Moçambique, que faz conjunto com o tecelão. é uma imagem que representa dois artífices a trabalhar o marfim, o artesão e o seu ajudante, e os vários utensílios e objetos para o trabalho. Em relação à representação do outro indiano, a primeira imagem é relativa a "Cabeça de Velho", uma imagem que representa um ancião indiano, com trajes que se julga tradicionais.

As imagens seguintes demonstram "Indígenas do estado da Índia", imagem de um homem indiano com indumentaria tradicional indiana, na cabeça, "Domesticadores de Serpentes", dois homens em espaço aberto, um que toca um instrumento de precursão com um mangusto, e outro que toca música em frente a duas serpentes. Outra das imagens da representação indiana é "Músicos e Bailadeiras Hindus", é a imagem de três músicos com instrumentos tradicionais e duas mulheres em poses de dança. O BGC,[193] referindo-se à recepção do Presidente da República pelos "naturais do rincão do império", retrata-os como envergando o "…mais sumptuoso costume…", depois de uma terem executado uma demonstração coreográfica pelas "bailadeiras".

a ultima imagem relativa à índia é a imagem que se refere a "indígenas do Estado da Índia (homem e mulher)", demonstra parte interior do pavilhão da índia com um homem sentado e uma mulher em pé, em trajes tradicionais.

Sobre Macau, existe apenas uma imagem, "Orquestra de músicos da colónia de Macau", uma representação de sete músicos macaenses que estão representados no exterior do seu

[193] BGC, 1934, n.º 109:174

pavilhão com os instrumentos tradicionais. Este grupo musical é o que é caracterizado, na Visita do Presidente da República como vestindo as suas "…severas cabaias de setim e souberam patentear, na sua maneira, o requinte que caracteriza a cortesia oriental…"[194] , seria o grupo musical que "toca habitualmente" (GOVECP, 1934:36) na casa de chã.

a ultima imagem representa a ultima representação colonial, a "Aldeia de Timor", é uma imagem que demonstra dois edifícios de tipo tradicional, em colmo e madeira sobre estacas. Na visita inaugural do Presidente da República[195], foi recebido pelo coronel de segunda linha D. Aleixo Corte Real que vestia o "…seu aparatoso traje de guerra…".

No que diz respeito à ultima secção das representações das imagens de Alvão, concerne o cortejo de encerramento. O cortejo de encerramento que teve lugar a 30 de Setembro, foi realizado o BGC refere-se ao acontecimento como uma demonstração, "…uma lição, enfim, iluminada da etnografia portuguesa.".[196] O cortejo estava dividido em quatro secções:1 – histórica; 2 – política; 3 – económica e 4 – espiritual (João, 2002:327), terá partido, como consta do BGC[197], das "luminosas avenidas" da Foz, passou pelas freguesias de Nevogilde e Lordelo, até ao Palácio de Cristal.

O cortejo era composto por carros que representavam as quatro secções que caracterizavam a história de Portugal e as colónias, é sobre estas representações do outro que se abordam as imagens. Uma das primeiras imagens que representa o outro é o "Detalhe demonstrativo da evolução dos transportes", demonstra alguns africanos que carregam uma forma rudimentar cadeira de transporte. O BGC identifica que "… apresentavam-se vários meios de transporte usados nas estradas africanas: machila, "reik-Shaw", o boi-cavalo, o burro montado por um moleque…".[198]

A imagem que identifica o "Carro da Colónia de Cabo Verde", tem representado um barco e alguns indígenas vestidos com roupas tipo marinheiro, o BGC destaca: "… particularmente do valor comercial dos portos do arquipélago, ladeado por naturais cabo-verdianos…".[199]

---

[194] BGC, 1934, n.º 109:174
[195] BGC, 1934, n.º 109:332
[196] BGC, 1934, n.º 110-111:214
[197] BGC, 1934, n.º 110-111:214
[198] BGC, 1934, n.º 110-111:215
[199] BGC, 1934, n.º 110-111:215

O "Carro da Colónia da Guine", puxado por juntas de Bois, tem um elemento em destaque - o Régulo. O BGC refere que era um carro: "…onde tronavam o regulo Mamadu Siné[200], com o seu uniforme de aparato, ladeado por indígenas balantas e bijagoz…".[201]

A representação do "carro da colónia de S. Tomé e Príncipe", dá destaque ao cacau e matérias-primas da região, tem representadas figuras africanas, o BGC refere que o carro tem: "…motivos gentílicos estilizados…".[202] O "Carro da Colónia de Angola", tem representado uma figura Africana, e simbologia portuguesa, como o Padrão de Diogo Cão. O BGC refere que era: "… acompanhado por guerreiros negros e músicos característicos da colónia…"[203], elementos que não se vislumbram na imagem.

A representação do "Carro de Moçambique", demonstra representações africanas, com símbolos portugueses, onde sobressai uma representação da figura de Mousinho de Albuquerque a cavalo.

O BGC refere que Moçambique é representado por dois carros, "…um dos quais alegórico da derrocada do impero Vátua, no qual se representava Mousinho, a cavalo. Soldados landins marchavam a par deste veículo".[204] No entanto não há imagens do segundo carro.

A fotografia do "Carro do Estado da Índia", representa um edifício ou templo hindu, com alguns que recriam guerreiros, tem simbologia portuguesa, também é puxado por juntas de bois. No BGC o carro que representa Goa Damão e Diu é identificado mas não é descrito.

A imagem seguinte diz respeito à representação do "Carro da Colónia de Macau", tem representado um templo budista, com uma imagem de Buda no interior e com um dragão. Tem igualmente simbologia portuguesa, um escudo. O "Carro da Colónia de Timor", tem sentado, D. Aleixo César Corte-Real tenente de segunda linha[205], num trono com as suas roupas tradicionais, e uma representação de um edifício. Nem o carro de Timor nem da Macau tem descrição no BGC. A representação do "Carro Boer" e que faz parte dos meios de transporte, tem exposto alguns africanos ao seu lado, o BGC refere que é "…Tirado por dezoito juntas de bois…".[206]

---

[200] Segundo a informação existente, trata-se de um erro gráfico, pois Mamadu aparace sempre como Sissé e não Siné.
[201] BGC, 1934, n.º 110-111:215
[202] BGC, 1934, n.º 110-111:215
[203] BGC, 1934, n.º 110-111:215
[204] BGC, 1934, n.º 110-111:215
[205] BGC, 1934, n.º 108:159
[206] BGC, 1934, n.º 110-111:215

Com o encerramento do cortejo, termina a exposição, o balanço de cerca de três meses e meio de duração, e que como refere Serrão: "…recebeu a visita de importantes figuras estrangeiras (…)" (2000:321), foi considerada um sucesso "popular" (Mota:2011:85). A exposição, que de acordo com os dados oficiais, terá custado de mil e quinhentos contos, para um rendimento de três mil e quinhentos contos[207], com um numero de visitantes de cerca de um milhão e duzentos mil visitantes.[208] Etes valores demonstram o sucesso financeiro e político do evento

5.3 – Re-interpretaçao da representação

A terceira e última parte deste quinto capítulo, que aborda a representação do outro na Exposição Colonial do Porto, pretende desenvolver a análise crítica, de posicionamento póscolonial, é a parte que se considera mais importante para a percepção das relações de ideologia e poder. Nos subcapítulos antecedentes, foi abordada toda a contextualização e construção de uma representação colonial, beneficiada pelo facto de existir informação fotográfica, bem definida - existe apenas um fotógrafo oficial, e a informação textual, esta compilada no BGC. Assim de acordo com as fontes analisadas, à imagem do subcapítulo anterior, utilizam-se quatro divisões distintas para abordar o discurso colonial, o interior do espaço do Palácio das Colónias, os pavilhões, as aldeias, as pessoas representadas nesse espaço e por ultimo o desfile de encerramento.

Na re-interpretação da informação, desde logo sobressai o facto de não haver acesso a fontes documentais emanadas pelos indígenas, toda a informação compilada na Exposição Colonial do Porto foi da responsabilidade da comissão organizadora e instituições do Estado ou seja, instituições que representam o homem branco colonizador, muitas vezes os defensores da ideologia do Estado Novo. A inexistência de informação emitida pelos dominados não tolhe a interpretação dos discursos, segundo a posição defendida Scott, a possibilidade existente na

---

[207] O Livro da Exposição: 1ª Exposição Colonial Portuguesa do Porto (1935: 52).
[208] Como considera Veríssimo Serrão: "a estatística revela que a Exposição Colonial do Porto foi visitada por um milhão e trezentas mil pessoas, das quais 25.000 estrangeiros, 12 mil estudantes, 1000 professores e 85 mil operários" (2000:322), já Francisco Mota fala em um milhão e duzentos mil (2011:84). O "livro da exposição", públicado em 1935, os dados oficiais, confirma os valores de Veríssimo Serrão.

transcrição oculta de grupos subordinados representa uma crítica ao "poder" (1990:xii), tal como o dominador também oculta no seu discurso aquilo que não quer reconhecer abertamente, como é o caso em relação à desigualdade racial.

Toda a documentação analisada, em relação à Exposição Colonial do Porto, na sua quase totalidade, trata os colonizados de acordo, com uma fórmula frequente na época, com espírito paternalista e de superioridade. É uma informação que não emite opiniões sobre os colonizados, no sentido de os defender ou seja, não existe uma defesa directa e formal dos interesses dos indígenas, como ocorreu na contra-exposição de Paris em 1931.

A representação do outro é brindada com descrições detalhadas, transcrições públicas (Scott, 1990) da sua actuação no recinto do evento, da sua existência, quase sempre silenciosa, que os colocam numa posição de subalternidade, na concepção de Spivak (1988). A informação transformada em transcrições públicas, como Scott as identifica, são um "auto-retrato" da elite dominante (1990:18) ou seja, a forma como os dominadores gostavam de ser interpretados, neste caso como agentes civilizadores e que desempenham um papel altruísta e justo para com o outro. As transcrições públicas são o discurso do elemento dominante (Scott, 1990:4), é no domínio público que os efeitos das relações de poder mais se vislumbram e na qual fica patente que os dominados estão dispostos a aceitar esse domínio. Essa relação fica marcada por uma, aparente, cordialidade entre os intervenientes, entre o colonizador e o colonizado, uma "unanimidade" (Scott, 1990:55), um mútuo consentimento entre os grupos. Na prática, todos os processos de domínio estão relacionados com o "processo de apropriação", o que significa que os dominadores apropriam-se, de impostos, bens ou serviços mas também, além dos bens materiais das suas "posturas" ou ações (1990:188).

O outro é representado, nas suas diversas formas, segundo o papel que dele se espera, primitivo, obediente, em estado de evolução, sempre disposto a agradar ao colonizador, seu parceiro nesta relação, através de uma linguagem de diferença. Neste processo de transcrição, em que o outro aceita a sua posição de inferioridade, as representações que dele se fazem, são incontestadas, demonstram abertamente a ideologia colonial seguida pelo Estado Novo na qual, o seu papel civilizador e de Nação fraterna, que auxilia os indígenas a subir a escada da evolução humana. Como refere João,: "…a parte mais importante da exposição, do ponto de vista ideológico, era a oficial, onde se apresentava uma retrospectiva histórica do processo de colonização e a propaganda política colonial portuguesa" (2002:364).

O processo de transcrição onde a ideologia colonial e paternalista se exibe, é relativamente fácil de encontrar por exemplo, da "crónica colonial" públicada no BGC que refere: “"…homens de outras raças e doutras paragens, que por esse mundo fora moralmente se aperfeiçoam e progridem e vão entrando, pela nossa mão, no ambiente da civilização moderna, a coberto da nossa bandeira”,[209] outro exemplo como o que consta do Guia oficial do visitante que refere: “…pretende-se demonstrar os moldes liberais e humanitários em que se baseia a política indígena nas nossas colónias”.[210] São apenas alguns exemplos em que o colonizador branco português demonstra, claramente, o tratamento desigual dado ao outro e, demonstrando o seu papel de civilizador, a transcrição pública, que consideram ser adequado à sua posição. O processo de aceitação de subordinação, por parte do outro retira-lhe, aparentemente (Scott, 1990), toda a capacidade de Agência, é-lhe retirada de tal forma que não age por iniciativa própria, é controlado em todos os seus movimentos, modos de conduta, no fundo aquilo que dele se espera. Uma análise mais simplista não deixa margem para a Agência, ou um contra-discurso (Edwards, 2001:119), mas neste estudo procura-se encontrar a forma como ela se faz representar.

O controlo que o outro sofre acaba por ser uma contrariedade, ele é isolado e exposto de várias formas, é isolado dentro do recinto do evento[211] e é isolado, de aspectos da sua cultura, como o contacto com o meio natural, no que se refere ao exposto, verifica-se nas medições dos antropólogos[212] e na exposição enquanto curiosidades exóticas ao público. Também é isolado no que se refere ao cumprimentos de regras de tempo e de horários de atividade, Thompson na sua obra " The making of the English Working Class" (1966) demonstrou bem o impacto que as modificações em relação a horários e temporizações laborais tiveram na sociedade britânica, no fundo é outra forma de domínio, o domínio de quem rege o horário; no caso de Thompson era o patronato, na exposição era a direcção do evento. Todo este condicionamento dá lugar a um outro híbrido que não é natural, como na verdade se espera, é natural de acordo com os padrões

[209] BGC, 1934 n.º 109:146
[210] GOVECP, 1934:12
[211] Os indígenas residiam dentro do recinto nos locais construídos para o efeito, como consta em BGC, 1934 n.º 108:158.
[212] Durante o Congresso de Antropologia, que teve lugar entre os dias 22 a 26 de Setembro de 1934, houve lugar a visitas à exposição colonial, onde foram feitas observações aos cerca de duzentos indígenas (Corrêa, 1942), também Mota (2011:74) e Moutinho (2000: 59) confirmam, que o Instituto de Antropologia estudava os indígenas, realizando algumas medições antropométricas durante a vigência da exposição, algo que em Paris em 1931 já não ocorria. Mas essa informação consta das Actas do Congresso Colonial de 1934 (Colonial, 1934).

idealizados do colonizador, desde que Portugal começou a relacionar-se com estes povos, pelo menos, que o outro deixou de ser o indígena original.[213]

Apesar de todo o processo de controlo, não se deve considerar que a exposição era uma demonstração de escravatura, quando muito trabalho forçado, não se conseguiu apurar se haveria lugar a algum tipo de pagamento aos indígenas, mas existe a inclinação pessoal para considerar que não, mas é apenas uma suposição. A exploração dos indígenas é realizada através da sua imagem, das suas ações e dos seus gestos encenados. Como foi demonstrado em capítulo anterior, o diferente tratamento racial era uma necessidade política e hegemónica, uma necessidade política para manter as possessões ultramarinas, fundamentais ao Governo nacional e ao seu desenvolvimento económico.

Imagem 5.8 – Inauguração da Exposição Colonial



Fonte – livro de clichés de Domingos Alvão

O tratamento diferenciado das raças no recinto da exposição não é apenas circunscrito à oposição binária, branco/negro, ela era estendida às diferenças que se consideravam entre os próprios indígenas. Existe uma clara diferença no tratamento das raças, segundo os padrões da antropologia da época, os negros no patamar mais baixo da evolução e os orientais na intermédia

[213] O indígena original diz respeito ao sujeito sem influência exterior, sem processos de colonização.

e os brancos no topo (1º Congresso, 1934). Interpretando as palavras de Tamagnini, proferidas no congresso colonial, que considerava: "… as raças humanas são diferentes umas das outras em todos os seus aspectos – físico, mental e moral – ninguém discute. O ponto crítico da questão está porém, na determinação do valor de tais diferenças" (1º Congresso, 1934:55), algo que se tentou demonstra no congresso. A preocupação da exposição também era a de cenograficamente demonstra uma hierarquia de diferenças, no fundo definir a "ordem" de superioridades. Moutinho é categórico em considerar que: "… a imagem que se veicula do indígena tem que ser, forçosamente, negativa, para assim se poder justificar as transformações que se lhe impõe" (2000:29).

Para se alcançar esta hierarquia de diferença o papel das ciências é fundamental, a sua normalização, imposição, acabava por ser o suporte do imaginário colonial, demonstrando como o paradigma evolucionista, com base em estudos realizados para o efeito, justificava a sua ação. Vários foram os estudos desenvolvidos nos anos 30, por Mendes Corrêa[214] e outros, que justificavam a superioridade nacional, para o desenvolvimento desses estudos muito contribuíram os indígenas vindos das colónias à Exposição, provando: "Basta assinalar a superioridade dinamómetros dos Portugueses metropolitanos sobre os negros africanos, de estatura média muito mais elevada do que a daqueles." (Mendes Correa. 1942:7-8). A dificuldade de justificar a superioridade racial era diminuída pela falta de recursos que não permitiam desenvolver grandes viagens às colónias para a sua realização, por isso também a exposição foi importante, para desenvolver estudos antropológicos nacionais.

O processo participativo na valorização das relações de poder e ideologia, como se demonstra, estendia-se a vários vectores do desenvolvimento da exposição, também no que diz respeito aos espaços a ideologia foi responsável pela demonstração do sucesso da colonização portuguesa. Como refere Mota a Exposição Colonial do Porto "era uma manifestação viva da política imperial" (2011:82), do estado civilizacional que essas populações tinham, antes e durante o processo português, demonstrando que ate os selvagens Portugal conseguia converter e controlar, como era o caso dos landins.

---

[214] Mendes Correa ao serviço da Universidade do Porto elaborou um estudo, que consta das actas do Congresso Colonial de Antropologia, com observações efectuadas em indígenas das colónias que vieram à Exposição Colonial. Nele "prova" cientificamente a superioridade portuguesa e inferioridade de outras raças, falando do que seria aconselhável ou não, fazer em relação a cruzamentos: "o mestiço é assim um ser imprevisto no plano do mundo, uma experiência infeliz dos portugueses…" (CIEC. 1934:333).

Uma das grandes referências que sobressai da exposição, muito à imagem de outros eventos similares, é o facto de o indígena ter perdido esse estatuto, de povo de outra cultura, considera-se que o seu papel é mais o de um híbrido colonial, fruto da ideologia portuguesa. Eram cidadãos portugueses, segundo a ideologia do Estado, mas de segunda categoria, o outro era um ser domesticado, mas não era civilizado, as relações que existia entre Portugal as colónias à muito que tinham gerado alterações culturais nas suas vidas. Os indígenas sofreram de problemas identitários, também por nós desecadeados, não tomando o partido do colonizador, da mesma forma que Portugal os sofreu em outras ocasiões, como com a perda da independência para Espanha; o que se pretende demonstra é que desde que exista contactos interculturais existe sempre o risco do hibridismo, independentemente dos seus motivos. A teoria de Bhabha do hibridismo (1994) serve para verificar exactamente essas alterações, demonstrando que os indígenas existiam num dilema, não pertenciam a nenhum dos universos que integravam o tradicional indígena e o colonial eurocêntrico. Eles encontravam-se num meio-termo, um estádio, que interessava ao colonizador, que na prática também, não os queriam iguais à população branca e eurocêntrica, e os indígenas que perdiam contacto com a sua cultura ou alteravam os seus hábitos. Criara-se a posição do assimilado, uma posição difícil de alcançar e contraditória, para justificar o enquadramento do outro na sociedade nacional, desconhece-se o verdadeiro estatuto dos representados.

O que poderia ter sido uma grande celebração da diversidade cultural não o foi, na verdade esse conceito era bem díspar do conceito de hoje, entende-se neste estudo que a exposição colonial falhou completamente em mostrar, o que os seus organizadores, apregoavam constantemente: "… tudo ali fala do nosso Portugal, e não só do Portugal Branco, não só dele, como do Portugal creoulo, do Portugal de outras raças, doutras paragens, doutros tons de pele – na diversidade humana de cada família indígena e da feição peculiar do seu ethos…".[215] As encenações do poder e propaganda eram importantes para o regime (João, 2002:93) e por isso foram realizadas, não para: "… demonstrar os moldes liberais e humanitários em que se baseia a política indígena nas nossas colónias"[216] mas sim, para mostrar o poder imperial de Portugal.

No espaço recinto da exposição a análise do outro começa não com o espaço mas, com os soldados Africanos, landins e pela banda da companhia de infantaria de Angola, elementos da

[215] BGC, 1934 n.º 109:335
[216] GOVECP, 1934:12

guarda de honra da exposição. A primeira imagem do álbum fotográfico da exposição retrata a torre das descobertas e um soldado Landim sob a bandeira,[217] a simbologia da bandeira é demonstrativo de um sinal de conquista e posse, na qual um soldado colonial vigia e guarda o império, toda a encenação ideológica em torno do soldado africano é repetida uma e outra vez.

Estes soldados Landins eram usados, também, em eventos similares desde, pelo menos, a exposição de Paris de 1931, pela mão do Ministro das Colónias Armindo Monteiro (Moutinho, 2000:57), para todas as recepções realizadas na exposição. O fascínio pelo Soldado indígena, em especial o landim, descrito como: " … não é um preto inferior, absolutamente inacessível à instrução e à civilização. É um autentico animal de raça, cujos sentimentos de lealdade, de dedicação, de temeridade e de disciplina são tradicionais e fazem parte integrante do seu próprio ser.".[218] Moutinho reconhece que a ação destes soldados foi: "… servindo este de propaganda à ação "colonizadora" portuguesa", (2000:57) mas não era um exclusivo nacional, a exposição de 1931, em Paris, exibia orgulhosamente os soldados senegaleses (Hodeir, 2002). As demonstrações nacionais em relação aos militares de África, demonstravam ser guerreiros destemidos que: "Ignora o medo e, no fragor dos combates, quando a sorte das armas é adversa àqueles sob cujas ordens combate, só retira quando o mandam retirar. Sabe morrer no seu posto sem pestanejar. O solo de Angola e Moçambique, que ele generosamente tem regado com o seu sangue, proclama-o com orgulho".[219]

Não era só a robustez física que se destacava nos soldados, como refere Coombes a valorização física dos africanos é frequente para os comparar com animais, robustos (1997:101), também a capacidade de aprendizagem, sob alçada portuguesa, como o caso da banda de música da companhia de infantaria de Angola. A banda que "…que fez um figurão, tocando mesmo melhor que muitas filarmónicas de brancos…", permitia ver no que se põem transformar os solados indígenas, elementos obedientes da causa imperial.

A presença dos soldados africanos tem vários objectivos, um deles é mostrar que o processo civilizacional é possível a gente tão aguerrida, gente que para: "…dominar foi preciso mobilizar exércitos, que as mais belas espadas portuguesas dirigiram comandaram",[220] que é possível educar, nas normas e regras castrenses, reconhecidas como as mais disciplinadoras.

---

[217] ver anexo 6.
[218] BGC, 1934 n.º 109:451
[219] BGC, 1934 n.º 109:452
[220] BGC, 1934 n.º 109:452

Galvão num discurso proferido no Porto a 19 de Junho sobre o papel das missões, considera que os soldados africanos presentes no evento: "… mostram o que portugueses de entre os trópicos podem dar em garbo e disciplina. – que os anima uma centelha de gratidão aos seus guias, de amor às searas que aprenderam a cultivar, ás industrias que vêem prosperas, ao lar que lhe organizaram, e a sua alma rude, selvática, e simples, chegará ao heroísmo na defesa da Nação a que pertencem, e que realmente é a sua mai pátria".[221] Um outro elemento a que serve o uso do bom e forte soldado, é demonstrar a sua robustez física, capacidades reconhecidas para o difícil trabalho duro. O contra-senso da representação do soldado africano demonstra claramente que são uma espécie de "brinquedo" ao serviço da ideologia e poder do Estado, um soldado tão aguerrido que se dominou, que se colocou ao nosso serviço e que é exibido em paradas militares. Os militares africanos, que faziam a guarda ao recinto e ocasiões festivas, como vistas de individualidades, demonstravam, como refere Hale no caso da Exposição de Marselha em 1922, o seu "exotismo e habilidade física" (2008:100). Eram representações estereotipadas que exibiam tropas "amestradas", o brinquedo dos políticos, como quando o Ministro das Colónias as exibia pelos diversos eventos.[222]

O hibridismo que se verifica na representação do africano atinge a demonstração mais cabal, com a presença de uma mascote. Uma das representações de soldados africanos, aparentemente a companhia de infantaria de Angola tem uma mascote que é um miúdo conhecido como "Sabonete", também chamado "soldadinho sorte".[223]

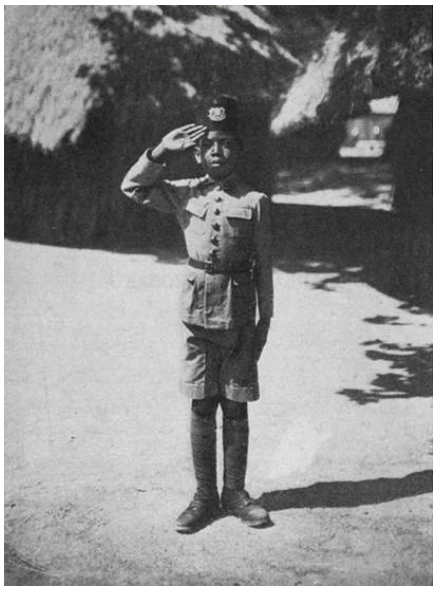
---

[221] BGC, 1934 n.º 109:342

[222] A presença das tropas indígenas, ocorreu na Exposição de Paris de 1931 (Moutinho, 2000:57), e depois na do Porto em 1934, essas tropas faziam viagens como a Vigo, Viseu ou Leiria (Moutinho, 2000: 58).

[223] A mascote do regimento de Landins é identificada por Mota, na sua obra sobre Galvão, como chamando-se Agostinho (2011:77). Contudo o pequeno Augusto é guineense, como consta do BGC (1934, n.º 110:227), quando relata a viagem dos guineenses para Lisboa, no fim da exposição do Porto. A Mascote do Regimento de Landins é frequentemente identificada por "Sabonete" e sobre o qual existe referência no BGC (1934, 110:243), onde o responsável da fabrica de armamento de Braço de Prata O Coronel Mota Marques, oferece em 8 de Agosto em Lisboa, ao Ministro das Colónias, uma espingarda miniatura para o pequeno "sabonete", "o Pretinho-Sorte", como lhe chamam. Contudo o BGC (1934, n.º 109:501), refere-se a sabonete como a mascote da companhia de infantaria de Angola e não dos Landins. (2001:88).

Imagem 5.9 – "Mascote" dos Soldados Landins



Fonte – álbum de clichés de Domingos Alvão

A posição de superioridade evidente e da extravagância, são muito apelativas junto do público, tornando a relação com o outro ainda de maior paternalismo, seja como mascote ou como amuleto, a relação de poder não é possível encobrir. Apesar de toda a informação indicar que os soldados eram exemplos orgulhoso da sua condição de" soldados portugueses", o fascínio que o prestigio da farda e das armas acarretam é conhecido, porventura era uma forma de estes elementos africanos demonstrarem ao Estado o que ele queria ver, obediência e disciplina, enquanto em troca eles conseguiam prestigio para exibir junto dos seus. Desprende-se que existe, como refere Scott (1990), uma transcrição oculta nas representações dos militares, que também podem representar o facto de, os elementos do exercito, demonstrarem que são disciplinados porque querem, aprendem as suas normas por sua vontade, mas podem também estar a aprender com o colonizador as formas como ele opera a opressão para mais tarde poder ripostar.

No Palácio das Colónias as representações do outro, são essencialmente em objetos ou dioramas, ocupam diversas áreas e âmbitos, o território colonial é retratado num só espaço que inclui todas as colónias. A concepção de um espaço principal ou central, como em Wembley ou Paris, demonstra o papel central do império em relação aos países que gravitam em torno de si, demonstração do poder colonial. Frequentemente estes espaços são os mais espectaculares e

evoluídos dos eventos, grandes construções em matérias nobres e modernos, como o betão ou o aço, a exposição do Porto não foi diferente. O local renovado e com o nome sugestivo de Palácio das colónias, congrega em si, centraliza à imagem do poder central, toda a dimensão da Nação, a partir do qual toda a obra do colonialismo português é valorizada. No edifício principal e na sua nave central está patente: "…uma copiosa demonstração da colonização portuguesa nos últimos cinquenta anos….",[224] uma representação dos principais momentos da colonização, que no entender das relações de poder é, benéfica a todos os seus intervenientes.

A componente expositiva do interior do edifício principal, caracterizado anteriormente, revela o outro num papel secundário, entre as matérias-primas da vida económica e a administração civil do território. As imagens que retratam o outro demonstram o valor da colonização para Portugal e não para as colónias, exibindo mapas, e gráficos que refletem o sucesso da empresa português no mundo. O interior do palácio das colonizas representa o ideário Deus, Pátria e Família, nas representações das missões, no papel administrativo do Estado e na relação Portugal/colónias, a grande família que é Portugal. A ligação ideológica à família tem encerrado em si o papel de domínio ou de liderança por um dos seus elementos, que no Portugal católico da época era o chefe de família.

A encenação da estrutura principal que demonstra todo o dinamismo nacional em todos os níveis, no caso da representação do outro, exibe-o nas representações através do papel científico, do papel missionário e do papel artístico. A componente científica, parte dela a cargo do instituto de anatomia da faculdade de Medicina da Universidade do Porto, regida por Mendes Corrêa, mostra as doenças, esqueletos indígenas, crânios, cérebros, modelos de cabeças humanas, deformações físicas de todas as colónias.[225] A componente científica em relação ao outro valoriza a diferença, demonstram elementos que eram correntes nos *freak-shows* do Século XIX (Bogdan, 1990), as imagens do outro mais selvagem ou exótico, completamente reduzido a uma secundarização cultural e humana. No palácio das colónias há: "…Fotografias de chefes indígenas dizem bastante sobre o nosso respeito pelos costumes dos povos sob o nosso domínio, quando eles não guerreiem os preceitos elementares da civilização, o reconhecimento, dentro de

[224] GOVECP, 1934:7
[225] BGC, 1934 n.º 109:330

certos limites, da autoridade dos seus chefes, a garantia da sua propriedades e da sua liberdade de trabalho".[226]

O papel da antropologia no princípio do século XX, para o poder institucional, ainda era o de justificar o imperialismo, reflexo do darwinismo social, valida e confere a diferença racial. Mas a representação científica antropológica oculta outra transcrição, demonstra o seu próprio atraso no desenvolvimento da própria ciência, demonstra elementos que eram mais característicos de eventos de outras era. O caso mais notório desse atraso deve-se ao facto de os participantes no congresso colonial se deslocarem ao evento para efectuarem medições antropométrica nos indígenas, durante muitos anos foram os únicos estudos existentes mas, o que se passava no Porto já não era aceite em Paris em 1931 (L'Estoile, 2003:347), era algo que ocorrera na exposição de 1900 (Hale, 2008:33). As posições antropológicas portuguesas, bem como o desenvolvimento da ciência em geral, era enquadrado de acordo com as necessidades do poder do Estado, uma vez que se considerava que os valores em causa e os mais importantes eram os de Portugal (Torgal, 2009:123). A hegemonia nacional deveria estar primeiro.

O papel do ensino, e no qual o outro é representado, é demonstrado em mais detalhe[227], através do representação das missões, é também a representação que melhor enquadrada, a trilogia de Deus, Pátria e Família. As missões conseguem ser um veículo da ideologia do Estado por excelência, demonstrando as três vertentes, a importância do papel de Deus na sociedade, ao serviço da pátria, tratando todo o processo de doutrinação como uma relação familiar. A ação missionária portuguesa demonstra uma das grandes componentes da ideologia do Estado Novo, o processo de evangelização, uma das suas justificações, esta evangelização está identificada nos dioramas dentro do palácio da colónias, que retratam o ensino, a saúde e a conversão, o papel missionário ao serviço do país.

A função das missões é importante porque além de difundir a ideologia institucional, elimina a lacuna de falta de funcionários públicos para a alcançar existe, portanto, uma relação proveitosa entre ambas as partes. Os missionários, que para a ideologia oficial, nas palavras de Galvão: "… arrancaram das trevas da *semi-animalidade* toda uma população e que lhes ensinam as letras e os números, as artes do branco, e lhes gravavam no espírito a grandeza e dignidade de

---

[226] GOVECP, 1934:13-4

[227] No Palácio das Colónias constam várias informações de carácter estatístico sobre o ensino nas colónias, números de alunos e de escolas. (BGC, 1934 n.º 109)

Portugal"[228], eram encarados como tendo um papel louvável e fundamental à ação colonial nacional. A sua ação em defesa dos interesses da hegemonia colonial ficam bem identificados, com o reconhecimento oficial, na estátua da entrada do recinto da exposição, que representa os colonizadores e não o colonizado, a mulher o militar, o missionário, o comerciante o agricultor e o medico[229].

Apesar da sua variedade de ações, na qual os missionários não tratam só da "parte espiritual e religiosa", a sua ação era polivalente: "…pelo levantamento moral do indígena e gradual civilização que vão incutindo",[230] o seu papel é relevante na formação, escolas que formam também para os ofícios, carpintaria, costura, sapateiro, como mostram as fotografias de Alvão.[231] O papel das missões é o de doutrinar, de acordo com a ideologia do Estado, para a fé, para o trabalho e para a higiene, papel esse que o próprio estrutura eclesiástica reconhecia, como se verifica no documento emitido pelo Bispo do Porto em 12 de Junho, solicitando que o envolvimento de todo o clero, afirmando: "…e assim ordenamos a todos os sacerdotes que aos domingos e dias de preceito, conforme as circunstâncias, exortem os fiéis a visitar a exposição colonial, devendo até organizar-se excursões ao porto com este fim. é preciso insistir e instar porque se trata dos supremos interesses da religião e da pátria"[232] .

O processo educativo e ideológico, multifacetado, era incutido através do ensino para o sentimento de unidade, sentimentos que gerassem identificação com Portugal, a vários níveis, o ensino da língua portuguesa era vital para esse sentimento de unidade. A coesão imperial que o Estado almejava alcançar exigia que se conseguisse criar um sentimento de unidade, além da língua as tradições e cultura, era devido à grande variedade de culturas e tradições, que o Estado reconhecia ser difícil de controlar. Para isso deveria unifica-las, criando uma consciencialização, ainda que irreal, um sentimento de pertença, do território a que pertencem, o uso dos materiais gráficos como os mapas era uma constante, como reconhece Santos: "o sistema de ensino português, durante o período que medeia 1930 e 1974, desempenhou um papel fundamental na transmissão da ideologia colonial (…)" (Santos, 2008:49).

---

[228] Discurso proferido na Sessão Solene no Ateneu Comercial do Porto na noite de 19 de Junho, falava-se das missões religiosas (BGC, 1934 n.º 109:384).
[229] BGC, 1934 n.º 109:384.
[230] BGC, 1934 n.º 109:345
[231] Ver anexo 6.
[232] BGC, 1934 n.º 109:250

O sistema de ensino demonstra também que perante o Estado, ao contrai do que se apregoa, não são todos iguais, existia diferença entre a metrópole e colónias. No ensino metropolitano, como refere Santos (2008:50), incentivava-se os brancos para o seu posicionamento de superioridade imperial por seu turno, nas colónias, objetivava-se doutrinar os indígenas para as vantagens do colonialismo, através da fé, de viverem sob a bandeira de Portugal, no fundo demonstra ao outro que o facto de serem subalternizados era bom para eles. O sistema de ensino colonial não tinha por finalidade formar elites ao contrário de Lisboa, as escolas de ensino superior eram muito poucas nos territórios coloniais.

O processo de doutrinação que os missionários levavam a cabo, desenvolvido em colaboração com a ideologia e as relações de poder do Estado (Jerónimo, 2010:26), visava além de converter o outro, estimular as vocações nos indígenas, como ocorrer em França anteriormente (Aldrich, 2005:249). Este processo de angariar mais elementos para a fé, não é meramente uma abordagem cristã de aumentar o número de conversões, está incluído também o papel de ter mais missionários e agora dos próprios elementos que se pretende converter, dando um aspecto de proximidade.

O processo de ensino ajudou, como refere Santos "… a formação das nacionalidades africanas de expressão portuguesa foi, em parte, fruto do colonialismo. Foi a própria ideologia colonial que permitiu que as colónias se imaginassem como Nações, ao possibilitar-lhes a consciencialização que detinham um território, uma língua e um povo" (2008:56).

Na representação missionaria em relação ao outro na exposição, denota-se bem o papel dogmático ideológico e não tanto o papel educativo, os dioramas das missões são representações de, ensino de costura, de ensino de carpintaria, celebração da missa, apoio à saúde, são representações que demonstram o outro sempre em papel de receptor, de aprendiz, de submisso. O processo de aprendizagem, como o da costura[233], numa posição clara de hierarquia, na qual a aprendiz é subalterna, na aprendizagem da carpintaria e na celebração da missa, em todas estes dioramas o papel do outro é secundário, a valorização está claramente no lado de quem ensina, o mestre. No diorama, que reflete o apoio a um leproso, mais uma vez o destaque é dados aos missionários e à sua ação cristão, o outro é apenas um elemento acessório que serve para comprovar o bem que as missões faziam nas terras longínquas.

[233] ver anexo 6.

As missões têm um pavilhão no exterior do palácio das colónias, as irmãs de S. José de Clunny, nele demonstram, através de diorama, como educam as crianças africanas, as crianças estão em torno das irmãs, descalças, onde aprende a ler e escrever mas também a executar tarefas de cariz domestico. Esta representação é muito idêntica aos preceitos usados no interior do edifício, como refere o BGC: "…representam, por um modo pitoresco e de fácil inteligência, os efeitos obtidos pela influência educadora das missões…",[234] exibem-se crianças em processo de aprendizagem demonstrando que não as preparam apenas para ler e escrever mas, para o trabalho. A orientação das crianças para as formas de higiene e trabalho, confere-lhes o facto que o seu futuro seria esse, trabalhar e não ao contrário do que possa parecer ser algo corrente na época. Em Portugal o mundo do trabalho começava cedo para as crianças, no entanto na escola primária não se preparavam os alunos para trabalhar.

Os dioramas do interior do palácio das colónias, quer os do exterior, demonstram representações do outro, as transcrições públicas (Scott, 1990), que os remetem à sua inferioridade, moldadas aos interesses da classe dominante, que confirmam que existe uma necessidade em dar continuidade às missões, demonstrando como referiu Lourenço Cayola na crónica colonial do BGC: "…como têm sido justas as práticas humanitárias que temos adoptado para os chamar à civilização"[235].

O objetivo de: "…ganhando gentilidades para Deus e para Portugal…",[236] é uma das demonstrações do atraso que se reconhecia ao outro, porque enquanto não fossem conhecedores dos valores cristão eram tidos como incivilizados e por isso não poderia esperar ser assimilados, como se fossem incapazes de aprender os modos de vida ocidentais. O facto de aprenderem os costumes ocidentais e associa-los a Deus, não tem a ver com a sua capacidade de aprendizagem nem de conversão mas sim, com o facto de entrando no processo de conversão, começariam a ser doutrinados nos valores de Portugal logo, seria mais fácil de os controlar. A finalidade principal não era o ensino nem a fé mas sim, o de controlo das populações.

A verdade escondida, debaixo da marca das missões, que demonstra as missões também como elemento opressor, é o facto de as religiões do outro não serem reconhecidas e de forma geral estão ausentes, exceptuando Macau. A sua ausência não é ocasional, a igreja não

[234] BGC, 1934 n.º 109:278
[235] BGC, 1934 n.º 109:99-100
[236] BGC, 1934 n.º 109:278

reconhecia os cultos do outro, em igualdade porque os considerava inferiores, actos selvagens, significava igualmente que não se enquadravam na ideologia do Estado e hegemonia ocidental. A sua ação doutrinária nos valores da igreja, que se assemelha um retrocesso ao período das cruzadas ou das descobertas é duplamente eficaz, toda a imagem que a religião veicula é a da obediência e humildade – a Deus, da mesma forma que se devia ao chefe de Estado. Promove-se um indígena sereno e que aceita facilmente a relação de domínio.

Apesar de no caso da exposição do Porto, o perfil do cristianismo ser em consonância, com o da ideologia do Estado, por vezes a igreja era geradora de agência em relação à ideologia colonial, como ocorreu por diversas vezes, em que os missionários relatavam os abusos dos colonizadores, sendo os seus mais acérrimos opositores (Jerónimo, 2010:30).

Ainda no interior do palácio das colónias, a representação cultural através do museu de arte indígena, pretende oficialmente representar a: "… curiosa demonstração de arte indígena",[237] que se espera ser um: "Repositório de todas as manifestações artísticas dos naturais das nossas colónias".[238] A imagem do espaço retrata uma grande variedade de objetos distribuído pela área de exposição, valorizam mais a curiosidade e o exotismo das peças, como refere Matos, representações "toscas" (2006:193), da capacidade que o outro tem de criar arte. Nesta representação do papel dos artistas da colónias, todo o processo assemelha-se mais a um gabinete de curiosidades que a uma representação de arte das colónias, uma vez que se valoriza o exotismo das peças, sem contextualizações, apenas valorizando a capacidade reduzida em relação ao colonizador para criar. Como se comprovam estes factos? Por mais curiosidade que exista sobre artistas das colónias, não há referências a eles, mas sim a artesãos, depois é organizado um concurso de arte colonial na exposição, esse concurso tem várias categorias, entre pintura e escultura, outros. Apesar de ser um concurso de arte colonial, é da arte do colonizador, porque os objetos a concurso, são todos eles representações africanas, representações de negros, mas realizadas por brancos (Azevedo, 2003:140). Não se reconhece que a arte do negro é comparável à ocidental, os colonizadores fazem melhor aquilo que é do domínio do outro, é esta a ideia que passa com este concurso de arte colonial.

Dentro do palácio das colónias a informação demonstra de facto todo um papel secundário do outro, apesar de se pretender exibir as vantagens do colonialismo, numa hierarquia

---

[237] BGC, 1934 n.º 109:306
[238] GOVECP, 1934:25

social, uma categoria para o qual deveram estar agradecidos pelo facto de os trazermos ao nível civilizacional que lhes proporcionavma, eram encarados como pessoas em processo de aprendizagem, em doutrinação para uma realidade melhor que aquela que eles tinham antes da nossa ação.

O percurso idealizado que acaba no palácio das colónias e se direcciona para ao exterior, para mostrar os pavilhões e aldeias nativas não acidental, é demonstrativa do progresso civilizacional de Portugal em relação aos seus indígenas, do civilizado ao primitivo. A demonstração de uma grande construção representativa do império, o maior edifício e mais moderno do recinto, exibem a viagem que a maioria dos portugueses não poderia fazer a África.[239]

A ideia de trazer o império até aos portugueses, associado ao estatuto de inferioridade do outro, demonstram a sua idealização, como o próprio Galvão reconhece: " Através de tôda a exposição procurar-se-á, sobretudo, dar uma lição ao povo: com simplicidade, com poder emotivo e pitoresco, com os elementos por vezes ingénuos que o impressionam e ensinam, porque para o povo é e deve ser a Primeira Exposição Colonial Portuguesa" (Portuguesa, 1934:9).

Toda a encenação desenvolvida assume uma imagem de viagem, neste caso uma viagem ao passado, no tempo presente, uma viagem à mundo primitivo em que vivem os indígenas, uma vez que não é suposto o outro estar naquele local, é deslocada, o que McClintock designa por "Espaço Anacrónico" (1995. 40), uma das características do discurso colonial. Os territórios coloniais são exibidos como subalternos à hegemonia nacional, como tendo uma existência ainda pré-industrial, no que diz respeito ao espaço e desenvolvimento. A própria construção das estruturas dos pavilhões, pelo recinto, tem o objetivo de demonstrar, em volta do grandioso palácio das colónias, a ordem do poder, a sua posição submissa, materializada no exotismo das construções. A apropriação do exótico, como reconhece Blanchard et al., não é uma consequência do imperialismo, mas sim uma das condições que o tornaram possível, através da demonstração da existência de grupos humanos inferiores (2008:15). A relação que é

[239] Na nota introdutória do Regulamento Geral da Exposição, Galvão refere: " Na impossibilidade de levar todos os portugueses às Colónias, procuremos fornecer a lição trazendo das Colónias o que praticamente, possa contribuir para permitir a seu respeito um conhecimento exacto e consciente". (Portuguesa, 1934:8); ver anexo 4.

estabelecida entre o espaço desenvolvido e o espaço primitivo, das representações da arquitectura do outro, conferem a prova da sua posição de inferiores.

O exotismo e a inferioridade eram rótulos que convinham associar ao outro, considerando-os em estado inferior da evolução e por isso com a necessidade do nosso apoio, justificava-se assim a ação civilizadora e por inerência o seu domínio mas, os diferentes territórios e populações são tratados de forma diferente. África é o elemento mais fraco, McClintock considera que África tornou-se no paradigma do espaço anacrónico ou seja, uma região permanentemente fora do tempo na modernidade (1995:41). A diferença de tratamentos é oriunda de correntes de pensamento científico que emergiram ainda no século XIX, a antropologia física e as posições de Broca e Topinard, entre outros, os diferentes grupos humanos eram considerados como sendo enquadrados em diferentes origens e diferentes estádios do desenvolvimento. Topinard considerava que a hierarquia das raças, em que há uma superior e outra inferior, uma concepção "Científica" exaustiva (*apud*, Stocking, 1982:57), na época quando a ciência confirmava, dificilmente alguém contestava.

Da mesma forma que há uma hierarquia das raças, também existe uma hierarquia no espaço, com o vértice da pirâmide a ser o palácio das colónias. Os pavilhões, demonstram o que Hodeir (2002) e Morton (2003) consideram ser espaços híbridos, são locais que demonstram construções tipificadas das colónias, mas sem identidade, edifícios com outra escala, limitados ao espaço existente, lugar em que podem diminuir ou aumentar a dimensão das construções, como se viu anteriormente na exposição de paris de 1931 (Hodeir, 2002). Só existem pavilhões de Macau, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Índia, todos eles demonstram na sua construção a diferença da hierarquia racial, os restantes estão enquadrados em aldeias indígenas. Os materiais da índia, betão e telha e o de Macau em metal, os restantes em madeira e colmo.

A contradição, em relação ao discurso oficial, está representado nos pavilhões, que estão implantados no espaço exterior (Edwards, 2001:120) do palácio de cristal, de várias formas, em especial porque o outro não participa no processo de criação, como ocorreu em outros eventos por exemplo, em França em 1900 (Hale, 2008:78). As suas construções foram elaboradas e

idealizadas por elementos da organização da exposição,[240] talvez por ser "dotada com menos generosidade"[241] que em eventos anteriores.

Estes espaços foram desenvolvidos para demonstrar a variedade da arquitectura do outro, construções típicas, mas na verdade são construções ocidentais, interpretações ocidentais dessas estruturas, são dois pavilhões num só, o exterior primitivo e o interior civilizado. O aspecto de originalidade e de réplicas fieis era uma ilusão, pretendem dar a entender que as construções dos indígenas sempre foram assim, no que diz respeito ao interior, têm patente, demonstrações do processo de colonização nacional, por exemplo o pavilhão de Macau serve chã, como foi demonstrado no subcapítulo anterior, e o de Cabo Verde café, são uma espécie de estabelecimentos comerciais. São dois edifícios distintos, por fora aparentam uma imagem típica, e que refletem o exotismo dos países de origem, no interior dedicam-se a tarefas mais ocidentais como servir chá ou café para usufruto dos visitantes. No caso de Macau além de ser um espaço dedicado ao convívio dos ocidentais e colonizadores, é um espaço em que uma orquestra de músicos chineses[242], ajuda a dar o aspecto de realidade. Aliado ao facto de ter indígenas de Macau vestidos com as suas roupas tradicionais a servir os visitantes, outra demonstração da superioridade de uns sobre os outros. O que se pretende demonstrar é que a aparente realidade colonial é apenas isso mesmo – aparente.

O hibridismo ou a cenografia, como se preferir, começa desde logo com o conceito e utilização do espaço que eram replicações de acontecimentos anteriores, por exemplo no que diz respeito aos pavilhões usados para degustar chã ou café, segundo Hale, já na exposição de Paris de 1878 se podiam experimentar várias bebidas, em pavilhões das representações coloniais (2008:15); foi uma época que Greenhalgh refere como sendo o período em que as estruturas[243] das exposições internacionais se modificam (1988). A experimentação de bens de consumo demonstra outro elemento que é originador desse hibridismo, a promoção de matérias primas coloniais ou seja, o objetivo de promover, além da ação colonial, a ação comercial e por isso os espaços deve ser apelativos para alcançar os seus fins. Quando se considera apelativos não implica alterações significativas nas estruturas, mas por exemplo, dimensões diferentes das

---

[240] Os principais intervenientes na exposição são nomes como o de Henrique Mouton Osório, chefe da divisão técnica ou Mimoso Moreira entre outros (Colonial, 1935:44).
[241] BGC, 1934, n.º 109:94
[242] GOVECP, 1934:36
[243] Na segunda metade do século XIX, as exposições adaptam o modelo de pavilhões e deixam o modelo de edifício único (Greenhalgh, 1988:15).

originais (Hodeir, 2002) ou utilização de estilos arquitectónicos de outras épocas, como ocorreu com o caso da índia na exposição de Wembley (Geppert:2010).

Outra forma de hibridismo que se verifica nas referências ao outro é a existência de instalações como o posto medico ou a igreja, elementos que não existiam nesses territórios e demonstram a relação de contacto que foi estabelecida pelas relações das duas culturas, também não se preocuparam em adaptar-se à arquitectura local, são construções de risco ocidental. Por esse motivo se considera não ser inocente esse tipo de construção, demonstram o atraso que existe no outro no que concerne o desenvolvimento. Como refere Morton, outro fator de hibridismo é o facto de coexistirem tantos e tão diversos edifícios juntos e que não fazem sentido no mundo real (2003), é sabido que as tribos não vivem todas nos mesmos locais (Hodeir, 2002:241). Por um lado dá ao público a noção de realismo, ainda que ficcionada, por outro permite ao público experienciar outra cultura, ainda que ficcionada.

Saindo dos pavilhões e passando às aldeias indígenas, apesar da exposição afirmar que pretendia demonstrar: "… os moldes liberais e humanitários em que se baseia a política indígena nas nossas colónias",[244] na verdade pretendia apenas reforçar a hierarquia racial do império. Pretendia faze-lo segundo o seu grau de desenvolvimento e que se vislumbra nas forma e disposição das aldeias indígenas, exibindo o seu estado evolução técnica.

Quando anteriormente se referiu que não existia um tratamento igual para todas as representações coloniais, prende-se com o facto de uns terem pavilhões e outros aldeias indígenas, os Zoos humanos de Blanchard et. al. (2008). Os pavilhões são os de S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Macau e Ìndia, os restantes, Angola, Timor, Guiné, Moçambique são aldeias indígenas, demonstrando claramente uma diferença de tratamento, uma hierarquia nas diferentes etnias representadas, que está além da construção dos pavilhões.

A distinção entre as diferentes representações materializou-se nas estruturas construídas, com elementos mais ou menos nobres por exemplo, os edifícios africanos e o de Timor[245] são compostos por representações de edifícios, supostamente artesanais, com telhados de palha ou colmo, estruturas de madeira ou barro. Por sua vez a representação da Ìndia e Macau é marcada

---

[244] GOVECP, 1934:36

[245] A representação de Timor era composta por quatro homens e cinco mulheres, os homens eram D. Aleixo César Corte real, coronel de segunda-linha e chefe dos "Sucos" (BGC, 1934 n.º 108:159), a sua esposa D. Maria Amado de Jesus Corte Real e o filho de ambos, Adriano. D. Carlos Ximenas da Costa, Tenente-coronel de segunda linha; Mali-Bau, artista de ourivesaria; Co-Mai, ordenança de D. Aleixo e as damas de honor da esposa dele, Mafalda Fernandes, Joana Marques e Maria Guilhermina de Brito.

por construções de materiais menos efémeros, mais duradouros, o que aparenta ser cimento e telha no primeiro caso e de metal no segundo. Outra diferença de relevo em relação aos pavilhões da índia e de Macau, é que o primeiro era "…guarnecido com bailadeiras e indígenas deste estado…",[246] os indígenas indianos, que mostravam as suas atividades como os domesticadores de serpentes, ou outros, eram considerados inferiores, mas pelas suas roupas e atividades de dança e música representavam um estado intermédio da evolução humana.

No caso do pavilhão de Macau, marcado por aquilo que se considerava na época um interior "esquisito" e um "ambiente de mimo" (BGC, 1934, n.º 109:174), demonstração do exotismo que a maioria dos portugueses não estava habituado a ver, além das provas de chã, tocava habitualmente uma banda,[247] demonstrações de uma civilidade que não era mostrada nos outros povos. O BGC demonstra que no espaço da exposição existiam: "…diversas instalações indígenas, cujo pitoresco deverá surpreender".[248]

O que estas duas diferenças, entre materiais usados, tem oculto é uma distinção no desenvolvimento do outro, a representação demonstra que existem uns mais desenvolvidos e outros tecnologicamente mais atrasados, justificando a ideia de viagem ao passado e de espaço anacrónico (McClintock,1995). Ao contraio de outras exposições, em outros países, os pavilhões da exposição do Porto não demonstravam muitos produtos originários desses locais por exemplo, o pavilhão de Macau parecia mais uma casa de chã que uma representação das potencialidades desse espaço colonial, o mesmo ocorria com S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Apenas exibiam um ponto forte das colónias, deixando a promoção dos produtos locais aos expositores privados. Em França as exposições e os respectivos pavilhões coloniais, desde cedo,[249] serviam para promover os produtos dessas regiões (Hale, 2008:38), ajudavam a demonstrar o seu valor económico para à metrópole, ao contraio de Portugal. Na exposição da cidade invicta a demonstração dos produtos importantes das colónias estavam representados, de uma forma geral, dentro do palácio das colónias, demonstrando o exercício do Poder do Estado, aquele que tudo controla, uma vez que a maioria dos expositores era da metrópole.

Entre as representações com pavilhão e as com aldeias indígenas, fica patente o papel de assimilado e o primitivo, como Blanchard et al. identificam, o estatuto do outro que se iniciou no

[246] GOVECP, 1934:36
[247] GOVECP, 1934:36
[248] BGC, 1934 n.º 107:254
[249] Pelo menos desde 1900 (Hale, 2008:38)

primitivo, transita para o exótico alcançando a civilidade (2008:16). Este processo está bem representado no recinto do evento, as aldeias indígenas caracterizam o estado ainda primitivo, quer pelas construções, quer pelas suas ações e indumentária ou a falta dela. Passam a um estado intermédio – exótico - como o dos macaense ou indianos, que apesar dos seus costumes estranhos, demonstram ser possível alcançar a civilização.

As aldeias indígenas representam Guiné, junto ao lago com a de Timor, uma aldeia angolana, junto à representação da casa do colono e a representação das aldeias de Moçambique.[250] As aldeias indígenas ou os zoos humanos, desde logo, sobressai a forma das aldeias, construções de tipo arcaico em madeira, palha ou barro, nas quais vivem pessoas que executam o que aparenta ser a sua atividade quotidiana. O espaço exterior, as aldeias indígenas, exibe zonas agrícolas ou piscatórias, demonstram o estado civilizacional do outro, o seu desenvolvimento ainda pré-industrial, a falta de condições de higiene, para os padrões europeus. Hoffenberg, considera que as representação de um período pré-industrial e a vida comunal das aldeias, apelam não só à confirmação do seu atraso, por falta de tecnologia na sua produção, mas também o "domínio imperial" (2001:186). O que se pretende é justificar a importância do papel da colonização em fazer chegar àquelas populações qualidade de vida, que Portugal lhes providencia. O papel civilizador é importante também para cativar potenciais interessados na emigração para África, mostrava-se o papel fundamental em civilizar aquelas gentes.

Entende-se que faz todo o sentido usar, nas representações do outro, a concepção de Zoos Humanos de Blanchard et al. (2008), uma vez que o outro e colocado num recinto para ser observado, como num jardim zoológico, onde se admiram animais. Esta proximidade com o reino animal ou da domesticação, que McClintock considera ter um espaço (alinhamento geográfico ou arquitectural) e uma relação social com o Poder (1995:34). A ação de domesticação, torna-os uma espécie de animais de estimação, que se coaduna com o seu papel de raças subalternas, em relação ao colonizador, permite comprovar também, junto do público, o reconhecimento por parte do outro da sua condição; o público assume ser superior aquilo que observa. A inferioridade que lhes é atribuída não é física, como fica referenciado nas noticias da

[250] Ver mapa nos anexos, duas aldeias de acordo com as etnias presentes, da Angola eram das etnias Quipungo e Caconda (ver imagens nos anexos), de Moçambique eram Mucancalas e Landins (BGC, 1934, n.º 107:263), da Guiné eram Bijagoz, Balanta, Mandingas e Fulas (BGC, 1934, n.º 108:158).

morte de Papé, homem "vigoroso"[251], mas sim no seu atraso tecnológico e psíquico, comprovado pelos antropólogos. Só facto de eles aceitarem estar representados, daquela forma no evento, era para a maioria do público, o reconhecimento da aceitação do seu papel de inferiores.

O BGC refere exactamente essa posição: "…a exposição seria uma forma agradável mais ou menos sumptuosa de distração. Ir-se-ia à exposição como se podia ir a um jardim zoológico, a um jardim botânico, para admirar as plantas e os animais que não se vêem todos os dias…".[252]

Uma das exibições da diferença é a que se verifica na demonstração entre o eu civilizado e o outro primitivo, fica bem patente na imagem da aldeia da Guiné,[253] onde se exibe uma aldeia lacustre, junto a um lago, um aspecto menos rural e um pouco mais "selvagem" e na qual se verifica a presença do teleférico[254] e a torre que o suporta, chega a ser o elemento que mais se destaca na imagem. Uma clara demonstração do desenvolvimento tecnológico em relação à aldeia de cubatas que fica logo abaixo. Um contraste do primitivo e o civilizado, uma escolha clara de uma fotografo Branco e da classe dominante. Bastava para demonstrar o hibridismo da cenografia referir que a aldeia é representada num contexto que não é o original, toda a sua envolvente é imaginada.

As aldeias nativas demonstram sistemas produtivos rudimentares, explorações agrícolas, aldeias lacustres, nas aldeias como em Angola, na qual se demonstra-se uma produção agrícola mais capaz, com mais produção, porque está associada ao auxílio do colonos.

Mas não é só nas representações físicas das construções que se vê a diferença entre os indígenas e o colonizador, os indígenas considerados mais primitivos, são frequentemente representados através da nudez, os corpos robustos e semi-nus. A nudez promove o tratamento de selvagem, primitivo por outro, lado dá-lhe uma característica de sensualidade e exótico que é

---

[251] O comércio do Porto, 10 de Julho de 1934
[252] BGC, 1934, n.º 109:378
[253] Alcançou-se o nome de alguns guineenses e timorenses, dos restantes muito pouco se conseguiu apurar. Da Guiné, como refere o Boletim de Junho de 1934, chegou um grupo composto por dezoito homens Bijagoz e catorze mulheres, vinte homens das etnias Balanta, Mandingas e Fulas, cinco artífices, um régulo, a sua mulher, dois filhos e dois criados, perfazendo um total sessenta e três pessoas (BGC, 1934, n.º 108:158). Na prática existiam dois régulos, o primeiro era Mona Sambu, como aparece bem identificado na obra de Ercílio Azevedo (2003:147), era o responsável pela delegação guineense e também marido da Rosita uma das figuras mais conhecidas da exposição; o segundo era Mamadu Sissé Tenente de segunda linha do exército português. Mamadu Sisseé fez-se acompanhar pelo filho e tradutor Abdulai Sissé. Consegue-se encontrar mais informação no BGC sobre o dia da despedida da comitiva guineense no qual se identificam dez das catorze mulheres são: "…Unes, Nene, Maria (I), Isabel, Emília, Antónia, Amélia, Maria (II), Helena e Vermelho…". Dos vinte homens consegue-se identificar dez, "…Santos, Bakara, Antonino, Hongo, Augusto, Mário, Barril, Comprido, e Manuel – sem falar no pequenino augusto…", (1934 n.º 110-111:227). o décimo homem era Papé, que faleceu no recinto no início do mês de Julho, como consta em noticia do Comércio do Porto de 10 de Julho de 1934.
[254] Ver em mais detalhe nos anexos

bastante apelativo, numa época de fortes tradições católicas na sociedade nacional. Um facto que demonstra a forma paternalista e de superioridade com que se tratavam os indígenas, é o facto de a nudez dos indígenas, não ter sido censurada pela igreja, porque não consideram como algo de pecaminoso, uma vez que não era iguais, eram gentílicos. Eram também uma demonstração da capacidade física e apetência para trabalhar (Blanchard et al., 2008:20).

A forma como se apresentam demonstra que existem diferenças, entre os orientais e os africanos, os que aparecem com pouca roupa, ou um hibridismo entre o tradicional e o ocidental, demonstram ser elementos da baixa índole civilizacional, mulheres e homens pouco vestidos que exibem ainda o seu estado de primitivismo; os orientais por sua vez, aparecem todos vestidos com roupas tradicionais. O facto de alguns dos representados aparecerem com vestuário mais ocidental, como o caso do Abdulai Sissé, ou o grupo de indígenas da colónia de Cabo Verde, demonstra a sua assimilação, um sucesso para a ideologia do Estado Novo.

Os indígenas são retratados como sendo disciplinados e dóceis, como tendo sido pacificados, a pacificação pode-se confirmar-se pelas imagens do régulo Mamadu Sissé.[255] Durante todo o início do século XX ocorreram algumas revoltas nos territórios coloniais, como em Timor[256] e na Guiné,[257] uma das formas de conseguir essa pacificação era através da integração dos poderes tradicionais, que serviriam o Estado, dando-lhes para isso posições de prestigio, posições no exercito de segunda-linha.[258]

O outro representado nas aldeias indígenas aparece sempre a revelar a sua posição de inferioridade, sentados e ocasionalmente de pé, a exercer as suas atividades quotidianas, como os Bijagoz no lago ou, com objetos tradicionais que os identificam como exóticos ou primitivos, os caso dos feiticeiros Caconda, do Velho Quipungo ou os guerreiros de Moçambique. Também aparecem representações de indígenas que executam as suas artes e ofícios indígenas, a representação de um tecelão, um escultor de marfim, alguns músicos. Os músicos são diversos, os marimbeiros de Moçambique e os hindus e a banda de Macau, entre eles existe uma clivagem, de desenvolvimento, como se mostrou, mas sobressai o exótico e curioso, o desdém com que são tratados é evidente. No que se diz respeito às suas funções, entre eles estavam representados,

---

[255] O representante timorense tinha um percurso idêntico ao do representante da Guiné, apesar de não haver retrato dele.
[256] Ver obra de Jerónimo, 2010
[257] Ver obra de Marques, 1998
[258] A utilização de tropas de segunda-linha, tropas locais lideradas pela potencia colonizadora, era util e frequente quando o efectivo regular era insuficiente.

como referia o BGC de Abril,[259] dois sapateiros, dois tecelãos, dois escultores, oito lutadores e dois prestidigitadores,[260] ou ocupações exóticas ou ofícios básicos.

No discurso do Ministro das Colónias no dia 15 de Junho, Armindo Monteiro refere que a: "… opulência e a grandeza das cidades, a riqueza da gente, a densidade das multidões, a trepidação constante, as luzes, o ruído, a policroma das coisas, tudo o que na vida de hoje é clarão, clamor ou agitação, e que sendo para nós confuso turbilhão de que se foge, deslumbrará seu olhar, afeito apenas à virginal simplicidade da natureza"[261].

Menciona-se constantemente a forma como se trata "bem" os indígenas, de Portugal ter sido dos primeiros países a abolir a escravatura, do cuidado que se tem com o trabalho indígena. A concepção de civilizar, em substituição da colonização de exploração, é considerada mais adequada desde o final do século XIX, mas tal como a abolição da escravatura que foi apregoada como finda na primeira metade do século, o trabalho forçado continuou a existir, o trabalho forçado acaba por ser uma forma juridicamente e moralmente aceitável na época em vez da escravatura, também a colonização de exploração não acabou, veja-se a citação do BGC o qual refere: "…"graças à qual Portugal tomou a dianteira numa política de generosidade, invocar o ritmo com que tem sido orientado em África a assistência sanitária e social; a política seguida principalmente nos últimos tempos, de garantia das reservas territoriais, de protecção de mão de obra e da transformação educativa do indígena, num elemento de cooperação, num autentico valor da tarefa colonizadora e de exploração das riquezas naturais".[262]

Num artigo de Dr. Bento Carqueja, director do Comércio do Porto de 16 de Junho de 1934, refere que: "… lá comandamos as populações indígenas e migradas, sem que elas nunca tenham protestado contra o nosso comando, fazendo nós todos os esforços para as trazer à civilização e para melhorar o seu bem-estar. Exercemos a nossa autoridade por forma dignificante para nós, à face dos mais aperfeiçoados preceitos da ciência e da pratica da colonização, tendo tomado a dianteira aos outros povos em regalias às populações indígenas, como foi a abolição da escravatura em 1836…..".[263]

---

[259] BGC, 1934 n.º 106:100
[260] Feiticeiros
[261] BGC, 1934, n.º 109:254
[262] BGC, 1934 n.º 109:307
[263] BGC, 1934, n.º 109:408-410

As representações do outro integradas nas suas aldeias indígenas, demonstram aquilo que se esperava deles, para citar Scott (1990:140)., escondem a transcrição oculta de quem domina - a relação de poder, para se protegerem Os grupos dominados eram francamente diminuídos no recinto da exposição, não é expectável que a sua atitude fosse de total concordância, no entanto uma das demonstrações desta ação expectável está identificada no BGC, quando Lourenço Cayola fala na "crónica colonial" sobre a Exposição Colonial do Porto. No artigo em que descreve a sua visita pelo recinto, refere que meteu conversa: "… com um preto da Guiné, um bijagoz, homem fortíssimo de parecer simpático, expressão simples e até ingénua. Perguntei-lhe se ele e os seus companheiros se sentiam bem na exposição? respondeu-me, abrindo a boca com um sorriso muito aberto mostrando-me os dentes brancos de neve - muito contente, todos aqui nos tratam muito bem…", quando questionou o indígena se tinha saudades da sua terra?. ficou impressionado com a resposta: "…tenho mas também gosto muito de estar cá.", mas mais impressionado ficou quando o questionou se queria voltar? "…sem hesitações com o mesmo sorriso duma pessoa feliz, disse-me estas palavras que me impressionaram profundamente "tanto faz. cá e lá é tudo a mesma bandeira".[264] Esta resposta, que se considera tipificada, o discurso público (Scott, 1990), o que ele esperava ouvir, fica ainda mais consolidada quando o próprio refere que, no dia seguinte falou com um moçambicano que lhe deu "resposta idêntica".

A quarta e última componente do evento que aborda a análise do outro, o cortejo é o cenário onde decorre a ação. Neste cortejo, que já foi devidamente descrito, existem diversas representações todas materializadas em carros alegóricos, o que Joao indicou por "celebrações" da portugalidade (João, 2002). Nem todos os carros são importantes para este estudo, mas os que são revelam uma disparidade do que se diz e do que é a realidade.

Os carros alegóricos, a "procissão" de encerramento demonstram cada uma das colónias, mas em todos eles se celebra a portugalidade e não o outro ou tão pouco a sua cultura e tradições, de uma forma geral. Segundo a ordem das imagens de Alvão, as primeiras representações dedicadas aos meios de transporte, onde se vislumbram alguns africanos que carregam uma forma rudimentar cadeira de transporte, demonstra o primitivismo que havia no continente negro, mesmo as carroças puxadas por animais ou "reik-shaw",[265] demonstram um certo primitivismo e atraso em relação à civilização que Portugal lhes proporciona. A representação tem um certo

[264] BGC, 1934, n.º 109:100
[265] BGC, 1934, n.º 110-111:215

aspecto pitoresco que permite, porventura, encarar com mais ligeireza o problema, por um lado criticam-se as opções que o outro usa e que podem porventura ser as mais adequadas às suas necessidades, por outro demonstram a falta de capacidade do colonizador em demonstrar que desenvolveu esses territórios.

A imagem que identifica o "Carro da Colónia de Cabo Verde", tem representado um barco e alguns indígenas vestidos com roupas tipo marinheiro, o BGC destaca: "… particularmente do valor comercial dos portos do arquipélago, ladeado por naturais cabo-verdeanos…".[266]

O "Carro da Colónia da Guine", puxado por juntas de Bois, tem um elemento em destaque - o Régulo. O BGC refere que era um carro: "…onde tronavam o regulo Mamadu Siné (Sissé) com o seu uniforme de aparato, ladeado por indígenas balantas e bijagoz…".[267]

No caso das representações das nações colonizadas, os carros de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné mostram a importância que esses territórios têm para Portugal e não a sua cultura. O carro de Cabo Verde revela o relevo dos portos marítimos, importância para a economia portuguesa, o carro de S. Tomé e Príncipe exibe as suas matérias-primas, como o cacau. Nos dois carros está patente a importância económica que Portugal lhes dá. No caso do carro da Guiné demonstra-se o papel da pacificação do território, através do destaque dados ao Régulo Mamadú Sissé, vestido com o seu uniforme militar e ladeado por outros guineenses. O hibridismo destas representações começa no facto de se vestirem os indígenas com trajes ocidentais, no caso dos que acompanham o carro de Cabo Verde e do régulo com uniforme militar, não que não tivessem direito de os usar, mas mais parece uma demonstração de indígenas civilizados através do habito, que faz o monge. A representação da cultura e das gentes desses territórios é ignorada ou simplesmente secundarizada, não são considerados sujeitos, em igualdade cultural para que se destaque algo de seu. Enfatiza-se o aspecto de rusticidade que valorizava o papel colonizador.

No carro de Angola está representada uma figura africana estilizada em linhas modernistas, retas, mas o destaque é dado ao Padrão de Diogo Cão, um elemento ocidental. O carro de Moçambique é um dos mais paradigmáticos na demonstração do poder e ideologia, se por um lado a opinião institucional afirma que não exploramos nem oprimimos os povos, na

---

[266] BGC, 1934, n.º 110-111:215
[267] BGC, 1934, n.º 110-111:215

pratica o carro representa Mousinho de Albuquerque, o "Herói"português celebrado que venceu os Vátuas. O carro de Moçambique é a verdadeira demonstração da aceitação do indígena em participar na transcrição pública do discurso do colonizador (Scott, 1990), no participam na celebração da sua opressão.

Imagem 5.10 - Carro de Moçambique



Fonte – álbum de clichés de Domingos Alvão

O carro de Macau é uma das excepções na representação da cultura do outro, possivelmente "reconhecendo" a sua superioridade em relação ao outro africano, constata-se que os macaenses são cultura digna de destaque, ao contrario dos africanos, mostrando de facto uma tradição cultural, representando um templo budista.

O Carro que representa Timor, é a demonstração do poder e sucesso da ideologia assimilacionista do Estado, tem sentado em lugar de destaque D. Aleixo César Corte-Real tenente de segunda linha[268], valorizando-se o seu papel para com Portugal, valorizando ao público o sucesso das relações com o outro e a capacidade de os civilizar. A demonstração do sucesso colonial português vê-se igualmente no edifício representado, que aparenta ser uma igreja ou monumento das missões, também o sucesso da cristianização é valorizado.

[268] BGC, 1934, n.º 108:159

Como conclusão deste capítulo dedicado à Exposição Colonial do Porto e à re-interpretação do outro, o objetivo era o de verificar como foi usado para os fins da ação ideológica do Estado. A Exposição Colonial do Porto combinou o seu interesse comercial, por iniciativa privada com o exotismo e a propaganda do Estado, com o objetivo de educar o povo português para as vantagens da colonização. Portugal, aparentemente, pretende demonstrar um monumento ao império colonial, uma representação da conquista e do progresso, que tem e proporciona às colónias. A ação política que pretendia exibir a sua ação humanista da colonização nacional, facultava ao público uma ideia da realização colonial nacional, e a possibilidade de viajar a esses espaços longínquos visualizando a obra nacional.

A representação simbólica dos indígenas era a de povos submisso, humildes, pacíficos, mas atrasados, o que demonstrava e sustentava o discurso oficial, a necessidade de dominar as populações e explorara as suas riquezas e matérias primas. Também se procurava incentivar que a emigração para África e não para o Brasil, as relações comercias entre as colónias e a metrópole. A exposição segundo os critérios oficiais, foi um sucesso, primeiro Galvão, numa conferência realizada na SGL em Janeiro de 1935, sobre as exposições do Porto e Paris, compara-as e refere:

> "…a França fez uma linda exposição que não era colonial. Nós fizemos uma modesta exposição que era colonial e, apenas, desejava servir objectivos elevados, de propaganda. A França não colheu, sob este ponto de vista, quaisquer resultados práticos. Nós podemos, desde já, dar como bem empregues os esforços e sacrifícios realizados" (Galvão, BCG, 1934, n.º 115: 113).

Outro dos reflexos da exposição ou do congresso de antropologia de 1934, o envio de missões antropológicas às colónias portuguesas no ano de 1935, pelo novo Ministro das Colónias Francisco Vieira Machado (Serém, 2001), verificou-se ser importante estudar os vários grupos étnicos existentes nas colónias portuguesas.

Galvão considerava: "a primeira exposição colonial Portuguesa reünida na cidade do Pôrto em 1934, não só a mais completa e popular informação colonial que se tem organizado em Portugal mas também representante de tôdas as raças que povoam o império, ergueu diante dos olhos deslumbrados dos portugueses a clara imagem de sua grandeza (…) " (Galvão. 19??:23)

Para esse sucesso muito contribuíram os indígenas trazidos à exposição, segundo o BGC, quando descreve o seu regresso, refere: "…os indígenas como era de esperar, "caíram" bem no animo dos portuenses…".[269] Esse sucesso, que deslumbrou o público, acaba com a solicitação, ao Ministro da Colónias, como consta do BGC, autorização para se exibirem os indígenas que estiveram presentes na exposição do Porto, no Luna Parque, em Lisboa. O despacho do Ministro refere que é negando o pedido uma vez que: "…indígenas são cidadãos portugueses e não coisas ou objetos de exploração comercial".[270] Apesar da atitude de Armindo Monteiro em não aceitar exibir em Lisboa os indígenas, como se fossem *objetos* de exploração comercial, e da sua ação demonstrar algum humanismo, não oculta o que o Zoo Humano realizado foi exactamente isso mas não apenas para lazer mas sim para promover os mais altos interesses, para valorização da ideologia, Poder do Estado e do colonizador. Este sucesso, numa fase em que por todo o mundo as exposições coloniais desapareciam, fez com que se apostasse em realizar ainda outra exposição, que apesar de não ser colonial insistiu em utilizar o outro para as suas demonstrações de poder e ideologia colonial.

Um dos grandes insucessos da exposição, além da morte de participantes no evento, foi não se ter alcançado a realização de um museu, que muito foi pedido, tanto por Galvão e mesmo pela opinião pública. Um artigo de "O Século" de 6 de Setembro de 1934, refere o que fazer com o palácio das colónias e a imensa quantidade de objetos recolhidos?, questionava-se a possibilidade de fazer como em França, um museu colonial,[271] nunca chegou a acontecer.

Mas a Exposição Colonial do Porto revela ainda um elemento mais importante, o mimetismo. Este mimetismo, que Bhabha usa para as relações humanas (1994) embora possa ser explicado, em parte, pelas reduzidas verbas para a realização do evento mas também entende-se a falta de originalidade. Se por um lado é reconhecido que os eventos da época eram todos muitos idênticos (Greenhalgh, 1988) por outro lado, a organização não se conseguiu demarcar do deslumbramento que o evento francês exerceu, quer sobre Galvão, como refere Mota (2011:56), quer sobre Armindo Monteiro (BGC, 1934, n.º 108:16).

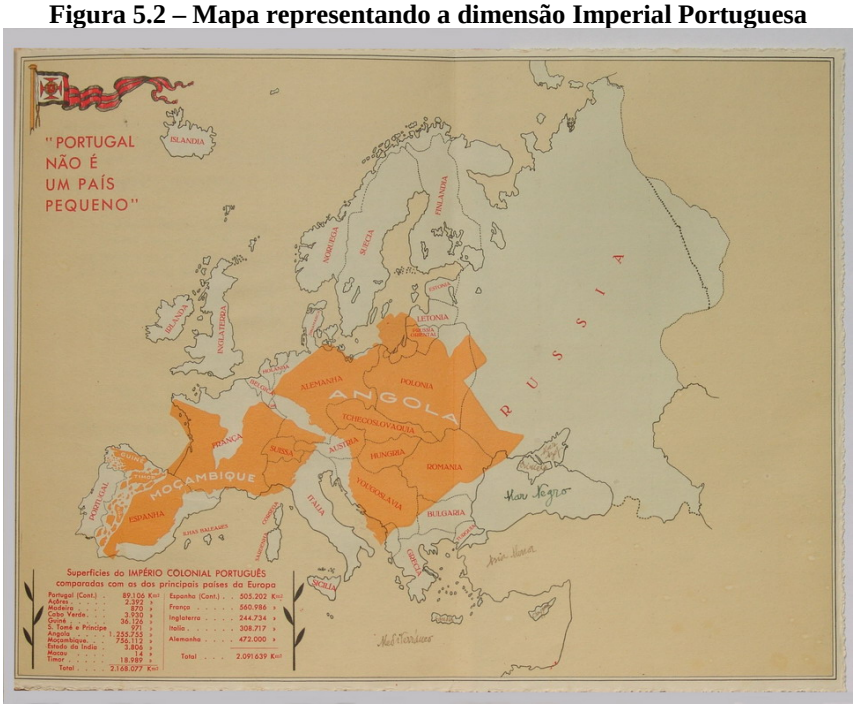
O mimetismo está presente em várias realizações do recinto, a imagens dos lagos, as estátuas como, o anjo da "Porte Maillot" (Buck-Morss:93) da exposição de 1931, um anjo

---

[269] Relevo no original, BGC, 1934 n.º 110-111:227
[270] BGC, 1934, n.º 110-111:223-4
[271] BGC, 1934, n.º 110-111:286

vitorioso das campanhas francesas, muito semelhante ao da entrada. A existência de um jornal da exposição, no porto era o Comércio do Porto colonial, em Paris também existia, um periódico com noticias colonizais (Hale, 2008:103).

Figura 5.2 – Mapa representando a dimensão Imperial Portuguesa



Fonte – Galvão (1934a)

O caso da exposição colonial é idêntico, procurar através da mistificação do passado glorioso incentivar o orgulho "ressuscitar heróis indianos do passado, a música fornecia uma contra-historia para os povos nativos, de momentos significativos e personagens que estavam muitas vezes ausentes nas representações oficiais do passado." (Crane, 1990:51-2).

Para os naturais das colónias uma coisa era certa: "(…), já em pleno sec. XX, para as margens de uma cultura europeia cada vez mais dominante (…) o "indígena" não tinha nem passado nem presente" (Torres. 1991:138). Relativamente à exploração do indígena, como afirmou Valentim Alexandre: "(…) a dominação deu inevitavelmente lugar a injustiças e estas alimentaram lutas desesperadas (,,,)" (Alexandre, 2000: 59). O ambiente colonial nem sempre foi saudável como os políticos procuravam demonstrar, nas palavras de Mário Moutinho a "ação civilizadora", a colonização aparece como uma obrigação humanista (2000: 20).

A finalidade educativa e formativa do cidadão português era um assunto muito importante para a organização e para o Estado como demonstra a afirmação de Galvão:

> "…e se aqueles que passarem pela Exposição vierem a substituir os seus possíveis preconceitos por uma ideia exacta, ou a iluminar a sua ignorância com um conhecimento novo, ou a ganhar uma nova fé no nosso futuro de potência colonial terá a Exposição alcançado certamente o mais nobre dos seus objectivos" (Galvão. 1934b:7).

Os preconceitos, de que fala Galvão, são um pouco subjectivos, não fala da autodeterminação, mas sim da má imagem que os metropolitanos têm dos territórios do ultramar e das suas gentes. Porventura são o que Bhabha chamava de hibridismo (1994), ou seja cenas da cultura africana com pequenas modificações resultantes do colonialismo. As forças militares africanas, quer nas exposições francesas quer nas portuguesas demonstravam uma certa a integração do outro nas culturas nacionais mas, como Mário Moutinho demonstra, o indígena era tratado de forma diferente, como um "personagem", que distraiam os populares (2000:59).

Em suma, o outro das colónias, que é representado nos conteúdos da exposição colonial, parece viver uma realidade ilusória, bastante distinta da realidade histórica da época. As exposições, de tipo colonial como a do Porto, foram importantes na eficácia e obtenção de consensos no projecto imperial, utilizando para isso um processo de aprendizagem a "aprendizagem pelo prazer" (Coombes, 1988; 5), uma forma de retórica que que as exposições tinham para atingir o seu populismo. Importava expandir o estudo à componente ultramarina ou seja conseguir abordar os participantes, para uma construção de conceitos mais específicos.

Com o fim do quinto capítulo espera-se que o objetivo de demonstra como a representação do outro foi construída e como é possivel ser reinterpretada, permitindo compreender uma outra potencialidade nas análise à representação do outro e desenvolver novas formas de pensar a diferença.

Capítulo VI

> "Da mesma forma nos apropriamos das ações politicas, de edifícios, de batalhas, de obras de arte e de tantas outras realizações dos nossos antecessores: e dizemos despudoradamente que "nós conquistamos territórios aos muçulmanos; nós vencemos os castelhanos em Aljubarrota; nos decobrimos o caminho marítimo para a India." Nós, nós, nós, sempre nós… Nunca os outros, os que realmente realizaram isto ou aquilo. Reclamamo-nos detentores dos direitos de autor de tudo o que consideramos útil, enriquecedor, honroso, proveitoso, belo, grandioso, magnifico…"
>
> (Lira, 1999: 283-298).

6.1 – Contextualização da representação

O presente capítulo é dedicado à "Exposição do Mundo Português", em que se contempla uma análise similar à do capítulo anterior, sendo considerados os três fatores do modelo de Thompson (1990), na sua análise da ideologia e poder na forma de representar o outro, a saber: a contextualização, a interpretação e a re-interpretaçao; à semelhança do que se demonstrou no capitulo anterior. A contextualizaçãoaborda os antecedentes do evento, desde 1935; a interpretação que diz respeito à informação existente e por último a re-interpretação, a qual pretende analisar a perceção que se tem do outro.

A contextualização da primeira secção deste capítulo começa com os antecedentes da exposição, as mudanças legislativas, políticas e os seus principais intervenientes. A contextualização sócio-histórica, como já foi referido, é importante para o entendimento dos fatores que estão na origem da produção da informação. O material de estudo deste parte da investigação baseia-se em material documental de dois tipos, textual e fotográfico. O primeiro relativo à documentação escrita, está compilado numa edição oficial designada "exposição

Mundo Português: secção colonial", e aos números do periódico da "Agência Geral das Colónias" e "da revista dos centenários", locais onde está congregada a informação oficial que era emitida em relação ao evento. O material correspondente à componente visual, tem pequenos excertos na edição oficial do evento, mas foi necessário o recurso a arquivos que tivessem imagens do evento, uma vez que as imagens da públicação oficial são dos territórios representados e não da representação na exposição. O material imagem da exposição de 1940 é pertença de pelo menos três autores Mário Novais, Horácio Novais e Eduardo Portugal, uma vez que não esta compilado numa única publicação como ocorreu em 1934. A nível documental o recurso voltou a ser o Boletim Geral das colónias, a Revista dos Centenários (RC), públicação oficial e a obra de Augusto de Castro que aborda a exposição, justifica-se a maior diversidade de fontes pela escassez de dados, em relação à exposição de 1934.

A exposição de 1940 é o culminar de um conjunto de ações planeadas para ocorrer durante o ano de 1939 e 1940, ficando conhecida como a celebração dos Centenários.[272] As celebrações seriam os festejos da Fundação e a Restauração da Independência Nacional, dois momentos importantes na história de Portugal, que começariam no ano de 1939 com vários eventos, como em Guimarães[273] e no Porto, que culminariam na Exposição de 1940. Mas antes de se chegar à celebração dos centenários existem alguns antecedentes que são importantes de contextualizar.

Findo o ano de 1934 a Europa continua a ser assolada pela ação de regimes autoritários, como na Itália e Alemanha, que se consolidam no poder, a Guerra Civil Espanhola, que começa em 1936 e mais tarde a II Guerra Mundial a partir de 1939. A nível ideológico a ação do Estado começa a materializar-se através de dinâmicas como a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), em 1935 ou a criação da Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa, em 1936, instituições, tipicamente fascistas, com o objetivo de incutir no povo os ideias do Estado (Marques, 1998:387). Ao estado interessava formar as novas elites e orientar as organizações de massa, mas também, o gosto e as atividades de lazer para o povo.

A Exposição Colonial do Porto foi considerada um sucesso pelos seus organizadores. Uma vez terminado o certame, a ação do Estado Novo prossegue na busca por alterações políticas e administrativas para consolidar a sua posição, tendo sido prosseguida a sua política de

[272] (RC, 1939, n.º19:10)
[273] BGC, 1938, n.º 154:5

realização de celebrações e ações de propaganda. Desde 1934, Portugal realizava ou participava em diversos eventos, demonstrando a sua importância para os objectivos de promoção da política a nível interno e externo, tendo, por exemplo, realizado a Exposição Histórica da Ocupação em 1937 (João, 2002:100) e a participação na Exposição Universal e exposições internacionais de Tripoli 1935, Genebra 1935, Paris 1937, Nova York e S. Francisco 1939 (Rosas, 1992:427). Todo o processo de propaganda tinha outros objetivos, concorda-se por isso com a posição de João, que considera que quer a exposição de 1934, quer a de 1937, acabam por ser a "preparação" para a exposição do Mundo Português (2002:365). Um dos elementos fundamentais na ação de propaganda do Estado foi o SPN, por intermédio do seu Director António Ferro, mantem e incentiva a ação de propaganda da ideologia do Governo de Salazar, visando uma cultura simples, misturando o modernismo com a ruralidade e defendendo os princípios de Deus, Pátria e família. A sua ação aproveitava todas as facetas da propaganda moderna, cinema, rádio, públicações periódicas, com encenação de celebrações populares, como cortejos (Rosas, 2001:1043), para incentivar e controlar no povo os preceitos ideológicos do Governo. A educação, a par da família, era muito importante na ação de orientação do povo. Por exemplo, a reforma da educação em 1936 demonstra isso mesmo, procurar educar e não apenas ensinar.

Para Santos, era através da escola que se procurava incutir o "sentimento de unidade", o da identificação com Portugal quer a nível político, cultural e linguístico, para isso bastava ver o livro da 3ª classe, no qual se fazia "a apologia do colonialismo" (2008:50). O papel doutrinário do ensino no engrandecimento dos valores da grandeza do império da raça portuguesa, procurava moldar as novas gerações de portugueses para a realidade da grande missão nacional que era ser um grande império como já o foi outrora. No que diz respeito ao contacto com os indígenas, a educação, visava formá-los nas vantagens do colonialismo, como refere Santos, "não se pretendia criar elites em África, mas sim subordinados" (2008:50). Mas o sistema educativo não é eficaz e rápido o suficiente para as aspirações do Estado.

Todas as ações desenvolvidas quer pela Mocidade Portuguesa, pela escola, pela FNAT, de uma forma geral todas procuravam incutir a ideologia em todas as vertentes da sociedade portuguesa (Rosas, 2001), desde a escola, ao trabalho, à família e aos tempos livres, o Estado procura controlar todas as atividades da existência nacional.

A Presidência do Conselho de Ministros de onze de Abril de 1938, formaliza a constituição da comissão da comemoração do Duplo Centenário e da Restauração de Portugal.[274] Dessa primeira comissão fizeram parte diversas individualidades, nomeadas pelo Estado, as posições mais relevantes seriam as de presidente, vice-presidente e secretário da comissão, exercidos respetivamente pelo embaixador Alberto de Oliveira, José Capelo Franco Frazão (Conde de Penha Garcia) e António Ferro. As principais corporações do Estado e do ensino estavam representadas,[275] sobressaindo dessa comissão os nomes de Henrique Galvão, António Ferro e Mendes Corrêa, elementos que participaram, directa ou indirectamente no evento de 1934. A Comissão Geral tinha uma Comissão Executiva,[276] que seria constituída pelos principais elementos da Comissão Geral e elementos nomeados pelo Estado, uma vez que a dimensão das comemorações era elevada e para se poder materializar as celebrações. Em quinze de Maio de 1939 a Comissão Geral é dissolvida[277], uma vez que se consideravam extintas as suas atribuições, definido o programa de atividades e porque a maioria dos seus membros eram os da comissão executiva.

Desde a realização da Exposição Colonial do Porto, Henrique Galvão exerceu diversas funções, durante a década de 1930 até à realização da Exposição do Mundo Português, tendo assumido diversos cargos da confiança do Estado. A sua crença no regime ainda era forte, dado o seu envolvimento com a política e com as colónias. Augusto Castro referia-se a Galvão como sendo "um colonial" (1940:83), convicto na ação que o Estado Novo desenvolvia. Além de ser Presidente da Comissão Administrativa da Emissora Nacional, de 1935 até 1941, foi membro da Comissão dos Centenários, de 1938 a 1940, na qual foi nomeado Director[278] da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português em 1940; as suas funções seriam diversificadas, teve vários pelouros, como a realização dos congressos, manifestações cívicas, históricas e religiosas, a exposição de Arte Portuguesa[279] e o cortejo de encerramento (Mota, 2011). Nas suas inúmeras tarefas institucionais, realizou várias viagens ás colónias, em particular a África, aparentemente

---

[274] Ver anexo 8.
[275] Ver anexos, Revista dos Centenários de janeio de 1939
[276] Decreto 2987 de 28 de outubro de 1938. Ver anexo 8.
[277] Decreto 29.597 de 15 de maio de 1939. Ver anexo 8.
[278] Uma ressalva nas funções de Galvão, na obra de Francisco Mota (2011:102), refere que Galvão, foi nomeado Inspector Superior de Administração Colonial na segunda década de 30, contudo o processo do Parlamento, http://app.parlamento.pt/PúblicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/g/galvao_henrique_carlos_malta.pdf, refere que assumiu essa função de 1941 a 1949, não se conseguiu confirmar atempadamente qual dos dois o correcto.
[279] BGC, 1938, n.º 155:83-4

para preparar a realização da exposição e a vinda dos nativos, a qual ter-se-á iniciado no final de 1938 (Mota, 2011:105).

Em relação à primeira exposição, além de Galvão, também António Ferro se mantém em lugar de destaque institucional, ainda como líder do SPN no entanto, muda o Ministro das Colónias e o Director Geral da Exposição. O Ministro das Colónias passou a ser Dr. Francisco Vieira Machado, que substituiu Armindo Monteiro, nomeado embaixador em Londres; no que se refere à posição de director da exposição, Henrique Galvão não é o director geral, mas sim Augusto de Castro.[280]

Augusto de Castro foi um nome reconhecido do Estado Novo, no qual desempenhou várias funções, desde político a inteletual, sendo o cargo de director da exposição Mundo Português, um dos que lhe granjeou mais projecção. Do seu processo político,[281] constam como posições mais relevantes, Director do Diário de Noticias, ministro de Portugal em Bruxelas e Roma, tendo assumido em 28 de Dezembro de 1938 o cargo de Comissário Geral da Exposição Mundo Português (Castro, 1940:15) .

O Ministro Francisco Vieira Machado,[282] desempenhou várias funções, desde a política à banca, e substituiu Armindo Monteiro na Pasta das Colónias. Foi Subsecretário de Estado das Colónias de 1934 a 1935[283], desempenhou funções de Vogal do Conselho do Império Colonial Português, presidente do Conselho do Império Colonial Português, assumiria o cargo de Ministro as Colónias em 1936 e iria permanecer nessa pasta ate 1944.

Uma das personagens importantes do processo de construção dos primeiros anos do Estado Novo foi, em que se inclui a construção da exposição e grandes obras em Lisboa, o Engenheiro Duarte Pacheco. A sua participação na exposição foi na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,[284] tinha sido Ministro das Obras Públicas durante os anos 30. Para

---

[280] Tomou posse como director geral em 28 de Dezembro de 1938 (Castro, 1940:15)

[281] http://app.parlamento.pt/PúblicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/c/corte_real_augusto_de_castro_sampaio.pdf. 22/08/2011

[282] http://app.parlamento.pt/PúblicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/m/machado_francisco_jose_vieira.pdf. 23/08/2011

[283] BGC, 1934 n.º 106:91

[284] Como consta na legislação públicada para a formação da comissão dos centenários, (RC, 1940, n.º 13).

poder executar o projecto idealizado, foi aprovada legislação específica, para que a ação do Governo fosse "rápida e segura",[285] acelerando as obras no local.

A obra foi uma idealização da política modernista de António Ferro e que procurava englobar toda a dimensão territorial de Portugal, excepção feita à participação do Brasil, representado por um pavilhão oficial. Para a realização do evento foram convidados alguns dos mais reputados artistas e arquitectos nacionais (Acciaiuoli, 1998:119-124), que não fossem grandes opositores do regime (Torgal, 2009). A concepção de António Ferro era a de apresentar, ao lado da evocação histórica, a cultura popular portuguesa. A presença oficial do Brasil na Exposição do Mundo Português foi um momento importante na representação do outro, a cultura africana não era encarada de forma passiva, o exotismo era desvalorizado em relação a um novo dinamismo. O "exemplo brasileiro", era uma preocupação para o Estado que poderia temer a hegemonia.

O papel das exposições foi fundamental para se iniciar uma mudança na perspetiva da diversidade racial. Constata-se uma necessidade de rever as fórmulas de tratar essas questões, procurando uma nova abordagem para o tratamento administrativo dos indígenas. A possibilidade de utilizar a diversidade física e mental para fomentar uma modernidade congregadora, onde todos se poderiam sentir realmente portugueses. O luso-tropicalismo tem aqui um papel igualmente decisivo, no aparecimento de uma antropologia cultural.

Mas também há os opositores da diversidade, que consideravam que a alteração de procedimentos alteraria a ordem e hierarquia racial que sustentava o império. No congresso colonial, o discurso do Ministro das Colónias, realizado na Sociedade de Geografia de Lisboa, na sessão inaugural[286], refere-se à ação colonizadora como:

> "…para nós, portugueses, colonizar é, essencialmente, elevar as populações indígenas à nossa civilização, ensinando-lhes a nossa religião, a nossa língua, os nossos costumes. É a nossa mentalidade que desejamos transmitir aos povos das colónias, não é a sua riqueza que pretendemos extorquir-lhes. Sem a arrogância na consciência da nossa superioridade, porque educados no sentimento da fraternidade cristã, longe de nos mantermos impermeáveis e

[285] A legislação especifica previa expropriações a título excepcional, como conta no decreto-lei 28797 de 1 de Junho de 1938 e que se pode consultar no sitio:http://dre.pt/pdf1sdip/1938/07/15000/10441045.pdf. 25/09/2011
[286] BGC, 1940 n.º 182-183:4-8

> inacessíveis, antes tornamos íntimo, para que seja mais fecundo, o contacto com as populações indígenas…Para nós, portugueses, colonizar é assim, proceder a uma transformação de almas. Esta concepção de modo algum exclui, antes necessariamente implica, o mais vigilante cuidado pelo bem estar e progresso material das populações indígenas e o aproveitamento das riquezas dos territórios ultramarinos".

É neste espírito de cruzada cristã de e de divulgação do imperialismo português que se idealiza e desenvolve o evento da exposição "Mundo Portugues" em 1940, como expoente da celebração da nacionalidade.

6.2 - Interpretação da representação

Antes de se iniciar a descrição da construção da informação, é pertinente mencionar as grandes diferenças em relação a eventos anteriores pelas suas especificidades. A exposição de 1940, foi uma exposição de cariz nacional e não um evento internacional, nem colonial, a sua realização e abertura foi levada a cabo durante o conflito da Segunda Guerra Mundial, Portugal não participava na contenda e por isso não adiou o evento, marcando também a sua posição de neutralidade. Mais do que um evento direccionado para a economia, materializou-se numa celebração histórica.[287]

A exposição deverá ter sido idealizada muito antes de ser formalmente instituída, contudo, em Abril de 1938, Salazar deu posse à Comissão dos Centenários para desenvolverem as celebrações do centenário da fundação de Portugal e da restauração.[288] No ato de posse define, em linhas gerais, o projecto comemorativo que se iria realizar em 1939 e 1940, uma grande celebração da identidade nacional. A Exposição do Mundo Português, era considerada, pelo próprio Salazar como: "uma síntese da nossa ação civilizadora, da nossa ação na história do mundo" (1943:52), Acciaiuoli defende a posição de que: "(…) Salazar desejava construir com

[287] No discurso inaugural da exposição Augusto de Castro, director geral do evento considera: "é a primeira vez que se realiza uma exposição de história. é a primeira vez no mudo que se expõe, em imagens e símbolos, uma civilização" (BGC, 1941, n.º 187:166).
[288] ver anexo 8.

segura argumentação, a expressão exemplar de uma caracterização nacional secular" (1998:109). Mais do que uma exposição, tratava-se da consagração da grandiosidade do pequeno, grande, país, onde se exaltava uma história de heróis e momentos prestigiantes, Portugal demonstrava ser caapaz de se afastar do seu complexo de nação de fronteira.

Comparando com outros eventos, por esse mundo fora, era uma forma dos Estados materializarem as suas ideologias em relação às suas políticas coloniais e de celebrar e doutrinar o povo para esses interesses. Trata-se de um marco para as massas nacionais e estrangeiros, apesar do Director-Geral referir que: "…não devemos querer que os estrangeiros nos visitem em multidão, nem nós desejamos orientar as celebrações centenárias no sentido da exploração turística…".[289] É uma humildade que entra em contradição com a clara aposta e promoção feita em Nova York em 1939.[290]

Os atos de celebração da maioridade nacional, tais como este, podem ser entendidos como momentos de construção, legitimação dos discursos e sedimentação de um poder. As celebrações eram os derradeiros atos de exaltação dos feitos dos heróis portugueses dos séculos passados e também um acto de fé na capacidade dos portugueses para o futuro. A Exposição do Mundo Português, oferecia ao público aquilo que o Estado apregoava, o orgulho na sua história e a sua justa projecção no mundo.

A importância deste evento não se fica pelo seu papel ideológico junto do público, foi uma representação simbólica da Nação que constituiu, no entanto, um importante marco no desenvolvimento cultural nacional, como refere Acciaiuoli (1998), desde as artes plásticas à arquitectura. O motor desse desenvolvimento foi sem dúvida o do SPN, na sua procura por desenvolver eventos de celebração e promoção do estado, empregava muitos dos artistas, que de outra forma não conseguiriam desenvolver ou difundir a sua obra. Recrutaram-se os melhores arquitectos, artistas para a "grande manifestação fascizante", como refere Marques (1998:396), no modo de interpretar o passado e que foi um sucesso quer para Salazar, quer para António Ferro.

A exposição de 1940 conseguiu ainda, além de toda a sua idealização do projeto imperial português trazer a participação do Brasil, mas também estiveram presentes todas as colónias, as quais eram as mesmas da exposição anterior: Índia e Macau, Timor e as colónias de África.

---

[289] BGC, 1938, n.º 154:7
[290] Ver obra de Costa (1939).

Foram edificados elementos arquitectónicos que os caracterizavam e nos quais deveriam estar presentes representantes desses locais.

A exposição idealizada para ser realizada na zona de Belém, iria ter lugar numa área de cerca de 450 mil metros quadrados (Castro, 1940:66) e nos quais deveriam ser construídos pavilhões e espaços abertos. A escolha da área de construção, que variava entre a parte frontal dos Jerónimos e a parte posterior, segundo Augusto de Castro, recaiu sobre a parte frontal dos Jerónimos,[291] uma vez que seria menos custosa em meios financeiros e em trabalhos de urbanismo[292], para o pouco tempo que se dispunha (Castro, 1940:15). O espaço da exposição deveria: "…apresentar uma síntese da nossa ação civilizadora, da nossa história do mundo…"[293] e Lisboa seria, como refere Castro "… a verdadeira cidade da história de Portugal…" (1940:18). Segundo a Revista dos centenários[294], o local da Exposição não podia ter sido "melhor escolhido", pela associação e carga simbólica do local com a partida das frotas para as Descobertas, dando naturalmente, um significado de tradição histórica. A Exposição tinha sido idealizada ao longo de dois planos, um junto ao rio onde estavam os pavilhões principais e todo o simbolismo da nacionalidade e o outro era a secção a colonial, afastado do centro.

A grandiosidade do evento[295], materializada pelo Arquitecto Cotinelli Telmo está bem vincada em muitas das suas marcas, mas desde logo sobressaem os números; ao contrário da exposição do Porto com um custo de mil e quinhentos contos e um número de um milhão e duzentos mil visitantes, a exposição de Lisboa custou, segundo Fernando Rosas, trinta e sete mil contos e com um cerca de três milhões de visitantes (Rosas, 1992:431). Também representativo da sua grandeza são, o espaço usado, sem dúvida muito maior que na exposição de 1934, as dimensões dos edifícios, os pavilhões e as obras realizadas.[296]

---

[291] Ver mapa da exposição nos anexos
[292] Os trabalhos de urbanismo incluíam demolições, como se verifica na imagem X, no caso da secção colonial, como referia Galvão: "…uma vez que a secção colonial se instalava em recinto fechado e que as necessidades de urbanização da cidade não obrigavam à sua demolição, fazer quanto possível obra que ficasse e torne desta forma reparáveis as importantes somas despendidas pelo Estado na sua realização…" (Português, 1940).
[293] BGC, 1938, n.º 154:11-2
[294] RC, 1940, n.º 19 e 20:18
[295] Obras da responsabilidade de Augusto Castro, director da exposição, Cotinelli Telmo, Arquitecto Chefe e Sá e Melo Engenheiro (Castro, 1940:15).
[296] Ver planta nos anexos

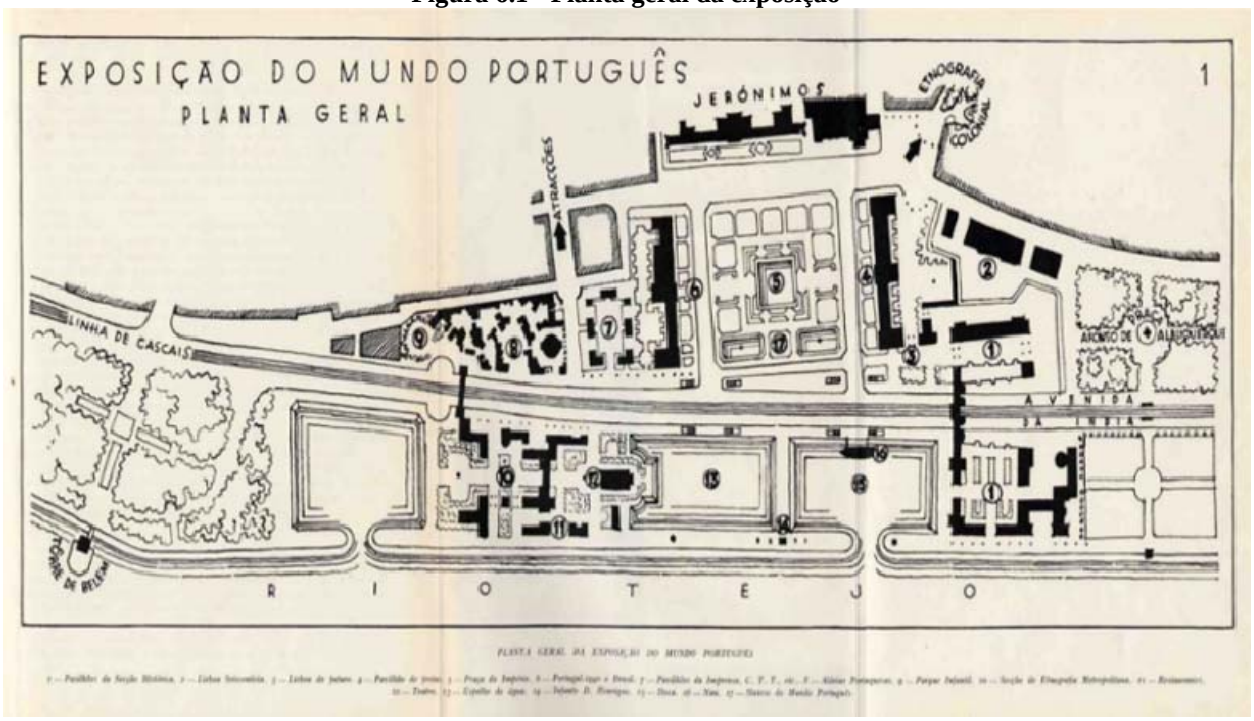
Imagem 6.1 – Início dos trabalhos da exposição de 1940



Fonte - colecção da Fundação Calouste Gulbenkian:CFT164 02654.ic

A escolha do local, porventura, não seria ocasional para Salazar, uma vez que era um espaço da cidade de Lisboa que tinha símbolos da grande epopeia portuguesa, elementos que faziam parte da ideologia promovida pelas celebrações, ou seja, um testemunho da grandeza nacional. A exposição mundo Português não era um espaço tão pequeno e fechado, como fora o palácio de cristal do porto, pretendia demonstrar ao povo, como refere Acciaiuoli, "alegria e confiança" através das celebrações da sua história (1998:103).

Figura 6.1 - Planta geral da exposição



Fonte: Revista dos centenários, n.º2-3

A exposição tinha três divisões, no que diz respeito às estruturas, a Secção Histórica, Secção da Vida Popular e Secção Colonial (RC, 1940, n.º19:18). A primeira era a componente central da exposição a justificação das celebrações, as divisões eram demonstrações da verdadeira alma portuguesa e do império, os modelos ideológicos que o Estado promovia, a ruralidade, o trabalho, a fé, e a ação civilizadora. Nesse espaço estavam igualmente os pavilhões dedicados ao comércio e lazer como restaurantes, parques, jardins, outro. A divisão estava elaborada da seguinte forma: a secção histórica composta por oito pavilhões, os da fundação de Portugal, da formação e conquista, da independência, dos descobrimentos, da colonização, o pavilhão dos portugueses no mundo, o pavilhão de Portugal 1940 e o pavilhão de Lisboa. O pavilhão do Brasil não fazia parte da secção histórica, sendo o único país convidado. O segundo a o centro regional ou secção da vida popular[297], composto por cinco pavilhões e as aldeias portuguesas. A secção da vida popular era da responsabilidade de António Ferro e do SPN, em que se reproduziriam aldeias e tradições populares, seria o "verdadeiro álbum português" (Castro, 1940:26). António Ferro era um homem já muito experimentado em exposições, foi responsável

[297] Por vezes aparece identificada como secção da "etnografia metropolitana" (Castro, 1940:25)

pela participação nacional que se deslocou a Paris em 1937 e a Nova York em 1939.[298] Por último a secção colonial era composta pelo jardim colonial, pavilhões das colónias africanas, a reprodução de uma rua de Macau, a demonstração das nossas culturas e dos nossos costumes coloniais mediante, por exemplo, pela soberba decoração do Jardim Colonial, cedido à Exposição pelo Ministro das Colónias. Pela primeira vez se realizara na Europa uma visão completa da Etnografia Colonial".[299]

Neste capítulo realça-se a secção colonial, que corresponde apenas a uma das componentes do grande evento,[300] com uma área que se pode dizer periférica em termos espaciais. A estruturação do espaço do recinto é reconhecido em dois planos, sendo o: "… o segundo em terras mais elevadas, arborizadas de espécies exóticas… Uma passagem liga as duas partes…". [301] O cargo de direcção da secção colonial foi atribuido ao capitão Henrique Galvão, apoiado pelo por Mimoso Moreira. Tal como em 1934, Moura Coutinho, Kendel Salgado e António Gomes, alem dos responsáveis pela secção, todos os principais intervenientes, como por exemplo arquitectos,[302] bem como a generalidade dos trabalhadores[303] eram portugueses. A secção colonial tinha por principais objetivos, através dos pavilhões e aldeias indígenas,"salientar as suas características sob o ponto de vista etnográfico" demonstrando para esse efeito fotografias, utensílios, domésticos e de trabalho, vestuário e outros (RC, 1939, n.º 8:14).

O espaço periférico e fechado fora do recinto principal, que se considerou adequado, à divulgação de Portugal como Nação com missão civilizadora, que a secção colonial foi idealizada. A organização da secção não tinha apenas preocupações de espaço ou de meios, também a durabilidade das construções e os custos a ela associados eram ponderados. A questão financeira era, como ocorreu no Porto, uma constante preocupação, por esse motivo as edificações deveriam ser pensadas, evitando despesismo excessivo, ao que Galvão refere: " … procurar construir o mais possível em materiais definitivos e dar as construções uma orientação

---

[298] A exposição realizada em Nova York procurou demonstra um Portugal centenário com preocupações com a imagem, também procurou promover o turismo e angariar visitantes. Para mais informação sobre a participação nacional em Nova York ver Costa, (1939).
[299] RC, 1939, n.º 2-3:10
[300] Ver mapa nos anexos.
[301] RC, 1940, n.º 19, 20 :18
[302] António Lino, Gonçalo de Mello Breyner, José Bastos, Vasco de Morais Palmeiro, frequentemente identificado como, Regaleira (Portugal, 1956).
[303] A obra "Mundo português: imagens de uma exposição histórica 1940". Refere que em toda a exposição trabalharam cerca de cinco mil operários e quinze e dezassete, engenheiros e arquitectos respectivamente, entre outros, funcionários. (Portugal, 1956)

definida no sentido de um aproveitamento útil depois da Exposição"(1940:19). Não é apenas uma questão financeira mas também de valorização da obra do Estado, o BGC refere que: "… a máxima parte deve ficar como obra útil e ajudará por si mesma a perpetuar as festas".[304] É curioso o facto de existir uma preocupação financeira com os custos da exposição quando no exterior a máquina de propaganda não olhava a meios para alcamçar os seus fins de promoção imperial, um denominador comum é o facto dos pavilhões em exposições no exterior custarem mais que as realizações ocorridas em território nacional. Lourenço Cayola referiu-o em relação à exposição do Porto,[305] e Galvão em relação à exposição de 1940 (Português, 1940).

A questão financeira também se reflectiu, em parte, do facto de ser realizada em 1940 em plena segunda guerra mundial e isso apesar de não trazer muitos visitantes estrangeiros, trouxe algum espanto aos refugiados que na época passavam por Lisboa, e eram muitos.[306] A questão do adiamento da exposição foi ponderada, no entanto, como refere Castro, não se efectivou por vários motivos, designadamente,"… porque a significação nacional e simbólica das festas era incompatível com qualquer adiamento" (1940:45), mas também o facto de havia uma despesa já efectuada (*Idem*). Inicialmente estava previsto, como consta da Revista dos Centenários de Agosto de 1939, a existência de um pavilhão "privativo" (RC, 1939, n.º 8:14) para cada colónia que visava salientar as suas características sob o ponto de vista etnográfico. Nesses locais deveriam ser expostos os principais motivos demonstrativos das várias raças que compõem o império, utilizando fotografias, utensílios, vestuário etc.

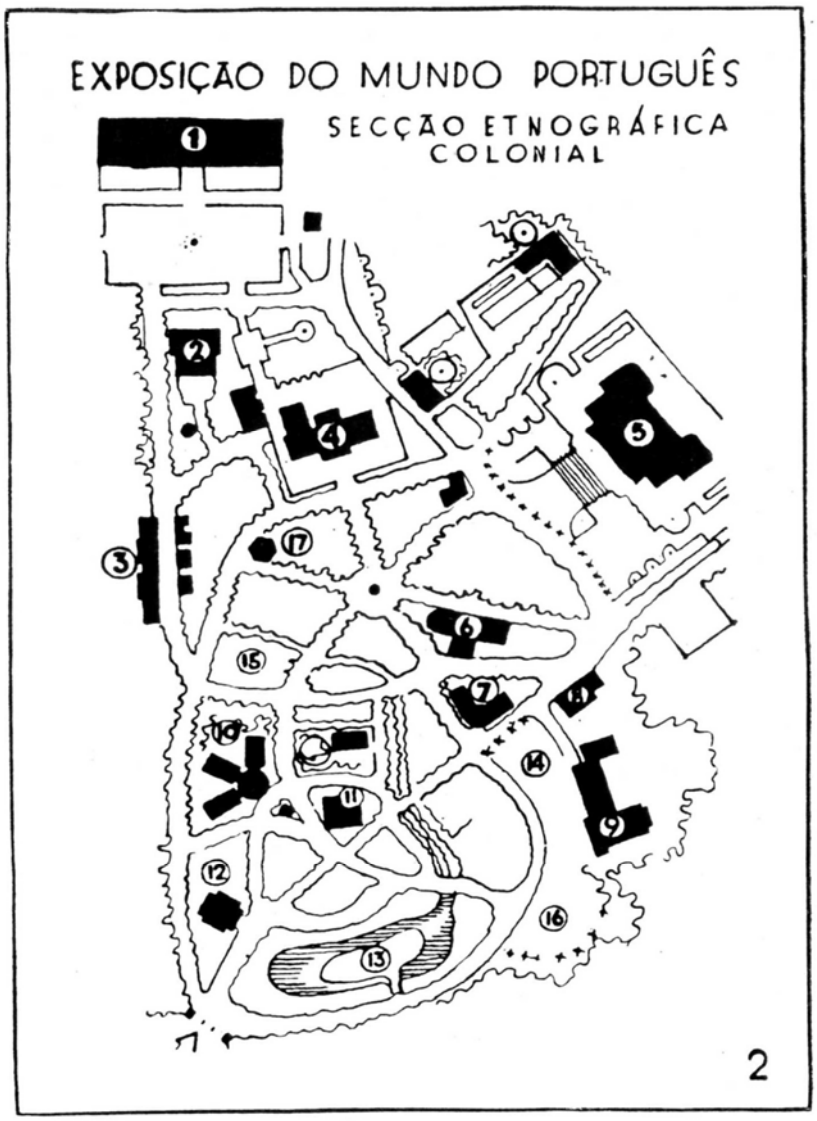
Os pavilhões deveriam obedecer: "…na sua disposição, às características étnicas, quanto possível, para dar uma ideia, aos visitantes, dos usos e costumes dos povos ultramarinos".[307] Nesse mesmo espaço deveria ser exibido pormenores elucidativos quanto às raças que compõe o império, através de mapas, dioramas ou outros dispositivos, também as reproduções em "tamanho natural ou em miniaturas", de monumentos ou edifícios que demonstrem a sua variedade (RC, 1939, n.º 8:14). Apesar de previsto um pavilhão para cada uma das colónias, na prática, era atribuido um pavilhão para cada duas ou três coloniais, exceptuando na representação etnográfica das aldeias indígenas.

---

[304] BGC, 1938, n.º 154:14
[305] BGC, 1934, n.º 109
[306] O aspecto dos refugiados da segunda guerra mundial pode ser verificado no filme de João Canijo – Fantasia Lusitana de 2010.
[307] RC, 1939, n.º 8:14

A secção colonial estava dividida, segundo a organização (Português, 1940), em três áreas, Pavilhões das Colónias, Pavilhões e Construções de documentação e Monumentos, Construções de Utilidade Pública, Diversos. A primeira diz respeito aos pavilhões coloniais de a) Angola e Moçambique, b) Guiné, c) S. Tome, Cabo Verde e Timor) e instalados na reconstrução de ruas típicas da d) Índia e, e) Macau (Português, 1940:21). A segunda era composta por pavilhões, das Missões Católicas, de Arquitectura Colonial, de Caça e Turismo e de Arte Indígena, pela recriação da rua de Macau e rua da Índia, e por último Aldeias Indígenas. A terceira divisão da secção colonial era dedicada a "elementos de utilidade pública" como por exemplo, um restaurante colonial, pavilhão dos cafés portugueses, pavilhão do chã de Moçambique, pavilhão de informações, livraria e tabacaria colonial, cervejarias, outros (Português, 1940:23).

Figura 6.2 – Mapa da Secção colonial



PLANTA DA SECÇÃO ETNOGRÁFICA E COLONIAL

1 — Matérias primas, caça e turismo. 2 — India. 3 — Macau. 4 — Estufa. 5 — Angola e Moçambique. 6 — Restaurante. 7 — Arte Indígena. 8 — Curadoria. 9 — Missões católicas. 10 — S. Tomé, Cabo Verde e Timor. 11 — Casa de S. Tomé. 12 — Guiné. 13, 14, 15 e 16 — Aldeias indígenas. 17 — Casa do Chá.

Fonte – Galvão (1940)

A exposição foi inaugurada oficialmente no dia 23 de Junho de 1940 e manteve as suas portas abertas até ao dia 2 de Dezembro de 1940, data de celebração da restauração, que consistiu no culminar de várias celebrações efectuadas durante o ano. O aproveitamento dos centenários é quase vital para a difusão dos ideais do Estado Novo, entre eles, o retomar da ideia

de 1934 "Portugal não é um país pequeno", como refere Rosas, em: "… Lisboa é aberta a exposição do Mundo Português, com o intuito de ilustrar a ação de evangelização e colonização desenvolvida ao longo da história portuguesa. O mesmo acontece na exposição colonial" (1992:207).

A Exposição do Mundo Português conta os oito séculos de história de uma forma cronológica, ilustrando os seus principais momentos e personagens, enaltecendo o passado e promovendo a ideologia nacionalista e imperial para que se consolide o futuro do Estado Novo. A mesma vocação imperial, idêntica à que foi justificação no tratado de Berlim, a ação civilizadora e direito histórico continuam a ser demonstração da obra colonial portuguesa.

As imagens e textos que caracterizam este subcapítulo, são oriundas de uma maior variedade de fontes, em relação ao capítulo anterior, procurou-se compilar um conjunto de informação representativa da condição do outro. A descrição das imagens da exposição confrontadas com as políticas imperiais da época, o conjunto acaba por ter um papel importante para auxiliar na justificação dos argumentos usados (Coombes, 1997). No caso das imagens, veículo de um espaço simbólico (Schwartz,2004:16), recorre-se a Domingos Alvão[308], a Eduardo Portugal, Horácio Novais e ocasionalmente às imagens do Jornal O Século, dispersas por vários arquivos, existe alguma dificuldade em encontrar imagens do outro na exposição, ao contrário das imagens da arquitectura e pavilhões nacionais, que existem em número considerável. As imagens permitem questionar os textos através de uma observação directa, permitem interrogar as concepções que dizem respeito à superioridade (Edwards e Hart, 2004:4), e serão ordenadas de forma idêntica às anteriores para evitar disparidades. A informação está organizada de acordo com os edifícios principais, espaço interior e o espaço exterior, terminando nas pessoas.

Em relação à componente textual foi necessário o recurso às compilações de documentos oficiais, como o BGC, a Revista dos Centenários (RC) e o Catálogo Oficial da Exposição, dedicado à secção colonial, que compila informação documental diversificada sobre o outro. O caso do catálogo da secção colonial é paradigmático, em vez de imagens do outro na exposição, apostam em retratos, executados pelo pintor Fausto Sampaio, e em imagens do outro mas no seu

[308] São das poucas imagens disponíveis de Domingos Alvão, contudo as poucas disponíveis estão registadas como pertencentes à exposição de 1934. Sabe-se que são de 1940 por vários motivos, primeiro é uma sequencia de imagens, demonstra que foram tiradas no mesmo local, depois os intervenientes nas imagens como o Rei do Congo ou Braima Sanha, que não estiveram na exposição do Porto, aliadas à imagens da rua de Macau e do miradouro indo-chines, não há duvidas que são da exposição de 1940.

ambiente natural, desenvolvidas nas viagens que foram realizadas às colónias para documentar a secção colonial. A informação que disponibilizam é importante, através dela é possível identificar alguns dos intervenientes no evento.[309]

A secção colonial da exposição Mundo Português é uma parte de um evento de maior dimensão, funciona como uma exposição dentro da exposição. É um espaço fechado dentro de outro espaço, igualmente fechado, é uma secção colocada num dos extremos do recinto, por isso se considera periférica.[310] A secção colonial não ocupa um lugar central no espaço do recinto, tem estruturas e pavilhões próprios e é sobre eles que se inicia a caracterização das representações.

As imagens[311] que representam Angola e Moçambique,[312] demonstram a existência de um só pavilhão,[313] como apresenta a imagem seguinte de Eduardo Portugal, um edifício de forma estilizada e rectangular, de carácter permanente (Português, 1940:273), tal como o próprio Galvão refere, pelo menos as "…esculturas do pórtico, as cabeças de indígenas e o caçador negro que se ergue ao fundo do átrio (…) estão formados em materiais permanentes" (Português, 1940:272). No seu interior os pavilhões que representam as colónias são muito idênticos, têm diversa informação, fotografias, dioramas e um documentário[314] que repreentam a "etnografia" e as principais características geográficas e a estatística das colónias (Português, 1940:271). Todas as esculturas do interior e exterior do pavilhão são criações de artistas ou arquitecto nacionais.[315]

---

[309] O chefe Suco de Timor, Francsico da Costa Aleixo, o mesmo que esteve no Porto em 1934, o seu filho Joao César Ferreira (Português, 1940). Pedro VII, Rei do Congo; Braima Sanha, chefe dos fulas e Alferes de segunda-linha; Mansata Balde e Jenabé Mantânh, fula; Adjalo, Mandinga da Guiné; Maritime, Bijagoz da Guiné; Tichile, Mucancala de Angola; Naguem Djere, Quipungo de Angola; Ana, Maconde de Moçambique; Leong Keng Kong Macau; Leong Li, Macau. (Galvão, 1940)

[310] Ver mapa da exposição nos anexos.

[311] Ver anexo 10, imagem de Domingos Alvão:PT/CPF/ALV/6796

[312] Documento da companhia de Moçambique com data de 24 de Maio de 1940 para a direcção da secção colonial, refere que são dezoito os indígenas de Moçambique que participarão na Exposição do Mundo Português,[312] refere: um torneiro de nome Sebastião acompanhado pela mulher Carlota e seu filho Bangué e o ajudante João. Um ourives de nome João acompanhado da mulher Henriqueta e seu filho António e ajudante Senzequa. Um tecelão de nome Paulino Apêzo, acompanhado da mulher Saio e seus filhos Alfredo e Chico.

[313] obra de arquitecto António Lino e decoração de Roberto Araújo (Português, 1940:272) e anexos.

[314] Documentário realizado por Elmano da Cunha e Costa (Português, 1940:271).

[315] As esculturas do pavilhão de Angola e Moçambique foram da responsabilidade de Alípio Brandão Manuel de Oliveira, Júlio de Sousa (Português, 1940:272-3)

Imagem 6.2 – Pavilhão de Angola e Moçambique



Fonte : PT/AMLSB/EDP/S00063

O pavilhão da Guiné[316] demonstra uma grande estrutura, de forma semelhante a um quadrado, com grande pé-direito, com telhado em colmo,[317] é composto por várias salas nas quais estão exibidos, informação etnográfica das colónias, além dos dioramas, fotografias e mapas informativos da Guiné, alguns objetos de arte indígena,[318] que são da pertença da SGL (Português, 1940:274).

[316] Ver anexo 10, imagem de Domingos Alvão:PT/CPF/ALV/6795
[317] Obra do Arquitecto Gonçalo de Melo Breyner e decorador Roberto de Araújo (Português, 1940:273)
[318] Existem esculturas no do pavilhão que são obra de Jorge Matos Chaves e de Júlio de Sousa, mas não são a arte indígena (Português, 1940:271)

Imagem 6.3 – Pavilhao da Guiné



Fonte: PT/CPF/ALV/6795

O Pavilhão da Índia, "reuniu", como é reconhecido por Galvão, alguns conjuntos arquitectónicos típicos da índia (Português, 1940:276), na elaboração do Pavilhão e na recriação da rua da Índia foi realizado um conjunto de reconstituições que a organização designa de "exactas". Dentro do pavilhão constam informações, como nos outros edifícios, de carácter etnológico, a "carta documentaria" da colónia com informação diversa (Português, 1940:276).

A representação de Macau é composta, à semelhança da Índia, por duas componentes, o pavilhão e a recriação de uma rua.[319] O pavilhão de forma quadrada, tem material documental no qual se faz referência a sua informação etnográfica e geográfica, com quadros e dioramas. Na rua de Macau[320], onde existe um pagode (Fan-Tan)[321], lojas comerciais, e as casas dos macaenses que vieram à exposição (Português, 1940:277). A imagem da rua de Macau retrata o seu intenso comércio com todos os seus coloridos reclames, "… com a sua cor, o seu movimento, o seu pitoresco…" (Português, 1940:277). O Fan-Tan é o local onde o artista contemporâneo Chiu Shiu Ngon, expõe as suas obras, artista que fez sensação na exposição de Internacional da Bélgica em 1930 (Português, 1940:298).

---

[319] Da responsabilidade dos cenógrafos Saul de Almeida e Raul Campos, "…sobre documentação fornecida pelo director da secção" (Português, 1940:276).
[320] Ver anexo 10, imagem de Domingos Alvão:PT/CPF/ALV/6769
[321] Ver anexo 10, imagem de Domingos Alvão:PT/CPF/ALV/6783

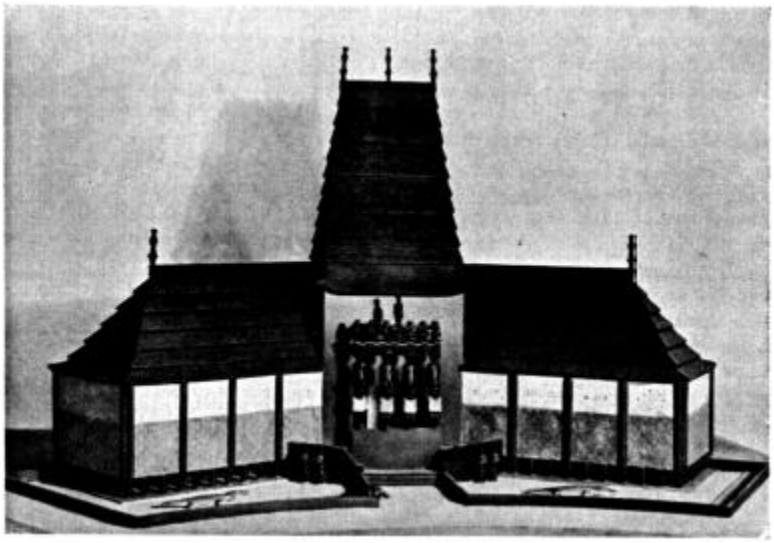
Imagem 6.4 – Rua de Macau



Fonte - PT/CPF/ALV/6769

O pavilhão de Timor, Cabo Verde e S. Tome e Príncipe é um espaço, como consta na imagem seguinte, dividido em três partes e pelas três representações coloniais, tem no seu interior informação diversa sobre os territórios coloniais, sobre a sua etnografia e geografia.[322]

Figura 6.3 - Maquete do Pavilhão de Timor, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe



Fonte – Galvão (1940)

[322] Existe pouca informação que caracterize este pavilhão.

A segunda secção dos pavilhões começa com o espaço das missões católicas,[323] são dois edifícios associados, a igreja e o pavilhão, tem por intenção, segundo Galvão, "…fornecer um modelo arquitectónico da missão católica portuguesa para as nossas colónias, juntando os elementos de simplicidade, pobreza e bom gôsto que tão bem ficam numa missão" (Português, 1940:279). Na igreja, situada no "centro do arco das aldeias indígenas", local onde terão lugar todos os actos de culto, onde os missionários "…exercerão o seu sagrado oficio" junto dos indígenas exercendo a atividade, como menciona Galvão, "uma missão viva" (Português, 1940:279).

O pavilhão de arte indígena,[324] e que se pode ver nas imagens de Eduardo Portugal[325] é composto por duas secções a de arte Africana e a de arte Oriental, a organização esperava que no evento se pudessem exibir: "… alguns dos mais preciosos objetos de arte indígena das colónias portuguesas (…) Pertencem à Sociedade de Geografia de Lisboa a maior parte das peças expostas – e algumas à Agência Geral das colónias, herança[326] que recebeu da 1ª exposição Colonial Portuguesa realizada no Porto em 1934" (Português, 1940:284). O pavilhão de arte indígena tem uma entrada de forma pontiaguda e é ladeado por amplas paredes, as imagens de Eduardo Portugal e do Jornal o Seculo não facultam muitos pormenores.

Uma vez concluida a descrição dos pavilhões, segue-se a análise das aldeias indígenas, que compõem e representam todas as partes do Império (Português, 1940:284). Os vários indígenas que foram trazidos para a exposição ficaram alojados nas aldeias, ou habitações executadas para a secção colonial, que seria um "documentário dos seus usos e costumes" (Português, 1940:285), estavam enquadrados em "cenários reconstituídos", que se pretendiam que fossem o mais "fiéis possíveis" (Galvão, 1940:23).

---

[323] Obra do Arquitecto Vasco Palmeiro, pintura de Maria Adelaide Lima, decoração de Roberto Araújo, escultura de Manuel de Oliveira (Português, 1940:278)
[324] Arquitecto Gonçalo de Mello Breyner e decoração de Roberto Araújo (Português, 1940:283), ver anexo 9.
[325] Ver anexo 11. PT/AMLSB/EDP/S00066
[326] Destacam-se as celebres máscaras do Benin (Português, 1940:284)

Imagem 6.5 – chegada de indigenas em navio a lisboa



Fonte - PT-TT-EPJS-SF-001-001-0075-1593

Henrique Galvão considera que as aldeias dos indígenas foram construídas "… um ambiente tão similhante quanto possível ao original" (Português, 1940:285), dela fariam parte, a aldeia dos indígenas da Guiné, composta pelas várias tribos, elementos Bijagoz, Mandingas e Fulas, os povos de Angola, os de Moçambique, os Muchopes e Macondes, Cabo Verde, os de Timor, os de S. Tomé e Príncipe e os da Índia e Macau (Português, 1940:285), curiosamente não são mencionados números de indígenas.

A acrescentar aos indígenas, foi convidado a participar na exposição do Mundo Português, o Rei do Congo, D. Pedro VII, "…o único oficialmente reconhecido no Império…" (Galvão, 1940:23), ficaria instalado numa residência própria, junto à aldeia dos povos indígenas de Angola e da Missão (Português, 1940:285) As imagens sobre as aldeias indígenas são escassas, as de Domingos Alvão representam indígenas enquadrados em aldeias[327], construídas de materiais que aparentem ser palha e madeira, permite identificar duas aldeias distintas a dos habitantes da Guiné e a dos de Angola, contudo, não grandes analises. As fotografias de Eduardo Portugal apenas representam os pavilhões, restando apenas duas imagens do Jornal o Seculo que exibem duas aldeias.[328] As imagens das duas aldeias demonstram dois conjuntos habitacionais formados por vários edifícios junto a espelhos de água. Pela sua disposição e enquadramento, sem qualquer habitante, dificultam a sua identificação demonstrando apenas a fragilidade das

[327] Ver anexo 10, PT/CPF/ALV/6767
[328] Ver anexo 12, PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-3055 e PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-3056

suas construções. A falta de informação dificulta uma análise semelhante à exposição de 1934, relegando uma maior parte para as imagens que exibem os pavilhões e os indígenas.

Imagem 6.6 – chegada do rei D. Pedro a Lisboa

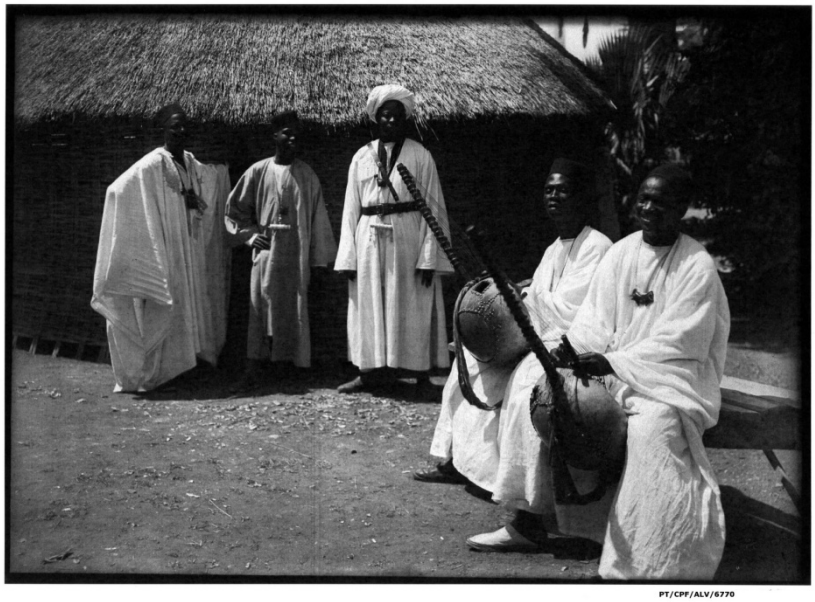


Fonte - Fonte - PT-TT-EPJS-SF-001-001-0075-1572

A primeira imagem que exibe indígenas, tirada por Alvão[329], representa dois músicos africanos sentados, enquadrados na aldeia indígena, com instrumentos de cordas nas mãos, vestidos com roupas longas e claras, que aparentem ser roupas que não são do quotidiano. A imagem seguinte representa os mesmos dois músicos africanos, sentados, juntos a mais três homens em pé, demonstrando uma retrato do que aparenta ser uma cena típica das relações entre os indígenas. A imagem é retirada junto às habitações de palha e madeira, exibe homens vestidos com longas roupas claras; ao centro destaca-se Braima Sanha[330], elemento que se conseguiu identificar.

[329] Ver anexo 10, PT/CPF/ALV/6770
[330] Chefe do exército de segunda Linha da Guiné

Imagem 6.7 – Musicos guineenses



Fonte - PT/CPF/ALV/6770

A imagem posterior representa onze africanos[331], entre eles duas mulheres, Braima Sanha e os dois músicos, das imagens anteriores continuam presentes, uns de pé e outros sentados no meio da aldeia indígena, todos vestidos com longas roupas claras. A imagem assemelha-se a uma fotografia de grupo vulgar, e aparenta ser uma sequencia.

A imagem subsequente[332] representa nove indígenas africanos da Guiné, entre eles uma mulher, vestidos com as sua longas roupas claras, surgem posicionados de pé e sentados, no centro da imagem destaca-se nesta imagem o uso do do típico chapéu colonial por três desses elementos. Desta imagem destaca-se, ao centro, um africano que alémdo chapéu colonial, tem uns distintivos sapatos brancos, em contraste com alguns dos seus parceiros que se encontram descalços. Esta imagem demonstra uma distinção entre os elementos havendo um vestido com roupas mais ao estilo ocidental.

A imagem posterior representa uma aldeia indígena africana[333], com doze elementos, dois deles homens, representados de pé e sentados no chão, no centro da rerpresentação de uma aldeia indígena. A principal característica é o facto de estarem semi-nus, aparentando ser as suas

[331] Ver anexo 10, PT/CPF/ALV/6773
[332] Ver anexo 10, PT/CPF/ALV/6774
[333] Ver anexo 10, PT/CPF/ALV/6768

roupagens usuais, de destacar nesta imagem que nem todos os elementos olham para a câmara, podendo dar a entender, não ter sido uma foto composta para o efeito.

A imagem subsequente[334], com o posicioamento do que parecem ser quinze africanos, seis deles homens, semi-nus, em pé e sentados no centro de uma aldeia indígena, todos olham para a câmara, uma imagem de grupo, com a aldeia indígena como pano de fundo. Esta imagem demonstra que há um representar para a câmara. A seguir a esta fotografia, surge a imagem que representa o Rei do Congo[335], D. Pedro VII, na qual é exibido sentado, vestido com o que aparenta ser um uniforme militar de gala, pelos bordados das mangas, com um chapéu de dois bicos, manto e ceptro real. Desconhece-se com precisão o fundo da imagem, se é numa aldeia indígena ou não, apenas que aparenta ser uma pose para o fotografo. As imagens de Domingos Alvão disponíveis, não permitem mais analises ou averigiuações, nem as Fotografias de Eduardo Portugal têm pessoas representadas, apenas as imagens do jornal o século que representamalguns momentos mais significativos do evento em relação aos habitantes da secção colonial.

As fotografias do jornal O Século, em numero de dezoito, serviram a este estudo para complementar a escasses de imagens sobre a secção colonial, representam essencialmente pessoas desde a sua chegada ao evento[336] até às suas atividades no recinto da exposição. As imagens que retratam os pavilhões, em numero de duas , são idênticas às de Domingos Alvão e Eduardo Portugal representando o pavilhão de arte indígena e o de Angola e Moçambique. As imagens sobre os indígenas representam varias acões desenvolvidas na exposição, destacam-se três momentos, as da ação das missionarias que ensinam os indígenas a bordar ou a ler, no ambiente de uma aldeia que representam um desconhecido espaço de Africa, três fotografias. As imagens de um casamento realizado durante e no espaço da exposição, promovido pela organização, duas imagens. Por ultimo as fotografias relaciondas com o cortejo[337], que tem em destaque as representações de D. Pedro VII, numa dessas imagens surge sentado numa carroça puxada por zebras e acompanhada por alguns indígenas, uns em trajes ditos ocidentais e outros em roupagem mais tradicional. Esta secção do capítulo procurou demonstrar a representação do outro que foi desenvolvida para a secção colonial da exposição de 1940, debateu-se com alguma falta e indisponibilidade de imagens para observação, ainda assim permitem desenvolver uma

[334] Ver anexo 10, PT/CPF/ALV/6775
[335] Ver anexo 10, PT/CPF/ALV/6772
[336] Ver anexo 12.
[337] Ver anexo 12, imagens de "O Século", PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2121

análise critica da sua representação, que consta na secção seguinte onde se procede-se à re-interpretação da exposição.

6.3 – Reinterpretação da representação

Na última subsecção deste capítulo o objetivo é o de reinterpretar a informação existente sobre a representação do outro, demonstrando o papel da ideologia e poder nessas representações. O outro é utilizado para testemunhar os valores culturais e ideológicos de Portugal, e não os seus, servindo para exibir com elevação a ação nacional e civilizadora, os direitos históricos e a singularidade da colonização, demonstrando que a sua aceitação do domínio, por parte do outro, era sem dúvida a aceitação pública dessa dominação (Scott, 1990:57). Para que haja lugar ao reconhecimento público dessa inferioridade, é necessário que os dominados estejam numa posição de desvantagem, que sejam passivos (Scott, 1990:71), o que de facto se confirma, pois todo o processo da exposição joga em seu desfavor. Além da atividade colonial os dominar, pela legislação, pelas relações sociais e culturais, os indígenas, na maioria dos casos, são colocados em habitações que não lhes são familiares, isolando-os do seu meio, locais onde é esperado que ajam com naturalidade. posição

O papel do outro na política e cultura nacional pode ser encarado com uma disposição expectável que é promovido pela ação centralizadora do Estado, demonstrando, de forma análoga ao espaço que ocupam na exposição de 1940, a sua lateralidade e humildade, simples e até inocente. A diferença existente entre o nacional e o colonial era considerada adequada pelo regime, uma vez que todas as raças e povos que não fossem portugueses brancos não eram considerados iguais, ainda que fosse frequente a utilização de referencias a um tratamento igualitário desenvolvido pelos portugueses em relação aos indígenas, como se verifica não é de todo correcto. No auxilio destas posições acudiam a ciência, ajudava a justificar essa diferença, organizando em paralelo congressos de antropologia onde se justificavam essas abordagens, a política que pretendia criar os assimilados e a religião que procura evangelizar.

A representação dos indígenas na secção colonial e a sua subalternização, começa desde logo pelo espaço e localização que lhes é atribuído, mais periférica, mais próxima do recinto das diversões, como é possível verificar no mapa do evento. [338] Pode comparar-se com a secção etnográfica metropolitana, com mais destaque, a secção colonial é entendida como uma zona com um valor diminuído em relação ao restante evento. Se por um lado se compreende que, sendo uma exposição com diretivas de valorização dos feitos nacionais, eles são considerados centrais relegando o resto para segundo plano, por outro, a necessidade de espaço para a realização de um Jardim colonial[339] pode ter influenciado esse afastamento do centro do evento. Contudo a distância que separa os indígenas da Nação Portuguesa é visível na disposição espacial da exposição, num local fechado e periférico não existindo, portanto, uma integração na dinâmica da exposição.

Outra prova da sua secundarização é o facto de os pavilhões da secção colonial terem sido criados, como refere Galvão, com objetivo de "permanência" (1940), sem serem efémeros ou seja, edifícios sem preocupações de serem utilizados por indígenas no futuro mas serem executados com materiais mais robustos e duradouros que os originais, visando demonstrando o papel da actividade colonizadora. O papel de segundo plano pode confirmar-se, igualmente, em comparação com outros eventos como a exposição de Paris, como se identificou nos capítulos anteriores, a qual possuía os bazares e as recriações de ruas coloniais no recinto do evento, contudo, sem estarem isoladas ou num canto do recinto, eram consideradas exotismos, mas não eram ocultadas do evento principal. A convivência com os indígenas, apesar de darem uma, aparente, imagem de "proximidade" (Coombes, 1997:113), reduzia-se ao essencial, a serem vistos pelo público e à observação das encenações do exotismo e da "fantasia" imperial (Ribeiro, 2003). Para ir ver os indígenas era necessário sair do espaço principal e deslocar-se a um extremo do recinto, ao mesmo tempo que poderiam "usufruir" de alguns locais de lazer, restaurante e cervejaria, salão de chá e café (Galvão, 1940:23). A encenação e enquadramento

[338] Ver anexo 8 e figura 6.3.
[339] Consta na revista dos centenários: " local escolhido para a demonstração do Ultramar foi o Jardim Colonial vasto parque que se estende desde as traseiras do Paço de Belém, na encosta da Ajuda, até a capela da Memoria, erecta por motivo dos acontecimentos históricos dos Távoras no atentado cont1·a a vida do rei D. José. 'O recinto presta-se admiravelmente, pelas suas condições topográficas e pelos seus arruamentos, bem tratados, bordados de espécies vegetais de acentuada beleza. Nos seus canteiros, recintos, vivei1·os e estufas vicejam curiosos espécimes da flora tropical, que lhe dão um ambiente curioso e ao mesmo tempo apropriado para o fim escolhido. Dificilmente se encontraria em Lisboa uma área ajardinada com perspectivas semelhantes" (RC, 1939, n.º 8:14).

dão razão ao posicionamento de Forsdick (2008) que considera este tipo de ocorrência como Zoos humanos.

A secção colonial é um pequeno universo, uma miniatura do império onde o público podia "viajar" às colónias e, sem sair do pais e sem as dificuldades inerentes às viagens, experimentar algumas das suas produções naturais, como o café. O passeio a essas aldeias garantiam, nas palavras de Coombes (1988:59), uma "proximidade geográfica" a um pequeno mundo de curiosidade e entretenimento é assim a secção colonial. A exposição do outro não diverge muito da anterior. Exibem-se povos considerados inferiores com modos de vida inferiores, aos quais Portugal considerava ser seu o papel de os educar e civilizar, pelo que, não é por acaso a presença da missão católica na secção colonial, e não no recinto principal. A sua presença, entende-se que, visa demonstrar as suas tarefas humanitárias e simbólicas, uma tutela capaz de garantir um desenvolvimento adequado ao processo civilizacional que carecia aos indígenas.

A representação do outro é distinta da nacional, que ocorre paredes meias no espaço de Belém, a representação etnográfica nacional, as aldeias portuguesas, exibem curiosamente uma ruralidade e artesania não muito evoluída, mas orgulhosa e obdiente. O Estado pretende que a promoção desta ruralidade seja uma marca que nos identifica (Rosas, 2001), e apesar de tudo comprova que Portugal é mais evoluído que as suas colónias. A valorização da ruralidade e da pátria, durante o Estado Novo, fazia-se sentir de diversas formas, desde os discursos, à literatura,[340] segundo Torgal, a "…ideia de pátria funde-se no salazarismo com o patriarcalismo de uma cristandade rústica, com um nacionalismo bíblico alimentado à lareira…" (2009:145). A ação ideológica do estado procurava fomentar, além da ruralidade do patriarcado familiar e da Nação, os valores tradicionais.

A secção de etnográfica metropolitana, em lugar mais destacado que a colonial, exibe a história etnográfica portuguesa, a história do traje, da ourivesaria, do barro, das indústrias populares e regionais portuguesas (RC, 1939, n.º2 e 3:10). A imagem que se veicula é a de um povo simples e humilde, trabalhador e cristão, um povo que consegue controlar um império, pelos valores que tem e não pela força. O Estado procura dar uma imagem de coesão e unidade, através da exposição, idêntica a outras nações (Coombes, 1997:187), todos iguais, teoricamente,

[340] As cidade e as Serras de Eça de Queirós, por exemplo

aos olhos de Salazar. No entanto, esta demonstração, de uma igualdade simbólica, pode ter tido efeito contrário, e ser geradora de agência, uma vez que os dominados podem verificar que não existe uma superioridade, assim tão evidente.

Fernando Rosas considera que o discurso propagandístico dos ideólogos do regime era: "… uma certa visão *infantilizadora* do povo português, gente conformada, respeitadora, doce, algo irresponsável e volúvel, mutável nas suas opiniões, sonhadora, engenhosa mas pouco empreendedora, obviamente insusceptível de ser titular da soberania ou fonte das grandes decisões nacionais, necessitada, portanto, como coisa natural e naturalmente aceite, da tutela atenta mas paternal do Estado" (2001:1036). Nesta expressão depreende-se uma atitude idêntica, à que o Estado tinha com os colonizados, em relação à exposição de 1934, dando a entender ser um elemento menor do certame, relegando a representação colonial a um papel secundário, em relação à demonstração cabal da potencialidaded colonial desenvolvida pelos portugueses.

A exposição utilizou a memória do passado, as imagens "heróicas" (RC, 1940, n.º 19 e 20:12), para enaltecer a ação presente do Estado Novo, através dos seus valores ideológicos. Tratou-se de um evento que valoriza e promove a grandeza histórica e os feitos dos portugueses esquecendo por completo o outro, relegando-o para um papel subalterno. Apesar da ideologia oficial afirmar que se trata o indígena com cuidado e humanismo, oculta-se a opressão e escravatura, e na verdade eles não são iguais, não são ainda portugueses e por isso são colocados à margem do recinto. A escravatura e a opressão são invertidas na exposição, exalta-se a ação oposta, valoriza-se o humanismo e a obra de Sá da Bandeira na abolição da escravatura; por exemplo, na sala do pavilhão da colonização, fala-se em especial de Portugal e não das colónias. O BGC descreve uma das salas desse pavilhão afirmando: "…sempre os Governos em Portugal cuidaram de proteger o indígena, realizando a este respeito uma política original, - de simpatia, de humanidade por mais ninguém ultrapassado.".[341] A ideologia do Estado é coerente, também o Presidente da República, Óscar Carmona, não considera que se tenha explorado as colónias; no seu discurso da inauguração do evento afirma: "ocupamos as terras vagas ou onde a civilização não existia e nas regiões civilizadas apenas quisemos estabelecer as condições de comércio e de permutação de riquezas (…) comerciamos mas não trouxemos pelos mares corsários nem vivemos da fazenda alheia; ocupamos, mas tão humanamente o fizemos e com um sentido tão

[341] BGC, 1941, n.º 187:204

vivo da personalidade humana que convizinhamos dos homens de outras civilizações, nunca levantando entre eles e nós qualquer barreira que significasse diferença deprimente"[342].

Como se tem procurado demonstrar o outro, na exposição Mundo Português, foi exibido em locais que se consideravam representativos,[343] das suas origens, os pavilhões "… obedecem na sua disposição as características étnicas, quanto possível, para dar uma ideia, aos visitantes, dos usos e costumes dos povos ultramarinos". Estariam espalhados pelo recinto demonstrações da arquitectura colonial "em tamanho natural ou por miniaturas" desde as aldeias aos edifícios mais significativos e exóticos (RC, 1939, n.º 8:14). "Aldeias e pavilhões construídos para que expressamente para que, mais rigorosamente, possa fazer-se uma ideia da vida etnográfica colonial da Nação" (Galvão, 1940:15). Apesar da organização reconhecer que eram cópias idênticas às originais, também reconhecem a necessidade da sua adaptação ao espaço do jardim colonial, logo eram diferentes das verdadeiras, a imensidão colonial portuguesa em miniatura. O facto de a secção colonial procurar criar pavilhões de maiores dimensões e que tenham utilidade futura,[344] que ocupem menos espaço e que acarretem menos custos, requeria uma organização mais pensada (Português, 1940), mas também era geradora de contracensos. Dessa forma o estudo arquitectural dos pavilhões foi feito sobre elementos das colónias e desenvolvido pelos autores dos projetos (Galvão, 1940:21).

Partindo deste pressupostos, os cinco pavilhões existentes são, a) Angola e Moçambique, b) Guiné, c) S. Tome e Príncipe, Cabo Verde e Timor, d) Índia e e) Macau. A partilha de pavilhões dá lugar, desde logo ao contracenso, a uma representação de um "Império Imaginário" (Ribeiro, 2004), uma mistura de elementos, de uma ou mais culturas, terminado pela influência ocidental. Esta partilha de recursos e de espaços desconstrói por completo a concepção de Galvão de "copias originais". As construções destes pavilhões, de carácter mais permanente, utilizaram recursos mais nobres e menos "primitivos", demonstrando a grandiosidade da ação portuguesa, os pavilhões aparentam ter de dimensões excessivas para réplicas, verdadeiramente originais, e todos são uma mescla do que se julga ser as, várias características habitacionais

[342] BGC, 1941, n.º 187:14
[343] Ver mapa da exposição nos anexos
[344] Uma das utilidades que se esperava para alguns destes edifícios era, segundo Henrique Galvão, a de: "Dificilmente se encontrara amanha melhor e mais perfeita localização para o Museu Popular das Colónias" (Galvão, 1940:21), "Quasi poderia dizer-se: depois da Exposição, o Museu esta instalado e pronto" (Galvão, 1940:19)

desses territórios. A sua imponência é a representação do poder imperial, da grandeza da Nação portuguesa.

O pavilhão da Índia, do qual não há imagem, é a reconstrução do Palácio do Visconde de Bardim, na representação indiana, e são ainda incluídas as representações da igreja de S. Francisco Xavier, o Arco dos condenados, entre outros (Português, 1940:276). Trata-se de representações portuguesas na Índia, apesar de Galvão referir que são cópias "exactas", ainda assim é uma cenografia da Índia. A rua da Índia, como o próprio Galvão reconhece, "não existe" na índia portuguesa, é uma réplica de origem indo-portuguesa e que ele considera: " Decerto mais rica e elegante que qualquer rua de Nova Goa - mas inteiramente constituída com elementos que a Nova Goa pertencem" (Galvão, 1940:22). A imagem da rua[345] demonstra, aquilo que aparenta ser uma qualquer rua no sul do país, do Algarve ou Alentejo ou seja, a construção típica da Índia é mais uma réplica portuguesa[346] que indiana. Como facilmente se comprova pela imagem seguinte, de Eduardo Portugal, que exibe um miradouro Indo-chinês esse orientalismo ressurge constantemente, uma mistura de estilos e uma idealização artística.

[345] Ver anexo 12, PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-3050.
[346] No recinto da Secção Colonial existe uma casa colonial típica idealizada pelo arquitecto Vasco Palmeiro e onde estava instalada a organização e serviços da secção colonial (Português, 1940:279)

Imagem 6.8 – Miradouro Indo-chinês



Fonte: PT/AMSLB/EDP/S00061

No caso de Macau, o seu pavilhão representa uma forma quadrada onde está exposta informação sobre a colónia, a reconstituição de uma rua,[347] à semelhança das ruas dos bazares como na exposição de Paris em 1931 e são demonstradas as atividades desenvolvidas pelos habitantes de Macau, oficinas com artífices, e os típicos "reik-shaw" (Português, 1940:278). A exibição da rua de Macau, que se pode ver nas imagens de Alvão[348] e Portugal[349], é apenas uma demonstração do outro exterior, como é identificável na imagem os negócios da rua de Macau, apesar da sua composição oriental, eram negócios nacionais. Na imagem de Alvão[350], pode vislumbrar-se um português à porta de uma barbearia, a sua loja; o hibridismo das encenações é evidente. Pretende-se demonstrar uma realidade ficcionada, aliás, como refere Galvão, "Foi reconstituída com toda a sua cor, as suas luzes, o seu pitoresco, uma das mais típicas da cidade

[347] Obra de Saul de Almeida e Raul Campos (Português, 1940:276)
[348] Ver anexo 10, PT/CPF/ALV/6769.
[349] Ver anexo 11, PT/AMLSB/EDP/S00064.
[350] Ver anexo 10, PT/CPF/ALV/6769.

de Macau (…) Realmente quem atravessar esta rua terá por um momento a mesma impressão que sentira o homem que de repente se vir lançado numa das artérias antigas da velha cidade portuguesa do Oriente. Toda ela, no seu conjunto, como nos seus pormenores, e um documentário fiel da vida macaense" (Galvão, 1940:22). Esse documentário fiel é defraudado pelos lojistas portugueses ou seja, retrata-se Macau, como se fez com a Índia, como se fosse Portugal que existia em Macau, uma inversão dos papéis, que supostamente pretende apresentar a realidade de uma terra longínqua. A isto Said (1979) chamou orientalismo, uma representação segundo uma imagem que se tem do oriente.

Mas as demonstrações de hibridismo e de domínio não cessam apenas nas representações das colónias. Por exemplo, no pavilhão de Arte indígena foi colocada a arte indígena africana e oriental.[351] Trata-se do local onde a organização garante exibir alguns dos "mais preciosos objetos de arte indígena" das colónias portuguesas (Português, 1940:284) e as coleções de privados pessoais ou institucionais (Português, 1940:294). Mesmo após a grande viagem que Galvão fez às colónias, aparentemente, as melhores colecções de arte estão em Portugal e pertencem a portugueses, como a SGL ou a AGC. Galvão aproveita para demonstrar que grande parte dessa colecção deve-se à sua ação na exposição de 1934 (Português, 1940:284).

As aldeias indígenas representadas na informação documental, demonstram ainda as velhas correntes, das concepções do primitivo, identificando um estado selvagem que carece ser civilizado, as aldeias e o outro misturam-se, uma vez que a quantidade de imagens é reduzida. Todas as representações das aldeias indígenas demonstram materiais pobres, como madeiras e palha, na construção dessas aldeias, espaços abertos, locais de convívio entre a tribos, existem semelhanças com as culturas representadas, como se uma só aldeia existisse, como se pode confirmar nas imagens de O Século.[352]

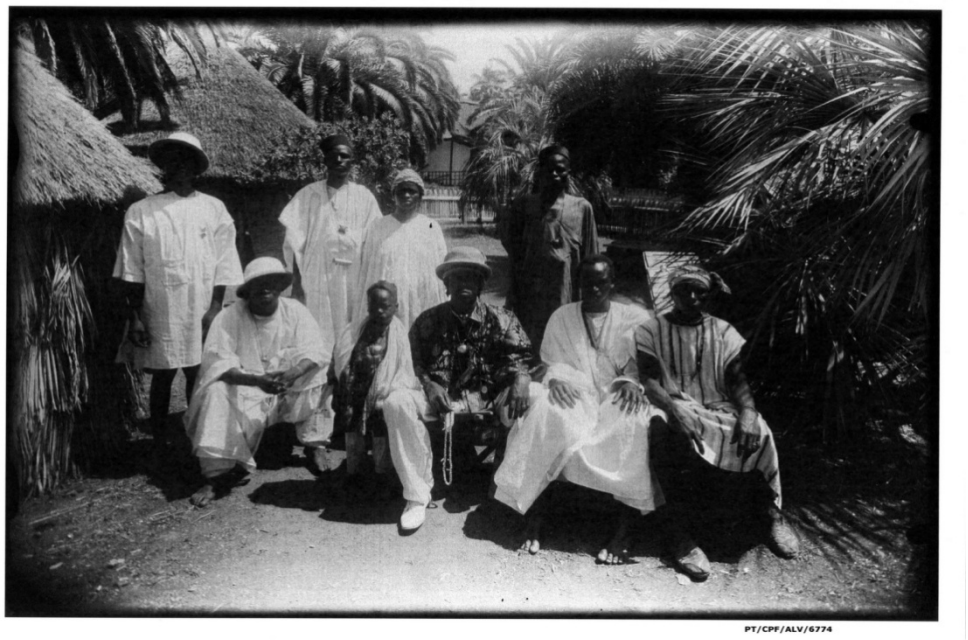
As imagens que revelam os indígenas, e começando pela que representa dois músicos, exibe-se o exotismo dos instrumentos e das roupas. O vestuário não se coaduna muito com a vida do dia-a-dia, parecendo roupa mais cerimonial. A fotografia posterior representa cinco homens, dos quais os dois músicos, em pé e sentados, retratando uma cena da vida "quotidiana" demonstrando indígenas, que não são considerados primitivos, com suas roupas longas e claras, não estão descalços, mas também não se equiparam ao europeu que os exibe. É uma

[351] Ver anexo 9, 11 e 12.
[352] Ver anexo 12.

demonstração de instrumentos e pessoas com formas incomuns para o visitante nacional. A imagem seguinte representa onze africanos, entre eles, duas mulheres e os dois músicos que estão enquadrados pelo ambiente da aldeia indígena. O instantâneo demonstra uma aparente ambiência familiar, é uma imagem idêntica aquela que qualquer família portuguesa a poderia tirar; no entanto, destaca-se a sua contextualização exótica, da envolvente do espaço e das roupas.

A imagem imediata[353] onde estão nove indígenas africanos da Guiné, entre eles uma mulher, vestidos com as suas longas roupas claras, surgem posicionados de pé e sentados; no centro da imagem destaca-se dois africanos com o típico chapéu colonial, mimetizando um estilo mais ocidental, demonstrando claramente a sua posição de assimilado, ou o seu desdém de colonizado.

Imagem 6.9 – grupo de indígenas da Guiné



Fonte - PT-CPF-ALV-6774

A imagem seguinte representa outra aldeia indígena africana, com doze elementos, dois deles homens, representados de pé e sentados, no chão, no centro da aldeia indígena. Trata-se de uma representação mais primitiva. O outro é representado semi-nú, nesta imagem nem todos os elementos olham para a câmara, dando a entender ser uma atividade do quotidiano ou não haver interesse em colaborar com o dominador. A imagem posterior é uma imagem de grupo, com a

[353] Ver anexo 10, PT-CPF-ALV-6774

demonstração de quinze africanos, seis deles homens, despidos, em pé e sentados no centro de uma aldeia indígena, todos olham para a câmara, com a aldeia indígena como pano de fundo.

A seguir às imagens de grupo surge a imagem que representa o Rei do Congo, é representado sentado, vestido com o seu traje ocidental demonstrando o mimetismo de Bhabha (1994), uma clara sátira ao africano representado. Toda a sua aparência é ocidentalizada, as roupas, o bigode, o chapéu, parece um monarca de faz de conta.

A imagem de indígenas quase despidos, a pouca cristandade que eles possuíam, a sua falta de civilização (Coombes,1997:14), é demonstrativa de um estádio mais básico de civilidade, nos princípios da sociedade ocidental, não mudou muito desde as primeiras exposições coloniais ainda no século XIX. O primitivismo, a eugenia e a miscigenação das raças, eram correntes relevantes, como seria o luso tropicalismo de Gilberto Freyre. Mendes Corrêa nas suas comunicações nos anos 40 ainda faz referências à ação e aos perigos da degeneração e mistura das raças (1944).

Imagem 6.10 – ação das missionarias no recinto da secção colonial



Fonte - PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2333

A representação do rei do Congo no cortejo com os seus trajes de tipo ocidental, possibilita interpretar como uma banalização do monarca africano,exibindo o mimetismo que a monarquia negra (Bhabha, 1994) réplica imitando os ocidentais. Mas pode igualmente ser uma afirmação do próprio rei, junto dos espectadores, do seu poder. É uma representação com base ocidental, desde o seu bigode aristocrata, a sua farda de gala, o manto e ceptro real, exibem um

conjunto de símbolos típicos de uma monarquia ocidental e não o que se erspera de uma monarquia africana. O ocidente diminui o monarca, através do cortejo, porque não estão presentes mais figuras de Estado, ele é o único que é exibido como troféu da política colonial portuguesa. O processo repsentação exótica é completa quando a sua participação ocorre através de uma carroça, puxada[354] por zebras, não que as zebras possam ter conotação pejorativa, mas dão um aspecto mais exótico e deslumbrante à encenação.

Imagem 6.11 – Rei D. Pedro no desfile de encerramento



Fonte: PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2121

As zebras podem ter várias interpretações, desde serem demonstrativo do exotismo de um Rei africano, mas que se veste à ocidental,[355] parecem, igualmente, ser justificativo da falta de recursos para se exibir como tal ou pior, os organizadores recorreram a animais de "qualidade inferior" para ostentar um monarca que consideravam inferior. No entanto a opinião que emerge é a de uma representação de um monarca africano com características europeias, que procurava "agradar" aos colonizadores (Maxwell, 2000: 207), mostrando a sua modernidade usando. O rei D. Pedro é demonstrativo do hibridismo e mimetismo identificado por Bhabha (1994), no recinto

[354] Ver imagens de " O século" nos anexos.
[355] Ver imagem 6.12 de O Século.

da exposição e em atos oficiais apresenta-se com o seu estatuto de Rei, vestido com trajes de gala, fardas, mantos e ceptros, exibindo o seu estatudo de monarca. Aquando em situações menos formais, como na sua chegada a Lisboa, ou no casamento realizado durante a exposição, apresenta-se de fato, como um pessoa normal, mas sempre sem trajes tradicionais africanos. Por isso se considera que D. Pedro procura demonstra o seu estatuto tanto a portugueses como a africanos, através da sua forma de estar e vestir, a sua modernidade e estatuto relacionado com o Ocidente.

O que se pode depreender das poucas imagens disponíveis, em relação à exposição de 1934, é que a representação do outro que ocorreu na exposição de 1940, foi distinta da anterior por vários motivos. Denota-se que desde logo que é uma exposição na qual a iniciativa privada não é expressiva, como na de 1934, demonstrando ter um menor objetivo comercial. Mas as exposições apesar de tem uma componente colonial, até certo ponto não são comparáveis por essa via, a exposição de 1934 é colonial mas com uma componente de valorização nacional e a segunda, é uma exposição nacional, com uma componente de valorização colonial. Enquadrado por estes elementos faz algum sentido compreender porque a presença de indígenas foi, pode ter sido, menos promovida, relegada para um plano secundário pelo "esplendor" da celebração nacional.

Apesar do carácter mais secundário que o outro assumiu na exposição, está bem patente o seu estatuto inferior, subalternizados, em relação aos portugueses, e foram menos usados pelo regime para promover a ideologia, servindo apenas para demonstrar o poder sobre as colónias e o abnegado papel colonizador.

Imagem 6.12 - Casamento entre dois africanos no verão de 1940 enquadrdado no âmbito da exposição



Fonte: Jornal o século - PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2514

Portugal conseguiu dezasseis anos depois de Wembley e nove depois de Paris efectuar uma exibição colonial que deixava antever o que as outras já tinham demonstrado, o fim dos impérios. Portugal não conseguiu demonstrar ser um país desenvolvido, muito pelo contrário, apenas um país que se tornava mais fechado e retrógrado, mais orgulhosamente só.

A exposição de 1940 produziu um indígena para consumo popular, usando alguns métodos para mascarar a autenticidade, valorizando o orgulho nacional, o papel missionário; a antropologia era a ciência que servia para o justificar. Exibia-se a diferença, através de um discurso de superioridade nacional. Apesar da aparente postura antiesclavagista, na realidade a *esterotipificação* mantém-se, a exposição de 1940 foi uma sala de visitas do império, apesar de não ser uma exposição colonial. Aposta-se na representação da diferença, do conhecimento que se tem das colónias, através de mapas, fotografias, tudo para reforçar a ideia de domínio europeu sobre um vasto território, idêntico ao que ocorreu no final do século XIX na exposição Stanley and African Exhibition, na Grã-Bretanha (Coombes, 1997:70). Não há uma modificação categórica na forma de exibir o outro, mantém-se quase como uma norma, um padrão, ao longo do fim e princípio do século XIX e XX.

O recurso à exibição de indígenas funcionava como a prova viva da inferioridade colonial, servia para convencer o público, da necessidade de dominar o indígena e educar para os valores ocidentais, algo que se alcançava através do aspecto de credibilidade da exposição, através de dioramas vivos. Eram espaços onde o passado se juntava ao presente, ainda que imaginários,

demonstrando um universo simbólico a um público heterogéneo, eram locais que inventavam o primitivo, não para os valorizar ou tornar, cidadãos iguais de pleno direito.

O que as exposições demonstram é que apesar do exótico perder algum do seu brilho mediático, aposta-se cada vez mais no formato de uma representação que pretende demonstra como trazer os nativos à civilização, como eles se podem parecer com o homem branco. Desta forma alcançam-se dois objetivos o apoio nacional e uma resistência reduzida dos indígenas, que se incentiva que queiram ser como qualquer português.

Considerações Finais

> "Museums are inherently politicized spaces that have the potential to reinforce or resist the grand recits of Western imperial history and associated ideological assumptions about "otherness." That said, transformations in museum policy and practice are only one aspect of broader cultural, socioeconomic, and political changes crucial to reckoning with colonial violence (…) and working toward a future of social justice."
>
> (Wakeham, 2008:355).

No final de 1940 os portugueses estavam orgulhosos, convencidos, do seu valor e capacidade imperial, muito por influência das duas principais exposições realizadas na década 1930-1940. Os Objetivos do Estado Novo consideravam-se alcançados, no entanto, a exposição do "Mundo Português" marcaria uma transformação neste tipo de eventos, à imagem do que ocorreu por toda a Europa, uma vez que as exposições de tipo colonial deixariam gradualmente de ser realizadas (Geppert, 2010). O seu decréscimo pode ser associado a várias ocorrências designadamente, a Segunda Guerra Mundial, a crescente autonomia de nações colonizadas, a consciencialização e o desinteresse do público ou o aparecimento de meios de média mais eficazes, na ação de propaganda. Os média assumiram o papel das exposições coloniais, de salientar o cinema sonoro, as publicações periódicas ou a crescente massificação da fotografia que, obviamente, participavam no seu processo de extinção gradual.

Estes eventos que se realizaram desde o século XIX foram mais que "símbolos e linguagem" representativos de um nacionalismo colonial (Hoffenberg,2001: 275), sendo responsáveis por divulgar e construir valores e identidades, concordantes com as ambições coloniais. A Era das Exposições fez um percurso paralelo à nascença e consolidação das Nações coloniais, nas quais se refletiu a vitória do modelo do capitalismo ocidental e desenvolveram formas de domínio económico e social através das representações. Ao contrário da afirmação de

Greenhalgh (1988), as exposições não foram “vistas efémeras", mas sim, responsáveis por um discurso expositivo e abordagem mais duradoura.

As exposições de tipo colonial constituíram um elemento essencial no desenvolvimento de discursos expositivos (Lira, 2002), desenvolveram uma espécie de *voyeurismo*, de ordem consumista, em torno de um espetáculo que usava pessoas objetificadas. Este modelo de consumo ideológico foi desenvolvido pelas primeiras exposições universais, em relação a objetos e máquinas, mostrou a sua eficácia e ainda hoje dá frutos. Apesar de parecer um passado longínquo este fenómeno, na contemporaneidade, ressurge em certos locais, ao abrigo de um “turismo étnico” (van den Berghe, 1994). Este renascimento confirma a existência do “Neo-imperialismo” dos discursos (Hoffenberg, 2001) e relança a questão sobre a exibição de pessoas e a validade das suas motivações, demonstrando a premência da reflexividade sobre as representações do outro em contextos expositivos.

As exposições coloniais vivenciaram várias fases, no que diz respeito à exibição de seres humanos, desde as suas primeiras demonstrações, como a apresentação da Vénus de Hottentot (Bancel, 2004), aos *freak-shows* (Bogdan,1990), aos acontecimentos mais científicos suportados no darwinismo Social e até aos Zoos Humanos (Frosdick, 2008). Neste processo, que exibiu o ser mais exótico e primitivo, até ao indígena mais “assimilável”, foi essencial a promoção da diferença, usava-se o outro como elemento de comparação. As Nações coloniais exibiam o outro em contraposição com os seus valores morais e cristãos e com a sua capacidade industrial e social. Essa comparação gerou um discurso dominante que possibilitava justificar as suas intenções colonialistas.

As exposições coloniais tornaram-se um evento ritualizado que representava a superioridade de uns sobre os outros, chegou mesmo a ser uma espécie de *fetish* que todos os países coloniais aspiravam realizar. A construção da diferença foi desenvolvida de uma forma negativa e subalternizante. Nesse processo criou-se um discurso ideológico, que influenciou a identidade dos colonizadores e dos colonizados, com o objetivo de manter as relações de poder da hegemonia eurocêntrica. Estes locais de consumo são comparados, por Hainard, a um ato canibal onde o visitante se “alimenta” do outro (2002), onde se paga bilhete e se vislumbram os nativos comparáveis a Zoos Humanos (Blanchard, et. al.2008).

O período da revolução industrial e do desenvolvimento das relações de poder, identificadas por Marx no âmbito social, permitiu que a aplicação da ideologia e do seu discurso

fosse comummente aceite na sociedade, pelas hegemonias estabelecidas e formas de domínio, permitindo que houvesse uma diferenciação, primeiro pelo trabalho, pelas classes sociais e depois aplicada às diferentes raças. A aceitação dessa diferença contribuía para a manutenção de um poder hegemónico, que se materializa nas exposições, através das matérias-primas, das formas de expôr, mas também, pelo tratamento como objeto de consumo atribuído aos indígenas, que se comprovam através das formas simbólicas (Thompson, 1990).

As exposições, tanto nacionais como estrangeiras, eram eventos que objetivavam uma educação massificada. Numa época em que os média davam os primeiros passos, a componente visual das exposições deslumbrava e cativava o público. Neste contexto, as exposições tiveram um papel misto, de fascínio e medo, eram locais que conseguiam atrair enormes quantidades de público (Geppert, 2010). O sucesso destes eventos foi conseguido, uma vez que faziam parte de um posicionamento cultural e político que emergiu no século XIX, período de desenvolvimento do colonialismo, o que lhes permitia exercer uma relação de domínio tanto sobre o público como sobre os colonizados.

A relação de domínio é materializada através da domesticação generalizada do público e do indígena. O império está presente em todas as formas da vida social, na publicidade, no Estado (Ciarlo, 2011), que dessa forma *domestica* o público através de uma atitude formadora e lúdica (Blanchard et al. 2008), exibindo culturas e tradições indígenas com o objetivo de alcançar uma aceitação para a atividade colonial. Relativamente aos colonizados, demonstrava-se o seu domínio através do desenvolvimento tecnológico, cultural e social, exibindo a sua postura civilizacional os podia integrar numa sociedade mais evoluída.

Estes eventos ritualizados podem ser considerados como reflexo, da construção, de uma idealização, colonial, a imagem que se pretendia do desenvolvimento e consolidação da hierarquização das raças e do progresso do colonialismo. Considera-se por estes motivos que desde o século XIX que as exposições coloniais, devido ao seu sucesso, são aproveitadas pela atividade política e económica para justificar a sua ação. O impacto dos eventos é identificável nos números de visitantes, levando à generalização desses eventos, que ocorriam um pouco por todo o lado. Contudo as exposições coloniais são um passado que custa abordar às nações que outrora foram colonizadoras, por razões óbvias.

Essas realizações exibiam uma diferença cultural e racial de uma forma que hoje se considera preconceituosa, e até racista, com objetivos políticos e económicos. A representação

do outro acabou por ser concordante com um discurso que considerava o indígena diferente mas inferior, mais significativo ainda, pretendia mantê-lo nesse estado. Para corroborar esta posição de manter e secundarizar o indígena, as nações coloniais recorreram ao discurso ideológico, que as mantinha como detentoras da verdade, justificando as formas de representar a relação dominador/dominado, na qual o indígena servia para autenticar as alegações, vitoriosas, da atividade colonial.

No caso português a participação em eventos similares sublinhava o seu potencial colonial e preparar as suas exposições, como ocorreu em Paris em 1931. As realizações nacionais demonstravam um colonialismo, heroico e histórico, e uma manifestação idealizada dos objetivos do Estado Novo. Desta forma, o Governo consegue desenvolver um discurso colonial capaz de informar, educar e convencer o público, demonstrando aquilo que o Estado pretendia que fossem as colónias, espaços serenos, de gentes humildes e submissas.

Este estudo procurou demonstrar como uma discursividade e reflexão museológica permitem analisar como o processo de construção de um discurso ideológico e colonial se desenvolve, materializa e transmite, em exposições, através da representação do outro e como se pode reinterpretar esse discurso (Scott,1999). Identificando o desenvolvimento do processo ideológico e do discurso, que é essencial ao entendimento das relações sociais e fazem parte das preocupações da museologia, demonstrou-se como é possível desenvolver uma contextualização histórico-cultural, que marcou a construção da estrutura social, colonial e as relações de domínio. É um processo de edificação complexa que comprova que na realidade a ação ideológica e as relações de domínio existem na generalidade das relações socioculturais. A forma como a ideologia e o discurso se envolvem e desenvolvem, fica identificada em todo o processo desde Marx a Thompson e nas suas múltiplas facetas.

Dando continuidade ao processo discursivo, a influência do trabalho de Thompson mostrou-se útil, nomeadamente, no processo de desconstrução do discurso colonial. Esta metodologia abriu um espaço para analisar as formas como o póscolonialismo e a resistência ao discurso colonial se podem envolver com a museologia, possibilitando a desconstrução do colonialismo e dos contextos expositivos. A museologia desempenhou um papel relevante neste percurso, sendo ela a origem das questões do estudo, concebendo reflexões que possibilitam perceber como se constrói a diferença, proporcionando um entendimento sobre o fenómeno e, desenvolver formas de o diluir no contexto social. A abordagem museológica e póscolonial

permitiram, igualmente, explicar a construção de um discurso ideológico que é responsável por ocasionar o preconceito. Todas estas reflexões discursivas, além de analisar um passado histórico, impuseram uma forma de "re-escrever" a história no presente (Rattansi, 2010: 65).

No que diz respeito ao posicionamento metodológico existem várias abordagens possíveis para analisar o discurso colonial e as relações de domínio, como foram identificadas e sugeridas, desde os posicionamentos de Fairclough (1992) ou Wodak (2001), a van Dijk (2003) ou Mitchel (2002), sem esquecer as posições mais antropológicas como as de Edwards (2001) ou Banks (2001). O processo de desconstrução e de reinterpretação aqui desenvolvido foi baseado em Thompson (1990), porque possibilitou desenvolver uma metodologia distinta, e que se enquadra nas necessidades da museologia atual, de interpretar o discurso ideológico e colonial dominante, permitindo uma reinterpretação das formas simbólicas. A re-interpretação visa explorar os silêncios (Trouillot, 1995), as traduções (Young, 2003) ou as transcrições ocultas (Scott, 1990) desses discursos dominantes.

Após explorar os conceitos teóricos na base dos discurso colonial, este trabalho identificou como o fenómeno das exposições se construiu e desenvolveu e com que objetivos. Para esse efeito recorreu-se ao enquadramento histórico, à sua contextualização, enumerando as principais características que marcaram o desenvolvimento de discursos expositivos e das relações dominantes sobre a representação do outro. No âmbito das representações do outro, a contextualização de outras exposições de tipo colonial permitiu comparar com o caso português, identificando as especificidades das principais exposições. Após identificar o processo de desenvolvimento das exposições de uma forma geral, partiu-se para o caso nacional, descrevendo e reinterpretando a representação do outro através dos discursos dominantes. O estudo das exposições nacionais além de analisar a sua contextualização, a sua interpretação, através das informações em imagem e texto, contemplou a sua reinterpretação, concluindo que o universo do outro foi uma invenção idealizada de contornos políticos e sociais.

O tipo de estudo e abordagem desenvolvidos pretendem demonstrar que são importantes para os estudos da sociedade e em especial à museologia, uma vez que procuram uma sociedade mais participativa e inclusiva. Assim, o presente trabalho debruçou-se sobre os discursos e formas de construir as relações de domínio, por serem considerados pertinentes enquanto forma de combater os estereótipos, que foram criados num passado longínquo e que ainda permanecem. O processo de construção de índole discursivo-ideológico está sempre presente nas relações

sociais, sejam elas coloniais ou não, existe sempre uma relação entre dominador e dominado. O papel de um estudo que envolve as ciências sociais, e em especial a museologia, deve procurar diluir essa relação de poder para possibilitar, no futuro desenvolver processos, atividades e conteúdos que sejam mais equilibrados nas relações sociais, os quais são essenciais a uma sociedade cada vez mais global e multicultural.

Do processo de desconstrução do discurso colonial e da representação do outro, conclui-se que existe uma representação específica das exposições portuguesas, em comparação com as internacionais. Apesar de existirem preceitos comuns, como as aldeias indígenas, as ruas e bazares e as demonstrações de indígenas vivos, as exposições nacionais evidenciavam algumas especificidades. Essas características estavam associadas ao posicionamento político e ideológico do Estado Novo que ambicionava exibir uma Nação que não era pequena, de dimensão imperial. Fica também patente que Portugal não soube ou não quis modificar a sua abordagem, através dos agentes coloniais, continuando a recorrer à utilização de pavilhões, bazares e artesanato para promover o império.

Um outro fator importante é a pequena dimensão das realizações nacionais, para as suas aspirações imperiais. Em comparação com outras nações, o país, que se advogava um dos maiores impérios do mundo, realizava eventos pequenos. Esses eventos de pequena dimensão, sem dúvida mais para consumo interno do que externo, ficam marcados pelo particularismo do período colonial português, início de um novo regime político mas também, motivado por limitações de ordem financeira e condicionalismos externos (Segunda Guerra Mundial). Foram eventos que serviram, igualmente, para incentivar o público nacional a defender a ação colonial e a emigrar para essas mesmas colónias.

Nesta dissertação salientam-se igualmente as contradições do discurso colonial que se materializam nas representações do outro, desde as construções híbridas das colónias, ao exotismo das roupas e danças dos indígenas. Estas representações eram apoiadas pela ascensão de uma nova elite político-económica e pretendiam assegurar a manutenção da hegemonia colonial. Existe uma invenção, um imaginário colonial para oferecer ao público, com o claro objetivo de o convencer da ação íntegra por parte do Estado Português, do valor e justiça da sua ação colonizadora. Esse imaginário era visível nas reproduções fiéis do império, alegadas pelo Estado, uma cenografia expositiva que expunha um universo que apenas existia dentro do recinto das exposições. Para as relações de domínio da política portuguesa não se trata apenas da

promoção do exótico, mas sim da promoção do papel hegemónico de Portugal, proporcionando um futuro melhor para os dominados. O outro era usado para exibir uma posição paternalista que Portugal tinha em relação aos indígenas, de os ensinar e ajudar a alcançar a civilização, mas na prática ocultava a sua incapacidade de os gerir, como o confirma, o estatuto do assimilado.

Este estudo procurou trazer alguma luz a um conjunto de posições teóricas que sugerem que a história contemporânea e o museu têm ainda um longo caminho a percorrer no âmbito da redução do preconceito e entendimento dos discursos coloniais e de poder. Temas como a raça, o colonialismo e a diferença cultural são assuntos que vão continuar a estar no centro do debate numa sociedade cada vez mais multicultural e móvel. É por esse motivo que as múltiplas formas de linguagem que hoje estão envolvidas nos média, podem socorrer-se de abordagens póscoloniais na abordagem do património cultural. Foi no âmbito do estudo das representações do outro nas exposições coloniais que se procurou "reinventar" outros territórios (Semedo, 2011:267-284) de interpretação, neste caso apoiado pelo póscolonialismo e pela museologia crítica.

O que facilmente se depreende deste estudo é que o colonialismo continua a existir, com outros formatos, por exemplo, o turismo; o neocolonialismo pode ser tão perigoso ou mais que o do passado. A museologia continua hoje a tentar descolonizar o olhar, a forma de pensar e de interpretar, objetivando fazer a ponte entre uma representação do outro, que foi usada no passado, e uma nova representação, lançando perspetivas de abordagem para o futuro, entre o póscolonialismo e contemporaneidade. A isto chamamos "descolonização" do museu. A aplicação desta terminologia não pretende ser ofensiva, serve apenas para reconhecer que os museus foram, e ainda são na sua grande parte, instituições eurocêntricas, consideradas "civilizada" (Gurian, 1991: 185-6). Os museus exerceram essa ação de poder, muitas vezes, através dos objetos (Hooper-Greenhill, 1994: 116), cujos procedimentos de operacionalidade são fundamentados em valores e ciência *ocidentalizante*. Valores que podem perpetuar a oposição binária, que Said (1979) se propôs acabar.

Perante a posição contemporânea da museologia, onde o discurso, como Herle (2005: 194) refere, tem a capacidade de "relacionar" as pessoas no tempo e espaço, estabelece conexões, procurando afastar-se do pós-estruturalismo e discurso colonial, para reintroduzir novas formas de representação – o que hoje se conhece como "museologia crítica" (Shelton, 2010:25-30). No recurso para desenvolver novas formas de representação, o novo modelo museológico, recorre-se

a toda a informação que está ao seu alcance, sejam imagens, oralidade, participação presencial, etc., uma vez que a riqueza cultural não reside só na sua componente material (Hooper-Greenhill,1994: 120). O que quer dizer que, atendendo à museologia crítica, o limite da representação a que o museu pode recorrer, está dependente apenas da sua "imaginação" e não das suas coleções (Shelton,2010: 26).

Desde a nova museologia que se procurou explorar os discursos e as relações de domínio, direcionando-se para as comunidades, tendo sido efetuadas várias tentativas de desenvolver processos de integração que geraram muitas e diversificadas opiniões (Ames 1992; Karp e Levine 1991; Peers e Brown 2005). Deste processo, em torno das questões da representação, que envolve o debate da ideologia e do poder colonial (Clifford 1988; Barringer e Flynn 1998; Shelton 2001, 2005), processo emergente com comunidades indígenas nos anos 80, consolida-se a museologia crítica, uma nova forma de pensar o museu (Karp e Levine 1991; Ames 1992). Quando ocorrem alterações nas sociedades, elas refletem-se nas necessidades dos museus. Numa sociedade cada vez mais global e multicultural, a museologia depara-se com novas problemáticas e necessidades de relacionamento inter-cultural. O museu continua a ser um espaço que desempenha um papel essencial na aprendizagem (Dias, 2001: 102), mas também na formação de identidades, e para isso deve estar preparado para os desafios que procura enfrentar.

Os últimos anos, marcados por fortes fluxos migratórios, de afirmação de algumas comunidades, consideradas minorias, comprovam que o multiculturalismo, na era da globalização, é um facto incontornável no processo de construção de identidades e relações culturais. É imbuído neste contexto que a museologia se deve preparar para refletir, explorar os processos discursivos e expositivos, falar de diferença, que pode ter referentes económicos, sociais ou culturais e não apenas raciais, sejam os vizinhos do museu ou os imigrantes do Oriente. É do binómio museu-outro, das relações que procura estabelecer, que se considera que primeiro a museologia deve *descolonizar* os seus conceitos ou melhor, descolonizar os seus "preconceitos" (Augoustinos, 2001). Esta descolonização de posicionamento é visível, por exemplo, no caso de representações de etnias minoritárias, isto é, significa compreender a sua realidade e cultura e com eles desenvolver discursos de interação.

Como representar o outro, como o fazer sentir-se parte do processo museológico? Como o chamar ao seu interior? Não é novo o conceito de museus, enquanto "fórum", na promoção de boas relações intracomunitárias, útil à reflexão sobre a diversidade cultural (Crooke,2007: 81)

mas, como é um espaço de debate por excelência, tem a capacidade de mudar o entendimento que se tem das coisas (Hooper-Greenhill, 1992, 3). Este espaço possibilita repensar o processo inclusivo, para o qual a perceção do discurso e das relações de domínio é essencial. A diversidade cultural tem sido uma constante preocupação, e responsável pela experimentação de novas práticas, na qual se verifica o envolvimento das comunidades no processo museológico. Apesar dos esforços ainda há locais como refere Simpson que resistem à mudança, persistindo na exclusão dessas comunidades (2001: 13-5), tornar-se essencial desenvolver "zonas de contacto" (Pratt, 1992).

A análise dos discursos procura participar no desenvolvimento das zonas de contacto e no envolvimento das comunidades, que se limitavam a preencher as lacunas nos processos expositivos, com vista a inverter as assimetrias do poder, refletindo sobre formas de desenvolver projetos, exposições ou eventos, mais inclusivos (Fleming, 2001: 17). O processo de inversão desta representatividade é complexo, como ficou comprovado em países como o Canadá ou a Austrália com comunidades multiculturais mais ativas e que desenvolveram inúmeras exposições, como "*The Spirit Sings: artistic traditions of Canada´s first peoples"* e "*Enola Gay".*

Estas exposições demonstraram a importância que tem o uso e abordagem de um discurso adequado na museologia, correndo o risco de mal entendidos (Anderson. 2004: 88), essencialmente pela falta de diálogo inicial entre as partes, entre museu-comunidades (Ames. 1992: 147). Estes dois exemplos foram demonstrativos das vantagens da existência de redes de contacto e da desvantagem de não as haver, a criação de grupos de trabalho que envolvem todos os intervenientes, refletem igualmente alguns dos riscos que estão associados ao processo de conexão entre as partes. Assumir estes riscos pode ser "intimidante" e fazer os museus desviarem-se do seu objetivo profissional e de especialista, dificultando o processo de partilha com a comunidade (Thelen, 2005). O museu como instituição pública estará sempre sob escrutínio, em todas as suas ações, sejam influenciados pelos políticos ou criticado pelos públicos, é difícil ser consensual mas, fazer pensar e ser critico não é buscar consensos.

Facilmente as exposições e museus podem dar azo a interpretações erróneas sobre um tema, ou às relações entre as partes, motivado pela sua tradição eurocêntrica. É tão regular basear-se exposições nos objetos que se tem, suportando ainda mais o posicionamento ocidentalizado, do que idealizar uma descolonização ou desconstrução desses objetos, tantas vezes descontextualizados. O museu com formas de atuação ocidentais, por mais que resista a

essa influência está inerente ao seu estado, desenvolvendo um hibridismo na representação, uma mistura de saberes idealizada pelo ocidente. O hibridismo nos museus assume várias formas (Semedo, 2006: 4), mas é cada vez mais uma preocupação, justificada, para encontrar formas de coexistir e viver neste ambiente multicultural (Duckitt, 2001:257).

A primeira grande luta do museu contemporâneo é a de decidir como se pretende identificar, uma vez que ele tem sofrido o impacto do colonialismo, num novo contexto ou manter-se dentro dos dogmas do museu moderno. A definição de um posicionamento de cariz mais póscolonial implica que tenham que ser tomadas algumas decisões, como resistir e ser critico em relação às relações de domínio existentes nas relações sociais.

Aos museus interessa em especial este fator porque procura saber como interagir com os estereótipos, com as minorias, sejam de classe, género ou raça e que lhe possibilitará criar um processo equilibrado e inclusivo. O objetivo da inclusão garante o diálogo, entre a instituição museu e os seus públicos e comunidades, evitando a manutenção e rigidez de uma relação de poder que o museu tem, mas o equilíbrio permite redundar em outros problemas. Em relação à representação dos indígenas, por influência do colonialismo, Phillips é da opinião que pode haver uma inflexão de prática inclusiva para exclusiva, invertendo-se os papéis do discriminado (2005: 165). O objetivo de um museu inclusivo é fomentar e demonstrar as coisas positivas das relações entre museu e comunidade mas, porque quando o outro não é tratado com igualdade, como Brown refere, "quando um grupo luta pelo reconhecimento, volta-se paras as diferenças" (2009: 145-164).

A atual orientação para uma museologia de diretriz "comunitária" e mais interventiva aborda as questões da apropriação, que por vezes leva a um debate em torno da devolução dos objetos aos seus verdadeiros possuidores (Ames, 1990; Brown, 2009). O extremar de posições pode levar à exigência da devolução de todos os objetos, apropriados no período colonial, como mencionado por Appiah (2006), o que permite causar, além da desconstrução do próprio conceito de museu, a perda de muito do seu cariz de poder e domínio.

É verdade que se objetiva diminuir a diferença nos museus, através das suas exposições, ou várias atividades por eles realizadas, o que nem sempre é fácil de realizar. Como refere Thompson, a utilização de comunicação "transforma a organização especial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas formas de exercitar o poder" (1995: 4). Existe um constante domínio das relações sociais, que facilmente se pode confirmar através da

ação dos média (Hall, 1997; Thompson, 1995); existe uma hegemonia que domina as minorias, aparentemente inocente, que não existe mas, como Scott demonstrou nas "transcrições ocultas", é real (1990).

Existem dificuldades em torno de um museu mais inclusivo, envolvendo a diferença e as minorias. No entanto, estes potenciais entraves não necessitam de ser encarados de uma forma negativa, mas sim positiva, devendo ser entendidos como obstáculos a transpor. Uma democratização absoluta é de difícil materialização porque facilmente podem ocorrer conflitos de interesses entre as partes, pelo que, como se identificou inicialmente, não há "fórmulas" prontas a usar para estas questões. Como referiu Shelton (2010) a relação entre museu e a comunidade depende da imaginação dos envolvidos, no entanto, para que se alcancem soluções, do agrado das partes, é necessário que ambas sejam aceites pelo ex-colonizador e pelo ex-colonizado (Ratansi,2010:64).

O estudo do póscolonialismo e das exposições coloniais permite concluir que é possível desconstruir dogmas de representação e relacionamento entre o que o museu era e pretende ser. Num mundo cada vez mais global, sem grandes fronteiras, a construção do saber e sua difusão não necessita estar espartilhada num espaço ou ser controlada por alguns elementos que o guardam, comparando-se ao período renascentista dos museus. A descolonização do museu é necessária da mesma forma que é necessário descolonizar mentes e saberes.

.

Bibliografia

Fontes primárias

Boletim Geral das Colónias nº 106 de Abril de 1934 a nº 187, de Janeiro de 1941.

Noticias Ilustrado, 1 de Abril de 1934, O Mundo Portugês, *1,* 19.

Fotografias de Domingos Alvão, CPF

PT/CPF/ALV/6767

PT/CPF/ALV/6768

PT/CPF/ALV/6769

PT/CPF/ALV/6770

PT/CPF/ALV/6772

PT/CPF/ALV/6773

PT/CPF/ALV/6774

PT/CPF/ALV/6775

PT/CPF/ALV/6783

PT/CPF/ALV/6795

PT/CPF/ALV/6796

Fotografias de Eduardo Portugal,

PT/AMLSB/EDP/S00061

PT/AMLSB/EDP/S00062

PT/AMLSB/EDP/S00063

PT/AMLSB/EDP/S00064

PT/AMLSB/EDP/S00066

PT/AMLSB/EDP/S00067

Torre do Tombo, jornal o Século

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0075-1592

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0075-1593

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0075-1594

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0075-1595

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2121

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2122

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2323

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2324

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2325

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2513

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2514

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-2654

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-3052

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-3053

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-3054

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-3055

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-3056

Legislação

Estatuto Dos Indígenas Portugueses Das Províncias De Guiné, Angola E Moçambique. Decreto-Lei n.º 39 666. 21 de Novembro de 1955.

Bibliografia

Abbitt, Erica Stevens (2001). Androgyny and Otherness: Exploring the West Through the Japanese Performative Body *Asian Theatre Journal 18*(2), 249-256 Retirado de http://muse.jhu.edu/journals/asian_theatre_journal/v018/18.2abbitt.pdf

Acciaiuoli, Margarida (1998). *Exposições do Estado Novo - 1934, 1940*. Lisboa: Livros horizonte.

Adorno, Theodor e Max Horkheimer. (1997). *Dialectic of enlightenment*. Nova Iorque: Verso.

Adorno, Theodor. W. (1993). *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70.

Adorno, Theodor. W. (2001). *The cultural industry: selected essays on mass culture*. Londres: Routledge.

Adorno, Theodor. W. (2001). *Epistemología y ciencias sociales*. Madrid: Ediciones cátedra.

Ageron, Charles-Robert (1984). L' exposition Coloniale de 1931: Mythe républicain ou mythe impérial? In (Dir.), Nora Pierre (Ed.), *Les Lieux de Mémoires: La république* (Vol. Tome 1, pp. 561-591). Paris: Edition Gallimard.

Ahluwalia, Pal (2001). *Politics and post-colonial theory: African inflections*. Londres, Nova Iorque: Routledge.

Alexandre, Valentim (1996). Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins. *Análise Social, XXXI,* 183-201.

Alexandre, Valentim (2004). O império portugues (1825-1890): ideologia e economia. *Análise Social, XXXVIII,* 959-979.

Alexandre, Valentim (Coord.). (2000). *O império africano: (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Colibri.

Allen e Pickering (Ed). (2002). *On Durkheim's Elementary Forms of Religious Life/*. Londres: Routledge.

Almeida, Fortunato (2005). *História de Portugal: Instituições politicas e sociais de 1580-1816, 1816-1910* (Vol. III). Lisboa: Bertrand.

Almeida, Pedro Ramos de (1978). *Portugal e a escravatura: cronologia do séc. XV ao XX*. Lisboa: Estampa.

Althusser, Louis (1971). *Lenin and Philosophy and Other Essays*. Nova Iorque: Monthly Review Press.

Althusser, Louis (2005). *For Marx*. Londres: Verso.

Althusser, Louis (2008). *On Ideology* (2nd ed.). Londres: Verso.

Ålund, Aleksandra (1995). Alterity in Modernity. *Acta Sociologica, 38*(4), 311-322. Retirado de http://www.jstor.org/stable/4200982

Alves, Jorge Fernandes (1996a). O emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX). *Análise Social, xxxi (136-137), 1996 (2.º-3.°), 527-544*, 527-544.

Alves, Jorge Fernandes (2003). *O porto oitocentista: a cidade e os espaços industriais*, 217-222.

Ames, Michael (1990). Cultural empowerment and museums:opening up anthropology through collaboration. In Pearce, Susan (Ed.), *Objects of Knowledge* (pp. 158-173). Londres: Athlone Press.

Ames, Michael (1992). *Cannibal Tours and Glass Boxes: The Anthropology of Museums*. Vancouver: University Britist Columbia Press.

Anderson, Benedict (1991). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso.

Anderson, Gail (2004). *Reinventing the museum: historical and contemporary perspectives on the paradigm shift*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.

Appadurai, Arjun (1990). Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy. *Theory Culture Society, 7*(2), 295-310. Retirado de http://tcs.sagepub.com/cgi/reprint/7/2/295

Appadurai, Arjun (1996). *Modemity at large: Cultural Dimensions of Globalization* (Vol. 1). Minneapolis: University of Minnseota Press.

Appiah, Kwame, Anthony (2006). Whose Culture is it? *The New York Review of Books, 53*(2), 71-86.

Ashcroft, Bill (Ed.). (2001). *On post-colonial futures : transformations of colonial culture*. Londres, Nova Iorque: Continuum.

Ashcroft, Bill. (2001b). *Post-colonial transformation*. Londres, Nova Iorque: Routledge.

Ashcroft, Bill e Ahluwalia, Pal. (2001c). *Edward Said*. Londres: Routledge.

Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth E Tiffin, Helen (Ed.). (2003). *The Post-colonial Studies Reader* (2ª ed.). Nova Iorque: Routledge.

Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth e Tiffin, Helen (Ed.). (2004). *The Empire Writes Back: Theory and practice in post-colonial literatures* (2nd ed.). Londre, Nova Iorque: Routledge.

Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth e Tiffin, Helen (Ed). (2007). *The post-colonial studies: Key concepts*. Londres: Routledge.

Augoustinos, Martha e Reynolds, Katherine J. (Ed.). (2001). *Understanding Prejudice, Racism, and Social Conflict*. Londres e Thousand Oaks: Sage.

Bal, Mieke (1994). Telling Objects: A Narrative Perspective on Collecting. In Elsner, John (Ed.), *Cultures of Collecting* (pp. 97-115). Londres: Reaktion Books.

Bal, Mieke (2003, 12/03/2008). Visual essentialism and the object of visual culture. *Journal of Visual Culture, 2,* 5-32.

Bal, Mieke (2004). *Looking in: the art of viewing*. Londres: Routledge.

Balibar, Etienne (2005). Difference, Otherness, Exclusion. *Parallax, 11*(1), 19-34. Retirado de http://dx.doi.org/10.1080/1353464052000321074

Bancel, Nicolas; Blanchard, Pascal e Vergés, François. (2007). *La colonisation française*. Toulouse: Editions Milan.

Banks, Marcus (2001). *Visual methods in social research*. Londres: Sage.

Baptista, António Manuel. (2002). *O discurso pós-moderno contra a ciência: obscurantismo e irresponsabilidade*. Lisboa: Gradiva.

Barker, Chris. (2008). *Cultural Studies: Theory and Practice* (3d ed.). Londres: Sage Publications

Barker, Chris e Galasinâski, Dariusz (2001). *Cultural Studies and Discourse Analysis: A Dialogue on Language and Identity*. Londres: Sage.

Barnard, Alan e Spencer, Jonathan (Ed). (2010). *The Routledge Encyclopedia of social and cultural anthropology* (2nd ed.). Oxon: Routledge.

Barrett, Michele (1980). *Women's Oppression Today*. Londres: Verso.

Barringer, Tim and Flynn, Tom (Ed). (1998). *Colonialism and the object: empire, material culture and the museum*. Londres: Routledge.

Barthes, Roland. (1974). *Elementos de Semiologia* São Paulo: Editora Culturix.

Barthes, Roland (1981). Theory of the text. In Young, Robert (Ed.), *Untying the Text: A post-structuralist reader* (pp. 133-161). Londres: Routledge.

Barthes, Roland (1984). *A câmara clara: nota sobre a fotografia* Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Barthes, Roland (1991). *Mythologies*. Nova Iorque: The Noonday Press.

Bate, David (2004). *Photography and surrealism: sexuality, colonialism and social dissent*. Londres: I.B.Tauris

Baudrillard, Jean (1978). *Cultura y simulacro*. Barcelona: Editorial Kairós.

Baudrillard, Jean (1987). *L'autre par lui-même: habilitation*. Paris: Éditions Galilée.

Baudrillard, Jean (2002). *La ilusión vital*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Baudrillard, Jean (2004). *Symbolic Exchange and Death*. Londres: Sage.

Baudrillard, Jean (2007). *Forget Foucault*. Los Angeles: Semiotext(e).

Baxandall, Michael (1991). Exhibiting intention: some preconditions of the visual display of culturally purposeful objects. In Karp, Ivan E Lavine, Steven D. (Ed.), *Exhibiting cultures: the poetics and politics of Museum Display* (pp. 33-41). Washington: Smithsonian Institution Press.

Bazerman, Charles e Prior, Paul (Ed.). (2004). *What Writing Does and How It Does It: An Introduction to Analyzing Texts and Textual Practices*. Mahwah, New Jersey and Londres: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Bazin, Jean (2003). Questions of meaning. *Anthropological Theory, 3*(4), 418–434. Retirado de http://ant.sagepub.com/cgi/content/abstract/3/4/416

Bechhofer, Frank e Paterson, Lindsay (2000). *Principles of research design in the social sciences*. Londres: Routledge.

Becker, Carol e Clifford, James (1992). *Different voices: A social, cultural, and historical framework for change in the American art museum*. Nova Iorque: Americans for the Arts

Bell, Daniel (2001). *The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties* (2nd ed.). Cambridge: Harvard University Press.

Belsey, Catherine (2006). *Critical Practice* (2 ed.). Londres: Routledge.

Benjamin, Walter (1999). *The Arcades Project*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Bennett, Tony (1995). *The birth of the museum: history, theory, politics*. Londres: Routledge.

Bennett, Tony (1998). *Culture: a reformer's science*. Londres: Sage.

Bennett, Tony (2003). Representation and Exhibition? *The Journal of Education in Museums, 24*(3–8).

Bennett, Tony (2004). *Pasts beyond memory: Evolution, museums, colonialism*. Londres: Routledge.

Benwell, Bethan e Stoko e, Elizabeth (2006). *Discourse and Identity*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Bhabha, Homi K. (1994). *The location of culture*. Londres: Routledge.

Bhabha, Homi K. (1999). The postcolonial and the postmodern: the question of agency. In During, Simon (Ed.), *The cultural studies reader* (pp. 189-208). Londres: Routledge.

Blanchard, et.al. (2008). *Human Zoos: Science and spectacle in the age of colonial empires*. Cambridge: Liverpool University Press.

Bogdan, Robert (1990). *Freak Show: Presenting Human Oddities for Amusement and Profit* Chicago & Londres: University of Chicago Press.

Borch, Merete Falck et al. (Ed.). (2008). *Bodies and voices: The Force-Field of Representation and Discourse in Colonial and Postcolonial Studies*. Amsterdam - Nova Iorque, NY: Editions Rodopi B.V.

Boswell, David e Evans, Jessica (Ed.). (2005). *Representing the nation: a reader, histories, heritage & museums*. Londres: Routledge.

Boucher, Geoff (2008). *The Charmed Circle of Ideology: A Critique of Laclau & Mouffe, Butler & Žižek*. Melbourne: Re.press.

Bouquet, Mary (2001). *Academic anthropology and the museum: back to the future*. Nova Iorque: Berghahn Books.

Bourdieu, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

Bourdieu, Pierre (1993). *The field of cultural production*: Columbia University Press.

Bourdieu, Pierre (1995). *Language and Symbolic Power*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press

Bourdieu, Pierre (2002). *Campo de poder, campo intelectual: itínerario de un concepto*: Montressor.

Bourdieu, Pierre e Coleman, James S. (Ed.). (1991). *Social theory for a changing society*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation.

Bourdieu, Pierre e Passeron, Jean-Claude (1970). *La reproduction*. -----: Les editions de minuit.

Bourdieu, Pierre e Passeron, Jean-Claude ([19--]). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa: Editorial Vega.

Bourdieu, Pierre e Wacquant, Loïc (1992). *An Invitation to Reflexive Sociology*. Cambridge: Polity press.

Branco, Jorge Freitas et al. (1991). *Explorando povos primitivos e civilizações extintas: elementos sobre uma experiência museológica.* Paper presented at the Trabalhos de Antropologia e Etnologia.

Brewer, John D. (Ed.). (2000). *Ethnography*. Buckingham: Open University Press.

Brigola, João Carlos P. (2003). *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: FCG/FCT.

Brooker, Peter (2003). *A Glossary of Cultural Theory* (2 ed.). Londres: Arnold.

Brown, Keith e Theodossopoulos, Dimitrios. (2004). 'Others' Others: Talking About Stereotypes and Constructions of Otherness in Southeast Europe. *History and Anthropology, 15*(1), 3-14. Retirado de http://dx.doi.org/10.1080/0275720042000191055

Brown, Michael F. (2009). Exhibiting Indigenous Heritage in the Age of Cultural Property. In Cuno, James (Ed.), *Whose Culture? - The promise of museums and the debate over antiquities* (pp. 145-164). Princeton e Oxfordshire: Princeton University Press.

Bryson, Norman e Bal, Mieke (1991, June 1991). Semiotics and Art History. *The Art Bulletin, 73,* 174-298.

Buck-Morss, Susan (1989). *The Dialectics of Seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project, Studies in Contemporary German Social Thought*. Cambridge, Massachussets: MIT Press.

Burke, Peter (1989). History as Social Memory. In Butler, Thomas (Ed.), *Memory: History, Culture, and the Mind* (pp. 97-113). Malden: Blackwell Publishing.

Burke, Peter (Coord). (1992). *New perspectives on historical writing*. Cambridge Polity Press.

Burns, Angie (1999). Power between Women: The Constructed Otherness of 'Other Women'. *Feminism Psychology, 9*(4), 410-413. Retirado de http://fap.sagepub.com

Bush, Barbara (2006). *Imperialism and postcolonialism*. Londres, Nova Iorque: Pearson Longman.

Butler, Beverly (2006). Heritage and the present past. In Tilley, Christopher, et. al. (Ed.), *Handbook of Material Culture* (pp. 463-479). Londres: Sage Publications.

Butler, Judith (1997). *The psychic life of power*. Standford: Standford University Press.

Butler, Judith (1999). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Nova Iorque: Routledge.

Butler-Evans, Elliott (1989). *Race, Gender and desire*. Philadelphia: Temple University Press.

Cabecinhas, R. e Cunha, L. (2003, 20-04-2007). Colonialismo, identidade nacional e representações do "negro". *Estudos do Século XX,* 157-184.

Carbonell, Bettina Messias (2004). *Museum studies: an anthology of contexts*. Malden: Blackwell.

Chaer, Roland (2007). *L´invition des musées*. Paris: Découverts Gallimard.

Chakrabarty, Dipesh (2000). *Provincializing Europe : postcolonial thought and historical difference*. Princeton Princeton University Press.

Chambers, Laim e Curti, Lidia. (2001). *The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons*. Londres, Nova Iorque: Routledge.

Chouliaraki, L. e Fairclough, N. (1999). *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Ciarlo, David (2011). *Advertising empire : race and visual culture in imperial Germany*. Cambridge, Massachusetts; Londres: Harvard University Press

Clarence-Smith, Gervase (1986). *Third Portuguese Empire: A Study in Economic Imperialism, 1825-1975*. Manchester: Manchester University Press.

Clifford, James (1988). *The predicament of culture: twentieth-century Ethnography, literature and art*. Cambridge: Harvard University Press.

Cohn, Bernard S. (1996). *Colonialism and its form of knowledge: the british in India*. New Jersey: Princeton University Press.

Collotti, Enzo (1992). *Fascismo, fascismos*. Lisboa: Caminho.

Colonial, Congresso Nacional de Antropologia. (1934). *1º Congresso Nacional de antropologia colonial.* Paper presented at the 1º Congresso Nacional de antropologia colonial, Porto.

Colonias, Agencia Geral das. (1934, Abril). Cronica colonial. *Boletim Geral das colónias,* 53-60.

Colonias, Agencia Geral das. (1934, Julho). Crónica Colonial Belga. *Boletim Geral das Colonias, X,* 103-107.

Comaroff, Jean e Comaroff, John (Ed.). (2006). *Law and disorder in the postcolony*. Chicago, Londres: The University of Chicago Press.

Coombes, Annie E. (1988). Museums and the formation of national and cultural identities. *Oxford Art Journal 11,* 57-68.

Coombes, Annie E. (1997). *Reinventing Africa: Museums, Material Culture and Popular Imagination in Late Victorian and Edwardian England*. New Haven: Yale University Press.

Copans, J.; Tornay, S e Outros (1998). *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* Lisboa Edições 70.

Correa, A. A. Mendes (1926a, Janeiro a Junho). [As tentativas de definição bioquímica da raça e do individuo]. 37-48.

Correa, A. A. Mendes (1926b). Antroplologia aplicada. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, III*.

Correa, A. A. Mendes (1933). *Introdução à antropobiologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Correa, A. A. Mendes (1944, 1944). *Dinamometria nos indígenas das coIónias portuguesas.* Paper presented at the Congresso Luso-Espanhol do Porto Porto.

Corsane, Gerard (Ed.). (2005). *Heritage, Museums and Galleries: an introductory reader*. Londres: Routledge.

Costa, Marques da (Org) (1939). *The official book of the portuguese representation in the international exhibition of New York 1939*. Porto: Costa Carregal.

Crane, Susan A. (2000). *Museums and memory*. Stanford: Stanford University Press.

Crew, Spencer e Sims, James E. (1991). Locating Authenticity: Fragments of a Dialogue. In Karp, Ivan e Lavine, Steven D. (Ed.), *Exhibiting Cultures; The Poetics and Politics of Museum Display* (pp. 159-175). Washington D.C: Smithsonian Press.

Crooke, Elizabeth M. (2007). *Museums and community : ideas, issues, and challenges / Elizabeth Crooke*. Oxon, Nova Iorque: Routledge.

Cunha, Luis. (2001). *A Nação nas malhas da sua identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Afrontamento.

Cunha, Luis Manuel de Jesus (1994). *A Nação Nas Malhas Da Sua Identidade:O Estado Novo e a Construção Da Identidade Nacional.* Agregação phd, Universidade do Minho, Braga.

Dauphine, Joël (1998). *Canaques de la Nouvelle Calédonie à Paris en 1931: de la case au Zoo*. Paris, Montréal: L'Harmattan.

Davison, Sally e Rutherford, Jonathan (Ed.). (2007). *Race, Identity and belonging*. Londres: Lawrence and Wishart.

Dewdney, Andrew; Dibosa, David e Walsh, Victoria (2012). *Post-Critical Museology: Theory and Practice in the Art Museum*. Londres, Nova Iorque: Routledge

Dei, George J. Sefa e Johal, Gurpreet Singh (Org). (2008). *Metodologia de investigação anti-racista: questões críticas*. Lisboa: Edições Pedago.

Deloche, Bernard (2001). *Le musée virtuel: vers un éthique des nouvelles images*. Paris Presses Universitaires de France.

Derrida, Jacques (1967). *De La Grammatologie*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Derrida, Jacques (1998). *Archive Fever*. Chicago: University of Chicago Press.

Derrida, Jacques (2001). *O Monolinguismo do Outro ou a Prótese de Origem*. Porto: Campo das Letras.

Derrida, Jacques (2002). *Writing and Difference*. Londres: Routledge.

Derrida, Jacques Et Labarrière, Pierre-Jean (1986). *Altérités*. Paris: Éditions Osíris.

Desmond, William (2003). *Art, Origins, Otherness: Between Philosophy and Art*. Nova Iorque: State University of New York Press.

Dias, Nélia (2000). Musée et colonialism: entre passé et présent. In Taffin, Dominique (Ed.), *Du musée colonial au musée des cultures du monde, Actes du colloque organisé par le musée national des Arts d´Afrique et Océanie et le Centre George Pompidou* (pp. 15-33). Paris: Maisonneuve et Larose.

Dias, Nélia (2001). Does anthropology needs museums? In Bouquet, Mary (Ed.), *Academic anthropology and the museum: back to the future* (pp. 92-105). Nova Iorque: Berghahn Books.

Dirlik, Arif (2002). Rethinking Colonialism: globalization, Postcolonialism, and the Nation. *Interventions, 4*(3), 428–448. Retirado de

Dodd, Jocelyn e Sandell, Richard. (2001). *Including Museums: perspectives on museums, galleries and social inclusion*. Leicester: Research Centre for Museums and Galleries - Department of Museum Studies University of Leicester.

Doy, Gen (2000). *Black visual culture: modernity and postmodernity*. Londres, Nova Iorque: I B Tauris & Co.

Dubin, Steven C. (1999). *Displays of Power: Controversy in the American Museum from the Enola Gay to Sensation*. Nova Iorque, Londres: New York University Press.

Duckitt, John (2001). Reducing Prejudice: An Historical and Multi-Level Approach. In Augoustinos, Martha E Reynolds, Katherine J. (Ed.), *Understanding Prejudice, Racism, and Social Conflict* (pp. 253-262). Londres: Sage.

Duncan, Carol (1991). Art museums and the ritual of citizenship. In Karp, Ivan E Lavine, Steven D. (1991) (Ed.), *Exhibiting cultures: the poetics and politics of Museum Display* (pp. 88-103). Washington: Smithsonian Institution Press.

Duncan, Carol (1995). *Civilizing rituals: inside public art museums* Londres: Routledge.

Durant, John (1993). *Museums and the public understanding of science*. Londres: Copus.

During, Simon (Ed.). (1999). *Cultural Studies Reader* (2nd ed.). Londres: Routledge.

Durkheim, Emile (2003). *Professional ethics and civic morals* (2nd ed.). Londres: Routledge

Durrans, Brian (2005). The future of the other: Changing cultures on display in ethnographic museums. In Lumley, Robert (Ed.), *The Museum Time Machine* (pp. 143-168). Londres e Nova Iorque: Routledge.

Edwards, Elizabeth (2001). *Raw histories: photographs, anthropology and museums*. Oxford: Berg Press.

Edwards, Elizabeth (2008). Photography and the Making of other. In Blanchard, Et. Al. (Ed.), *Human Zoos: Science and spectacle in the age of colonial empires* (pp. 239-246). Cambridge: Liverpool University Press.

Edwards, Elizabeth, Gosden, Chris E Phillips, Ruth B. (Ed.). (2006). *Sensible Objects: Colonialism, Museums and Material Culture*. Oxford, Nova Iorque: Berg Publishers.

Edwards, Elizabeth e Hart, Janice (Ed.). (2004). *Photographs Objects Histories: On the Materiality of Images*. Londres: Routledge.

Elias, Norbert (1994). *Teoria Simbólica*. Lisboa: Celta editora.

Estado - Salazar, António De Oliveira. (1933). *Acto Colonial*.

Evans, Martin (Ed.). (2004). *Empire and culture: the French Experience, 1830-1940*. Londres, Nova Iorque: Palgrave, Macmillan.

Fairclough, Norman (1989). *Language and Power*. Londres: Longman.

Fairclough, Norman (1992). *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press.

Fairclough, Norman (1995a). *Critical discourse analysis: the critical study of language*. Londres: Longman.

Fairclough, Norman (1995b). *Media Discourse*. Londres: Arnold.

Fairclough, Norman (2001a). Critical discourse analysis as a method in social scientificresearch. In Wodak, Ruth & Meyer, M (Eds.), (Ed.), *Methods of critical discourse analysis* (pp. 121-138.). Londres: Sage.

Fairclough, Norman (2001b). The Dialectics of Discourse. *Textus, XIV,* 231-242.

Fairclough, Norman (2003). *Analyzing discourse: Textual analysis for social research*. Londres: Routledge.

Fairclough, Norman (2005). Critical discourse analysis. *Marges Linguistiques,* 76-94.

Fairclough, Norman (2006). *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press.

Fairclough, Norman e Wodak, Ruth. (1997). Critical discourse analysis. In Van Dijk, Teun (Ed.), *Discourse studies: a multidisciplinary introduction* (Vol. II, pp. 258-284). Londres: Sage.

Fanon, Frantz (2004). *The wretched of the earth*. Nova Iorque: Grove Press.

Feldman, Jeffrey David (2006). Contact Points: Museums and the Lost Body Problem. In Edwards, Elizabeth, Gosden, Chris E Phillips, Ruth B. (Ed.), *Sensible Objects: Colonialism, Museums and Material Culture* (pp. 245-268). Oxford, Nova Iorque: Berg Publishers.

Fitzhugh, William (1997). Ambassadors in sealskins: Exhibiting Eskimos at the Smithsonian. In Henderson, Amy e Kaeppler, Adrienne L. (Ed.), *Exhibiting dilemmas: Issues of representation at the Smithsonian* (pp. 206-245). Washington: Smithsonian Institution Press.

Fladmark, J. M. (2000). *Heritage and museums: shaping national identity*. Londres: Donhead.

Flanders, Rosemary (2005). Early museums and nineteenth-century media. In Hooper-Greenhill, Eilean (Ed.), *Museum, Media, Message* (pp. 74-84). Londres: Routledge.

Foley, Malcolm e Mcpherson, Gayle. (2000). Museums as Leisure. *International Journal of Heritage Studies, 6*(2), 161 - 174. Retirado de http://dx.doi.org/10.1080/135272500404205

Forsdick, Carles. (2008). Situating Human ZZoos. In Blanchard, Et.Al. (Ed.), *Human Zoos: Science and spectacle in the age of colonial empires* (pp. 377-392). Cambridge: Liverpool University Press.

Foucault, Michel (1978). *The History of Sexuality* (Vol. I: An Introduction). Nova Iorque: Pantheon Books.

Foucault, Michel (1979). *A Microfísica do Poder* (8ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, Michel (Ed.). (1980). *Power / Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. Nova Iorque: Pantheon Books.

Foucault, Michell (1981). The order of discourse. In Young, Robert (Ed.) (Ed.), *Untying the Text: a post-Structuralist reader* (pp. 48-78). Londres: Routledge and Kegan Paul.

Foucault, Michel (1987). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense universitaria.

Foucault, Michel (1995). *Discipline and Punishment: the birth of the prison* (2nd ed.). Nova Iorque: Vintage books.

Foucault, Michel (1998). *Genealogía del racismo*. La Plata: Editorial Altamira.

Foucault, Michel (1999). *História da sexualidade I - vontade de saber* (13 ed.). Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, Michel (2000). *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Marins Fontes.

Foucault, Michel (2001). *O pensamento do exterior*. Lisboa: Fim de século edições.

Foucault, Michel (2003). *The birth of the clinic: An Archaeology of Medical Perception*. Londres: Routledge.

Foucault, Michel (2005a). *A arqueologia do saber*. Lisboa: Edições Almedina.

Foucault, Michel (2005b). *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d'Água.

Freeden, Michael (2003). *Ideology: A Very Short Introduction*. Oxford, Nova Iorque: Oxford University Press.

Fyfe, Gordon (Março 2004). Reproductions, cultural capital and museums: aspects of the culture of copies. *Museums and society 2*(nº 1). Retirado de http://www.le.ac.uk/museumstudies/m&s/issue%204/fyfe.pdf

Galvão, Henrique (1930). *Nacionalização de Angola*. Sociedade de Geografia de Lisboa.

Galvão, Henrique (1931). *História do nosso tempo: ação e obra de João de Almeida 1904-1910*. Lisboa: Ottosgrafica.

Galvão, Henrique (1934a). *No rumo do império* Porto: Litografia Nacional do Porto.

Galvão, Henrique (1934b, 16 de Junho de 1934). *A função colonial de Portugal: razão de ser da nacionalidade.* Paper presented at the Conferência de abertura da 1ª exposição colonial portuguesa, São João-cine, Porto.

Galvão, Henrique. ([....]). *O império*. Lisboa: Edições SPN.

Galvão, Henrique e Selvagem, Carlos. (1956). *Império ultramarino portugues: monografia do império* (Vol. I). Lisboa: Imprensa Nacional de publicidade.

Galvão, Henrique (Org.). (1940). *1940 - Álbum comemorativo*. Porto: Edição da Litografia Nacional do Porto.

Gandhi, Leela (1998). *Postcolonial theory: a critical introduction*. New South Wales: Allen & Unwin.

Gearon, Liam (2001). The Imagined Other: Postcolonial Theory and Religious Education. *British Journal of Religious Education, 23*(2), 98 - 106. Retirado de http://dx.doi.org/10.1080/0141620010230204

Geppert, Alexander (2010). *Fleeting Cities: Imperial Expositions in Fin-De-Siècle Europe*. London: Palgrave Macmillan.

Giddens, Anthony. (1981). *A contemporary critique of historical materialism* (Vol. 1). Berkeley: University of California Press.

Giddens, Anthony (1986). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press.

Giddens, Anthony (1997). *Política, sociologia e teoria social: confrontos com o pensamento social clássico e contemporâneo.* . São Paulo: Unesp.

Gilroy, Paul (2000). *Against Race: Imagining Political Culture beyond the Color Line*. Harvard: Harvard University Press

Given, Lisa M. (Ed.). (2008). *The Sage encyclopedia of qualitative research methods* (Vol. 1 e 2). Londres: Sage.

Gobineau, M. A. de (1853). *Essai sur L´inégalité des Races Humaines* (Vol. Tome I). Paris: Librairie de Firmin Didot Frères.

Golding, Viv (2009). *Learning at the museum frontiers: Identity, race and power*. Surrey: Ashgate publishing.

Gonseth, Marc-Olivier; Hainard, Jacques; Kaehr, Roland (Ed.). (1995). *La différence*. Neuchâtel: Musée d´ethnographie.

Gosden, Chris e Knowles, Chantal (2001). *Collecting colonialism*. Oxford: Berg.

Gramsci, António (1992). *Prison Notebooks* (Vol. 1). Nova Iorque: Columbia University Press.

Greenberg, Reesa, Bruce Ferguson e Andy Nairne (Ed.). (2005). *Thinking about exhibitions*. Nova Iorque: Routledge.

Greer, Chris (2005). Extremes of Otherness: Media Images of Social Exclusion. *Social Justice, 32*(1), 20-31. Retirado de

Grossberg, Lawrence (1996). History, politics and postmodernism: Stuart Hall and cultural studies. In (Eds), D. Morley e K. Chen (Ed.), *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies* (pp. 151–173). Londres: Routledge.

Guimarães, Ângela (1984). *Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895*. Lisboa: Livros Horizonte.

Gurian, Elaine (1991). Noddling Around with Exhibition Opportunitties. In Karp, Ivan E Lavine, Steven D. (Ed.), *Exhibiting Cultures; The Poetics and Politics of Museum Display* (pp. 176-190). Washington D.C: Smithsonian Press.

Habermas, Jürgen (2005). Equal Treatment of Cultures and the Limits of Postmodern Liberalism. *The Journal of Political Philosophy, 13*(1), 1–28. Retirado de

Hainard, Jacques (1985). Le musée, cette obsession… *Terrain, 4,* 106-110.

Hainard, Jacques; Gonseth, Marc-Olivier E Kaehr, Roland (Ed.). (2002). *Le musée cannibale*. Neuchâtel: Musée d'ethnographie Neuchâtel.

Hainard, Jacques (2007). Le Trou: un concept utile pour penser les rapports entre objet et mémoire. In Debary, Octave E Turgeon Laurier (Ed.), *Objets & Mémoires* (pp. 127-138). Paris. Presses de l´Université Laval.

Hale, Dana S. (2008). *Races on Display: French Representations of Colonized Peoples, 1886-1940* Bloomington: Indiana University Press

Hall, Janet (2005). Museums, myths and missionaries: redressing the past for a new South Africa. In Hooper-Greenhill, Eillean (Ed.), *Museum, Media, Message* (pp. 178-189). Londres: Routledge.

Hall, Stuart (1980). Cultural Studies: Two paradigms. *Media, Culture and Society, 2,* 57-72.

Hall, Stuart (1985, june 1985). Signification, Representation, Ideology: Althusser and the Post-Structuralist Debates. *Critical Studies in Mass Communication, 2,* 91-114.

Hall, Stuart (1999). Old and New Identites, Old and New Ethnicities. In (Ed.), L. Back & J. Solomos (Ed.), *Theories of Race and Racism: A Reader* (Vol. 1, pp. 144-153). Londres: Routledge.

Hall, Stuart (2001). When was 'the post-colonial'? Thinking at the limit. In Chambers, A. E. C., Lidia (Ed.), *The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons* (pp. 242-260). Londres, Nova Iorque: Routledge.

Hall, Stuart (2005a). Cultural studies and the center: some problematics and problems. In Hall, Stuart et al. (Ed.), *Culture, Media, Language: Working papers in Cultural Studies, 1972-79* (pp. 2-35). Londres: Routledge.

Hall, Stuart (2005b). Encoding/decoding. In Hall, Stuart Et Al (Ed.), *Culture, Media, Language: Working papers in Cultural Studies, 1972-79* (pp. 117-127). Londres: Routledge.

Hall, Stuart (2005c). Recent developments in theories of language and ideology: a critical note. In Hall, Stuart et al. (Ed.), *Culture, Media, Language: Working papers in Cultural Studies, 1972-79* (pp. 147-153). Londres: Routledge.

Hall, Stuart (2006). Identidade cultural e diáspora. *Comunicação & Cultura, n.º 1,* Comunicação & Cultura, n.º 1, 2006, pp. 2021-2035.

Hall, Stuart (Ed.). (1997). *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices (Culture, Media & Identities)*. Londres: Sage publications.

Hall, Stuart; Hobson, Dorothy; Lowe, Andrew E Willis, Paul (2005). *Culture, Media, Language: Working papers in Cultural Studies, 1972-79*. Londres: Routledge.

Hall, Stuart Y Du Gay, Paul (Ed.). (1996). *Questions of Cultural Identity*. Londres: Sage Publications.

Hallam, Elizabeth e Street, Brian (Ed). (2000). *Cultural encounters: representing otherness*. Londres: Routledge.

Halliday, Michael A. K. (2003). *On language and linguistics*. Londres: Continuum.

Hamilton, Peter (Ed). (2003). *Emile Durkheim*. Londres: Routledge.

Handler, Richard (1997). *The new history in an old museum: creating the past at Colonial Williamsburg*. Durham: Duke University Press

Hays, Sharon (1994). Structure and agency and the sticky problem of culture. *Sociological Theory, 12*(1), 57-72.

Helsby, Wendy (Ed.) (2005). *Understanding Representation*. Londres: British Film Institute.

Henderson, Amy e Kaeppler, Adrienne L. (Ed.). (1997). *Exhibiting dilemmas: issues of representation at the smithsonian*. Washington: Smithsonian Institution Press.

Henning, Michelle (2006). *Museums, media and cultural theory*. Berkshire: Open University Press.

Herle, Anita (2005). Objects, Agency and Museums: Continuing dialogues between the Torres Strait and Cambridge. In Peers, Laura E Brown, Alison K. (Ed.), *Museums and source communities: a Routledge reader* (pp. 194-207). Londres, Nova Iorque: Routledge.

Hobsbawm, E. (1997). *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hobsbawm, E: E Ranger, T. (1983). *The invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hodeir, Catherine (2002). Decentering the Gaze at French Colonial Exhibitions. In Landau, Paul e Kaspin, Deborah (Ed.), *In Images and Empires: Visuality in Colonial and Postcolonial Africa* (pp. 233-252). Berkeley, Londres: University of California Press.

Hodeir, Catherine; Pierre, Michel (1991). *Exposition Coloniale: 1931 la memoire du siecle*. Bruxelles: Editions complex.

Hoffenberg, Peter (2001). *An Empire on Display: English, Indian, and Australian Exhibitions from the Crystal Palace to the Great War*. Berkeley, Londres: University of California Press.

Holmes, William H. (1902). Classification and Arrangement of the Exhibits of an Anthropological Museum. *The Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 32* (Jul. - Dec., 1902), 353-372.

Hooper-Greenhill, Eilean (1991). *Museum and Gallery Education*. Londres: Leicester Museum Studies.

Hooper-Greenhill, Eillean (1992). *Museums and the Shaping of Knowledge*. Londres Routledge.

Hooper-Greenhill, Eilean (1996). *Museums and their visitors*. Londres: Routledge.

Hooper-Greenhill, Eilean (1997). *Cultural diversity: developing museum audiences in Britain*. Londres: Leicester University Press.

Hooper-Greenhill, Eilean (1999). *The Educational Role of the Museums* (2 ed.). Londres: Routledge.

Hooper-Greenhill, Eilean (2000). *Researching learning in museums and galleries 1990-1999: A bibliographic review.* Leicester: University of Leicester.

Hooper-Greenhill, Eilean (2002). *Museums and the interpretation of visual culture*. Londres: Routledge.

Hooper-Greenhill, Eilean (Ed.). (2005). *Museum, Media, Message*. Londres: Routledge.

Hooper-Greenhill, Eilean (2005a). Museums and communication: an introductory essay. In Hooper-Greenhill, Eilean (Ed.) *Museum, Media, Message* (pp. 1-13). Londres: Routledge.

Husserl, Edmund. ([19--]). *Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia*. Porto Rés.

Jerónimo, Miguel Bandeira (2010). *Livros Brancos, Almas Negras*. Lisboa: Ics.

João, Maria Isabel (2002). *Memória e império: comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian.

Garcia, José Luís – O Mito De Gungunhana Na Ideologia Nacionalista de Moçambique. 131-147. In: Torgal, Luís Reis, Pimenta, Fernando Tavares d Sousa, Julião Soares (Coord) (2008) Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos Em África, Coimbra, Imprensa Universidade Coimbra.

Kaplan, Caren (1996). *Questions of travel: postmodern discourses of displacement*. Londres: Duke.

Kaplan, Flora (2005). Exhibitions as communicative media. In Hooper-Greenhill, Eilean (Ed.), *Museum, Media, Message* (pp. 37-59). Londres: Routledge.

Kapoor, Ilan (2008). *The postcolonial politics of development*. Nova Iorque: Routledge.

Karp, Ivan (1991b). Culture and representation. In Karp, Ivan e Lavine, Steven D. (Ed.), *Exhibiting cultures: the poetics and politics of Museum Display* (pp. 11-24). Washington: Smithsonian Institution Press.

Karp, Ivan, e Lavine, Steven D. (Ed.) (Ed.). (1992). *Museums and Communities: The Politics of Public Culture*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press.

Karp, Ivan e Lavine, Steven D. (1991). *Exhibiting cultures: the poetics and politics of Museum Display*. Washington: Smithsonian Institution Press.

Kavanagh, Gaynor (1990). *History of curatorship*. Londres: Leicester University Press.

Kavanagh, Gaynor (1999). Making Histories, Making Memories. In Kavanagh, Gaynor (Ed.) (Ed.), *Making histories in museums* (pp. 1-14). Londres: Leicester University Press.

Kellner, Douglas (2003). *Media culture: Cultural studies, identity and politics between the modern and the postmodern*. Londres: Routledge.

Kirshenblatt-Gimblett, Barbara (1991). Objects of ethnography. In Karp, Ivan e Lavine, Steven D. (Ed.), *Exhibiting cultures: the poetics and politics of Museum Display* (pp. 386-443). Washington: Smithsonian Institution Press.

Kirshenblatt-Gimblett, Barbara (1998). *Destination culture: tourism, museums, and heritage*. Berkeley: University of California Press.

Knell, Simon J. (2004). *Museums and the future of collecting* (2ª ed.). Aldershot: Ashgate.

Knell, Simon; Macleod, Suzanne e Watson, Sheila (Ed.). (2007). *Museum revolutions: How museums change and are changed*. Londres: Routledge.

Kress, Gunther e Theo Van Leeuwen. (2008). *The grammar of visual design* (2 ed.). Londres: Routledge.

L´Estoile, Benoît De (2007). *Le Goût des Autres: de l´exposition coloniale aux arts premiers*. Paris: Flammarion.

L'estoile, Benoît de (2003). From the Colonial Exhibition to the Museum of Man: An alternative genealogy of French anthropology. *Social Anthropology, 11*(2), 341-361. Retirado de http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=212805&fulltextType=RA&fileId=S0964028203000247

Laclau, Ernesto e Mouffe, Chantal (2001). *Hegemony and Socialist Strategy*. Londres: Verso.

Lains, Pedro (1998). Causas do colonialismo português em África, 1822-1975. *Análise Social, xxxiii,* 463-496.

Landau, Paul e Kaspin, Deborah (2002). *Images and Empires: Visuality in Colonial and Postcolonial Africa*. Berkeley, Londres: University of California Press.

Lavine, Steven e Karp, Ivan (1991). introduction: museums and multiculturalism. In Karp, Ivan e Lavine, Steven D. (Ed.), *Exhibiting cultures: the poetics and politics of Museum Display* (pp. 1-9). Washington: Smithsonian Institution Press.

Leal, Cunha (1961) [O colonialismo dos Anti-colonialistas].

Lebovics, Herman (1995). *La vraie France: les enjeux de l'identité culturelle, 1900-1945*. Paris: Belin.

Lebovics, Herman (2008). The Zoos of the Exposition Coloniale Internationale, Paris 1931. In Blanchard, Et Al. (Ed.), *Human Zoos: Science and spectacle in the age of colonial empires* (pp. 369-376). Cambridge: Liverpool University Press.

Lencastre, Júlio Garcez de (Agente Geral Das Colónias); . ([19..]). Agência geral das colónias: a sua ação no período 1933-1934. Lisboa: Agência geral das colónias.

Lévi-Strauss, Claude (1995). *Antropología estructural* (2 ed.). Barcelona: Ediciones Paidos.

Lira, Sérgio (1999). *Pedras com História e Pedras com Memória: visitar o património construído.* Paper presented at the Actas Congresso de História Regional e Local. 3ª Secção Lugares da Memória, Maia, vol. III, Maia.

Lira, Sérgio (2002). *Museums and Temporary Exhibitions as means of propaganda: the Portuguese case during the Estado Novo.* PhD, University of Leicester, Leicester.

Loomba, Ania (1998). *Colonialism/postcolonialism*. Londres: Routledge.

Lorente, Jesús-Pedro (Org.). (2003). *Museologia Crítica y Arte Contemporaneo*. Zaragoza: Prensas Universitárias de Zaragoza.

Lorente, Jesús-Pedro (2012). The development of museum studies in universities: from technical training to critical museology. *Museum Management and Curatorship, 27*(3), 237-252.

Lowenthal, David (1967). Race and Color in the West Indies. *Daedalus, 96*(2), 580-626. Retirado de http://www.jstor.org/stable/20027054

Lucas, M. (1993). Organização do Império. In (Dir.), José Mattoso (Ed.), *História de Portugal* (Vol. V). Lisboa: Círculo de Leitores.

Lyotard, Jean-François (1989). *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva.

Macdonald, Sharon (1998b). Exhibitions of power and powers of exhibition: an introduction to the politics of display. In Macdonald, Sharon (Ed.), *The Politics of Display: Museums, Science, Culture* (pp. 1-21). Londres: Routledge.

Macdonald, Sharon. (2002). *Behind the scenes at the Science Museum*. Oxford: Berg.

Macdonald, Sharon (2003). Museums, National, Postnational and Transcultural Identities *Museums and society 1*. Retirado de

Macdonald, Sharon e Fyfe, Gordon (Ed.). (2005). *Theorizing museums: Representing Identity and Diversity in a Changing World* Oxford: Blackwell.

Macdonald, Sharon (Ed.) (1998). *The Politics of Display: Museums, Science, Culture (Heritage: Care-Preservation-Management*. Londres: Routledge.

Macdonald, Sharon (Ed.). (2006). *A Companion to Museum Studies*. Oxford: Blackwell Publishing.

Mackenzie, John (2008). The Imperial Exhibitions of Great Britain. In Blanchard, Et, Al. (Ed.), *Human Zoos: Science and spectacle in the age of colonial empires* (pp. 259-268). Cambridge: Liverpool University Press.

Mahmoud, Feriel Ben. (2007). *Voyage Dans L'Empire Colonial Francais*. Paris: Place Des Victoires.

Marín Torres, Maria Teresa (2002). *Historia de la documentación museológica: la gestion de la memória artística*. Gijón: Ediciones Trea.

Marques, A. H. de Oliveira (1998). *História de Portugal: das revoluções liberais aos nossos dias* (13ª ed. Vol. III). Lisboa: Editorial presença.

Martínez, Javier Gómez (2006). *Dos museologías las tradiciones anglosajona y mediterránea: diferencias y contactos*. Gijón: Ediciones Trea.

Martins, Paulo. (1997). Exposições industriais e turismo: reflexão sobre um tema da actualidade. In Alves, Jorge Fernandes (Coor.) (Ed.), *A industria portuense em perspectiva histórica* (pp. 459-468). Porto: Centro Leonardo Coimbra - Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Martins, Oliveira J. P. (1881). *As raças humanas e a civilisação primitiva* (Vol. Tomo II). Lisboa: Livraria Bertrand.

Martins, Oliveira J. P. (1978). *O Brasil e as colónias portuguesas* (7ª ed.). Lisboa: Guimaraes & cia editores.

Marx, Karl (1996). *O capital: crítica da economia política* (Vol. 1 - o processo de produção do capital). São Paulo: Editora Nova Cultural.

Marx, Karl (2000) *Karl Marx: Selected Writings* (2nd ed.). Oxford: Oxford, Oxford University Press.

Matheson, Donald (2005). *Media discourses: analysing media texts*. Berkshire: Open University Press.

Matos, Patrícia Ferraz de (2006) *As Cores do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Mattoso, José (2008) *A identidade nacional* (4ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Mattoso, José [Dir.] (1994a) *História de Portugal: a segunda fundação* (Vol. 6). Lisboa: Circulo de Leitores.

Mattoso, José [Dir.] (1994b) *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)* (Vol. 7). Lisboa: Circulo de Leitores.

Mattoso, José [Dir.] (1998) *História de Portugal. O Estado Novo* (Vol. VII). Lisboa: Editorial Estampa.

Maxwell, Anne (2000) *Colonial Photography & exhibitions*. Londres: Leicester University Press.

Maxwell, Anne. (2010). *Picture Imperfect: Photography and Eugenics, 1870-1940.* Brighton, Portland, Toronto: Sussex Academic Press.

Mazrui, Ali A. (2005). The Re-invention of Africa: Edward Said, V. Y. Mudimbe, and Beyond. *Research in African Literatures, 36*(3), 68-82. Retirado de http://muse.jhu.edu/journals/research_in_african_literatures/v036/36.3mazrui.pdf

Mcclintock, Anne. (1995). *Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial contest*. Londres, Nova Iorque: Routledge.

Mcleod, John (2000). *Beginning postcolonialism*. Manchester, Nova Iorque: Manchester University Press.

Mercer, Kobena (1990). Welcome to the Jungle: Identity and Diversity in Postmodern Politics. In Rutherfor, Jonathan (Ed.) (Ed.), *Identity: Community, Culture, Difference* (pp. 43-71). Londres: Lawrence & Wishart.

Merleau-Ponty, Claire E Ezrati, Jean-Jacques. (2005). *L´Exposition, Théorique et pratique*. Paris: L´Harmattan.

Message, Kylie. (2006). *New Museums And the Making of Culture* Oxford, Nova Iorque: Berg.

Mills, Sara. (2004). *Discourse*. Londres: Routledge.

Mirzoeff, Nicholas (Ed.). (2002). *The visual culture reader*. Nova Iorque: Routledge.

Mitchell, Timothy. "Orientalism and the Exhibitionary Order." In *The Visual Culture Reader*, edited by Nicholas (ed.) Mirzoeff, 495-505. New York: Routledge, 2002.

Moira, G. Simpson (2001). *Making representations: Museums in the Post-Colonial Era* (paperback ed.). Nova Iorque: Routledge.

Moore, Kevin. (2000). *Museums and popular culture*. Leicester: Leicester University Press.

Moore, Kevin (Ed.) (1994). *Museum Management*. Londres: Routledge.

Moore-Gilbert, Bart. (2000). *Postcolonial theory: contexts, practices, politics*. Londres, Nova Iorque: Verso.

Morton, Pat (1998a). A Study in Hybridity: Madagascar and Morocco at the 1931 Colonial Exposition. *Journal of Architectural Education, 52*(2 (Nov), 76-86. Retirado de http://www.jstor.org/stable/1425423

Morton, Patricia A. . (1998b). National and Colonial: The Musée des Colonies at the Colonial Exposition, Paris, 1931. *The Art Bulletin, 80*(2), 357-377. Retirado de http://www.jstor.org/stable/3051237

Morton, Patricia A (2000). *Hybrid Modernities: Architecture and Representation at the 1931 Colonial Exposition, Paris* Massachusetts: MIT Press.

Morton, Stephen. (2004). *Gayatri Chakravorty Spivak*. Nova Iorque: Routledge.

Mota, Francisco, Teixeira. (2011). *Henrique Galvão: um herois portugues* Lisboa: Oficina do livro.

Moutinho, Mário C. (2000). *O indígena no pensamento colonial português*. Lisboa: Edições universitárias lusofonas.

Neuchâtel, Musée D'ethnographie. (2002, 09 mars 2002 - 02 mars 2003). Le musée cannibale.

Nora, Pierre. (1984). *Les Lieux De Mémoires:La République* (Vol. 1). Paris: Edition Gallimard.

Norindr, Panivong (1996). *Phantasmatic Indochina: French Colonial Ideology in Architecture, film and literature*. Durham e Londres: Duke University Press.

Novais, Mario. (1998). *Exposição mundo português: 1940*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Oliveira, Pedro Aires. (2000). *Atribulações de Um Fascista Anglófilo, Armindo Monteiro: Uma Biografia Política*. Lisboa: Bertrand Editora.

Oswell, David. (2006). *Culture and Society: An Introduction to Cultural Studies*. Londres: Sage Publications.

Parezo, Nancy J. E Fowler, Don D. (2007). *Anthropology goes to the Fair: the 1904 Louisiana Purchase Exposition*. Lincoln and Londres: University of Nebraska Press.

Parry, Benita. (2003). Problems in Current Theories of Colonial Discourse. In Ashcroft, B. G., Gareth E Tiffin, Helen (Ed.), *The Post-colonial Studies Reader* (pp. 36-44). Nova Iorque Routledge

Pascoaes, Teixeira. (1998). *A Arte De Ser Português*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Pearce, Susan M. (1992). *Museums, objects and collections: a cultural study*. Leicester: Leicester University Press.

Pearce, Susan M. (1994). *Interpreting Objects and Collections*. Londres: Routledge.

Pearce, Susan M. (Ed.). (1990). *Objects of Knowledge*. Londres: Athlone Press.

Pêcheux, M. . (1983). *Language, Semantics and Ideology*. Londres: Macmillan.

Peers, Laura E Brown, Alison K. (2005). *Museums and source communities: a Routledge reader*. Londres, Nova Iorque: Routledge.

Pélissier, René. (1998). Na sombra do império. *Análise Social, XXXIII,* 1119-1137.

Phillips, Ruth B. (2005). Introduction - Community collaboration in exhibitions: toward a dialogic paradigm. In Peers, Laura E Brown, Alison K. (Ed.), *Museums and source communities: a Routledge reader* (pp. 155-170). Londres, Nova Iorque: Routledge.

Pickering, W. S. F. (Ed.) (2000). *Durkheim and representations* Londres: Routledge.

Pieterse, Jan Nederveen. (2005). Multiculturalism and museums: discourse about others in the age of globalization. In Corsane, Gerard (Ed.), *Heritage, Museums and Galleries: an introductory reader* (pp. 179-201). Londres: Routledge.

Pink, Sarah. (2001). *Doing visual ethnography: images, media and representation in research*. Londres: Sage.

Pinto, António Costa. (1992). As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional. *Análise Social, xxvii,* 575-613.

Porto, Nuno. (2008). Artes da Nação: colonialidade, politicas e mercados das artes em Angola e Cabo Verde. In Torgal, Luís Reis, Pimenta, Fernando Tavares E Sousa, Julião Soares (Coord) (Ed.), *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África* (pp. 87-100). Coimbra: Imprensa Universidade Coimbra.

Porto, Nuno. (2009). *Modos de objectificação da dominação colonial: o caso do museu do Dundo, 1940-1970*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia

Portuguêsa, Comissão Da Primeira Exposição Colonial. (1934). *Primeira Exposição Colonial Portuguêsa*. Porto: Primeira Exposição Colonial Portuguêsa.

Portuguesa, Edição Da 1ª Exposição Colonial. (1934). *Actas do 1º congresso de antropologia colonial, Vol: 1 e 2*. Paper presented at the 1º congresso de antropologia colonial, Porto.

Poulot, Dominique. (2005). *Musée et muséologie*. Paris: Éditions La Découverte.

Prabhu, Anjali. (2007). *Hybridity : limits, transformations, prospects*. Nova Iorque: State University of New York.

Pratt, Mary Louise. (1992). *Imperial eyes: studies in travel writing and transculturation*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Preziosi, Donald. (1996). Brain of the earth´s body: Museums and the framing of modernity. In Duro, Paul (Ed.) (Ed.), *The Rhetoric of the Frame: Essays on the Boundaries of the Artwork* (pp. 96-110). Cambridge: Cambridge University Press.

Preziosi, Donald. & Farago, Claire. (Eds). (2004). *Grasping the World: The Idea of the Museum*. Aldershot: Ashgate Publishing.

Prösler, Martin. (2005). Museums and globalization. In Macdonald, Sharon and Fyfe, Gordon (Ed.), *Theorizing museums: Representing Identity and Diversity in a Changing World* (pp. 21-44). Oxford: Blackwell.

Purvis, Trevor E Hunt, Alan. (1993). 'Discourse, Ideology, Discourse, Ideology, Discourse, ideology,…'. *The British Journal of Sociology, 44*(3), 473-499.

Rattansi, Ali. (2010). Postcolonialism and Its Discontents. In Ritzer, G. E. A., Zeynep (Ed.), *Readings in Globalization: Key concepts and major debates* (pp. 57-65). Maiden e Oxford: Wiley-Blackwell.

Reesa, Greenber; Bruce W. Ferguson E Sandy Nairne (Ed.). (2005). *Thinking About Exhibitions*. Londres: Routledge.

Rémond, René. (2003). *Introdução à história do nosso tempo: do antigo regime aos nossos dias* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Ribeiro, Margarida Calafate. (2003). *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras.

Ribeiro, Margarida Calafate. (2004). *Uma História de Regressos: lmpério, Guerra Colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento.

Ritzer, George E Atalay, Zeynep (Ed.). (2010). *Readings in Globalization: Key concepts and major debates*. Maiden e Oxford: Wiley-Blackwell.

Rivière, Claude. (2007). *Introdução à antropologia*. Lisboa: Edições 70.

Rogoff, Irit. (1998). The Studying Visual Culture. In (Ed.), Nicholas Mirzoeff (Ed.), *Visual Culture Reader* (pp. 14-26). Londres: Routledge.

Rosas, Fernando (Coord.) (Ed.). (1992). *Nova História de Portugal: Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Editorial Presença.

Rosas, Fernando (Coord.). (1994). O Estado Novo (1926-1974). In (Dir.), José Mattoso (Ed.), *História de Portugal* (Vol. Vol. 7). Lisboa: Círculo de Leitores.

Rose, Gillian. (2002). *Visual methodologies: An introduction to the interpretation of visual materials*. Londres: Sage Publications.

Rydell, Robert. (1987). *All the World's a Fair: Visions of Empire at American International Exhibitions, 1876-1916* Chicago: University of Chicago Press.

Rydell, Robert. (2006). World Fairs and Museums. In Macdonald, Sharon (Ed) (Ed.), *A Companion to Museum Studies* (pp. 135-151). Oxford: Blackwell.

Rydell, Robert W. (1993). *World of Fairs: The Century of Progress Expositions* Chicago: Chicago University Press

Said, Edward W. (1979). *Orientalism*. Nova Iorque: Vintage Books.

Said, Edward W. . (1993). *Culture and Imperialism*. Nova Iorque: Vintage books.

Salazar, António De Oliveira. (1935). *Discursos: 1928-1934*. Coimbra: Coimbra Editora.

Salazar, António De Oliveira. (1949). *O meu depoimento: discurso*. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação.

Salazar, António De Oliveira. (1966). *Antologia : discursos, entrevistas, artigos, teses, notas e relatórios: 1909-1966* (3ª Edição ed.). Lisboa: Coimbra Editora.

Salazar, António Oliveira. (1946). *Discursos e notas políticas (1935-1937)* (2ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

Salazar, António Oliveira. (1954). *Discursos, notas, relatórios, teses, artigos e entrevistas, 1909-1953*. Lisboa: Editorial Vanguarda.

Sanches, Manuela Ribeiro; Serrão, Adriana Veríssimo (Org.). (2002). *A invenção do "homem": raça, cultura e história na Alemanha do século XVIII*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Sandell, Richard. (1998). Museums as agents of social inclusion. *Museum Management and Curatorship, 17,* 401-418.

Sandell, Richard. (2000). The strategic significance of workforce diversity in museums. *International Journal of Heritage Studies, 6,* falta.

Sandell, Richard. (2003). Social inclusion, the museum and the dynamics of sectoral change. *museum and society, 1*(1), 45-62. Retirado de http://hdl.handle.net/2381/52

Sandell, R., Delin, A., Dodd, J., E Gay, J. (2005). Beggars, freaks and heroes? Museum collections and the hidden history of disability. *Museum Management and Curatorship, 20*, 5-19.

Sandell, Richard. (2006). *Museums, prejudice and reframing of difference*. Londres: Routledge.

Sandell, Richard (Ed.). (2002). *Museums, Society, Inequality*. Londres Routledge.

Sandell, Richard E Janes, Robert R. (Eds.). (2007). *Museum management and marketing*. Londres: Routledge.

Santos, A. C. Valdez Thomas Dos. (1945). *Angola coração do império*. Lisboa: Ministério das colónias.

Santos, Boaventura De Sousa. (2003). *Um discurso sobre as ciências* (14ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura De Sousa. (2004). *Do Pós-moderno ao Pós-colonial: e para além de um e outro*. Paper presented at the VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra.

Santos, Boaventura De Sousa. (2009). Portugal:Tales of Being and Not Being. *Portuguese Literary e Cultural Studies, 1*(45).

Santos Junior, Joaquim R. Dos (1940, 1940). [Museu Colonial].

Santos, Mariana. (2008). A escola e a ideologia colonial. Contribuição para a formação das nacionalidades africanas de expressão portuguesa. In Torgal, Luís Reis, Pimenta, Fernando Tavares E Sousa, Julião Soares (Coord) (Ed.), *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África* (pp. 49-58). Coimbra: Imprensa Universidade Coimbra.

Saussurre, Ferdinand. (1908). *Mélange de linguistic*. Paris: LA société d elinguistic de Paris - II.

Saussurre, Ferdinand (1995). *Course in general linguistics* (Bally, Charles and Sechehaye, Albert ed.). Londres: Duckworth.

Schiffrin, Deborah. (1994). *Approaches to Discourse: Language as Social Interaction*. Londres: Wiley-Blackwell

Schwanitz, Dietrich. (2007). *Cultura, tudo o que precisa saber* (8ª ed.). Lisboa: Publicações D. Quixote.

Scott, David. (1999). *Refashioning futures : criticism after postcoloniality*. Princeton: Princeton University Press.

Scott, David (2005). E.U.A Patent No. 0799-0537. Small Axe, a caribbean journal of criticism: Press, Duke University.

Scott, James. (1990). *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Heaven, Londres: Yale University Press.

Semedo, Alice. (2003). O panorâma profissional museológico português: algumas considerações. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e técnicas do Património, 2,* 165-181.

Semedo, Alice. (2004). Da invenção do museu público: tecnologias e contextos. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e técnicas do Património, III,* 129-136.

Semedo, Alice. (2005). *Museus, discursos e representações*. Porto: Edições Afrontamento.

Semedo, Alice. (2006). Museus: políticas de representação e zonas de contacto. *Boletim Rede Portuguesa de Museus, Dez. 2006*, 3-6.

Semedo, Alice. (2011). Cuestiones sobre democracia y otros hechizos: (Des)armonía en los museos. In Rico, Juan Carlos (Ed.), *Museos: del templo al laboratório* (pp. 267-284). Madrid: Silex Ediciones.

Serém, Maria Do Carmo. (2001). *A Porta do Meio - Exposição Colonial de 1934: Fotografias da Casa Alvão*. Porto: Centro Português de Fotografia.

Serrão, Joaquim Veríssimo. (2000). *Historia de Portugal* (2ª ed. Vol. XIII [1926-1935]). Lisboa: Verbo.

Shelton, Anthony. (1990). In the lair of the monkey: notes towards a post-modernist museography. In Pearce, Susan (Ed.), *Objects of Knowledge* (pp. 787-102). Londres: Athlone Press.

Shelton, Anthony (2001). *Collectors: expressions of self and other*. Londres: Horninam Museum and Gardens.

Shelton, Anthony. (2005). Curating African Worlds. In Peers, Laura E Brown, Alison K. (Ed.), *Museums and source communities: a Routledge reader* (pp. 181-193). Londres, Nova Iorque: Routledge.

Shelton, Anthony. (2006). Museum and museum display. In Tilley, Christopher; Keane, Webb and Others (Ed) (Ed.), *Handbook of Material Culture* (pp. 480-499). Londres: Sage Publications.

Shelton, Anthony. (2010). From Theory to Practice - Redrawing Museumscapes. In Geun Yong Lee, Suh Yeon Gim, Eun Jung Park, Sun Woo Nam (Ed.), Towards a Newer Silkroad - The Way to Hub of Asian Culture (pp. 25-30). ECC Lee San Bong Hall in Ewha Womans University; Seul: In Chon Yu.

Shelton, Anthony. (2011). De la antropología a la museología crítica y viceversa. *museo y territorio*(4), 30-41.

Sherman, Daniel J. (Ed.). (2008). *Museums and Difference*. Bloomington: Indiana University Press.

Sherman, Daniel J. E Rogoff, Irit. (2001). *Museum culture: histories, discourses, spectacles*. Minesota: University of Minesota Press.

Silva, Armando Coelho. (2002). A(s) Ciência(s) do Património: Notas para a fundamentação e enquadramento da conservação e restauro *. *Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património, 1*(1), 211-220.

Silva, M. C. (2006). *Nação e Estado : entre o global e o local"*. Porto: Edições Afrontamento.

Simpson, Moira G. (2001). *Making representations: museums in the post-colonial era*. Londres: Routledge.

Simpson, Moira G. (2007). Charting the boundaries: indigenous models and parallel practices in the development of the post-museum. In Knell, Simon; Macleod, Suzanne E Watson, Sheila (Ed.), *Museum revolutions: How museums change and are changed* (pp. 235-249). Londres: Routledge

Slemon, Stephen. (2003). The Scramble for Post-colonialism. In Ashcroft, B. ; Gareth, E Tiffin (Ed.), *The Post-colonial Studies Reader* (pp. 45-54). Nova Iorque: Routledge.

Smith, Rennie. (1931). The French Colonial Exhibition. *Journal of the Royal African Society, 30*(121), 410-414. Retirado de http://www.jstor.org/stable/717174

Sobral, José Manuel. (1995). Memória e identidades sociais — dados de um estudo de caso num espaço rural. *Análise Social, XXX,* 289-313.

Sontag, Susan. (2005). On photogrphy. In La Grange, A. (Ed.) (Ed.), *Basic Critical Theory for Photographers* (pp. 30-75). Oxford: Focal Press.

Spivak, Gayatri Chakravorty (1982). The Politics of Interpretations. *Critical Inquiry, 9*(1), 259-278. Retirado de http://links.jstor.org/sici?sici=0093-1896%28198209%299%3A1%3C259%3ATPOI%3E2.0.CO%3B2-H

Spivak, Gayatri Chakravorty. (1988). Can the Subaltern Speak? In Nelson, C. And Grossberg, L. (Ed.), *Marxism and the Interpretation of Culture* (pp. 271-316). Chicago: University of Illionois Press.

Spivak, Gayatri Chakravorty. (1999). *A Critique of Postcolonial Reason: toward a history of the vanishing present*. Cambridge, MA.: Harvard University Press.

Spivak, Gayatri Chakravorty. (2006). *In Other Worlds: essays in cultural politics*. Londres: Routledge.

Spivak, Gayatri Chakravorty E Harasym, Sarah (Ed.) (1990). *The post-colonial critic: interviews, strategies, dialogues*. Londres: Routledge.

Staszak, Jean-François. (2004). Primitivism and the other. History of art and cultural geography. *Geojournal, 60*(4), 353–364. Retirado de http://springerlink.com/content/q0245875230wn213/fulltext.pdf

Stocking Jr., George. W. (Ed.). (1985). *Objects and others: essays in museums and material culture*. Madison: University of Wisconsin Press.

Taffin, D, D'océanie, Musée National Des Arts D'afrique Et, & Pompidou, Centre Georges. (2000). *Du musée colonial au musée des cultures du monde*: Maisonneuve et Larose.

Tallack, Douglas. (1995). *Critical theory: a reader*. Nova Iorque: Harvester Wheatsheaf.

Tamen, Miguel. (2002). *Artigos portugueses*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Thelen, David. (2005). Learning community: lessons in co-creating the civic museum. In Corsane, Gerard (Ed.), *Heritage, Museums and Galleries: an introductory reader* (pp. 366-372). Londres: Routledge

Thiong'o, Ngugi Wa (1987). *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. Harare: Zimbabwe Publishing House.

Thompson, E. P. (1966). *The making of the English Working Class*. Nova Iorque: Vintage Books.

Thompson, John B. . (1984). *Studies in the Theory of Ideology*. Berkeley: University of California Press.

Thompson, John B. (1990). *Ideology and Modern Culture: critical social theory in the Era of Mass Communication*. Cambridge: Polity Press.

Thompson, John B. (1995). *Media and Modernity: A Social Theory of the Media*. Cambridge: Polity Press.

Thompson, John M. A. (Ed.). (1992). *Manual of curatorship: a guide to museum practice* (2ª ed.). Oxford.

Tilley, Christopher; Keane, Webb and Others (Ed). (2006). *Handbook of Material Culture* Londres: Sage Publications.

Tinhorão, José Ramos. (1988). *Os negros em Portugal: Uma presença silenciosa* (2ª ed.). Lisboa: Caminho.

Titiev, Mischa. (2002). *Introdução à antropologia cultural* (9ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Torga, Miguel. (1957). *Portugal* (2ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

Torgal, Luís Reis, Pimenta, Fernando Tavares E Sousa, Julião Soares (Coord). (2008). *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa Universidade Coimbra.

Torgal, Luís Reis. (2009). *Estados Novos Estado Novo: Ensaios de historia politica e cultural* (2ª ed.). Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.

Torgal, Luís Reis E Andrade, Luís Oliveira (Coord). (2003). Colonialismo, anticolonialismo e identidades nacionais. *Estudos do sec. XX, 3,* 3-435.

Torres, Adelino (1991). *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, imp.

Trouillot, Michel-Rolph. (1995). *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press.

Turner, J. C. (2005). Explaining the nature of power: A three-process theory. *European Journal of Social Psychology,* 1–22.

Tyson, Lois. (2006). *Critical theory today: a user-friendly guide* (2ª ed.). Nova Iorque: Routledge.

Udovicki-Selb, Danilo (1997). Le Corbusier and the Paris Exhibition of 1937: The Temps Nouveaux Pavilion. *The Journal of the Society of Architectural Historians, 56*(1), 42-63. Retirado de http://www.jstor.org/stable/991215

Vala, Jorge. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social, XXXII,* 7-29.

Vala, J. (Coord). (1999). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta.

Van Dijk, Teun. (1985). Introduction: Discourse Analysis in (Mass) Communication Research. In Van Dijk, T. A. (Ed.) (Ed.), *Discourse and Communication: new approaches to the*

analysis of mass media discourses and communication (pp. 1-9). Berlin: Walter de Gruyter and Co.

Van Dijk, Teun. (1997a). *Discource as Structure and Process: A multidisiplinary Introduction* (Vol. 1). Londres: Sage.

Van Dijk, Teun. (2001). Multidisciplinary CDA: a plea for diversity. In Wodak, Ruth & Meyer, Michael (Ed.) (Ed.), *Methods of Critical and Discourse Analysis*. Londres: Sage Publications.

Van Dijk, Teun (2002). Discourse and Racism. In Goldberg, David Theo & John Solomos (Ed.), *A Companion to Racial and Ethnic Studies* (pp. 145-160). Oxford e Nova Iorque: Blackwell.

Van Dijk, Teun (2003). Critical Discourse Analysis. In Schiffrin, Deborah; Tannen, Deborah & Hamilton, Heidi (Ed.) (Ed.), *Handbook of Discourse Analysis* (pp. 352-371). Oxford: Blackwell.

Van Dijk, Teun (2009). *Society and Discourse: How Social Contexts Influence Text and Talk.* Cambridge, Nova Iorque,: Cambridge University Press.

Van Dommelen, Peter. (2006). COLONIAL MATTERS: Material Culture and Postcolonial Theory in Colonial Situations. In Tilley, Christopher; Keane, Webb and Others (Ed) (Ed.), *Handbook of Material Culture* (pp. 104-124). Londres: Sage Publications.

Van Mensch, Peter. (1992). *Towards a methodology of museology.* PhD, University of Zagreb, Zagreb. Retirado de www.xs4all.nl

Vaquinhas, Irene. (2004). *As mulheres no mundo contemporâneo*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Vaquinhas, Irene. (2011). *"Senhoras e mulheres" na sociedade portuguesa do século XIX* (2ª ed.). Lisboa: Colibri.

Van Den Berghe, P. (1994). *The Quest for the Other: Ethnic Tourism in San Cristobal, Mexico*. Seattle: University of Washington Press.

Vergo, Peter. (1989). The New Museology. *The Burlington Magazine, Vol. 131, No. 1039 (Oct., 1989), p. 683, 131*(1039), 683-.

Vergo, Peter. (1993). *The new museology*. Londres: Reaktion Books.

Vogel, Susan (1991). Always true to the object, in our fashion. In Karp, Ivan E Lavine, Steven D. (1991) (Ed.), *Exhibiting cultures: the poetics and politics of Museum Display* (pp. 191-211). Washington: Smithsonian Institution Press.

Wakeham, Pauline. (2008). Performing Reconciliation at the National Museum of the American Indian: Postcolonial Rapprochement and the Politics of Historical Closure. In Lonetree, Amy E Cobb, Amanda J. (Ed.), *The National Museum of the American Indian: Critical Conversations* (pp. 353-383). Lincoln, Londres: University of Nebraska Press.

Walsh, Kevin. (1992). *The representation of the past: museums and heritage in the post-modern world*. Londres: Routledge

Watson, Sheila. (Ed.). (2007). *Museums and their communities*. Londres: Routledge.

Weber, Max. (2001). *As metodologias das ciências sociais* (4ª ed.). São Paulo: Cortez editora.

Weil, S. (2002). *Making museums matter*. Washington D.C: Smithsonian Institution Press.

Weil, S. . (2004). Rethinking the Museum: An Emerging New Paradigm. In Anderson, Gail (Ed) (Ed.), *Reinventing the Museum: Historical and Contemporary Perspectives on the Paradigm Shift* (pp. 74-79). Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.

Weil, Stephen E. (1995). *A cabinet of curiosities: inquiries into museums and their prospects*. Washington: Smithsonian Institution Press.

Wieviorka, Michel. (1995). *The arena of racism*. Londres: Thousand Oaks.

Wieviorka, Michel. (2002). *A diferença*. Lisboa: Fenda edições.

Witcomb, Andrea. (2003). *Re-Imagining the Museum: Beyond the Mausoleum*. Londres: Routledge.

Wodak, R. (2001a). What CDA is about: A summary of its history, important concepts and its developments. In Wodak, R & M. Meyer (Ed.) (Ed.), *Methods of critical discourse analysis* (pp. 1-13). Londres: Sage.

Wodak, R. (2001b). The discourse-historical approach. In Wodak, R & M. Meyer (Ed.) (Ed.), *Methods of critical discourse analysis* (pp. 95-120). Londres: Sage.

Wodak, Ruth. (2007). Language and Ideology — Language in Ideology. *Journal of Language and Politics, 6,* 1-5.

Wodak, Ruth E Meyer, Michael (Ed.). (2001). *Methods of Critical and Discourse Analysis*. Londres: Sage Publications.

Young, Linda. (1997). Museums, heritage, and things that fall in-between. *International Journal of Heritage Studies, 3*(1), 7-16. Retirado de http://dx.doi.org/10.1080/13527259708722183

Young, Linda. (1999). Globalisation, culture and museums: A review of theory. *International Journal of Heritage Studies, 5*(1), 6-15. Retirado de http://dx.doi.org/10.1080/13527259908722242

Young, Robert. (2005). *Colonial Desire: Hybridity in Theory, Culture and Race*. Londres, Nova Iorque: Routledge.

Young, Robert. (2006). The cultural politics of hybridity. In Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth E Tiffin, Helen (Ed) (Ed.), *The post-colonial studies reader* (pp. 158-162). Londres: Routledge.

Young, Robert J. C. (2001). *Postcolonialism : an historical introduction*. Malden, Oxford, Vitoria: Blackwell Publishing.

Young, Robert J. C. (2004). *White Mythologies* (2nd ed.). Londres, Nova Iorque: Routledge.

Londres: Verso.

Žižek, Slavoj. (1994). *Mapping Ideology*. Londres, Nova Iorque: Verso.

Žižek, Slavoj. . (2008). *The Sublime Object of ideology*. Londres, Nova Iorque: Verso.

ANEXOS

ANEXO 1: Programa da Exposição Nacional Industrial, realizada em 1896

ANEXO 2: Estatuto dos Indígenas Portugueses, rectificado pelo Decreto-Lei n.º 39.666 de 1955

ANEXO 3: Planta Geral da Primeira Exposição Colonial do Porto

ANEXO 4: Regulamento Geral da Primeira Exposição Colonial

Portuguesa, do qual faz parte o decreto que a institui e toda a classificação técnica e respectivas secções.

ANEXO 5: Ações programadas da Agência Geral das Colónias, para os anos de 1933-1934

ANEXO 6: Álbum fotográfico da Primeira Exposição Colonial Portuguesa com 101 clichés fotográficos da Autoria de Domingos Alvão

ANEXO 7: Mapa "Portugal não é um país pequeno" editado para a Primeira Exposição Colonial Portuguesa

ANEXO 8: Mapa da Exposição Mundo Português e informações diversas da inauguração

ANEXO 9: Maquetas dos Pavilhões Coloniais da Exposição Mundo Português

ANEXO 10: Grupo de onze Fotografias de Domingos Alvão sobre a Secção Colonial da Exposição Mundo Português

ANEXO 11: Grupo de cinco fotografias de Eduardo Portugal sobre a Secção Colonial da Exposição Mundo Português

ANEXO 12: Grupo de dezoito Fotografias do Jornal "O Século" sobre a Secção Colonial da Exposição Mundo Português

ANEXO 1: Programa da Exposição Nacional Industrial, realizada em 1896

QUARTO CENTENARIO DA INDIA

EXPOSIÇÃO

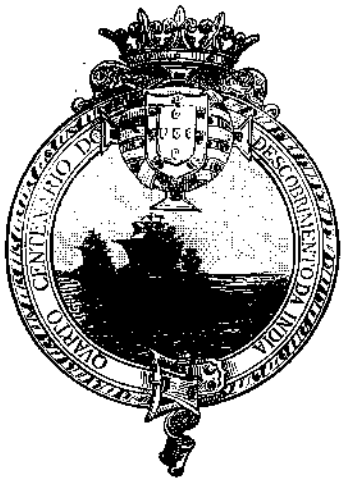
NACIONAL INDUSTRIAL

n.º 17

PROGRAMMA

ELABORADO PELA

SECÇÃO DE INDUSTRIA DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA





N.13.112

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1896

PROGRAMMA

1.º

A exposição industrial de Lisboa, em 1897, será aberta no dia 1 de junho de 1897 e encerrar-se-ha no dia 31 de agosto do mesmo anno.

2.º

Todos os productos expostos serão distribuidos em 54 classes, a saber:

1.ª classe. Pintura a oleo e esculptura.
2.ª » Pinturas diversas e desenhos artisticos.
3.ª » Gravura e desenhos lithographicos.
4.ª » Material processos e productos da photographia.
5.ª » Ourivesaria, joalheria e obras de arte em metal.
6.ª » Imprensa periodica.
7.ª » Industrias graphicas, incluindo a fabricação de typo e a encadernação.
8.ª » Material, methodos e processos de ensino primario, secundario, superior e technico.
9.ª » Material, methodos e processos usados para o desenvolvimento dos estudos geographicos, topographicos e estatisticos.
10.ª » Material, methodos e processos usados em estabelecimentos de beneficencia.
11.ª » Instrumentos de precisão e relojoaria.
12.ª » Instrumentos de musica.
13.ª » Ceramica.
14.ª » Esmaltes, crystaes e vidraria.
15.ª » Tapeçaria, arte de decoração.
16.ª » Papel pintado.
17.ª » Mobilia.
18.ª » Artigos de viagem.

19.ª classe. Quinquilherias, escovas, pinceis e palitos.
20.ª » Materias primas, material, processos e obras de torneiro e penticiro.
21.ª » Material, processos e productos das artes chimicas e pharmaceuticas.
22.ª » Material e processos de cortumes: couros e pelles.
23.ª » Instrumentos e productos de caça e de pesca.
24.ª » Material, processos e productos da exploração de minas; aguas mineraes.
25.ª » Serralheria civil, latoaria, pregaria e obras de metal não especificadas.
26.ª » Serralheria mechanica, fundição de ferro e outros metaes, machinas, ferramentas, apparelhos industriaes e agricolas e geradores de vapor.
27.ª » Machinas e apparelhos electricos. Applicações da electricidade.
28.ª » Carros, carruagens e velocipedes.
29.ª » Sellaria e outras obras em couro.
30.ª » Material e processos de trabalho de obras publicas e engenheria civil em geral.
31.ª » Material, processos e apparelhos applicaveis ao saneamento das povoações e das casas.
32.ª » Plantas e alçados de edificações e trabalhos architectonicos.
33.ª » Apparelhos de aquecimento e de illuminação.
34.ª » Material, processos e productos para inflammar e communicar fogo.
35.ª » Material, processos e apparelhos para extincção de incendios e salvação de pessoas.
36.ª » Materias primas, processos e productos da perfumaria, olearia, saboaria e estearinaria e similares.
37.ª » Materias primas, material, processos e productos da fabricação de tabacos.
38.ª » Material e processos de construcção naval, de navegação e de salvação de naufragos.
39.ª » Material e processos da arte militar.
40.ª » Obras do espingardeiro e do cutileiro.
41.ª » Materias primas, material, processos e productos de fiação e tecelagem de algodão.
42.ª » Materias primas, material, processos e productos de fiação e tecelagem de linho, canhamo, juta e outras materias textis vegetaes.

43.ª classe. Materias primas, material, processos e productos de fiação e tecelagem de lã e crina.
44.ª » Materias primas, material, processos e productos de fiação e tecelagem de seda.
45.ª » Branqueio, tinturaria e estamparia de fios e tecidos.
46.ª » Rendas, bordados, passamaneria e obras em cabello.
47.ª » Artigos de malha e roupas brancas.
48.ª » Obras de modista, alfaiate, pelleiro, chapelleiro, sapateiro e luveiro.
49.ª » Tanoaria, caixotaria e trabalhos não especificados.
50.ª » Obras de palha, vime, esparto e productos analogos.
51.ª » Material, processos e productos de industria corticeira.
52.ª » Materias primas, material, processos e productos da fabricação de papel.
53.ª » Productos alimentares.
54.ª » Processos, productos e inventos que não são ainda objecto de industria organisada.

3.º

Haverá as seguintes recompensas, que serão conferidas, por jurys especialmente nomeados para esse fim, aos expositores cujos productos expostos forem julgados dignos d'ellas:

a) Menção honrosa;
b) Medalha de bronze;
c) Medalha de prata;
d) Medalha de oiro;
e) Medalha de merito relevante.

4.º

Haverá um jury para cada classe, composto de um presidente, um secretario e um ou mais vogaes.

5.º

Não serão sujeitos a julgamento os objectos expostos, quando no respectivo jury entrar o expositor, ou algum seu representante, e n'este caso collocar-se-ha junto ao objecto um letreiro dizendo: *fóra de concurso por ser membro do jury*.

§ unico. Consideram-se representantes do expositor todos os socios da mesma firma commercial, ainda que sejam commanditarios, os directores da mesma sociedade anonyma, os empregados da casa, firma, sociedade ou companhia que expozer.

6.º

Das deliberações dos jurys de classe haverá recurso para o jury supremo, constituido pelos presidentes de todos os jurys de classe, sendo escolhido por eleição o presidente e o secretario d'este jury.

7.º

Os que pretenderem expor deverão enviar á direcção da exposição, até ao dia 30 de março, uma guia de expositor, cujo modelo lhes será fornecido gratuitamente, na qual estarão indicados o nome e residencia dos expositores e dos productores, a designação dos objectos que quizerem expor, o valor e quantidade da producção annual, o numero medio de operarios que empregam, o capital immobilisado em machinas e edificios, se já concorreram a outras exposições e se alcançaram premios n'esses concursos. N'essa mesma guia marcarão o numero de metros quadrados de que carecem para as suas installações, se estas devem ser feitas em estrados, prateleiras ou armarios, ou se os objectos ficarão pendurados, ou suspensos nas paredes ou no tecto.

8.º

A direcção da exposição reserva-se o direito de acceder completamente ao pedido, restringil-o e até negal-o, conforme o espaço de que podér dispor, ou a natureza dos objectos que se quizer expor.

§ unico. Serão recusados todos os objectos explosivos, e inflammaveis espontaneamente.

9.º

O espaço para as installações é concedido gratuitamente.

10.º

O encargo da installação pertence ao expositor, devendo qualquer projecto de installação ser submettido á approvação da direcção da exposição.

11.º

A limpeza e conservação dos objectos fica a cargo do expositor e bem assim o risco de incendio.

12.º

A direcção da exposição fará annunciar opportunamente todas as facilidades que podér obter, tanto do estado como das companhias de caminhos de ferro e navegação, para o transito de mercadorias destinadas á exposição, e bem assim para os expositores e quaesquer pessoas que pretendam visitar a exposição.

13.º

Tambem se regularão especialmente os preços de bilhetes de entrada na exposição, bilhetes simples, bilhetes permanentes e de assignatura por series, se se julgar conveniente havel-os.

14.º

Igualmente se regularão as festas e espectaculos, que se houverem de realisar no recinto destinado para a exposição.

15.º

Os trabalhos de catalogação dos productos começarão logo que se recebam as guias dos expositores, as quaes serão conferidas com os productos á medida que forem entrando no recinto da exposição e se forem collocando nas respectivas installações, procedendo-se com a possivel celeridade a estes trabalhos, de modo que o catalogo possa estar concluido a tempo de ser util aos visitantes da exposição.

ANEXO 2: Estatuto dos Indígenas Portugueses, rectificado pelo Decreto-Lei n.º 39.666 de 1955

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Estatuto

dos

Indígenas Portugueses

das

Províncias da Guiné, Angola e Moçambique

Promulgado por Decreto-Lei n.º 39 666, de 20 de Maio de 1954

Portaria n.º 15 612, de 21 de Novembro de 1955, esclarecendo algumas disposições do Decreto-Lei n.º 39 666

1 500 — — IMPRENSA NACIONAL DE ANGOLA — — 1960

Ministério do Ultramar

Decreto-Lei n.º 39 666

A Lei Orgânica do Ultramar (Lei n.º 2066, de 27 de Julho de 1953) contém vários preceitos relativos a populações indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Além das bases componentes da secção especialmente epigrafada «Das populações indígenas», encontram-se nomeadamente, o n.º V da base LXV, sobre o julgamento das questões gentílicas, e o n.º II da base LXIX, sobre a extensão dos sistemas penal e penitenciário.

A regulamentação dos princípios gerais contidos nestas bases exige que sejam alterados alguns dos preceitos dos chamados «Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas» e «Diploma Orgânico das Relações de Direito Privado entre Indígenas e não Indígenas» (Decretos n.ºs 16 473 e 16 474, de 6 de Fevereiro de 1929), que, por outro lado, haveria já anteriormente conveniência em modificar e aditar em parte, a fim de uniformizar procedimentos, extinguir regimes locais inadequados e alargar o âmbito das reformas.

Com efeito, em leis gerais de carácter fundamental, como o Acto Colonial, a Carta Orgânica do Império Colonial Português e a própria Constituição Política, algumas das regras contidas no estatuto e no diploma orgânico foram gradualmente aperfeiçoadas, ao mesmo tempo que outros diplomas—como o Decreto n.º 35 461, de 22 de Janeiro de 1946, sobre o casamento — enunciavam preceitos que bem caberiam no estatuto.

Acresce que certas matérias importantes, entre as quais a aquisição da cidadania por antigos indígenas, eram reguladas apenas em textos locais, falhos de homogeneidade.

O presente decreto aplica os princípios fundamentais, hoje consignados na Constituição Política e na Lei Orgânica, e desenvolve-os, na extensão compatível com a sua natureza, devendo seguir-se-lhe outros diplomas que especialmente se ocupem de certos aspectos que exigem regulamentação pormenorizada.

Deseja-se acentuar ter havido agora a preocupação de, sem enfraquecer a protecção legal dispensada ao indígena, considerar situações especiais em que ele pode encontrar-se no caminho da civilização, para que o Estado tem o dever de o impedir.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I

Dos indígenas portugueses e do seu estatuto

Artigo 1.º Gozam de estatuto especial, de harmonia com a Constituição Política, a Lei Orgânica do Ultramar e o presente diploma, os indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique.

§ único. O estatuto do indígena português é pessoal, devendo ser respeitado em qualquer parte do território português onde se ache o indivíduo que dele goze.

Art. 2.º Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.

§ único. Consideram-se igualmente indígenas os indivíduos nascidos de pai e mãe indígena em local estranho àquelas províncias, para onde os pais se tenham temporàriamente deslocado.

Art. 3.º Salvo quando a lei dispuser doutra maneira, os indígenas regem-se pelos usos e costumes próprios das respectivas sociedades.

§ 1.º A contemporização com os usos e costumes indígenas é limitada pela moral, pelos ditames da humanidade e pelos interesses superiores do livre exercício da soberania portuguesa.

§ 2.º Ao aplicarem os usos e costumes indígenas as autoridades procurarão, sempre que possível, harmonizá-los com os princípios fundamentais do direito público e privado português, buscando promover a evolução cautelosa das instituições nativas no sentido indicado por esses princípios.

§ 3.º A medida de aplicação dos usos e costumes indígenas será regulada tendo em conta o grau de evolução, as qualidades morais, a aptidão profissional do indígena e o afastamento ou integração deste na sociedade tribal.

Art. 4.º O Estado promoverá por todos os meios o melhoramento das condições materiais e morais da vida dos indígenas, o desenvolvimento das suas aptidões e faculdades naturais e, de maneira geral, a sua educação pelo ensino e pelo trabalho para a transformação dos seus usos e costumes primitivos, valorização da sua actividade e integração activa na comunidade, mediante acesso à cidadania.

Art. 5.º O Estado prestará a assistência necessária ao melhoramento da sanidade das populações e seu crescimento demográfico, e bem assim à introdução de novas técnicas de produção na economia das sociedades nativas.

Art. 6.º O ensino que for especialmente destinado aos indígenas deve visar aos fins gerais de educação moral, cívica, intelectual e física, estabelecidos nas

leis e também à aquisição de hábitos e aptidões de trabalho, de harmonia com os sexos, as condições sociais e as conveniências das economias regionais.

§ 1.º O ensino a que este artigo se refere procurará sempre difundir a língua portuguesa, mas, como instrumento dele, poderá ser autorizado o emprego de idiomas nativos.

§ 2.º Aos indígenas habilitados com o ensino de adaptação ou que mostrem, pela forma que a lei previr, desnecessidade dele, é garantida a admissão ao ensino público, nos termos aplicáveis aos outros portugueses.

CAPÍTULO II

Da situação jurídica dos indígenas

SECÇÃO I

Da organização política

Art. 7.º As instituições de natureza política tradicionais dos indígenas são transitòriamente mantidas e conjugam-se com as instituições administrativas do Estado Português pela forma declarada na lei.

Art. 8.º Os agregados políticos tradicionais são genèricamente considerados regedorias indígenas, consentindo-se embora a designação estabelecida pelo uso regional (sobado, regulado, reino, etc.).

§ único. Quando a sua extensão o justifique as regedorias podem ser divididas em grupos de povoações e em povoações.

Art. 9.º A cada regedoria pertencem todos os indígenas que no seu território habitam permanentemente. Os que nele apenas residam transitòriamente, ainda que por efeito de contrato de trabalho, só para efeitos de polícia dependem das autoridades gentílicas locais.

§ único. A mudança de residência de um indígena de uma para outra regedoria, dentro da mesma circunscrição, depende de autorização da entidade administrativa local; a mudança para regedoria situada noutra circunscrição depende de autorização dos administradores interessados.

Art. 10.º Em cada regedoria indígena exerce autoridade sobre as populações gentílicas um regedor indígena. Em cada grupo de povoações ou povoação será essa autoridade confiada a um chefe de grupo de povoações ou de povoação.

§ 1.º O exercício das funções de autoridade gentílica é normalmente remunerado.

§ 2.º Os regedores e chefes de grupo de povoações ou de povoação desempenham as funções atribuídas pelo uso local, com as limitações estabelecidas neste diploma. A obediência que as populações lhes devem é a resultante da tradição e será mantida enquanto respeitar os princípios e interesses da administração, a contento do Governo.

Art. 11.º Os regedores são eleitos ou de sucessão directa ou colateral, conforme os usos e costumes locais.

§ único. A investidura dos regedores que a eleição ou a sucessão designarem fica dependente de homologação pelo Governador da província ou do distrito, que podem igualmente destituí-los quando não desempenhem convenientemente as funções do cargo.

Art. 12.º Os chefes de grupos de povoações e os chefes de povoação serão escolhidos, conforme os usos, pelos regedores, com aprovação das entidades administrativas locais.

Art. 13.º As mulheres podem ser investidas no cargo de chefe de povoação quando esta for formada por uma só família e se derem as hipóteses de ausência temporária do chefe ou da menoridade deste, seu tutor, ou quando essa for a tradição local.

Art. 14.º As populações não podem depor os chefes gentílicos investidos em exercício de funções por autoridade administrativa, nem reintegrar quem delas legìtimamente tenha sido destituído.

Art. 15.º Os chefes gentílicos têm os privilégios que os usos e costumes indígenas lhes conferirem, podendo ser-lhes recusados aqueles cujo exercício se mostre inconveniente ou imoral.

Art. 16.º Junto de cada regedor poderá haver um conselho de sua escolha, formado pelos indígenas de maior responsabilidade da regedoria ou povoação, tendo por dever auxiliar o chefe no exercício das suas funções.

§ 1.º Os regedores deverão apresentar à autoridade administrativa os indígenas que fizerem parte do conselho referido no presente artigo e não poderão substituí-los sem conhecimento dela.

§ 2.º Os indígenas que façam parte do conselho terão a designação que, por uso antigo, lhes pertencer e os regedores poderão confiar-lhes a direcção de determinados negócios indígenas.

Art. 17.º É proibido aos chefes gentílicos, sob pena de prisão ou de trabalhos públicos de quinze dias a dez meses, aplicada nos termos da lei:

1.º Cobrar impostos em seu proveito;

2.º Aplicar multas;

3.º Servir-se do nome da autoridade administrativa ou dos seus delegados, sem seu prévio conhecimento para consecução de qualquer fim;

4.º Sair da área da sua circunscrição sem prévia licença da autoridade administrativa competente;

5.º Opor resistência ao cumprimento das ordens das autoridades administrativas ou incitar a ela;

6.º Proteger ou deixar de reprimir o fabrico ou a venda ilegal de bebidas alcoólicas ou tóxicas ou outros actos imorais e criminosos;

7.º Manter encarcerado algum indígena, sem dar imediato conhecimento à autoridade administrativa.

Art. 18.º Os chefes de grupos de povoações ou de povoação estão directamente subordinados às regedorias indígenas; estes ficam na dependência do administrador da circunscrição.

§ único. As ordens e instruções serão transmitidas às autoridades gentílicas, quer directamente pelo administrador, quer pelos chefes dos postos administrativos em cuja área residirem.

Art. 19.º As autoridades administrativas exercerão as suas atribuições legais relativamente aos indígenas que vivam em regime tribal com a coadjuvação dos chefes dos agregados políticos formados segundo os usos tradicionais.

Art. 20.º Os chefes gentílicos procurarão desempenhar-se das funções que lhes incumbem, respeitando, quanto possível, os usos, costumes ou tradições permitidos pelo artigo 3.º e seus parágrafos deste diploma; à autoridade administrativa cumpre dirigi-los por forma a, com reconhecimento público, integrar a sua acção na obra civilizadora.

Art. 21.º As autoridades administrativas exercerão por si só jurisdição e política sobre os indígenas que deixarem de estar integrados nas organizações políticas tradicionais.

Art. 22.º Quando se tenham formado aglomerados populacionais constituídos exclusivamente por indígenas nas condições do artigo anterior, poderão as autoridades administrativas nomear, de entre os habitantes, regedores administrativos a cabos de ordem aos que serão atribuídas funções policiais e de auxiliares da administração civil.

§ único. A competência destes auxiliares e as demais regras necessárias à administração dos referidos aglomerados populacionais serão estabelecidas em diploma especial.

Art. 28.º Não são concedidos aos indígenas direitos políticos em relação a instituições não indígenas.

§ único. Os indígenas terão representantes, escolhidos pela forma legal, nos conselhos legislativos ou de Governo de cada província.

Art. 24.º Os indígenas têm os direitos de petição e de reclamação, que podem ser exercidos em todos os graus de hierarquia administrativa e, em especial, perante os curadores dos indígenas e os inspectores administrativos.

§ único. Constitui infracção disciplinar dos funcionários ultramarinos a tentativa de obstáculos ou de represália relativamente ao exercício pelos indígenas do direito conferido no corpo do artigo.

SECÇÃO II

Dos crimes e das penas

Art. 25.º Na falta de leis especialmente destinadas aos indígenas serão aplicáveis as leis penais comuns.

§ único. O juiz apreciará sempre as condutas e cominará as penas, considerando a influência que sobre o delinquente e os actos deste exercerem as circunstâncias da vida social dos indígenas.

Art. 26.º As penas de prisão podem ser substituídas por trabalho obrigatório.

§ único (transitório). Enquanto não for publicado o novo sistema penitenciário ultramarino, continuam em vigor os parágrafos do artigo 13.º do Decreto n.º 16 473, de 6 de Fevereiro de 1929.

SECÇÃO III

Das relações de natureza privada

SUBSECÇÃO I

Da opção pela lei comum e dos factos que importam a aplicação desta

Art. 27.º É permitido aos indígenas optar pela lei comum em matéria de relações de família, sucessões, comércio e propriedade imobiliária.

§ único. A opção pode ser requerida pelo interessado ou aceite pelo juiz com limitação a algumas das espécies de relações indicadas no corpo do artigo.

Art. 28.º A opção será feita perante o juiz municipal da residência do interessado, e só deverá ser aceite depois de o juiz se ter certificado, pela abonação de dois cidadãos idóneos e outras diligências que julgue necessárias, de que o requerente adoptou, com carácter definitivo, a conduta perssuposta para a aplicação dessas leis.

§ único. Da aceitação da opção será lavrado termo de que serão passadas as cópias autênticas pedidas.

Art. 29.º Poderá ser determinado por diploma legislativo que nos aglomerados referidos no artigo 22.º deste diploma as relações comerciais entre os seus habitantes ou entre estes e não indígenas sejam exclusivamente reguladas pela lei comum e pelos usos correntes do comércio.

Art. 30.º Os indígenas baptizados podem celebrar o casamento nos termos das leis canónicas perante os ministros da Igreja Católica, desde que reunam as condições exigidas pela lei civil.

§ 1.º A mulher indígena é livre na escolha do marido, não sendo reconhecidos quaisquer costumes que se oponham a essa liberdade ou segundo os quais a mulher ou os filhos devam considerar pertença de parentes do marido ou pai quando este falecer.

§ 2.º O casamento celebrado entre indígenas nos termos das leis canónicas produzirá na ordem civil todos os efeitos de natureza pessoal respeitantes quer ao cônjuge, quer aos filhos, mas só esses, pelo mero facto de na delegacia do registo civil ser lavrado o respectivo assento, que substituirá a transcrição.

§ 3.º A celebração do matrimónio segundo o rito católico e de acordo com as leis canónicas, mesmo com dispensa do impedimento da religião mista ou de disparidade de culto, importará a renúncia por parte de ambos os nubentes à poligamia e aos usos e costumes contrários ao casamento canónico.

Art. 31.º O direito de propriedade sobre coisas móveis é reconhecido e protegido, nos termos gerais de direito.

ANEXO 3: Planta Geral da Primeira Exposição Colonial do Porto


PLANTA GERAL
DA 1ª EXP. COLONIAL PORTUGUÊSA
PORTO 1934
ACAMPAMENTO DOS ESCOTEIROS
RUA DO FOGO
ALAMEDA DO CONGO
RUA DE TETE
FAROL DA GUIA
MISSÃO RELIGIOSA
SÉCULO
RUA DE SÁ DA BANDEIRA
RUA DE LUANDA
RUA DE TIMOR
CALÇADA DO SUCENTE
CABO VERDE
COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE
TIMOR
GUINÉ
AVENIDA LOURENÇO MARQUES
RUA DA BEIRA
RUA MOSSAMEDES
CIRCUNSCRIÇÃO CIVIL
ALDEIA DE MOÇAMBIQUE
LARGO DE S. TOMÉ
PALÁCIO DAS COLÓNIAS
(SECÇÃO OFICIAL)
EXPOSITORES DA METRÓPOLE
EXPOSITORES DAS COLÓNIAS
ESTAÇÃO SUPERIOR DO CABO AÉREO
AVENIDA DA INDIA
AVENIDA DAS COLÓNIAS
AQUARTELAMENTO DA COMPANHIA INDÍGENA DE MOÇAMBIQUE
AV.DA MOÇAMBIQUE
PARQUE ZOOLÓGICO
DIVERSÕES
LUNA PARQUE
AV.DA MOÇAMBIQUE
AV.DA ANGOLA
PRAÇA DO IMPÉRIO
MOÇAMBIQUE
TIMOR
ESTAÇÃO DE C.ª DE FERRO
ARCO DOS VICE-REIS DA ÍNDIA
RUA DO PRÍNCIPE
PAVILHÃO DE ETNOGRAFIA
ENTRADA PARA O PÚBLICO
BILHETES DE IDENTIDADE
SAÍDA
RUA DA PRAIA
CONSELHO NACIONAL TURISMO
CINEMA-I-PALCO DA FESTA
LUNA PARQUE
RUA DE MACAU
QUISSANGE
RESTAURANTE AO AR LIVRE
ENTRADA PARA MATERIAIS
RUA DE GUINÉ
RUA DE BISSAU
RUA DE NOVA LISBOA
RUA DA GUINÉ
ESTRADA ANGOLANA
ANGOLA
ESCADAS NOVA GOA
RUA DE LOBITO
RUA DE MACAU
RUA DE INHAMBANE
MACAU

ANEXO 4: Regulamento Geral da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, do qual faz parte o decreto que a institui e toda a classificação técnica e respectivas secções.

PRIMEIRA EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

Sob o patrocínio do Govêrno Português

PÔRTO

1934



OBJECTIVOS — ORGANIZAÇÃO
DISPOSIÇÕES OFICIAIS
REGULAMENTO GERAL

ESCRITÓRIOS

PÔRTO (Séde)

PALÁCIO DE CRISTAL

Rua do Triunfo

LISBOA

AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Rua da Prata, 34-1.º

Executado nas Oficinas Gráficas
da Sociedade de Papelaria, L.da
Rua da Boavista, 321—Pôrto. 1933

ÍNDICE

Comissão de Honra e Patronato 5
Comissões Organizadora, Executiva e Director . . 6
Plano da Exposição 7
Planta do recinto da Exposição 11
Decreto N.º 22.987 13

REGULAMENTO GERAL:

Cap.º I — Disposições gerais 17
Cap.º II — Serviços internos 20
Cap.º III — Expositores 24
Cap.º IV — Juris e Recompensas . . . 29

Sumário dos Grupos 35
Desenvolvimento por Classes 37
Modêlo oficial de inscrição provisória 49

Comissão de Honra e Patronato

Presidente de Honra — *S. Ex.ª o Senhor Presidente da República*
Vice-Presidentes de Honra — *S. Ex.ª o Senhor Presidente do Ministério*
" " " — *S. Ex.ª o Senhor Ministro das Colónias*
" " " — *S. Ex.ª o Senhor Ministro da Guerra*
" " " — *S. Ex.ª o Senhor Ministro da Marinha*
Vogais de Honra — *S. Ex.ª o Senhor Ministro das Finanças*
" " " — *S. Ex.ª o Senhor Ministro do Interior*
" " " — *S. Ex.ª o Senhor Ministro da Justiça*
" " " — *S. Ex.ª o Senhor Ministro dos Estrangeiros*
" " " — *S. Ex.ª o Senhor Ministro das Obras Públicas*
" " " — *S. Ex.ª o Senhor Ministro da Instrução*
" " " — *S. Ex.ª o Senhor Ministro do Comércio*
" " " — *S. Ex.ª o Senhor Ministro da Agricultura*

" " " — *Governador de Cabo Verde*
" " " — *Governador da Guiné Portuguesa*
" " " — *Governador de S. Tomé e Principe*
" " " — *Governador Geral de Angola*
" " " — *Governador Geral de Moçambique*
" " " — *Governador Geral da Índia*
" " " — *Governador de Macau*
" " " — *Governador de Timor*

" " " — *Governador da Companhia de Moçambique*
" " " — *Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa*
" " " — *Presidente do Centro Colonial de Lisboa*
" " " — *Procurador das Missões Religiosas do Ultramar*

" " " — *Presidente do Conselho Superior das Colónias*
" " " — *Director da Comissão de Cartografia*
" " " — *Director Geral Militar do Ministério das Colónias*
" " " — *Director do Jardim Colonial*
" " " — *Director do Museu Colonial*
" " " — *Director do Arquivo Histórico Colonial*
" " " — *Director da Escola de Medicina Tropical*
" " " — *Director da Escola Superior Colonial*
" " " — *Director do Museu de Arte Antiga*
" " " — *Director do Museu de Artilharia*

Vogais de Honra — *Governador do Banco Nacional Ultramarino*
" " " — *Governador do Banco de Angola*
" " " — *Presidente da Câmara Municipal do Pôrto*
" " " — *Comandante da 1.ª Região Militar*
" " " — *Sua Ex.ª Rev.ma o Snr. Bispo do Pôrto*
" " " — *Reitor da Universidade de Coimbra*
" " " — *Reitor da Universidade de Lisboa*
" " " — *Reitor da Universidade do Pôrto*
" " " — *Presidente da Associação dos Jornalistas do Pôrto*
" " " — *Presidente do Sindicato dos Profis. da Imprensa de Lisboa*
" " " — *Presidente do Ateneu Comercial do Pôrto*
" " " — *Presidente do Clube Fenianos Portuense*

Comissão organizadora

Presidente da Associação Comercial do Pôrto, António de Oliveira Cálem (Presidente).
Agente Geral das Colonias, Tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre.
Director das Feiras de Amostras Coloniais, Tenente Henrique Carlos Malta Galvão.
Presidente da Associação Industrial Portuense, Engenheiro Francisco Xavier Esteves.
Presidente do Centro Com. do Pôrto, António F. Domingues de Freitas (Secretário Geral).
Director da Liga Agrária do Norte, José da Fonseca Menéres.
Presidente da Associação dos Comerciantes do Pôrto, Raúl de Sousa Ferreira.
Chefe da Divisão de Propaganda da Agência Geral das Colonias, João Mimoso Moreira.
Representantes do Movimento «Pró-Colónias», Ricardo Spratley (Tesoureiro) e Domingos Gonçalves de Sá Junior.
Representantes da «Sociedade Anonima da Exposição Colonial Nacional», Manuel Caetano de Oliveira e Jorge Viterbo Ferreira.

Comissão Executiva

Tenente-coronel Julio Garcez de Lencastre (Presidente).
Tenente Henrique Galvão.
Ricardo Spratley.
Antonio F. Domingues de Freitas.
João Mimoso Moreira.

Director Técnico

Tenente Henrique Galvão.

O QUE SERÁ

A 1.ª EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

Apesar do esforço de propaganda realizado nos últimos anos, as colónias são ainda ignoradas pela maioria dos habitantes dêste povo colonizador e Mestre de colonizadores.

Os resultados alcançados até hoje pela propaganda criaram, possìvelmente, um sentimento colonial, mas não esboçaram sequer o pensamento colonial que um povo, cinco vezes centenário como colonizador, precisa de constituir e utilizar para que o todo imperial a que pertence tenha, além do valor sentimental, um valor prático, eficiente e reconhecido.

Há ainda muita gente que pregunta: «para que nos servem as colónias?» — e que na Razão ainda não encontrou, como encontra no Sentimento, as poderosas razões que a levem a ter sôbre as colónias uma ideia utilitária.

Não se tem ensinado ao povo o que são as colónias; não se lhe tem dito que êsses territórios imensos, secularmente portugueses, conquistados, desbravados e valorizados por portugueses, não custam hoje à Metrópole um centavo e lhe rendem, em benefícios de tôda a ordem, moral e materialmente, enormes vantagens; não se lhe tem provado, embora a tarefa fôsse simples, que estão nas colónias a esperança da nossa grandeza e o motivo mais forte da nossa existência como povo independente na Europa.

A 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, que no Pôrto se vai realizar de Junho a Setembro do próximo ano de 1934, pretende ser a lição de colonialismo que ainda não foi dada ao povo português — lição que procurará rigorosamente apresentar expressões, não só de ordem moral, política e espíritual, mas também de ordem económica. Não podem amar-se as Colónias sem se conhecerem e não se podem conhecer através de simples palavras quentes ou duma catequese sentimental.

Na impossibilidade de levar todos os portugueses às Colónias, procuremos fornecer a lição trazendo das Colónias o que pràticamente

possa contribuir para permitir a seu respeito um conhecimento exacto e consciente.

A 1.ª Exposição Colonial Portuguesa ocupará o edifício do Palácio de Cristal e jardins respectivos. No primeiro, transformado em «Palácio das Colónias», terá lugar a representação oficial do Império nas suas expressões espíritual, moral, política e económica; nos jardins terão lugar a representação etnográfica, a particular e as atracções e diversões que costumam acompanhar acontecimentos desta natureza.

A representação oficial pretenderá fazer uma exibição imperial organizada com critério essencialmente prático, mostrando a extensão, intensidade e efeitos da acção colonizadora portuguesa, os recursos e actividades económicas do Império e as possibilidades de estreitamento das relações comerciais entre as várias partes da Nação.

Para isso serão utilizadas as naves central e laterais do Palácio. Na nave central, dividida em três partes, será desenvolvida a lição do colonialismo português quanto ao espírito e acção da obra dos nossos maiores, e do esfôrço magnífico realizado nos últimos cincoenta anos, completada pela visão de futuro duma política portuguesa secularmente orientada, quando os seus objectivos forem alcançados como o impõe a missão histórica do Povo Português. Teremos assim, numa expressão colorida e movimentada, o desenvolvimento duma ideia portuguesa que caminha para objectivos portugueses.

As naves laterais serão ocupadas pela representação dos produtos de exportação da Metrópole que interessam ao mercado colonial e pela representação das matérias primas coloniais que interessam ao mercado metropolitano. Numa e noutra serão postos em relevo os recursos do Império sob o ponto de vista do intercambio comercial e definidas as directrizes duma política nacional em matéria económica.

As demais dependências do Palácio serão ocupadas pelos gabinetes de informação, salas da Agência Geral das Colónias, dos Ministérios da Guerra e da Marinha e Serviços da Direcção da Exposição.

Nos jardins do Palácio, terão lugar não só a exposição livre dos organismos particulares, em talhões para tal fim destinados, como também a representação etnográfica de tôdas as Colónias portuguesas. Pela primeira vez será dado aos portugueses, que ainda não foram às Colónias, vêr num ambiente tão aproximado quanto possível do próprio, indígenas de tôdas as Colónias portuguesas espalhadas por quatro partes do mundo.

Completarão o conjunto a ornamentação, iluminação e elementos esculturais e arquitectónicos condignos.

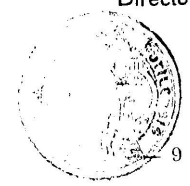
Através de tôda a exposição procurar-se-á, sobretudo, dar uma lição ao povo: com simplicidade, com poder emotivo e pitoresco, com os elementos por vezes ingénuos que o impressionam e ensinam, porque para o povo é e deve ser a Primeira Exposição Colonial Portuguesa.

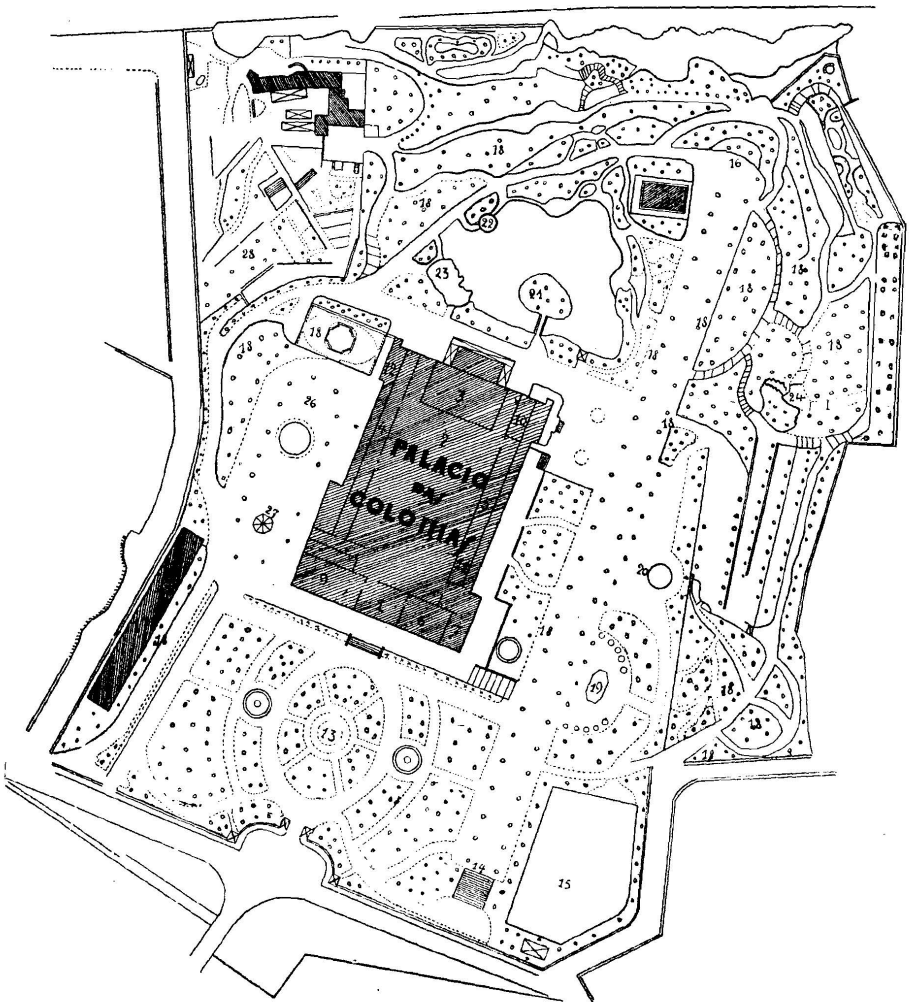
E se aqueles que passarem pela Exposição vierem a substituir os seus possíveis preconceitos por uma ideia exacta, ou a iluminar a sua ignorância com um conhecimento novo, ou a ganhar uma nova fé no nosso futuro de potência colonial — terá a Exposição alcançado certamente o mais nobre dos seus objectivos.

Out. 1933

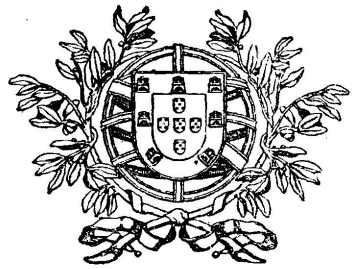
Henrique Galvão

Director da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa





1 - Secção retrospectiva (oficial)
2 - Secção contemporânea (oficial)
3 - Objectivos políticos (oficial)
4 - Expositores da Metrópole
5 - Expositores das Colónias
6 - Secção bibliográfica
7 - Informações
8 - Correios e Telégrafos
9 - Cinema
10 - Restaurante
11 - Salão de Congressos
12 - Jardim Colonial
13 - Monumento à Colonização Port.
14 - India
15 - Angola
16 - Macáu
17 - Arrecadação de volumes
18 - Expositores (espaços descobertos) atracções e concessões
19 - Propaganda e turismo
20 - Recinto de diversões
21 - Guiné
22 - Missão religiosa
23 - Timor
24 - Posto de socorros
25 - Telefones
26 - Moçambique
27 - S. Tomé e Príncipe
28 - Companhia de Moçambique
29 - Cabo Verde
30 - Imprensa
31 - Direcção



DECRETO N.º 22.987 DE 28 DE AGOSTO DE 1933

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — Realizar-se-á no Pôrto, em Junho e Agosto de 1934, a Primeira Exposição Colonial Portuguesa oficialmente patrocinada.

Art. 2.º — A Exposição será organizada com critério essencialmente prático, mostrando a extensão, intensidade e efeitos da acção colonizadora portuguesa, os recursos e actividades económicas do Império e as possibilidades de estreitamento de relações comerciais entre as várias partes da Nação.

Art. 3.º — A Primeira Exposição Colonial Portuguesa é promovida por iniciativa e acção de uma comissão organizadora composta pelos presidentes da Associação Comercial do Pôrto, Associação Industrial Portuense, Centro Comercial do Pôrto, Liga Agrária do Norte, Associação dos Comerciantes do Pôrto, Agente geral das Colónias, Director das Feiras de Amostras Coloniais, chefe da Divisão de Propaganda da Agência Geral das Colónias, representantes do Movimento «Pró Colónias» e da «Sociedade Anónima da Exposição Colonial Nacional».

§ único. — Esta comissão é denominada Comissão Organizadora da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, sendo-lhe reconhecida personalidade jurídica.

Art. 4.º — A direcção técnica da Exposição será confiada pela comissão organizadora a uma comissão executiva composta por cinco dos seus membros e de que farão parte o Agente geral das Colónias, que servirá de presidente, e o Director das Feiras de Amostras Coloniais. A comissão elegerá um dos seus vogais, que servirá de director técnico da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, tomando a responsabilidade da sua direcção e de todos os serviços.

§ único. — A remuneração do dire-

ctor técnico da Primeira Exposição Colonial Portuguesa será fixada e paga nos termos do § único do artigo 8.º.

Art. 5.º — A direcção da Primeira Exposição Colonial Portuguesa funcionará no Pôrto; os seus serviços em Lisboa ficarão a cargo da Agência Geral das Colónias.

Art. 6.º — Além das comissões referidas, poderão ser constituídas uma comissão de honra e patronato e tôdas as sub-comissões que forem julgadas precisas.

Art. 7.º — Para a boa execução dos trabalhos e condigna representação da actividade colonizadora portuguesa, devem prestar todo o seu concurso à comissão executiva e ao empreendimento:

a) Os governadores das colónias e tôdas as autoridades coloniais;

b) Tôdas as repartições e organismos autónomos dependentes do Ministério das Colónias, cuja cooperação fôr solicitada;

c) As missões religiosas estabelecidas em território português;

d) Os estabelecimentos de ensino do País que tenham cadeiras de ensino colonial ou hajam promovido estudos, missões ou cursos de ensino e investigações de carácter colonial;

e) Os estabelecimentos dependentes do Conselho Superior de Belas Artes;

f) Os organismos dependentes dos Ministérios da Marinha e Guerra que tenham colaboração na colonização, ocupação e soberania nacional nos territórios do Império.

§ único. — O Ministro das Colónias poderá, sob inventário, pôr à disposição da direcção técnica da Primeira Exposição Colonial Portuguesa todo o material que, tendo servido em anteriores exposições, pertencer ao Ministério.

Art. 8.º — A comissão executiva poderá requisitar a quaisquer serviços do Estado os funcionários que julgar indispensáveis, aos quais serão mantidos todos os direitos e regalias dos seus cargos, como se os estivessem efectivamente desempenhando, com excepção de vencimento, que será pago pela direcção técnica da Exposição.

§ único. — À comissão executiva é concedida a faculdade de contractar o pessoal técnico que para boa execução dos trabalhos reconhecer indispensável.

Art. 9.º — À comissão executiva podem ser agregados delegados das colónias ou de qualquer organismo oficial. Esta função, todavia, é exercida gratuitamente, sem direito a qualquer retribuïção material, concessão de passagens, licenças ou acção directiva.

Art. 10.º — É permitida a importação temporária de mercadorias estrangeiras ou coloniais que venham à Primeira Exposição Colonial Portuguesa.

Art. 11.º — O *Diário do Govêrno* e os *Boletins Oficiais* das colónias publicarão, gratuitamente, os regulamentos e avisos oficiais dimanados da comissão executiva da Exposição.

Art. 12.º — Para reforçar o capital obtido pelo organismo promotor da Exposição, concorre o Govêrno com o subsídio de 700.000$, estabelecido no artigo 28.º do decreto-lei n.º 22:789, de 30 de Junho de 1933.

§ único. — Esta importância será depositada, à ordem da comissão organizadora referida no artigo 3.º dêste decreto, no Banco de Portugal, como caixa geral do Tesouro, por intermédio da 9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos correntes; os totais que desta quantia se despenderem, nunca poderão exceder os que se despenderem por conta da «Sociedade Anónima da Exposição Colonial.»

Art. 13.º — Para ocorrer às despesas com a sua representação na Primeira Exposição Colonial, são autorizados os governos coloniais a abrir no ano económico de 1933-1934 os seguintes créditos:

Estado da Índia — 7:000 rupias,
Macau — 7:000 patacas.
Moçambique — 100.000$.
Angola — 70.000$.
Cabo Verde — 30.000$.
Guiné — 30.000$.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado nos «Boletins Oficiais» de tôdas as colónias.

Paços do Govêrno da República, 28 de Agosto de 1933. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira — Manuel Rodrigues Júnior — Luiz Alberto de Oliveira — Aníbal de Mesquita Guimarãis — José Caeiro da Mata — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Alexandre Alberto de Sousa Pinto — Sebastião Garcia Ramires — Leovigildo Queimado Franco de Sousa.*



REGULAMENTO GERAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Objectivos

Artigo 1.º — A 1.ª Exposição Colonial Portuguesa tem por objectivo a afirmação das possibilidades nacionais em matéria colonial e será organizada com critério essencialmente prático, mostrando a extensão, intensidade e efeitos da acção colonizadora portuguesa, os recursos e actividades económicas do Império e as possibilidades do estreitamento das relações comerciais entre as várias partes da Nação.

Lugar

Artigo 2.º — A Exposição terá lugar no Pôrto no Palácio de Cristal e seus jardins, prevendo-se a realização de festas noutros locais da Cidade durante o período da sua realização.

Funcionamento

Artigo 3.º — A Exposição funcionará por um período de três meses, que poderá prolongar-se se fôr entendido conveniente. Será inaugurada em 15 de Junho.

Organização

Artigo 4.º — A Exposição, promovida a instâncias do Movimento «Pró-Colónias» é organizada pela Comissão constante do artigo 3.º do Decreto n.º 22.987, auxiliada por uma Sociedade Anónima, constituida por sujestão oficial, sob a denominação de "Sociedade Anónima de Exposição Colonial Nacional». O Estado, que ao cometimento deu patrocínio oficial, auxilia uma parte dos encargos materiais e presta o concurso da sua organização oficial.

Direcção

Artigo 5.º — A Direcção da Exposição é cometida pela Comissão Exe-

cutiva citada no artigo 4.º do Decreto n.º 22.987, a um dos seus vogais, que na qualidade de Director técnico dirigirá os trabalhos de montagem e serviços administrativos.

Cooperadores

Artigo 6.º — Junto da Comissão Executiva podem ser acreditados delegados das Colónias ou de qualquer organismo, assim como sub-comissões cooperadoras, nos termos do Decreto n.º 22.987.

Receitas

Artigo 7.º — Constituem receitas da Exposição:

1.º O capital realizado pela Sociedade Anónima.
2.º Os subsídios oficiais.
3.º As receitas provenientes de aluguer de áreas no recinto da Exposição, concessões, contractos, festas, entradas, vendas de produtos ou artigos, participações ou percentagens e, duma maneira geral, tôdas as que resultem da exploração comercial ou técnica do empreendimento.
4.º — Quaisquer outros subsídios ou dotações que lhe forem atribuidas.

Expositores

Artigo 8.º — São considerados expositores os organismos oficiais ou particulares, firmas ou indivíduos nacionais ou nacionalizados que forem convidados a fazerem representar-se ou solicitem a sua inscrição. Os Expositores são obrigados a respeitar as disposições regulamentares especiais que tratam das suas regalias, encargos e obrigações.

Classificação

Artigo 9.º — Há três classes de Expositores: oficiais, particulares das colónias e particulares da Metrópole, cujas representações ingressarão, quanto possível fôr, nestas categorias. A distribuição técnica dos produtos, artigos e objectos que compõem a Exposição, serão encorporados em 16 grupos, divididos em cincoenta classes, segundo a classificação geral anexa a êste regulamento. Até à inauguração oficial da Exposição o Director Técnico reserva-se o direito de alterar ou desdobrar qualquer dos grupos ou classes, se fôr reputado indispensável, divulgando imediatamente essas alterações.

Juris e recompensas

Artigo 10.º — A Comissão Executiva providenciará por forma a ter constituidos os juris logo após a inauguração oficial. O apuramento será feito no mês seguinte ao da inauguração da Exposição e a proclamação das recompensas

realizar-se-à antes do encerramento da Exposição, numa sessão solene, de que se dará a possível publicidade. As recompensas aos Expositores serão as seguintes:

a) Grande prémio
b) Honra
c) Medalha de Ouro
d) " de Prata
e) " de Bronze
f) Cooperação
g) Comemorativo.

§ único — Além destas recompensas, poderão ser criados prémios pecuniários especiais para concursos a realizar por iniciativa da Comissão Executiva ou do Director Técnico.

Concessões

Artigo 11.º — O Director Técnico concederá licença a particulares para a montagem de quaisquer instalações de provas, vendas ou diversões, que não colidam com o objectivo da Exposição, admitindo propostas escritas, onde se mencionarão as suas características, fornecimentos, justificação e as participações oferecidas, reservando-se o direito de as recusar ou promover concursos para qualquer dessas concessões, mediante as formalidades em uso nestes casos. As propostas admitidas só podem ter execução após a celebração de contractos.

Propaganda

Artigo 12.º — O Director Técnico promoverá a edição das publicações habituais das Exposições: — planos, cartazes e prospectos anunciadores, guias, catálogo e regulamentos; a publicidade pelos meios ao seu alcance, no País e no Estrangeiro, da realização da Exposição, continuando a acção de propaganda colonial durante o funcionamento do certame, utilizando o Cinema, a T. S. F., a imprensa e os processos reputados indispensáveis. A publicidade da Exposição poderá ser exercida por exploração directa da Comissão Executiva ou por adjudicação.

Festas e diversões

Artigo 13.º — Igualmente serão promovidas festas e solenidades por ocasião da inauguração oficial, distribuïção de recompensas, sessão de encerramento e outras oportunidades que se oferecerem, não só no recinto da Exposição como noutros locais da cidade do Pôrto, em coordenação com o funcionamento do certame e complemento de programas.

Comunicações

Artigo 14.º — Serão empregados todos os esforços no sentido de obter o mais perfeito serviço de comunicações,

em condições vantajosas para os Expositores e visitantes da Exposição, procurando obter-se bonus, nos transportes e excursões, com tarifas especiais; facilidades de fronteira, regulamentos de trânsito e acolhimento especial de viaturas particulares, visando atrair o maior número de pessoas e facilitar-lhes o seu acesso.

Socorros e seguros

Artigo 15.° — O Director Técnico providenciará por forma a serem observados e montados serviços de socorros para os desastres ou ocorrências, considerando também o seguro contra incêndio dos objectos que lhe forem confiados. Os seguros dos mostruários em trânsito são de conta dos seus proprietários.

Serviço de entradas

Artigo 16.° — O Director Técnico reserva-se o direito de impedir a entrada no recinto da Exposição, quando entender conveniente, às pessoas que não possuam bilhetes de admissão por êle fornecidos, assim como o de expulsar, mesmo sem intervenção da autoridade, os transgressores das suas disposições regulamentares ou preceitos sanitários, de ordem e compostura.

Accionistas

Artigo 17.° — Os subscritores do capital obtido pela "Sociedade Anónima da Exposição Colonial Nacional" gosam das seguintes regalias:

a) Entrada permanente no recinto da Exposição.

b) Desconto de 10 % em locações e tarifas, não compreendendo consumo de energia, fornecimentos de material, ou percentagens por qualquer exploração comercial.

Informações

Artigo 18.° — No recinto da Exposição funcionará uma "Secção de Informações", relativa a tôda a matéria exposta, onde os expositores e visitantes disporão das possíveis facilidades. Este serviço é cometido à Agência Geral das Colónias.

Congressos e conferências

Artigo 19.° — O Director Técnico promoverá a realização de Congressos e Conferências, cujo programa será objecto de organização especial.

CAPÍTULO II

SERVIÇOS INTERNOS

Atribuïções das comissões

Artigo 20.° — À Comissão Organizadora, que exerce funções essencialmente financeiras e representativas, compete:

1.° Escolher, de entre os seus vogais, um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.
2.° Manter relações financeiras com a "Sociedade Anónima da Exposição Colonial Nacional", 9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública e Tesouraria da Comissão Executiva.
3.° Eleger a Comissão Executiva a que se refere o artigo 4.° do Decreto n.° 22.987 e a Comissão de Honra citado no artigo n.° 6 do mesmo diploma.
4.° Cooperar em todos os actos para que fôr solicitado o seu concurso e desdobrar-se nas sub-comissões que tiverem de ser organizadas.

Art. 21.° — À Comissão Executiva, que exerce funções fiscais e, através do Director Técnico, funções directivas, compete:

1.° Escolher, de entre os seus vogais, o director técnico e celebrar o contrato de serviços que terá de prestar, fixando-lhe o vencimento a que se refere o § único do artigo 8.° do Decreto n.° 22.987.
2.° Aprovar o plano, orçamento e regulamento da Exposição.
3.° Homologar os actos administrativos do director técnico e apreciar as propostas que por êste lhe forem apresentadas.
4.° Colaborar na elaboração dos programas de festas, atracções e actos da exploração comercial da Exposição.
5.° Apresentar um relatório final dos trabalhos realizados.

Do Director Técnico

Artigo 22.° — É cometido ao Director Técnico:

1.° A Direcção geral do certame e dos serviços da sua montagem, funcionamento e liquidação.
2.° Execução do plano, orçamento e regulamento aprovados pela Comissão Executiva.
3.° Admissão de pessoal e contrato com técnicos, concessionários e fornecedores, ouvindo, sempre que entenda necessário, a Comissão Executiva.
4.° As relações com individualidades e organismos oficiais ou particulares, em nome da Comissão Executiva.
5.° Administração das receitas e despesas.
6.° Elaboração de propostas e planos de festas, atracções, congressos, conferências, cortejos ou expedientes da receita que submeterá à homologação da Comissão Executiva.
7.° Organização das sub-comissões que se tornem necessárias para a cooperação dos serviços que

lhe são cometidos, sujeita à homologação da Comissão Executiva.

8.º Composição dos juris e recompensas.

9.º Organização do catálogo oficial e mais publicidade da Exposição.

10.º Elaboração do relatório final da Comissão Executiva, de que será relator.

Art. 23.º — Nos impedimentos do Director podem as funções, que lhe são atribuídas, ser desempenhadas por um dos vogais da Comissão Executiva, por esta escolhido, que coadjuvará aquele nos serviços a seu cargo, quando fôr reputado necessário.

Serviços de execução

Artigo 24.º — Para a boa execução dos serviços, são criadas as seguintes secções:

a) Uma secretaria geral no Pôrto;
b) Uma secção técnica e de festas;
c) Uma tesouraria;
d) Os serviços de Lisboa.

§ único. — A constituïção e orientação da secretaria geral e secção técnica ficam a cargo do Director. Os serviços de Tesouraria e contabilidade são atribuídos ao Tesoureiro da Comissão Organizadora. Os serviços de Lisboa ficam a cargo da Agência Geral das Colónias.

Orçamento — Contabilidade

Artigo 25.º — Os encargos com a montagem, funcionamento e liquidação da Exposição para os efeitos de contabilidade, serão classificados em três categorias:

a) Despesas de Instalação;
b) Despesas de Exploração;
c) Despesas de Liquidação.

Art. 26.º — São consideradas despesas de *instalação* tôdas as que forem feitas com a montagem do certame, propaganda, aquisição de materiais, isto é, as que ocorrerem até ao acto da inauguração.

Art. 27.º — Contabilizam-se como despesas de *exploração* tôdas as que ocorrerem por motivo de funcionamento do certame após a sua inauguração e até ao encerramento.

Art. 28.º — Consideram-se despesas de *liquidação* as que houverem de ser feitas para a desmontagem da Exposição, devolução de objectos, indemnizações ou reparações, impressão de relatório, etc.

Art. 29.º — Nesta conformidade de classificação de despesas e receitas será elaborado o orçamento, providenciando o Director Técnico de acôrdo com o Tesoureiro da Exposição no sentido de seguir-se esta mecânica.

Art. 30.º — Tôdas as receitas são recolhidas pela Comissão Organizadora que lhes dará o destino indicado neste regulamento.

Art. 31.º — O Director promoverá que as receitas da exploração sejam ràpidamente entregues na tesouraria da Exposição, acompanhadas de guia e documentos justificativos, à medida que forem sendo cobradas.

Art. 32.º — Como operação de reembolso, no período que vai da inauguração ao encerramento da Exposição, será reservada e escriturada como despesa de exploração uma percentagem fixa sôbre a receita bruta destinada a indemnizar os accionistas da Sociedade Anónima.

Pagamentos

Artigo 33.º — O pagamento das despesas será, em regra, feito pela Tesouraria, contra documentos que tenham a ordem de pagamento do Director. Êstes documentos deverão também ser homologados por um dos vogais da Comissão Executiva.

§ único. — Para pequenas despesas de expediente e diversos, serão pela Tesouraria fornecidas ao Director as quantias necessárias por meio de requisição assinada por êste e resgatadas mais tarde contra documentos de despesa.

Art. 34.º — Junto de cada ordem de pagamento ou, inscrita nesta, figurará a documentação da despesa realizada.

§ único. — Na documentação das despesas seguem-se as regras estabelecidas pela contabilidade do Estado.

Ordem da Representação

Artigo 35.º — A nave central do Palácio de Cristal (que será denominado PALÁCIO DAS COLÓNIAS) é destinada à exposição oficial, reservando-se as duas naves laterais à representação particular: a de Leste para os produtos da Metrópole que interessam o mercado colonial e a de Oeste às matérias primas das Colónias que interessam o mercado metropolitano.

§ único. — Os Jardins e Parque ficam reservados para a representação das colónias por meio de pavilhões e monumentos; representação particular e diversões.

Art. 36.º — As secções da Exposição serão distribuídas por:

1.º Representação oficial, organizada exclusivamente pelo Director Técnico e pelos organismos por êste convidados para êsse fim.

2.º Representação particular organizada em conformidade com êste regulamento pelos expositores domiciliados na Metrópole e Colónias Portuguesas.

3.º Diversões e atracções organizadas pelo Director Técnico ou por indivíduos e emprêsas a quem a sua exploração fôr concedida.

4.º Concessões de exploração par-

ticular exploradas em conformidade com êste regulamento a quem forem adjudicadas, dentro ou fora do recinto da Exposição, mas com os seus programas e objectivos relacionados.

Art. 37.º — A distribuïção dos mostruários nas secções destinadas aos particulares nas naves laterais é feita por artigos e não por firmas. Importando que nesses locais tenham representação todos os produtos portugueses de exportação para as colónias e tôdas as matérias primas coloniais de exportação para a Metrópole, os espaços são divididos de forma a poderem conter uma representação total de produtos metropolitanos e tôdas as matérias primas das Colónias.

§ 1.º — Quando o número de expositores, em determinada categoria de produtos, exceder as possibilidades de espaço para essa categoria, será feito entre os inscritos um concurso tendo como base o aluguer por metro quadrado. O local será adjudicado ao expositor que melhor proposta de aluguer apresentar.

§ 2.º — Os expositores que não consigam espaço para os seus produtos dentro das naves laterais do Palácio e aqueles que prefiram construir *stands* ao ar livre, instalar-se-ão nos talhões para tal fim destinados nos Jardins e Parque do Palácio.

CAPÍTULO III

EXPOSITORES

Da admissão e inscrição

Artigo 38.º — A inscrição de expositores está aberta até 28 de Fevereiro de 1934.

Art. 39.º — O pedido de inscrição é feito no modelo oficial que para tal fim será fornecido aos expositores e acompanhado da taxa de inscrição de Esc. 100$00, reembolsável no caso do expositor não ser admitido.

Art. 40.º — Até 31 de Dezembro de 1933 são admitidas adesões, com carácter provisório, que gosarão de prioridade nas locações sôbre as inscrições feitas depois desta data.

Art. 41.º — O Director Técnico da Exposição, poderá excepcionalmente admitir, durante os trinta dias seguintes ao encerramento do prazo oficial da inscrição (28 de Fevereiro de 1934) novos expositores que pagarão como taxa de prazo excedido um adicional de Esc. 300$00 sôbre a taxa de inscrição normal.

Art. 42.º — Depois de 31 de Março não são admitidas mais inscrições, sejam quais forem os pretextos ou fundamentos invocados.

Art. 43.º — Aos expositores das Colónias é concedida uma redução de 50 % nas taxas de inscrição e instalação, que poderá ser paga em moeda local quando o Expositor não tenha escritório na Metrópole.

Transportes

Artigo 44.º — Os expositores das Colónias entregarão os seus mostruários à entidade que em cada Colónia fôr designada pelo Governador para tratar dos assuntos da Exposição ou enviá-los-ão directamente à sua custa para o recinto da Exposição Colonial, no Pôrto.

Art. 45.º — Os expositores da Metrópole ou os das Colónias que na Europa tenham ou organizem os seus mostruários, enviá-los-ão também directamente e à sua custa para o recinto da Exposição.

Art. 46.º — Todos os volumes serão acompanhados dum impresso de modêlo oficial, com o inventário descriminado do seu conteúdo. Êste impresso será preenchido em triplicado: um para colocar no interior do volume, outro para fornecer à Alfândega da Metrópole e outro que será remetido ao Director da Exposição.

Art. 47.º — A Comissão Executiva facilita aos expositores as vantagens e bonus que as Companhias de Navegação e Caminhos de Ferro lhe tenham proporcionado.

Art. 48.º — Deverá ser observada uma especial atenção às embalagens, por forma a garantir o bom acondicionamento e segurança dos mostruários. Recomenda-se como regra a utilização de revestimentos de fôlha ou zinco e acondicionamento em volumes de pequenas dimensões.

Art. 49.º — As caixas de embalagem devem ser rotuladas com um letreiro «Exposição Colonial — Pôrto» e com as mesmas marcas e contra-marcas do expositor que forem indicadas nos impressos de inventário dos volumes.

Restricções

Artigo 50.º — Não serão admitidos os mostruários que pela má qualidade, acabamento e apresentação forem considerados incapazes de figurar na Exposição e ainda os que não forem de manufactura nacional.

Art. 51.º — Os produtos que estejam sujeitos a deterioração pela acção do tempo, não são aceites, salvo quando o expositor assuma a responsabilidade de mantê-los e se comprometa a substitui-los logo que a deterioração se manifeste. Os artigos deteriorados são imediatamente retirados da Exposição sem indemnização alguma para o expositor.

Art. 52.º — Os produtos corrosivos ou inflamáveis só podem ser aceites em imitação.

Taxas de locação

Artigo 53.º — Os espaços interiores nas naves laterais, (destinados aos expositores), quando não tiver de haver concurso entre os ocupantes na area duma especialidade, será alugado ao preço de Esc. 100$00 o metro quadrado.

§ único. — Em caso de concurso êste preço constitue base mínima de adjudicação.

Art. 54.º — Os espaços exteriores destinados aos expositores particulares são divididos em talhões numerados, cujo preço será fixado pela Comissão Executiva, em função da sua superfície e situação.

§ único. — Êste preço, todavia, por metro quadrado, não deve exceder o que pela mesma unidade de superfície é arbitrado aos espaços das naves laterais.

Regime aduaneiro

Artigo 55.º — Nos termos do art. 10.º do Decreto n.º 22.987 todos os artigos e produtos destinados à Exposição, vindos das Colónias ou do Estrangeiro, beneficiam das vantagens da importação temporária.

Art. 56.º — Os produtos ou objectos que se destinarem a venda e a distribuïção gratuita para propaganda, devem ser embalados separadamente dos mostruários que os Expositores desejem se conservem intactos.

Construção de «Stands»

Artigo 57.º — Os *stands* para exposição de produtos dos expositores particulares serão construidos pelos mesmos expositores. São igualmente de sua conta as instalações electricas dos seus *stands*.

§ único. — Nenhum *stand* poderá ser construido sem que o seu projecto seja aprovado pelo Director, devendo todos obedecer a tipos e motivos coloniais.

Art. 58.º — Os expositores inscritos e admitidos deverão ter os seus *stands* montados e concluidos em 31 de Maio.

§ único. — O Director Técnico reserva-se o direito de eliminar da Exposição todos os *stands* que nesta data não estejam concluidos e manifestamente não possam figurar completos na inauguração da Exposição sem que o expositor tenha direito a qualquer reclamação.

Representantes

Artigo 59.º — Os expositores não residentes no Pôrto podem nomear delegados ou representantes nesta Cidade, sendo acreditadas como tais as pessoas ou firmas cuja notificação como delegado fôr feita ao Director até ao dia da abertura da Exposição.

§ único. — Aos que não quizerem ou não poderam ter delegados, serão proporcionados todos os serviços de despachos aduaneiros, transportes para o recinto da Exposição, montagem de *stands* e outros inerentes à sua representação, desde que habilitem o Director Técnico com os fundos necessários.

Arrecadação de volumes

Artigo 60.º — É facultado aos Expositores a arrecadação de caixas vazias, destinadas ao retorno dos seus mostruários, mediante o pagamento de uma taxa de armazenagem, variavel segundo o volume das mesmas.

Art. 61.º — Não é permitido aos Expositores guardar volumes vazios junto dos seus *stands* ou nas suas instalações privativas em locais que possam prejudicar o bom aspecto da Exposição.

Concessões

Artigo 62.º — Os espaços destinados a diversões, atracções e concessões de exploração particular, tendo como base mínima de preço o estabelecido para os talhões da Exposição, serão concedidos mediante proposta apresentada ao Director Técnico que estabelecerá, ouvida a Comissão Executiva, as condições de exploração.

Art. 63.º — Os pretendentes a concessões para diversões, atrações e quaisquer outras formas de exploração particular, apresentarão propostas por escrito à Comissão Executiva até 31 de Março de 1934. Estas propostas devem ser acompanhadas da taxa de Esc. 100$00 que será devolvida no caso da proposta não ser aceite.

Art. 64.º — Considera-se adjudicada a concessão que como tal fôr notificada ao proponente.

§ único. — As construções e respectiva decoração, vigilancia e conservação daquelas e montagem de maquinismos, bem como o seu funcionamento nestes espaços, são de conta dos concessionários, dependentes da fiscalização do Director da Exposição.

Fornecimentos

Artigo 65.º — A energia para iluminação será fornecida aos expositores, tomando por base o consumo horário de cada lâmpada. O consumo de energia eléctrica requisitado por qualquer expositor para força motriz será avaliado por meio de contador colocado na sua instalação.

§ único. Ás instalações que necessitem também de água para consumo ou demonstrações, será fornecida em condições idênticas, reservando-se o Director o direito de usar o mesmo processo de fiscalização de consumo.

Pessoal privativo

Artigo 66.º — Para a colaboração nos serviços de vigilância, distribuïção de brindes, movimento de maquinismos ou simples efeito complementar, é concedido aos Expositores utilizarem pessoal privativo, da Metrópole ou das Colónias.

Art. 67.º — O Expositor fará a sua declaração de responsabilidade dos em-

pregados ou operários, por cujo porte e apresentação se responsabiliza.

Art. 68.° — Todos os empregados que não tenham de servir-se de trajos especiais usarão, obrigatóriamente, fardamento de càqui amarelo ou cotim branco, tipo colonial. Exceptuam-se desta determinação os que pela sua categoria tenham de ser considerados.

Art. 69.° — O pessoal privativo dos Expositores será obrigado a respeitar as determinações em vigor quanto a horários, postos, fiscalização superior a apresentação, que forem estabelecidos.

Artigo 70.° — Aos empregados propostos pelos Expositores será fornecido um cartão de identidade e admissão, cuja utilização não poderá ser sofismada sob pena de expulsão e procedimento respectivo.

Bilhetes de entrada

Artigo 71.° — Cada expositor tem direito a um único bilhete de entrada permanente na Exposição, que poderá ser averbado a qualquer representante, se êste fôr acreditado antes da inauguração da Exposição.

Art. 72.° — O Director Técnico reserva-se o direito de anular a concessão de admissão de empregados quando fôr reconhecido que a utilização de bilhetes desta categoria é feito por pessoas que, de facto, não desempenham estas funções.

Art. 73.° — As pessoas que pelo exercício das suas funções tenham entrada gratuita em espectáculos desta natureza, devem requisitar um bilhete de entrada permanente, que lhe será fornecido gratuitamente perante declaração justificada da sua categoria.

Impostos e percentagens

Artigo 74.° — A Comissão Executiva reserva-se o direito de cobrar, sôbre vendas efectuadas no recinto da Exposição, nas instalações particulares, determinadas percentagens, que serão estabelecidas nos contractos celebrados entre os concessionários e o Director da Exposição.

Art. 75.° — No que diz respeito a quaisquer divertimentos que forem adjudicados a particulares, o mesmo será observado, devendo sempre os interessados nas suas propostas indicar quais as participações que concedem à Comissão Executiva da Exposição.

Art. 76.° — A forma de cobrança e fiscalização será a que fôr estabelecida pelo Director da Exposição.

Art. 77.° — Sôbre tôdas as bebidas engarrafadas ou em barril, para consumo, que deem entrada no recinto da Exposição, independentemente de quaisquer taxas a pagar pelos concessionários, será estabelecida uma tabela que o Director organizará e afixará em local por êle escolhido.

Art. 78.° — São exceptuadas no pagamento do imposto ou percentagem as bebidas ou produtos para distribuição gratuita, com fins de propaganda.

Disposições diversas

Artigo 79.° — É expressamente proïbido, sem autorização do Director da Exposição:

a) Retirar quaisquer mostruários ou modificar *stands* no período de funcionamento da Exposição.

b) Vender artigos ou objectos.

Art. 80.° — Será concedido, gratuitamente, aos Expositores:

a) A distribuição de reclamos, brindes, prospectos ou outros processos de reclamo.

b) A afixação de anúncios ou placards nos seus *stands* ou construções privativas que não colidam com o sentido decorativo da Exposição.

c) A projecção de *films* de propaganda que não sejam simples anúncios, no salão do cinema da Exposição, incluidos nos programas que forem organizados.

CAPÍTULO IV

JURIS E RECOMPENSAS

Dos prémios

Artigo 81.° — A apreciação dos produtos, mostruários e demonstrações expostos na Exposição Colonial é confiada aos juris de classificação e apuramento, constituídos nos termos do presente regulamento.

Art. 82.° — Todos os Expositores, no acto da inscrição definitiva, assinarão um modelo de compromisso de que aceitam as resoluções do juri.

Art. 83.° — As recompensas a atribuir são as constantes do artigo 10.° dêste regulamento. Todavia, os juris de classe podem propôr ainda quaisquer outras menções, que os jurados de apuramento tomarão na consideração que lhes merecer.

Composição

Artigo 84.° — Há três classes de juris:

1.° — *Juris de Classe*
2.° — *Juris de Grupo*
3.° — *Juri Superior*

Art. 85.° — A organização dêstes juris compete à Comissão Executiva da Exposição Colonial sob proposta do Director, que seguirá o critério de escolher, quanto possível, técnicos ou especializados para a apreciação de cada modalidade.

Art. 86.° — Os Expositores não têm qualquer intervenção no funcionamento dos juris, limitando-se a fornecer os esclarecimentos que lhes forem solicitados, tendentes a facilitar o exercício dos jurados e a conhecer, em detalhe,

do valor ou significado das representações.

Art. 87.º — Os *Juris de Classe* serão compostos, em regra, por três membros, um presidente e dois vogais, podendo um mesmo juri apreciar mais duma classe. Sem direito ao voto mas com funções consultivas, admite-se que seja agregada qualquer pessoa que o Presidente dêstes juris ou os Expositores solicitem ao Director da Exposição e êste reconheça de utilidade para o exame consciencioso dos mostruários.

Art. 88.º — Os *Juris de Grupo* são organizados com os presidentes dos Juris de Classe, que elegem entre si um director para orientar a ordem dos trabalhos.

Art. 89.º — O *Juri Superior* é constituído por cinco membros: três vogais dos Juris de Grupo por êstes propostos, o Director da Exposição e o Presidente da Comissão Executiva, que servirá de Presidente.

Classes de Expositores

Artigo 90.º — São incluidos na apreciação:

a) Os *Expositores oficiais*, sendo como tal considerados os organismos ou entidades que tenham prestado a sua cooperação, enviando produtos ou artigos para a Exposição, voluntàriamente ou a requisição da Comissão Executiva;

b) Os *Expositores particulares*, inscritos nos termos dêste regulamento;

c) Os *Concessionários* que declarem, por escrito, antes da inauguração da Exposição, terem artigos ou composições artísticas merecedoras de apreciação;

d) Os *Artistas* que, em secções especiais de arte, exponham a convite da Comissão Executiva;

e) Os *Cooperadores*, indicados numa relação pelo Director da Exposição.

Funcionamento

Artigo 91.º — Os Juris de Classe, percorrendo os *stands*, procederão ao seu exame de classificação dos mostruários ou objectos, adoptando a seguinte atribuïção de pontos:

1 a 5 — Diploma de medalha de bronze.
6 a 10 — Diploma de medalha de prata.
11 a 15 — Diploma de medalha de oiro.
16 a 20 — Diploma de honra.
21 a 25 — Diploma de Grande Prémio.

Nas suas propostas, exaradas em modelo oficial, uma para cada Expositor, averbarão as observações ou recomendações que o seu exame lhes possa sugerir.

Art. 92.º — As operações de classificação serão executadas com brevidade sem prejuizo dum exame rigoroso e consciencioso.

Art. 93.º — Os Juris de Grupos conhecerão das propostas dos Juris de Classe, unificando as atribuïções de prémios e homologando ou alterando as classificações submetidas ao seu exame.

§ único. — É concedido ao Juri de Grupo a faculdade de solicitar novo exame de qualquer mostruário ou convidar, em casos de divergencia, a comparecer nas suas reuniões os componentes de qualquer Juri de Classe.

Art. 94.º — Terminado que seja o apuramento feito, pelos Juris de Grupos, serão os seus trabalhos confiados ao Juri Superior, para efeitos de homologação de trabalhos.

Art. 95.º — Nas classificações serão tomadas em consideração:

a) O valor, perfeição ou significado dos produtos, artigos e objectos apresentados.

b) O sentido artístico, engenhoso ou inédito da composição dos *stands*.

c) As classificações obtidas em Exposições anteriores, internacionais ou nacionais.

Art. 96.º — Para o caso de uma secção especial de arte, como seja uma exposição de artes plásticas ou semelhante, funcionará sòmente um Juri de Classe, organizado pela Comissão Executiva, sob proposta do Director da Exposição, que atribuirá as recompensas resultantes do seu exame.

Art. 97.º — As operações dos juris devem decorrer por forma a serem apuradas as recompensas um mês antes do encerramento da Exposição, permitindo a sua divulgação soléne numa sessão comemorativa, para entrega dos prémios a Expositores e Cooperadores.

Reclamações

Artigo 98.º — O Juri Superior conhecerá de qualquer reclamação no prazo de cinco dias após a divulgação das recompensas atribuídas. As petições de reclamações serão dirigidas ao Presidente do Juri Superior acompanhadas dum depósito de Esc. 200$00 que o reclamante perderá, a favor de qualquer fim beneficente, se a sua reclamação não for atendida.

Art. 99.º — Os Juris de Grupos apresentarão um relatório sobre os trabalhos de apuramento e impressões dos seus exames, para figurar no relatório final da Exposição, escolhendo os directores dos mesmos o respectivo relator.

Expediente

Artigo 100.º — A orientação do expediente de todos os trabalhos de classificações, apuramento, atribuïções de prémios, reuniões, sessão soléne de

proclamação de recompensas, passagem e entrega de diplomas, será confiado a um Secretário geral dos serviços de recompensas, cargo que será confiado a um dos vogais da Comissão Executiva.

Art. 101.º — A relação circunstanciada das recompensas será publicada no *Diário do Govêrno*, *Boletins Oficiais das Colónias* e nos Jornais e Revistas portuguesas que se prestam a faze-lo gratuitamente.

Casos omissos

Art. 102.º — Os casos omissos dêste regulamento serão resolvidos pelo Director Técnico que ouvirá, se o julgar necessário, a Comissão Executiva.

CLASSIFICAÇÃO TÉCNICA DAS SECÇÕES DA 1.ª EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

Sumário dos Grupos

Número	Natureza	Classes
I	Secção retrospectiva	1 a 2
II	Orgânica colonial	3
III	Colonização	4
IV	Política indígena	5
V	Assistência técnica, social, económica e financeira	6 a 12
VI	Transportes, vias de comunicação e transmissão	13 a 17
VII	Agricultura e florestas	18 a 20
VIII	Pecuária	21 a 22
IX	Produtos do sub-solo	23 a 24
X	Comércio	25
XI	Indústrias em geral	26 a 40
XII	Arte, literatura e publicidade . .	41 a 43
XIII	Propaganda, turismo e educação física.	44 a 45
XIV	Etnografia	46
XV	Instrumentos e processos gerais das ciências, das letras e das artes .	47
	ANEXO	
	Secção Metropolitana	
XVI	Artigos e produtos de exportação para as colónias	48 a 50

Desenvolvimento por Grupos e Classes

PRIMEIRO GRUPO

SECÇÃO RETROSPECTIVA

CLASSE I

Descobertas

Origens e história da epopeia marítima.
Navegação, expansão e descobertas.
A formação do Império.
Estudos e documentos.
Figuras nacionais do passado.

CLASSE II

Conquista e colonização

Império do Oriente.
Acção em África.
Brasil, Colónia Portuguesa.
Expansão do idioma e da raça.
Colónias Portuguesas no Estrangeiro.

SEGUNDO GRUPO

ORGÂNICA COLONIAL

CLASSE III

Poder Central

Ministério das Colónias.
Organismos cooperadores na Metrópole.
Ocupação e organização militar.
Organização financeira.
Organização administrativa.
Organização judicial.
Conselhos e quadros gerais.
Documentários de soberania: — selos, condecorações, legislação, documentos antigos, etc.
Defeza nacional.

TERCEIRO GRUPO

COLONIZAÇÃO

CLASSE IV

Povoamento europeu

Métodos de povoação e fixação.
Expansão colonizadora — Penetração civil — Pioneiros da colonização.
Assistência ao povoamento europeu.

QUARTO GRUPO

POLÍTICA INDÍGENA

CLASSE V

Curadoria

Govêrno e administração dos indígenas.
Autoridades indígenas e sua influência.
Protecção patronal.
Regime de propriedade indígena.
Legislação de trabalho.

QUINTO GRUPO

ASSISTÊNCIA TÉCNICA, SOCIAL, ECONÓMICA E FINANCEIRA

CLASSSE VI

Ensino colonial

Preparação e instrução na Metrópole de funcionários e colonos.
Escolas especiais e estabelecimentos públicos ou particulares onde seja ministrado ensino colonial em cursos especiais.
Museus coloniais.
Missões de estudo e de propaganda colonial.
Métodos, demonstrações e documentários sôbre preparação colonial.

CLASSE VII

Instrução nas Colónias

Ensino elementar, oficial e particular.
Liceus e escolas técnicas.
Escolas superiores.
Ensino profissional.
Documentários sôbre o ensino dado aos brancos e assimilados nas colónias.
Demonstrações do ensino ministrado aos indígenas em escolas especiais.

CLASSE VIII

Medicina e higiéne

Medicina tropical.
Missões científicas de investigação e combate a doenças contagiosas.
Assistência pròpriamente dita em hospitais, enfermarias, postos sanitários e missões volantes.
Serviços de higiene das povoações e regiões infestadas por epidemias.
Sanatórios, dispensários, maternidades, lactários e creches.
Participação em congressos e conferências médicas.

CLASSE IX

Assistência espiritual

Acção das missões religiosas nas colónias.
Organização e expansão.
Resultados sociais e colaboração na colonização branca.
Afirmações da sua contribuíção na evolução social dos indígenas.

CLASSE X

Assistência científica

Estudos e investigações de carácter técnico a calamidades públicas.
Missões de aperfeiçoamento e assistência.
Serviços de meteorologia e climatologia.
Missões e estudos científicos: zoologia, geologia, mineralogia, hidráulica, botânica, geodésia, hidrografia, etc.
Reconhecimentos científicos ou técnicos para valorização de territórios.

CLASSE XI

Urbanização

Evolução das povoações criadas nas Colónias. Comparações estatísticas de população, estabelecimentos comerciais e industriais, organismos sociais, assistência e instrução nos últimos cincoenta anos.
Equipamento sanitário. Iluminação. Abastecimentos de águas. Serviços municipalizados e concessões urbanas.
Edifícios públicos, municipais e particulares. Jardins, parques e campos de recreio, públicos e privados.

CLASSE XII

Instituïções de crédito

Organização oficial de assistência financeira.
Bancos emissores. Comércio bancário, nacional e estrangeiro.
Caixas de previdencia, oficiais e particulares. Regime monetário.

SEXTO GRUPO

TRANSPORTES, VIAS DE COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO

CLASSE XIII

Navegação

Marinha de guerra — Serviços de soberania, ocupação, polícia, reconhecimentos, etc.
Marinha mercante nacional.
Navegação costeira e fluvial.
Documentários sôbre carreiras, tarifas, unidades, utilizadas por meio de modêlos ou fotografias.

CLASSE XIV

Portos

Portos comerciais das colónias.
Apetrechamento e valorização. Cais, guindastes, armazens, frigoríficos, carvoeiras, depósitos de óleos, silos e oficinas de reparações navais.
Auxílio prestado à navegação em geral. Hidrografia, defesa de costas, farois, sinalização de segurança, pilotagem, material de socorro.
Documentários por meio de modêlos ou fotografias que traduzam a importância dos portos e os trabalhos nêles executados.
Regulamentos, taxas, impostos de navegação e estatísticas.

CLASSE XV

Caminhos de ferro

Linhas de comunicação utilizando carris, de tôdas as bitolas.
Organização e exploração oficial e particular.
Obras de arte e material circulante, sua reprodução por todos os processos.

Influência comparada da sua construção e exploração no desenvolvimento das regiões e civilisação dos povos.
Tarifas, estatísticas, horários e todos os subsídios relativos.

CLASSE XVI

Automobilismo

Viaturas automóveis de turismo e utilização comercial.
Carreiras de camionagem organizadas. Reprodução dos veículos utilizados. Extensão das carreiras, seu resultado económico.
Oficinas de construção de carrosserias, reparações e montagens.
Carburantes regionais. Motores ou quaisquer modalidades de adaptação de orgãos mecânicos feitos nas colónias para melhor exploração, sua demonstração.
Estatísticas de importação de carros e gazolina.

CLASSE XVII

Comunicações em geral

Rêdes de estradas próprias para trânsito de veículos de motor. Pontes e obras de arte.
Comunicações telegráficas, com e sem fios. Cabos submarinos. Postos e rêdes.
Serviços postais simples e especiais.
Permuta de correspondência, serviço de vales, cobranças, encomendas e assinaturas.
Aviação. Campos de aterragem, instalações de acolhimento e reparação.

SÉTIMO GRUPO

AGRICULTURA E FLORESTAS

CLASSE XVIII

Processos de cultura e exploração

Assistência oficial à Agricultura, jardins de ensaio, postos agrícolas e experimentais.
Métodos e processos de exploração agrícola por europeus. Emprêsas e culturas em grande escala.
Pequena agricultura de colonos e indígenas.
Ferramentas, máquinas e alfaias características.
Fotografias e diagramas de instalações, propriedades agrícolas e grupos de pessoal trabalhador.

CLASSE XIX

Matérias primas, alimentares e industriais

Colecções das principais matérias primas, susceptíveis de exportação e transformação na Metrópole.
Plantas medicinais.
Especiarias.
Cereais e legumes.

CLASSE XX

Produtos florestais

Colecção de madeiras susceptíveis de exportação e utilização industrial.
Amostras de essências florestais.
Materias corantes. Fibras e cascas textis. Resinas, borracha e gomas.
Documentários sôbre explorações florestais, defeza e repovoamento de florestas.

OITAVO GRUPO

PECUÁRIA

CLASSE XXI

Explorações pecuárias particulares e sua orientação oficial

Assistência à Pecuária. Organização de serviços, postos, laboratórios, parques, missões volantes.
Métodos e processos de exploração pecuária por europeus e indígenas.
Importância das explorações, abastecimentos de mercados internos e externos.
Fotografias e diagramas de instalações, tipos de animais e aspectos de explorações pecuárias em geral.

CLASSE XXII

Produtos e derivados

Lacticínios.
Peles, crinas, despojos de aves e animais.
Marfim, chifres, ossos e esqueletos.
Óleos e gorduras.

NONO GRUPO

PRODUTOS DO SUB-SOLO

CLASSE XXIII

Minérios

Demonstração das possibilidades e riquezas mineiras das Colónias Portuguesas.
Colecções de minérios.
Trabalhos oficiais de geologia, topografia e mineralogia.

CLASSE XXIV

Exploração e extracção de minérios

Trabalhos de pesquizas e prospecção.
Material e processos de sondagem, preparação, estivação de poços, galerias e escavações.
Minas, seu apetrechamento. Pessoal empregado. Métodos de exploração.
Planos e modêlos de maquinismos e construções.
Exploração de carvões, betuminosos e derivados.
Exploração de salinas. Mostruário de tipos comerciais de sal.
Estatísticas, cartas, fotografias e publicações.

DÉCIMO GRUPO

COMÉRCIO

CLASSE XXV

Expansão comercial

Organização corporativa e associativa oficialmente reconhecida.

Câmaras de comércio, associações, sindicatos, bolsas de mercadorias.
Tipos de consumo, embalagens. Processos de negócio.
Gráficos estatísticos das balanças comerciais, desenvolvimento e actuação comercial.
Legislação comercial, pautas e mais impostos.

DÉCIMO PRIMEIRO GRUPO

INDÚSTRIAS EM GERAL

CLASSE XXVI

Expansão industrial

Assistência oficial à Indústria. Instituïções. Legislação, exclusivos, protecções.
Importância de certas indústrias nas colónias portuguesas.
Expansão, mercados, características.
Monografias.

CLASSE XXVII

Pesca e conservas

Recursos da fauna marítima.
Métodos e processos de pesca. Emprêsas, embarcações, armações e redes.
Estabelecimentos fabrís de conservas. Mostruários de produtos, compreendendo as embalagens.
Sub-produtos, guanos e óleos.
Estatísticas e documentários.

CLASSE XXVIII

Açúcar

Métodos de cultura de cana. Emprêsas e propriedades.
Fábricas de açúcar. Apetrechamentos. Pessoal.
Amostras de ramas para transformação e tipos de consumo.
Embalagens.

CLASSE XXIX

Óleos e Sabões

Métodos e processos primitivos de extracção de óleos.
Instalações fabris aperfeiçoadas. Colecções de óleos. Trabalhos de laboratório.
Produtos manipulados: velas, sabões, sabonetes, pastas, etc.
Documentários, estatísticas, modelos de embalagens.

CLASSE XXX

Tabacos

Tipos de ramas seleccionadas e classificadas, utilizadas na indústria.
Tabacos manipulados. Cigarros, picados, charutos.
Embalagens.
Documentários das fábricas e pessoal.

CLASSE XXXI

Materiais de construção

Cimento, cal, gesso e mármores calcáreos.
Produtos manufacturados com cimentos e argila. Cerâmica sanitária e de construção.
Documentários de fábricas e instalações mecânicas.

CLASSE XXXII

Produtos químicos

Pirotecnia.
Fósforos.
Produtos farmacêuticos.
Perfumes e artigos de higiene.
Drogas, matérias corantes, alcool industrial e produtos não especificados.

CLASSE XXXIII

Metalurgia

Produtos de fundição de ferro, aço, bronze e quaisquer metais.
Produtos de forja e serralheria.
Caldeiraria em cobre e ferro.
Artigos eléctricos fabricados nas Colónias.

CLASSE XXXIV

Artes gráficas

Trabalhos de tipografia, gravura, litogravura e encadernação.
Carimbos em metal e borracha.
Papeis e cartonagens fabricadas nas Colónias. Livros em branco. Papeis pautados. Envelopes. Tintas de impressão e para escrever.
Fotografia artística.

CLASSE XXXV

Indústria textil e de vestuário

Tecidos de algodão e seda, fabricados nas Colónias.
Malhas, tricots, rendas, bordados, flores e ornamentos.
Trabalhos de vestuário (indumentária regional).
Chapeus, boinas, bengalas, bolsas, guarda-soes e quaisquer artigos de indumentária regional.
Cordoaria e rêdes.

CLASSE XXXVI

Peles e derivados

Peles cortidas para usos industriais. Cortumes. Couros, tipo comercial.
Calçado de tôdas as categorias, utilizando peles e couros.
Artigos confeccionados com peles. Selins, malas, coxins.

CLASSE XXXVII

Cerâmica e vidros

Cerâmica indígena de uso doméstico.
Trabalhos de cerâmica artística decorativa.
Vidros e frascos.

CLASSE XXXVIII

Mobiliário

Mobílias confeccionadas com madeiras exóticas e regionais.
Trabalhos de carpintaria e marcenaria manual e mecânica.
Móveis regionais confeccionados com quaisquer materiais.

CLASSE XXXIX

Produtos alimentares e de consumo

Arroz mecanicamente descascado e polido.
Farinhas, feculas, amidos.
Massas alimentícias e bolachas.
Óleos e gorduras comestíveis.
Licores, Xaropes e vinhos exóticos.
Cervejas, refrigerantes.
Frutas, peixes e carnes conservadas por qualquer processo industrial.
Produtos alimentares não especificados.

CLASSE XL

Ourivesaria e Bijuteria

Trabalhos em ouro e prata.
Artigos em tartaruga, marfim, ébano, muxigemba, bambu e madeiras exóticas.

DÉCIMO SEGUNDO GRUPO

ARTE, LITERATURA E PUBLICIDADE

CLASSE XLI

Arte indígena

Estatuetas e manipanços revelando intuições artísticas.
Gravação em madeira, pedra, metais e cascas.
Instrumentos músicos.

CLASSE XLII

Literatura

Literatura científica e documentária.
Obras de carácter colonial, de recreio e instrução.

CLASSE XLIII

Imprensa

Jornais e publicações nacionais.
Revistas técnicas e boletins.

DÉCIMO TERCEIRO GRUPO

PROPAGANDA, TURISMO, EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSE XLIV

Propaganda e turismo

Organização do turismo nas Colónias. Repartições oficiais ou particulares de informações.
Edições de propaganda. Albuns. Filmes. Postais. Cartazes.
Agências de viagem. Indústria hoteleira.
Recursos cinegeticos, zonas de caça.
Belezas panorâmicas ou motivos de atracção de forasteiros.

CLASSE XLV

Desportos

Sociedades desportivas e federações.
Escotismo.

Aulas de educação física em estabelecimentos de ensino.
Classes de ginástica no exército
Desportos indígenas.
Documentários e publicações.

DÉCIMO QUARTO GRUPO

ETNOGRAFIA

CLASSE XLVI

Usos e costumes

Raças e tipos. Estudos etnográficos e antropométricos.
Costumes e usos gentílicos.
Demonstração em aldeias, instalações e documentários da vida indígena.

DÉCIMO QUINTO GRUPO

INSTRUMENTOS E PROCESSOS GERAIS DAS CIÊNCIAS, DAS LETRAS E DAS ARTES

CLASSE XLVII

Instrumentos científicos

Material de aplicação para ciencias, letras e artes. — Artes plásticas com motivos coloniais.

Secção Metropolitana

DE

Artigos e Produtos de Exportação

DÉCIMO SEXTO GRUPO

ARTIGOS E PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

CLASSE XLVIII

Produtos alimentares

Vinhos generosos, licorosos, espumantes e de pasto.
Aguardentes, conhaques, vinagres.
Lacticínios.
Conservas de carne, peixe e frutas.
Frutas sêcas.
Azeites.
Águas minerais.
Cerveja, refrigerantes e xaropes.
Confeitaria, bolachas e chocolates.
Legumes.

CLASSE XLIX

Vestuário

Tecidos de algodão, lã e seda.
Artigos de vestuário, confeccionado, para indígenas e europeus.
Calçado para indígenas e europeus.
Chapeus de tôdas as qualidades, incluíndo capacetes de cortiça.
Roupas de uso doméstico.

CLASSE L

Artigos diversos

Ourivesaria e relojoaria.
Cerâmica e vidros.
Louças e utensílios esmaltados ou de alumínio.
Mobiliário próprio para as Colónias.
Material sanitário.
Produtos químicos e farmacêuticos.
Produtos metalúrgicos.
Sementes.
Cutelaria.
Aparelhos e artigos de borracha.
Perfumarias e artigos de toucador.
Fósforos.
Materiais de construção. Mármores.
Artigos escolares e de desporto.
Alfaias agrícolas.
Ferragens e ferramentas.
Material de comunicações, rádio-telegráfico, eléctrico.
Artigos não especificados.



INSCRIÇÃO PROVISÓRIA

O abaixo assinado .....

desejando concorrer à Exposição Colonial, pede lhe seja reservada uma área de ..... metros quadrados, aproximadamente, na secção de .....

Género do Mostruário que deseja expôr: .....

.....

.....

.....

Deseja construir pavilhão privativo no Parque? .....

.....

.....

Tem máquinas para montar? .....

.....

Apresenta pessoal das Colónias ou europeu? .....

.....

Nome do Expositor .....

.....

Morada .....

.....

....., a ..... 193...

Assinatura .....

Comprometo-me a aceitar as resoluções do júri a que se refere o artigo 82.º do Regulamento Geral da Exposição, bem como a submeter o projecto da minha instalação à aprovação do Director Técnico.

(ASSINATURA) .....

ANEXO 5: Acções programadas da Agência Geral das Colónias, para os anos de 1933-1934





AGÊNCIA GERAL
DAS
COLÓNIAS

A SUA ACÇÃO NO PERÍODO DE 1933-1934

«Serviços imperiais devem ser ordenados e regidos com o critério de colaboração comum — isto é, a ideia da consciente subordinação de todos ao interêsse geral, deve presidir à sua direcção».

Trecho do Discurso de Sua Ex.ª o Ministro das Colónias, Dr. Armindo Monteiro na Escola Superior Colonial. — Abertura Solene.

1934
Imprensa Libanio da Silva
LISBOA

A Actividade da Agência Geral das Colónias no ano de 1933-1934

Período do encerramento do Relatório entregue a Sua Ex.ª o Ministro, pelo Agente Geral das Colónias, em Abril de 1932:

«*...Tal é o plano de trabalhos que, após 10 dias de exercício do cargo de Agente Geral das Colónias, logar com que V. Ex.ª me quiz honrar, submeto à esclarecida apreciação de V. Ex.ª Senhor Ministro, para cuja eficiência e execução, solicito a aprovação das verbas do orçamento que acompanha o plano de trabalhos, que o desejo de atender à mais restrita economia, não permitiu alargar mais, pois a boa vontade e o desejo de cumprir a tríplice missão de Procuradoria, Propaganda e Informações, não lhe encontrariam limites*».

14 de Abril de 1932.

Período de abertura do Relatório de 1933:

«*E' já decorrido um ano de exercício do meu cargo de Agente Geral das Colónias.*

A rapidez com que êsse ano passou só a comparo àquela com que vi decorrer, uns após outros, os anos em que exerci funções administrativas e de comando militar nas Colónias — quer nuns, quer noutros, a actividade útil explica a rapidez».

29 de Abril de 1933.

*

Período de abertura do Relatório de 1934:

«Mais um ano se passou, outro se aproxima, para levar por deante o que começado está e iniciar o mais que possivel for.

Com tôda a fé o creio e com tôda a boa vontade e entusiasmo o desejo.

De todo o trabalho já realizado foram factor primordial as inteligentes directivas de V. Ex.ª, mas devo aqui registar com a maior das satisfações o decidido apoio recebido de V. Ex.ª, animando a actividade das diferentes divisões da Agência Geral das Colónias e confiando-lhe novos serviços de responsabilidade, integrando nela iniciativas de trabalho que em conjuncto útil e ordenado se tem sabido manter».

29 de Abril de 1934.

Júlio Garcez de Lencastre
Tenente-coronel
Agente Geral das Colónias

AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

DIVISÃO DE PROCURADORIA

1.ª DIVISÃO

Trata de tôdas as incumbências, de caracter comercial que lhe sejam cometidas pelos governos, corpos ou corporações administrativas coloniais.

Segue, com procuração, nos tribunais ou em quaisquer outras instâncias oficiais, os processos em que as mesmas entidades sejam partes assistentes ou interessadas.

Filatélia:—Vende valores postais das colónias portuguesas, com objectivo filatélico.

Incumbe-se de receber e enviar ràpidamente para todos os pontos do país, colónias ou estrangeiro, as pensões e vencimentos de funcionários coloniais portugueses.

AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

2.ª Divisão — Informações

Movimento do ano de 1933

Informações prestadas:

Por escrito:

Para a Metrópole	280	
Para as Colónias	133	
Para o Estrangeiro	195	608

Verbais:

Informações tratadas ao balcão durante o ano.	5.400

Leitores:

Consultas de Boletins oficiais, Diários do Govêrno, Estatísticas e outras publicações	2.450

Venda e distribuição de publicações:

Publicações vendidas durante o ano.....	1.721

Publicações distribuídas gratuïtamente:

Ao balcão.....	400	
Pelo correio	210	610

Correspondência expedida:

Cartas e oficios...	1.187	
Telegramas.....	437	1.624

Serviços diferentes:

a) Todo o expediente relativo ao pessoal da Agência;

b) Todo o expediente relativo às vendas de publicações;

c) Organização de mapas estatísticos em face das publicações oficiais;

d) Anotação e registos de legislação colonial e de outros elementos de interêsse, conforme o *Diário do Govêrno* e o *Boletim oficial* de cada Colónia;

e) Arquivo de todos os dados e elementos de informação recebidos.

AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

Juizo feito sôbre os serviços da 2.ª divisão (informações)

60 TESTEMUNHOS INSUSPEITOS

Entidades que solicitaram e obtiveram informações
Apreciação das informações recebidas

Entidades oficiais

Sub-Secretário de Estado do Ministério da Agricultura. — Depois de agradecer as informações prestadas, escreveu: «Pelos elementos que V. me envia, tive ocasião de verificar mais uma vez a forma criteriosa como essa Agência tem montados os seus serviços e o precioso auxílio que ela pode prestar a quem deseje estudar qualquer questão colonial» (Dezembro-1932).

Museu Agrícola Colonial de Lisboa. — «Todas as vezes que temos pedido à 2.ª Divisão dados estatísticos sôbre a exportação de produtos agrícolas feita pelas nossas Colónias, nos tem sido prontamente fornecidos todos aqueles de que dispõe».

Direcção Geral dos Negócios Comerciais (Ministério dos N. Estrangeiros). — «Têem sido de grande auxílio e utilidade para os serviços consulares portugueses, e especialmente para os serviços a cargo desta Direcção Geral, os esclarecimentos que, com a maior clareza e solicitude, têm sido prestados por V.»

Direcção Geral do Comércio e Indústria (Ministério do Comércio e Indústria). — «As informações pedidas à Agência têm sido prestadas com a maior solicitude».

Inspecção de Pêsos e Medidas (Ministério do Comércio e Indústria). — «Nas relações desta Inspecção com os

Serviços de Informações dessa Agência Geral, tem-se verificado que as informações pedidas têm sido ràpidamente prestadas, com elementos oficiais colhidos nas próprias colónias, revelando-se a sua acção informativa de grande utilidade pela presteza, qualidade e forma de execução».

Inspecção Técnica das Industrias e Comércio Agrícolas. — «Tem a Agência Geral das Colónias prestado a essa Inspecção os melhores serviços informativos sôbre matéria colonial».

Bôlsa de Mercadorias de Lisboa. — «A 2.ª Divisão da Agência Geral das Colónias tem sempre satisfeito, tão prontamente quanto possível, os nossos pedidos de informação sôbre matéria colonial. Estas informações, tanto pela sua qualidade como pelo detalhe, tem sido muito uteis aos nossos Serviços».

Professor do Liceu de Camões — Augusto César Gomes Pereira. — «Uma vez mais tenho ensejo de verificar quanto escrupulo e decidida boa vontade os funcionários dessa Agência põem na elaboração dos esclarecimentos que, para o ensino nas minhas aulas, tenho tido necessidade de lhes pedir. Os elementos agora recebidos representam um paciente e conscencioso trabalho que em nenhuma outra parte poderia ir colher e que se me afigura muito mais completo do que eu esperava vir a consegui-lo». (Janeiro de 1934).

Professora de ensino primário — D. Maria da Conceição Branquinho — «As informações por mim pedidas foram prontamente satisfeitas e devidamente esclarecidas».

Professor de ensino primário — Acrisio de Almeida Rasoilo. — «Essa Agência portou-se sempre para comigo, em resposta às informações que tenho solicitado, com a máxima correcção e presteza. Raras

vezes as suas respostas deixaram de ter uma prontidão telegráfica».

Casa de Portugal em Paris. — «De todas as vezes que nos temos dirigido à Agência Geral das Colónias, nos têm sido fornecidas sempre, com tôda a precisão e regularidade, as informações que temos solicitado».

Casa de Portugal em Londres. — «Todas as informações que temos formulado aos «Serviços de Informação dessa Agência Geral, nos têm sido facultados com a maior presteza e precisão».

Embaixadas, legações e consulados

Embaixada do Brazil em Portugal. — «Sempre que a essa Agência nos temos dirigido para a obtenção das informações que nos têm sido necessárias, temos sido atendidos o mais gentilmente que é possível, obtendo todos os esclarecimentos possíveis e compatíveis com as estatísticas organizadas».

Legação da Bélgica em Lisboa. — «Aprecio com grande prazer a cortezia e diligência que sempre encontrei ao dirigir-me à segunda Divisão dêsse Organismo».

Legação da Tchecoslováquia, em Lisboa. — «A Legação, sempre que pediu informações a essa Agência, as obteve amáveis, prontas, muito completas, e assim os respectivos serviços da 2.ª Divisão dêsse Organismo lhe aparecem como modelares».

Consulado Britânico em Lisboa. — «Nas ocasiões em que me dirigi à Divisão, de Informações dessa Agência Geral das Colónias, os meus pedidos foram sempre atendidos com cortezia e prontidão».

Consulado Geral Americano em Lisboa. — «Êste Consulado Geral tem sempre apreciado grandemente as informações sôbre Angola que a Agência Geral das

Colónias tem freqüêntemente enviado, e que lhe têm sido de grande auxílio».

Consulado Geral de Portugal em Viena. — «Por várias vezes tive o grato ensejo de reconhecer o grande valor e a evidente utilidade do serviço de informações organizado por essa Agência Geral. Foi-me sempre particularmente grato poder recorrer a quem superior competência tem para prestar informações correctas e fieis, habilitando-me assim a satisfazer os pedidos que me foram feitos. Os meus pedidos de informação foram sempre atendidos com a maior prontidão, sendo todas as informações prestadas com minuciosidade e, quando necessário, acompanhados com larga documentação. Julgo o serviço de informação instalado nessa Agência Geral uma instituïção valiosissima cujo valor e utilidade todo o Consulado e Legação devem unanimemente reconhecer».

Consulado Geral de Portugal em Amsterdam. — «Todas as informações e outros elementos subsidiários pedidos foram com presteza satisfeitos pela Agência Geral, cuja solicitude e metodizado trabalho, relativo a matéria colonial, muito honram os Serviços dessa Agência modelar».

Consulado Geral de Portugal em Londres. — «A 2.ª Divisão dêsse Organismo tem satisfeito sempre com tôda a prontidão os pedidos de informações sôbre matéria colonial que êste Consulado Geral tão freqüentemente lhe tem formulado».

Consulado Geral da Suiça em Lisboa. — «As relações dêste Consulado Geral com os Serviços de Informações da Agência Geral das Colónias foram sempre muito cordeais, tendo eu ficado, em todos os casos, satisfeito da maneira amável com a qual as informações sôbre assuntos coloniais me foram prestadas».

Consulado Geral dos Países Baixos, em Lisboa. — «O Consulado Geral a meu cargo foi sempre tratado com

muita atenção pelo Serviço de Informações dessa Agência, e só tenho razão para o louvar».

Consulado de Portugal em Providence (E. U. da América). — Acusando em Setembro de 1926 a recepção de «interessantes e utilissimos esclarecimentos sôbre legislação em vigor referente a Missões Estrangeiras nas nossas Colónias» termina com o seguinte período: «A presteza e precisão das informações, cuja recepção ora acuso, confirmam no meu espírito o inestimável valor que atribuo à Agência Geral das Colónias».

Consulado de Portugal em Milão. — «Todas as vezes que tive a oportunidade de me dirigir a essa respeitável Agência Geral, para consultas, noticiários, etc., os meus inquéritos foram sempre atendidos com a maior solicitude e da forma mais completa».

Bancos

Banco Nacional Ultramarino. — «Os nossos agradecimentos, em todas as vezes que temos recorrido aos Serviços dessa Agência, pela solicitude com que sempre temos sido atendidos».

Banco do Comércio e do Ultramar — Lisboa. — «Sempre que havemos recorrido aos Serviços de Informações sôbre matéria colonial a cargo da 2.ª Divisão dêsse Organismo, temos sido atendidos com tôda a presteza e por forma a deixar-nos inteiramente satisfeitos».

Banque Commerciale du Congo-Bruxelas. — «As informações fornecidas deram-nos plena satisfação».

Associações

Associação Central da Agricultura Portuguesa. — «Os nossos agradecimentos pelo prestimoso serviço que

V. E. se dignou facultar a esta Associação Central, prestando-lhe, durante o ano findo, com a máxima solicitude, as informações sôbre matéria colonial, que nos foram necessárias para o bom cumprimento da nossa missão associativa, e que V. E. pela 2.ª Divisão desse prestigioso organismo sempre atendeu com presteza e com dedicação dignas de louvor». 5-1-934.

Associação Comercial de Lisboa. — «A impressão colhida na permuta de informações entre a Agência Geral das Colónias e a Associação Comercial de Lisboa, é a de que os serviços de informação dêsse Organismo, tal como os desta Corporação, têm demonstrado sempre a melhor vontade em corresponder às solicitações recebidas, com rapidez e de molde a satisfazer por completo».

Automóvel Club de Portugal. — Êste Club informando que em 9-10-1930 se dirigiu pela vez primeira à Agência, a solicitar informações sôbre regime de importação temporária nas nossas colónias, confessa que «a resposta, dada em 18 do mesmo mês, foi absolutamente satisfatória sob todos os pontos de vista».

Centro Comercial do Pôrto. — Agradece «os interessantes e detalhados esclarecimentos» que lhe foram fornecidos «com uma celeridade muito digna de registo». (26-2-931).

Câmaras de Comércio, Companhias, Sociedades e Firmas Comerciais, Industriais e Agrícolas

Câmara de Comércio Italiana, em Lisboa. — Agradece «os interessantes e muito detalhados dados». Apreciando «a perfeita elaboração do relatório desta Agência», patenteia as suas sinceras felicitações por «tão completo trabalho». (10 10-932).

Chambre de Commerce Française du Portugal. — Agradece «a gentileza das informações» prestadas bem como a sua «rapidez que demonstra uma organização impecável». (21-11-929 e 1-11-930).

Câmara de Comércio Polaca em Portugal. — «Ficamos muito gratos à 2.ª Divisão da Agência Geral das Colónias pelos dados e informações que sempre nos facilitou».

Companhia Agricolo-Pecuária de Angola-Lisboa. — Já em carta de 8-7-1926 agradecia «as informações prestadas e a rapidez com que foram fornecidas, «felicitando se» por haver finalmente, com a Agência Geral das Colónias, uma instituïção oficial, onde se podem prontamente colher informações sôbre a vida económica das Colónias».

Compagnie du Congo pour le Commerce et l'Industrie — Bruxelas. — «É para nós um grato dever reconhecer que a Agência Geral das Colónias sempre respondeu com a máxima delicadeza, zêlo e precisão, aos pedidos de esclarecimentos, que lhe temos dirigido».

Companhia «Cimento Tejo» — Pôrto. — «Tivemos ensejo de verificar, em casos que nos interessavam, que a Agência respondeu com exactidão e com prontidão sôbre os pontos da consulta. É quanto se pode exigir para que os negócios não sejam entorpecidos, e por isso nos é grato felicitar V. pela organização que a Agência mantém no seu serviço de Informações».

The Coment Marketing Company, L.da — Londres. — «As nossas várias consultas estatísticas, foram sempre por essa Agência Geral atendidas com prontidão e da maneira mais satisfatória».

Instituto Pasteur de Lisboa. — «Mais duma vez nos temos dirigido aos vossos Serviços de Informações,

obtendo sempre as mais úteis e satisfatórias respostas».

Sociedade Importadora e Exportadora de Materiais, L.da — Lisboa. — Declara que lhe «é extremamente agadável constatar da parte de um orgão do Estado uma organização que permite satisfazer os interêsses do público». (9-11-928).

Sociedade Lusitana de Electricidade A. E. G. Lisboa. — «Nas relações desta Sociedade com os Serviços de Informações a cargo da 2.ª Divisão dêsse Organismo, temos sido sempre alvos da maior gentileza no trato e da maior solicitude e proficiência nas respostas aos pedidos que lhes temos formulado».

Sociedade «Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas» — Lisboa. — «Tendo pedido essa Agência informações várias sôbre negociantes das Colónias, imediatamente nos foram fornecidas copiosas listas com todos os detalhes solicitados e ainda mais alguns que nos foram bastante úteis».

Sociedade Comercial Philips Portuguesa — Lisboa. — «As informações que temos solicitado a essa Agência têem-nos sido prestadas com tôda a rapidez e exactidão, motido que nos leva a manifestar-lhe o n/agradecimento pela forma como têem sido atendidos os n/pedidos, a qual demonstra bem a boa organisação desses Serviços».

Sociedade Portuguesa de Acessórios, L.da — Lisboa. — «Quando tivemos ocasião de consultar esses Serviços (Informações) fomos atendidos o melhor possível, e as informações que nos prestaram, nos satisfizeram em absoluto.»

A. Ferreira, L.da — Lisboa. — «Tendo solicitado a essa Agência uns dados estatísticos sôbre importações das Colónias, êles nos foram clara, rápida e obsequiosamente prestados».

Carlos Empis — Lisboa. — «Todas as vezes que me tenho dirigido a essa Agência Geral, para consulta da legislação colonial, pedidos de informação referentes a dados estatísticos sôbre importação e exportação de produtos, bem como outros informes necessários à minha actividade comercial nas Colónias, tudo me tem sido fornecido com a maior bôa vontade, rapidez e documentação bastante.»

Export Review — Londres. — «Estamos muito satisfeitos com os serviços de Informações dessa Agência Geral, porquanto todos os nossos inquéritos foram sempre atendidos de maneira mais satisfatória.»

Ford Motor Company — Anvers. — «Os esclarecimentos que temos solicitado à Agência Geral das Colónias, foram sempre integralmente satisfeitos com toda a prontidão.

Marcus & Harting, L.da Lisboa. — «Sempre que temos necessitado de quaisquer informações e dados estatísticos a cargo da 2.ª Divisão dessa Agência Geral, muito amavelmente os nossos desejos foram atendidos.»

Matos Tavares, L.da — Lisboa. — «As informações que pedimos ocasionalmente a essa Agência, quer de ordem comercial, quer de ordem técnica, sempre nos foram prontamente prestadas, de fórma que podemos unicamente dizer o melhor dessa Divisão.»

Niblett & Co. — Leixões. — «Quando nos utilisámos dos Serviços de Informações dessa Agência Geral, fomos rápida e perfeitamente informados a respeito do que desejavamos saber, motivo por que só temos justamente de louvar e agradecer a acção informativa dos referidos Serviços.

«Radiante» (antiga Sociedade Sines) — Lisboa. — «Estamos plenamente satisfeitos com as informações que

nos têem sido prestadas por esse Organismo, sempre que a êle temos recorrido».»

Ricardo Pires & C.ª — Lisboa. — «Sempre que nos tem sido necessário recorrer aos Serviços da Agência, temos encontrado, a par de grandes facilidades, um fiel e completo serviço de informação que bastante honra o pessoal a cujo cargo tal serviço está confiado.»

Shell Company of Portugal, L.da — Lisboa. — «Sempre que temos necessitado dos serviços da Agência, temos sido atendidos com tôda a solicitude.»

Vacuum Oil Company, Inc. — Lisboa. — «As nossas impressões não podem ser mais favoráveis, quer quanto à utilidade e exactidão das informações que nos têem sido prestadas em diversas ocasiões, quer quanto à forma atenciosa como sempre temos sido tratados. Temos verificado a forma prática como os diversos serviços estão organisados, a ponto de considerarmos a Agência Geral das Colónias, como um dos Organismos Oficiais mais eficientes e úteis ao desenvolvimento das Colónias Portuguesas e do intercambio entre estes e a Metrópole.»

Werber & Co. — Lisboa. — «Os pedidos de informações, por nós feitos a essa Agência, tem sido sempre atendidos com a maior prontidão e duma forma que prova bem a sua perfeita organisação.»

Diversos

Dr. Fausto de Oliveira, médico no Pôrto — «Em carta de 18-5 927 agradece à Agência, a amabilidade da resposta: «Torna-se hoje, diz, um facto raro sermos atendidos com gentileza nas Repartições Públicas do nosso País. Por isso não ficaria com a minha consciência tranqüila, se não escrevesse a agradecer-lhe, etc.

V. D. Greidenberg — Paris. — «As informações que me têm sido dadas, em resposta às minhas preguntas, foram sempre prestadas com precisão, presteza e amabilidade, e ainda direi mais: com inteligência.»

D. Gustav Mikusch — Viena. — Todas as minhas consultas, dirigidas a esse Organismo, têem sido respondidas prontamente e duma maneira mais que satisfatória.

Luiz Ciriaco Eleutério (despachante oficial da Alfândega de Lisboa). — «Todas as informações por mim pedidas na Agência Geral das Colónias sôbre assuntos aduaneiros coloniais me foram sempre prestadas com a maior clareza e brevidade, em virtude do que considero essa Agência da maior utilidade para o comércio com as Colócias.» E acrescenta que nos funcionários com quem tratou, encontrou sempre «a maior correcção e amabilidade.»

ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DE ANGOLA
Residentes na Metrópole

Sede provisória: Rua do Comércio, 8-1.º
LISBOA

(CÓPIA)

Ex.mo Senhor

Noticia a Imprensa de Lisboa que V. Ex.ª foi nomeado Governador do Distrito de Luanda.

Na pessoa de V. Ex.ª concorrem tôdas as condições e méritos necessários ao desempenho de tão notável e delicada missão, pois a acção inteligente e patriótica que V. Ex.ª vem desempenhando como Agente Geral das Colónias, a contento de todos os coloniais, justifica quanto interêsse e desvêlo lhe merecem os problemas que se ligam ao aproveitamento das grandes riquezas do vasto Império Colonial Português e ao intercâmbio com a Metrópole, por isso, rejubilando com o facto, permitimo-nos apresentar a V. Ex.ª as nossas mais sinceras congratulações pelo honroso cargo que lhe acaba de ser conferido por Sua Ex.ª o Sr. Ministro das Colónias.

Com os protestos da nossa muita consideração

A Bem da Nação

Lisboa, 3 de Julho de 1933

Ex.mo Sr. Tenente Coronel, Júlio Garcez de Lencastre. — Lisboa.

O Director, 1.º Secretário

(a) *Octávio César Craveiro*

3.ª Divisão

1.º — Trabalho executado pròpriamente de gabinete e de repartição:

a) Informações para jornais e revistas nacionais da Metrópole, colónias portuguesas, Espanha, França, Itália, Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Brazil e Africa do Sul, recortes do que sôbre as Colónias Portuguesas se diz na imprensa nacional e estrangeira;

b) Publicidade, pròpriamente dita, em jornais, revistas, «placards» e montras;

c) Distribuïção gratuíta de fotografias, monografias e publicações, umas editadas pela Agência, outras sobrantes de várias exposições, em português e idiomas estrangeiros;

d) Concurso anual de literatura colonial, em três categorias.

O número de obras apresentadas a concurso desde 1926 até 1933 foi o seguinte:

1926 — 5
1927 — 7
1928 — 11
1929 — 11
1930 — 9
1931 — 8
1933 — 28
1934 — 14

A importância anual para prémios é de 35.000$.

2.º — Acção exterior, que esta Divisão promove fora da Agência:

a) Sessões de cinema com documentários de propaganda.

b) Secção Colonial na Exposição regional do cincoentenário do Caminho de Ferro do Vale do Vouga;

c) Colaboração activa na Exposição Colonial. Recepção de mostruários da extinta Exposição de Paris, sua expedição para o Pôrto. Execução das directrizes recebidas de Sua Ex.ª o Ministro.

Propaganda pelo cinema

Realizaram-se sessões de propaganda em Lisboa, Pôrto, Setúbal, Cezimbra, Tôrres Novas, Santarém, Faro, Portimão, etc., àlém de se terem emprestado filmes para vários Liceus, Colégios e Grémios particulares, e «Semana das Colónias» da Sociedade de Geografia.

Mandaram-se, também, filmes para o Rio de Janeiro quando da quinzena Portuguesa organizada pelo jornal *O Século*.

Em tôdas as sessões se distribuíram publicações de propaganda e os programas impressos adornados com gravuras, eram, por si, também elementos de propaganda.

A Associação Industrial Portuguesa cedeu o filme oficial da Exposição Industrial, valioso documentário da actividade Industrial Portuguesa; a Agência tomou a seu cargo enviá-lo para tôdas as Colónias Portuguesas começando a sua apresentação por Angola, seguindo dali para Moçambique e restantes Colónias do Oriente.

Em 1932 a Agência Geral das Colónias dispunha de um único filme, hoje tem à disposição das Escolas do País o seguinte variado programa, que será apresentado também na Exposição Colonial Portuguesa:

1 — Aspectos do Rio Quanza e Queda do Lucala.
2 — Acção Colonizadora do Estado em Angola.
3 — Pesca da Baleia em Angola.
4 — Uma caçada nas Nharas do Cussol — Angola.
5 — Costumes indígenas em Angola.
6 — Uma caçada no deserto de Angola.
7 — Costumes primitivos dos indígenas em Moçambique.
8 — Hortas de Mossâmedes em Angola.

9 — Aspectos da Indústria e Agricultura da Guiné.
10 — A cidade de Lourenço Marques.
11 — Pôrto Alexandre — Angola.
12 — Monumentos Históricos da Índia.
13 — Feira das Amostras de Angola.
14 — São Tomé Agrícola e Industrial — São Tomé, 1.ª parte.
15 — Idem, 2.ª parte.
16 — Coqueiros — Moçambique.
17 — Passagens interiores de Moçambique.
18 — O Açúcar — Moçambique.
19 — O Sisal — Moçambique.
20 — A Primeira Companhia Indígena de Angola em Lisboa.
21 — Visita do Ministro das Colónias às minas do Lunda.
22 — Uma horta de um colono em Angola.
23 — O Chá — Moçambique.
24 — Danças indígenas de Moçambique.
25 — Fazenda Assucareira do Cassequel — Angola.
26 — Exercícios das Tropas Indígenas de Angola.
27 — Quedas do Dalla.
28 — Dois dias no mato — Moçambique.
29 — O Pôrto de Lourenço Marques — Moçambique.
30 — Dragões de Moçambique, 1.ª parte.
31 — Idem 2.ª parte.
32 — Pôrto e Caminho de Ferro de Lourenço Marques.
33 — Macau pitoresco.
34 — Caminho de Ferro de Luanda a Malange.
35 — Filme da Exposição Colonial de Portuguesa.
36 — Aldeia Indígena da Guiné.
37 — Projecções fixas — Mousinho de Albuquerque.
38 — Cultura das bananas — Moçambique.
39 — Mossâmedes, 1.ª parte.
40 — Idem 2.ª parte.
41 — Cultura das laranjas
42 — Uma caçada no Mocungo.
43 — Nova Lisboa — Angola.
44 — Luau — Angola.
45 — Missão do Quando — Angola.
46 — Quibala — Angola.

47 — Amboim — Angola.
48 — Dalatando — Angola.
49 — Amboim, terra do café e do cacau.
50 — Amboim.

Propaganda nas províncias

Congresso ferroviário do C. F. do Vale do Vouga.

Demonstração Colonial na Exposição Regional. (Ver o *Boletim Geral das Colónias*).

Primeira Exposição Colonial Portuguesa

O decidido apoio que Sua Ex.ª o Ministro prestou a esta idéia quando ela era ainda uma dúvida, foi o factor primordial do triunfo, porque triunfo pode chamar-se a sua organização e a sua execução.

A' Agência Geral das Colónias estão confiados os serviços em Lisboa; no Pôrto tem a Divisão de Propaganda o chefe e alguns dos seus empregados. Para aquela cidade têm sido enviados 4.000 volumes não só de materiais que a Agência já possuia mas também dos mostruários recebidos do Comissariado de Paris.

Deu a Agência assistência a 185 indígenas vindos das Colónias para a representação etnográfica da Exposição.

Padrões do Império

Iniciou-se a publicação de folhetos de propaganda focando assuntos importantes da Obra Colonizadora Portuguesa.

Estão publicados:

N.º 1 — Marracuene. (Referindo-se á organização militar).
N.º 2 — Missões Religiosas.

Breve será publicado o N.º 3 referindo-se à Assistência Médica indígena.

4.ª Divisão

Boletim Geral das Colónias. — Os serviços do Boletim continuam correndo normalmente. Contudo o seu texto melhorou muito com as novas secções: «Crónica Colonial Belga» e «Crónica Colonial Científica».

Colecções de Relatórios, Estudos e Documentos Coloniais. — Durante os nove meses do ano económico corrente (33-34) sairam por esta colecção os vinte e dois seguintes trabalhos:

1 — Constituïção Política da República Portuguesa;
2 — Projecto da Carta Orgânica do Império Colonial Português;
3 — Os Portugueses na Colonização Contemporânea;
4 — Les Portugais dans la Colonization Contemporaine;
5 — Conferência do Império Colonial Português (Discursos de S. Ex.as o Presidente do Conselho e Ministro das Colónias);
6 — Idem em francês;
7 — Relatório dos Orçamentos Coloniais 1933-1934;
8 — Serviços de Assistência aos indígenas no Congo, 1930;
9 — Relatório dos Caminhos de Ferro Além-Malanje, Janeiro e Fevereiro de 1931;
10 — The portuguese in modern colonization;
11 — Carta Orgânica do Império Colonial Português;
12 — Reforma Administrativa Ultramarina;
13 — Expedição do Bié;
14 — Relatório dos Serviços Aduaneiros de Angola 1932;
15 — A Obra Administrativa da Ditadura em Moçambique 1927-1932;
16 — I portughesi nella colonizzazione contemporânea;
17 — Relatório do Caminho de Ferro de Tete, 1933;
18 — Para uma Política Imperial (Colectânea dos Discursos de S. Ex.as o Ministro);

19 — Portarias regulamentares da Reforma Administrativa Ultramarina;
20 — Discrição da Carta Geológica de Angola, 1933;
21 — Estatística da Colónia de S. Tomé, 1931;
22 — Relatório dos Serviços de Cadastro e Colonização de Angola.

Colecção de Legislação Colonial e Boletim de Legislação Ultramarina. — Já saiu a «Colecção de Legislação Colonial» de 1932. Pela forma como se apresenta o livro e pelo trabalho de índice alfabético, fácil é concluir o esforço que foi preciso desenvolver.

Está em andamento a «Colecções de Legislação Colonial» de 1933, e o «Boletim de Legislação Ultramarina».

Biblioteca Colonial Portuguesa. — Iniciou-se a edição das Obras de Ayres de Ornelas e em breve vai começar a de Mousinho de Albuquerque.

A 4.ª Divisão deu à Exposição Colonial Portuguesa a sua colaboração, distribuindo alguns milhares de volumes do Boletim e centenas de volumes das suas publicações, relatórios, monografias, etc.

Está preparando um número especial do Boletim comemorativo da Exposição Colonial Portuguesa.

Biblioteca. — Começou a funcionar êste serviço em 1926, com uma concorrência de 51 leitores, sem que o número dêstes tenha deixado de aumentar desde então, de ano para ano, como se verifica pelos totais abaixo indicados:

Anos	Leitores
1927	228
1928	258
1929	467
1930	880
1931	926
1932	1.163
1933	1.412

Revista "O Mundo Português"

Criada por decreto n.º 23.482 de 20 de Janeiro de 1934

Propaganda e expansão:

A distribuïção de circulares a Govêrnos Coloniais, Câmaras, Imprensa e diversas entidades foi de: — 6.500. Publicou 5 números, estando êste último em distribuïção e o 6.º na imprensa.

O número dos seus assinantes é de 1.400 hovendo já comunicação dos Govêrnos Coloniais de um número de novas assinaturas, que elevará aquele número àlém de 1.500.

A venda avulso, cuja liquidação se está fazendo, atinge um número de 500 exemplares aproximàdamente em cada edição.

Tendo em vista a propaganda do nosso Império Ultramarino faz de cada número uma larga distribuïção gratuita;

a Bibliotecas oficiais	13
Bibliotecas e alunos de estabelecimentos de ensino	466
Permuta com a Imprensa de Lisboa, Pôrto e Provincias	138
Entidades oficiais e outras.....	300
	917

atingindo nos cinco números publicados uma distribuïção efectiva de 4.585 exemplares.

Além de muitos outros exemplares que tem distribuído, iniciou uma distribuïção na Exposição Colonial do Pôrto de 200 exemplares, e por diversas instituïções e colectividades Portuguesas no Estrangeiro 285 exemplares.

Quási todos os jornais das provincias, além dos de Lisboa e Pôrto se lhe tem referido, fazendo não só referências ao seu aspecto gráfico e á sua colaboração, mas transcrevendo também alguns dos seus artigos ou publicando as suas gravuras.

É de notar ainda o bom acolhimento que encontrou na nossa actividade industrial e económica, mercê do que a sua publicidade atinge já 160 contractos dos quais se encontram publicados 59.

Período de encerramento do Relatório de 1933:

«...*Ao encerrar êste balanço à obra feita, terminarei com as palavras orientadoras, do ilustre Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar:*

«*Dominados não, pela ideia do perfeito e do ótimo, mas por uma ideia mais modesta e positiva, do essencial e do possivel*».

E como o reunir desta documentação dos trabalhos da Agência, se dá a poucos dias de eu deixar o meu cargo de Agente Geral das Colónias, para assumir maiores responsabilidades, permita-me V. Ex.ª, Senhor Ministro, que eu lhe agradeça pùblicamente a confiança em mim depositada e afirme que foi a inteligência, a fé e o entusiasmo de V. Ex.ª, Sr. Dr. Armindo Monteiro, que sempre orientaram, animaram e acarinharam as iniciativas e o entusiasmo da Agência Geral das Colónias.

Lisboa, 13 de Julho de 1934

O Agente Geral das Colónias

Júlio Garcez de Lencastre

Tenente-coronel.

ANEXO 6: Álbum fotográfico da Primeira Exposição Colonial Portuguesa com 101 clichés fotográficos da Autoria de Domingos Alvão

735

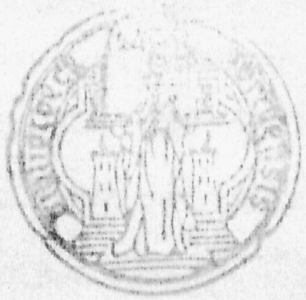


ALBUM FOTO GRÁFICO

II

da 1ª Exposição Colonial Portuguesa

X⁵-1-189



101 CLICHÉS FOTOGRAFICOS DE ALVÃO - PORTO
FOTOGRAFO OFICIAL DA EXPOSIÇÃO COLONIAL



REPRODUÇÃO E IMPRESSÃO *OFFSET* DA
LITOGRAFIA NACIONAL - PORTO

Dedicatória

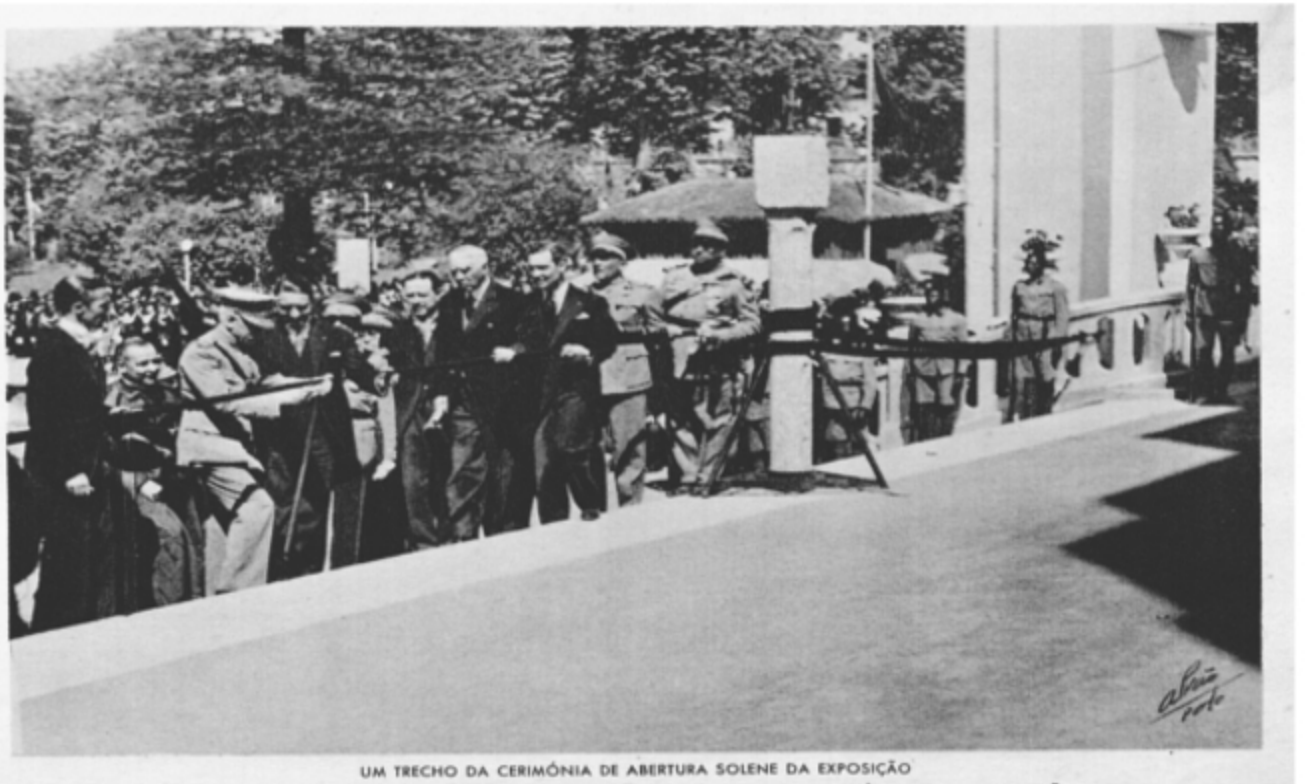
O ALBUM FOTOGRÁFICO *da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa é a última publicação da série comemorativa dêste certame.*

É também, entre todas, aquela que mais expressivamente manterá a lembrança de um acontecimento que interessou profundamente todo o País, e perante o qual milhão e meio de portugueses, dentro das mais impecáveis ordens política, social e espiritual, compreenderam que não eram habitantes de um país pequeno.

A êsse sentimento renascido juntou-se uma conquista de utilidade prática imediata: A obra do Estado Novo — que é uma obra generosa digna de país grande — foi mais sentida e compreendida por aqueles em quem renascia o orgulho de serem grandes.

Por êste motivo — por tantos outros de menos relêvo que a lembrança da Exposição faz reviver — êste Album é dedicado a todos os portugueses de idéas claras e acção pronta, a quem se deve o êxito político, espiritual e material da Exposição — a todos os portugueses ainda que, alheios a intrigas demolidoras e a actividades desagregantes, estão, disciplinada e generosamente, em volta dos Chefes do Estado Novo, Áquém e Além-Mar, prontos a servir o Bem da Nação — êsse Bem de todos, que não póde confundir-se com o bem de cada um, nem com as fórmulas improvisadas de qualquer crítico ambicioso.

HENRIQUE GALVÃO
Director da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa



UM TRECHO DA CERIMÓNIA DE ABERTURA SOLENE DA EXPOSIÇÃO
SUA EXCELENCIA O SENHOR PRESIDENTE DA REPUBLICA CORTANDO A FITA SIMBÓLICA DA INAUGURAÇÃO



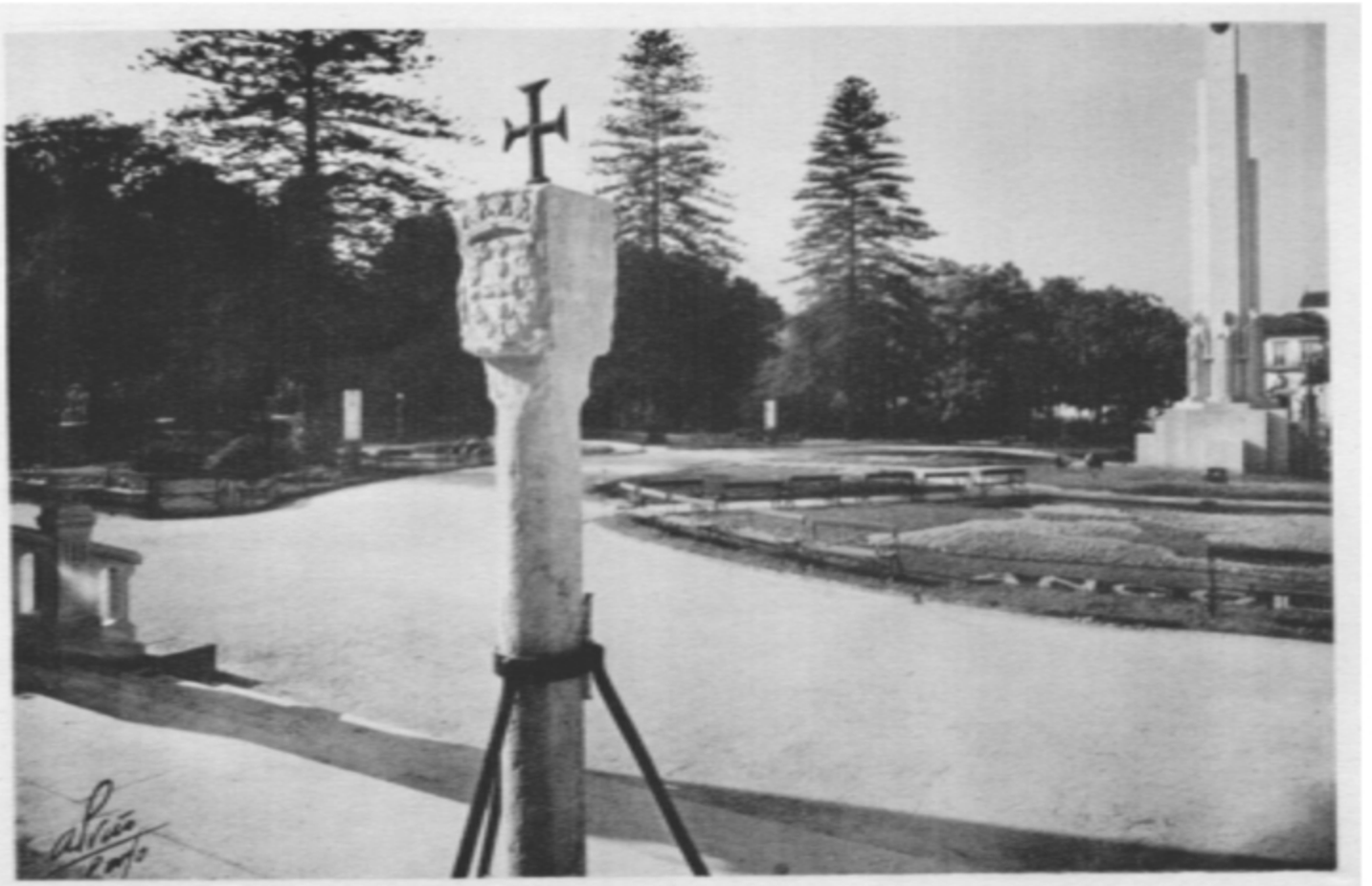
VISITA OFICIAL APÓZ A CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO



FACHADA PRINCIPAL DO PALÁCIO DAS COLÓNIAS E MONUMENTO AO ESFÔRÇO COLONIZADOR PORTUGUÊS



FACHADA PRINCIPAL DO PALÁCIO DAS COLÓNIAS



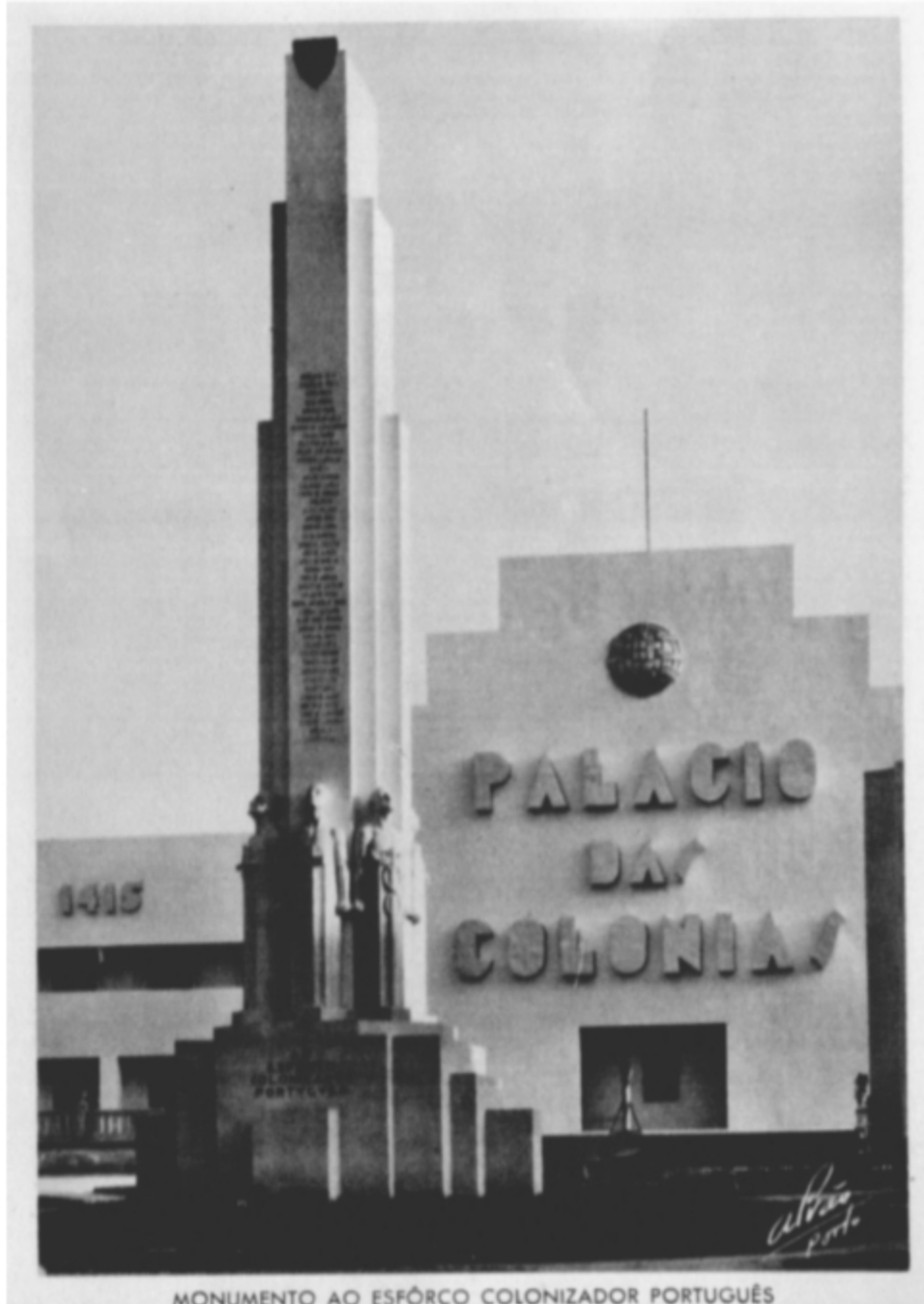
PADRÃO DE DIOGO CÃO (Autêntico)



PRAÇA DO IMPÉRIO E MONUMENTO AO ESFÔRÇO COLONIZADOR



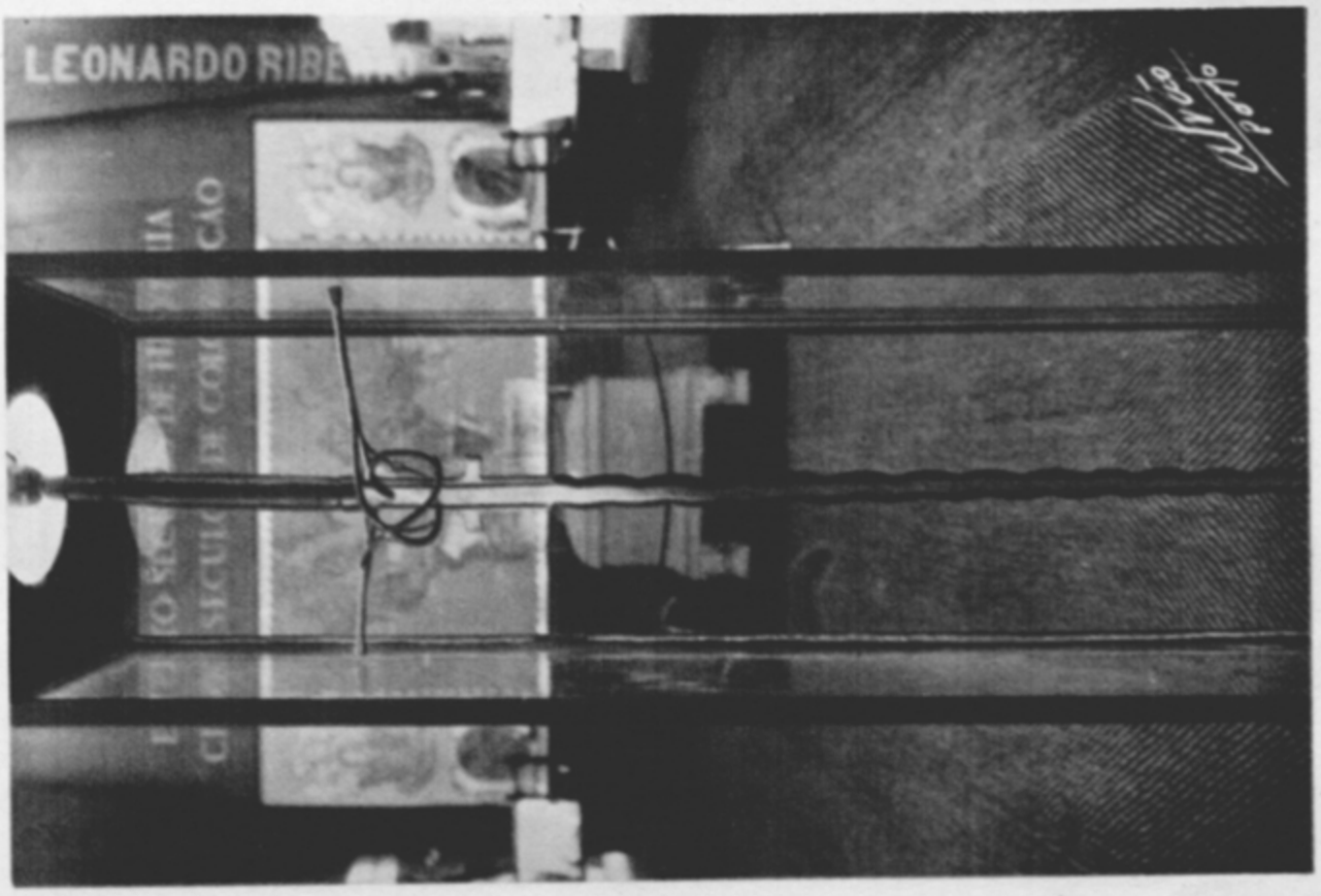
MONUMENTO AO ESFÔRÇO COLONIZADOR PORTUGUÊS



MONUMENTO AO ESFÔRÇO COLONIZADOR PORTUGUÊS
(PROJECTO DE PONCE DE CASTRO)



PALÁCIO DAS COLÓNIAS — SALA DA HISTÓRIA — (Organizada pela Soc. de Geografia de Lisboa)



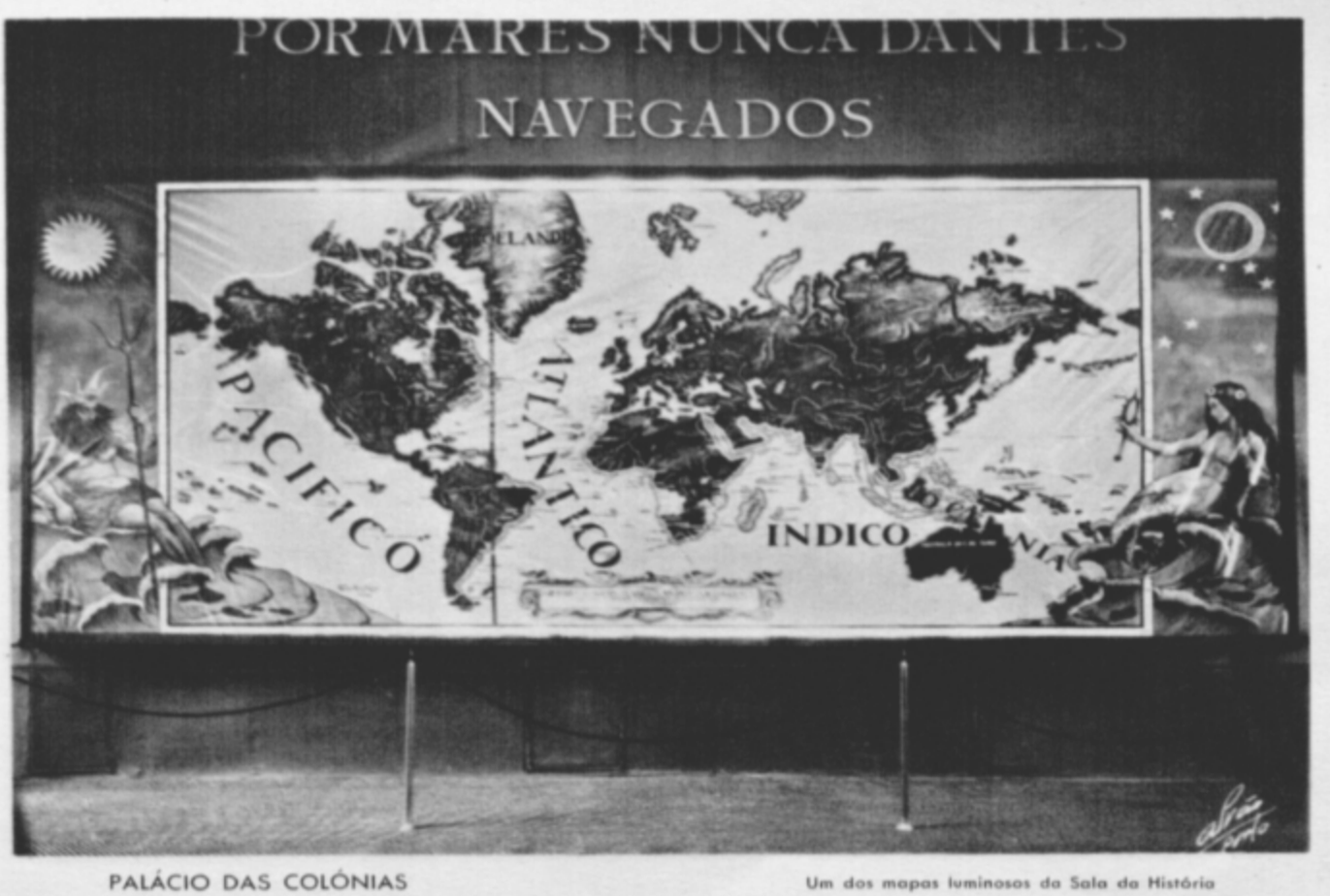
SALA DA HISTÓRIA
Montante de Vasco da Gama

PALÁCIO DAS COLÓNIAS



PALÁCIO DAS COLÓNIAS

Um dos mapas luminosos da Sala da História



PALÁCIO DAS COLÓNIAS

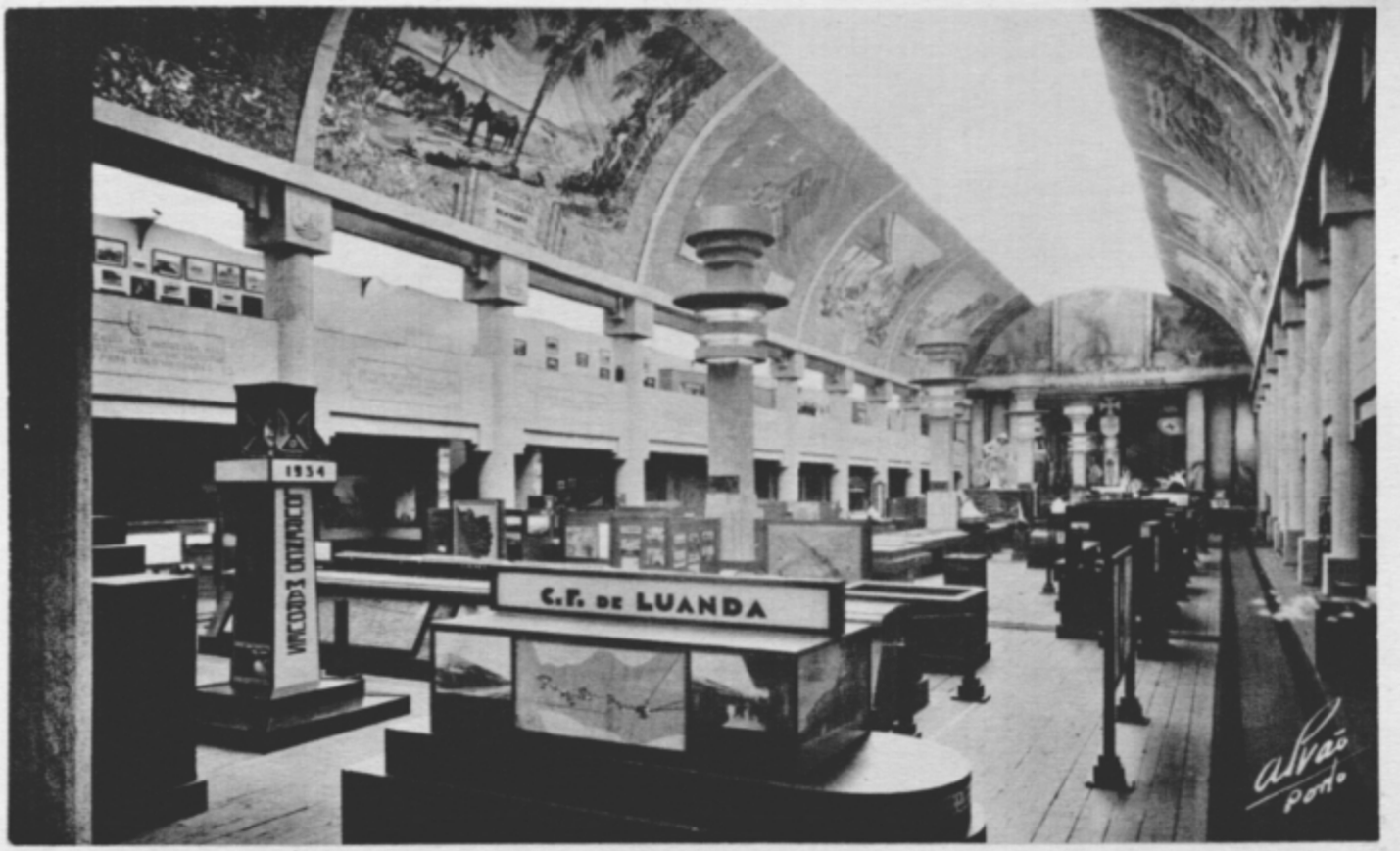
Um dos mapas luminosos da Sala da História



PALÁCIO DAS COLÓNIAS — Um dos mapas luminosos da Sala da História



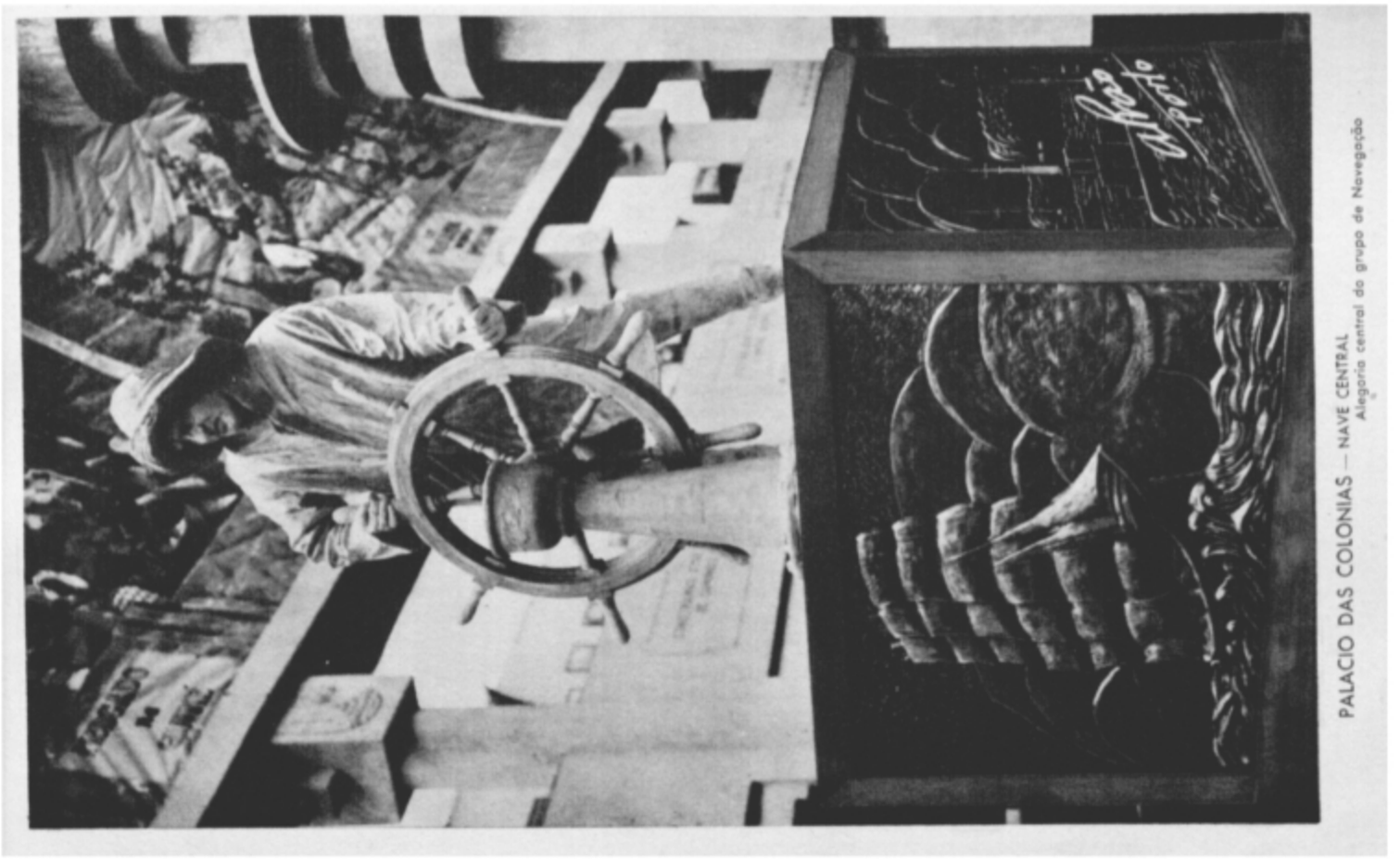
PALÁCIO DAS COLÓNIAS — Um aspecto da Nave Central



PALÁCIO DAS COLÓNIAS — Um aspecto da Nave Central



PALÁCIO DAS COLÓNIAS — Nave Central



PALACIO DAS COLONIAS — NAVE CENTRAL
Alegoria central do grupo de Navegação



PALÁCIO DAS COLÓNIAS

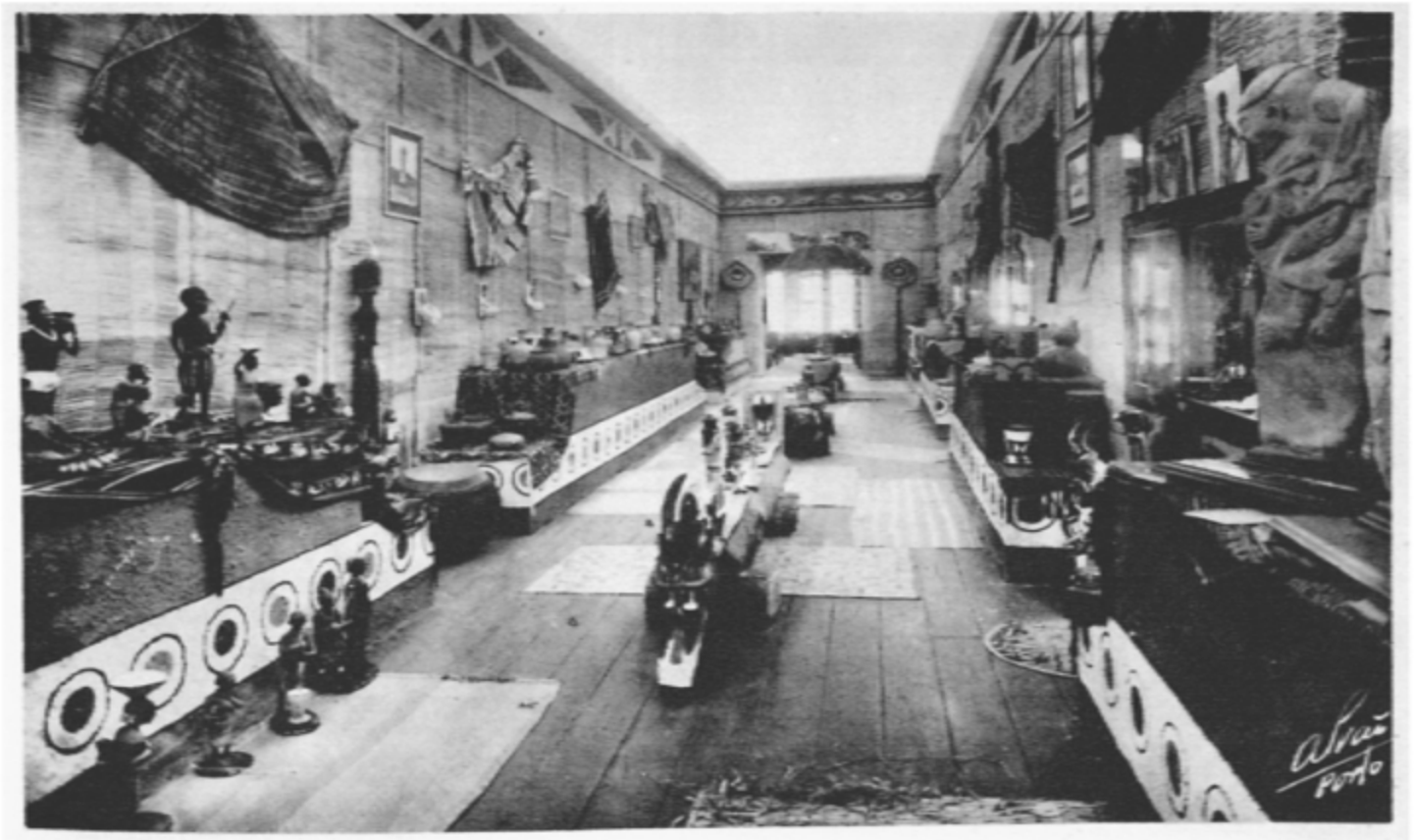
NAVE CENTRAL — (Secção de Antropologia Colonial)



PALÁCIO DAS COLÓNIAS — Trecho da Representação das Missões Religiosas do Ultramar

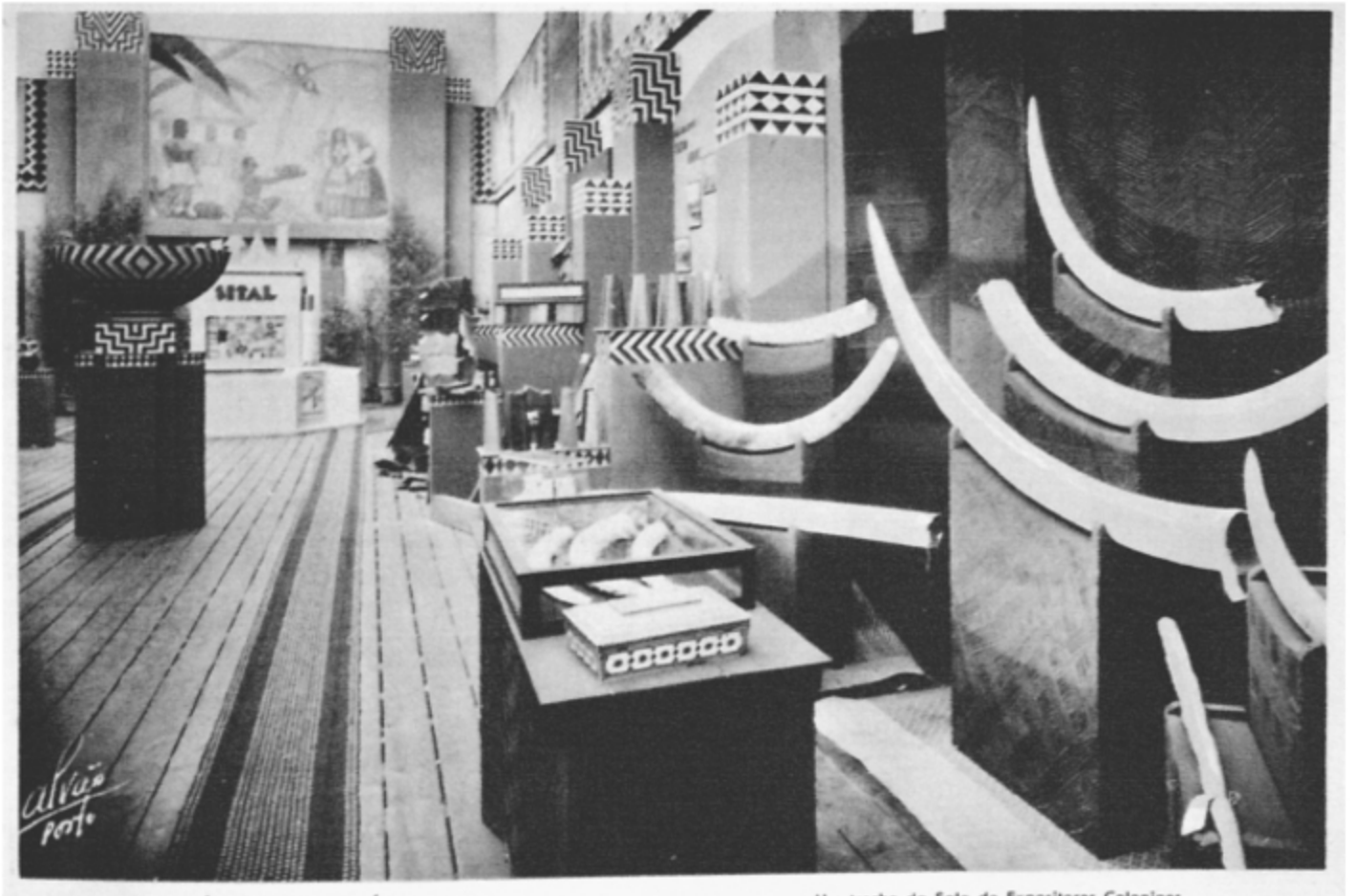


PALÁCIO DAS COLÓNIAS — Trecho da Representação das Missões Religiosas do Ultramar



PALÁCIO DAS COLÓNIAS

Museu de Arte Indígena das Colónias Portuguesas



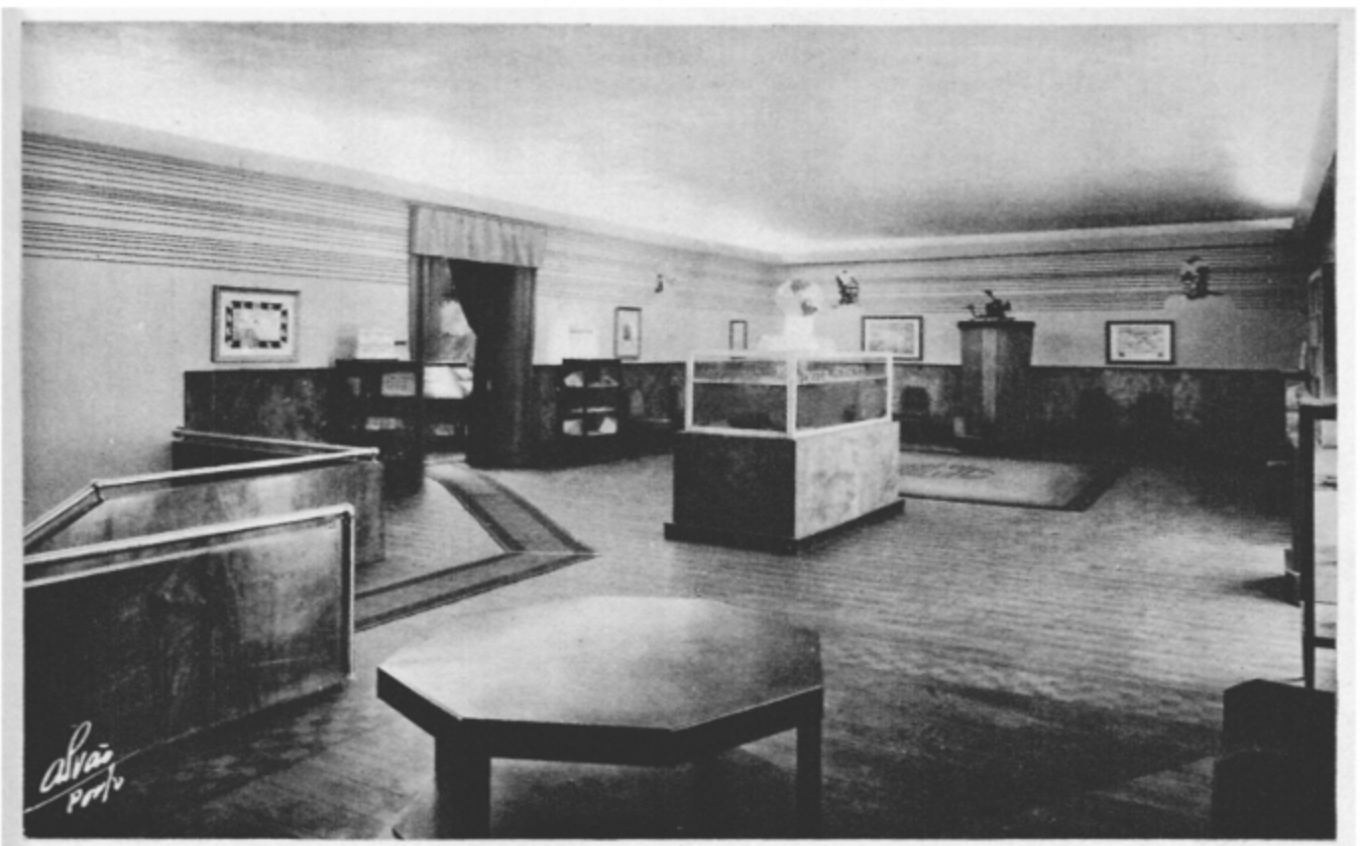
PALÁCIO DAS COLÓNIAS

Um trecho da Sala de Expositores Coloniaes



PALÁCIO DAS COLÓNIAS

Secção de Arte Indígena – (Cabeças de Benin)

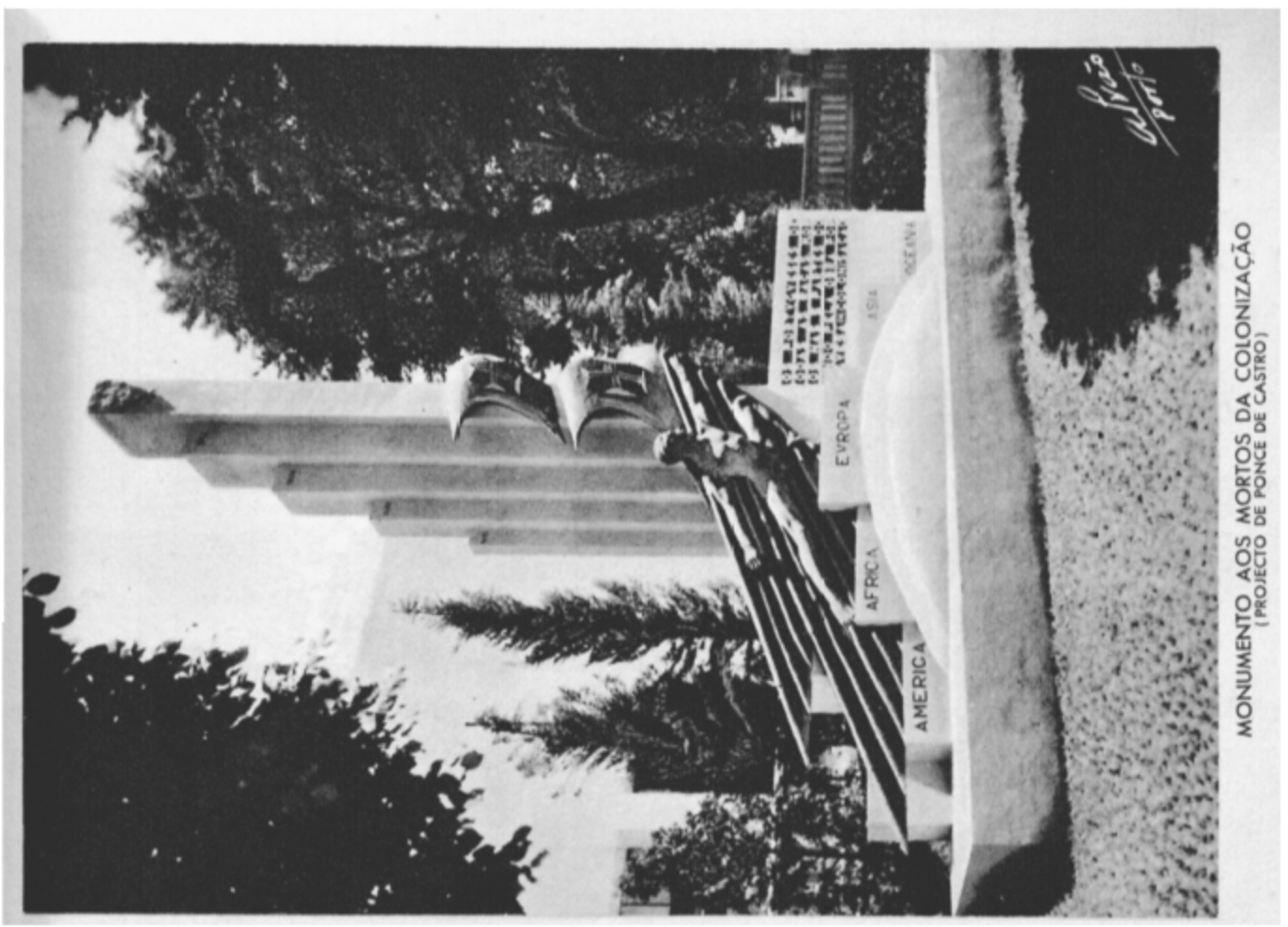


PALÁCIO DAS COLÓNIAS

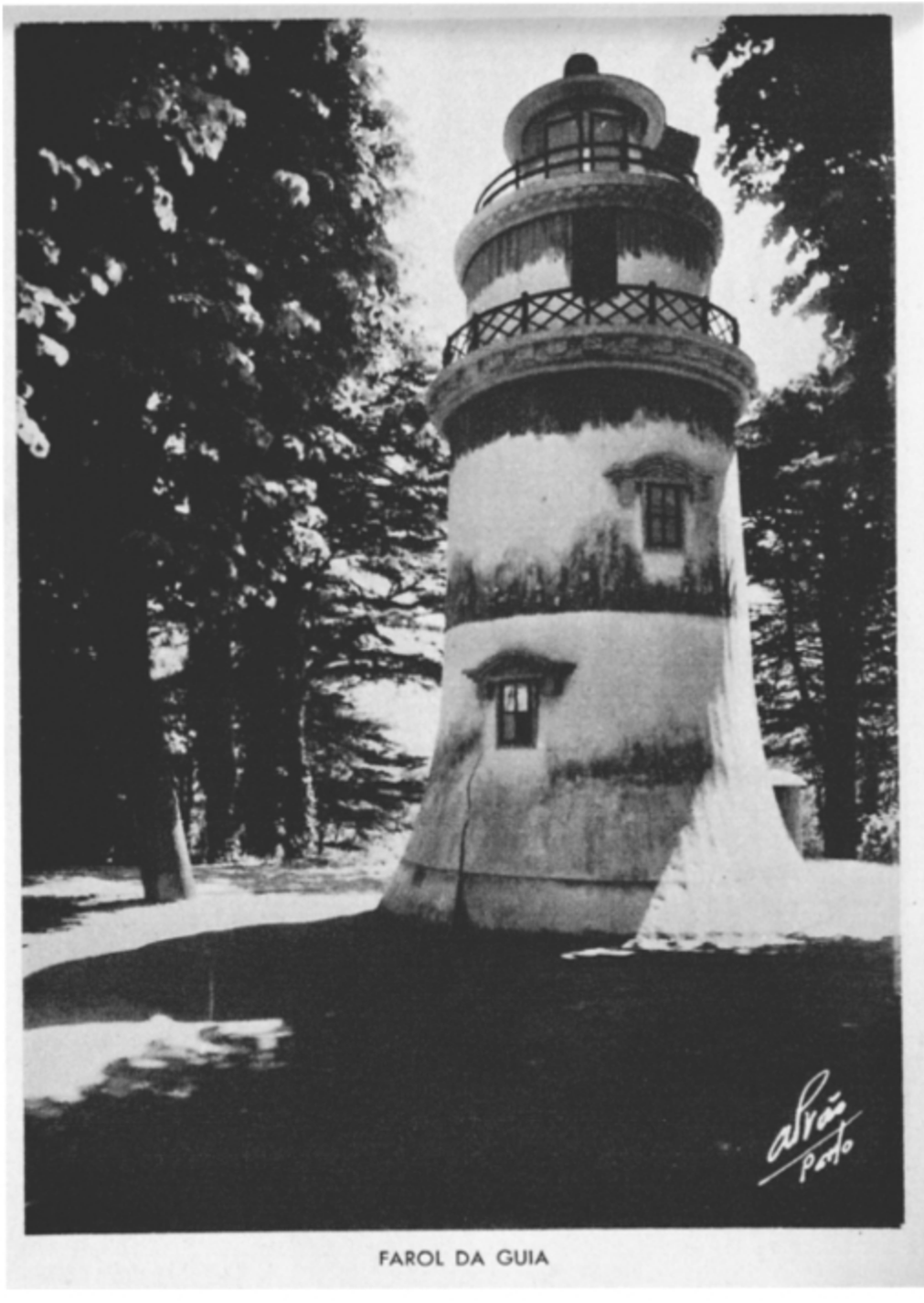
Sala da Agência Geral das Colónias



UM TRECHO DA EXPOSIÇÃO DE PINTURA E ESCULTURA COLONIAIS



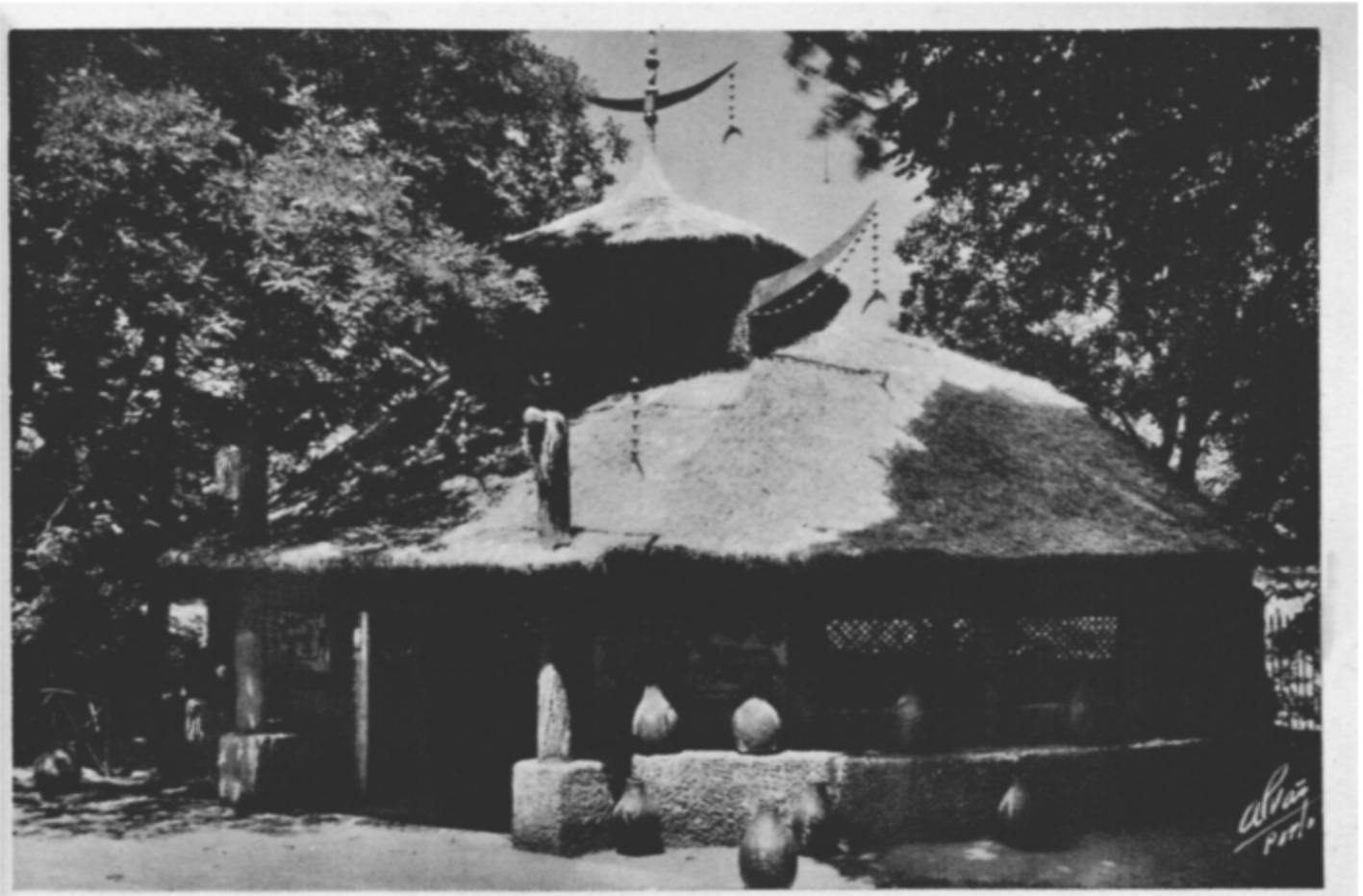
MONUMENTO AOS MORTOS DA COLONIZAÇÃO
(PROJECTO DE PONCE DE CASTRO)



FAROL DA GUIA



ARCO DOS VICE-REIS



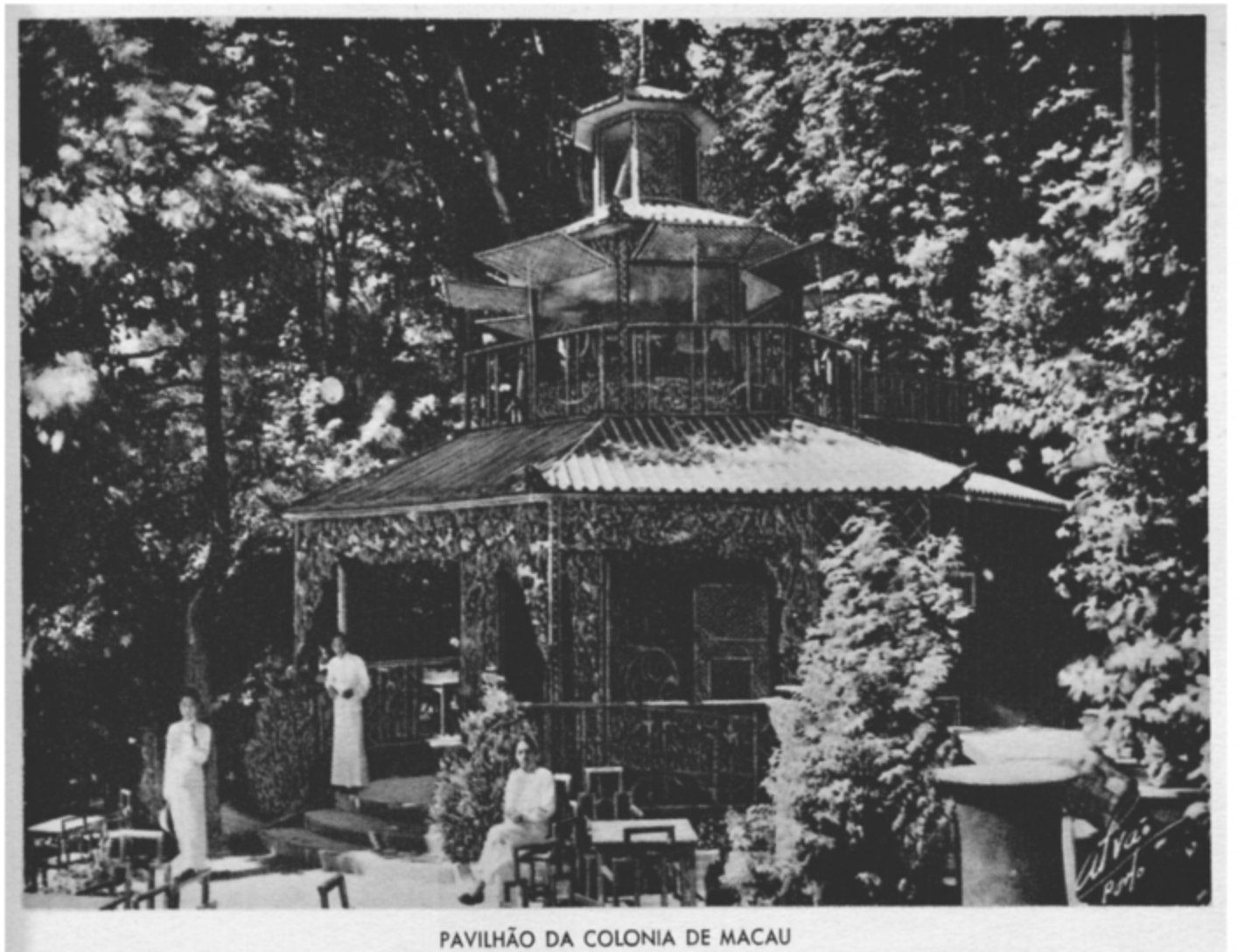
PAVILHÃO DE ETNOGRAFIA COLONIAL



ALDEIA LACUSTRE BIJAGÓZ (Guiné)



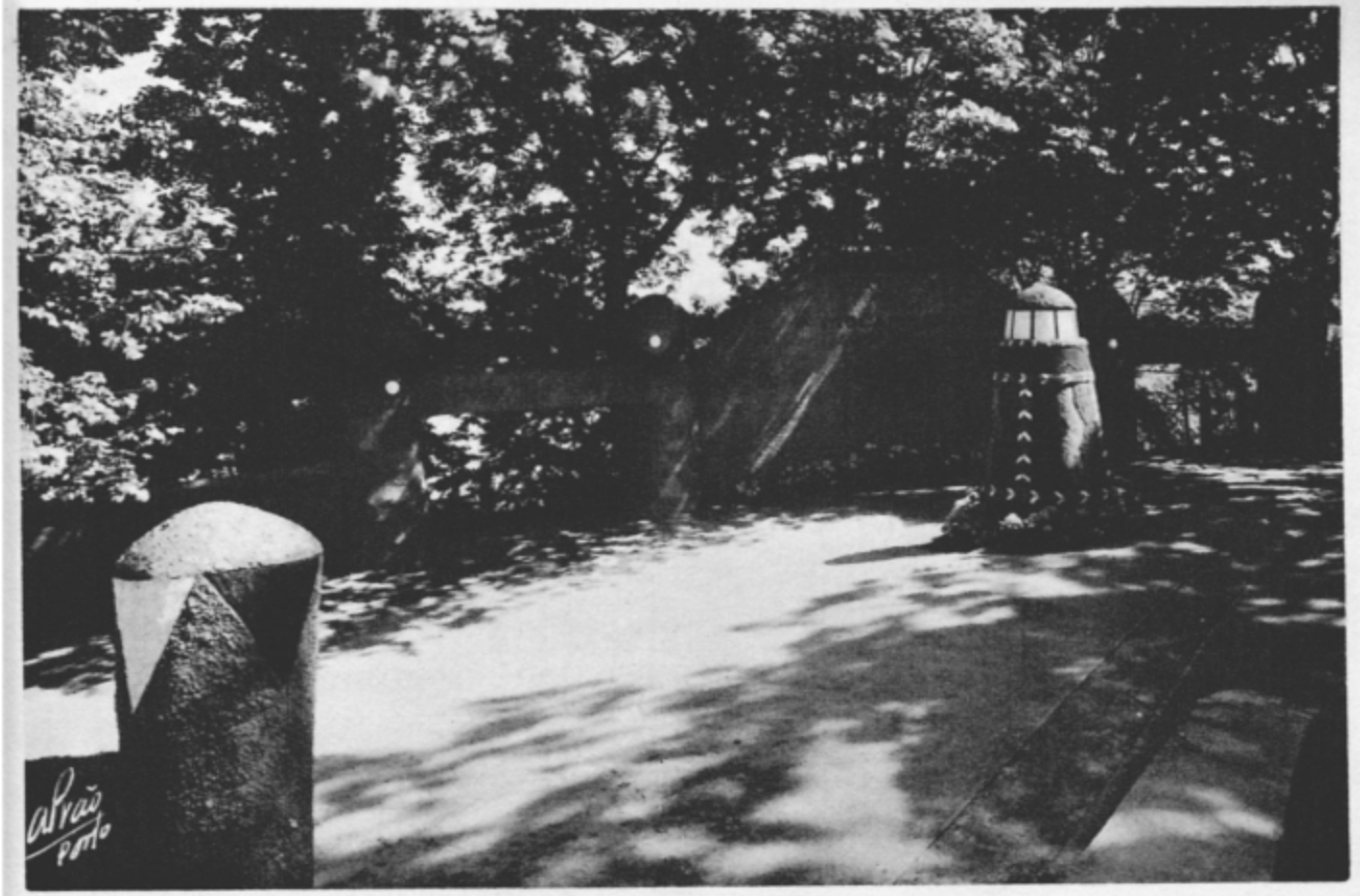
ALDEIA LACUSTRE BIJAGÓZ (Guiné)



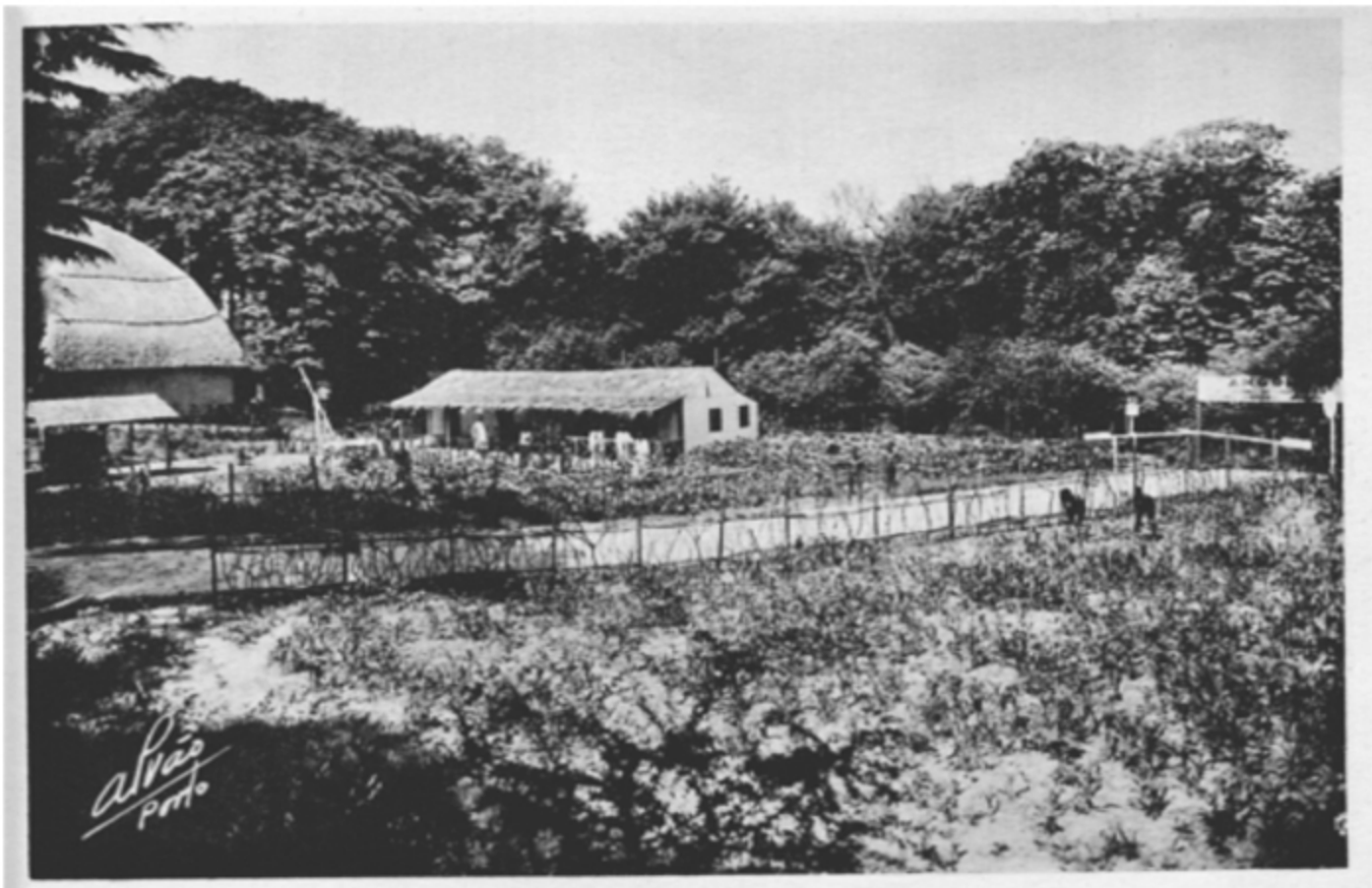
PAVILHÃO DA COLONIA DE MACAU

PAVILHÃO DA ÍNDIA

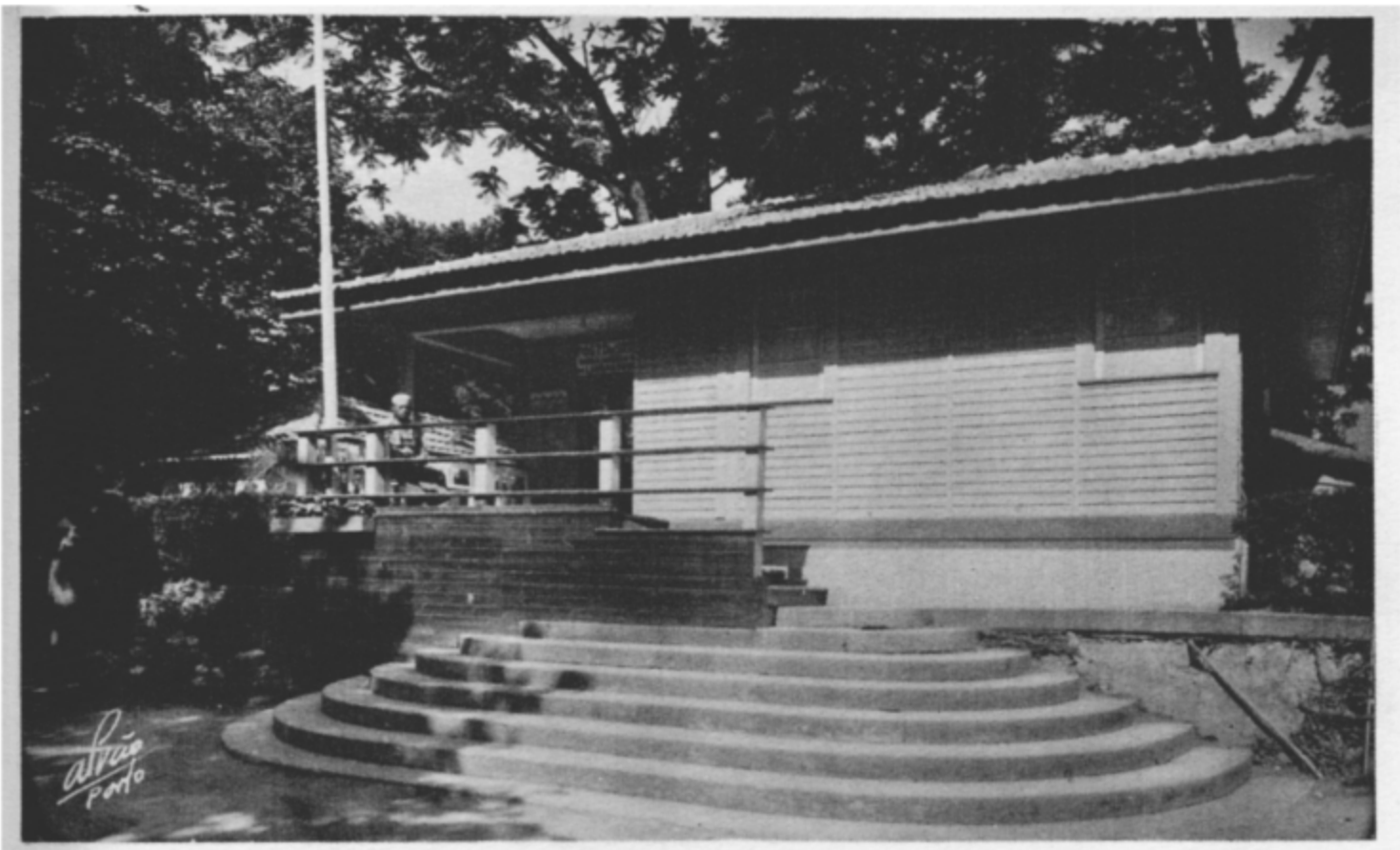
PAVILHÃO DA COLÓNIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



PORTÕES DE ACESSO AO PAVILHÃO DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE



ALDEIA DE ANGOLA E CASA DO COLONO



POSTO MÉDICO DE SOCORROS



PAVILHÃO DA COLÓNIA DE CABO VERDE

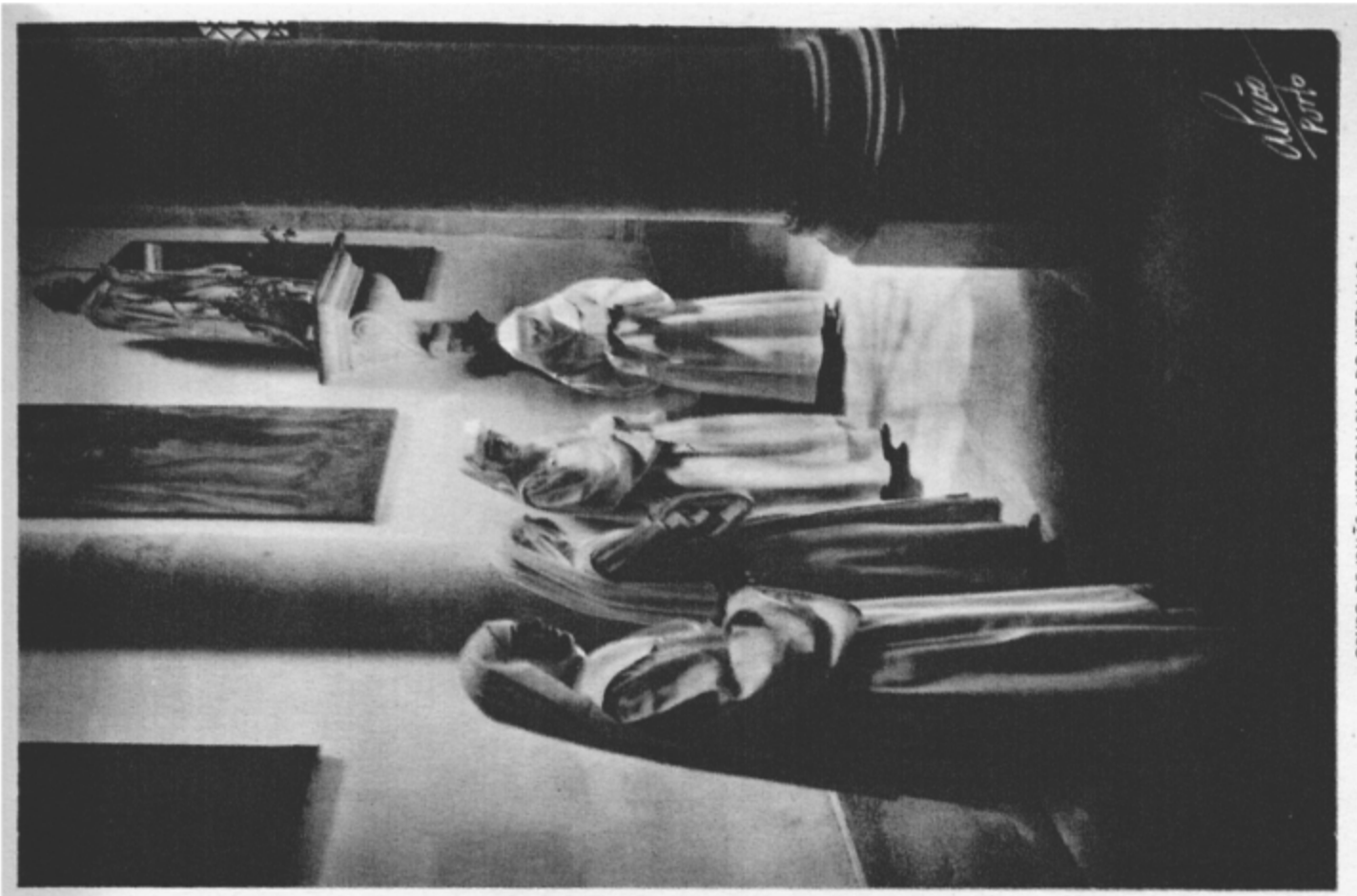


ALDEIA LACUSTRE BIJAGÓZ (GUINÉ)



ALDEIA DE ANGOLA

Terraço da Casa do Colono



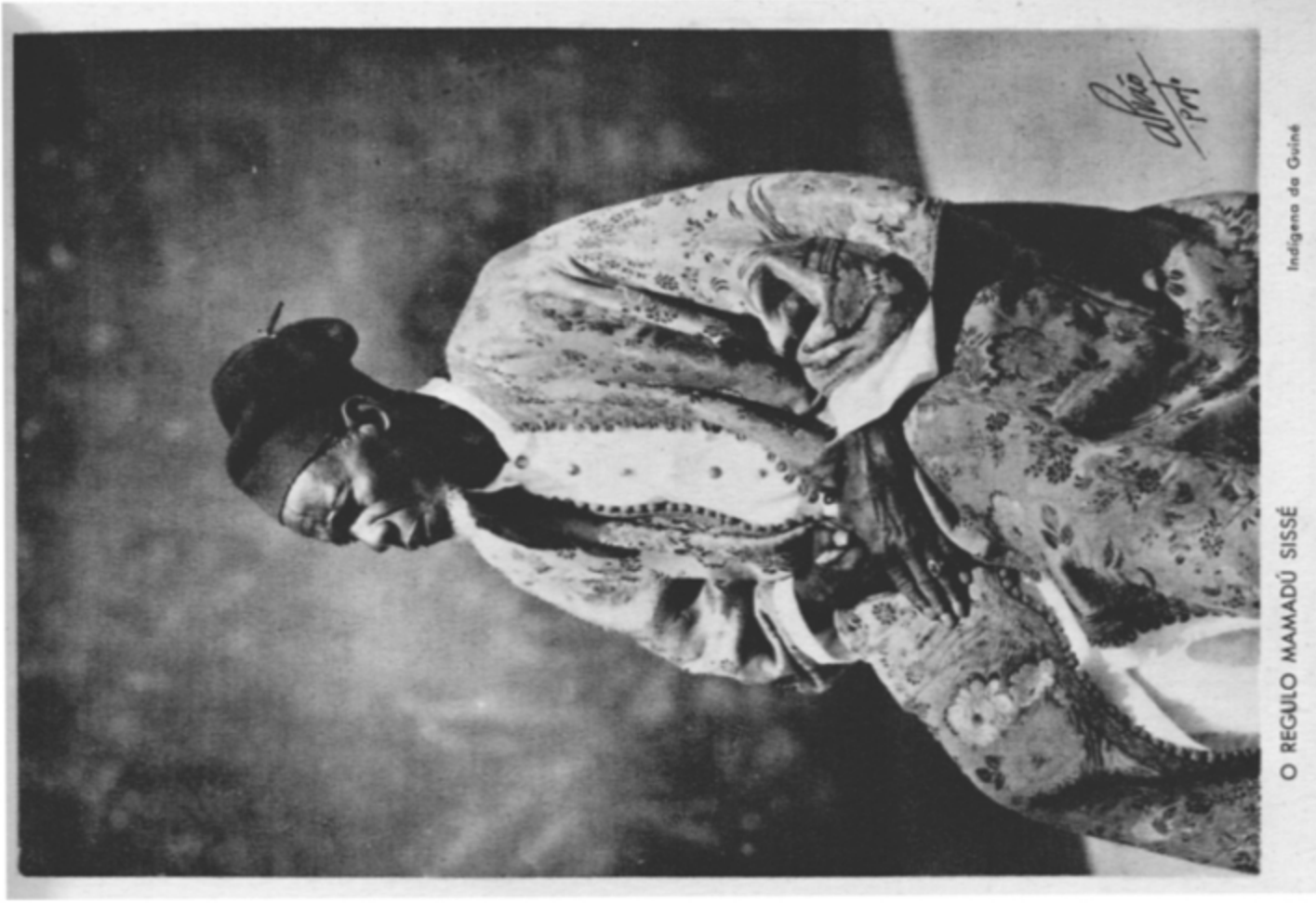
GRUPO DE IRMÃS MISSIONÁRIAS DO ULTRAMAR
N'UM CANTO DA CAPELA DE CARLOS ALBERTO



UM ASPECTO DO PAVILHÃO DAS MISSÕES CATÓLICAS DO ULTRAMAR

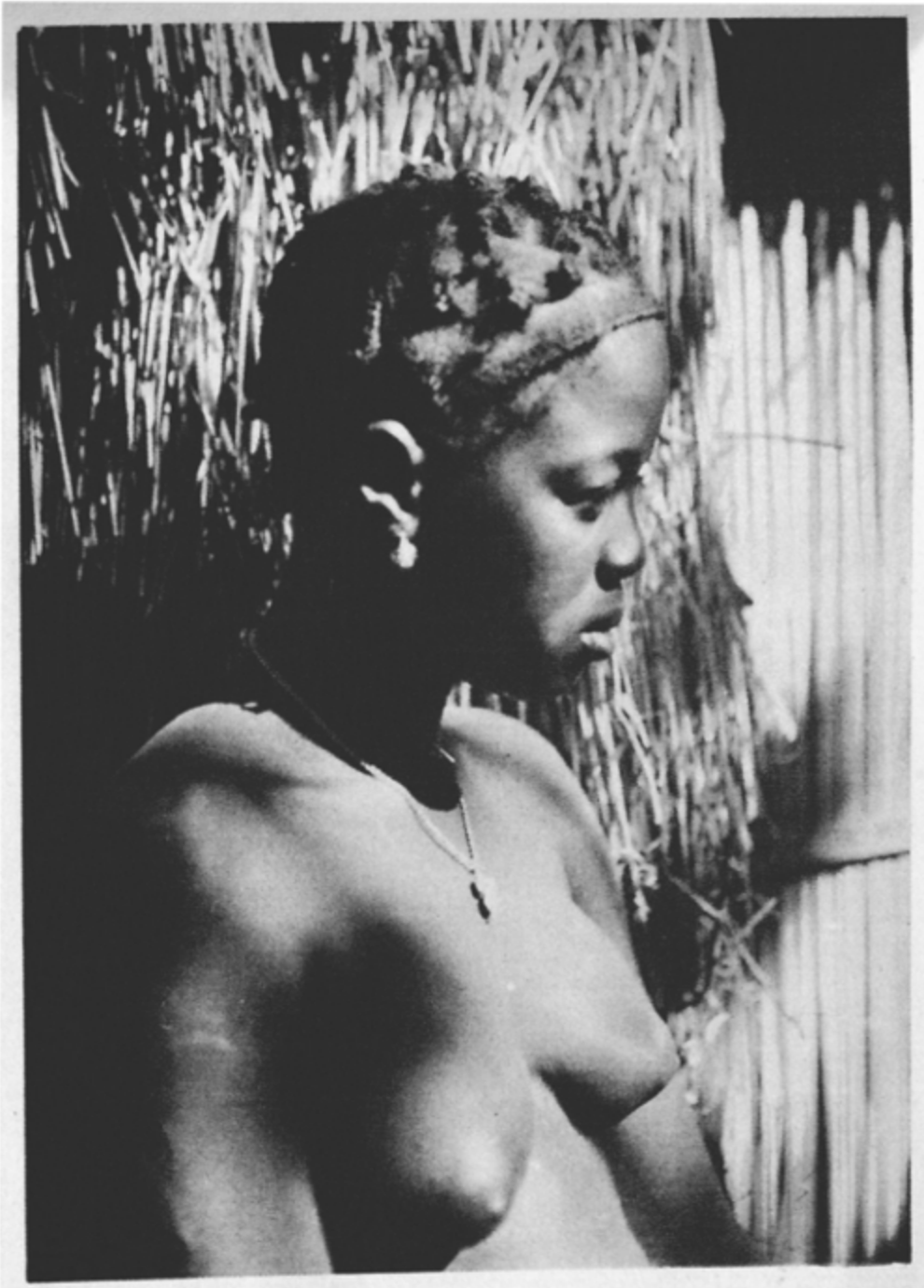


GRUPO DE INDÍGENAS DA COLÓNIA DE CABO VERDE JUNTO DA ESTÁTUA DE AFONSO DE ALBUQUERQUE

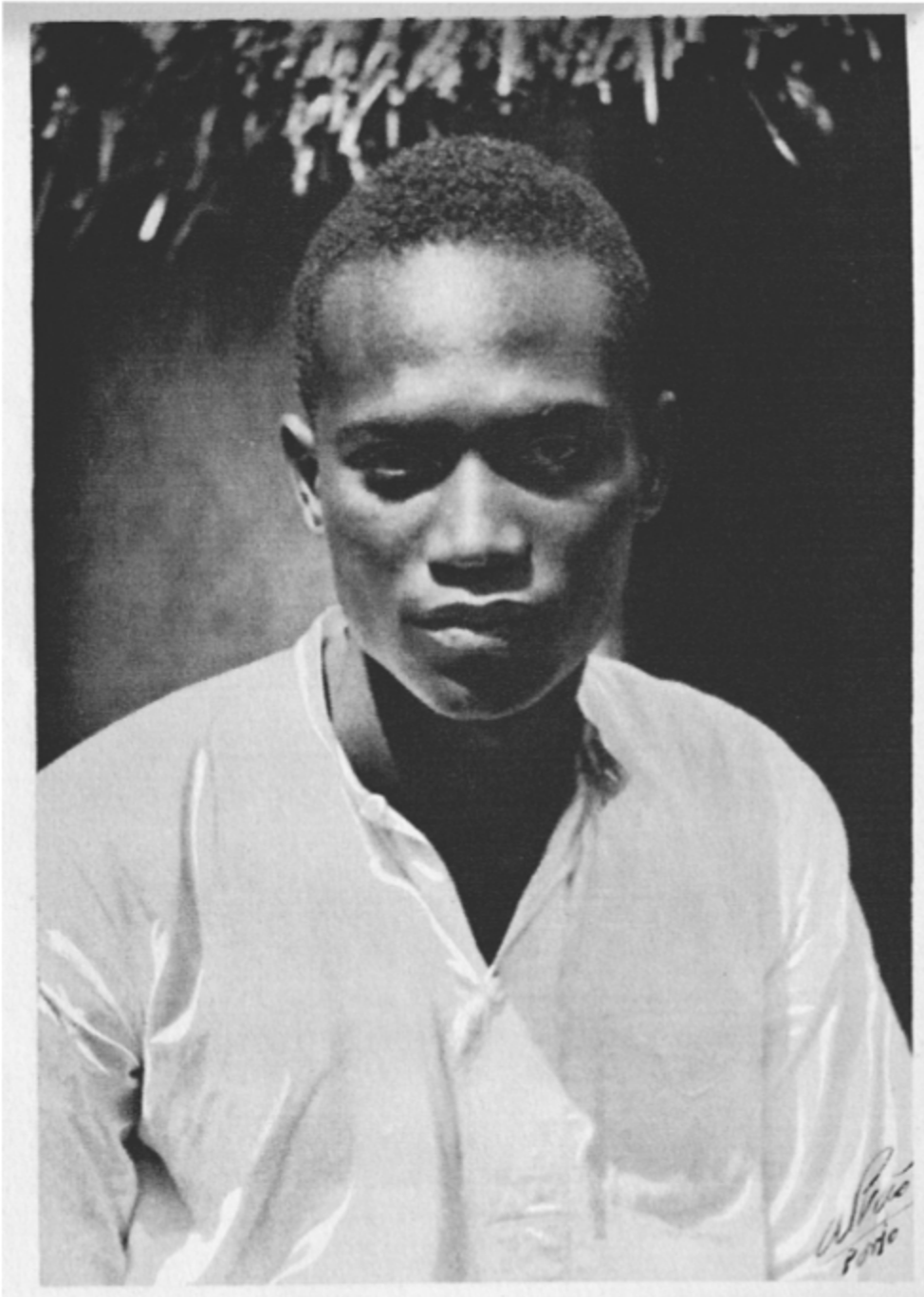


O REGULO MAMADÚ SISSÉ

Indígena da Guiné



MULHER BALANTA «Rosita» Indígenas da Colónia da Guiné



HOMEM BALANTA — (Abdulai Sissé) Indígenas da Colónia da Guiné



TECELÃO

Indígenas da Colónia de Moçambique

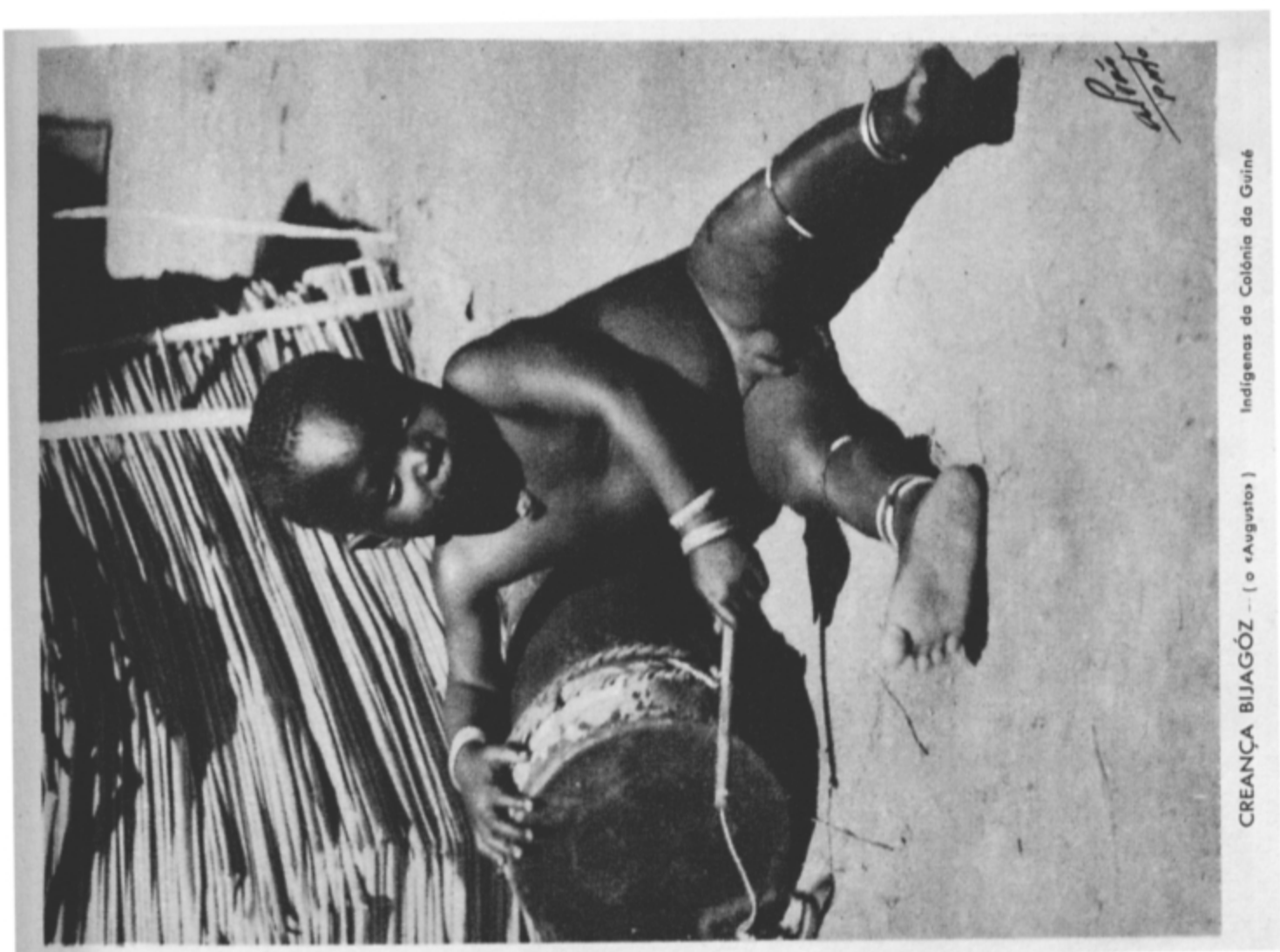


BALANTAS

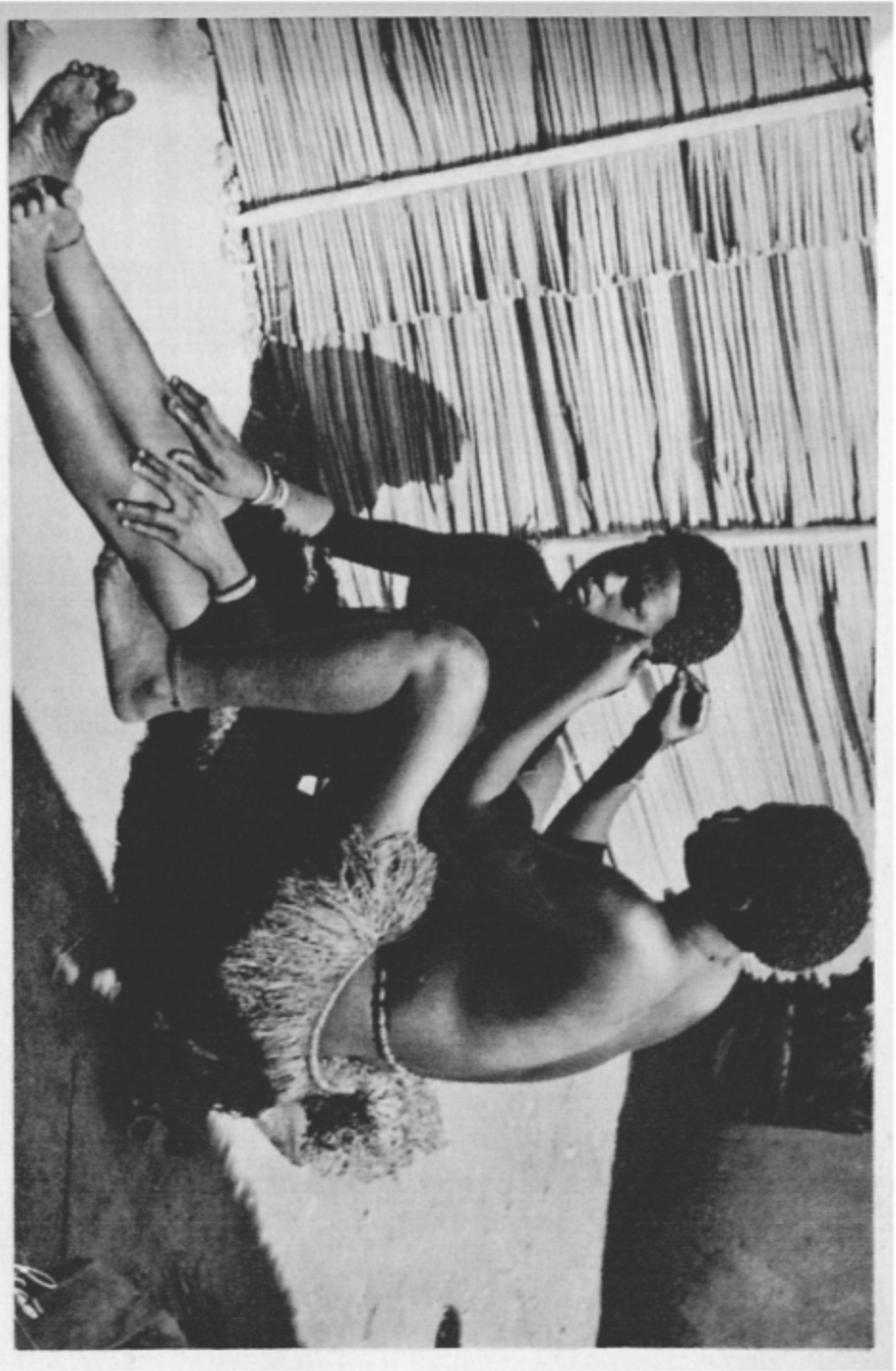
Indígenas da Colónia da Guiné



PIROGA COM HOMENS BIJAGÓZ — Indígenas da Colónia da Guiné

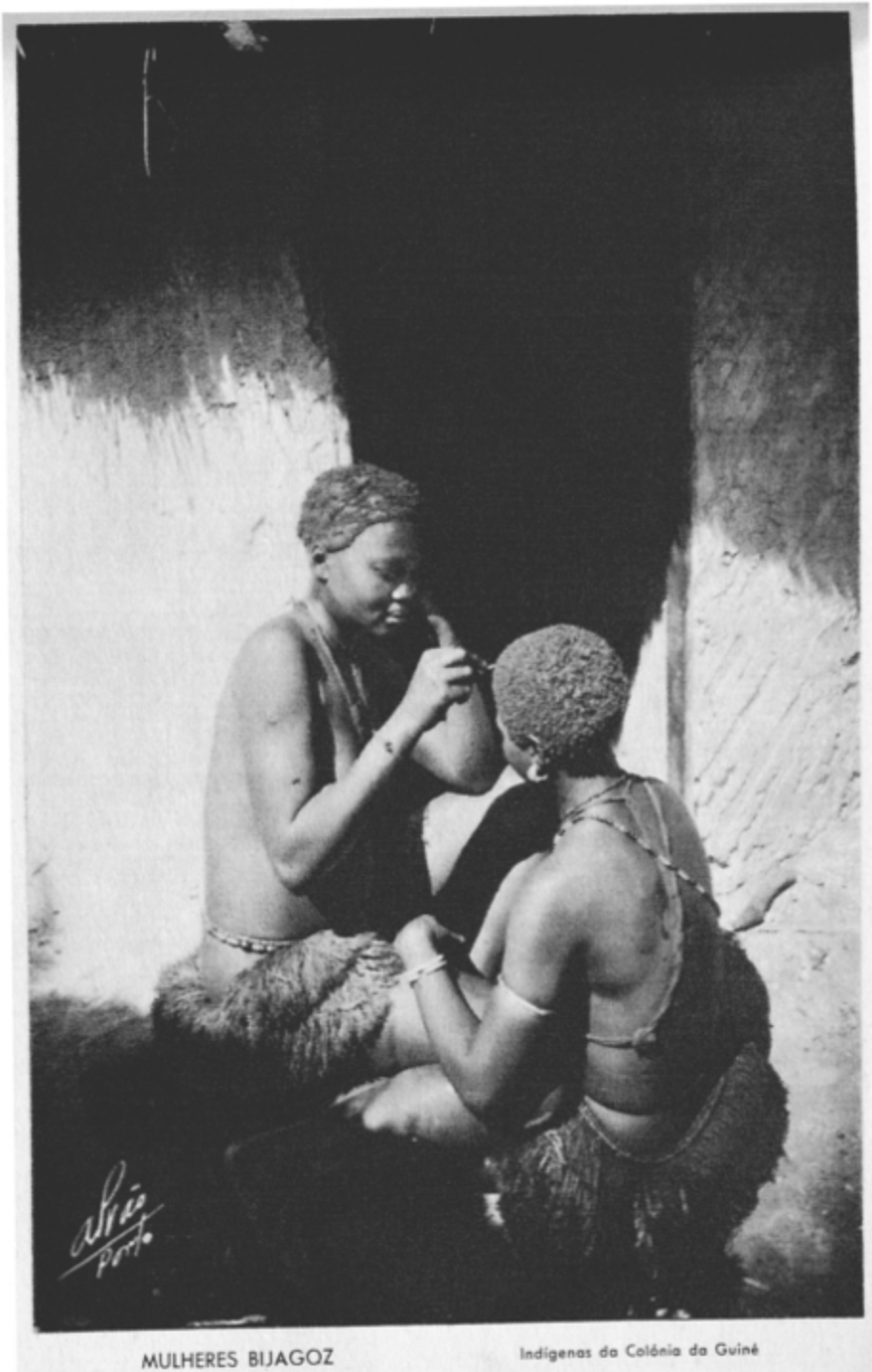


CREANÇA BIJAGÓZ — (o «Augusto») — Indígenas da Colónia da Guiné



MULHERES BIJAGÓZ

Indígenas da Colónia da Guiné



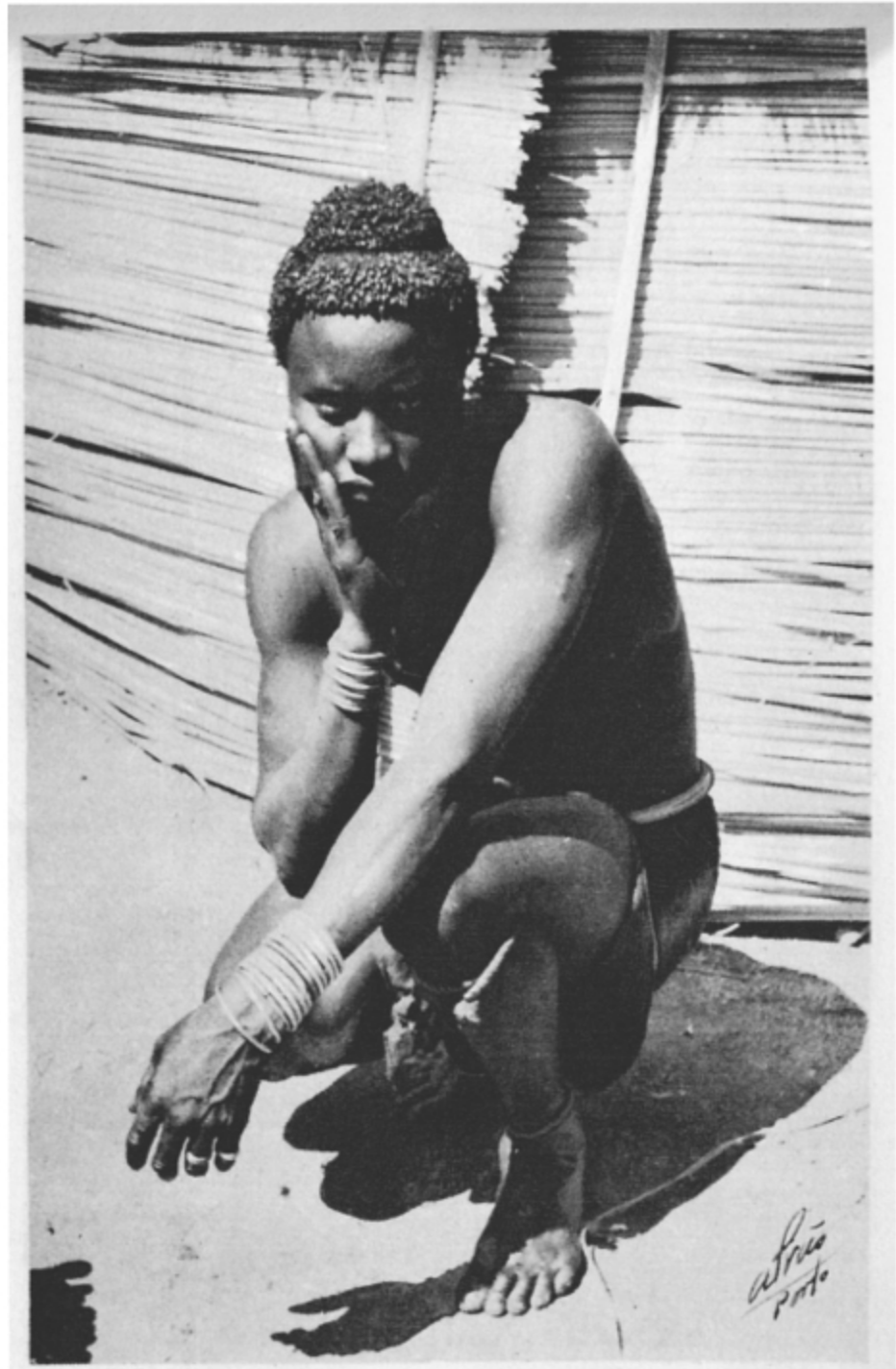
MULHERES BIJAGOZ

Indígenas da Colónia da Guiné



VELHO QUIPUNGO

Indígenas da Colónia de Angola



HOMEM BIJAGÓZ

Indígenas da Colónia da Guiné



HOMENS CACONDA

Indígenas da Colónia de Angola



RAPARIGA QUIPUNGO

Indígenas da Colónia de Angola



QUIPUNGOS

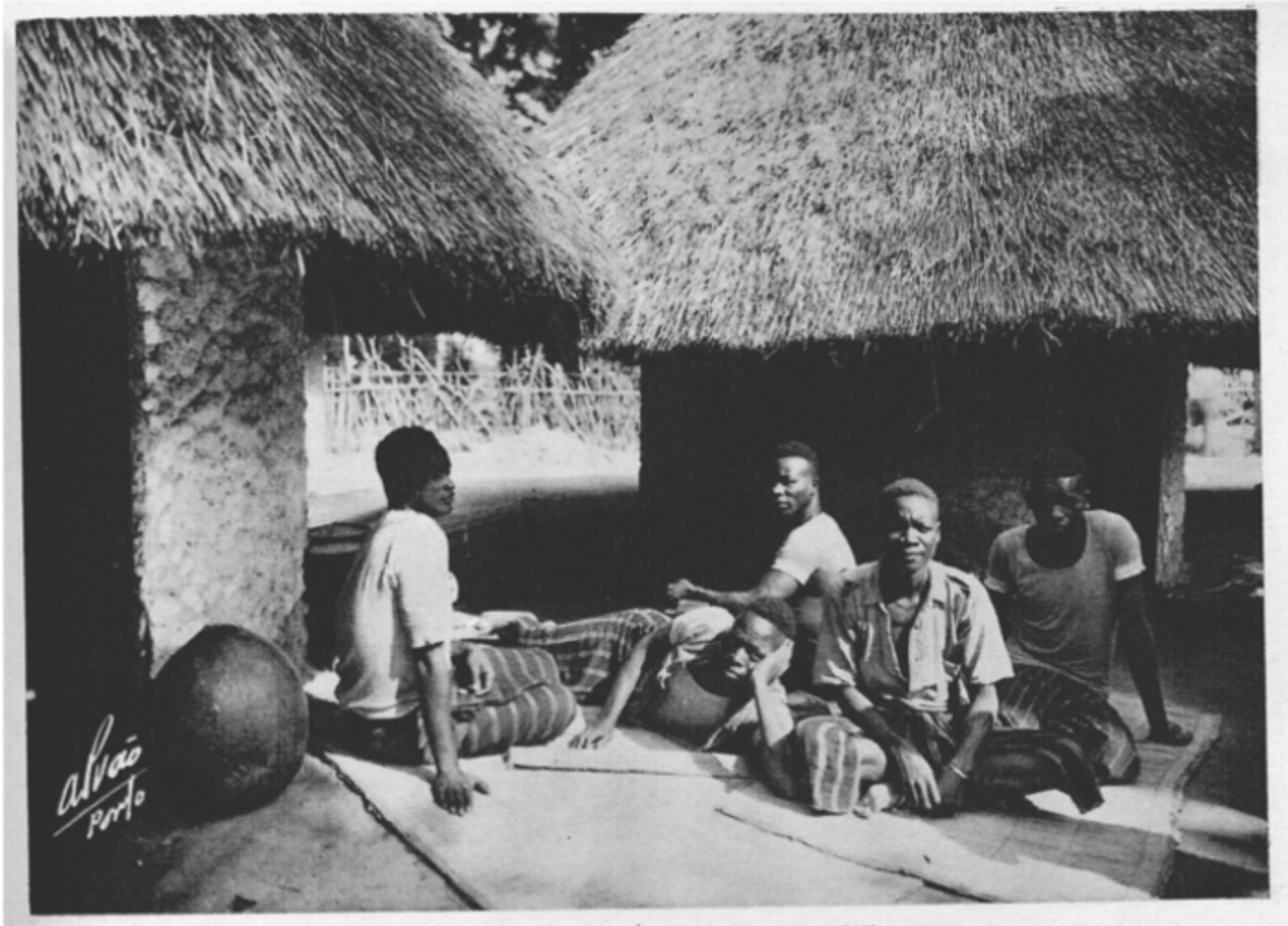
Indígenas da Colónia de Angola



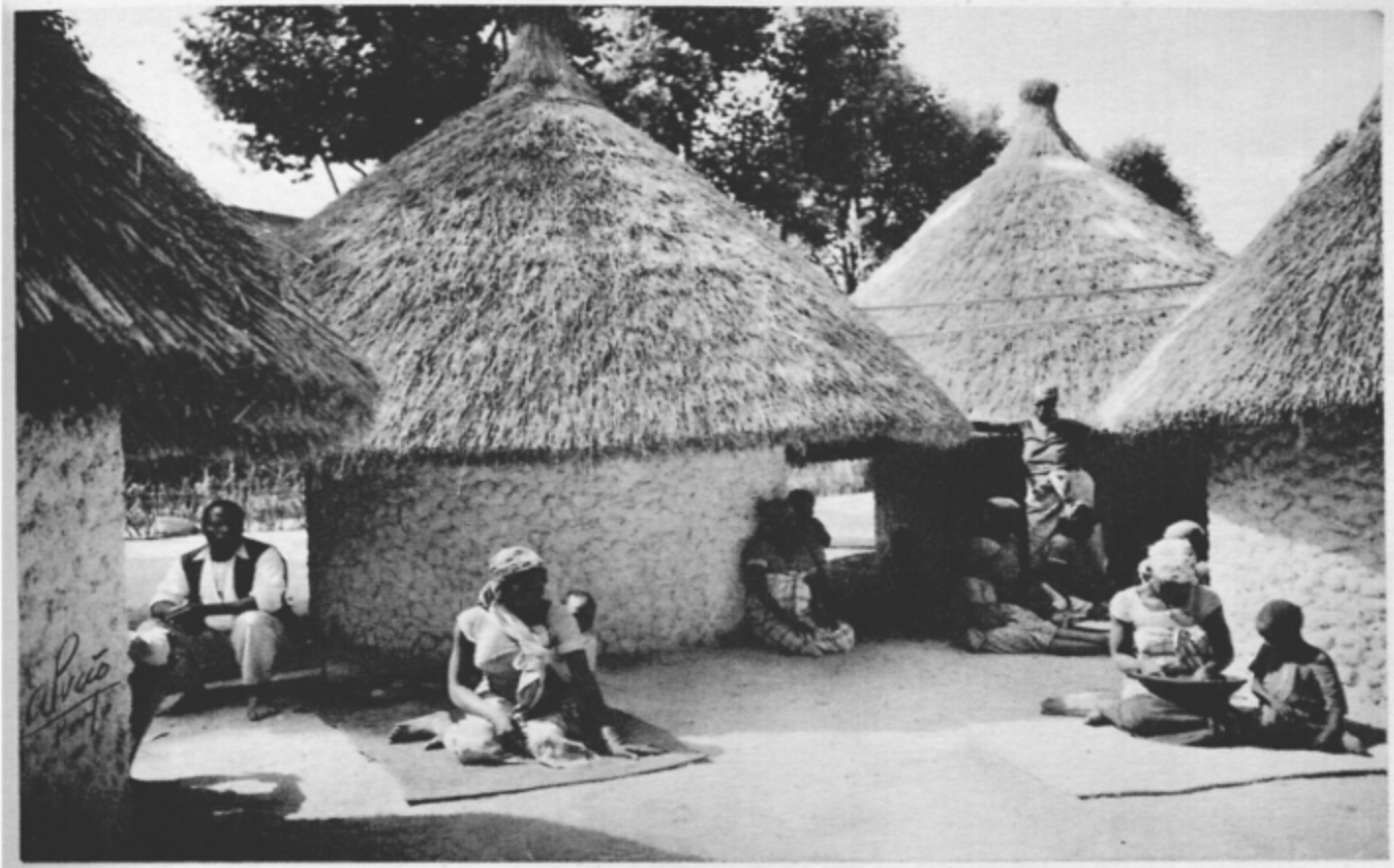
INDÍGENAS DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE EM TRAGES GUERREIROS



MARIMBEIROS DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE E TRECHO DA ALDEIA RESPECTIVA



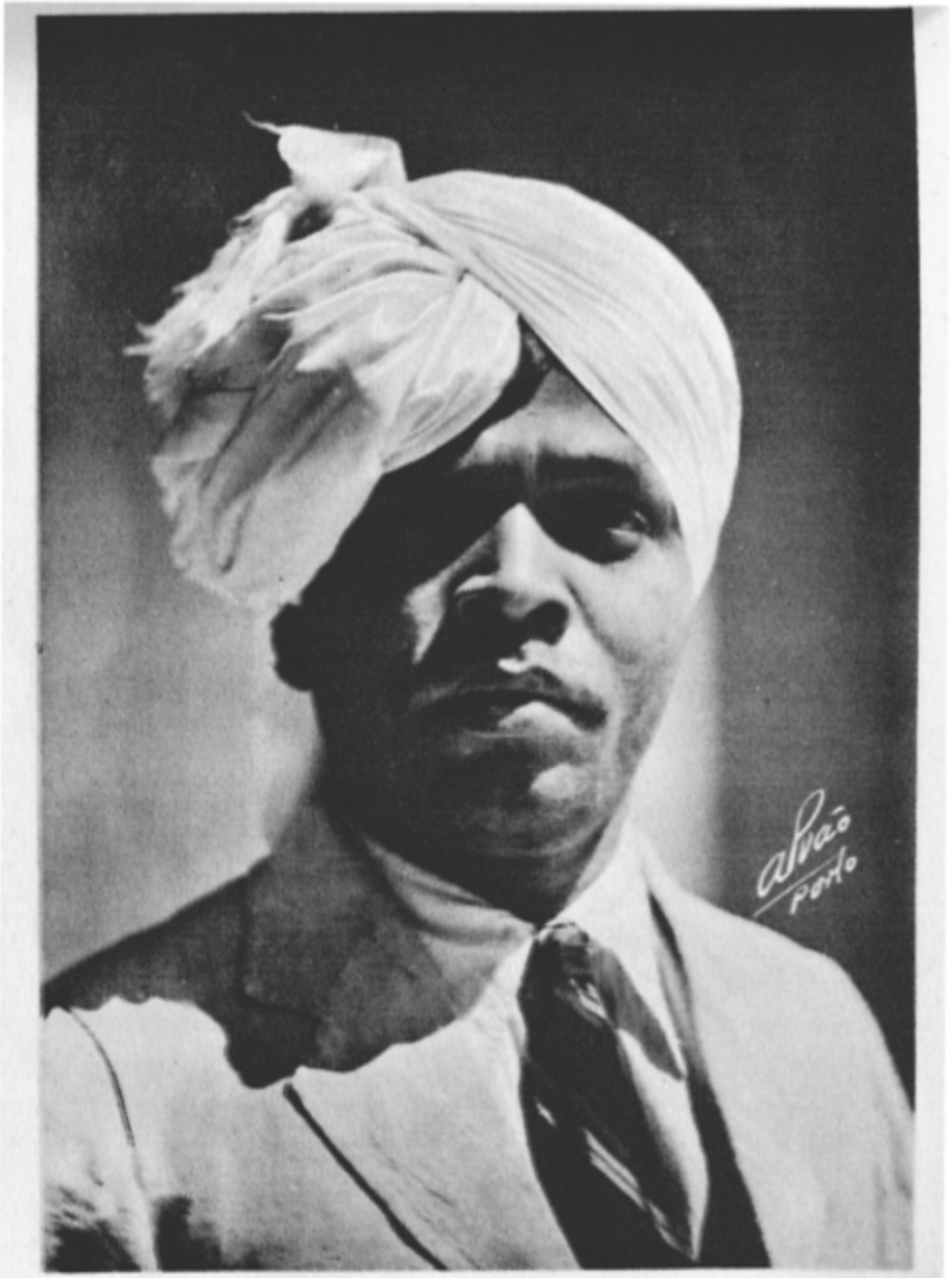
INDÍGENAS DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE



INDÍGENAS DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE



ESCULTOR DE MARFIM



INDÍGENAS DO ESTADO DA ÍNDIA



CABEÇA DE VELHO

Indígenas do Estado da Índia



DOMESTICADORES DE SERPENTES

Indígenas do Estado da Índia



MUSICOS E BAILADEIRAS HINDUS

Indígenas do Estado da Índia



INDÍGENAS DO ESTADO DA ÍNDIA



ORQUESTRA DE MUSICOS DA COLÓNIA DE MACAU



ALDEIA DE TIMÃOR



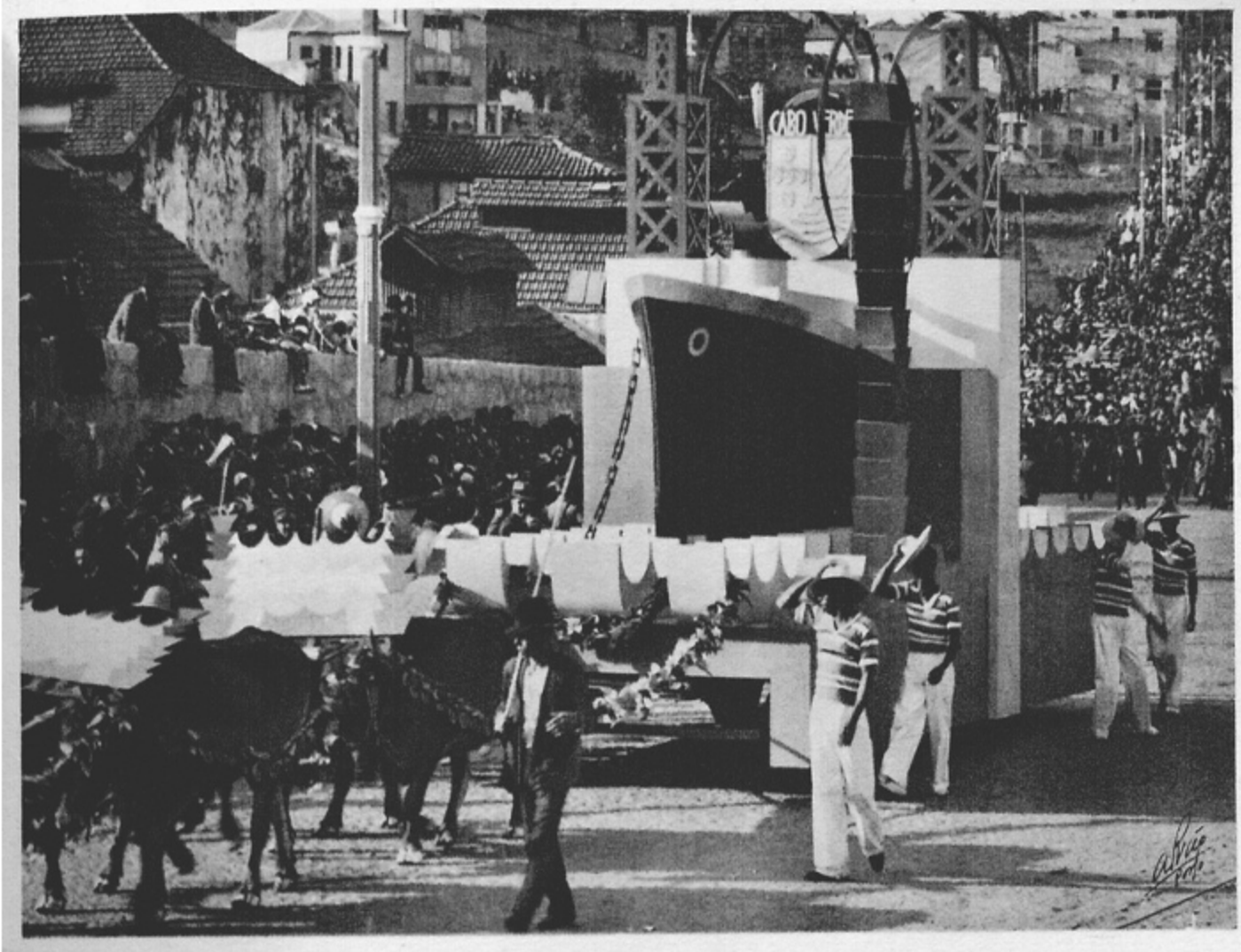
CORTEJO COLONIAL

Grupo de Irmãs das Missões Religiosas do Ultramar



CORTEJO COLONIAL

Detalhe demonstrativo da evolução dos transportes



CORTEJO COLONIAL

Carro da Colónia de Cabo Verde



CORTEJO COLONIAL

Carro da Colónia de S. Tomé e Príncipe



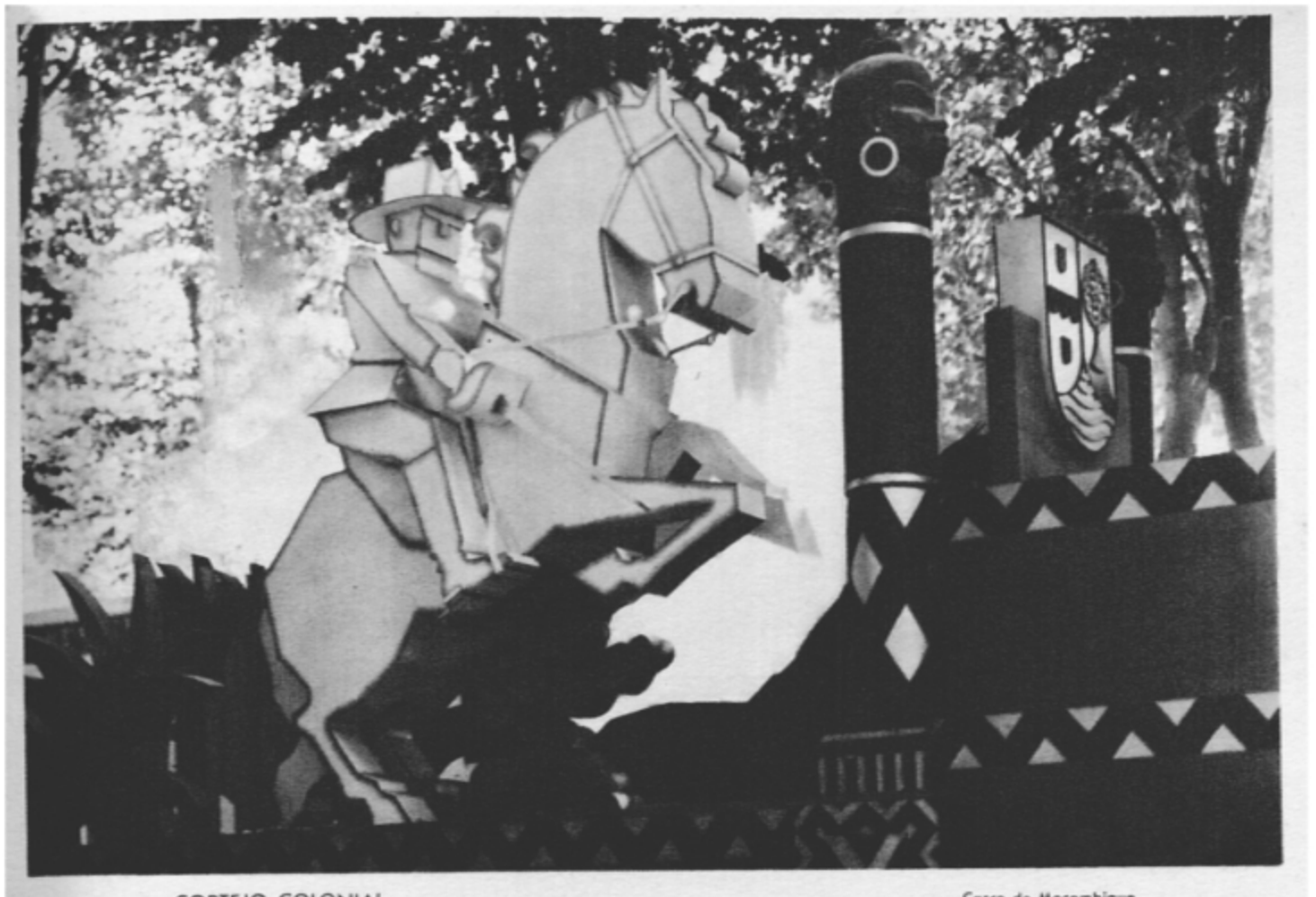
CORTEJO COLONIAL

Carro da Colónia da Guiné



CORTEJO COLONIAL

Carro da Colónia de Angola



CORTEJO COLONIAL

Carro de Moçambique



CORTEJO COLONIAL

Carro do Estado da India



CORTEJO COLONIAL

Carro da Colónia de Macau



CORTEJO COLONIAL

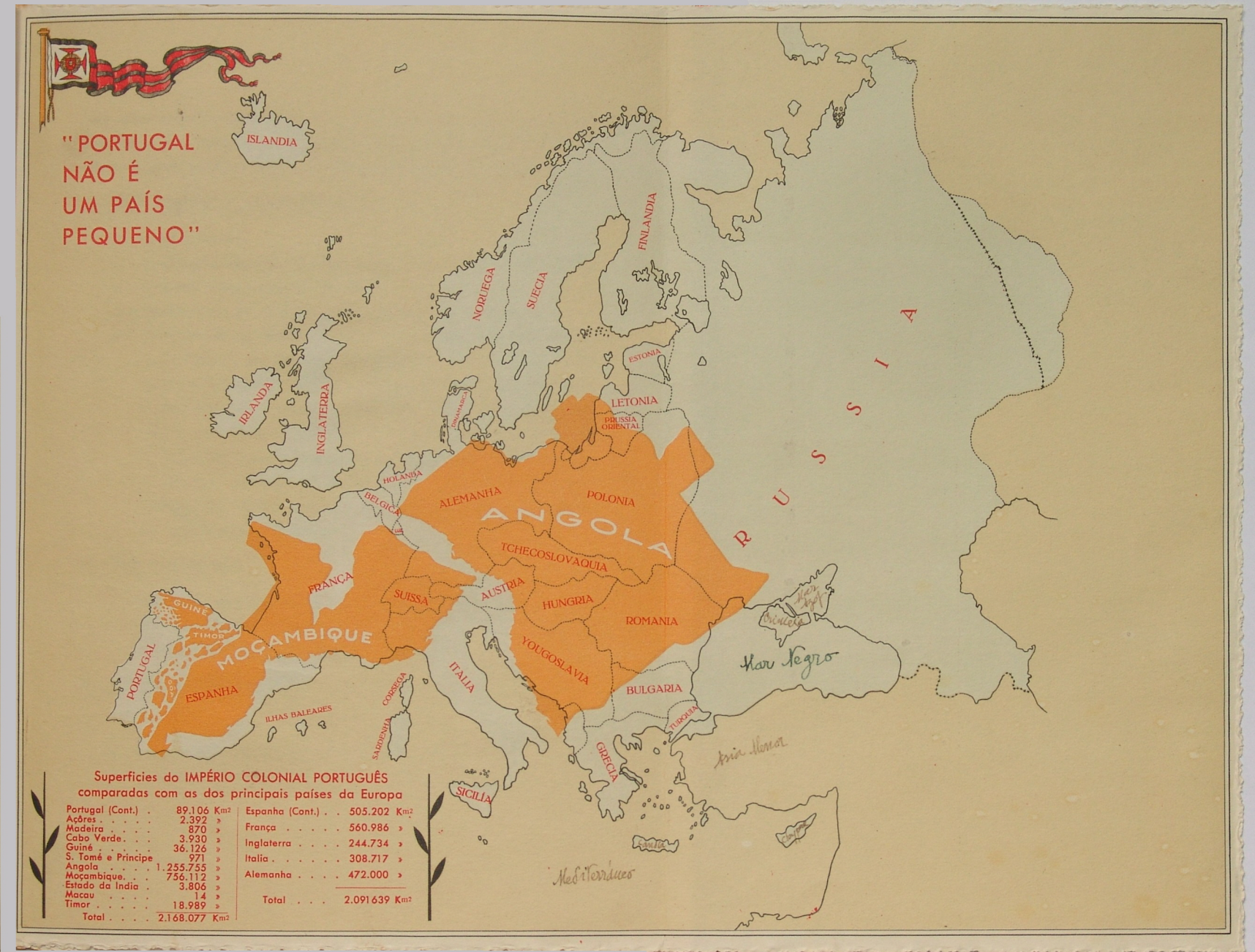
Carro da Colónia de Timór



CORTEJO COLONIAL

Carro Boer

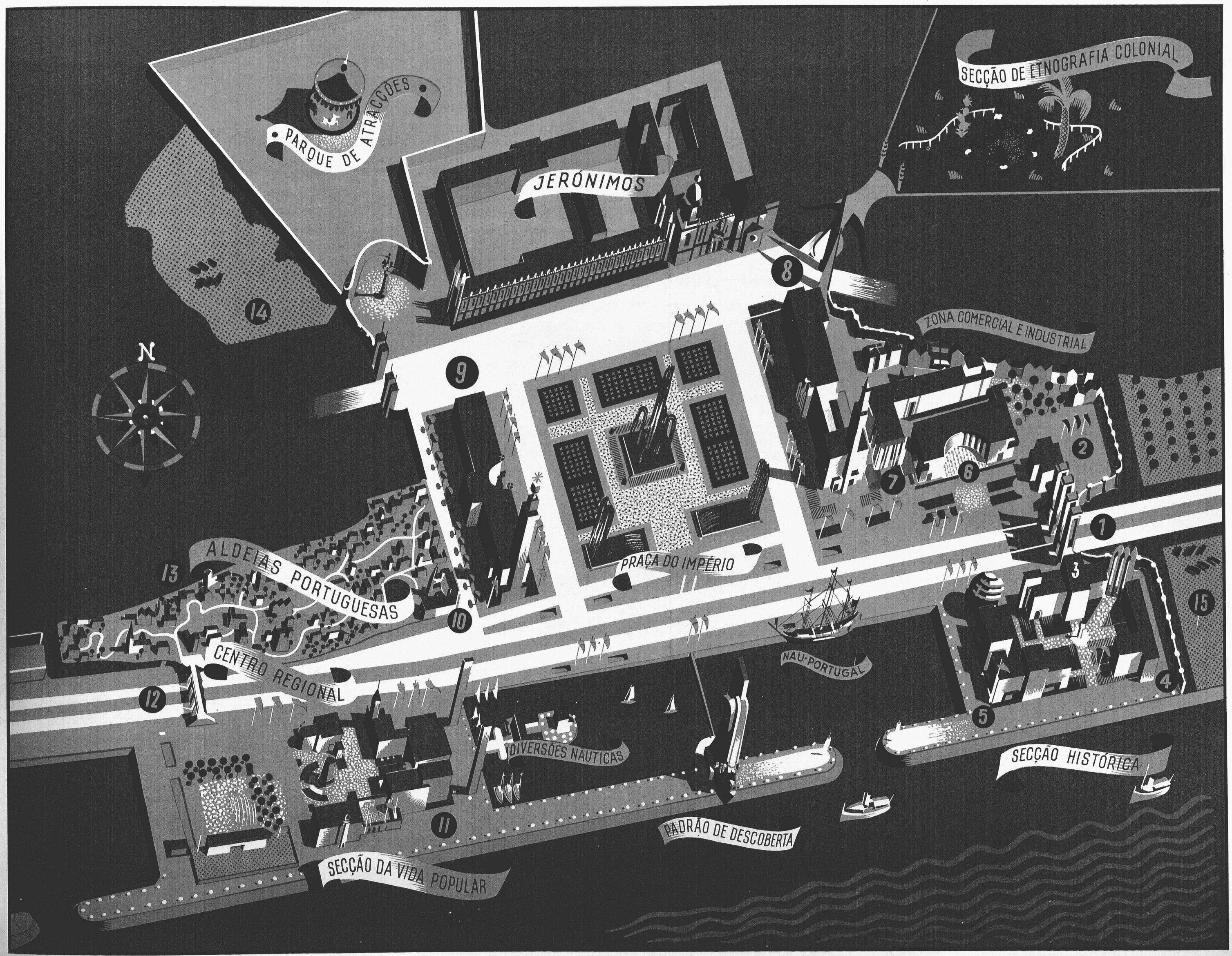
ANEXO 7: Mapa "Portugal não é um país pequeno" editado para a Primeira Exposição Colonial Portuguesa



Superficies do IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS comparadas com as dos principais países da Europa

Portugal (Cont.)	89.106 Km²	Espanha (Cont.)	505.202 Km²
Açôres	2.392 »	França	560.986 »
Madeira	870 »	Inglaterra	244.734 »
Cabo Verde	3.930 »	Italia	308.717 »
Guiné	36.126 »	Alemanha	472.000 »
S. Tomé e Principe	971 »		
Angola	1.255.755 »	Total	2.091639 Km²
Moçambique	756.112 »		
Estado da India	3.806 »		
Macau	14 »		
Timor	18.989 »		
Total	2.168.077 Km²		

ANEXO 8: Mapa da Exposição Mundo Português e informações diversas da inauguração



Lito. Nacional-Porto

INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

DISCURSO DO COMISSÁRIO GERAL, DR. AUGUSTO DE CASTRO

Dentro de alguns minutos o Senhor Presidente da República, alta incarnação do Civismo, expressão das mais lídimas virtudes pessoais e patrióticas, vai, em representação viva e ilustre da Unidade Nacional de Oito Séculos, inaugurar oficialmente a Exposição do Mundo Português — Cidade Simbólica da História de Portugal.

Cabe-me a honra de nesta solenidade, que é o apoteótico coroamento do Período Imperial das Festas Centenárias, falar em nome dos inspiradores, directores, autores e colaboradores desta obra concebida e realizada em pouco mais de um ano.

E a primeira vez que se realiza uma Exposição de História. E a primeira vez no Mundo, que se expõe, em imagens e símbolos, uma Civilização. Esta esplanada que se estende numa área de algumas centenas de milhares de metros quadrados, à sombra dessa imensa asa de pedra dos Jerónimos, debruçada sôbre êsse ninho de águias que é o Tejo, é, mais do que um Certame de arte, um grande album de imagens.

Através dêsse livro colorido de glórias, de figuras, de datas e de costumes, não procurámos apenas sugerir o Passado. Esta Exposição não será sòmente uma Galeria de Sombras. Desejámos e desejamos que ela não seja exclusivamente um memorial de Mortos, mas constitua também uma lição de vivos. Não a quisemos como um monumento à Velhice. Ambicionámo-la como um Hino à Juventude. Não apenas a oitocentos anos de gloriosa Juventude — que tantos são os de Portugal — mas à Juventude do Presente, à Juventude do Futuro — à Juventude da nossa Imortalidade e da nossa Certeza Nacional.

Foi assim certamente que V. Ex.ª a quis, Senhor Presidente do Conselho: V. Ex.ª que não foi apenas o inspirador, o orientador e o criador espiritual desta obra, como do pensamento das Comemorações Centenárias, mas que foi e é mais do que isso: o espírito, o prestígio, a acção que tornaram possível, interna e externamente, o momento nacional evocador que Portugal, no meio dos destroços actuais da Europa, está vivendo. Afastado de Portugal durante muitos anos, foi dirigindo e colaborando neste Certame, que hoje inauguramos, que eu me pude aperceber, em tôda a sua extensão, de que alguma coisa havia mudado não apenas no clima político nacional, mas nas próprias faculdades nacionais.

A Exposição do Mundo Português não é sòmente (posso dizê-lo, sem reserva, porque não é a mim que o mérito advém) uma demonstração triunfal, completada num tempo-récord, das qualidades de realização do espírito português, mas também o resultado dum facto moral que se pode resumir neste milagre: a ressurreição da Fé colectiva, num país que a tinha perdido. Como tal, esta Exposição, mais do que criação simbólica de animadores, de artistas e de obreiros, é um facto político.

Há aqui dentro um Portugal Novo, que se encontra, reconciliado e aproximado, numa aspirição ideal, com o Portugal Velho. Dessa reconciliação de alma, deriva pode dizer-se o próprio estilo plástico da Exposição: fusão de motivos modernos e de hierática presença da tradição histórica e arquitectónica do Passado.

Portugal não procura apenas reviver: procura viver. V. Ex.ª ensinou o caminho. Os realizadores da Exposição procuraram a fórmula arquitectónica e estética. E porque falo em realizadores, seja-me lícito endereçar desde já a todos êles — desde os dirigentes ao mais humilde operário — os agradecimentos que lhes devo. Terei, no decurso do programa das inaugurações parciais da Exposição, ensejo de me referir individualmente, tanto quanto a multiplicidade das tarefas o permitir, aos principais e mais ilustres entre os colaboradores dêste esfôrço construtivo e exaustivo de dezassete meses.

Mas seria o cúmulo da ingratidão e da injustiça se não iniciasse já hoje essa lista citando dois: o engenheiro ilustre, que foi o Comissário Adjunto, Sá e Melo e o arquitecto chefe, êsse sugestivo e cintilante espírito de Renascença que se chama, Cotinelli Telmo. Êstes dois nomes estão inscritos em cada pedra, em cada linha, em cada arco, em cada coluna desta tarefa que hoje atinge o seu têrmo oficial e a sua consagração solene.

O Engenheiro Sá e Melo afirmou qualidades que o colocam na primeira fila dos grandes técnicos portugueses, a par duma tenacidade silenciosa, duma obstinação, duma paciência inesgotáveis que, em qualquer parte do mundo, nobilitariam um homem de acção, mas que entre nós são documento raro, raríssimo, dum espírito calmo, concentrado, de organizador.

Cotinelli Telmo é o oposto dêste temperamento. E creio que foi por isso que Deus os fez e a Exposição os juntou. Cotinelli é a centelha feita carne; é o fôgo sagrado em nervo; é o azougue em talento; é a improvisação e a adivinhação em pessoa, ao serviço duma cultura que toca tôdas as gamas da inteligência e da arte. Sá e Melo e Cotinelli não foram o engenheiro e o arquitecto chefes da Exposição: foram aqui dentro tudo em *vinte e cinco* horas por dia, em *oito* dias por semana e em *trinta e um* dias por mês.

Às referências que devo a êstes colaboradores directos, desejo juntar aquelas que me impõe o meu dever de camaradagem e de justiça aos meus ilustres colegas da Comissão Executiva das Festas Centenárias, de que eu apenas fui, aqui dentro, o instrumento e o intérprete e ao Presidente desta Comissão, meu querido e velho amigo Júlio Dantas, cére-



O CHEFE DO ESTADO É RECEBIDO PELO SR. PRESIDENTE DO CONSELHO À ENTRADA DO PAVILHÃO DE HONRA DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

bro, fôrça, disciplina de tudo quanto se realizou e que na acção patriótica das comemorações soube dispensar-se, inteiramente, com um dom total de si próprio.

Ao Govêrno agradeço a confiança, que em mim, que em nós, realizadores da Exposição, depositou. Se mais não fizemos, foi porque, dentro da esfera que as circunstâncias nos delimitaram, mais não pudemos. E, em especial, depois do sr. Presidente do Conselho, digo a nossa gratidão e a nossa admiração àquele que foi o estímulo, o conselho, o apoio, a sorridente e viva reserva de energia de nós todos: o sr. Ministro das Obras Públicas, cujas extraordinárias faculdades de inteligência construtiva e de activo empreendimento marcarão uma data na história duma Cidade renovada.

A Exposição que o Chefe do Govêrno nos deu o encargo de realizar e hoje inauguramos é, fundamentalmente, uma obra nacional, com a participação do Brasil, — o que a torna ainda mais nacional porque a completa.

Se, no seu pensamento, na sua comemoração aniversária, na sua finalidade, na sua alegoria, na sua realização, confiada exclusivamente ao trabalho português esta Exposição é nacional — na sua projecção, a cidade Histórica aqui erguida, como fôlhas soltas dum livro incompleto, não poderia deixar a imagem do facto dominante do nosso génio e da nossa glória: a universalidade.

E impossível resumir um mundo — e resumí-lo ainda menos numa efémera galeria de alegorias, numa dúzia de frágeis construções animadas pelo passageiro fulgor duma centena de datas e de nomes. E esta Exposição não é mais do que uma Cidade de Ilusões.

Mas aquilo que o nosso esfôrço, limitado e humano, não pôde, nem nunca poderia exprimir — o rastro imenso da universalidade portuguesa, síntese e explicação do destino nacional — dá-o, neste macisso arquitectónico de evocações históricas e plásticas, o símbolo maravilhoso do local onde nos encontramos: dum lado a velha barra do Restelo, em cujas areias passa ainda a visão das caravelas e das naus que daqui partiram para alargar o mundo — e doutro lado, nas pedras do mosteiro, a sombra manuelina do grande sonho da Índia.

Meus Senhores! Ergamos o nosso coração acima da transitória realidade que nos cerca e desta pequena cosmopolis portuguesa, construída apenas para a côr, para a fantasia, para a vida duma Comemoração Festiva: ergamos os nossos olhos acima dos pavilhões, da glória das bandeiras, das flôres, das decorações de hoje; saiamos desta sala e do cerimonial desta solenidade oficial e cívica — e deixemos o nosso Espírito transpor o Tempo e integrar-se neste horizonte, único da terra, que foi a primeira estrada do Atlântico e o caminho azul que Portugal traçou no Espaço.

Foi aqui uma das portas do Universo. Se a nacionalidade começa em Guimarãis, se o mundo para nós começou em Sagres, o Império começou no Tejo. Daqui, como em nenhum outro sítio de Portugal, o nosso génio pode dizer que dominou quatro Continentes. O Promontório Henriquino abriu-nos a rota do Oceano — mas foi nestes cem metros de areia, que Portugal se encontrou a si próprio, que fixou o seu destino universal; foi aqui que se fundou Portugal, pátria de Dois Mundos.

Foi aqui, Eminência, que a Cruz de Cristo — a mesma que orna, sob um grilhão de oiro, a Vossa Púrpura Cardinalícia, a mesma que o facho divino de Roma ilumina ha dois mil anos e que Deus confiou a Portugal para evangelizar, para erguer, para defender, através das tormentas das ondas e dos homens, a Religião — o Império — foi daqui que ela partiu na proa das Descobertas, para a conquista e para o Resgate de mais de metade da Terra.

Tejo, rio sagrado da Humanidade, como o Ganges e como o Nilo; Tejo, eterno Cavaleiro Andante do Céu, fôste tu, desta barra, em que o sonho tomou corpo e a Apoteose tomou alma, que nos ensinaste o Mar e nos desvendaste o Mundo! Tejo que viste alvorecer o dia de Julho de 1497, em que Vasco da Gama embarcou para nos ir buscar a Índia; que balouçaste, no teu dorso heróico, a nau S. Gabriel; Tejo que conheceste a maravilha dessa manhã de Março de 1500 que nos deu o Brasil e que iluminaste, na imensa visão atlântica, os olhos de Pedro Álvares Cabral; Tejo das Caravelas; Tejo que acenaste o teu lenço azul de despedida aos olhos de Sacadura Cabral e Gago Coutinho, meu Tejo em flôr, pátria da grandeza de Portugal, Tejo, cinto de prata e de sol de Lisboa — eu te saúdo.

Brasileiros, êste é também o vosso rio, o vosso primeiro rio. Há quatro séculos e meio que êle, através do Atlântico, une, num prolongamento ideal, duas metades da mesma alma lusíada. Sempre que um de vós, brasileiros, quere, de longe, abraçar a visão de Portugal, é esta a primeira imagem da barra histórica «onde a terra acaba e o mar começa», o rio de Camões, que ilumina os vossos olhos — a primeira imagem que vos oferece a Pátria Comum — a última que levaram para o Brasil as pupilas dos vossos antepassados.

Areias do Tejo, primeiras terras de Santa Cruz; Terras de Santa Cruz, últimas areias do Tejo! O vosso Pavilhão que daqui a dias será inaugurado, reflectirá no Tejo a vossa Bandeira, feita de esperança, estrelada de oiro — mas, reflectidas na superfície do rio, as vossas côres nocionais, fulgindo ao sol e batidas pelo vento, confundir-se-ão no azul da água que cintila e palpita e serão apenas as estrêlas que fulgirão, como um diadema de oiro, no colo ardente do Cisne do Atlântico!

Tejo, primeiro beijo paternal e último olhar de Portugal ao Brasil, no teu peito forte, onde arfa e onde respira a alma inteira dum Império, bate no mesmo ritmo o coração de duas Pátrias. E és tu, que nesta hora mais uma vez simbòlicamente nos unes, Tejo dos Navegantes, Tejo da Aventura, Tejo das despedidas, Tejo dos *Lusíadas*, Tejo do Brasil, pórtico de Portugal sôbre o Mundo!

Minhas Senhoras

Meus Senhores:

Podem dar-se a esta Exposição três objectivos: em primeiro lugar, a projecção sôbre o Passado — como uma galeria de imagens heróicas da fundação e da existência nacionais, da função universal, cristã e evangelizadora, da Raça, da glória marítima e colonial, do Império; em segundo lugar, a afirmação



ELEMENTO OFICIAL E CONVIDADOS NA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS



UM ASPECTO DA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

das fôrças morais, políticas e criadoras do Presente; em terceiro lugar, um acto de Fé no Futuro.

Êsses três objectivos resumem-se num só: testemunho e apoteose da Consciência nacional. E creio que, em nenhuma oportunidade, mais do que nesta, quando os valores do mundo se subvertem, se deslocam e se debatem numa trágica crise de espírito, esta simbólica exaltação das virtudes e das fôrças que criaram, mantiveram e dilataram o génio duma Pátria pode ter uma mais sugestiva repercussão.

Em relação ao Presente, esta Exposição, integrada numa larga série de obras construtivas, comportava um inquérito às faculdades de realização do País. A resposta que, neste capítulo, a Exposição traz ao ceticismo nacional parece-me de molde a dever ser enaltecida.



LARGADA DE POMBOS NO DIA DA INAUGURAÇAO DA EXPOSIÇAO DO MUNDO PORTUGUÊS

Em pouco mais de um ano, ao todo dezassete meses, foi concebida, delineada, realizada, decorada dentro duma área de 450 mil metros quadrados, esta pequena Cosmopolis Histórica, dividida em quatro secções: a sua secção histórica — constituída por oito pavilhões, com o seu pitoresco bairro seiscentista; o Centro Regional, cinco pavilhões, e lindo outeiro das aldeias portuguesas que se estenderá, como um lenço de ramagens, à sombra do Palácio dos Portugueses no Mundo; a Secção Colonial, evocação etnográfica e colorida das Colónias, no quadro magnífico do Jardim Tropical; a serie de outros pavilhões, de restaurantes, centros de informações, parques, jardins, espêlhos de água, etc.

Além dêstes edifícios e obras, o pavilhão consagrado ao Portugal de hoje, «Portugal 1940»; a Nau Portugal, ressurreição exacta dum galeão das Indias, com quatrocentas toneladas, que dentro em dias entrará de novo, triunfalmente, no Tejo e virá poisar, como uma águia doirada, sôbre a perspectiva do rio; o Monumento dos Descobrimentos, cujo perfil, dominado pela Cruz e pela Espada — criação arquitectónica soberba de Cotinelli Telmo, com a colaboração do escultor Leopoldo de Almeida — já se ergue, como uma guarda de honra à Tôrre de Belém — sem falar no recheio de obras e documentos brasileiros que ornam o excelente Pavilhão do Brasil — tôda essa massa enorme de realizações, em que trabalharam cinco mil operários, quinze engenheiros, dezassete arquitectos, quarenta e três pintores decoradores com cento e vinte e nove auxiliares, mais de mil modeladores-estucadores, sob a direcção de sete chefes e em que colaboraram alguns dos mais altos nomes da historiografia e da Cultura Portuguesa, representa um esfôrço original, exclusiva e brilhantemente português.

Creio que dificilmente se poderia, num mais curto lapso de tempo e com recursos relativamente modestos, levar a cabo uma mais significativa demonstração das admiráveis possibilidades do espírito, do gôsto, de competência histórica, artística e industrial, assim como do trabalho nacionais.

Mas não bastam, para que uma obra, que, na sua inspiração, no seu propósito, no seu objectivo, é de ideal Comemoração e Revivescência colectivas; — para que essa obra, na febril e efémera improvisação das suas alegorias, represente os estímulos e realize os fins para que foi criada, não bastam a lição do Passado e a afirmação do Presente.

Há alguma coisa mais alta ainda: é o Futuro. Para o Futuro se volvem nesta hora, mais do que nunca, buscando uma visão e uma certeza, os olhos dos Homens — e o coração das Pátrias. Nunca essas seis letras, que encerram em três consoantes e três vogais, o eterno mistério do Destino, representaram uma mais ansiosa mais dramática interrogação.

Para as almas fortes, as dos povos como as dos homens, o Futuro mais do que um enigma, confinado às sombras da dúvida e da ansiedade, é uma fôrça e um horizonte, é uma aspiração e uma vontade, é uma luz e uma Fé. Elevamos numa oferenda a essa renovada Fé os nossoscorações, rejuvenescidos por oito séculos de sacrifícios e de glórias.

Quando Portugal começou a afastar-se do seu destino — que foi sempre de expansão e de projecção no Mundo — Lisboa começou a fugir do Tejo. Dir-se-ia que se haviam malquistado. Portugal emparedara-se na «apagada e vil tristeza»; Lisboa fechara os olhos ao Tejo e murara a suas janelas sôbre o seu grande páteo luminoso do Oceano.

Lisboa volta novamente ao Tejo. E para mim esta

Exposição é sobretudo a simbólica quermesse dessa Reconciliação, as bodas de oiro de Portugal e do Rio da Tradição de oiro; a festa do encontro do Portugal consigo próprio. Não podíamos levar às Comemorações Centenárias mais bela, mais vasta, mais sugestiva alegoria. No prodígio das nossas imaginações, esqueçamos por um momento a imperfeição, o artifício, do quadro aqui erguido. Povoa-se dos velhos génios da Raça esta paisagem, onde como nas colinas do Lacio, refloriu numa Idade Nova a Juventude do mundo. Anima-se o Céu. Águias sulcam as velhas rotas do Tejo. As grandes estradas aéreas do Mundo cruzam-se sôbre esta praia, como há quatro séculos se cruzavam as grandes estradas marítimas. Na grande civilização, não continental, mas inter-continental que será a Civilização de Àmanhã, Portugal volta ao seu destino histórico e geográfico, à universalidade para que a terra o criou e o mar o fecundou.

Visão soberba, de que os meus olhos não sabem despedir-se. Extremo ocidental da Europa, fronteira oriental da América, ponte do Atlântico, sôbre três Continentes, promontório do Brasil, hoje como outrora, lição e exemplo de Povos, como outrora — Pátria, os teus olhos criadores quaisquer que sejam as provas que te esperem, volvem-se para os lugares santos onde nasceu sôbre um punhado de areia o Império e onde a tua alma universal se formou para a Dor, para a Paz, para Deus, para o Ideal e para a Imortalidade!

Vejamos neste augúrio feliz o símbolo da festa de hoje!

DISCURSO DE SUA EX.ª O MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES NO ACTO INAUGURAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

Solicitado a proferir algumas palavras no acto da inauguração da Exposição do Mundo Português, mal pude tirar escassos momentos aos meus absorventes afazeres para me desempenhar do encargo. Isto explica, ao menos em certa medida, a brevidade e a insuficiência do meu discurso. Felizmente, porém, o sr. comissário geral da Exposição, com a autoridade especial das suas funções, acaba de dizer-vos, numa brilhante e formosíssima oração, tudo ou quási tudo o que conviria fôsse dito.

Por mim, tenho que declarar que considero a Exposição do Mundo Português o grande triunfo da nossa gente. Triunfo na concepção e na realização.

Traçada com larga visão do profundo sentido do seu significado evocador de oito séculos de História pátria, entre o Tejo, cujas águas murmuram ainda os feitos dos descobrimentos, e os Jerónimos, cujas pedras manterão eternamente viva nos portugueses a recordação da nossa epopeia, a Exposição do Mundo Português impõe-se por uma perfeita unidade arquitectural, pureza e elegância de linhas, e uma expressão de grandeza impressionante.

A realização representa um esfôrço gigantesco que só um fortissimo entusiásmo criador tornou possível erguer em escassos doze meses, com recursos diminutos — agravadas as dificuldades próprias do empreendimento com as que resultaram do conflito europeu e do inverno passado, excepcionalmente rigoroso e prolongado — o quadro que os vossos olhos em-

bevecidos vão, dentro de momentos, contemplar, pode parecer um milagre, e é sem dúvida um êxito fulgurante.

Penso que os admiráveis resultados obtidos nos permitem afirmar com orgulho a capacidade realizadora de Portugal. A arquitectura e a engenharia portuguesas mostram inspiração e valor reais e engenho e espírito de organização seguros. A escultura, a pintura, a decoração marcam progressos sérios e, aqui e além, notáveis produções. O trabalho nacional nas suas múltiplas artes e ofícios, demonstra capacidade promotora, saber profissional e renovado espírito de bem servir a nação, e revela-se capaz de constituir alicerce firme para a realização de quaisquer obras de que a nação precise, mais ousadas e difíceis que elas sejam.

O que explica o brilhante êxito da Exposição do Mundo Português? Acima de tudo, o entusiasmo patriótico que despertou em todo o país a memorável nota de Março de 1938 de que S. Ex.ª o sr. Presidente do Conselho se serviu para lançar à terra portuguesa, como fecunda semente, o seu belo, alto e clarividente pensamento das Comemorações Centenárias— pensamento que se converteu num poderoso instrumento de coesão da alma nacional.

Depois, e substancialmente, o trabalho inteligentemente orientado e perseverante dos realizadores da Exposição. Êles conservaram-se sempre, através de tôdas as vicissitudes, animados de fervoroso e devotado espírito de bem servir. Não desfaleceram na sua fé e souberam comunicar o mesmo estado de alma aos seus colaboradores, dos mais valiosos aos mais modestos. Não se diz isto no méro intuito de louvar — por justo e merecido que seja o louvor — diz-se mais como exemplo capaz de estimular novas fôrças criadoras.

Os realizadores da Exposição foram: o engenheiro Sá e Melo e o arquitecto Cotinelli Telmo.

No risco e no complexo artistico da Exposição, Telmo, artista raro e talentoso, artista em tudo — nos olhos, na alma, no coração — na organização e na execução, Sá e Melo, tenaz, incansável, calmo, modesto, oportuno, previdente. Homenagem a êles, primeiro.

Homenagem ao dr. Augusto de Castro, comissário geral da Exposição, no espírito que soube compreender rapidamente o talento realizador de um e o talento criador do outro, e a ambos assegurar desde a primeira hora uma confiança sem limites e um apoio sem restrições.

Homenagem a todos os colaboradores de Telmo e Sá e Melo — directores de pavilhões, arquitectos, engenheiros, escultores, pintores, historiadores, todos, enfim, que deram o melhor do seu esfôrço para servir o pensamento de Salazar.

Homenagem ao Município de Lisboa pela sua valiosíssima colaboração, sem a qual a Exposição não teria sido possível.

Homenagem a todos os operários da Exposição que não se pouparam a nenhum sacrifício para converter em realidade o sonho dos seus chefes. Todos fizeram com que se cumprisse a palavra de Salazar. A todos o Govêrno agradece. A todos o país agradecerá.

EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

A Exposição do Mundo Português, inaugurada solenemente no dia 23 de Junho, ergue-se, nuns terrenos marginais do Tejo, entre a estátua de Afonso de Albuquerque — o fundador do nosso império do Oriente — e a famosa Tôrre de Belém, do mais puro estilo manuelino, de que foi arquitecto Francisco de Arruda.



INAUGURAÇÃO OFICIAL DO CENTRO REGIONAL, NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

Entre estes dois padrões da epopeia das Descobertas, e tendo por cenário majestoso o mosteiro dos Jerónimos — construido por D. Manuel I após a descoberta do caminho marítimo para a Índia — desenvolve-se, em 450.000 m_2 o grandioso certame, cuja construcção demorou pouco mais de um ano, estando a direcção dos trabalhos confiada ao engenheiro Sá e Melo e ao arquitecto Cottineli Telmo.

É seu comissário geral o sr. Dr. Augusto de Castro. Divide-se a Exposição em três

agrupamentos de edifícios, cada um com seu carácter e expressão própria: secção histórica, secção de etnografia metropolitana (Centro regional) e secção de etnografia colonial.

Não se pode dizer que haja um estilo definido; aproveitaram-se, porém, tôdas as sugestões da arquitectura continental e o pitoresco exótico dalguns territórios do Império, de que há exemplares curiosíssimos, dentro duma larga e ampla renovação, ou melhor, estilização, num gôsto francamente nacionalista.

O local da Exposição não podia ser melhor escolhido. Foi daquele sítio que partiram numerosas armadas para as Descobertas, entre as quais a de Vasco da Gama, o que dá a êste lugar um alto significado de tradição histórica.

A Exposição desenvolve-se, por assim dizer, em dois planos: o primeiro junto ao Tejo, tendo como centro a formosa Praça do Império, com a sua feérica fonte luminosa e ladeada por duas ordens de pavilhões; o segundo em terras mais elevadas, arborizadas de espécies exóticas, onde se construiu a secção colonial. Uma passagem liga as duas partes, seguindo os visitantes um trajecto único, de traçado racional e, tanto quanto possível, directo.

O acesso faz-se pela Porta da Fundação, projecto de Cottineli Telmo, que se recorta em quatro colunas majestosas, nas quais se erguem estátuas de guerreiros medievais. Junto dela o «Pavilhão da Fundação», com o seu aspecto de entrada de castelo roqueiro, fôsso, ponte levadiça segura por pesadas cadeias de ferro, guardas medievais de broquel e morrião, empunhando as lanças de D. Afonso Henriques.

Êste pavilhão é um edifício de linhas severas, célula simbólica da Nacionalidade — primeira pedra do lar de Portugal.

Damos, a seguir, em breve roteiro, uma descrição rápida dos pavilhões e principais monumentos desta grande Exposição do Mundo Português, que é, na sua síntese grandiosa e expressiva, a demonstração viva do génio construtivo de uma Pátria oito vezes secular, senhora de uma História gloriosa e incomparável.

PAVILHÃO DA FUNDAÇÃO DE PORTUGAL

DIRECÇÃO COORDENADORA DE
LUIZ PASTOR DE MACEDO
ARQUITECTO: *RAUL RODRIGUES DE LIMA*

ÀTRIO: — De um e de outro lado, reprodução de petróglifos da época pré-romana e estátuas de guerreiros.

SALA DE D. AFONSO HENRIQUES: — Ao fundo, a estátua do Rei Fundador. Expõe-se a espada do primeiro Soberano e a reprodução da pia baptismal, onde, segundo a tradição, foi baptisado o mesmo Monarca. A decoração das paredes apresenta as árvores geneológicas da ascendência e descendência de D. Afonso Henriques.

PASSAGEM: — O busto do primeiro Rei, que se supõe ser do século XII.

GALERIA: — Estátua do Arcebispo de Braga, D. João Peculiar, e de Gualdim Pais. Túmulo de Egas Moniz.

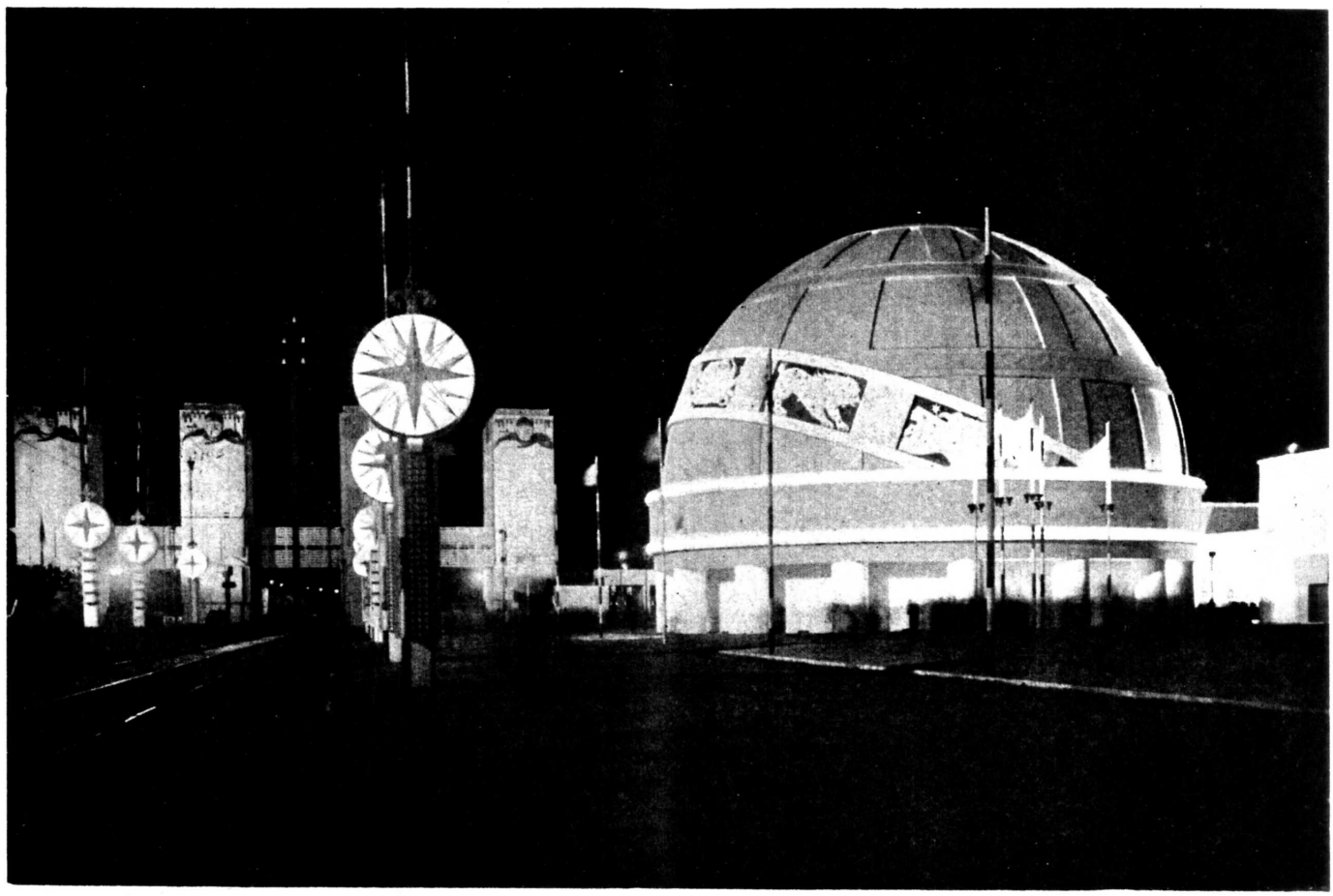
SALA DE DOCUMENTOS: — Estátuas de Gonçalo Mendes da Maia, o *Lidador*, e de Geraldo, o *Sem Pavor*. Numa das faces da divisória, ao centro da sala, o documento em que, provàvelmente pela primeira vez, se deu o título de Rei a D. Afonso Henriques (Março de 1139) e bula do Papa Alexandre III «Manifestis Probatum» (23 de Maio de 1179) em que a Santa Sé reconhece como Soberano o Fundador. Documentos do período da Fundação, entre os quais o foral de Guimarãis e o testamento do primeiro Rei.

PASSAGEM: — Nas paredes motivos de iluminuras da época.

SALA DOS CASTELOS: — Ao centro, miniatura do Castelo de Guimarãis.

SALA DAS BATALHAS: — Ao centro, uma celada do século XII; ao fundo um composição, em vulto, da morte de Martim Moniz. Alegorias de feitos de armas da Independência sôbre motivos de iluminuras do tempo.

PASSAGEM: — Nas paredes, motivos de iluminuras da época.



ESFERA DOS DESCOBRIMENTOS E PORTA DA FUNDAÇÃO

PAVILHÃO DA FORMAÇÃO E CONQUISTA

DIRECÇÃO COORDENADORA DE
LUIZ PASTOR DE MACEDO
ARQUITECTO: *RAUL RODRIGUES DE LIMA*

ÀTRIO — Alusão às ordens militares.

SALA DO MAPA: — Um mapa luminoso mostra as fases da formação de Portugal. Noutra parede, a miniatura da Casa Municipal de Bragança, a mais antiga séde concelhia. Reprodução do foral de Constantim de Panoia (1096), o mais antigo que se conhece.

SALA DA FORMAÇÃO E POVOAMENTO: — Ao centro, a Cruz de Oiro de D. Sancho. No nicho, a reprodução do estandarte de Miramolim, tomado na Batalha de Navas de Tolosa.

Nas paredes: alusões pictóricas à Conquista do Algarve, às Côrtes de Leiria (1254) e baixos-relêvos, sôbre iluminuras do Missal de Lorvão, referentes ao povoamento do Reino.

SALA DE D. DENIZ: — Documentário escultórico e pictórico da obra cultural, económica e política do Rei Lavrador.

SALA DOS DOCUMENTOS: — Nas vitrinas, expõem-se alguns dos mais importantes documentos dêste período e peças de ourivesaria que foram da Rainha Santa Isabel.

SALA DA RAÍNHA SANTA ISABEL: — Reprodução do túmulo de Santa Isabel, em baixo-relêvo, alusivo à sua acção caritativa e à sua intervenção em Alvalade.

PASSAGEM: — Retrato da Raínha Santa, reproduzido de uma tábua do século XIV.

SALA DE D. AFONSO IV, D. PEDRO E D. FERNANDO: — Ao fundo, estatueta de um cavaleiro do século XIV. Num baixo-relêvo, evocação da batalha. Documentário das grandes leis económicas e de protecção à marinha e definição da Aliança luso-britânica.

PAVILHÃO DA INDEPENDÊNCIA

DIRECÇÃO COORDENADORA DE *LUIZ PASTOR DE MACEDO*

ARQUITECTO: *RAUL RODRIGUES DE LIMA*

ÀTRIO: — Baixo-relêvo consagrado a Nun'Alvares, como símbolo do Génio da Independência. Expõem-se a espada do Santo Condestável e, na parede, o seu brazão de armas.

SALA DE D. JOAO I: — Expõe-se o elmo e a espada do Mestre de Aviz. Pinturas reproduzindo a coroação do mesmo Soberano e o seu casamento com D. Filipa de Lencastre. Num painel, a recordação da descendência do Rei de Bôa memória, e noutro S. Jorge, padroeiro do Reino.

Por detrás da estátua do Monarca, as suas armas e, fronteiro àquele, num painel, João das Regras. Noutros quadros, alegorias à «Casa dos Vinte e Quatro» e às batalhas de Aljubarrota, Atoleiros, Valverde e Trancoso.

SALA DE ALJUBARROTA: — Circundando a sala, baixo-relêvo que evoca a batalha.

SALA DO TÚMULO: — Reprodução do túmulo do Mestre de Aviz e de D. Filipa de Lencastre existente no Mosteiro da Batalha. Nas paredes, brazões e divisas dos Infantes da *Inclita Geração*.

PASSAGEM: — O altar que, segundo a tradição, foi abandonado em Aljubarrota pelo Rei de Castela.

PASSAGEM: — No nicho, a imagem de Nossa Senhora da Conceição que acompanhou D. Sancho Manuel na batalha dos Montes Claros. Na parede, retrato de D. António Prior do Crato.

SALA 1640: — Representação, em relêvo, de uma reünião dos conspiradores no palácio de D. Antão de Almada, no Rossio.

SALA DE D. FILIPA DE VILHENA: — Representação, em vulto, da histórica cêna da madrugada do 1.º de Dezembro.

PASSAGEM: — Nas vitrinas reprodução de alguns documentos relativos à época da Restauração. Nas paredes, retratos dos principais vultos dêsse movimento.

SALA DE D. JOAO IV: — Dominando, a estátua do Soberano. Nas paredes, retratos das Raínhas D. Luisa de Gusmão e D. Catarina de Bragança; reprodução do brazão de armas do Arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, regente do Reino, após o 1.º de Dezembro; painéis representando a descendência do Restaurador, as guerras da Aclamação no Continente, Africa e Brasil e mapa da acção diplomática do mesmo Rei. Espadins que foram pertença de D. Teodósio.

SALA DA GUERRA PENINSULAR: — Expõem-se a mesa e o tinteiro, objectos utilizados em Sintra para a assinatura da Convenção (1808) e a reprodução, em miniatura, das Linhas de Tôrres Vedras. Nas vitrinas, documentos coevos. Nas paredes, painéis sôbre motivos militares da época e, em volta da sala, armas e bandeiras dêsse tempo.

PAVILHÃO DOS DESCOBRIMENTOS

DIRECTOR HISTÓRICO: *COMANDANTE QUIRINO DA FONSECA*

ARQUIT.º-CHEFE DIRECTOR E AUTOR DO PLANO GERAL DAS DECORAÇÕES: *COTINNELLI TELMO*

AUTOR DO PROJECTO: *ARQUITECTO PARDAL MONTEIRO*

I SALA: — Síntese da concepção antiga do Atlântico. Na parede fronteira à entrada, representação das sereias, monstros marinhos e todos os lendários inimigos dos navegadores do mar alto Planisférios anteriores aos Descobrimentos.

II SALA: — Sugestão do que seria a *aventura* da navegação em frágeis meios de transporte marítimo.

III SALA: — Do *Infante D. Henrique*, que rodeado dos seus *criados* aparece no baixo-relêvo da parede de honra. Os Descobrimentos da época Henriquina representados no mapa onde sobressai a figura de Gil Eanes. O episódio das *rosas de Santa Maria*, da crónica de Azurara, é o principal elemento decorativo. Fixam-se as datas dos Descobrimentos e os nomes dos seus descobridores. Modêlo de caravela latina.

IV SALA: — Salienta documentalmente o impulso dado à marinha por D. Afonso V. Expõe-se um mapa ilustrado por um friso de navegadores dêste reinado e, noutra parede, vários tipos de barcos de navegação de longo curso. Documentos.

V SALA: — A figura central é D. João II. A viagem de Bartolomeu Dias serve de tema à decoração de uma das paredes e, nas outras, fixam-se os Descobrimentos de Diogo Cão. Salienta-se o valor do Tratado de Tordesilhas. Documentos.

VI SALA: — O triunfo real dos Descobrimentos. Num grupo escultórico Vasco da Gama e Pedro Alvares Cabral oferecem, simbòlicamente, ao rei D. Manuel, os países que atingiram. Decorações documentais da transformação de Lisboa no maior empório comercial da Europa. Na parede fronteira, visiona-se a embaixada régia portuguesa ao Papa. Documentos vários.

VII SALA: — Os modêlos de Galeão e Nau constituem o centro dêste salão, onde se valorisa a viagem circumnavegatória de Fernão de Magalhãis.

VIII SALA: — Instrumentos de navegação.

IX SALA: — Evocação do génio de Camões. Os

Lusíadas. Rodeiam o épico os cientistas, cartógrafos e cronistas representados pelas suas obras.

ESFERA DOS DESCOBRIMENTOS: — À saída do Pavilhão — no interior, num grande globo giratório, estão inscritas as derrotas das navegações portuguesas.

PAVILHÃO DA COLONIZAÇÃO

DIRECTOR: *JÚLIO CAYOLA*

ARQUITECTO: *CARLOS RAMOS*

No lado exterior do Pavilhão, sôbre as portas da entrada, dois baixos-relêvos representando, respectivamente, a Fé o o Império.

SALA DOS ANTECEDENTES: — Seis mapas ilustrados horizontais, divididos em dois grupos, enunciam as razões históricas que impeliram os portugueses à sua expansão no Mundo: 1.º — o aspecto económico do mundo, em relação à Europa, no século XV, marcando a proeminência da hegemonia comercial no Mediterrâneo; 2.º — Portugal na Idade-Média, salientando a ocupação do litoral português e o desenvolvimento das comunicações internacionais por via marítima; 3.º — o propósito de se estabelecer uma nova rota marítima para o Oriente. A situação do comércio marítimo no Mediterrâneo, ameaçado pelo poder muçulmano; 4.º — a obra e acção do Infante D. Henrique. Instituïção da ciência náutica em Portugal; 5.º — o plano do Infante: fixação dos portugueses em Marrocos e a circumnavegação da Africa ocidental; 6.º — a expansão marítima portuguesa no Atlântico.

SALA DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO COLONIZADOR: — De um lado e do outro das portas de acesso, quatro baixo-relêvos subordinados aos seguintes motivos: a fundação do Castelo da Mina; Lisboa, metrópole do novo estado Marítimo e Colonizador; a chegada dos portugueses ao Congo; a actividade informativa dos portugueses: Pero da Covilhã e Afonso de Paiva em demanda do Prestes João. Nas paredes laterais à esquerda e à direita, dois medalhões alegóricos, alusivos à instituïção das capitanias; à doação do espiritual da Ilha da Madeira; ao povoamento e colonização da Ilha da Madeira; à fundação da Companhia de Lagos; ao comércio de resgaste; às feitorias; a D. João II, fundador do sistema de feitorias; à actividade marítima; à Casa da Guiné; à feitoria da Flandres. Legendas explicativas sôbre a organização do Estado colonizador.

SALA DA AFRICA: — À direita e à esquerda da sala, dois quadros representando, respectivamente, as grandes explorações económicas do ocidente africano, no século XV, pelos portugueses; o ouro, o escravo, as especiarias; alusão às riquezas e à influência que trouxe à Europa a exploração do continente africano pelos portugueses.

Nas paredes, sobrepostas, um baixo-relêvo intitulado «Africa» e um painel inspirado no motivo «Africa Nostra». Vitrinas com mapas ilustrados.

SALA DO ORIENTE: — Na parede principal, a reprodução da tapeçaria de Viena (colecção das tapeçarias de D. João de Castro) com a seguinte legenda: «D. João de Castro entrando triunfalmente em Gôa, no dia 22 de Abril de 1547».

Nas paredes, quatro mapas referentes à fundação do Estado da Índia (Império de Albuquerque); à expansão e ocupação portuguesa no Oriente: à Arábia; à Índia e gôlfo Pérsico.

Biombo decorativo sôbre a expansão portuguesa no Oriente e Extremo Oriente. Vitrinas com mapas ilustrados.

Ao fundo, o Relicário do Oriente. Ladeando a porta de acesso, telas decorativas. No interior painéis alusivos à chegada de Vasco da Gama a Calicut; a D. Fernando de Almeida na batalha dos Rumes; à tomada de Ormuz por Afonso de Albuquerque; à conquista de Malaca; a D. João de Castro, vencedor de Diu.

Na parede fronteira às dos painéis, reproduções picturais da Tavoa da Aguada do Xeque; de Lopes Soares de Albergaria e de Diogo Lopes Sequeira. Vitrinas com documentos.

POLÍTICA DE LIMITES: — Ao fundo, o mapa com o meridiano ajustado, em Tordesilhas, entre D. João II e os Reis Católicos, que repartem entre Portugal e Castela as terras descobertas e por descobrir. Ladeando o mapa as figuras de Alexandre VI; de D. João II; dos Reis Católicos e do ilustre Duarte Pacheco Pereira, um dos signatários do tratado de Tordesilhas. À direita, três mapas denominados: Antes da conferência de Berlim; Após a Conferência de Berlim; Mapa Côr de Rosa. À esquerda cinco mapas: Guiné, Angola, Moçambique, Índia, Timor. No interior do vão da sala: modêlos de uniformes militares coloniais: *maquete* alegórica do feito de Chaimite: na parte superior da respectiva parede: episódio das guerras angolanas, pintura, século XVII. Ao centro: gráficos horizontais historiando a ocupação militar no século XIX, de Guiné, Angola, Moçambique, Índia e Timor.

PASSAGEM: — Na parede: mapas relativos à penetração e povoamento.

POLÍTICA ADMINISTRATIVA: — *1.ª Secção*: Árvore alegórica dos grandes administradores do Império Colonial Português até ao século XVII. Nas paredes: gráficos construídos: 1.º — Muata Cazembe; 2.º — Recepção dos portugueses na Côrte do Congo.

Ao centro, vitrinas com documentos.

2.ª Secção. Ao fundo: baixo-relêvo em que se lê um trecho da carta escrita pelo rei D. Sebastião, em 12 de Março de 1568, ao vice-rei da Índia, D. Luiz de Ataíde. Nas paredes laterais da Secção, dois trípticos, tendo cada um por motivo três momentos culminantes da obra administrativa realizada. À direita: 1.º (ocupação e colonização das ilhas): os primeiros capitães donatários iniciam a obra de colonização; evocação da côrte de D. António, prior do Crato, nos Açôres, em 1582; criação da Companhia de Cabo Verde e Cacheu, no fim do século XVII; 2.º (criação e colonização do Império do Oriente): Afonso de Albuquerque como Administrador do Estado da Índia; D. João de Castro entra em Gôa após a vitória de Diu; o Governador Ferreira do Amaral recupera Macau em 1846, dando-lhe o aspecto de colónia e suprimindo as alfândegas chinesas. À esquerda: 1.º (ocupação e Colonização de Angola); Paulo Dias de Novais, fundando a cidade de S. Paulo

de Luanda, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (século XVIII), grande organizador da colónia, fundador de Oeiras, onde estabelece a primeira fábrica de ferro; Artur de Paiva numa cena de organização colonial dos planaltos. 2.º (ocupação e colonização de Moçambique): Francisco Barreto, primeiro governador dos Rios de Cuama; Mousinho de Albuquerque como Comissário Régio e a sua obra na pacificação do interior: Visita de Sua Ex.ª o Presidente da República, General Carmona, à cidade de Lourenço Marques.

3.ª Secção. Ao fundo, árvore alegórica dos grandes administradores do Império Colonial Português até aos nossos dias.

Nas paredes: gráficos construidos: 1.º — organização duma feitoria: 2.º — abertura duma estrada.

Ao centro, vitrinas com documentos. Na parede fronteira às secções da sala, vê-se o mapa da Flora e da Fauna na História da Colonização Portuguesa e o Quadro de Honra dos naturalistas portugueses e estrangeiros ao serviço da expansão científica do Ultramar Português.

PASSAGEM: — Viagens de carácter científico (mapas).

POLÍTICA INDÍGENA: — Ao fundo: baixo-relêvo evocando três momentos fundamentais: 1.º — Oriente: (Entrega do foral de Afonso Mexia, 1526): 2.º África: (A conversão do rei do Congo; 3.º — Brasil: (A corporação dos elementos raciais na expulsão dos holandeses). Nas paredes, — tábuas sumárias da política indígena desde os primeiros contactos até à actualidade. Vitrinas com documentos.

A FÉ E O IMPÉRIO; — À entrada, na parede, uma pintura evocativa do martírio do Beato João de Brito. Nas paredes laterais, painéis tendo por assunto: A esquerda — Sentido universalista do Apostolado português: Batismo; Instrução; Assistência. À direita: O Apostolado português em Africa; na Asia; na Oceania; na América. Ao fundo da parede central, sôbre o tímpano, pintura mural inspirada numa passagem da Vita Cristi; No transepto: tríptico seccionado nos seguintes motivos: Serviço de Deus; A ordem de Cristo; Acção missionária. Na parede fronteira: mapa da expansão portuguesa da Fé. Vitrinas com documentos.

PANORAMA ACTUAL DA ACÇÃO COLONIAL PORTUGUESA: — Nas paredes, fotomontagens mostrando a acção política e administrativa de Portugal no Império ultramarino, vendo-se ao centro da sala um tabuleiro com construções relativas aos aspectos mais importantes da colonização portuguesa, como transportes, vias de comunicação e transmissão, portos e navegação, instrução, assistência, missões; comércio, agricultura. Nas paredes legendas dos srs. Presidente do Conselho, dr. Francisco Vieira Machado, ministro das Colónias, e dr. Armindo Monteiro, antigo ministro das Colónias.

SÍNTESE: — A expressão desta sala é dada por dois trípticos laterais. I — Simbolização do espírito moral que precedeu os descobrimentos e da obra de expansão e colonização que nêles se originam) 1.ª tábua — O anjo acolhe os Cavaleiros de Cristo (Inspiração dum auto de Gil Vicente); 2.ª — os anjos mostrando ao Infante o mundo e o mar navegável, as terras a povoar e a conquistar; 3.ª — Sentido cristão e universalista da Colonização portuguesa. II — (Criação espiritual duma nova civilização humana e começo de uma nova era de conhecimento baseado na experiência); 1.ª tábua — O espírito científico, conhecimento do mundo e das coisas, vendo-se nesta tábua Garcia da Orta e o dr. Ruano, personagens dos *Colóquios dos Simples;* 2.ª — A origem da civilização oceâniça pela interpenetração dos continentes; 3.ª — Uma literatura que, na sua fase correspondente aos poemas homéricos para a Grécia, deu ao mundo o seu maior poema épico dos tempos modernos: — Os *Lusíadas.* Ao centro da sala, um livro aberto em cujas páginas está desenhado um planisfério. Na parte ocidental dêste, vê-se a Europa de mínima extensão ameaçada pela subversão dos povos muçulmanos, e a acção de Portugal derivando o perigo comum. No hemisfério oposto mostra-se que pela expansão dos povos do Ocidente européu, devido aos descobrimentos dos portugueses, se formou um novo centro de civilização, — o atlântico.

PAVILHÃO DO BRASIL

DIRECÇÃO COORDENADORA DO *DR. AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR*

PLANO ARQUITECTÓNICO DOS INTERIORES: ARQUITECTO *ROBERTO LACOMBE*

ARQUITECTO-ADJUNTO: *FLAVIO BARBOSA*

PROJECTO DO PAVILHÃO — ARQUITECTO *RAÚL LINO*

ENTRADA: — Na galeria que da escada principal leva ao salão de conferências, encontram-se colecções de produtos do solo brasileiro. Painéis, com notas explicativas e estatísticas, completam o mostruário.

Na escadaria, mapas geográficos documentam aspectos económicos, históricos e turísticos do Brasil.

SALA DO LIVRO: — Com gabinete de leitura anexo, dá a síntese da cultura e da actividade editorial brasileira.

SALA DE FOMENTO E INDÚSTRIA: — Representação das obras públicas, vias de comunicação, fabrico de material bélico e Imprensa.

SALA DE AERONAUTICA: — Documentário da navegação aérea de tôdas as actividades afins. Homenagem aos pioneiros Bartolomeu de Gusmão, Augusto Severo e Santos Dumont.

SALA DO RIO DE JANEIRO: — Um diorama da cidade mostra os aspectos monumentais da capital do Brasil. Exibe-se o documentário da técnica do saneamento, higiene e da soroterapia. A figura de Oswaldo da Cruz, saneador do Rio de Janeiro, é a homenagem ao trabalho dos sábios brasileiros.

SALA ETNOGRÁFICA: — Completa os mostruários a secção de etnografia do selvagem brasílico, apresentada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro.

SALA DE HONRA: — Exposição de arte brasileira contemporânea.

Todos os pisos são revestidos de tacos de ma-

deira, ladrilhos cerâmicos e borracha, vindos do Brasil.

CASA DE SANTO ANTÓNIO

PLANO E CONCEPÇÃO DE *GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA*

ARQUITECTO: *VASCO MORAIS PALMEIRO (REGALEIRA)*

Não sendo a figuração exacta da pousada onde nasceu Santo António, é a evocação da casa medieval de Lisboa

À entrada, num nicho, a imagem da Virgem Maria, e junto a candeia votiva; ao lado da escada exterior, atrás de grade forjada, a *Cruz do Milagre*, tal qual está na escada da tôrre da Sé. A porta românica abre para a primeira quadra, com tecto abobadado de aresta, chaminé trecentista, tocheiro de ferro, armário ferrajado, trasfogueiro e espêto junto do fornilho de argila. Depois de um arco de alvenaria, na segunda quadra, também lageada, pendente da parede a cruz de cobre. Em frente, do arquibanco onde o Menino Jesus surgiu entre os pergaminhos, ajoelha o Santo. Castiçal e a caveira da meditação junto dos livros devotos. A esquerda, o catre, a arca ferrajada e um escano.

Por outro arco, passa-se para a Sala Museu onde, no tecto apainelado, se pinta a cronologia agiológica de Fernando Martins de Bulhões (1195 a 1231). Sôbre a sanca, em oito tabelas, corre o hino trecentista em honra de Santo António Nas paredes, reproduções pictóricas das tábuas de Frei Carlos, Gregório Lopes, Francisco Henriques e mestre de Ancede, figurando o taumaturgo.

Na segunda sala, no apainelado do tecto, motivos lendários populares.

No patim inferior da nova escada, uma imagem do Santo, escultura do século XIV.

Passado o alpendre de telha vã, o pátio ajardinado, onde se vê a fonte medieval com as velhas vasilhas de barro, enfileiradas próximo da bica. Um banco de pedra e na parede da tôrre visinha um fresco onde se reproduzem as figuras de Santo António e S. Francisco de Assis, como as pintou Martini, no início do século XVI.

BAIRRO COMERCIAL E INDUSTRIAL

DIRECÇÃO DE *JOAQUIM ROQUE DA FONSECA*

PLANO DE *GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA*

ARQUITECTO: *VASCO DE MORAIS PALMEIRO (REGALEIRA)*

SÍNTESE DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS PORTUGUESAS EM AMBIENTE ARQUITECTÓNICO ANTIGO

PAVILHÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS: — Colaboração das Associações Comerciais de Lisboa e Pôrto e das Associações Industriais Portuguesa e Portuense. E o centro de irradiação do «Bairro». Sala da História Económica de Portugal e salas de recepção e conferências, pôsto de propaganda e informação.

PAVILHÃO DE LISBOA

DIRECÇÃO COORDENADORA DE *NORBERTO DE ARAUJO*

ARQUITECTO: *LUIZ CRISTINO DA SILVA*

VESTÍBULO: — Nas paredes laterais, dois painéis de azulejo recortado, representando figuras típicas lisboetas do século XVIII.

No lado poente, encontra-se a *Grade da Sé* que durante quatro séculos serviu de porta a uma das capelas da ábside da mesma catedral. Na sobreporta, uma *alegoria a Lisboa*, inspirada num desenho de Francisco Holanda.

PÁTIO EXTERIOR: — Abre por arcadas, enfeitado de alegretes no feitio lisboeta do século XVIII. As paredes do fundo representam casaria de Lisboa velha, síntese da casa popular, do solar fidalgo, do cunhal palaciano, da igreja paroquial ou da ermida — em planos sobrepostos, o que permite visionar a capital seiscentista. Reproduzem-se as *tendas* ou *basares* coevos do tipo dos da Ribeira Velha. Ao centro do Pátio o autêntico *Cruzeiro de S. Lázaro*.

SALA DE S. VICENTE: — O tecto, inspirado no da «Sala das Pêgas», tem pintado os corvos e as naus, elementos do brazão de Lisboa.

Ao centro, ergue se a estátua de S. Vicente, conforme a iconografia tradicional.

Nos ângulos da sala, quatro painéis representando episódios da transladação do corpo de S. Vicente do promontório de Sagres para Lisboa.

SALA DE HONRA: — Num cofre, o *Foral de Lisboa* (1179) doado por D. Afonso Henriques.

Na parede sul, iluminura decorativa de reminiscência pictural do século XII, e legendas reproduzidas da abertura e fecho daquele documento.

A parede do poente é preenchida por um tríptico de cenas da tomada de Lisboa.

Na parede fronteira, reproduz-se o cêrco a Lisboa, em 1384.

Na parede norte, reprodução ampliada da iluminura da «Crónica de D. João I», visão de Lisboa quinhentista.

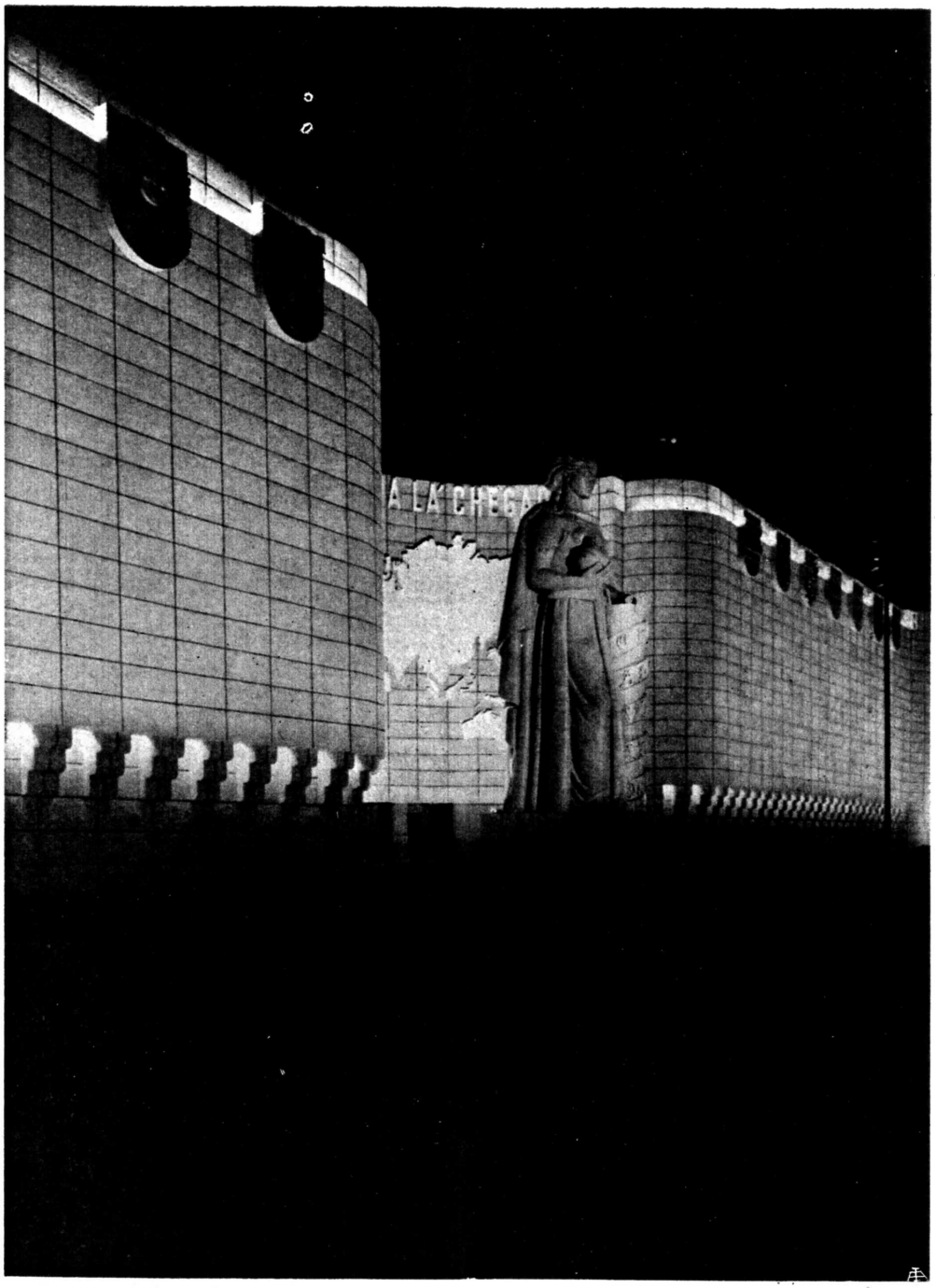
As nervuras que acompanham o desenvolvimento do tecto abobadado, têm, na base, baixo-relêvos representando a Alcáçova Régia, a Sé, S. Vicente de Fora e uma porta da Cêrca Moura. O fecho da abóbada é a reprodução dum sêlo de Lisboa, do século XIII.

Ao centro da sala, o *Padrão de Lisboa*, com a nau, elemento fundamental do brazão, olissiponense.

SALA DE PITORESCO: — Em onze palcos, pintura cenográfica reproduzindo estampas típicas de Lisboa e locais dos séculos XVII e XIX

Em vitrinas, exemplares de tipos «alfacinhas» e arte barrista do passado e do presente.

SALA CASTILHO: — De homenagem ao olissipógrafo Visconde Júlio de Castilho. Nas paredes a



ESTÁTUA DA SOBERANIA EM FRENTE AO PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO



TORRE DO PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO

ampliação da *planta de Lisboa*, de George Braunio, e a mais antiga *Vista de Lisboa* (século XVI) reproduzida e ampliada da «Crónica de D. Afonso Henriques» de Duarte Galvão.

Entre outros quadros originais, vê-se o de Miguel Lupi — «O Marquês de Pombal presidindo ao estudo da reedificação de Lisboa» —; a vista da cidade no século XVII (partida de S. Francisco Xavier para a Índia); e a vista do Rossio, no início do século XIX.

Em vitrinas, espécies bibliográficas olissiponenses.

GALERIAS: — Em seqüência, *dez painéis de azulejo*, desde Ribamar a Xabregas (século XVIII).

Nos seis dioramas em rotunda, mostram-se vistas de Lisboa e do Tejo dos séculos XVI, XVIII e XX.

SALA DO FUTURO: — Visão gráfica de Lisboa, dentro de poucos anos, com projectos, desenhos e plantas.

ÁTRIO DA SAÍDA: — No fundo, painel de azulejo com vista de Lisboa actual e panorâmica do Tejo.

PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO

DIRECÇÃO COORDENADORA DE *AFONSO DORNELAS*

ARQUITECTO-CHEFE *COTTINELLI TELMO*

SALA DA EUROPA POLÍTICA: — Na parede fronteira à entrada, a árvore geneológica apresenta os Chefes das Nações Católicas da Europa que descendem de D. Afonso Henriques. Na parede oposta, reproduções de medalhas cunhadas em vários países, referentes a Portugal, e retratos das Princesas portuguesas Rainhas de Estados Europeus.

SALA DA EUROPA RELIGIOSA: — À entrada imagem de Santo António prégando. Quadros reproduzindo o Papa João XXI e os Santos portugueses. Num outro nicho, o prégador sagrado Diogo Afonso de Maga-Ancha.

SALA DA EUROPA MILITAR: — Representação simbólica do auxílio militar dado por Portugal a Nações europeias (do século XII ao século XX). Evocação escultórica da participação dos Portugueses na Grande Guerra e dos *Viriatos* na Guerra de Espanha.

SALA DA CULTURA PORTUGUESA NA EUROPA: — Portugueses que se notabilizaram nas ciências, letras e artes. Alusão às feitorias, como centro de intercâmbio cultural.

SALA DE MARROCOS: — Pinturas alusivas à conquista e ocupação das praças de guerra, inspiradas nas tapeçarias de Pastrana. Estátua de D. Pedro de Menezes, 1.º governador de Ceuta. Baixo-relêvo com a disposição panorâmica das fortificações construídas pelos portugueses em Marrocos e a reprodução do «ceitil», primeira moeda europeia destinada a comerciar com os naturais.

SALA DA FÉ E DOS SACRIFICIOS DOS PORTUGUESES EM MARROCOS: — Imagens de Santa Maria de África, de Nossa Senhora a Portuguesa Conquistadora.

Representação alusiva ao Infante Santo e a D. Sebastião. Documentos vários.

COSTA MEDITERRANEA DE AFRICA: — No friso que rodeia a sala, evocação do auxílio português ao Imperador Carlos V e ao exército espanhol sitiado em Oran, dos Grão-Mestres da Ordem de Malta e do Infante português D. Pedro (neto de D. João I) que foi Rei de Chipre.

VIAGEM AÉREA DE GAGO COUTINHO E SACADURA CABRAL AO BRASIL: — AVIAÇÃO. Em dois pequenos recessos, referência ao inventor da «Passarola» (P.e Bartolomeu Gusmão) e às viagens aéreas dos portugueses, evocando-se num cicloráma, o feito de ciência e audácia dos dois portugueses que ligaram Portugal ao Brasil pelo ar.

SALA DA ABISSÍNIA: — A presidir à representação das fortalezas, edifícios e templos ainda hoje existentes na Etiópia, a figura do «Rei dos Reis». Referência à ascendência portuguesa de Victor Manuel III, Rei de Itália e actual Imperador da Abissínia.

SALA DA ÍNDIA: — Dá ambiente local um baixo-relêvo do Trimurti do Templo de Elefanta, sobrepujado pela Cruz simbólica da Religião de Cristo. Nas paredes, um friso representando os Grandes da Índia. Referências e peças representativas da acção portuguesa na Índia.

SALA DA CHINA: — No estilo das cerâmicas chinesas, representação da actividade lusa no Celeste Império, simbolizado pelo Dragão que se vê na parede principal.

SALA DO JAPÃO: — As paredes representam um grande biombo de estilo nipónico. Figuram motivos alusivos à civilização ocidental que os portugueses levaram ao Império do Sol Nascente. Estátua á Virgem Maria (japonesa) e outras que representam a influência cultural lusíada no Japão.

GALERIA: — Documentos referentes à acção portuguesa no Império Nipónico.

SALA DA OCEANIA: — Interpretação pictural da actividade lusa.

SALA DAS AMÉRICAS: — No tôpo, dois painéis representando a acção dos portugueses nas Américas em geral. A aventura de Aleixo Garcia em busca do oiro; os bandeirantes.

Síntese da História do Brasil colonial.

SALA CAMÕES: — Síntese de todo o pavilhão e de tôda a exposição: os deuses dos «Lusíadas» por que Camões substituiu, ao jeito da época, o verdadeiro Deus — suportam o tecto da sala, o Mundo, onde se recorta Portugal.

PORTUGAL 1940

CORPO SUL DO PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO

VESTÍBULO: — As estátuas dos Presidentes da República e do Conselho. Nos nichos, frases alusivas aos dois grandes estadistas portugueses.

Passado o vestíbulo, na sala e na parede, à direita, mostradores circulares com dioramas revelando as grandes realizações do Estado Novo, nos sectores do: exército e marinha; comunicações; hidráulica; assistência; estradas; ensino; crédito agrícola; movimento de portos; riquezas (vinho, cortiça, azeite, trigo, etc.).

Na parede da esquerda, bandeiras dos grémios e sindicatos nacionais.

Nas paredes laterais, fotomontagens evocativas das instituições e realizações mais características do Estado Novo.

Na rotunda, ao fundo da sala, seis painéis representativos da constituïção política do Estado Novo. Arvore central explicativa dêsses painéis, com legendas:

Por baixo dos painéis, gráfico representativo da Política Financeira de Portugal, onde figuram, sob o título «Portugal país de boas contas», o equilíbrio financeiro e o sistema bancário português — base da obra de ressurgimento Nacional levado a efeito pelo Estado Novo — e a política de Salazar.

Á saída da sala, encontram-se as instalações do Secretariado da Propaganda Nacional na Exposição do Mundo Português, com um pôsto de informações e uma dependência dos serviços do referido organismo.

CENTRO REGIONAL

ORGANIZAÇÃO DO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

ALDEIAS PORTUGUESAS

ARQUITECTO: *JORGE SEGURADO*, COM A COLABORAÇÃO DE *SALES VIANA* E *D. TOMÁS DE MELO*

Visão típica do conjunto das terras portuguesas. Á entrada, a seguir ao arco, um moinho de velas, onde estão instalados os postos de informação da Comissão de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários.

TRÀS OS MONTES, BEIRA ALTA E BEIRA BAIXA; — Entre as construções de características transmontanas, a *Casa do Passal:* outra de tectos colmados, ladeada pela chamada *Fonte do Mergulho;* e da parte de cima do lago, a *Casa da Noiva.* Na *casa do lavrador,* acomulam-se no pátio alfaias agrícolas. Na taberna fronteira está instalada a atafona. Representação de actividades regionais.

MINHO, DOURO E BEIRA LITORAL: — Entrada no quadro campesino regional pelo *Arco da Bobadela* (época romana). Além de duas casas visitáveis, encontram-se nas suas oficinas um barbeiro, um jugueiro, um cesteiro, um filigraneiro e uma tecedeira de colchas atoalhados da região coimbrã de Almalaguez.

ALTO E BAIXO ALENTEJO: — Núcleo de edificações, à roda de um pátio, com varanda típica, onde se encontram *carros de canudos.* Lojas de seleiro, correeiro (com tear para cilhas e atafais) e de oleiros de Niza.

EXTREMADURA E RIBATEJO: — Do aglomerado de aldeias das duas províncias, junto ao *campo da feira,* a característica *estalagem do Senhor Roubado* onde, no interior ou no eirado, se servem pratos regionais. Na parede trazeira do edifício, a narrativa em azulejo do desacato cometido, (Século XVIII) no convento de Odivelas que deu o nome à estalagem.

Capela praticável e loja de ferrador.

ALGARVE: — Aglomerado de casas, construção típica de Olhão, com vivendas açoteadas e coroadas das características chaminés. Em pequenos pátios, vegetação regional. Loja do doceiro, junto ao campo da feira.

AÇORES E MADEIRA: — Do arquipélago açórico, construções de basalto com janelas e soleiras de portas debroadas a cal branca. Representação das casas polícromas madeirenses.

CAPELA DE St.º ANTÓNIO: — Templo, no extremo ocidental das aldeias, em honra do Taumaturgo, patrono dos povoados regionais.

SECÇÃO DA VIDA POPULAR

ARQUITECTOS: *VELOSO REIS E JOÃO SIMÕES*, AUTORES DOS PROJECTOS DOS PAVILHÕES

DECORAÇÕES INTERIORES: *FRED KRADOLFER, TOMÁS DE MELO, BERNARDO MARQUES, CARLOS BOTELHO, EMÉRICO NUNES, JOSÉ ROCHA, ESTRELA FARIA, PAULO FERREIRA, EDUARDO ANAHORY*

Passada a ponte que galga a via férrea — na fachada dos pavilhões — dois baixo-relêvos, com cênas da vida campestre. Ligada à sala das pescarias, um farolim e uma série de nichos decorativos e coluna com ornatos inspirados em temas populares. A decoração do jardim interior é de motivos escultóricos inspirados na imaginária popular. No vestíbulo da entrada, do lado oriental, o posto informador.

SALA DO PRÓLOGO: — No centro, espécie de *carroussel* com figuras movimentadas das profissões mais características e pitorescas. Decoração parietal: treze painéis das províncias continentais e ilhas adjacentes. Numa pequena sala, instalação da indústria dos metais nobres (em laboração). Um busto de mulher nortenha ataviada com as mais belas peças de ourivesaria popular.

PAVILHÃO DE OURIVESARIA: — Espécie de tôrre cilíndrica reproduzindo motivos de filigranagem. Exposição de verdadeiras peças de museu em filigrana e chapa batida. A SALA DE INDUSTRIAS MANUAIS: — Em laboração operários de lavores em madeira, cortiça, chifre e outras matérias empregadas no fabrico de palitos, facas, garfos e tamancaria.

PAVILHÃO DO MAR E DA TERRA

I — PESCARIAS — Três painéis mostram as síglas ou marcas pessoais do poveirame e numa das paredes os mais variados tipos de embarcações. Decoração feita com alfaias náuticas. Numa rotunda, pescadores trabalhando em rêdes. No solo, um gráfico com indicações das zonas piscatórias do País.

II — RENDAS — Grupos de rendilheiras de Vila do Conde, Peniche e da Ilha da Madeira.

III — RELIGIÃO — A procissão típica, de S. Paio da Torreira. Expõe-se verónicas, rosários, registos

ou estampas de romaria, «ex-votos», quadros votivos, promessas, etc.

IV — SUPERSTIÇÃO — Arquivam-se exemplares em relêvo de animais, plantas e objectos de crendice popular. Expõe-se uma enorme sereia modelada em arame de latão.

V — PASTOREIO — Nas paredes, enfeites da vida pastoril.

VI — CAÇA — Decoração esquemática da floresta e pranchetas com modêlos de armadilhas.

VII — PIROTECNIA — Três painéis, ampliação dos «registos», lembram os populares Santos de Junho. Redução de várias maquetes de fogos do ar e prêso e dêste os «mascatos».

PAVILHÃO DAS ARTES E INDÚSTRIAS

I SALA — Seqüência de painéis com representações de trapologia, pelaria, incisos, tatuagem, esgrafitos, gravura, etc. Em escaparates, a luminária do uso profano e religioso. Secção de ferro trabalhado, cobre, lata e latão; trabalhos de madeira: escultura popular do uso doméstico, tais como as vazilhas zoomórficas de Mafra. Exemplares de bonecaria, cestaria, barros de Extremoz, Barcelos, Gaia e Prado. Exposição de maquetas de habitações rústicas e mostruário de fotografias de casario típico.

II SALA — *No corredor paralelo à II sala, de conferências e cinema* — expõe-se o instrumental popular. Na *rotunda do fundo,* a composição alegórica da música do povo.

III SALA — Transportes marítimos com o documentário de diferentes tipos de embarcações. Exposição de manequins da indumentária da gente do do mar.

IV SALA — Transportes terrestres com exemplares de carros e de arreios. Figuras de tamanho natural representando: campino ribatejano; um transmontano com *capa de honras;* uma mordoma minhota; e uma mulher bracarense. Figurinos e peças de vestuário regional.

V SALA — Tecelagem. Alegorias parietais às indústrias do linho, da sêda e da lã. Ao centro da quadra trabalham tecedeiras nos seus teares. Demonstração da sirgaria por uma bordadora de Castelo Branco.

VI SALA — Ao centro, oleiros modelando na roda. Nas paredes laterais, montras com as mais variadas peças de cerâmica nacional. Painel decorativo esculpido em tejoleira.

PAVILHÃO DE DOÇARIA E PANIFICAÇÃO: — Numa das paredes, alegoria ao trigo e à sua cultura. Exibição de alfaias da ceifa e do preparo da farinha. Ao fundo, duplo friso ornamental formado pelos taboleiros de Tomar. Numa vitrina, mostruário de bolos regionais. Exemplar dum forno. Mostradores com doces de prato. Reconstituïção de uma *roda monástica,* junto da qual raparigas, com hábitos monacais, vendem a tradicional doçaria conventual.

NAU PORTUGAL

PLANO E DIRECÇÃO COORDENADORA DE *LEITÃO DE BARROS*

PROJECTO DO *COMANDANTE QUIRINO DA FONSECA E DO PROF. MARTINS BARATA*

CONSTRUTOR: *MANUEL MARIA BOLAIS MÓNICA*

Reconstituïção de um galeão português da carreira da Índia (séculos XVII-XVIII), de 1300 toneladas, construido de madeiras portuguesas e brasileiras.

No interior da nave, em ambiente da época, figuram a Exposição do Ouro, sob auspício do Banco de Portugal, com espécimes numismáticos de setecentos; mostruários do Instituto do Vinho do Pôrto, da Companhia dos Diamantes, da Companhia Colonial de Navegação, etc. Na coberta principal, a *Ala dos Mercadores;* no castelo de proa, o restaurante; nos porões, as adegas de vinhos regionais. No terceiro pavimento, a *Casa da Capitania.*

A nau, navegável mesmo para rotas oceânicas, tem local para motores e é artilhada com 48 peças fundidas, sob os modelos autênticos, na Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata. Talhas de mestre Abrahão de Carvalho.

PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS

DA AUTORIA DO ARQUITECTO-CHEFE *COTTINELLI TELMO*

PARTE ESCULTURAL DO PROF. *LEOPOLDO NEVES DE ALMEIDA*

É o fecho da Praça do Império sôbre o rio. Evoca a figura do Infante D. Henrique e da pleiade de navegadores, guerreiros, santos, poetas e de todos aqueles que ergueram alto o nome de Portugal. É o grito da Exposição, e uma síntese do nosso passsado glorioso. Atinge 50 metros de altura. A sua construção, dado o tempo em que foi feita, representa um milagre de realização.

SECÇÃO COLONIAL

DIRECÇÃO COORDENADORA DE *HENRIQUE GALVÃO*

ARQUITECTOS: *GONCALO DE MELLO BREYNER, VASCO PALMEIRO (REGALEIRA) E ANTÓNIO LINO*

DECORADOR-CHEFE: *ROBERTO DE ARAÚJO*

PAVILHÕES DAS COLÓNIAS: — Em edifícios isolados encontram-se os pavilhões de Angola e Moçambique, da Guiné e das Colónias Insulares (S. Tomé, Cabo Verde e Timor).

Em ruas típicas, os pavilhões da Índia e Macau

DISCURSO DO CHEFE DO ESTADO, NA SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS, REALIZADA NA ASSEMBLEIA NACIONAL, EM 2 DE DEZEMBRO

Se há seis meses me foi dado o ensejo de agradecer à Providência o venturoso encargo de abrir, como Chefe do Estado, o ciclo das Comemorações Centenárias, não pode ser menos efusiva e sincera a gratidão que devemos tributar-lhe ao declarar o seu encerramento. A tanto nos obriga a grandeza de que puderam revestir-se os actos comemorativos dos nossos Centenários e o ambiente de paz e relativa felicidade interna em que foi possível decorrerem.

Quis-se, ao lançar a idea das Comemorações, que estas fôssem, acima de tudo, grande festa nacional, festa para todos os portugueses do mundo, e em que todos podiam e deviam colaborar. Todos haviam de ter sua parte na satisfação que dessem, na fé e optimismo que houvessem de arreigar nos espíritos acêrca da vitalidade do povo português e do seu engenho criador.

De facto, o entusiasmo e patriótica devoção com que foram celebradas e comemoradas as mais solenes datas da nossa História, não encheram sómente a parte continental ou insular da Nação, nem só a vasta extensão do Ultramar Português, mas as grandes ou pequenas colónias residentes em países estrangeiros. Todos à porfia, em restritos ou numerosos grupos, marcantes pela situação social ou só pelo trabalho e patriotismo, todos à porfia quiseram associar-se e viver connosco os momentos mais altos e solenes das Comemorações, podendo dizer-se não ter havido em qualquer canto do orbe coração de português que não vivesse esta hora de glorificação, convertida desde logo, por tão intenso sentir, em verdadeiro ressurgimento da alma nacional. Lembro especialmente a admirável colónia portuguesa do Brasil que, num esfôrço de grande generosidade e com larga e patriótica visão, quis adquirir e confiar para sempre à guarda da «Mocidade Portuguesa» o Palácio, estimável a tantos títulos, que ficará a chamar-se da Independência. Mas à chamada que fizemos ninguém faltou, e podemos asseverar que todos ficámos senão mais portugueses, ao menos mais orgulhosos do nosso passado e mais confiantes no futuro.

O vigoroso impulso dado a muitas obras, ligadas por si mesmas ou por determinação do Govêrno a êste período aureo, permitiu-nos assistir a uma fase de intensivo trabalho que veio embelezar e enriquecer definitivamente o País. Os melhoramentos materiais, os estudos

e investigações de vária ordem, a riqueza e variedade das publicações, as reproduções de obras de arte, literárias e científicas ou de valiosos documentos históricos, os discursos e conferências, as comunicações, os Congressos, os Cortejos, as Exposições de arte ou documentais e sobretudo essa maravilhosa Exposição do Mundo Português revelaram por tôda a parte uma actividade febril mas criadora e uma capacidade de realização dificilmente igualada em qualquer tempo, dadas demais as circunstâncias externas particularmente difíceis em que se desenvolveram. Perdurará de tudo isto a memória de altas manifestações de beleza, grata aos nossos sentidos; lograram-se aquisições definitivas, materiais ou morais, para o nosso património, mas, acima de tudo, fica, a alicerçar a nossa confiança, a prova irrefragável do que na esteira de antepassados ilustres valemos e somos os portugueses de hoje.

Com júbilo e desvanecimento assistimos também ao proficiente interêsse que as nossas Comemorações despertaram em estudiosos e altas individualidades de outras nações e às penhorantes manifestações particulares e oficiais com que tôdas elas no-lo quiseram testemunhar e tão grato nos foi receber. Desde o mais extremo Oriente às Américas e destas à generalidade das Nações europeias, a-pesar dos trágicos momentos que em quási tôdas se vivia, por tôda a parte se versaram largamente em obras de profunda investigação ou com intuito simplesmente vulgarizador, assuntos ligados à projecção mundial do nosso povo e da sua História, sempre com simpatia e a mais larga compreensão por um esfôrço que encheu séculos e beneficiou o Mundo.

Em muitos países a colónia portuguesa ao celebrar de longe as glórias pátrias viu-se cercada do carinho das autoridades e das mais altas figuras locais que assim aumentaram o brilho e solenidade daquelas festas.

E não ficaram por aí as homenagens das nações estrangeiras. Arrostando com as dificuldades do momento internacional, não duvidaram muitíssimas abrilhantar as nossas Comemorações com luzidas e honrosas Embaixadas que mais ainda nos vieram obrigar, estreitando as pacíficas e amistosas relações já existentes; e não se estranhará que neste agradecimento que a todos efusivamente dirigimos especializemos a nossa velha aliada, a Inglaterra, cuja missão foi, como prova da mais alta estima, chefiada por Sua Alteza o Duque de Kent, e a Espanha, vizinha e irmã, pela Geografia e pela História, que não só comemorou connosco as glórias comuns do Salado mas chegou a separar-se de algumas das suas jóias para trazer à nossa Exposição as «Recordações Portuguesas», enriquecendo-a com vincados traços da nossa arte e alta representação de momentos ou valores da nossa História.

Do Brasil não falo como de nação estrangeira. Convidado a fazer as honras da casa e a celebrar connosco séculos de História comum, esteve junto de nós desde o primeiro momento, partilhando o mesmo entusiasmo e devoção patrióticos, colaborando nos Congressos, sessões solenes e Exposições com muitos dos seus melhores valores, apresentando com ufania, ao lado da sua ascendência, as melhores manifestações da sua actividade, «vivendo», en-

fim, como só êle poderia viver, as nossas Comemorações. A sua representação fidalga, a sua cooperação larga e cavalheiresca, permanecerão na memória e, sobretudo, no coração português como penhor da identidade de orígem, de cultura e de fé e sinal da mais estreita solidariedade.

No meio das solenes Comemorações a que fomos levados por alto dever cívico, não podemos esquecer nunca as dôres e angústias alheias; antes ao comemorar feitos e glórias do passado nelas iamos descobrindo lutas e sacrifícios, horas de crise e de abatimento, que os acompanharam ou precederam, e, desta sorte, a própria lembrança e glorificação dos passos da nossa História nos puseram em presença de dôres semelhantes às que sofrem nações amigas, o que melhor nos dispunha a entendê-las e a compartilhá-las. Nem nunca nos prendemos de tal modo às Comemorações, aliás quási despidas de todo o ar festivo, que não pudessemos prestar carinhosa atenção a algumas dolorosas conseqüências do actual conflito, e o conforto da nossa protecção a tantos que dela necessitaram.

Desejaria terminar esta sessão de encerramento das Comemorações com duas palavras mais: a primeira de reconhecimento mais vivo e da mais profunda gratidão a todos os que para o luzimento delas prestaram o contributo das suas concepções, dos seus planos, da sua direcção, do seu trabalho de execução ou da sua propaganda — escritores, homens de ciência, artistas, funcionários e trabalhadores, designadamente à Comissão Nacional (cujo presidente já não pôde infelizmente assistir à realização do seu sonho de anos), e à Comissão Executiva a quem coube o pesado encargo, tão superiormente desempenhado, de erguer o magnífico edifício das Comemorações.

Outra palavra é de alentadora esperança na continuïdade do esfôrço português, esperança agora alimentada pelo contacto revivido com a grandeza dos nossos oito séculos de vida, esperança que se alarga mais ainda até abranger, na mesma aspiração de pacífico e glorioso crescimento, tôdas as outras nações a cujo valor e grandeza jámais causou prejuízo a glória de Portugal. Esta esperança confio-a nesta hora ao favor da Providência e ao trabalho e dedicação cívica de todos os portugueses como o melhor e mais proveitoso fruto das Festas Centenárias que acabamos de realizar.



LEGISLAÇÃO

PORTARIAS DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pela Presidência do Conselho, nomear para constituír a Comissão encarregada de promover as comemorações do Duplo Centenário da Restauração de Portugal em 1939 e 1940, as seguintes individualidades:

Adriano de Sousa Lopes, director do Museu de Arte Contemporânea.

Afonso de Ornelas, secretário da Academia Portuguesa de História.

Alberto de Oliveira, Embaixador.

António Augusto Mendes Correia, professor e presidente da Câmara Municipal do Pôrto.

António Ferro, director do Secretariado da Propaganda Nacional.

António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, presidente da Academia Portuguesa de História.

José Capêlo Franco Frazão (Conde de Penha Garcia) director da Escola Superior Colonial e presidente da Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Duarte Pacheco, professor e presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Francisco Nobre Guedes, director geral do ensino técnico.

Gustavo de Matos Sequeira, escritor.

Henrique Galvão, director da Emissora Nacional.

Henrique Gomes da Silva, director geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Henrique Linhares de Lima, presidente da direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Henrique Quirino da Fonseca, investigador de arqueologia naval.

João do Couto, director dos Museus Nacionais de Arte Antiga.

João Providência e Costa, professor da Faculdade de Letras de Coimbra.

José Cotinelli Telmo, arquitecto.

Júlio Caiola, agente geral, interino, das colónias.

Júlio Dantas, presidente da classe de letras da Academia das Ciências de Lisboa.

Luiz Pastor de Macedo, secretário geral do Grupo «Amigos de Lisboa».

Manuel Múrias, director do Arquivo Colonial.

Manuel Silveira e Castro, presidente da Junta Autónoma das Estradas e do Conselho Nacional do Turismo.

Paulino Montez, arquitecto

Porfírio Pardal Monteiro, presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos.

Raúl Lino, arquitecto e secretário da Academia Nacional de Belas Artes.

Reinaldo dos Santos, professor e presidente da Academia Nacional de Belas Artes.

Esta comissão tem a faculdade de agregar outras entidades que pelos seus reconhecidos méritos possam prestar útil concurso.

Os encargos de presidente, vice-presidente e secretário da comissão serão exercidos respectivamente pelo embaixador Alberto de Oliveira, José Capêlo Franco Frazão (Conde de Penha Garcia) e António Ferro.

Presidência do Conselho, 11 de Abril de 1938.

O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar.*

Atendendo a que o engenheiro Duarte Pacheco, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, está impedido, por ter sido nomeado Ministro das Obras Públicas e Comunicações, de tomar parte nos trabalhos da Comissão Nacional dos Centenários, nomeada por portaria de 11 de Abril próximo passado e encarregada de promover as Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal em 1939 e 1940: manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Presidente do Conselho, que faça parte da referida Comissão o engenheiro Eduardo Rodrigues de Carvalho, presidente substituto da Câmara Municipal de Lisboa.

Presidência do Conselho, 2 de Junho de 1938.

O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar.*

A memória de D. João IV bem merece de todos os portugueses como superior intérprete da alma nacional na luta pela restauração da sagrada independência da Pátria. A sua figura é a perfeita ex-

pressão do movimento libertador, que o seu bom senso conduziu à vitória nacional, através de uma acção equilibrada, simultâneamente patriótica, perseverante e hábil.

E porque é êsse o sentimento da Nação, o Govêrno incluíu no programa das comemorações do centenário da Fundação e Restauração da Nacionalidade a construção dum monumento ao insigne monarca D. João IV.

Está naturalmente indicado o local onde deve erigir-se o monumento: o Terreiro do Paço Ducal de Vila Viçosa. Ali se desenrolou, em grande parte, a acção do Chefe supremo da Restauração e ali viverá sempre a memória de D. João IV.

O terreno apresenta-se, é certo, mais ou menos irregular no que respeita ao seu relêvo como à conformação geométrica dos seus limites, e até ao valôr e aos volumes das massas de construção que o enquadram.

Contudo, a criteriosa urbanização do tapête do Terreiro e a beneficiação adequada, num e noutro ponto dos edifícios que o contornam, formando um conjunto de notável grandeza e harmonia, podem valorizar bastante a praça, adaptando-a às proporções e carácter do monumento a erigir e acentuando a dignidade do local.

É o que resulta dos estudos preliminares de que foram encarregados os artistas portugueses escultor Francisco Franco de Sousa e arquitecto Porfírio Pardal Monteiro.

Nestes termos, atendendo à urgência que há na realização dêste empreendimento:

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações, confiar ao escultor Francisco Franco de Sousa a execução do modêlo da estátua eqüestre de D. João IV, a erguer em 1940 no Terreiro do Paço Ducal de Vila Viçosa e ao arquitecto Porfírio Pardal Monteiro, como seu assessor, o estudo da urbanização do Terreiro e a elaboração do projecto do pedestal que há-de receber a estátua.

Os referidos escultor e arquitecto proporão o que julgarem necessário ao perfeito desempenho da missão que lhes é cometida e apresentarão até 15 de Outubro de 1938 o programa de conclusão dos estudos do projecto e do modêlo da estátua.

As despesas a que houver lugar serão autorizadas por despacho ministerial e satisfeitas de conta da verba inscrita no orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações para o ano económico corrente no capítulo 7.º, art. 6-B.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 3 de Setembro de 1938. — O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco*.

DECRETO N.º 2987

A grande comissão nacional, nomeada por portaria de 11 de Abril do corrente ano para se ocupar da comemoração dos centenários a celebrar em 1940 desempenhou-se cabalmente da delicada e complexa missão que lhe foi incumbida, de elaborar nas suas grandes linhas o programa das comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal. É chegado, porém, o momento de se entrar na fase das realizações, e, para tanto, é necessário provê-la de estrutura adequada, simplificar as formalidades legais normalmente exigíveis e criar órgãos de execução, com certa autonomia e apetrechados de forma a dar realidade concreta ao pensamento do Govêrno, que aquela comissão interpretou.

Entende o Govêrno assegurar a continuidade das directrizes definidas e, para isso, manter como órgão permanente de consulta e direcção superior a Comissão Nacional e confiar a execução dos trabalhos a uma comissão executiva constituida apenas por alguns membros daquela. Para maior eficiência dos trabalhos relativos à Exposição do Mundo Português, cria-se um comissariado próprio.

Nestes termos, usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

DA COMISSÃO NACIONAL

Artigo 1.º — É mantida a Comissão Nacional nomeada pelas portarias da Presidência do Conselho, de 11 de Abril e 2 de Junho de 1938, a qual será designada por Comissão Nacional dos Centenários, com a faculdade de agregar outras individualidades, cuja colaboração se lhe torne necessária.

Art. 2.º — Incumbe à Comissão Nacional:

1.º — Fixar o programa definitivo das comemorações, sob proposta da comissão executiva;

2.º — Dar o seu parecer acêrca de qualquer assunto que lhe seja proposto pela referida comissão;

3.º — Prestar qualquer outra colaboração em conjunto ou por intermédio dos seus membros à comissão executiva, nas matérias em que esta lha solicitar.

Art 3.º — Compete, em especial, ao presidente da Comissão Nacional:

1.º — Assegurar a unidade do pensamento cultural e político das comemorações;

2.º — Representar a Comissão em todos os actos e solenidades oficiais que fazem parte do programa;

3.º — Propor para nomeação do Govêrno, os directores das secções em que se divide a Comissão Nacional, sem prejuízo do disposto nos artigos 13.º, 18.º e § 1.º do artigo 5.º.

Art. 4.º — A Comissão Nacional reüne e delibera em conjunto, sem prejuízo da colaboração individual prestada pelos seus membros nos termos do n.º 3.º do artigo 2.º

Art. 5.º — A Comissão Nacional dividir-se-á nas seguintes secções, cujos directores serão assistidos pelos membros da Comissão Nacional para tal designados pelo respectivo presidente:

a) Exposição do Mundo Português;

b) Exposição de arte;

c) Congressos;

d) Festas e espectáculos;

e) Manifestações cívicas, históricas e religiosas;

f) Turismo;

g) Propaganda e recepção.

§ 1.º — A secção de propaganda e recepção funcionará no Secretariado da Propaganda Nacional, sob a superintendência do respectivo director, em colaboração com a Agência Geral das Colónias e a Emissora Nacional de Radiodifusão.

§ 2.º — As obras a realizar e a concluir que fazem parte do programa ficam a cargo dos serviços competentes do Ministério das Obras Públicas e Comunicações e das câmaras municipais.

DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 6.º — A comissão executiva é constituida pelos directores das secções e pelo comissário geral da Exposição do Mundo Português. Estes escolherão entre si o vice-presidente, sendo o presidente da nomeação do Govêrno.

§ 1.º — O cargo de secretário geral será exercido pelo director do Secretariado da Propaganda Nacional, que manterá a necessária ligação entre a comissão executiva e aquele organismo. No caso de ausência poderá o secretário geral delegar as suas funções, no todo ou em parte, em qualquer funcionário ou funcionários do Secretariado da Propaganda Nacional, que especialmente designará para tal fim.

§ 2.º - Um dos vogais da comissão executiva será especialmente incumbido de superintender e fiscalizar a contabilidade e tesouraria, designando o ministro das Finanças, para dirigir êstes serviços, respectivamente, um funcionário de cada uma das Direcções Gerais da Contabilidade e da Fazenda Pública.

§ 3.º — O presidente e vogais e os funcionários a que se refere o parágrafo anterior têm direito a gratificação mensal fixada pelo Presidente do Conselho, acumulável com os respectivos vencimentos.

Art. 7.º — Compete à comissão executiva levar a efeito o programa das comemorações do Duplo Centenário aprovado pela Comissão Nacional.

Art. 8.º — No exercício das suas funções a comissão executiva goza da autonomia administrativa e financeira, competindo-lhe em especial:

a) Resolver acêrca da aplicação e transferência das verbas que lhe forem consignadas para a realização dos diversos números do programa das realizações;

b) Resolver acêrca de planos e orçamentos, sem prejuizo do que é especialmente estabelecido para o Comissariado da Exposição do Mundo Português;

c) Estabelecer as cláusulas dos contratos de fornecimentos e outros;

d) Admitir o pessoal estritamente necessário à execução dos serviços e estabelecer as condições dos respectivos contratos, designadamente a remuneração que devem receber, observando-se quanto ao pessoal de secretaria as disposições do decreto-lei n.º 26:115 do 23 de Novembro de 1935;

e) Fiscalizar superiormente todos os serviços.

Art. 9.º — A comissão executiva reünirá ordinàriamente uma vez por semana e extraordinàriamente sempre que fôr necessário.

§ único — De tôdas as reüniões se lavrará acta, que mencionará as resoluções, sendo estas tomadas por maioria de votos.

Art. 10.º — A comissão executiva terá uma secretaria, uma tesouraria e uma repartição de contabilidade, comuns a todos os serviços dela dependentes. Subordinada ao chefe da secretaria, e para os assuntos de expediente ordinário privativo, funcionará uma delegação da secretaria junto de cada secção.

Art. 11.º — A comissão executiva fica autorizada a contratar livremente, com dispensa de formalidades legais, no que respeita a pessoal como a material, limitando-se aos fins das comemorações e ao periodo do tempo exigido pela organização e exploração das suas realizações e respectiva liquidação.

§ único. — A comissão executiva poderá delegar nos directores das secções a faculdade de contrair encargos e autorizar despesas pela prestação de serviços especiais até à importância de escudos 200:000$00.

DO COMISSARIADO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

Art. 12.º — A organização da Exposição do Mundo Português ficará a cargo de um comissariado, que trabalhará de acôrdo com a comissão executiva e que deverá utilizar os elementos de trabalho já realizados pela Comissão Nacional.

Art. 13.º — O Comissariado da Exposição do Mundo Português será constituido pelo comissário geral, um comissário adjunto e um arquitecto chefe da Exposição, nomeados livremente pela Presidência do Conselho, e êstes dois últimos sob proposta da comissão executiva.

Art. 14.º — As funções desempenhadas pelo comissário adjunto e pelo arquitecto chefe da Exposição do Mundo Português serão remuneradas.

Art. 15.º — Ao comissário geral da Exposição do Mundo Português, no exercício das suas funções administrativas, incumbe especialmente:

a) Resolver acêrca dos planos e orçamentos das obras;

b) Estabelecer as condições dos contratos de obras e adjudicações;

c) Abrir concursos para quaisquer fornecimentos e resolver sôbre êles com o acôrdo da comissão executiva;

d) Zelar por que todos os trabalhos e serviços sejam feitos com a maior economia;

e) Propôr à comissão executiva o pessoal técnico a nomear para os diferentes serviços dependentes do Comissariado.

Art. 16.º — Pertence ao comissário adjunto:

1.º — Coadjuvar o comissário geral;

2.º — Exercer as funções que nele forem delegadas pelo comissário geral e substituí-lo na sua ausência ou impedimento;

3.º — A direcção das obras que forem executadas por administração directa;

4.º — A ordenação e fiscalização dos trabalhos de construção e decoração, vigiando por que sejam cumpridas as exigências dos cadernos de encargos e respeitando o teor dos contratos de empreitada.

Art. 17.º — Competirá especialmente ao arquitecto chefe:

1.º — A coordenação e harmonização dos planos elaborados pelas secções das exposições, por forma a dar-lhes unidade de conjunto;

2.º — A superintendência em todos os assuntos que se liguem à estética exterior e distribuïção no terreno dos edifícios e pavilhões a construir.

DAS EXPOSIÇÕES DE ARTE

Art. 18.º — A secção das exposições de arte é superiormente dirigida pelo presidente da Academia Nacional de Belas Artes em colaboração com o director dos Músseus Nacionais de Arte Antiga e o director do Museu Nacional de Arte Contemporânea.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19.º — Fica autorizada a comissão executiva a requisitar, com autorização do Presidente do Conselho, a quaisquer repartições do Estado, os funcionários especializados que julge absolutamente indispensáveis e cujos serviços não possam ser executados por outrem.

§ 1.º — Aos requisitados serão mantidos todos os direitos e regalias dos seus cargos, como se os estivessem efectivamente exercendo, com excepção do vencimento, que será pago pelos fundos atribuidos à comissão executiva.

§ 2.º — Os funcionários requisitados regressarão aos seus lugares, dentro de trinta dias após o termo do prazo marcado para as comemorações.

Art. 20.º — Fica a 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública autorizada, sem dependência de qualquer outra formalidade, a mandar satisfazer à comissão executiva, pela fôrça das respectivas dotações, as quantias que a mesma comissão requisitar.

Art. 21.º — Consideram-se legalmente autorizadas as despesas resultantes dos contratos já firmados com a Comissão Nacional dos Centenários e outros encargos e aquisições ordenados por esta.

Art. 22.º — Tôdas as repartições, serviços autónomos, museus, bibliotecas e arquivos do Estado, da metrópole e ilhas adjacentes e das colónias prestarão à comissão executiva, ao Comissariado da Exposição do Mundo Português e organismos dela dependentes o concurso e os elementos que para a boa execução dos seus objectivos lhes forem solicitados.

Art. 23.º — Mediante termo de entrega, as autoridades que tiverem a seu cargo os museus, bibliotecas e arquivos dependentes dos diferentes Ministérios porão à disposição da comissão executiva do Comissariado da Exposição do Mundo Português e da secção das exposições de arte os elementos e objectos que lhes forem requisitados, tomando-se tôdas as precauções para garantir a boa guarda e conservação dos mesmos.

Art. 24.º — São isentos de direitos de importação e de quaisquer taxas aduaneiras e de portos, todos os materiais, artigos, objectos, produtos e animais destinados a figurar nas realizações do programa das comemorações.

Art. 25.º — No prazo de seis meses a partir do encerramento das comemorações a comissão executiva enviará ao Tribunal de Contas a conta da sua gerência, devidamente discriminada e documentada, com inclusão das receitas e despesas do Comissariado da Exposição do Mundo Português e dos restantes organismos dependentes daquela comissão a-fim-de ser julgada como as dos responsáveis dos dinheiros públicos.

Art. 26.º — A comissão executiva apresentará, dentro do mesmo prazo, o relatório geral das comemorações dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal.

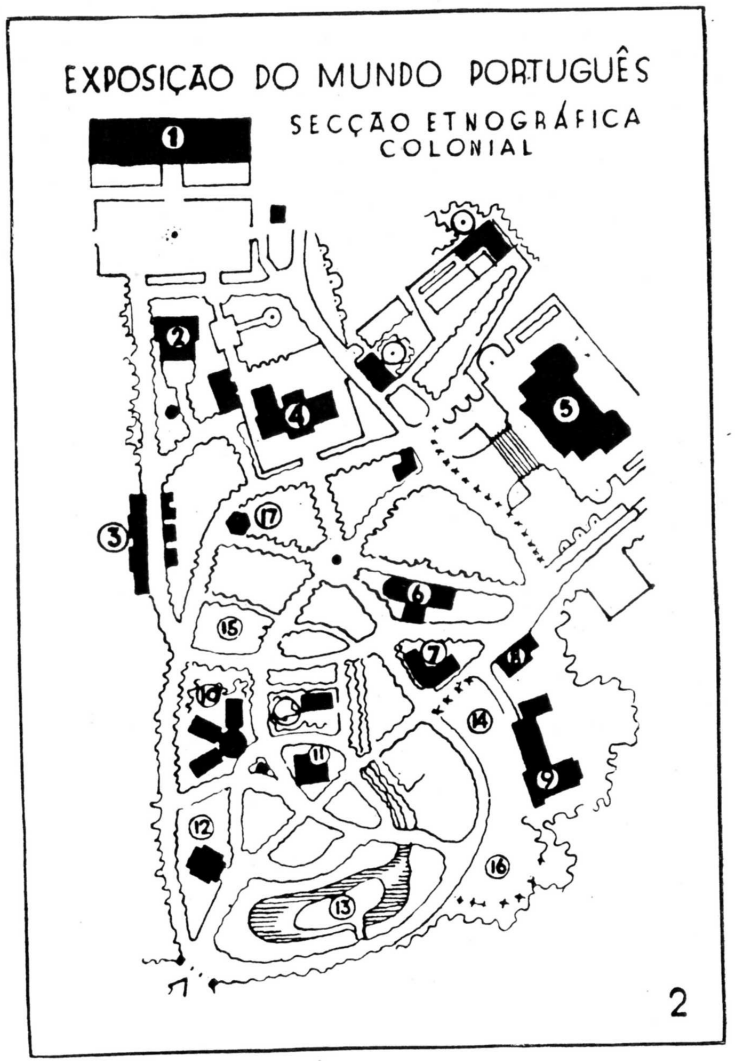
Art. 27.º — A comissão executiva e o Comissariado da Exposição do Mundo Português elaborarão com urgência o regulamento interno de todos os serviços deles dependentes.

Art. 28.º — Êste decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 28 de Outubro de 1938. — António Óscar Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*





PLANTA DA SECÇÃO ETNOGRÁFICA E COLONIAL

1 — Matérias primas, caça e turismo. 2 — Índia. 3 — Macau. 4 — Estufa. 5 — Angola e Moçambique. 6 — Restaurante. 7 — Arte Indígena. 8 — Curadoria. 9 — Missões católicas. 10 — S. Tomé, Cabo Verde e Timor. 11 — Casa de S. Tomé. 12 — Guiné. 13, 14, 15 e 16 — Aldeias indígenas. 17 — Casa do Chá.

Um Pavilhão será consagrado às *Artes, Ciências e Letras*, com a Sala de Honra dedicada aos «Lusíadas»; outro consagrado à «Imprensa» e ao «Turismo». E, finalmente, um grande Palácio, que constituírá um dos lados monumentais da «Praça do Império», em frente dos Jerónimos, representará *Portugal-1940*, isto é, a projecção no Presente dos oito séculos de história que a Exposição comemora. Essa realização será confiada à incontestável competência do Secretariado da Propaganda Nacional.

«*Lisboa*» terá o seu Pavilhão, organizado sob a direcção dos «Amigos de Lisboa». Será a visão da Lisboa do passado e da Lisboa do presente. Uma antevisão da Lisboa futura coroará a Exposição. Através dela o público poderá contemplar uma enorme «maquette», em relêvo, da Lisboa de àmanhã, novo cais aéreo da Europa, praia do Ar do Ocidente. Ver-se-ão os aviões que partem para tôdas as partes do Mundo, desenhando no ar o seu trajecto luminoso. Essa imagem será o complemento do outro «Pavilhão Central», colocado à frente da «Praça do Império», contendo a Grande Esfera, que representará o nosso Mundo Histórico, sulcado por tôdas as viagens históricas portuguesas, traçadas em luz.

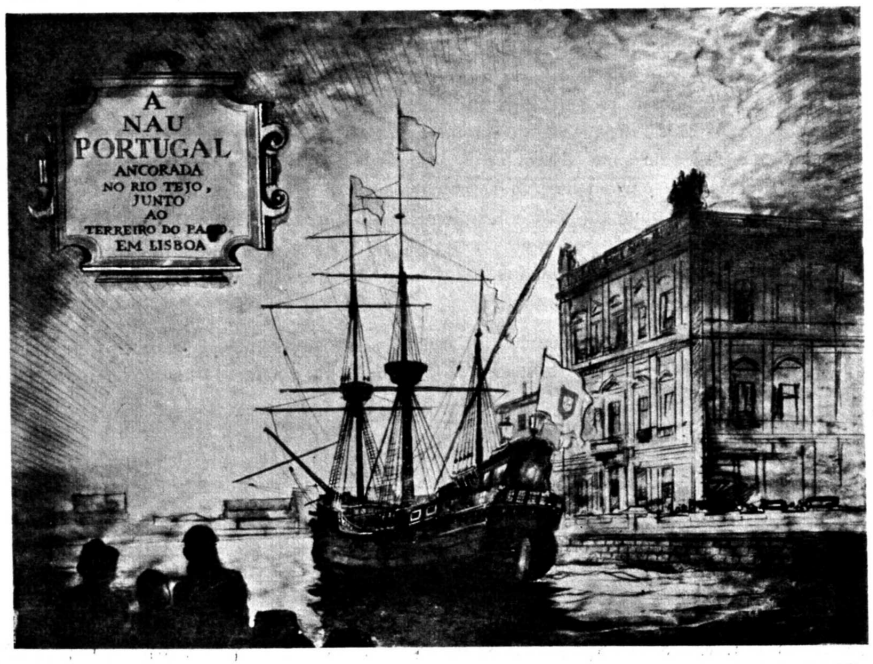
Apoiado aos flancos do «Palácio da Fundação», procuraremos reconstituir — trabalho confiado a Gustavo de Matos Sequeira — a Casa de Santo António — homenagem ao mais universal dos portugueses e ao Santo de Lisboa.

A' Poesia Portuguesa — expansão lírica imortal da raça — será dedicado um jardim: o «Jardim dos Poetas». Êsse jardim será animado pela reprodução plástica através do azulejo, do mármore, da água e das flôres, das grandes criações poéticas da Literatura Portuguesa: a «Menina e Moça», a «Fonte dos Amores», a «Mofina Mendes», a «Joaninha dos olhos verdes», o «Campo de Flôres», etc. Não distante do «Jardim dos Poetas», a «Avenida dos Heróis» — com as estátuas das grandes figuras da História Heróica de Portugal.

Uma das curiosidades e atracções da Exposição será certamente representada pela reconstituìção, nas suas dimensões e na sua admirável decoração, de uma das antigas naus comerciais da Carreira da Índia — trabalho feito sob a direcção história e erudita do comandante Quirino da Fonseca e a direcção artística de Leitão de Barros e Martins Barata. Essa nau, fundeada no Tejo, na doca da Exposição, será aberta ao público; nela haverá salas de festas, dois grandes restaurantes, um dos quais de luxo, onde se poderá jantar sôbre o rio iluminado, diante dum dos mais belos panoramas do Mundo — e donde os nossos visitantes poderão participar nas festas marítimas, que constituïrão uma das atracções de 1940. A construção da nau, de acôrdo com o sr. Ministro do Comércio, far-se-á por forma que, finda a Exposição, ela poderá ser utilizada como mostruário da propaganda industrial e comercial portuguesa.

A Exposição Histórica Portuguesa será completada por duas grandes secções: a *Etnografia Metropolitana*, realizada pelo Secretariado da Propaganda Nacional, e a *Etnografia Colonial*, que está sendo organizada pelo talento realizador e pela experiência incon-

testável do capitão Henrique Galvão. Esta secção colonial da Exposição estenderá a reconstituïção das suas aldeias africanas, a reprodução de uma rua de Macau, a demonstração das nossas culturas e dos nossos costumes coloniais, etc., pela soberba decoração do Jardim



A NAU PORTUGAL, ANCORADA NO RIO TEJO, JUNTO AO TERREIRO DO PAÇO, EM LISBOA

Colonial, cedido à Exposição pelo Ministro das Colónias. Pela primeira vez se realizará na Europa uma visão completa da «Etnografia Colonial».

A secção *Etnografia Metropolitana* ocupará um dos flancos do terreno da Exposição, do lado poente. Além do Pavilhão dedicado à história etnográfica portuguesa, à história do trajo, da ourivesaria, do barro, das indústrias populares e regionais portuguesas, etc. — a secção etnográfica reconstituirá um grupo de aldeias dos diferentes tipos das nossas províncias, uma feira do Norte com o seu pitoresco e a sua vida mercantil, festas do campo, etc. A realização desta parte interessante da Exposição, verdadeiro álbum português, debaixo

da direcção de António Ferro, admirável realizador da nossa participação na Exposição de Paris e que acaba de ter nos trabalhos preparatórios do nosso Pavilhão de Nova York mais um êxito da sua competência e das suas admiráveis faculdades criadoras, caberá à propaganda nacional, tendo como colaboradores Francisco Lage e a equipa de artistas que o acompanham. E' claro que a realização, quer da parte etnográfica colonial, quer da etnografia metropolitana, é feita como todos os mais trabalhos da Exposição, sob a orientação do Comissariado e a coordenação técnica superior do engenheiro e arquitecto-chefe responsáveis pela harmonia geral de todos os trabalhos.

Haverá igualmente um «Parque de Atracções», um teatro, que será simultâneamente um pavilhão consagrado a exibições de flôres, de frutos, de paisagens portuguesas, uma sala de cinema e vários restaurantes para todos os preços. Teremos um «Parque Infantil» para recreio das crianças, cujas famílias visitem a Exposição, um «Parque de merendas», continuando pitorescamente a Exposição até à linda Ermida de S. Jerónimo.

A parte central da Exposição será ligada à margem do Tejo por meio de «passerelles» e passagens subterrâneas. A grande praça em frente dos Jerónimos, que faz parte do plano de urbanização da cidade, será, como disse, o grande átrio da Exposição, animada por fontes luminosas, povoada pela reprodução de alguns padrões comemorativos da projecção portuguesa no Mundo, na Europa, como em África e no Oriente. A realização dêste trabalho imenso só poderá ser levada a cabo, num período evidentemente muito curto, por um núcleo de vontades e de entusiasmos, animados por uma superior fé nacional. Êsse núcleo está formado.

Já me referi ao sr. engenheiro Sá e Melo, ilustre comissário adjunto, cuja inteligência, notável cultura e competência técnicas se consagraram inteiramente à Exposição. O seu auxílio é precioso. Referir-me-ei de novo a Cotinelli Telmo, arquitecto-chefe, que é um dos mais vivos, construtivos e dinâmicos talentos que me tem sido dado conhecer: espírito de artista e realizador. Em tôrno dêle irão juntar-se, à medida que as necessidades dos trabalhos o impuserem, os nossos melhores arquitectos, pintores, decoradores e escultores. Já hoje posso contar, unidos em tôrno de mim, numa colaboração incondicional e amistosa, o comandante Quirino da Fonseca, Matos Sequeira, erudito e animador admirável, Leitão de Barros, grande artista e brilhante espírito da Renascença, Rodrigues Cavalheiro, Júlio Caiola que organizou modelarmente a excelente «Exposição de Ocupação», o grupo dos «Amigos de Lisboa», João Ameal, dr. Vieira de Castro, Pereira Coelho, que foi o animador das «Festas da Cidade», etc.

Novamente cito a colaboração preciosa e efectiva de António Ferro e dos seus excelentes colaboradores do Secretariado da Propaganda Nacional. E não me cansarei de sublinhar a cooperação de autoridade comprovada e brilhante, que à Exposição está dando e dará o capitão Henrique Galvão, na realização que lhe diz respeito no conjunto.

O Castelo de Leiria, teatro de denodadas acções, é um dos mais encantadores não só pela sua posição no alto de uma penhascosa elevação, mas também pela imponência da sua grandeza e pelo característico da sua construção.

Numerosos são os escritores e historiadores estranjeiros (1) que se têm referido elogiosamente a êste monumento onde encontramos vestígios de três tipos de arquitectura: civil, militar e religiosa.

Dentro do Castelo existem as ruínas da igreja de Nossa Senhora da Penha e do antigo paço real que nos revelam ainda a beleza destas construções, e dominando todo êste conjunto sobressai, notàvelmente, a admirável tôrre de menagem mandada edificar por D. Diniz, e donde se disfruta um vasto e encantador panorama.

* * *

Entre os exemplares das fortalezas medievais, não podemos deixar de citar, como um dos mais belos, o antiqüíssimo castelo de Óbidos que D. Afonso Henriques conquistou aos moiros em 1148, depois da tomada de Lisboa, em continuação do seu plano de conquistas.

Constituiu esta fortaleza um forte abrigo para a povoação que se instalou à sombra das suas muralhas, como também um campo de operações para os portugueses.

A acção heróica desta vila, na admirável resistência ao assédio do Conde de Bolonha, e a sua fidelidade a D. Sancho, mereceram-lhe o ser justamente galardoada com o título de sempre leal.

Devia o Castelo de Óbidos ter recebido as suas primeiras reparações ainda no tempo de D. Afonso Henriques, apoz a sua conquista, e a D. Sancho se atribue a construção da tôrre albarrã, mas as obras de maior vulto são dos reinados de D. Diniz, D. Fernando e D. Manuel.

É êste Castelo uma das mais típicas construções militares medievais, que despertam vivo interêsse sob o ponto de vista pitoresco, arqueológico e histórico, merecendo ser conservado como elemento de estudo e como gloriosa lembrança do passado.

E aqui ficam, muito resumidamente, algumas notas sôbre êstes dois monumentos militares, que são, incontestàvelmente, dois padrões de recordações históricas de invulgar beleza e de grande poder evocador.

JORGE LARCHER

(1) Entre outros podemos citar: A. Germond de Lavigne, Walter Watson, James Murphy, M. Link, Giner de los Rios, A. Raczynski, Pero Lopez Ayala, Schaeffer, Agnes M. Goodoll, Ferdinand Denis, etc.

LEGISLAÇÃO

DECRETO-LEI N.º 29.597

A Comissão Nacional dos Centenários, nomeada por portarias da Presidência do Conselho de 11 de Abril e 2 de Junho de 1938, e mantida pelo disposto no artigo 1.º do decreto-lei n.º 29.087, de 28 de Outubro do mesmo ano, resolveu, em sua sessão de 4 do corrente, apresentar ao Govêrno o pedido da sua dissolução, visto que, tendo sido fixado, sob proposta da comissão executiva, criada pelo artigo 6.º do mesmo decreto-lei, o programa definitivo das comemorações do duplo centenário, não só considera pràticamente extintas as suas principais atribuïções, como ainda se dá a circunstância de a comissão executiva ser constituída pela maioria dos seus membros.

Atendendo a que o programa estabelecido para as comemorações não perderá o seu carácter de definitivo, mesmo que, impostas pelas circunstâncias, nêle hajam de ser introduzidas quaisquer alterações acessórias e de pormenor e que, portanto, assim fica assegurada desde já, como era essencial, a unidade do pensamento político e cultural das comemorações, a que se refere o n.º 1.º do artigo 3.º do citado decreto-lei n.º 29.087; e

Considerando que a comissão executiva tem tôda a autoridade e competência para velar pela execução fiel dêsse programa;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — É dissolvida a Comissão Nacional dos Centenários, nomeada por portarias da Presidência do Conselho de 11 de Abril e 2 de Junho de 1938, e confirmada e mantida pelo artigo 1.º do decreto-lei n.º 29.087, de 28 de Outubro do mesmo ano.

Art. 2.º — São mantidas à comissão executiva, criada pelo artigo 6.º do mesmo decreto, as atribuïções que por êste lhe foram conferidas e são para ela transferidas as que pelo disposto nos artigos 2.º e 3.º pertenciam à Comissão Nacional dos Centenários.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 15 de Maio de 1939. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

DECRETO-LEI N.º 29.620

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — A-fim-de ser presente nas comemorações centenárias e de constituír posteriormemte elemento do Museu de Marinha, o Ministério da Marinha mandará construir, com dispensa das formalidades legais, um navio que seja a mais documentada reconstituïção conjectural da nau *S. Gabriel* que sob o comando de Vasco da Gama realizou a primeira viagem marítima à Índia.

Art. 2.º — É criado no capítulo 4.º «Superintendência dos Serviços da Armada», artigo 24. «Construções e obras novas», do orçamento do Ministério da Marinha para 1939 o n.º 2) «Construção e aparelhamento da nau *S. Gabriel*, reconstituïção da que sob o comando de Vasco da Gama realizou a primeira viagem marítima à Índia», com a dotação de 400.000$00.

Art. 3.º — No n.º 1) do citado artigo 24.º e no capítulo 9.º «Arsenal do Alfeite», artigo 271.º «Material e outras despesas», do mesmo orçamento é anulada a importância de 400.000$00 devendo igual anulação ser feita na verba de 26.000.000$00 inscrita no capítulo 7.º, artigo 183.º, do Orçamento geral das receitas do Estado para o corrente ano económico.

Art. 4.º — O Ministro da Marinha nomeará pessoa de reconhecida competência em assuntos de arqueologia naval para acompanhar a construção e arbitrar-lhe-á uma gratificação, a pagar por conta da referida verba.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 22 de Maio de 1939. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

A SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

A Exposição Histórica do Mundo Português compreende, como é já conhecido, uma secção colonial que será um complemento do certame que está sendo organizado no vasto terreno marginal do Tejo, em frente ao mosteiro dos Jerónimos.

O local escolhido para a demonstração do Ultramar foi o Jardim Colonial — vasto parque que se estende desde as traseiras do Paço de Belém, na encosta da Ajuda, até à capela da Memória, erecta por motivo dos acontecimentos históricos dos Távoras, no atentado contra a vida do rei D. José.

O recinto presta-se admiràvelmente, pelas suas condições topográficas e pelos seus arruamentos, bem tratados, bordados de espécies vegetais de acentuada beleza. Nos seus canteiros, recintos, viveiros e estufas vicejam curiosos especimes da flora tropical, que lhe dão um ambiente curioso e ao mesmo tempo apropriado para o fim escolhido. Difícilmente se encontraria em Lisboa uma área ajardinada com perspectivas semelhantes.

Pelos seus rincões vão ser disseminados pavilhões diversos tendo nesta exposição, cada uma das colónias, o seu pavilhão privativo. Esta resolução, que é de agrado certo para as colónias, visa a salientar as suas características sob o ponto de vista etnográfico, que é, afinal, o fundamento da exibição.

Dentro desta orientação serão concatenados todos os motivos demonstrativos das raças aborígenes, por meio de fotografias, utensílios — domésticos e de misteres — vestuário, adornos, armas, etc. Os pavilhões, tanto exterior como interiormente, obedecem, na sua disposição, às características étnicas, quanto possível, para dar uma idea, aos visitantes, dos usos e costumes dos povos ultramarinos.

Para que a sugestão seja o mais aproximada possível, por meio de mapas em relêvo, dioramas, dispositivos e outras composições de uso neste processo de esclarecimento — são apresentados outros pormenores, elucidando quanto à localização das raças, densidade da população, organização civil e política dos povos, recursos locais e sua valorização pela obra de civilização e colonização nacional.

Paralelamente, em complemento, composições espalhadas por vários locais do parque darão ideas mais concretas sôbre a arquitectura e arte colonial, reproduzindo, em tamanho natural ou por miniaturas, monumentos, edifícios, aldeias, recantos de povoações e até trechos de ruas, com a sua nota exótica, em muitos casos completamente desconhecidos na Metrópole, da maioria dos compatriotas europeus.

Outros pormenores da vida africana e oriental serão também carreados para a demonstração do Império Colonial Português. Estão nesses casos a propaganda das matérias

primas, na sua maioria produzidas pelos indígenas, ainda que aperfeiçoadas ou preparadas pela intervenção do colono branco; a divulgação das belezas naturais das colónias portuguesas revelando na Europa aspectos de surpreendente encanto, alguns absolutamente desconhecidos; e a pujante cinegética dos territórios ultramarinos, riqueza inexplorada, que pode despertar a atenção de apaixonados cultores — tudo reünido num sector de aliciante turismo, exótico, quási ignorado e com a sua nota de impressionante inèditismo.

Repete-se em Lisboa a participação etnográfica vivida, a exemplo do que foi, com tanto êxito, realizado em 1934, no Pôrto, por ocasião da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa. Êsse certame marcou pela invulgar e vasta documentação etnográfica, constituíndo admiração, para os nacionais e estranjeiros entendidos, a variedade das raças que ali foram concentradas. Recordamos ter sido reünido em Portugal, por êsse motivo, desde os timorenses aos bochimanes (que pela vez primeira vieram à Europa), dos macaístas aos bijagós, dos landins aos indianos portugueses.

Essas deputações voltarão, em 1940, a pisar solo português da Europa, dando o seu concurso ao certame, povoando aldeias e pavilhões construídos expressamente para que, mais rigorosamente, possa fazer-se uma idea da vida etnográfica colonial da Nação.

À Exposição do Mundo Português e ao Cortejo do Império (que fazem parte do programa oficial das comemorações dos centenários da Nação) virão os portugueses da África, da Ásia e da Oceania dar o vivido concurso demonstrativo da expansão, através dos continentes, dêste País de navegadores e civilizadores que, após tantos séculos, reüne em festa nacional povos das mais variadas características etnográficas.



ghby. Mas quem de facto conhece a história sabe lêr nêsse palimpsesto geográfico os velhos apelidos dos grandes marinheiros de Portugal.

Essa glória extraordinária não é hoje apanágio sòmente da Ocidental Praia Lusitana ; é apanágio da Raça que dali se espalhou pelo mundo nas altas caravelas crucigiadas de cinábrio. Onde quer que palpite uma gôta de sangue português nessa faceta rubra refulgirá o brilho da Glória sem par de seus maiores. No Brasil, nem se fale ! O Brasil é o Morgado de Portugal, a sua esplêndida continuação no Espaço e no Tempo.

«Em 1940 essa Glória, nascida ao fulgor dos brunidos capêlos dos Afonsos e dos Sanchos, no ano da Graça de 1140, afirmada ao lampejar das espadas dos Namorados e dos Conquistadores, coberta mais de meio século pelo sudário das areias marroquinas e rediviva em 1640 com o Duque de Bragança, e rejuvenescida em nossos dias pelo génio de Salazar, essa Glória completa oito centenários de Grandeza e três séculos de Ressurreição.

Dela e sòmente dela recebemos as profundas fôrças morais com que construimos uma Grande Pátria. Glorifiquemo-la !»

OUTROS PAISES

O «Brandenburger Anzeiger», de Brandenburgo, publicou recentemente um longo artigo àcêrca das comemorações do Duplo Centenário, assinado pelo seu correspondente em Lisboa, Demiani.

É dêsse artigo o seguinte período, notável pela compreensão que o autor demonstra do caso português :

«Com êstes festejos nacionais salientam-se principalmente três coisas : primeiro — a evolução, através de oitocentos anos, de um país que, a-pesar-da sua relativa pequenez (89.000 quilómetros quadrados), desempenhou na história universal um papel completamente independente, além de singular, e que ao contrário de todos os outros povos europeus, não modificou desde o seu início, sensivelmente, as suas fronteiras ; segundo — a estreita união política da Metrópole com as suas consideráveis possessões coloniais (2.084.000 quilómetros quadrados), donde resulta a indestrutível unidáde nacional ; finalmente — a união cultural do antigo Império português, Império êste que continua a existir, a-pesar-da separação da grande República irmã, do Brasil, com a qual ainda hoje abrange uma extensão de mais de 10 milhões de quilómetros quadrados, ou seja uma superfície superior à da Europa».

* * *

A revista «El Gráfico», que é a mais antiga publicação no género existente na Colômbia, inseriu, num dos seus últimos números, longo e notável artigo sôbre a Exposição do Mundo Português em 1940.

Êsse trabalho é da autoria do sr. dr. José Domingos Arias Barnal, grande amigo do nosso país e personalidade em relêvo na Colômbia, a cuja Academia de Jurisprudência pertence. É também sócio da Academia Brasileira de Criminologia e do Centro de Altos Estudos Americanos.

O artigo termina com os seguintes periodos :

«No momento em que todo o mundo estremece ante a ameaça constante da guerra, Portugal, com a sua Exposição, será uma lição viva de quanto pode a raça latina empreendedora e enamorada de impossíveis. Nos suaves contornos de Lisboa, poder-se-á admirar as suas figuras preclaras, as suas glórias imortais. Constituïrá assim um oásis de paz e de sonho que recordará a todos os visitantes o que pode e o que vale o povo de maiores glórias que há no orbe».

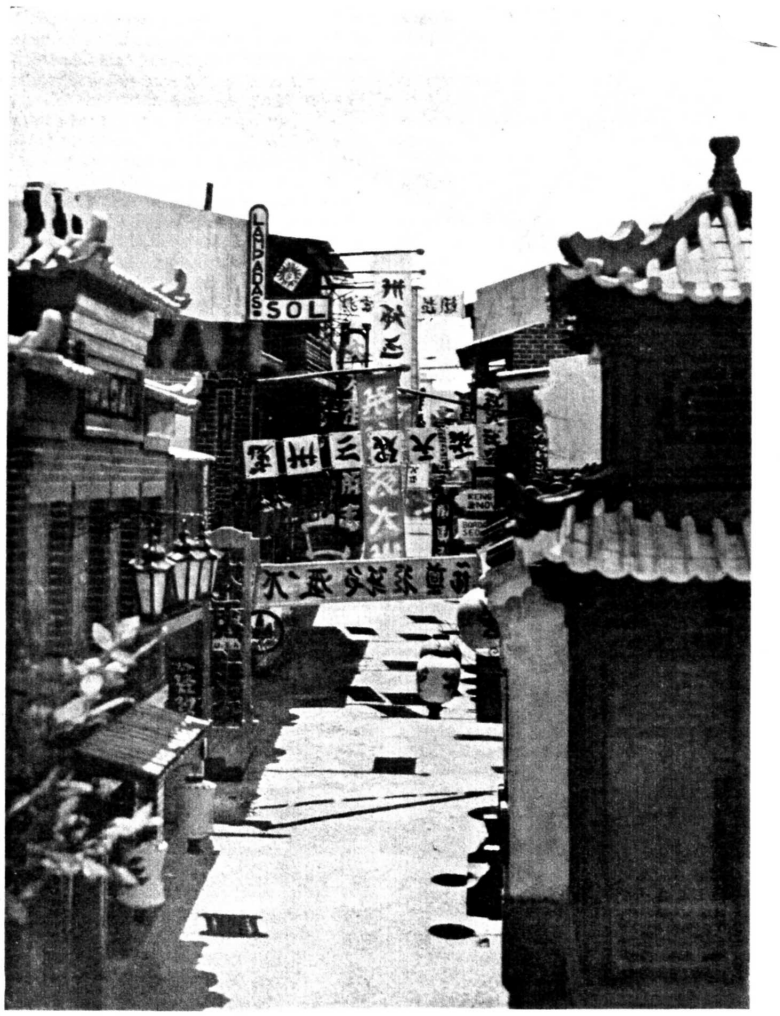
NOTAS VÁRIAS

OS TRABALHOS DA SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

Prosseguem activamente os trabalhos da Exposição do Mundo Português, uma das mais importantes manifestações das festas Nacionais de 1940.

Na «Secção Colonial», sob a orientação do sr. capitão Henrique Galvão, estão já concluídos dois pavilhões e as habitações para os indígenas, devendo todos os outros edifícios estar cobertos até ao fim do próximo mês, para depois se iniciarem os trabalhos de decoração interior e a colocação dos documentos que a êles se destinam.

Oe edifícios já concluídos são a «Capela e Casa das Missões» e a «Direcção Técnica» daquela secção, ambos da autoria do arquitecto Vasco Regaleira, que



RUA DE MACAU, NA SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

tem como auxiliares nos trabalhos da Exposição o arquitecto Amaral e o agente técnico de arquitectura Carlos Freire.

O primeiro dêstes edifícios é a tentativa da criação de um estilo arquitectónico colonial português, baseado nos ensinamentos que nos foram dados pelos nossos antepassados, adaptando-os á vida moderna e ás suas necessidades.

Foi edificado num dos mais lindos e apropriados recantos do Jardim Colonial e compõe-se de uma capela com claustro e um pavilhão anexo, onde será feita a demonstração da assistência religiosa e em prol da civilização dos indígenas.

O segundo, «Direcção Técnica», é um tipo de casa colonial, depois de estudadas escrupulosamente as condições de vida a que se destina. É uma habitação de colono, onde não falta o lindo jardim, com pérgola e lago, painéis de azulejos e ferros forjados regionais.

Entre os pavilhões mais adiantados, figura e «Museu de Arte Indígena». É um estudo de moderna arquitectura colonial, da autoria do arquitecto Melo Breyner, que tem como auxiliar o agente técnico de arquitectura José Bastos.

Neste museu, serão reunidos os mais interessantes trabalhos manuais indígenas que constituirão uma expressiva demonstração do seu valor artístico.

Também da autoria do arquitecto Melo Breyner é a fachada do palácio principal da «Secção Colonial», em cujo rés-do-chão e num pavilhão das traseiras, ficará a representação de «Caça e Turismo».

Êste trabalho resultou da necessidade de adaptar uma «frente» de linhas simétricas e equilibradas, obedecendo a um eixo principal, a uma fachada sem simetria e equilíbrio.

A entrada foi colocada ao centro da nova fachada, no tôpo de uma escadaria em mármore e dois lagos.

Neste importante pavilhão, serão reunidos preciosos documentos da fauna colonial, dos processos de caça e documentários das belezas naturais do nosso Império.

Um dos principais atractivos da «Secção Colonial» será a rua da Índia, realizada pelo arquitecto Vasco Regaleira.

Estão ali fielmente reproduzidos o Arco dos Condenados ou de Nossa Senhora da Conceição, a Capela de S. Francisco Xavier e o Pagode de Xiola.

Àparte estas reconstituições, todos os outros edifícios obedeceram a um estudo minucioso dos estilos arquitectónicos índio e português, pretendendo, assim, o seu realizador dar uma visão tão exacta quanto possível dos traços característicos de uma artéria de cidade indiana, com as suas fachadas apalaçadas do século XVII, estilo arquitectónico indo-português, tal como existe em Goa.

Nesta rua, funcionarão várias lojas, onde naturais da Velha Goa venderão artigos orientais.

A construção do grande pavilhão de «Angola e Moçambique», da autoria do arquitecto António Lino, está também muito adiantada.

É um traço arquitectónico indígena, adaptado á moderna arquitectura. Será coberta de colmo e terá ao centro um corpo circular ladeado de colossos negros.

A Emissora Nacional tem também a sua representação nesta secção da Exposição do Mundo Português.

É um edifício com carácter africano, tendo, como nota predominante, uma cúpula em estafe, suportada por 9 gorilas. Ao centro, um grande quadrilátero e em cima as armas da Emissora Imperial, representando o Mapa Mundo.

Êste edifício é da autoria do arquitecto Vasco Regaleira, realizador também do monumento aos Escritores Coloniais Portugueses que será colocado junto a um lago, onde se projecta, e que terá gravado o nome de Wenceslau de Morais e por baixo a inscrição «aos escritores portugueses».

O pavilhão da Guiné, do arquitecto Melo Breyner, é em arquitectura colonial de linhas modernas e encontra-se também muito adiantado.

No largo, em frente ao palácio principal onde funcionará o «Pavilhão de Caça e Turismo», prosseguem os trabalhos de montagem do «Monumento ao Esfôrço Colonizador dos Portugueses» que, como os pavilhões de «Informações» e «Livraria», é também da autoria do arquitecto Melo Breyner.

As obras de jardinagem, sob a direcção do regente agrícola J. Louro, e as instalações eléctricas, dirigidas pelo engenheiro José Carlos Santos, foram já iniciadas.

São muitos os trabalhos já concluídos sob a direcção do escultor Manuel de Oliveira e os de pintura dirigidos pelo artista Roberto Araújo.

NA EXPOSIÇÃO DOS PRIMITIVOS PORTUGUESES SERÃO APRESENTADOS CÊRCA DE TREZENTOS QUADROS DOS SÉCULOS XV E XVI

Os trabalhos preparatórios das comemorações centenárias prosseguem activamente em tôdas as secções da Comissão Executiva.

Assim, a secção das Exposições de Arte, superiormente dirigida pelo sr. dr. Reinaldo dos Santos,

presidente da Academia Nacional de Belas Artes, em colaboração com o director dos Museus Nacionais de Arte Antiga e o director do Museu Nacional de Arte Contemporânea, tem dedicado especial atenção à Exposição dos Primitivos Portugueses, cuja inauguração está prevista para 13 de Maio do próximo ano.

Para esta exposição, que se realizará na parte nova do Museu das Janelas Verdes e na qual se apresentarão algumas centenas de quadros portugueses dos séculos XV e XVI, cêrca de 300, a Comissão Organizadora tem já relacionado um importante número dêles, pertencentes não só ao Museu, mas ainda existentes em igrejas e diversas instituïções e estabelecimentos de todo o país, muitos dos quais já foram transferidos para Lisboa. A cedência dos quadros para a Exposição tem-se obtido com facilidade, graças à boa vontade que a Comissão tem encontrado nas entidades detentoras dos mesmos e nos funcionários que têm tido intervenção no assunto como representantes da Fazenda Pública, cuja Direcção Geral tem prestado a mais eficaz colaboração.

Dentre os núcleos de pinturas trazidas de vários pontos, contam-se algumas das mais notáveis séries de pinturas quinhentistas, tais como as 16 tábuas da Igreja do Convento de Jesus, de Setúbal, hoje na posse da Misericórdia; as 8 da Igreja do Convento de S. João de Tarouca, entre as quais o famoso «S. Pedro» e o «S. Miguel»; as séries da Misericórdia de Abrantes, das igrejas do Sardoal, de Cascais, de S. Quintino do Sobral de Monte Agraço, e de Sintra, do Museu e Misericórdia de Tôrres Vedras, além de bastantes outros quadros, estando já autorizada a vinda de muitos mais.

Os quadros seleccionados vão passando pela oficina de marcenaria onde as tábuas recebem as reparações de que necessitam, seguindo depois para a oficina de beneficiação de pintura, dirigida pelo artista sr. Fernando Mardel e em que trabalham também os pintores srs. Luís Ortigão Burnay, Albino Cunha e João Alves de Sá. Na referida oficina encontram-se presentemente 147 quadros; de 84 dêstes pode dizer-se que o restauro está terminado, pois apenas lhes faltam os retoques finais, a dar oportunamente; cêrca de 50 têm já os primeiros retoques, estando os restantes em via de passarem pelas operações prévias da aplicação dos retoques.

Ao mesmo tempo os quadros recebem uma desinfecção que já foi aplicada a 73.

Algumas das principais séries estão já restauradas, como sejam a série do Mestre do Paraíso, a do retábulo de S. Francisco de Évora, atribuída a Francisco Henriques (exceptuando os 4 quadros que pertencem à colecção José Relvas), e a de Setúbal.

A beneficiação dos dois grandes painéis de S. João de Tarouca, já mencionados, encontra-se muito adiantada.

Paralelamente a êste trabalho, vão-se construindo molduras de modêlo adequado para os painéis que disso necessitam, visto muitos trazerem as antigas em estado de não se poderem aproveitar, havendo já feitas algumas dezenas delas.

Ao mesmo tempo está-se procedendo à organização e recolha dos elementos para o catálogo que se vai publicar, trabalho êste a cargo da Conservadora-adjunta Sr.ª D. Maria José de Mendonça.

Assim se vai cumprindo o desejo manifestado pelo sr. dr. Oliveira Salazar, na nota oficiosa sôbre as comemorações centenárias:

«Os trabalhos de restauração, a começar imediamente, poriam em estado de ser expostos polípticos e tábuas que, no conjunto, seriam uma autêntica revelação para nacionais e estranjeiros».

CONGRESSO INTERNACIONAL DA MOCIDADE

Em 15 de Agôsto do próximo ano, inaugura-se em Lisboa o Congresso Internacional da «Mocidade», uma das mais importantes realizações das festas nacionais de 1940, em que estreitamente colaboram o Comissariado Nacional da «Mocidade Portuguesa» e a Comissão Executiva dos Centenários.

No dia 15 de Agosto de 1940 afluirão à capital delegações numerosas de todos os países em que as juventudes se encontram organizadas pelo Estado ou possuem características nacionais, as quais, em íntima confraternização com a delegação da «Mocidade Portuguesa», acamparão festivamente em local vizinho da Tapada da Ajuda, efectuando, de 16 a 24 do mesmo mês, provas desportivas.

Essas delegações, num total de oitocentos a mil rapazes provenientes de oito nações europeias, serão acompanhadas de pedagogos e chefes, que se reünirão no Instituto Superior de Agronomia, para discutir as comunicações ou teses apresentadas acêrca dos mais importantes problemas de educação física e de organização das Mocidades. A Comissão Nacional dos Centenários, á qual incumbe a glorificação da obra das gerações passadas na formação e no engrandecimento da Pátria, não esqueceu as gerações futuras, penhor da continuïdade do esfôrço nacional para novos e altos destinos.

A Comissão Organizadora do Congresso da Mocidade, a que preside o ilustre Comissário Geral da

pagas, que leua a minha fazenda, e sem embargo d'esta despeza, senão tem faltado por minha parte a fortificação, nem aos socorros, e prouimento, das Conquistas, como uereis da copia de huã carta, que sobre este particullar mandey escreuer ao Marquez de Cascaes meu Embaixador extraordinario a El Rey Christianissimo quererá com esta; estes testemunhos tão uiuos, e tão publicamente comprouados, são as melhores razões e os meyos mais efficazes, quando não ouuera outros igualmente poderosos p.ª se poder entender nessa junta em que uos achais, quanto importa a todos meus confederados conseruarem indiuisiuelmente comigo, união, e aliança perpetua, pois do contrario que já segundo as razões moraes, senão pode esperar, sehade seguir necessariamente, q̃ todo opoder, que El Rey de Castella aplica contra estes Reynos, e todo o q̃ estes Reynos aplicão contra El Rey de Castella, hade cahir unido sobre elles; Assy contratando ahy em guerra, como contratando em paz, pois será cegueira despois de tantas experiençias em contrario cuidar que hade conseruar a paz El Rey de Castella; por mais tempo que o q̃ lhe for neçessario, para cobrar forças com q̃ tornar a guerra. Escrita em Alcantara a 23 de Junho de 1644

Rey ⁘

P.ª Luis Pereira de Castro»

EDUARDO BRAZÃO



CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS

CONGRESSO COLONIAL
(IX DA SÉRIE)

No plano geral dos congressos que constituem o Congresso do Mundo Português figura um Congresso Colonial destinado ao estudo dos problemas coloniais portugueses da actualidade. Pretende-se dêste modo ligar aos congressos em que se versa a história do Mundo Português um aspecto particularmente dinâmico da vida actual da nação. A renovação da nossa actividade de colonizadores, a construção de um grande império colonial em pleno desenvolvimento, constituem, com efeito, assuntos geradores de problemas novos, cujo estudo é como um prolongamento dos estudos históricos dos outros congressos. Os trabalhos do Congresso Colonial destinam-se a rasgar alguns horizontes da futura actividade de Portugal na sua política ultramarina. Eles constituirão a forte afirmação dos métodos e das preocupações da nossa acção actual. Nas três secções dêste Congresso agruparam-se, em forma quanto possível sistemática, três categorias de estudos de inegável interêsse para a orientação da nossa acção colonizadora.

Consagra-se a primeira Secção ao estudo de diversos problemas de investigação científica colonial nos campos da etnografia, da antropologia, da arqueologia, da lingüística e das ciências médicas, e busca-se solução ao problema, cheio de actualidade, da organização metódica da investigação científica colonial portuguesa.

Agrupam-se na segunda Secção os estudos do importantes problemas da colonização e do povoamento nas nossas duas grandes colónias de Angola e de Moçambique, abordando-se também o problema do contacto das raças e o estudo do melhor aproveitamento das organizações tradicionais indígenas.

Finalmente, à terceira Secção foram confiados os estudos de carácter económico, nomeadamente os da defesa da economia imperial e da coordenação das economias da metrópole e das colónias.

Adoptou-se o método de seriar os aspectos de cada problema, encarregando diferentes pessoas de reconhecida competência de os encararem sob ângulos diferentes ou de estudarem as suas diversas modalidades.

Pretende-se obter assim a mais larga compreensão dos fenómenos a estudar, corrigindo os inconvenientes do excesso de personalismo na sua apreciação.

Os dois volumes que comporão as publicaçõe dêste Congresso constituirão sem dúvida, na nossa bibliografia colonial, valioso repositório do estudo de alguns dos mais importantes problemas coloniais portugueses na hora presente.

PROGRAMA DE ESTUDOS

1.ª Secção — A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA COLONIAL E O SEU PAPEL NA MODERNA POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA

a) O problema e a sua origem.
b) Estudos etnográficos, antropológicos e arqueológicos.

c) Estudos lingüísticos.
d) Estudos médicos.

2.ª Secção — A COLONIZAÇÃO E O POVOAMENTO NAS COLÓNIAS DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE

a) O contacto das raças.
b) Colonização branca.
c) Povoamento indígena.
d) Aproveitamento das organizações indígenas tradicionais.

3.ª Secção — ALGUNS PROBLEMAS ECONÓMICOS DA POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA

a) A coordenação económica.
b) A defesa da economia imperial.
c) O trabalho indígena.
d) As ligações de transportes de Angola e Moçambique com os territórios vizinhos.

DESENVOLVIMENTO DOS TEMAS DE CADA SECÇÃO

1.ª SECÇÃO

a) *A organização da investigação científica sôbre as colónias portuguesas. Missões oficiais de estudo. Acção das instituições científicas metropolitanas. Trabalhos da iniciativa das colónias. Balanço dos estudos realizados. Vantagens de um organismo de coordenação e de orientação. Plano da sua orgânica.*

1.º — A investigação científica nas colónias portuguesas nos últimos 100 anos.
2.º — Plano de um organismo de coordenação e orientação.
3.º — Soluções dadas a êste problema nos outros países coloniais. O livro de Lord Hailey.
4.º — Bibliografia.

b) *Estudos antropológicos, etnográficos e arqueológicos.*

1.º — O mestiçamento nas colónias portuguesas.
2.º — Grupos sanguíneos nas colónias portuguesas
3.º — Indices de robustez e de vitalidade dos indígenas das nossas colónias africanas.
4.º — Concepções religiosas entre os Bântus das colónias portuguesas.
5.º — Mutilações étnicas nas colónias portuguesas.
6.º — Estações do paleolítico na arqueologia de Moçambique.
7.º — Bibliografia.

c) *Estudos sôbre as línguas bântus, especialmente sôbre as faladas em Angola e Moçambique. O problema das línguas veículares.*

1.º — Das modificações morfológicas dos vocábulos angolanos na sua adaptação à fonética e grafia portuguesas.
2.º — Dialectos da tribu Thonga, especializando o Xironga como modêlo dos demais. Fonética, grafia, estrutura gramatical e sintaxe.
3.º — Das línguas e dialectos bântus em Angola.

4.º — Das línguas e dialectos em Moçambique.
5.º — O problema político, social e administrativo das línguas veículares nas colónias portuguesas.
6.º — Bibliografia.

d) *Estudos médicos.*

1.º — A mortalidade infantil de brancos e de indígenas nas colónias de Angola e de Moçambique. Suas causas principais e remédios possíveis a aconselhar. Método para a organização das estatísticas da mortalidade infantil naquelas colónias.
2.º — Bibliografia.

2.ª SECÇÃO

a) *Colonização e povoamento nas colónias de Angola e de Moçambique.*

1.º — O contacto das raças nas colónias portuguesas. Seus efeitos políticos e sociais. A legislação portuguesa.
2.º — Bibliografia.

b) *A colonização branca.*

1.º — Estudo histórico do problema da colonização em Angola e Moçambique, principalmente no período contemporâneo.
2.º — Estudo comparativo das obras de colonização branca realizadas por outros países nas zonas tropicais africanas.
3.º — Da emigração portuguesa nos últimos 50 anos. Como se deve preparar o nosso emigrante para ser um bom colono.
4.º — Das condições sanitárias para o êxito da colonização portuguesa. Preparação e assistência.
5.º — Do regime das concessões territoriais aos colonos e da preparação e assistência agronómicas.
6.º — Aspectos económicos do problema da colonização branca nas colónias portuguesas.
7.º — Zonas colonizáveis de Angola e soluções aconselháveis para intensificar a sua colonização. Maquinismo administrativo.
8.º — Zonas de colonização em Moçambique e soluções aconselháveis para os progressos da sua colonização. Os órgãos administrativos.
9.º — Bibliografia.

c) *Povoamento indígena em Angola e Moçambique.*

1.º — Organização da família indígena em Angola e Moçambique, sua evolução, o papel da mulher, diversidades tribais.
2.º — Formas actuais dos agrupamentos populacionais indígenas em diversas regiões de Angola e Moçambique. Distribuição demográfica indígena nas províncias das duas colónias.
3.º — O regime da propriedade indígena que melhor favorecerá a intensificação do povoamento indígena em Angola e em Moçambique.
4.º — A organização sanitária nos progressos do povoamento. Fórmulas de organização aconselháveis para Angola e Moçambique.
5.º — Fórmulas e métodos de robustecimento da capacidade económica dos indígenas. Assistência agronómica e veterinária. A valorização da produção indígena.

6.º — Os problemas da alimentação indígena. Como se deve melhorar.

7.º — A acção missionária no aldeamento indígena.

8.º — Síntese das medidas aconselháveis para impulsionar o povoamento indígena em Angola e Moçambique.

9.º — Bibliografia.

d) *Aproveitamento das organizações tradicionais indígenas na administração colonial.*

1.º — Esbôço histórico das organizações tradicionais dos regulados indígenas em Angola e Moçambique. Os grandes régulos, os chefes indígenas. Situação actual.

2.º — Integração dos actuais régulos na obra administrativa nas colónias de Angola e Moçambique.

3.º — Da educação dos chefes indígenas como instrumentos colaboradores da administração.

4.º — Estudo comparativo das soluções do problema nas colónias inglêsas, francesas, belgas, holandesas e italianas.

5.º — Bibliografia.

3.ª SECÇÃO

a) *Coordenação da política económica da Metrópole com as necessidades económicas do Império Colonial.*

1.º — Princípios dominantes da política colonial portuguesa em matéria económica no século XX.

2.º — Organismos e fórmulas de coordenação económica imperial.

3.º — Aplicação do regime corporativo às colónias; suas dificuldades.

4.º — Organismos e métodos para a aproximação e contacto entre a Metrópole e as colónias no sentido da unidade.

5.º — Bibliografia.

b) *Defesa da economia imperial contra diversos aspectos da concorrência estranha.*

1.º — A protecção pautal nas colónias.

2.º — O problema de transportes em Angola e Moçambique.

3.º — Os transportes marítimos para as colónias e a bandeira nacional. As taxas e fretes na importação e exportação.

4.º — A organização comercial nas colónias, seus defeitos. Fórmulas de aperfeiçoamento.

5.º — O problema do estabelecimento das indústrias nas colónias. Sua coordenação com os interêsses metropolitanos.

6.º — Bibliografia.

c) *Importância comercial e política das ligações das vias de comunicação entre Angola e Moçambique e os territórios vizinhos.*

1.º — O complemento das ligações aéreas, ferroviárias e das estradas entre Angola e os territórios estrangeiros vizinhos.

2.º — Os problemas das ligações dos transportes de Moçambique com os dos territórios vizinhos.

3.º — Bibliografia.

d) *O trabalho indígena em S. Tomé, Angola, Moçambique e Timor. Estado actual e evolução desejável.*

1.º — O problema em S. Tomé e Angola.

2.º — O problema em Moçambique.

3.º — O problema em Timor.

4.º — Bibliografia.

ALGUMAS INDICAÇÕES REGULAMENTARES

1.º — Podem inscrever-se como congressistas, portugueses, brasileiros e súbditos estrangeiros dos países com os quais Portugal mantenha relações diplomáticas.

2.º — Os estudos que fazem parte do programa não devem exceder cada um 30 páginas de 25 linhas dactilografadas e serão acompanhados da respectiva bibliografia.

3.º — Estes estudos devem dar entrada na Secretaria do Congresso (Escola Superior Colonial, Praça Rio de Janeiro, 21) até ao último dia do mês de Janeiro de 1940.

4.º — A revisão tipográfica dêstes trabalhos fica a cargo da Comissão organizadora do Congresso.

5.º — As comunicações, nos termos do n.º 1.º do programa geral, não poderão exceder 16 páginas dactilografadas e devem ser entregues até 31 de Janeiro de 1940.

6.º — A sessão inaugural do Congresso realizar-se-á na Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 10 de Julho de 1940.

7.º — Prevê-se a adesão e representação das Universidades, Academias, escolas coloniais e outros institutos especializados estrangeiros, nos termos e condições do n.º 5 do programa geral.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO COLONIAL

Conde d Penha Garcia, *antigo ministro, vogal do Conselho do Império Colonial, director da Escola Superior Colonial, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, presidente da Comissão Organizadora do Congresso;*

Eng. Jos Bacelar Bebiano, *antigo ministro, administrador do Pôrto de Lisboa;*

Coronel Lopes Galvão, *inspector superior das Obras Públicas, secretário geral da Sociedade de Geografia de Lisboa;*

Capitão Henrique Galvão, *inspector superior da administração colonial;*

Lopo Va de Sampaio e Melo, *vogal do Conselho do Império Colonial, professor da Escola Superior Colonial;*

Dr. José de Almada, *procurador à Câmara Corporativa, consultor colonial do Ministério dos Negócios Estrangeiros;*

Dr. Alcino de Vasconcelos, *professor da Escola Superior Colonial;*

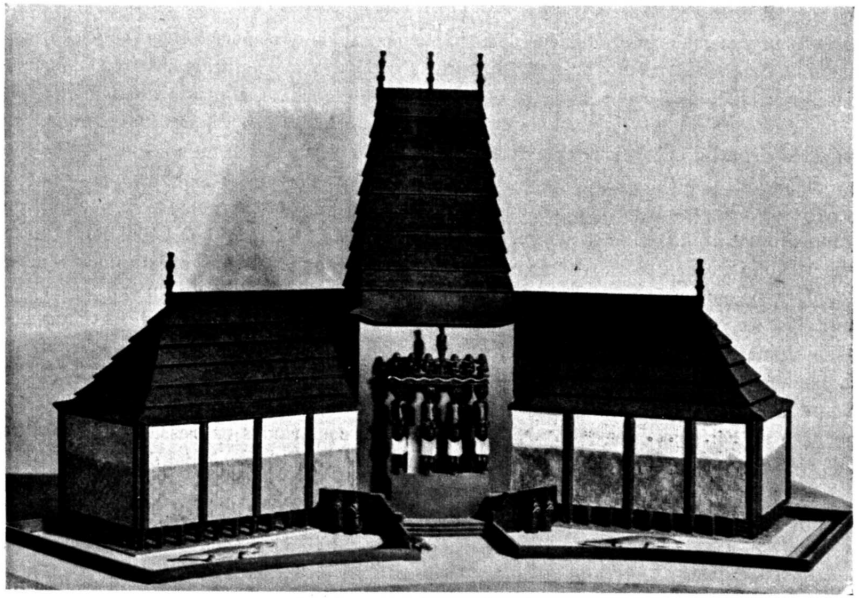
Dr. Manuel Múrias, *membro da Academia Portuguesa da História, director do Arquivo Histórico Colonial, secretário geral do Congresso do Mundo Português;*

Júlio Caiola, *agente geral das Colónias;*

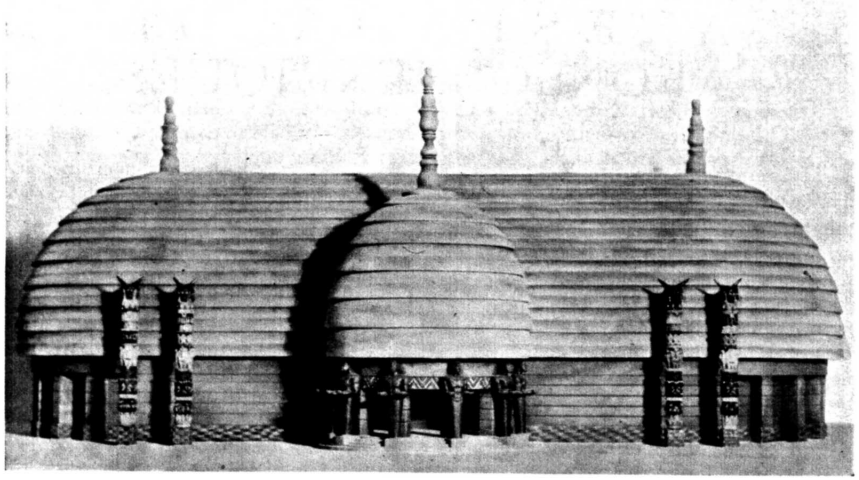
Dr. António de Almeida, *deputado, professor da Escola Superior Colonial, secretário da Comissão Organizadora do Congresso.*

ANEXO 9: Maquetas dos Pavilhões Coloniais da Exposição Mundo Português

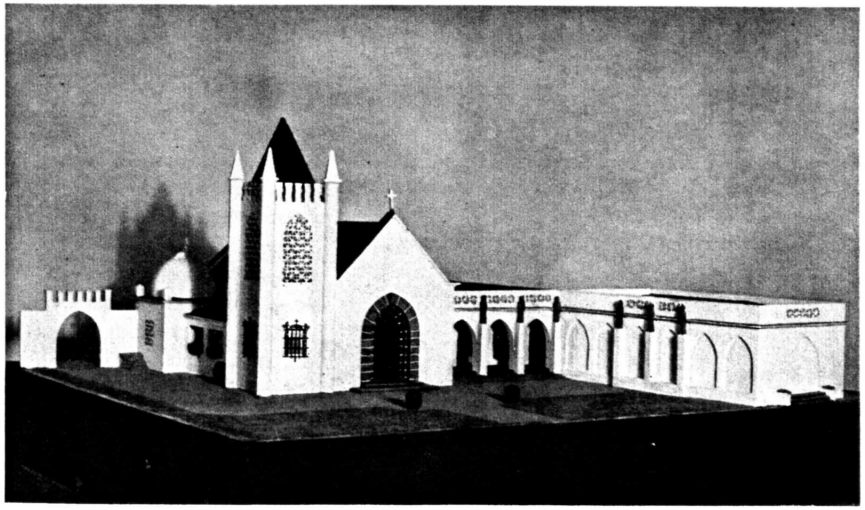
SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS



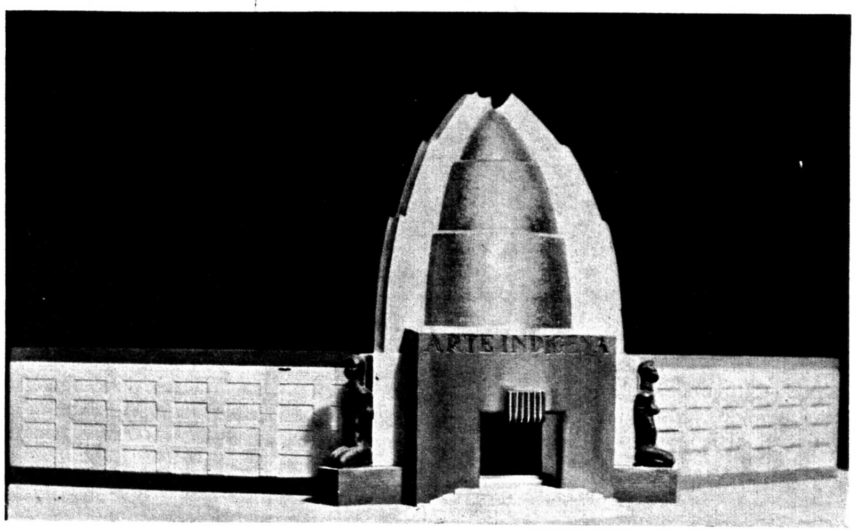
PAVILHÃO DE TIMOR, CABO VERDE, S. TOMÉ E PRINCIPE



PAVILHÃO DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE



PAVILHÃO DAS MISSÕES EM AFRICA

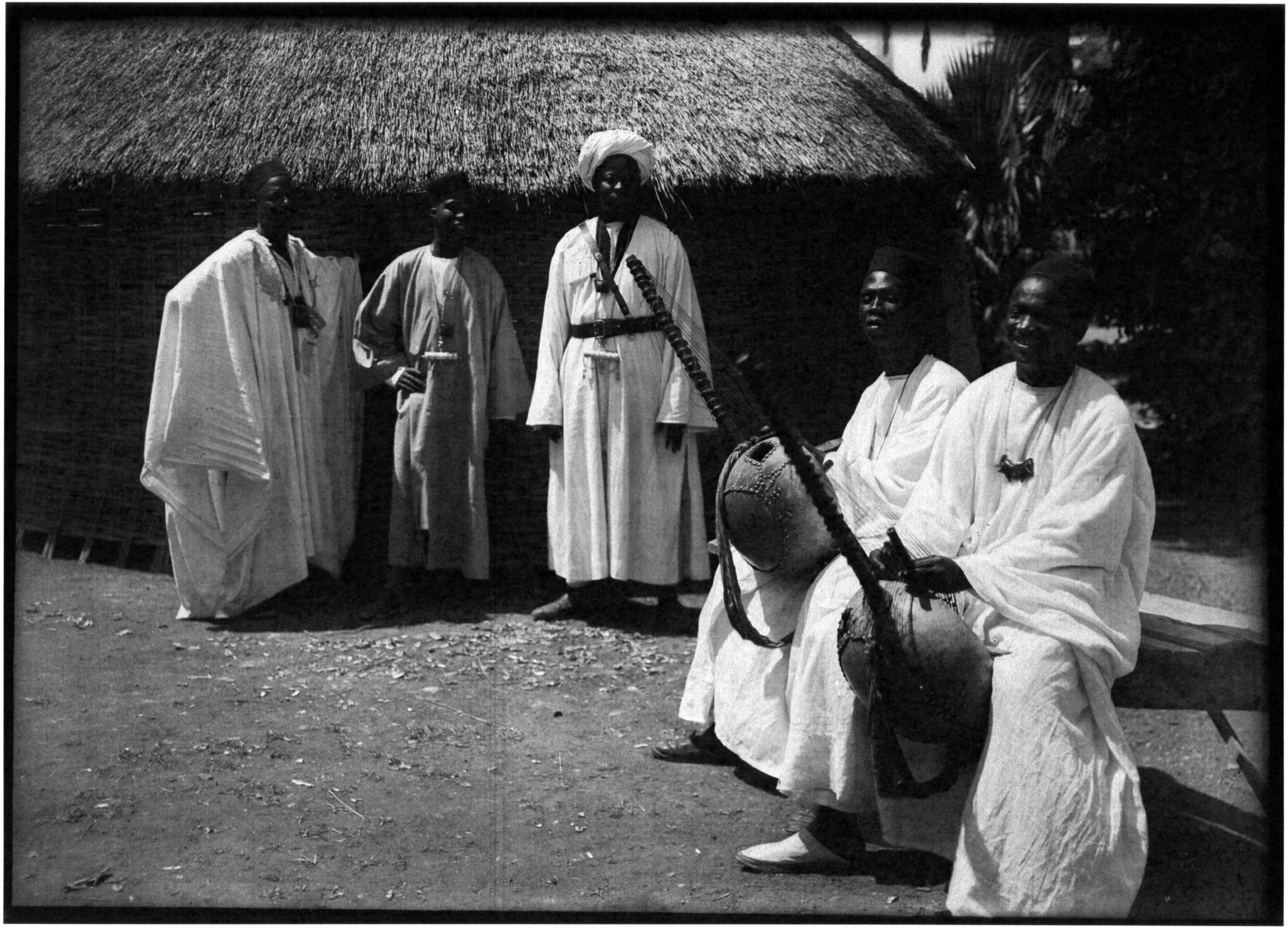


PAVILHÃO DE ARTE INDIGENA

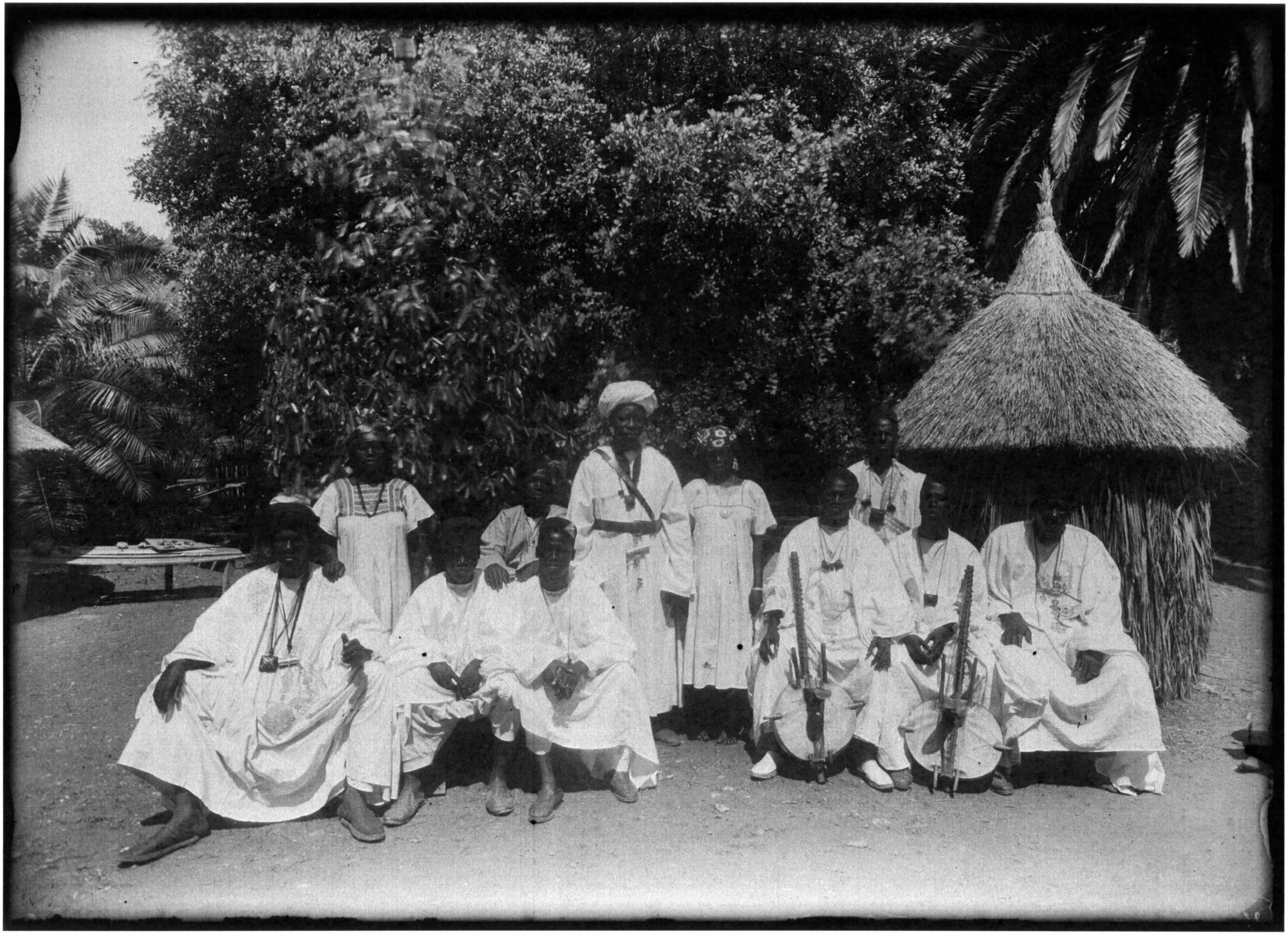
ANEXO 10: Grupo de onze Fotografias de Domingos Alvão sobre a Secção Colonial da Exposição Mundo Português



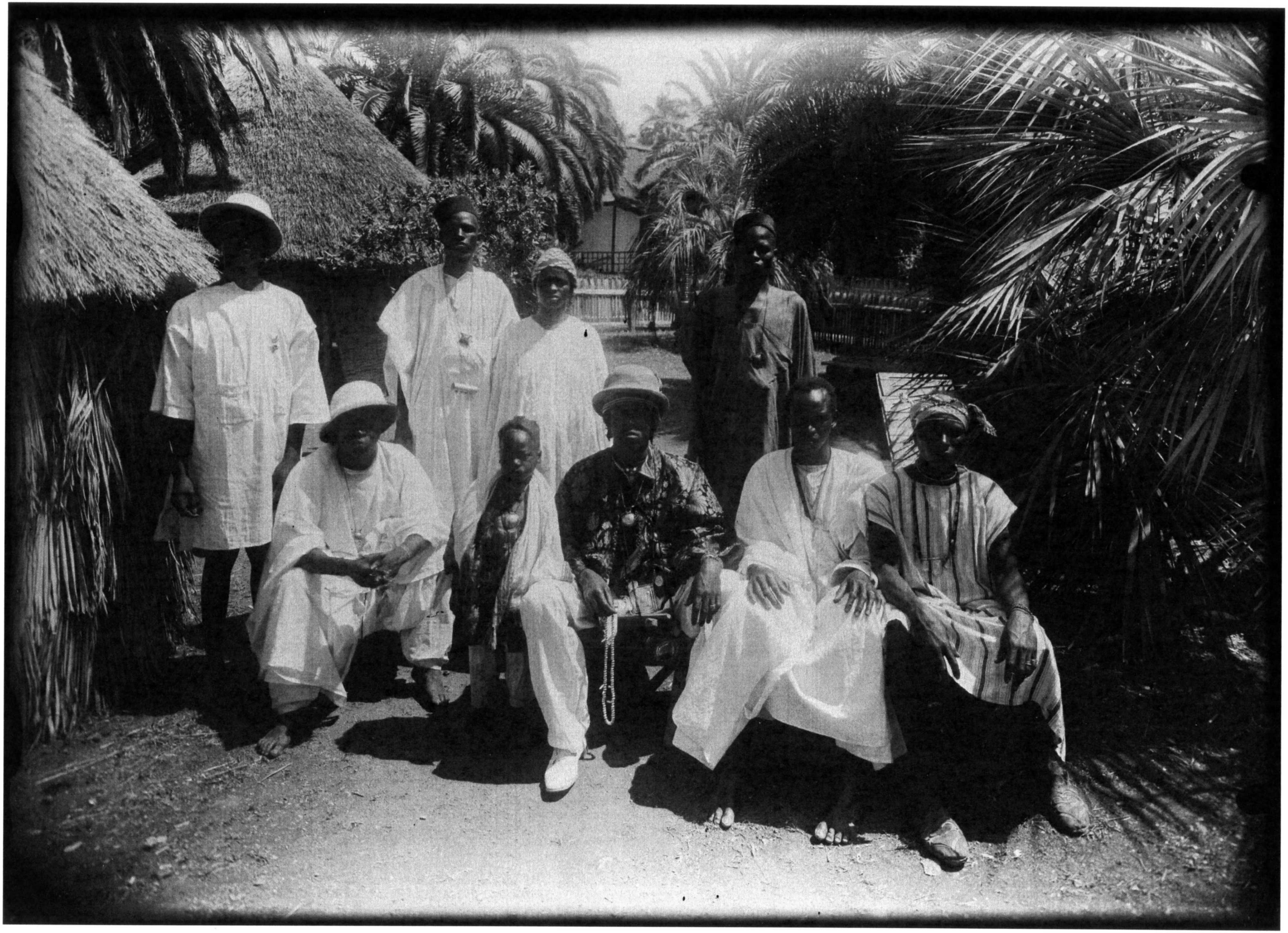
PT/CPF/ALV/6767



PT/CPF/ALV/6770



PT/CPF/ALV/6773



PT/CPF/ALV/6774



PT/CPF/ALV/6768



PT/CPF/ALV/6775



PT/CPF/ALV/6772

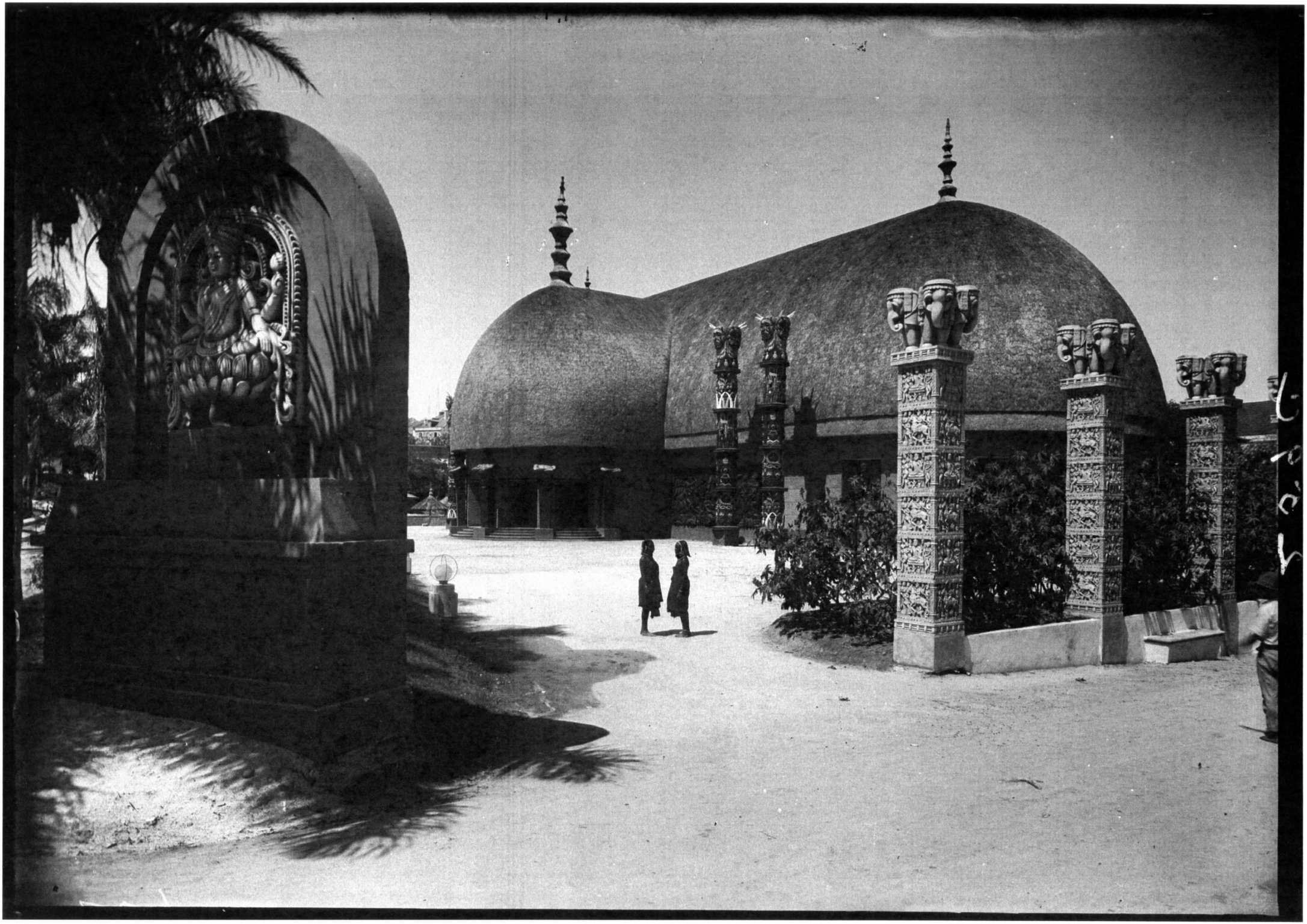


PT/CPF/ALV/6769

6



PT/CPF/ALV/6795



PT/CPF/ALV/6796

ANEXO 11: Grupo de cinco fotografias de Eduardo Portugal sobre a Secção Colonial da Exposição Mundo Português

PT/AMLSB/EDP/S00067

EPORTUGAL

PT/AMLSB/EDP/S00064



PT/AMLSB/EDP/S00066

PT/AMLSB/EDP/S00061



PORTUGAL

PT/AMLSB/EDP/S00062



PT/AMLSB/EDP/S00063

ANEXO 12: Grupo de dezoito Fotografias do Jornal “O Século” sobre a Secção Colonial da Exposição Mundo Português


PT-TT-EPJ8-SF-001-001-0075-1592
1592-D


PT-TT-EPJ8-SF-001-001-0075-1593
1593-D


1594-D
PT-TT-EPJS-SF-001-001-0075-1594


1595-D
PT-TT-EPJS-SF-001-001-0075-1595


2121-0
PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2121


2122-0
PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2122

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2323



PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2324



PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2325



PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2513



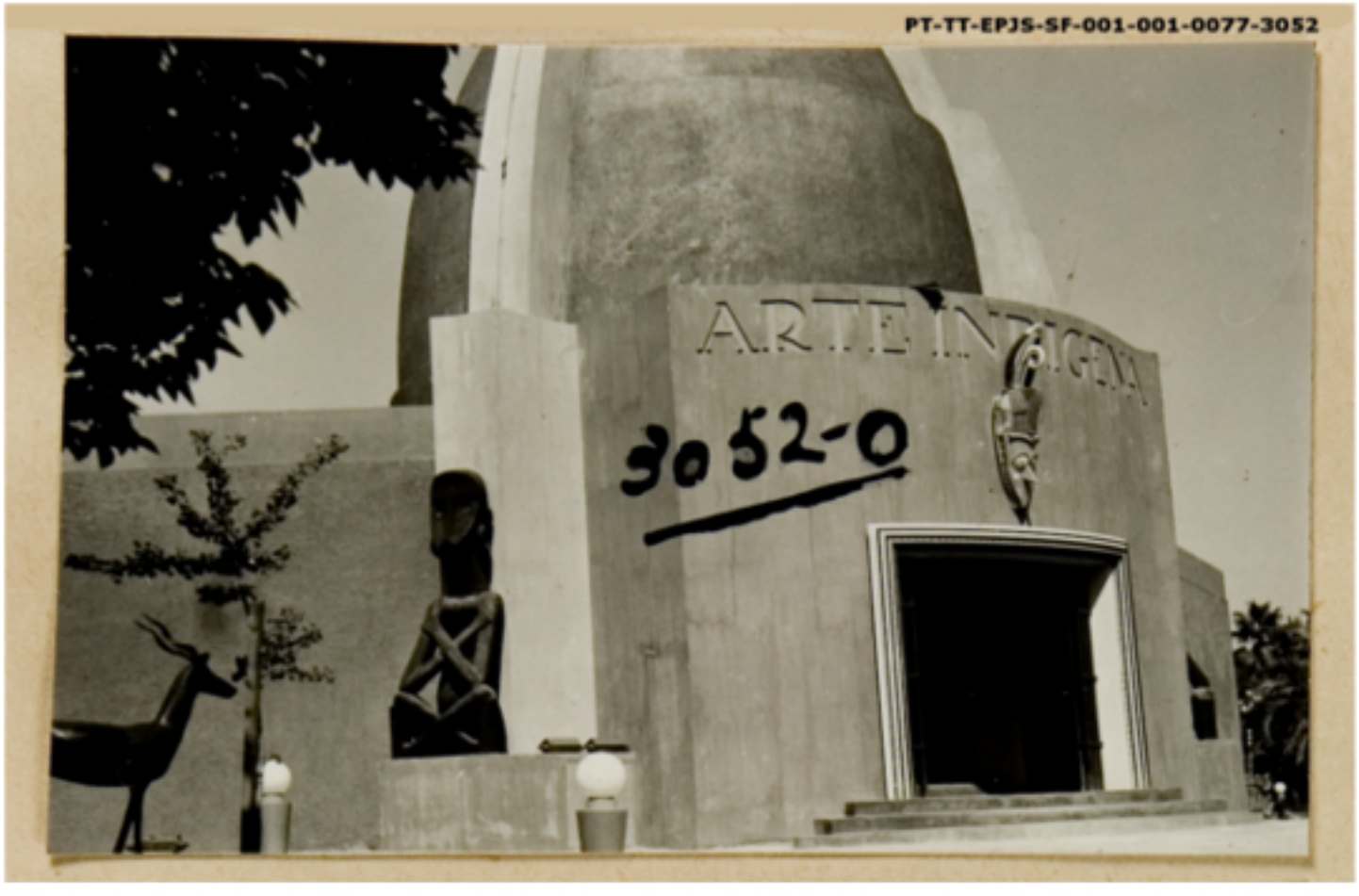
PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-2514





PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-2654


3051-0
PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-3051


PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-3052
ARTE INDIGENA
3052-0

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-3054





PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-3053

PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-3055





PT-TT-EPJS-SF-001-001-0077-3056